UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUIZ ALBERTO ORNELLAS REZENDE

Poder local, agentes régios e controle camarário em Vila Rica, 1711-1789

Versão corrigida

São Paulo

2020

LUIZ ALBERTO ORNELLAS REZENDE

Poder local, agentes régios e controle camarário em Vila Rica, 1711-1789

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Laura de Mello e Souza

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R467p Rezende, Luiz Alberto Ornellas
Poder local, agentes régios e controle camarário
em Vila Rica, 1711-1789 / Luiz Alberto Ornellas
Rezende ; orientadora Laura de Mello e Souza. - São
Paulo, 2020.
410 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História do Brasil. 2. História das Instituições.
3. Administração Pública. 4. Câmaras Municipais. I.
Souza, Laura de Mello e, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Luiz Alberto Ornellas Rezende

Data da defesa: 11/5/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Laura de Mello e Souza

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 8/9/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **Poder local, agentes régios e controle camarário em Vila Rica, 1711-1789**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em 11 de maio de 2020.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Laura de Mello e Souza Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Fernando Antonio Novais Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento _____ Assinatura _____

Profa. Dra. Iris Kantor Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. Angelo Alves Carrara Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o fruto principal de uma longa jornada de formação pessoal, iniciada a mais de 10 anos. Durante este caminho, que percorreu cenários tão diferentes como Juiz de Fora, São Paulo, Ouro Preto, Lisboa e Itaituba, muitas pessoas deram contribuições decisivas, e merecem ser lembradas. A tarefa é arriscada, porque a memória não costuma ser uma companheira fiel, mas devemos tentar.

A jornada teve início em 2008 quando, cursando a graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e elaborando um projeto de pesquisa relacionado à história política e econômica da Zona da Mata mineira oitocentista, o professor Dr. Angelo Alves Carrara propôs uma mudança radical: trocar o café pelo ouro, o século XIX pelo XVIII, e a Câmara Municipal de Juiz de Fora e seus cafeicultores pela Câmara Municipal de Vila Rica e seus mineradores. Ao professor Angelo agradeço não só pela oportunidade e pelo tema proposto, mas por toda a orientação dada nos anos iniciais – que, em toda atividade, são sempre os mais difíceis –; pelo apoio durante a transição para a Universidade de São Paulo (USP), ainda na graduação; por ter sido, ao longo de todos estes anos, um interlocutor atento e interessado, que acompanhou de perto o desenvolvimento da pesquisa, compartilhando com generosidade sua compreensão sobre a economia do período colonial; e, por fim, claro, agradeço por ter composto, em maio de 2020, a banca de defesa, que se deu de forma remota, em decorrência da pandemia da COVID-19.

Ao chegar em São Paulo, em 2010, pude continuar o projeto sob orientação da professora Dra. Iris Kantor, a quem agradeço, não apenas por ter integrado a banca de defesa ao final desta jornada, mas por todo o auxílio prestado durante os primeiros meses na capital paulista, por todas as orientações e leituras recomendadas que ajudaram a lapidar a proposta e elevá-la aos padrões de excelência exigidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, desde a Iniciação Científica, financiou esta trajetória.

Em 2011, ao ingressar no mestrado em História Social na Universidade de São Paulo, o projeto passou a ser orientado pela professora Dra. Laura de Mello e Souza, a quem qualquer agradecimento corre o risco de parecer pouco e, por isso, injusto. Sua compreensão clara da sociedade colonial na América portuguesa em geral, e da mineira em específico, associada à sua orientação sempre paciente e generosa, me fizeram, ao longo dos anos, compreender com mais clareza a potencialidade deste projeto de fôlego. Para além da pesquisa, no convívio com Laura aprendi, pelo exemplo, a postura que deve caber ao intelectual em uma sociedade como a nossa, o rigor da análise científica, os cuidados com a escrita e, nesses dias obtusos em que

vivemos, a importância da liberdade e do respeito às diferentes posições políticas e teóricas. Com ela aprendi que o embate deve ser, sempre, de ideias, não de pessoas.

Ao professor Dr. Fernando Antonio Novais, agradeço pela esclarecedora e generosa participação na banca de defesa e, principalmente, pela sua riquíssima contribuição científica, que marcou de modo decisivo minha formação e, conseqüentemente, todo o projeto que resultou nesta tese, desde o momento de sua concepção.

Graças à FAPESP, que além de financiar o projeto durante sua execução no Brasil, aprovou o projeto complementar de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), foi possível ampliar o potencial da pesquisa, estendendo-a aos acervos portugueses. Durante o ano de 2018, estive junto ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL), sob supervisão da professora Dra. Maria Leonor Freire Costa, a quem agradeço pela recepção e por toda atenção dada ao projeto, pelo diálogo, pelas leituras recomendadas e por todas as orientações relacionadas aos acervos em Portugal, que contribuíram para otimizar o trabalho naquele país.

A estada em Lisboa, com duração de um ano, foi abreviada aos 8 meses, para que assumíssemos o magistério no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), em Itaituba, um município que, por ironia do destino, tem como principal atividade econômica, assim como a sociedade objeto de estudo desta tese, a extração aurífera.

A todos os trabalhadores das muitas instituições consultadas em Ouro Preto, Mariana, Belo Horizonte, Lisboa, Porto, Évora e Coimbra, agradeço o esforço cotidiano que fazem para organizar e manter preservados os acervos. Sem o trabalho destas pessoas, seria impossível a realização desta tese. A Katia Maria Nunes Campos, do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, cabe um agradecimento especial pelo convívio riquíssimo, embora breve, durante minha estada de três meses em Ouro Preto. Agradeço a ela pelas orientações dadas, fontes indicadas, e por todos os detalhes relativos à sociedade mineira setecentista que, mineiramente, entre um café e outro, deixava escapar.

Ao professor Rogério Rezende Pinto, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), agradeço pelo diálogo permanente e pela inspiração para seguir o tortuoso caminho do magistério; aos professores Galba Di Mambro, do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, e Marcos Olender, da OSCIP PERMEAR, agradeço pelo convívio e oportunidade de aprendizado nos anos iniciais desta trajetória.

Aos amigos Marcelo Francisco Gomes, André Guedes de Toledo, Victor Bertocchi Ferreira, Daniel Laender da Silva, Jacqueline Moraes Teixeira e tantos outros que estiveram mais próximos nestes últimos anos, sou muito grato; cada qual, a seu modo, contribuiu para

esta caminhada. A Felipe Corrêa e Robert Wilkes, agradeço a ajuda com as traduções e orientações relacionadas à submissão dos projetos.

Aos meus pais, Carla Maria Pavel Ornellas e Carlos Alberto Rezende Arantes, sou grato por todo o apoio dado nos momentos mais difíceis desta trajetória. Ao meu pai, em especial, agradeço pelos diálogos que, desde cedo, contribuíram para despertar em mim o interesse pela política e economia, e me possibilitaram, mais tarde, uma compreensão mais ampla da realidade, de suas contradições e da necessidade de transformá-la.

À minha companheira, Mariana Corrêa – que tem estado incansavelmente ao meu lado ao longo de todos esses anos, e tem sido uma leitora atenta e uma interlocutora de primeira hora –, agradeço por ter ajudado a suportar os momentos de inquietação, a lidar com as angústias, incertezas e obstáculos que surgiam ao longo do caminho e, por muitas vezes, suportar os momentos de distância e mudanças, que não foram poucos nem fáceis. Sem seu apoio, esta caminhada não teria sido possível.

Por fim, reforço o agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão de bolsas aos projetos 2015/08303-8 e 2017/20669-3, que resultaram nesta tese, e reforço que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de minha inteira responsabilidade, e não refletem, necessariamente, a visão da FAPESP.

As ideias, por si, não fazem nada; e para o historiador não devem servir senão de sinais, expressões ou sintomas de uma realidade que vai por baixo, nos fatos concretos, e que as provoca.

(PRADO Jr., Caio, 1942)

RESUMO

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **Poder local, agentes régios e controle camarário em Vila Rica, 1711-1789.** 2020. 410f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Desde o estabelecimento das primeiras câmaras municipais em solo mineiro até a desarticulação da Conjuração Mineira, em 1789, muitos conflitos e acomodações de interesse ocorreram entre o setor dirigente local, os agentes régios e o monarca. Os concelhos locais cumpriram, durante o período colonial, uma dupla função: ao mesmo tempo em que aglutinavam os interesses dos diferentes setores da classe dominante local, eram, em Minas Gerais, controlados de perto pelos agentes régios, ouvidores e governadores, contribuindo para reforçar o poder régio na região e, na maior parte do tempo, ajudando a executar a política pensada no reino. O objetivo deste estudo é explicar essa dupla função em Vila Rica, aparentemente contraditória, que conjugava momentos de ampliação das prerrogativas institucionais sem que isso implicasse em ameaça à soberania régia sobre a região. Para isso, fez-se uma análise sistemática do cotidiano institucional, a partir da extração e tratamento das informações presentes nas atas das vereações e nos registros de receitas e despesas da instituição. Foi feito também o estudo prosopográfico dos oficiais camarários mais influentes de Vila Rica, distribuídos em quatro gerações. Observou-se que não houve uma tendência de redução das prerrogativas camarárias ao longo do século XVIII, mas uma oscilação entre períodos de maior e menor poder da instituição, o que não refletiu sua capacidade de arrecadação, tampouco a melhora da qualidade do setor dirigente local, mas as mudanças políticas ocorridas no centro do Império português, que ampliaram e reduziram a participação dos concelhos mineiros na política colonial. Em Vila Rica, costurou-se, entre as décadas de 1720 e 1770, uma acomodação instável de interesses contraditórios, que permitiu à instituição atender às necessidades mais amplas do projeto colonial português para a região, sem contrariar, sistematicamente, os interesses fundamentais de uma parcela expressiva da classe dominante mineira, e de seu setor dirigente, que direcionava, para si, cerca de 40% da arrecadação da instituição. Este ajuste sustentou-se a partir de um controle cerrado sobre o concelho local e seu setor dirigente, por parte dos agentes régios locais, o governador e, principalmente, o ouvidor, que dispunham de um conjunto de mecanismos preventivos, paliativos e corretivos para fazer prevalecer os interesses do rei.

Palavras-chave: Poder Local; Câmara Municipal; Minas Gerais; Ouvidor; Prosopografia.

ABSTRACT

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **Local power, royal officers, and council control in Vila Rica, 1711-1789.** 2020. 410f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

From the establishment of the first city council in Minas Gerais until the dismantling of the Minas Gerais separatist movement (*Conjuração Mineira*) in 1789, many conflicts of interest and alliances occurred between local rulers, royal officers, and the monarch. During the colonial period in Minas Gerais, local councils played a double role: whilst they brought together the interests of different sectors of the local elites, they were closely controlled by royal officers, magistrates (*ouvidores*), and governors, reinforcing royal power in the region and, most of the time, carrying out the policies planned by the monarchy. This study aims to explain this seemingly contradictory double function in the municipality of Vila Rica, which favoured the expansion of institutional prerogatives without threatening royal sovereignty in the region. For this purpose, a systematic analysis of institutional daily life was undertaken, based on the information extracted from the minutes of council meetings, and records of revenues and expenses of the institution. In addition, four generations of Vila Rica's most influential council officers were examined in a prosopographical study. It was thus possible to observe that there was no decreasing tendency in the council prerogatives throughout the 18th century, but rather a fluctuation in periods of greater or lesser power of the institution, which did not result from its tax collection capacity, or the improvement of the local ruling sector, and were instead due to political changes in the centre of the Portuguese Empire that reduced the participation of local *mineiro* councils in colonial politics. At Vila Rica between the 1720s and the 1770s, the stable coexistence of conflicting interests allowed the institution to meet the wider needs of the Portuguese colonial project for the region, systematically avoiding to counteract the fundamental interests of a significant portion of Minas Gerais's elites and ruling sector, which directed 40% of the council's tax collection to themselves. Such adjustment was only possible thanks to a close control over the local council and its ruling sector by local royal officers, the governor, and the magistrate (*ouvidor*), who made use of a series of preventive, palliative, and corrective mechanisms in order to ensure that the interests of the king prevailed.

Keywords: Local Power; City Council; Minas Gerais; *Ouvidor*; Prosopography.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reincidência de indivíduos exercendo postos na cúpula estendida da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789	80
Tabela 2 - Gastos com o ‘tombo’ da vila, pagos pela Câmara Municipal de Vila Rica entre 1737 e 1738	126
Tabela 3 - Trajetória dos indivíduos que ocuparam postos centrais na Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789	161
Tabela 4 - Gerações e indivíduos mais influentes da classe dirigente de Vila Rica	161
Tabela 5 - Origem dos camaristas mais influentes de Vila Rica, 1711-1789.....	167
Tabela 6 - Titulação dos indivíduos mais influentes do setor dirigente de Vila Rica, por geração, 1711-1789	173
Tabela 7 - Atividades econômicas desenvolvidas pelos indivíduos mais influentes de cada geração do setor dirigente de Vila Rica, 1711-1789	175
Tabela 8 - Ordens religiosas dos indivíduos mais influentes de cada geração do setor dirigente de Vila Rica, 1711-1789	178
Tabela 9 - Glosas recebidas em 1741 referentes aos anos de 1732, 1735 e 1740	214
Tabela 10 - Maiores obras pagas pela Câmara Municipal de Vila Rica em 1744 e 1745	217
Tabela 11 - Glosas recebidas em 1757 referentes aos anos de 1753, 1754, 1755 e 1756	233
Tabela 12 - Glosas recebidas em 1766 referentes a 1757, 1759, 1762, 1764 e 1765	239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Reuniões e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, por dias, 1711-1789.....	91
Gráfico 2 - Reuniões e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, por meses, 1711-1789 ..	91
Gráfico 3 - Vereações e assuntos debatidos pela Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênios, 1711-1789	93
Gráfico 4 - Comparação entre a média dos debates financeiros e despachos da Câmara Municipal de Vila Rica por quinquênio, 1711-1789	100
Gráfico 5 - Média dos principais assuntos locais da Câmara Municipal de Vila Rica por cenários, 1711-1789	100
Gráfico 6 - Média dos assuntos gerais da Câmara Municipal de Vila Rica por quinquênio, 1711-1789	101
Gráfico 7 - Média dos principais assuntos gerais da Câmara Municipal de Vila Rica por cenário, 1711-1789	101
Gráfico 8 - Vereações e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica por ano, 1711-1789...	102
Gráfico 9 - Média das finanças da Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789	112
Gráfico 10 - Stock no caixa da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1789	115
Gráfico 11 - Média das rendas da aferição e ver e meias patacas em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789	120
Gráfico 12 - Média das rendas da carceragem e foros em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789	124
Gráfico 13 - Despesas com emolumentos e obras públicas em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789	133
Gráfico 14 - Gastos com grandes obras feitos pela Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789	137
Gráfico 15 - Despesas com serviços e criação de enjeitados em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789	144
Gráfico 16 - Despesas locais e régias feitas pela Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ofícios e funções da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789	79
Quadro 2 - Plano de classificação dos assuntos presentes nas vereações da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCSM: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

AHMI: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

AHMOP: Arquivo Histórico Municipal de Ouro Preto

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

MG: Avulsos da capitania de Minas Gerais

RJ: Avulsos da capitania do Rio de Janeiro

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APM: Arquivo Público Mineiro

CC: Fundo Casa dos Contos

CMOP: Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto

SC: Fundo Seção Colonial

AUC: Arquivo da Universidade de Coimbra

BNL: Biblioteca Nacional de Lisboa

BNRJ: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CC: Casa dos Contos

RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiro

LISTA DE PESOS E MEDIDAS

Arroba = 32 arráteis = 32 libras (portuguesas) = 14,688 kg

Braça = 10 palmos ou 2,2 metros

Côvado = 3 palmos ou 0,66 metros

Cruzado (em ouro) = 20 vinténs (em ouro), (937,5 réis a 1\$500; 750 réis a 1\$200 a oitava)

Cruzado (moeda de conta) = 20 vinténs (moeda de conta) = 400 réis

Légua = 3.000 braças ou 6.600 metros

Libra (portuguesa) = Arrátel = 459 gramas

Oitava = 3,586 gramas de ouro = 1\$500 durante a Capitação; 1\$200 (em pó) durante o funcionamento das Casas de Fundição e 1\$500 (em barra, após quintadas)

Onça = 8 oitavas = 28,691 gramas

Palmo = 22 centímetros

Quintal = 4 arrobas = 58,752 kg

Vara = cinco palmos ou 1,1 metros

Vintém (em ouro) = 1/32 oitavas (46,875 réis a 1\$500 a oitava; 37,5 réis a 1\$200 a oitava)

Vintém (moeda de conta) = 20 réis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A SOCIEDADE MINEIRA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL.....	22
1.1 Economia e sociedade mineira.....	22
<i>1.1.1 A gênese das minas gerais</i>	<i>23</i>
<i>1.1.2 A economia mineira</i>	<i>26</i>
<i>1.1.3 A sociedade mineira</i>	<i>28</i>
<i>1.1.3.1 Classe dominante.....</i>	<i>32</i>
<i>1.1.3.2 Negros e escravos.....</i>	<i>33</i>
<i>1.1.3.3 Os desclassificados do ouro</i>	<i>36</i>
1.2 O ouro e a administração colonial.....	38
<i>1.2.1 O sentido da administração portuguesa</i>	<i>39</i>
<i>1.2.2 As transformações iniciais</i>	<i>41</i>
<i>1.2.3 A centralização política e o declínio do ouro</i>	<i>42</i>
1.3 Crise da mineração e suas consequências.....	44
<i>1.3.1 As consequências sociais</i>	<i>46</i>
<i>1.3.2 A perpetuação do caráter colonial.....</i>	<i>49</i>
1.4 As câmaras municipais nesse contexto.....	52
<i>1.4.1 A historiografia sobre as câmaras municipais.....</i>	<i>55</i>
<i>1.4.2 A leitura pós-moderna da realidade colonial e seus equívocos.....</i>	<i>57</i>
2 O COTIDIANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA	62
2.1 Origem e organização das câmaras municipais	63
2.2 Câmaras mineiras: a favor ou contra o rei?.....	65
2.3 Cúpula camarária e cargos	75
2.4 A centralização do poder e o esvaziamento camarário	83
2.5 Por dentro do cotidiano institucional: as vereações e os assuntos.....	90
<i>2.5.1 As vereações.....</i>	<i>90</i>
<i>2.5.2 Os assuntos debatidos.....</i>	<i>93</i>
<i>2.5.3 Os cenários em Vila Rica.....</i>	<i>102</i>
3 AS FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA	109
3.1 O movimento geral das finanças.....	111
3.2 As receitas da Câmara Municipal	116

3.2.1 Rendas fiscais	119
3.2.1.1 <i>Aferição e ver</i>	119
3.2.1.2 <i>Meias patacas</i>	122
3.2.2 Rendas menores	123
3.2.2.1 <i>Carceragem</i>	123
3.2.2.2 <i>Foros</i>	125
3.2.2.3 <i>Outras receitas</i>	127
3.3 As despesas da Câmara Municipal	129
3.3.1 <i>Emolumentos</i>	131
3.3.2 <i>Obras públicas</i>	135
3.3.3 <i>Festas</i>	139
3.3.4 <i>Enjeitados</i>	142
3.3.5 <i>Serviços</i>	143
3.4 A parte do rei	144
4 O SETOR DIRIGENTE EM VILA RICA	150
4.1 Breve histórico do método prosopográfico.....	151
4.2 Detalhes da aplicação do método.....	158
4.3 A composição do setor dirigente.....	162
4.3.1 <i>Advogados e ordenanças</i>	170
4.3.2 <i>Mineradores, agricultores e comerciantes</i>	174
4.3.3 <i>Atuação político-administrativa</i>	177
4.4 Síntese dos cenários e gerações.....	184
5 OS MECANISMOS DE CONTROLE RÉGIO SOBRE O PODER LOCAL	188
5.1 Agentes régios e governos em Minas Gerais.....	190
5.2 O controle sobre o processo eleitoral: manipulações e atritos.....	199
5.3 A terça régia e o controle orçamentário.....	210
5.3.1 <i>As investidas em torno da terça régia</i>	211
5.3.2 <i>A formação do stock</i>	213
5.3.3 <i>A dissolução do stock</i>	224
5.4 A contenção dos gastos e a crise aurífera.....	229
CONCLUSÃO	249
REFERÊNCIAS	253
ANEXOS	273

INTRODUÇÃO

O florescimento de uma nova sociedade no centro da América portuguesa expressou, de modo privilegiado, as contradições da condição colonial. Os habitantes das minas viviam divididos entre os valores distantes do Antigo Regime europeu, representados em parte pela legislação, e a nova realidade que se impunha. Viviam entre a honra e o dinheiro, entre a ética da palavra – que conservava a honra e estabelecia o lugar dos indivíduos em uma sociedade estamental – e a ética da circulação, imposta pelo cotidiano e pela intensificação das relações de mercado, amparadas em uma nova lógica de integração dos indivíduos.¹

Ao contrário da sociedade reinol, profundamente estratificada, a mineira foi marcada, em seu alvorecer, pela ausência das tradições e maior possibilidade de ascensão econômica, política e social para alguns indivíduos, em função do ouro e do comércio efervescente por ele engendrado, o que dava à ordem social mineira dos setecentos um caráter único, fluido. Nesta sociedade em formação, os títulos soavam falsos, foi forjada uma “elite de fumaça”, mais aberta a acessos e ajustes do que sua congênere europeia, traço que permaneceu mesmo após a consolidação de um primeiro tecido social. Por isso, não parece ter havido, no interior da América portuguesa, uma transposição do Antigo Regime europeu, mas sua recriação perversa, com a adição do tráfico negreiro, do escravismo e do ouro em Minas Gerais.²

Estes elementos, somados à grande mobilidade demográfica provocada pelo anúncio da descoberta aurífera, contribuíram para dificultar o controle social do Estado – representado pelos agentes régios – sobre a região. Para além das aparências que o ouro pode estimular, a sociedade mineira não foi mais rica que, por exemplo, aquela que se desenvolveu em torno do açúcar, a partir dos seiscentos. Foi, no entanto, menos desigual, pois nela um número maior de indivíduos dividia a pobreza.³

O poder local era representado, em parte, pelas câmaras municipais, dominadas por uma parcela da classe dominante colonial. Estas diferenciavam-se das atuais por não restringirem suas ações ao âmbito legislativo local, mas administrarem todos os aspectos da localidade onde estavam instaladas, elaborando posturas para controlar a vida cotidiana,

¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 81; SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 106.

² SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 68, 181, 459-460.

³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 169; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 25, 50.

zelando pela segurança, fiscalizando o comércio, entre outras atividades. Eram dirigidas, na maioria das localidades, por dois juízes ordinários – ou, em alguns casos, por um juiz de fora, nomeado pelo rei –, e funcionavam também como tribunal de justiça de primeira instância.

No Brasil colonial, a legislação vigente a partir do início do século XVII era baseada, como no restante do Império português, nas *Ordenações Filipinas*, um código elaborado – da mesma forma que seus predecessores, as *Ordenações Afonsinas* do século XV, e as *Ordenações Manuelinas* do século XVI – em grande medida, para atender à realidade política, administrativa e territorial do reino, onde as distâncias eram muito menores que as da América portuguesa, onde não eram necessários órgãos colegiados regionais regulares, como era o caso das Assembleias Legislativas Provinciais, criadas tardiamente no Brasil pela Lei nº 16 de 1834.

Por conta disso, as câmaras municipais coloniais, como suas congêneres no reino, eram os órgãos máximos de expressão coletiva, ainda que, na prática, tenham expressado muito mais os interesses das classes dominantes locais do que, propriamente, os do conjunto da sociedade colonial. De todo modo, esta característica lhes permitia o privilégio de estabelecer comunicação direta com o monarca, o que não era garantia de resposta favorável, ou mesmo de retorno, mas foi um elemento importante, tanto para aumentar a importância social dos camaristas, quanto como elemento estratégico em algumas contendas com agentes régios.⁴

Não era comum que os indivíduos mais ricos de determinada localidade se envolvessem com a direção das câmaras municipais, embora exercessem sobre elas grande influência, uma vez que era naqueles espaços que muitas decisões estratégicas eram tomadas, envolvendo a manutenção ou dissolução de privilégios econômicos e sociais no âmbito local e, por vezes, regional. Portanto, ocupá-las, ou ter seus interesses bem representados nas vereações, era um fator estratégico importante para a consolidação e reprodução de sua riqueza e poder.

A pequena parcela da classe dominante local que compunha os concelhos coloniais, doravante nomeada *setor dirigente*, embora não fosse sua parcela mais rica, estava parcialmente a serviço desta. Refletia, em parte, seus interesses, mas também tinha aspirações próprias. Não havia entre ela um pensamento único. Em Vila Rica, por exemplo, os camaristas eram mineradores, mas também agricultores e comerciantes, e predominava, como se procura demonstrar no capítulo 4, a diversificação de interesses e investimentos.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 98-99; COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder concelhio: da origem às cortes constituintes. Notas de História Social*. Coimbra: CEFA, 2008. p. 48; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820.” In: *Tempo*. Niterói, vol. 7, n. 13, 2002. p. 111-115.

A contradição da sociedade colonial, escancarada nas Minas Gerais setecentistas, também era sentida em suas câmaras municipais, que cumpriam uma dupla função: por um lado, aglutinavam os interesses dos diferentes setores da classe dominante local, e, até certo ponto, funcionavam para perpetuar os privilégios destes grupos; por outro lado, sua existência e suas ações mais gerais eram potencialmente controladas pelos agentes régios e, também por isso, elas acabavam reforçando, naquilo que era essencial, os interesses do monarca.⁵

Embora os primeiros concelhos locais tenham sido criados na região das minas em 1711, com o propósito de pacificar e tornar mais estável aquele espaço – que começou a ser ocupado pelos elementos europeu e africano na última década do século XVII –, as agitações que marcaram a sociedade mineira, desde sua gênese, permaneceriam por muitas décadas. Em áreas urbanas, é somente após o fracasso da Revolta de Vila Rica, em 1720 que se desenha a consolidação do poder Estatal. Embora as revoltas não tivessem cessado nas décadas seguintes, principalmente nos sertões da capitania mineira, novas agitações significativas só voltariam a ocorrer nas últimas décadas dos setecentos, então com inequívoco propósito separatista, como foi o caso da trama da Conjuração Mineira, em 1789.

Ao longo das décadas que separam os acontecimentos de 1720 e 1789, costurou-se uma relação intrigante entre uma parcela da classe dominante mineira, à frente das câmaras municipais, e os representantes régios locais, principalmente governadores e ouvidores, marcada pelo equilíbrio instável de poderes concorrentes. Neste longo período, a administração mineira tornou-se mais complexa, refletindo uma tendência observada em outras regiões da América portuguesa, provocada, em parte, pelo próprio crescimento da sociedade colonial, impulsionado pelo ouro. Muitos concelhos reinóis e de outras partes da colônia, ao contrário, vinham perdendo, desde o final dos seiscentos, muitas de suas prerrogativas para outros órgãos da administração, como a Real Fazenda.⁶

Em Vila Rica este cenário apresentou particularidades intrigantes. Se, por um lado, houve um aumento na complexidade da administração local, por outro, não houve uma tendência geral de redução das prerrogativas dos concelhos, mas uma oscilação entre cenários

⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município no Brasil Colonial e a configuração do poder econômico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 393-394; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 15.

⁶ Sobre crise das câmaras municipais, ver BOXER, Charles R. *O Império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 305; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homem de negócio...* p. 215; ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 19-20.

de esvaziamento do poder local, e outros de aumento de suas atribuições e de expansão do poder do setor dirigente local. Estas variações constituem o problema central deste estudo, e sua compreensão passa pela análise das relações estabelecidas, no cotidiano, entre as câmaras municipais mineiras e seu setor dirigente com os agentes régios e o rei.

Durante a década de 1710, por exemplo, o concelho local em Vila Rica foi criado com prerrogativas ampliadas, participando, inclusive, da arrecadação direta dos quintos. Durante as décadas seguintes, de 1720 e 1730, perdeu parte considerável de suas atribuições, embora, financeiramente, este tenha sido o momento de maior arrecadação em todo o século. A partir da década de 1740, restaurou-se, gradativamente, o protagonismo da instituição, até o ápice durante as décadas de 1750 e 1760, embora a conjuntura, neste momento, já fosse de crise aurífera e colapso das receitas. Nas décadas seguintes, embora, em função dos efeitos políticos da viradeira, tenha-se assistido o retorno ao concelho local de figuras que integravam o alto escalão do governo local, isto não foi o suficiente para devolver à instituição o protagonismo dos anos passados, vivendo-se um novo esvaziamento das prerrogativas locais.

O terceiro momento supra indicado, qual seja, a restauração de uma parcela das prerrogativas da Câmara Municipal de Vila Rica, a partir da década de 1740, é comumente associado a um aumento da “autonomia” dos poderes locais, o que carece de uma análise mais detida. Outra explicação plausível para esta oscilação ampara-se na mudança qualitativa de uma parcela da 2ª e 3ª gerações da classe dominante mineira que, pelo acúmulo quantitativo do ouro, feito por seus predecessores, puderam acessar a Universidade de Coimbra. Este movimento ampliou, em meio à classe dominante colonial, uma burocracia mais racional, conhecedora dos meandros institucionais, porque preparada no reino, e que, pelo mesmo motivo, pode ter tido mais habilidade para aumentar o poder das instituições coloniais dentro da ordem vigente. Muito mais plausível, esta hipótese foi o ponto de partida deste estudo, mas também parece não compreender toda a dimensão do problema.

O aumento das prerrogativas da Câmara Municipal de Vila Rica estaria associado a uma redução da eficácia do controle dos agentes régios sobre a instituição, como, a princípio, sugere uma parcela da historiografia pós-moderna, que enfatiza a autonomia dos poderes locais? Ou a relação teria sido inversa, isto é, o aumento das prerrogativas do concelho local só se tornou viável porque o controle dos agentes régios sobre ele tornou-se mais eficiente? Afinal, o aumento do poder da instituição, em meados dos setecentos, é explicado por uma mudança das diretrizes metropolitanas, ou pelo aumento da capacidade de articulação do setor dirigente de Vila Rica? Para resolver estas questões, optou-se por dividir este trabalho em cinco partes.

No primeiro capítulo, de caráter introdutório, apresenta-se a sociedade mineira e seus traços peculiares, marcados pela extração do ouro, equivalente universal, e pelo Antigo Sistema Colonial, baseado na dominação política e econômica. Procura-se demonstrar como o desenvolvimento da sociedade mineira mesclou estes dois elementos estruturais com um conjunto de instituições e leis moldadas a partir da realidade metropolitana, e como, em parte, os problemas apontados nos capítulos seguintes, e que se refletem nas câmaras municipais locais, estão relacionados a esta contradição de origem, entre infraestrutura e superestrutura.

No segundo capítulo desenvolve-se uma síntese da evolução histórica das câmaras municipais, da perda gradual de suas atribuições e das oscilações de seus papéis, ora servindo de trincheira para a classe dominante local resistir às políticas régias, ora alinhando-se ao monarca e contribuindo para consolidação do Estado e dos interesses metropolitanos. A partir destas considerações gerais, passa-se à análise sistemática do cotidiano administrativo da Câmara Municipal de Vila Rica, feita a partir da extração e organização de todas as informações presentes nos acórdãos das vereações da instituição, que registraram, ao longo das quase oito décadas de estudo, mais de 15 mil assuntos debatidos. A partir dessa empreitada, foi possível identificar, com precisão, os momentos de maior e menor atividade da instituição, o que o setor dirigente local discutiu em cada um desses cenários e, principalmente, aqueles indivíduos que discutiram e os interesses ali representados.

O capítulo seguinte mantém a análise sistemática, agora direcionada às finanças da Câmara Municipal de Vila Rica. Foram extraídas e tratadas todas as informações presentes nos livros de receitas e despesas da instituição, o que permitiu, não apenas a definição dos diferentes cenários de desenvolvimento e retração da economia local, refletidas na oscilação da capacidade de arrecadação da instituição, mas a identificação daqueles indivíduos que monopolizaram os contratos do concelho, e dos setores sociais que mais contribuíram, com os impostos, para a manutenção da municipalidade. Por outro lado, e talvez ainda mais importante, foram os resultados obtidos com a análise sistemática das despesas, que revelaram, a partir das flutuações dos diferentes tipos de gastos ao longo das décadas, quais foram as prioridades concretas do setor dirigente local, e quais eram as causas que, apesar de muito presentes na retórica dos camaristas, tiveram pouco espaço no cofre do concelho, como o “bem comum”.

Ao longo do quarto capítulo, migra-se da análise institucional para o estudo do grupo que a comandava, isto é, passa-se à elaboração de uma espécie de biografia coletiva, ou prosopografia, do setor dirigente local, ao longo de quatro gerações. Cada uma delas viveu seu auge em meio a um cenário econômico, político e social diferente: algumas lidaram com a

abundância de ouro, outras com sua escassez; algumas conviveram com o esvaziamento das prerrogativas locais, outras conseguiram acessar altos postos no governo local, para além das câmaras municipais; algumas resistiram ao avanço do Estado, outras, alinharam-se a ele, por convicção ou circunstância. Esta dimensão do estudo procura atribuir aos indivíduos o peso que de fato tiveram, não pretende apagá-los da história, tampouco busca superdimensioná-los. Suas trajetórias são tomadas não como um fim em si, mas como um meio de se apreender um movimento maior, que é o que, para nós, tem maior relevância, de acordo com os pressupostos teóricos sobre os quais este trabalho se ancora.⁷

No último capítulo deste trabalho, retoma-se o diálogo com as partes anteriores, procedendo a análise dos componentes que constituíam o mecanismo que os agentes régios, em especial os ouvidores, dispunham para controlar as câmaras municipais naquilo que lhes era essencial. A partir do exemplo cotidiano de Vila Rica, sem perder de vista expressões desse mesmo mecanismo em outras localidades da colônia, detalham-se as estratégias utilizadas para manipular as eleições para os cargos centrais do concelho, cuja votação, não obstante as mudanças no processo, sempre esteve restrita a menos de quatro dezenas de eleitores. E ainda, procuram-se demonstrar as estratégias de controle sobre os gastos locais, inicialmente feitos de forma retroativa, portanto corretiva, e que foram sendo aperfeiçoadas, passando a ser feitas também de maneira preventiva, chegando ao limite de se passar a exigir autorização prévia do ouvidor para realização de determinadas despesas. Em síntese, procura-se demonstrar, ao longo do capítulo, amparado nas fontes documentais, que havia mecanismos eficientes para garantir que os concelhos mineiros operassem sem contrariar, no que havia de fundamental, a política metropolitana para a região.

⁷ Entende-se que o conhecimento histórico não deveria se reduzir à sua dimensão de erudição ou mera curiosidade. O estudo crítico do passado, a nosso ver, deveria dizer algo sobre a realidade e os problemas da sociedade contemporânea. Deveríamos voltar a tirar da história, com os devidos cuidados e ponderações que envolvem toda ação generalizadora, algumas lições, ainda que provisórias, como é todo aquele conhecimento construído a partir de fragmentos do passado. Uma visão divergente desta encontra-se em HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 119-120, 123.

1 A SOCIEDADE MINEIRA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Os dias nunca amanhecem serenos: o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. [...] a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza ainda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.

(Atribuído a Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, 1721) ⁸

1.1 Economia e sociedade mineira

Até o final do século XVII, o território efetivamente ocupado pelos portugueses na América restringiu-se, quase que exclusivamente, a uma longa faixa de terra litorânea, que corresponde hoje a menos de 10% do território brasileiro. A ocupação sistemática do interior do continente ganhou impulso, na última década dos seiscentos, com a notícia da descoberta de ouro em abundância pelos paulistas, no centro do que se tornaria, a partir de 1720, a capitania de Minas Gerais, a região mais importante para o Império português durante o século XVIII, o *Eldorado* com o qual sonhavam os portugueses desde que chegaram ao Novo Mundo.⁹

Com a notícia do ouro se espalhando dentro e fora do Império português, tem início um grande movimento demográfico centrípeto em direção às lavras auríferas concentradas no interior da América. Esse processo de ocupação da região é complexo, o esforço de explicá-lo já foi realizado em outro momento.¹⁰ Importa resgatar o fato de que este movimento demográfico heterogêneo ocorreu praticamente alheio ao Estado e envolveu uma gama variada de pessoas, com origens, valores e interesses distintos. A tônica dos primeiros tempos era o conflito, como atesta o trecho de abertura do capítulo, atribuído ao então governador Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar.

⁸ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 59.

⁹ Este movimento de ocupação intensificou-se ao longo da primeira metade do século XVIII com novas descobertas na futura capitania de Goiás e Mato Grosso. Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto - Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Varia História*. n. 31, jan. 2004. p. 121.

¹⁰ Cf. REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo São Paulo, 2015. pp. 21-72.

1.1.1 A gênese das minas gerais

Os paulistas, pioneiros na região, detinham as datas – terrenos minerais – mais produtivas e os poucos cargos públicos existentes, mas logo tornaram-se minoria em função da chegada de um enorme contingente do que eles chamaram de *forasteiros* ou *emboabas*, oriundos, em sua maioria, de outras capitanias da colônia e do reino. A tensão entre paulistas e emboabas só fez aumentar, chegando às vias de fato em uma série de conflitos, ocorridos entre 1707 e 1709, que ficaram conhecidos como “Guerra dos Emboabas”. O resultado foi a vitória emboaba, e a expulsão dos pioneiros paulistas da região aurífera. Para a coroa, o conflito fez soar o alerta de que era urgente a necessidade de aumentar o controle sobre a região, que passava a ser, estrategicamente, a mais importante para o Império português durante o século XVIII.

Nos anos seguintes ao conflito, durante o contexto de pacificação, criou-se um governo civil e militar na área, estruturou-se a justiça e a fiscalidade, definiram-se as comarcas, sob o comando dos ouvidores¹¹ e, por fim, criaram-se as primeiras vilas e câmaras municipais, que abrigariam uma parcela dos potentados da região. Mas a criação destas estruturas de governo não provocou, de imediato, a consolidação do poder régio na região. A resistência ao poder do Estado marcou a relação entre os agentes régios e amplos setores da classe dominante local, dentro e fora das câmaras municipais. Nas áreas urbanas, a coroa só parece ter se tornado a força política hegemônica após o fracasso da Revolta de Vila Rica, em 1720.¹²

Esta estrutura administrativa, criada para assegurar o domínio sobre a região, o controle sobre a população e viabilizar o fisco, foi implantada inicialmente em torno da região aurífera. A capitania foi inicialmente dividida em três comarcas imensas, correspondentes às bacias hidrográficas da região: a de Vila Rica, referente ao Rio Doce; a do Rio das Velhas, ao Rio São Francisco; a do Rio das Mortes, ao Rio Grande e Paraná. Após 1720, criou-se uma quarta comarca, Serro do Frio, ligada à bacia do Rio Jequitinhonha.¹³

Embora fosse territorialmente a menor dentre as quatro comarcas, a de Vila Rica foi a que concentrou a maior parte da produção aurífera durante o século XVIII. Mesmo durante o declínio da produção aurífera, já na segunda metade dos setecentos, a comarca de Vila Rica

¹¹ Durante o século XVIII, em Minas Gerais, o ouvidor acumulava as funções de ouvidor geral (julgar recursos contrários às sentenças dos juizes ordinários), corregedor e provedor. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

¹² A consolidação do poder do Estado nos sertões da capitania só ocorreria após a bem-sucedida repressão aos motins de 1736 e 1737. SOUZA, Laura de Mello e, e Maria Fernanda BICALHO. *1680-1720. O Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 88; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 169.

¹³ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 143.

ainda concentrava 45,2% das lavras, seguida pela do Rio das Velhas, 27,8%, Rio das Mortes, 18% e Serro do Frio, 9%. Ao contrário, as unidades produtivas agropastoris estiveram mais bem distribuídas pela capitania, a diferença entre a comarca que mais tinha roças, Rio das Velhas, e a que menos tinha, Rio das Mortes, não chegava a 10%.¹⁴

A comarca de Vila Rica foi dividida em dois *termos*, ou o que hoje se chamaria de municípios: Vila Rica, geograficamente menor, onde se estabeleceu a capital após 1720; e Vila do Carmo – cidade de Mariana a partir de 1745 –, com um imenso território que fazia fronteira com a capitania do Rio de Janeiro, composto por freguesias que incluíam os sertões do rio Pomba, rio Muriaé e rio Doce.¹⁵

Nestas duas localidades esteve concentrado, ao longo do século XVIII, mais de um terço da população da capitania mineira. Em 1776, em meio ao declínio da mineração e o início do esvaziamento da região central da capitania, a comarca de Vila Rica ainda era a mais populosa de Minas Gerais, concentrando 31,1% dos quase 320 mil habitantes. Em seguida vinha a comarca em ascensão, do Rio das Mortes, com 25,8%, e as comarcas do Rio das Velhas e Serro do Frio, com 24,5% e 18,3% respectivamente.¹⁶ Portanto, estima-se que a população de Vila Rica tenha alcançado números próximos a localidades como Coimbra, Braga, Évora, Rio de Janeiro e Salvador, Lima e Havana, cerca de 50 mil habitantes durante os setecentos. Apesar da urbanização intensa, a maior parte da população da capitania mineira esteve diluída pelo seu território, principalmente a partir da intensificação da crise aurífera.¹⁷

¹⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 57-58.

¹⁵ PIRES, Maria do Carmo. “O termo de vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII.” In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria (Orgs.). *Casa de Verença de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008. p. 26-27. Durante a década de 1710, a capital mineira foi itinerante, o governador deslocava sua residência entre as vizinhas Vila do Carmo e Vila Rica. Só após a Revolta de Vila Rica, em 1720, é que a capital foi fixada nesta localidade, já que era a vila mais próxima às grandes áreas de mineração. Diferente do que ocorreu em outros centros importantes da colônia, a capital não foi elevada à condição de cidade, ao contrário da vizinha Vila do Carmo, que recebeu esse título em 1745, por ser condição necessária para sediar um bispado, erigido em 1746. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* p. 141-146; GUEDES, João Alfredo Libânio. *História administrativa do Brasil. Da Restauração a D. João V*. Volume IV. São Paulo: DASP, 1962. p. 133.

¹⁶ Os números precisos eram: Rio das Mortes, 82.781; Ouro Preto, 99.576; Rio das Velhas, 78.618 e Serro do Frio, 58.794. 82 mil pardos e 167 mil pretos, somando 319.769 indivíduos. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* p. 199.

¹⁷ Estima-se que, no início do século XIX, mais de 40% das localidades mineiras contavam com menos de 90 residências. Cf. Ibidem. p. 383-384; ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Volume 1. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. p. 138, nota 124.

No final do século XVII, a América portuguesa contava com uma população estimada em pouco mais de 300 mil habitantes, número que decuplicou ao longo do século do ouro, chegando a algo em torno de 3 a 3,5 milhões de habitantes. Do ponto de vista demográfico e geográfico, não é exagero afirmar que o Brasil ganhou seus contornos decisivos em função dos impactos provocados pelo ouro. Embora, ao final dos setecentos, Minas Gerais fosse a capitania mais populosa da colônia, com pouco mais de 10% dos habitantes, a maior parte da população da colônia seguiu concentrada no litoral, desequilíbrio que segue existindo.¹⁸

Do outro lado do Atlântico, o ouro provocou um impacto demográfico inverso. Desde sua constituição enquanto Estado, Portugal teve de lidar com uma população reduzida, um problema importante diante da expansão marítima, empreitada que requeria, além de recursos, pessoas.¹⁹ Durante a dinastia Afonsina (1143-1385), estima-se que a população portuguesa tenha chegado a 2,6 milhões de habitantes. Nas primeiras décadas do século XVI, durante o início da colonização da América, a população lusa teria caído para algo em torno de 1,5 a 2 milhões de habitantes e, ao final da União Ibérica, em 1640, o número de portugueses teria chegado ao menor patamar desde a criação do Estado, cerca de 1,1 milhão de pessoas. No início do século XVIII, após todas as transformações, estima-se que os habitantes do reino somassem pouco mais de 2 milhões de pessoas e, às vésperas da invasão napoleônica, havia pouco mais de 3,2 milhões de portugueses no reino.²⁰ Embora tenha havido crescimento da população da metrópole ao longo do século XVIII, a descoberta do ouro no interior da América portuguesa e a migração contribuíram para a reduzir este crescimento. Estima-se que, entre 1700 e 1760, cerca de meio milhão de portugueses ingressaram na colônia, rumo às Minas Gerais, ou seja, pouco menos de 10 mil ao ano.²¹

¹⁸ Cf. MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica.” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 33-34, 52; BOSCHI, Caio César. *Achegas à História de Minas Gerais (séc. XVIII)*. Porto: Universidade Portucalense, 1994. p. 70-71.

¹⁹ Além do problema demográfico, a expansão marítima gerou um problema administrativo: as leis portuguesas foram inicialmente pensadas para a realidade do reino, geograficamente pequeno. Ao chegar na América, os portugueses colonizaram um território de proporções continentais. Algumas comarcas da capitania de Minas Gerais eram territorialmente maiores que todo o reino. Até hoje o Brasil possui municípios maiores que Portugal, como por exemplo: Altamira (PA), Barcelos (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), e Oriximiná (PA).

²⁰ SOUZA, Laura de Mello e, e Maria Fernanda BICALHO. *1680-1720. O Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 26; AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 1970. p. 48.

²¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 154, 162.

1.1.2 A economia mineira

O longo processo de desenvolvimento urbano, ocorrido no litoral da colônia ao longo de quase dois séculos, aconteceu na região aurífera de um modo muito mais intenso e complexo. Em poucas décadas forjou-se, no interior do continente, uma formação social e cultural urbana diferente de tudo que havia existido na colônia. A chave para entender esta sociedade é dada, em parte, pela análise de sua economia.²²

Desmembrada em 1720 da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a capitania de Minas Gerais constituiu-se, desde então, como um conjunto de regiões economicamente heterogêneas, que refletiam a própria dinâmica do processo de ocupação daquele território, que criou, quase instantaneamente, um núcleo urbano distante do litoral, produtor de ouro, portanto, dinheiro, e consumidor de alimentos, bebidas e uma ampla variedade de produtos, desde os mais simples ligados à subsistência, até os mais luxuosos, não produzidos na colônia.²³

O ouro, embora bem primário extraído da natureza, diferenciava-se do açúcar por ser posto em circulação, como moeda – ouro em pó – logo após sua extração. Com sua exploração por terceiros, o Estado perdia parte do controle sobre a produção de uma moeda desejada e aceita, ainda que clandestinamente, em qualquer parte do mundo. Em certa medida, a economia da primeira metade do século XVIII passou a ser pautada pelo ritmo de extração das lavras auríferas do interior da América portuguesa.

O surgimento do ouro e da demanda por produtos, no interior do continente, estimulou a produção agrícola e pecuária em várias regiões da capitania e da colônia e criou um mercado interno consistente que, de certo modo, contribuiu para integrar a América portuguesa. Portanto, embora a produção aurífera nunca tenha ultrapassado a riqueza que continuou a ser gerada com a produção do açúcar, foi o ouro que provocou transformações substanciais na colônia.²⁴

A mineração, além de dar nome à capitania – algo que não ocorreu com outras atividades econômicas – foi um elemento catalizador da economia regional, que, apesar disso, não se viu resumida por essa atividade econômica, ao contrário, a extração aurífera teve como principal efeito o estímulo à diversificação econômica.²⁵

²² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 57.

²³ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007. p. 65.

²⁴ Ibidem. p. 65. Tal transformação não foi capaz, no entanto, de mudar estruturalmente a colônia, isto é, não promoveu uma alteração do papel que a colônia desempenhava – e seguiu desempenhando mesmo após a independência política no século XIX – na economia ocidental.

²⁵ Como aponta Laura de Mello e Souza, “os homens que abriram fazendas ao longo do caminho novo [...] não o fizeram porque achassem boas as terras dali, mas porque foram atraídos pela mineração.” Cf. SOUZA, Laura de

Formaram-se, em Minas Gerais, duas estruturas econômicas distintas: uma predominante, baseada no trabalho escravo, expressa fundamentalmente na mineração, mas também presente na agricultura; e outra marcada pelo campesinato, presente nas atividades rurais, mas também na mineração, na figura do faiscador.

A produção aurífera em larga escala dependia do escravismo, e a reprodução deste, por sua vez, era limitada estruturalmente pelo volume de ouro produzido. Desde o início, dependia-se “das demandas geradas pela circulação monetária correspondente à produção de ouro”, especificidade aplicada à atividade mineira, cuja determinação última era absolutamente interna, não dependendo o setor minerador de qualquer oscilação externa, seja de preço, ou de demanda por ouro que, por se tratar de meio de troca universal, sempre foi alta.²⁶

O desenvolvimento destas duas formas de organização produtiva em Minas Gerais, baseadas no trabalho escravo e camponês, possibilitou o desenvolvimento, ao longo do século XVIII, de elementos superestruturais próprios, perceptíveis ainda hoje, como o forte apego às relações familiares, herança camponesa, e o racismo, legado do escravismo.²⁷ Contudo, estas formas não chegaram a forjar uma superestrutura predominante, que, mesmo em uma realidade nova, profundamente diversa da europeia, permaneceu sendo composta pelo conjunto de instituições jurídico-políticas do Antigo Regime português. Formalmente, a sociedade era pautada pelas Ordenações Filipinas, embora, durante o século XVIII, estes valores e instituições tivessem sido ajustados, ressignificados ou mesmo desconstituídos face à realidade colonial.²⁸

Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 14-15. No entanto, o ouro também provocou efeitos negativos em outras regiões da colônia. Artesãos e oficiais mecânicos de diversas cidades e vilas coloniais, ao saberem do ouro, migraram em busca de melhores salários, provocando, nos locais de origem, falta de mão de obra e aumento dos custos dos serviços. Esse efeito foi sentido em São Paulo já em 1703, quando a população queixou-se, junto à Câmara, do aumento dos preços cobrados pelos alfaiates e sapateiros. Os proprietários de gado também passaram a privilegiar as vendas ao mercado mineiro, onde, apesar das péssimas condições em que chegavam as reses, alcançavam valores muito maiores. O mesmo ocorreu com a mão de obra escrava, comprada por um preço mais elevado nas regiões auríferas, prejudicando a oferta nas capitanias do nordeste. Os próprios traficantes de escravos passaram a priorizar a venda no porto do Rio de Janeiro, em função da proximidade com a região aurífera, em detrimento da Bahia e Pernambuco. Cf. BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 76-77.

²⁶ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 60. Embora aparentemente ser atividades profundamente distintas, a agricultura e mineração, no período colonial brasileiro, possuíam uma organização similar, conforme apontado em PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 117.

²⁷ Deve-se ressaltar que não há, na análise, qualquer relação mecânica entre estruturas e superestruturas, ao contrário, concorda-se com E. P. Thompson, há certa autonomia entre os acontecimentos políticos que não são determinados, mas condicionados por elementos econômicos, o que é profundamente diferente. Cf. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. p. 207.

²⁸ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 65-66.

1.1.3 A sociedade mineira

O fluxo populacional provocado pela descoberta das minas de ouro no interior da América portuguesa foi composto, em grande parte, por indivíduos que dispunham de pouca perspectiva em suas localidades de origem. Isto contribuiu para dar à sociedade mineira, em formação, um caráter fluido, em que o peso do passado e das tradições era muito menor, em que os códigos e convenções sociais faziam menos sentido, em que as normas do Antigo Regime europeu, embora presentes, soavam artificiais, diluíam-se no cotidiano.²⁹

Predominava, na sociedade mineira setecentista, marcada em parte pelos valores do Antigo Regime, e em parte por esta nova realidade, a propriedade privada dos meios de produção e determinada divisão social do trabalho em ao menos dois grupos sociais antagônicos: aqueles que detinham os meios de produção, e aqueles que, não os possuindo, os operavam. Deste antagonismo provém a divisão desigual dos frutos sociais do trabalho. As classes sociais são a expressão social coletiva dessa apropriação do produto do trabalho de uns por outros, ou simplesmente, do “mais-valor”.³⁰

O uso do conceito de classes sociais para sociedades pré-industriais, como a mineira dos setecentos, tem sido muito questionado. Uma das críticas possíveis foi feita por Edward Palmer Thompson que, ao associar a existência da classe à consciência de classe, distinguiu o uso do conceito de duas formas: uma estática e outra histórica. A primeira pressupõe a existência da classe a partir das relações de produção, projetando sobre ela uma consciência ideal, verdadeira, contra a qual se coloca uma falta de consciência. Em outros termos, a classe social existiria como tal ainda que a consciência de classe de seus membros não estivesse desenvolvida. O uso histórico, ao contrário, condiciona o uso do conceito, por parte do pesquisador, ao pensamento dos indivíduos e grupos que, potencialmente, comporiam a classe

²⁹ Sobre as indistincões nessa sociedade, ver SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. Para o governador da capitania, Pedro Miguel de Almeida Portugal (1717-1721), esta sociedade havia sido edificada em terreno movediço. Nela, os títulos soavam falsos, pois não tinham, como em Portugal, respaldo no corpo social. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 154-155, 159, 168, 181. Outra consequência do processo de ocupação demográfica, que contribuiu ainda mais para a fluidez social, foi a ausência de laços familiares profundos. A família nuclear tal qual conhecemos hoje, foi raridade na sociedade mineira colonial. De modo geral, o perfil do migrante que chegou à região aurífera nas primeiras décadas do século XVIII era: homem, jovem e solteiro. Como quase não havia mulheres brancas, formaram-se famílias à margem das leis, difundiu-se o concubinato. Ademais, não havia, na metrópole, gente suficiente para povoar e recriar, na colônia, uma população branca. A consequência foi, como já se mostrou, a consolidação, em poucas gerações, de uma população predominantemente mestiça. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 163-165, 205-206.

³⁰ SAINTE CROIX, Geoffrey. E. M. de. *The class struggle in the Ancient Greek World. From the Archaic Age to the Arab Conquests*. London: Duckworth, 1981. p. 43.

social. Se, por uma série de fatores, um coletivo de indivíduos, em determinado momento histórico, não se compreendessem conscientemente como uma classe social, eles não o seriam.

A formação da consciência de classe, para Thompson, ocorre em meio à luta de classes, a partir de determinadas relações de produção. Havendo exploração, há conflitos e contradições e, em meio a isso, os indivíduos e grupos vão se associando e se descobrindo enquanto classe. A tomada de consciência não é, portanto, o ponto de partida, mas de chegada. A própria classe, em constituição, iria criando instituições que a apoiariam, acelerando sua formação e amadurecimento.³¹ Há, aqui, uma contradição: admite-se que a tomada de consciência é um processo, mas nega-se, ao mesmo tempo, o uso do conceito a um grupo sem plena consciência de si, sob o risco de “golpear a história para salvar a categoria”.³²

O fato de um indivíduo ou grupo, em determinada circunstância histórica, não se enxergar como tal, não o exime das consequências materiais, políticas e sociais de tal fato. Um indivíduo escravizado em Minas Gerais durante o século XVIII, seria escravo e eventualmente resistiria individualmente, no cotidiano, como outros escravos, ainda que não se enxergasse como um. Guardadas as devidas proporções, um operário brasileiro, no século XXI, ainda que não se veja como tal, opõe-se, ainda que individualmente, em seu cotidiano, ao congelamento dos salários, pois isso afeta diretamente seu poder de compra, e isso ele percebe, independentemente de ter consciência plena de sua condição operária.

Longe de ser um pensamento leninista-platônico³³, como sugere Thompson, entende-se que a tomada de consciência é um processo longo e contraditório, sujeito a avanços e recuos ligados à própria dinâmica da luta de classes. É em meio ao movimento do real que a consciência de classe, enquanto processo, avança ou recua, e permite ao escravo do século XVIII, ou ao operário do século XXI, se descobrir enquanto tal e aperfeiçoar seus métodos de mobilização e luta. Por isso, não é viável condicionar o uso do conceito a um determinado grau de desenvolvimento da consciência de classe, que só ocorre em meio ao conflito entre as classes que, para lutar precisam, de alguma forma, existir. Presume-se, portanto, a existência das classes sociais, se não para si, ao menos em potencial, em si.³⁴

³¹ THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos...* p. 272-275.

³² Ibidem. p. 275-276.

³³ Ibidem. p. 277-279.

³⁴ Este é o problema do que Engels chamou de falsa consciência, isto é, o desenvolvimento, em uma classe dominada, de uma consciência fortemente influenciada pela classe dominante. Cf. ENGELS, Friedrich. “Carta a Franz Mehring, 14 de julho de 1893.” In: BARATA-MOURA, José; CHITAS, Eduardo; MELO, Francisco; PINA, Álvaro (Orgs.). *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. Tomo III. Lisboa: Edições Avante, 2006. pp. 556-561. Concordamos com Thompson que não há falsa ou verdadeira consciência, mas consciência possível. Cf.

Outra crítica muito comum é feita pelos adeptos da teoria das elites. Em síntese, alega-se que a ausência de uma teoria dos grupos sociais em Karl Marx teria dado ao conceito de classes sociais uma dimensão de pré-julgamento, impossibilitando seu uso analítico-operativo.³⁵ Há, ao que parece, uma confusão entre o legado marxiano e uma leitura economicista da realidade. Uma geração de intelectuais, de modo consciente ou não, deformou tal legado, criou um espantalho que a geração seguinte de orientandos, rejeitando a leitura direta das obras, combateu com certa desenvoltura, já que o espantalho representa, de modo limitado e caricato, algo original e complexo e, por isso, não é capaz de oferecer resistência.³⁶

Por outro lado, os teóricos e práticos do elitismo não conseguiram, como indica Poulantzas, elaborar uma outra teoria do Estado. Até então, eles têm se ocupado dos indivíduos, por vezes atribuindo a eles um peso exagerado na condução das comunidades humanas e nos próprios processos históricos. De modo geral, estas análises pecam pelo voluntarismo, não compreendem os constrangimentos estruturais que limitam e condicionam as ações individuais e coletivas. Disso deriva a dificuldade de compreender os conflitos externos à classe dominante colonial, e a ausência de menção ao escravismo em parte considerável de dissertações e teses recentes sobre Minas Gerais colonial.³⁷

O uso do conceito de classes sociais pode, ainda, gerar uma associação equivocada entre a sociedade mineira dos setecentos e o modo de produção capitalista. De fato, o ouro viabilizou a vida urbana e uma composição social muito mais complexa e diversificada que a existente, até então, em outras regiões da colônia. Expandiu setores sociais pouco desenvolvidos, ampliou as possibilidades profissionais e o mundo do trabalho, negou, em vários

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos...* p. 270-271. Não negamos, com isso, os efeitos ideológicos de uma classe dominante sobre outra que, no limite, pode apagar, quase por completo, a consciência desta classe, o que não significa apagá-la enquanto potencial. Cria-se, em determinadas circunstâncias da luta de classes, extremamente desfavoráveis às classes dominadas, não uma falsa consciência, mas uma consciência que contribui para a inação, ou uma ação comprometida com a manutenção do *status quo*. Se fossemos condicionar o uso do conceito a uma consciência plena e acabada de si, não há dúvida que não haveria, hoje, classe trabalhadora no Brasil.

³⁵ Para a síntese dessa leitura, ver OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 21.

³⁶ Esta estratégia, presente em muitas dissertações e teses recentes que, em sua vertente mais pós-moderna, rejeitam contribuições importantes como as de Caio Prado Jr. e Fernando Novais sem sequer as ler, recorrendo a uma síntese presente em FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 15-32 também ocorre de maneira mais ampla em todo o ocidente, como indicado em CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. “Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social?” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, nº 71, out. 2009. p. 148.

³⁷ *Ibidem*. p. 149-150.

aspectos, o Antigo Regime.³⁸ Contudo, outros fatores permaneceram, como o escravismo, o grande investimento em capital variável, isto é, mão-de-obra, e o baixo desenvolvimento das forças produtivas. Se não se poderia mais falar, *stricto sensu*, de uma sociedade de Antigo Regime nos moldes europeus, tampouco se poderia falar em uma sociedade capitalista.

Em síntese, não cabe, no âmbito deste trabalho, aprofundar a definição de classes sociais, apenas justificar sua utilização para compreensão das relações políticas nas minas setecentistas. A análise sustenta-se teoricamente na abordagem proposta por Geoffrey Ernest Maurice de Sainte Croix, para quem as classes não são algo dado por si, mas vinculam-se umbilicalmente às relações de produção, o que não diminui a importância do processo de consciência de classe. Não se restringe a análise ao uso de termos utilizados pela própria sociedade da época para estudá-la, por considerar que, por vezes, está expresso nos documentos oficiais do período a própria visão de mundo da classe dominante da época, e que o historiador, com frequência, temendo o condenável anacronismo, acaba por se converter em uma espécie de caixa de ressonância da ideologia dominante do período que estuda.³⁹

A luta de classes, para Sainte Croix, não se restringe à dimensão econômica e produtiva, frequentemente se manifesta, também, no plano político. A classe que domina o faz também pelos meios políticos e institucionais, ao que se chega, após este longo preâmbulo, à centralidade que as instituições em geral, e as câmaras municipais em específico, possuíam nas sociedades coloniais, não apenas como gestoras da vida na localidade, ou como representantes do Estado, mas fundamentalmente como expressões dos interesses da classe dominante local.⁴⁰

A sociedade mineira colonial, fluida, apresentava uma composição social diferente da sociedade do açúcar, ou mesmo da sociedade metropolitana, onde pulsavam, com maior intensidade, os valores do Antigo Regime. O conflito entre o povo e a nobreza europeias, ou as contradições entre os senhores de engenho e os escravos no litoral brasileiro, deu lugar a ao menos quatro classes sociais nas minas setecentistas. Duas delas fundamentais e antagônicas – por possuírem interesses inconciliáveis – isto é, os escravocratas e os escravos.⁴¹

³⁸ O próprio controle que as câmaras municipais mineiras exerciam sobre as corporações de ofício, como lembra Caio Boschi, era muito menos rígido e eficaz se comparado ao de suas congêneres metropolitanas. BOSCHI, Caio César. *Achegas à História de Minas Gerais...* p. 74-76.

³⁹ SAINT CROIX, Geoffrey. E. M. de. *The class struggle...* p. 32-33, 43.

⁴⁰ Ibidem. p. 44.

⁴¹ Assim como na antiguidade, concordando com Sainte Croix, o principal contraste social que ocorria não era, propriamente, entre livres e escravos, mas entre uma classe proprietária e outra, escravizada. Cf. SAINT CROIX, Geoffrey. E. M. de. *The class struggle...* p. 66.

1.1.3.1 Classe dominante

No topo da sociedade mineira setecentista havia uma pequena camada de homens ricos e poderosos que viviam dos frutos do trabalho de seus escravos, seja na agricultura, na mineração ou no comércio. Esta classe social era composta por diferentes setores, com interesses distintos, muitas vezes conflitantes. A ela correspondia uma ideologia difundida por toda a capitania ao longo do século XVIII. Os setores mais ricos de Vila Rica – principalmente mineradores, mas também comerciantes e, com a intensificação da crise aurífera, praticantes de *ágio* –, embora estivessem por trás de muitas decisões que ocorriam nas câmaras municipais, raramente as ocupavam diretamente, embora estivessem, em quase todos os momentos, bem representados. Estes espaços, embora muito importantes para a política e economia locais, do ponto de vista social, eram o ponto de partida para o ganho de prestígio.

Por esta razão, as quatro gerações que dominaram diretamente o cenário político de Vila Rica ao longo do período colonial, monopolizando os postos camarários, não é formada, em grande parte, pelos indivíduos mais ricos no mesmo período. Henrique Lopes de Araújo, por exemplo, dono de uma das maiores fortunas da região na primeira metade do século XVIII, chegou a doar parte de seu patrimônio para os cofres municipais, destinando-os à edificação de uma Santa Casa de Misericórdia, embora nunca tenha chegado a exercer qualquer posto na municipalidade. Pascoal da Silva Guimarães, um dos mineradores locais mais ricos das primeiras décadas do século XVIII, e um dos cérebros por trás da Revolta de Vila Rica, em 1720, só assumiu um posto central na câmara – e logo a presidência – em meio à crise com o então governador Conde de Assumar, em 1719. Houve, claro, exceções que confirmam a regra, como foi o caso de Antônio Ramos dos Reis, que exerceu funções centrais na instituição em 1719, 1739, 1745 e 1757, mas que também as rejeitou muitas vezes, alegando razões econômicas, como a necessidade de cuidar de suas lavras em 1725.

Portanto, havia, no interior da classe dominante local, um setor economicamente proeminente, e outro, normalmente com menos posses, que monopolizava os espaços de representação política local. Embora alinhados em muitos momentos, a relação entre estes grupos não era simples. Por vezes, os interesses destes dois grupos divergiam, o que se tornava mais claro em contextos de embate aberto, por exemplo, durante as revoltas e conspirações, como em 1720 e 1789. Soma-se, a estes embates internos entre diferentes setores da classe dominante local, a transformação qualitativa ocorrida em seu interior, ao longo das gerações, possibilitada pelo acúmulo quantitativo de ouro, isto é, os filhos e netos das primeiras gerações,

enriquecidas pela mineração, estudaram no reino, e alguns retornaram à colônia aptos para servir ao Estado, com uma visão aprofundada da administração lusitana.⁴²

Nesta nova sociedade, composta por estruturas e superestruturas diversas, a classe dominante desenvolveu uma visão particular de mundo, mas menos original do que aparenta. O barroco, expressão artística que, desenvolvida em solo europeu durante a contrarreforma, ganhou novo fôlego, tardio, nas minas setecentistas, onde, para além da dimensão artística, materializou-se também como expressão social, em festas faustosas e ritualescas, e nas mentes da classe dominante mineira, enquanto ideologia dogmática, conservadora e absolutista.⁴³

Essa ideologia se tornou hegemônica em solo mineiro até ao menos o final do reinado de D. João V, em 1750, perdendo espaço gradativamente, à medida em que intensificava-se a decadência aurífera, para um novo pensamento, mais aberto e simpático ao iluminismo, que ganhava espaço entre os membros da terceira geração da classe dominante local, alguns formados no reino, apesar das limitações políticas da formação em Coimbra anterior a 1772.⁴⁴

1.1.3.2 Negros e escravos

Opondo-se à classe dominante e seus diferentes setores, estava uma parte significativa da população mineira setecentista, os escravos. O número de indivíduos nesta condição oscilou muito na região ao longo do século XVIII, porque a extração de ouro dependia do trabalho do escravo e, por sua vez, o escravismo, ao menos na comarca de Vila Rica, dependia da mineração aurífera para se reproduzir. Com a escassez do ouro, aumentou significativamente o número de alforrias e coartações, uma espécie de compra parcelada da liberdade, em quatro ou seis vezes.⁴⁵ Sérgio Buarque de Holanda estimou que, em 1739, apenas 1,2% dos negros da região eram

⁴² Qual é a fonte do poder? O poder econômico ou o controle das instituições do Estado? Há unidade ou pluralidade de interesses no seio da classe dominante? Como a política e a economia se vinculam? Estas questões, de difícil resolução, dividem autores, e estão no pano de fundo deste trabalho. Elas foram sintetizadas em CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. *Marxismo e elitismo...* p. 143-153, e desenvolvidas com mais profundidade em POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Volume 2. Paris: Maspero, 1971. p. 156.

⁴³ ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas...* Vol. 1. p. 26, 133. Sobre esse assunto, ver também: MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 2009.

⁴⁴ Este conflito propriamente ideológico dava-se no interior dos próprios indivíduos. Affonso Ávila, ao analisar as Cartas Chilenas, percebeu a presença de conceitos e opiniões conflitantes com a ideologia predominantemente barroca. Cf. ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas...* Vol. 1. p. 78-80, 134, 141-144).

⁴⁵ Sobre a coartação em Minas Gerais, ver: SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 151-174; PAIVA, Eduardo França. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial.” In: *Revista de História*. São Paulo, nº 133, jul-dez. 1995. pp. 49-57. Portanto, não houve “acomodação” da grande unidade escravista nos centros mineradores. Há, ou a dissolução por meio das alforrias ou quartações, ou a migração do capital variável principalmente para outras unidades produtivas, do sul da capitania. Para uma visão destoante, ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 38.

livres; em 1786 este número teria chegado a 35%, e em 1808 a 41%.⁴⁶ No caso de Vila Rica, especificamente, em 1808, dos 11.200 habitantes apenas 403 eram escravos (3,5%).⁴⁷

A fluidez da sociedade mineira, conferida pela própria formação social, pela vida urbana e pelas possibilidades associadas à exploração do ouro, criou um ambiente com maiores possibilidades aos escravos, o que não implica relativizar sua condição. É evidente que, naquela economia, não era comum um escravo conseguir acumular excedente suficiente para comprar sua liberdade. O que se tornou mais frequente, principalmente com o agravamento da crise aurífera, foi a concessão de alforrias como estratégia dos proprietários de escravos para preservar, em meio à crise, parte de seu patrimônio, haja vista o custo para manutenção e reprodução da força de trabalho.⁴⁸

Os dados acima, por si, já distinguem estruturalmente as sociedades metropolitana e colonial. Embora tenha havido escravidão na metrópole, esta foi residual, chegando, quando muito, ao final do século XVI, a alcançar 10% da população em algumas regiões, como em Lisboa e no Algarve e, apesar de ter existido escravidão no reino, nunca houve escravismo, isto é, este tipo de trabalho compulsório nunca chegou a ser o principal motor da economia.⁴⁹

Se no centro da capitania a produção de ouro e o escravismo encolhiam, ao sul, na comarca do Rio das Mortes, a agricultura, também baseada no escravismo, presente desde o início do século XVIII, ganhava ainda mais importância, passando a absorver parte da oferta de mão de obra escrava oriunda dos antigos centros mineradores, consolidando o movimento demográfico centrífugo em Minas Gerais.⁵⁰

⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume 2. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 212. Estima-se que, de 1698 a 1770, vieram para Minas Gerais cerca de 341 mil escravos. SOUZA, Laura de Mello e, e Maria Fernanda BICALHO. *1680-1720. O Império deste mundo...* p. 26. Faltam estimativas sobre a quantidade de mulheres na capitania mineira ao longo do século XVIII. Sabe-se, no entanto, que o número de mulheres brancas em Vila Rica era muito pequeno. Cf. BOXER, Charles Ralph. *Portuguese society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965. p. 145.

⁴⁷ Em 1716 havia, na região aurífera, cerca de 35 mil habitantes, dos quais 79,5% eram negros, a quase todos escravos. No início da década de 1740, a capitania de Minas Gerais possuía pouco mais de 260 mil habitantes, dos quais 70% eram negros. Em 1786, havia pouco mais de 360 mil habitantes na região, 100 mil eram pardos e quase 200 mil eram pretos, ou seja, ao menos 80% eram negros. Em 1808, dos pouco mais de 430 mil habitantes da capitania, apenas 24,6% eram brancos, 33,5% eram pardos e 41,6% eram pretos. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 203-204. Em resumo, a proporção entre brancos e negros (pretos e pardos) em Minas Gerais, durante o século XVIII, oscilou entre 3 a 4 negros, livres ou escravos, para cada branco.

⁴⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 48.

⁴⁹ MATTOS, Hebe Maria. *A escravidão moderna nos quadros...* p. 146; SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994; MARQUES, João Pedro. *Portugal e a escravatura dos africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

⁵⁰ BOSCHI, Caio César. *Achegas à História de Minas Gerais...* p. 70-71.

Neste cenário de fluidez e crise, o que não oscilou ao longo do tempo foi a composição étnica da sociedade mineira, os negros (pretos e pardos), libertos ou na condição de escravos, formaram, ao longo de todo o século XVIII, a maioria absoluta da população de Minas Gerais. Em 1776, por exemplo, em meio à crise aurífera, quando a população na capitania alcançava cerca de 320 mil habitantes, havia cerca de 1 branco para cada 3 ou 4 negros.⁵¹ Vivia-se à beira de um colapso social, tamanha a desproporção entre as duas classes fundamentais que a compunham. O colapso só não ocorreu em função do Estado que, controlado por uma delas, agia, por vezes, de modo violento, para garantir a manutenção do *status quo*. Os exemplos são vastos na historiografia, embora raros nos últimos anos, em função da pouca centralidade dada a este tipo de abordagem.⁵²

Em 1719, por exemplo, articulou-se em Vila Rica um levante geral dos escravos, previsto para a quinta-feira santa. Ao que se sabe, o plano previa que, quando a classe dominante – predominantemente branca – estivesse nas igrejas, suas casas seriam arrombadas, e suas armas expropriadas pelos negros. O movimento não se desfez espontaneamente, foi desarticulado pelo Estado, comandado pelo governador Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar – o mesmo que, um ano depois, voltaria o aparelho repressor do Estado contra uma parcela da própria classe dominante. Conflitos dessa natureza, essencialmente conflitos de classe, eram uma ameaça constante aos detentores do poder, e ocorriam por toda a capitania. Em Catas Altas, por exemplo, há registro de levantes negros significativos, que tinham como alvo os escravocratas, em 1735 e 1756.⁵³

A ação repressiva do Estado articulava-se, por certo, com a classe dominante local através de seus representantes nas câmaras municipais, como será demonstrado nos capítulos 2 e 3. A resistência dos negros em Minas Gerais tornou-se mais intensa a partir da década de 1740, com o estabelecimento de diversos quilombos próximos aos caminhos que levavam aos principais centros urbanos da capitania. O escravismo foi um elemento central das sociedades coloniais em toda a América, e o Estado, que financiava e organizava a repressão sistemática aos negros, cumpria uma função essencial para sua manutenção.⁵⁴

⁵¹ Em 1776, a população da capitania de Minas Gerais estava dividida da seguinte forma: 52,2% eram pretos, 25,7% eram pardos e 22,1% eram brancos.

⁵² Ver uma obra de referência sobre esta abordagem: MAGNO, Carlos. *Quilombos: classes, política e cotidiano (Minas Gerais no século XVIII)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

⁵³ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 70.

⁵⁴ A afirmação da centralidade do escravismo na formação das sociedades coloniais americanas, bem como do papel do Estado na sua manutenção, embora possa parecer óbvia, foi relativizada por alguns autores de influência

1.1.3.3 Os desclassificados do ouro

Para além das duas classes sociais fundamentais, surgiram outras – não fundamentais ou de transição –, que não estavam diretamente envolvidas na extração aurífera, mas que dela se beneficiavam, e que mais tarde desempenhariam papel central na economia e sociedade brasileiras. Havia, por exemplo, uma espécie de *protoburguesia*, formada por pequenos e médios comerciantes, artesãos, oficiais mecânicos, boticários, taberneiros, advogados, médicos, professores, agricultores de subsistência e pequenos mineradores que, possuindo um pequeno número de escravos, tinham o necessário para viver. Era um setor presente, em número menor, também nas cidades litorâneas vinculadas à produção do açúcar. O dinamismo econômico e a complexidade da sociedade aurífera criaram as condições para o alargamento deste setor, que contribuiu para a formação de grupos ilustrados e intelectualizados nas vilas mineiras.

Existia também, próximo à base da sociedade mineira colonial, pouco acima dos escravos, um grupo que não constituía propriamente uma classe. Era uma espécie de *protolumpemproletariado*, ou, como ficou consagrado no estudo clássico de Laura de Mello e Souza, aqueles sem classe na sociedade aurífera, os *desclassificados do ouro*.⁵⁵ Eram homens livres pobres, indivíduos sem profissão definida, desocupados ou com ocupações intermitentes, mendigos, ladrões, prostitutas, entre outros, de vida instável e muito difícil, que chegaram à região atraídos pela ilusão da riqueza fácil que o ouro provocava. Diferenciavam-se dos escravos por serem juridicamente livres, mas viviam frequentemente na miséria. Para Laura de Mello e Souza, no cotidiano, não tinham uma vida muito mais vantajosa que a dos cativos.⁵⁶

A origem deste grupo remonta ao século XII e ao fenómeno da urbanização no ocidente. Até então, havia a pobreza, que no mundo medieval cumpria uma função positiva sob o ponto de vista religioso, já que os ricos viam nos pobres uma espécie de atalho ou

pós-moderna. O maior expoente, António Manuel Hespanha – não o marxista da década de 1970, mas o pós-moderno do século XXI –, chegou a equiparar o escravismo colonial à condição camponesa das sociedades europeias, eximindo o Estado português do papel central exercido na repressão a esta classe subalterna e, portanto, na manutenção do sistema escravista. Cf. HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 34-35. A vertente pós-moderna da historiografia luso-brasileira do período moderno, usufruiu, em alguma medida, do legado relativista que se difundiu, principalmente em Portugal, a partir da década de 1950. O uso de expressões como “ultramar”, “além-mar”, “espaço português” e “províncias ultramarinas” projetavam uma concepção corporativa e ultramarina do Estado Novo português, inventavam uma tradição política fundada na descentralização e autonomia, representadas pela força política das elites. Apagavam a exploração e opressão da equação histórica, deslegitimando as lutas pela descolonização. Cf. CURTO, Diogo Ramada. “A historiografia do Império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções.” In: *História da historiografia*, nº 10. pp. 118-119.

⁵⁵ A ideia de desclassificação remete-se ao conceito de classificação, é o seu reverso. Se havia desclassificados é porque havia uma ordem classificadora. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 25-27.

⁵⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 25-27, 73-74.

intermediário para, por meio da caridade, se aproximar de Deus. A miséria, ao contrário, é filha do reflorescimento das cidades e, com o tempo, se torna, aos olhos da classe dominante, um elemento negativo, de ameaça à ordem social estabelecida.⁵⁷

A partir do século XV, em Portugal, os desclassificados acabaram sendo absorvidos pela expansão marítima, as vezes de forma compulsória. As colônias funcionaram como uma válvula de escape para os “problemas sociais” das metrópoles.⁵⁸ Nas colônias, embora os desclassificados estivessem econômica e socialmente mais próximos dos escravos, diferenciavam-se deles no trabalho, por exercerem funções de supervisão e policiamento.

Embora fossem, muitas vezes, mestiços, do ponto de vista ideológico, os “vadios”, como eram chamados à época, identificavam-se muito mais com a classe dominante colonial do que propriamente com os escravos, a quem a realidade cotidiana os aproximava. O desclassificado, ao ser ocasionalmente integrado ao sistema, poderia ser empregado como capanga ou capitão-do-mato, para reprimir quilombos ou delatar seus pares, ou para expandir as fronteiras agrícolas e minerais da capitania. Portanto, constituíam uma reserva de mão-de-obra que, por sua condição frágil e pelo caráter circunstancial e inconstante com que eram integrados à sociedade e à economia, tinham dificuldades de desenvolver certa coesão de grupo e, propriamente, uma consciência de classe.⁵⁹

Se a colônia lusa na América funcionou como válvula de escape para estes desclassificados portugueses, com a descoberta do ouro no interior do continente, no final do século XVII, a futura capitania de Minas Gerais, além de alargar a migração desses indivíduos, funcionou também como uma válvula de escape interna, não apenas pela promessa de riqueza fácil que atraiu para a região uma massa de desclassificados que pairava no litoral da colônia, mas pela própria característica da extração aurífera, que distribuiu a pobreza e alargou esse setor. Sob a ótica da classe dominante colonial, este problema social foi reduzido nas áreas litorâneas, dragado pelo ouro das Minas Gerais.⁶⁰

Deste movimento quantitativo resultou uma mudança qualitativa do próprio conceito de desclassificado na colônia nos setecentos, que passou a ser todo aquele indivíduo que, não inserido na estrutura produtiva colonial, isto é, na grande lavoura ou nas minas de ouro, pôde,

⁵⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 78-79.

⁵⁸ O alvará de 6 de maio de 1536, por exemplo, determinava que os vadios de Lisboa que viviam na ribeira furtando bolsas, deveriam ser desterrados para o Brasil. Cf. *Ibidem.* p. 86.

⁵⁹ *Ibidem.* p. 91, 213, 293 e 298.

⁶⁰ *Ibidem.* p. 111.

ocasionalmente, ser por ela aproveitado. Constituiu um exército de reserva de mão de obra, semelhante aos desempregados e nas economias capitalistas periféricas contemporâneas.⁶¹

À medida em que a crise aurífera se intensificava, o “problema” dos desclassificados, bem como os efeitos colaterais do escravismo, como a resistência nos quilombos, também se tornavam mais profundos. Entre estes dois grupos havia uma conexão, os escravos estavam integrados, eram parte fundamental da grande lavoura e da mineração, e, com a crise desta, passaram a ser, em parte, absorvidos pela expansão da lavoura no sul da capitania mineira, em parte libertados, engrossando as fileiras dos desclassificados e ampliando, aos olhos da classe dominante colonial, este “problema social” no centro da capitania.⁶²

1.2 O ouro e a administração colonial

De modo geral e bastante simplificado, a monarquia portuguesa, ao longo dos mais de sete séculos de existência, pode ser dividida em três fases: a primeira, limitada pelas cortes, se estendeu da criação do reino em meados do século XII até o final do século XVII; a segunda, centralizada e com traços absolutistas, correspondeu ao século XVIII e início do século XIX, e teve como ápice os reinados de D. João V e D. José I; a última, chamada de monarquia constitucional, estendeu-se de 1820 até a implantação da República em Portugal, em 1910.⁶³

Não há consenso quanto ao momento em que a monarquia portuguesa tornou-se, efetivamente, mais centralizada, tampouco é ponto pacífico, na historiografia recente, a utilização do termo absolutismo. O que se pode afirmar, sem errar, é que, ao longo do século XVIII a monarquia lusa passou por uma transformação, concentrou poderes, centralizou decisões, deixou de consultar as cortes para governar. Tudo isso só foi possível, entre outros fatores, pela riqueza proporcionada pelo ouro brasileiro. O modelo administrativo descentralizado, herança filipina, atendia às necessidades imediatas de colonização da América, adaptava-se melhor ao problema da grandeza do território e às dificuldades de comunicação. Com o ouro, tudo mudou, era hora de colher os frutos da colonização, e a transição para um novo modelo administrativo, centralizado, que favorecesse o controle e a fiscalidade, já era perceptível durante o reinado de D. João V (1706-1750). Mas foi durante o reinado de D. José

⁶¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 92.

⁶² Ibidem. p. 144-145, 177. Exemplos de efeitos do combate a este grupo são a carta régia de 22 de julho de 1766 e as instruções acerca dos vadios, de 1769.

⁶³ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica...* p. 26.

I (1750-1777), pelas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal, que o projeto centralizador alcançou seu ápice.⁶⁴

1.2.1 O sentido da administração portuguesa

O tema da administração no período colonial tem sido relegado a segundo plano pela historiografia recente, em favor de assuntos considerados menos tradicionais. Como ponto de partida para compreensão do papel das câmaras municipais coloniais, interessa definir, em linhas gerais, a natureza da administração colonial, e suas especificidades nas regiões auríferas. A divergência clássica está presente nas contribuições de Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro, e já foi amplamente abordada. Em síntese, para o primeiro, o sistema administrativo instalado na colônia mostrou-se caótico e irracional, não teria se adaptado à realidade colonial. Para o segundo, o sistema colonial criado na América possuía uma administração não só centralizadora – o que Caio Prado Júnior não negava –, mas também coesa.⁶⁵

Um meio termo entre essas duas posições, que talvez explique com mais precisão o funcionamento da administração colonial portuguesa, é dado por A. J. R. Russell-Wood. Para o brasilianista, o ponto central da questão era a falta de clareza na definição de prerrogativas e responsabilidades, o que gerava o que chamou de “convergências de jurisdições”, isto é, diferentes indivíduos executando ações sobrepostas, o que era ainda mais nítido quando observado no âmbito local. Não era uma característica necessariamente negativa pois, havendo cooperação entre os diferentes níveis da burocracia, um agente acabava agindo como fiscal dos outros. Mas tornava-se um problema quando, em determinadas circunstâncias, certos agentes passavam a agir em conluio, distorcendo e, por vezes, paralisando a administração local.⁶⁶

Centralizado e coeso, caótico e irracional, ou ainda marcado por superposições de prerrogativas, o fato é que não houve colonização possível sem que o Estado e suas instituições administrativas estivessem presentes. Em Minas Gerais, ao que parece, o Estado chegou tarde, por isso, não esteve propriamente ausente, mas presente de outras formas.⁶⁷

⁶⁴ GUEDES, João Alfredo Libânio. *História administrativa...* Volume IV. p. 21-22.

⁶⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio...* p. 16-17, 25; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 133-137; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 29.

⁶⁶ Exemplo dessa distorção ocorreu em 1735, quando o juiz ordinário Domingos de Abreu Lisboa, que já havia tentado fraudar a coleta dos quintos, subornou o contratador da aferição e os almotacés da câmara, para que não registrassem as vendas de gêneros alimentícios em áreas de mineração, feitas pelos seus escravos. RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural.” In: *Revista de História*, ano XXVIII, volume LV. pp. 25-79. p. 67, 71-72.

⁶⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 51.

Devido às limitações econômicas e demográficas do Império português, predominou, desde o início da expansão ultramarina, o princípio da economia de meios.⁶⁸ Do ponto de vista administrativo, algumas regiões coloniais, econômica e estrategicamente mais importantes, eram alvo de grande controle e dependência, enquanto outras, menos importantes, gozavam de grande autonomia, representada, na prática, pela existência de prerrogativas amplas. Minas Gerais, também sob este aspecto, constituiu-se enquanto síntese da colônia, apresentando uma administração com funcionamento contraditório: quanto ao fisco, o Estado mostrava-se firme e incisivo; nos demais aspectos, havia certa complacência, inclusive para não prejudicar a execução do primeiro.⁶⁹

Por estes elementos, governar a capitania mineira talvez fosse, no século XVIII, o maior desafio de um administrador português. Vivia-se um pêndulo entre a necessidade da sujeição e a inevitabilidade da autonomia. O desafio, para os agentes régios, era saber o quanto poderia avançar, sem provocar a dissolução dos laços coloniais. Muitos fatores contribuíam para tornar mais difícil a administração da capitania mineira, o principal deles foi a distância, elemento incontornável, que dificultava muito o controle da região. A comunicação entre Vila Rica e Lisboa demorava meses e somava-se a isso a complexidade da máquina burocrática, que acabava por favorecer, em muitos casos, os interesses da classe dominante local.

Essa combinação de necessidade de controle local, associada à dificuldade de comunicação com o centro, poderia provocar episódios de repressão desproporcional, como em 1720, quando da repressão à Revolta de Vila Rica, comandada pelo então governador Conde de Assumar, ou, no outro extremo, poderia aproximar os agentes régios a grupos específicos da classe dominante local.⁷⁰

Contudo, essas aproximações raramente ameaçavam o controle do Estado, pois ocorriam dentro de uma lógica patrimonialista, em que não se diferenciava o público e o privado. O “dom”, ou a “mercê”, era parte de um aparelho que vinculava, por meio da remuneração Estatal, membros da classe dominante colonial ao rei. Caracterizado pelo desequilíbrio e pela exclusão, esse sistema funcionava porque havia mais trabalho feito pelas classes dominantes coloniais do que retribuição régia sob a forma de mercê.⁷¹

⁶⁸ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002. p. 202. É este princípio que explica, por exemplo, as prerrogativas amplas que sempre incidiram sobre a longínqua e pouco importante Macau, tomada oportunamente pela historiografia pós-moderna, como exemplo da frouxidão do Estado português para com as colônias.

⁶⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 139-143.

⁷⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 46.

⁷¹ Ibidem. p. 345, 349, 391 e 401.

As dificuldades administrativas para se manter o controle de territórios muito distantes, mas essenciais para o Império português, são efeitos colaterais da tentativa de reproduzir, na colônia, uma estrutura administrativa pensada para reger a metrópole. A nova realidade se impôs sobre o modelo, que terminou por se ajustar. Os grupos dominantes locais, por exemplo, embora tentassem se pautar pelos valores do Antigo Regime europeu, não se tornaram, de fato, nobres, no sentido estrito do termo. Constituíram uma nobreza de aparência, de fumaça, maleável aos arranjos locais com negros e indígenas.⁷²

Em síntese, a relação entre a metrópole e a colônia não era propriamente dicotômica, mas contraditória e dialética, isto é, o olhar da colônia afetou a metrópole, e vice-versa. Apesar disso, nunca foram nem poderiam ter se tornado a mesma sociedade e, por isso, por suas diferenças profundas, não poderiam operar da mesma forma, diante dos mesmos valores e instituições: para um homem no reino, por exemplo, era muito mais estranho se deparar com um escravo nas ruas do que em um engenho ou em Vila Rica; da mesma forma que um governador ruim, a princípio, era um problema muito maior para um colono, do que um rei ruim, ao menos até o último quartel dos setecentos.⁷³ Tais contradições, apesar das molduras institucionais e da atuação dos agentes régios, não tardariam a expor, em momentos de crise, a incompatibilidade entre os interesses metropolitanos e as necessidades regionais da colônia.

1.2.2 As transformações iniciais

A transição do século XVII para o século XVIII, em função do ouro, provocou grande agitação em toda a América portuguesa. Viveu-se uma conjuntura crítica, aumentaram as ameaças externas, que cobiçavam as riquezas recém-descobertas, e cresceram também as agitações e levantes internos, devido às grandes mudanças provocadas pelo ouro. O temor da coroa, ao longo das primeiras décadas dos setecentos, era que ocorresse uma associação entre as ameaças externas e internas, que colocasse em risco seu domínio sobre a colônia.⁷⁴

A lógica dita polissinoidal, se pode contribuir para a compreensão do Império português até o século XVII, ao que parece, não é capaz de explicar a realidade a partir dos setecentos, quando se intensificou o processo de centralização administrativa e se fortaleceu o

⁷² SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 372-374, 459.

⁷³ Ibidem. p. 372-374, 459.

⁷⁴ SOUZA, Laura de Mello e; Maria Fernanda BICALHO. *1680-1720. O Império deste mundo...* p. 97. Ver também FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII.” In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 197-254.

papel do Estado, principalmente em relação à América, mais próxima e, a partir de então, muito mais importante que as possessões africanas e asiáticas.⁷⁵

Das descobertas auríferas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, até a elaboração do Tratado de Madri, em 1750, consolidou-se, demográfica e geograficamente, o que seria, mais tarde, o Brasil independente. Economicamente, o mercado interno fomentado pelo ouro acabou por deslocar, em definitivo, o eixo econômico do nordeste para o centro-sul, e com isso, em 1763, também o eixo político, com a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, que, entre 1750 e 1800, viu sua população quadruplicar, de 25 mil para 100 mil habitantes.⁷⁶

Contrariando a afirmação de Caio Prado Jr. de que as instituições administrativas transplantadas para a colônia repetiram suas congêneres do reino, o que parece ter ocorrido, desde o princípio, foi uma lenta adaptação.⁷⁷ A partir do século XVIII, principalmente nas regiões de maior dinamismo político e social, como Vila Rica, esse processo de adaptação à nova realidade – mineradora, escravista, distante do centro de poder e do litoral, e com altíssima capacidade de consumo – ocorreu de modo muito intenso e acelerado. Ocorreu, portanto, uma adequação entre uma dada estrutura e uma superestrutura transplantada da metrópole, que não se moldou perfeitamente à nova realidade, mas cedeu, se ajustou, e se tornou funcional às necessidades da classe dominante local, dos agentes régios, do monarca e do Estado português.

1.2.3 A centralização política e o declínio do ouro

Foi na transição da primeira para a segunda metade do século XVIII que ocorreram importantes transformações na América. De um lado, Portugal consolidou, por meio do Tratado de Madri (1750), seu domínio efetivo sobre parte importante do interior da América do Sul, contrariando o Tratado de Tordesilhas (1494). Outros acordos posteriores alterariam um pouco a fronteira sul, mas nada que contrariasse a tendência geral definida no documento de 1750, que consolidou, em grande medida, as fronteiras atuais do Brasil.⁷⁸

Ainda em 1750, faleceu D. João V, que governou por mais de 40 anos. Na ocasião, a colônia portuguesa na América contava com 1,5 milhão de habitantes, dos quais pelo menos a

⁷⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 49-50, 57.

⁷⁶ BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil...* p. 17; AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil. Administração pombalina...* p. 177. Como disse Fernando de Azevedo, com certo exagero, esse foi o século em que ganhou corpo a burguesia brasileira, com sua vida social, seu luxo e sua cultura. Cf. AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura brasileira: introdução à cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 126.

⁷⁷ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 300.

⁷⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A crise do colonialismo luso na América portuguesa, 1750-1822.” In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 110-111.

metade era composta por escravos, divididos entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, reunificados no início da década de 1770. No decorrer dos anos 1750, a extração aurífera alcança seu ponto máximo, se considerada a produção de toda a colônia, e em Minas Gerais começava a entrar em declínio. Nessa época, já era claro aos observadores mais atentos que, do ponto de vista econômico e demográfico, desenhava-se no horizonte uma ruptura, já que a colônia se desenvolvia mais que a metrópole. A independência política, no entanto, teria que esperar mais de sete décadas.⁷⁹

Durante toda a primeira metade dos setecentos, à medida em que a população colonial crescia e aumentava a chegada de ouro aos portos metropolitanos, intensificava-se a centralização política na colônia. As vilas e capitanias se multiplicavam, e o Estado, pouco a pouco, avançava sobre o interior do continente.⁸⁰ Ao final da década de 1770, com a morte do rei D. José I, se não cessava a política centralizadora do Estado português, rompiam-se, ao menos, as relações amistosas entre as classes dominantes coloniais e o centro político do Império. Em Minas Gerais, vivia-se o declínio da extração aurífera, as câmaras municipais perdiam arrecadação e, em função da viradeira, dissolvia-se o alinhamento político entre a classe dominante local e os agentes régios, costurado com tenacidade desde os tempos de Gomes Freire de Andrade, e fechavam-se as portas da alta administração colonial aos naturais da terra, intensificando-se a percepção daquilo que se chamou de “ser bifronte”, isto é, o homem luso-brasílico, resultado de um processo secular e intenso de fusão social e mescla cultural. A

⁷⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A crise do colonialismo luso...* p. 111-113.

⁸⁰ No início do século XVIII, mais precisamente em 1709, foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, dividida em duas em 1720; ao sul, fundou-se, na entrada da lagoa dos Patos, em 1736, a vila de São Pedro, e criou-se, em 1738, a capitania de Santa Catarina. Na década seguinte, contemplando novas áreas de mineração no interior do continente, criaram-se as capitanias de Goiás, em 1744, e Mato Grosso, em 1748. Em paralelo, suprimiram-se os últimos traços das capitanias hereditárias, indenizando os proprietários, como foi o caso de Santo Amaro em 1709, Espírito Santo em 1718, Itamaracá em 1743, Paraíba do Sul e Campos dos Goitacazes em 1753, Ilhéus em 1754 e Porto Seguro em 1761. Sob o reinado de D. Maria I retomou-se, em 1791, a última capitania particular, a de São Vicente. Ao final do reinado de D. José I, portanto, da era pombalina e do auge do processo de centralização administrativa, a colônia portuguesa na América contava com: 10 cidades, Belém, São Luís, Natal, Paraíba (ex Filipéia), Olinda, Salvador, Cabo Frio, Rio de Janeiro, São Paulo e Mariana; 9 capitanias gerais, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; 8 capitanias subalternas: Rio Negro (Pará), Piauí (Maranhão), Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (Pernambuco), Espírito Santo (Bahia e, depois, Rio de Janeiro), Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (Rio de Janeiro). As capitanias gerais eram governadas pelos capitães-gerais, ou governadores que, nomeados pelo rei para mandatos de 3 anos, frequentemente prolongavam-se no poder. Já as capitanias subalternas eram comandadas por capitães-mores nomeados pelo rei ou pelo governador da capitania geral, e governavam pautados por regimento. AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil. Administração pombalina...* p. 52-54.

classe dominante mineira, já não tão portuguesa quanto aqueles naturais do reino, tampouco já poderia se sentir brasileira, o que só seria possível na centúria seguinte.⁸¹

A crise geral desencadeada por essas transformações se estendeu ao longo das últimas décadas do século XVIII, entrava-se em uma nova conjuntura crítica, bem diferente daquela que marcou o início dos setecentos.⁸² O Império português já não era o mesmo, havia sido vastamente irrigado pelo ouro brasileiro; a corte já não era mais a mesma, vivia-se em todo ocidente os ares do iluminismo e de uma nova forma de governo, a república; a colônia já não era mais a mesma, a população havia decuplicado e se interiorizado, havia agora um mercado interno pujante e diversificado e seu crescimento vertiginoso anunciava a crise do Antigo Sistema Colonial; e, no que diz respeito à classe dominante mineira, e, principalmente, seu setor dirigente, havia ocorrido, ao longo de suas quatro gerações, transformações qualitativas propiciadas pelo acúmulo quantitativo de ouro, desenvolvendo-se, em alguns de seus grupos, uma consciência de classe e uma percepção, ainda que difusa, de que seus interesses já não eram mais compatíveis com o da coroa.

1.3 Crise da mineração e suas consequências

A descoberta do ouro no interior da América portuguesa provocou um movimento centrípeto em direção à atual Ouro Preto, e criou uma economia marcada pela diversificação. A escassez aurífera, ao longo da segunda metade do século XVIII, provocou um movimento centrífugo e a crise, não da economia mineira, mas da economia aurífera. O sul da capitania, onde se desenvolviam atividades agropastoris, passou a receber mais investimentos e a concentrar parte da população antes residente no centro da capitania.⁸³

Definir o marco inicial da crise aurífera não é tarefa simples. Laura de Mello e Souza, por exemplo, apontou que a produção aurífera manteve-se no auge até o final da década de 1730, apresentando declínio gradual durante as décadas de 1740 e 1750 e entrando em franco

⁸¹ Há quem tenha visto na chamada “viradeira” uma espécie de contrarrevolução senhorial, contra uma burguesia em ascensão no período pombalino. Ver CABRAL, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1977. p. 31. Citado por HESPANHA, António Manuel. *O Estado Absoluto: problemas...* p. 10-11, nota 19. Sobre o “ser bifronte”, ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Os portugueses no Brasil: imigração espontânea, imigração compulsória e colonização.” In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Izilda; ARRUDA, José Jobson de Andrade; SARGES, Nazaré; FERLINI, Vera Lucia Amaral (Coords.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto, CEPESE, 2014. p. 33.

⁸² SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 105-108.

⁸³ Esta mudança reflete-se, a partir do último quartel do século XVIII, na redução da arrecadação dos direitos de entrada de mercadorias em Minas Gerais, e no aumento da arrecadação dos dízimos que incidiam sobre a produção agropastoril. Cf. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 29-31.

declínio no início da década de 1760, quando, pela primeira vez, não se atingiu a cota de 100 arrobas anuais dos quintos.⁸⁴ Há quem adote outro referencial, compreendendo que o período áureo da mineração se estendeu até ao menos o final da década de 1770, quando teria declinado a produção aurífera e se intensificado o desenvolvimento da produção agropastoril ao sul da capitania.⁸⁵ Quando se adota como referência a tributação, o ponto de virada entre a mineração e a agropecuária na capitania só ocorre no início do século XIX, quando, pela primeira vez, a receita oriunda da extração aurífera desceu ao nível daquela vinculada à atividade agropastoril, que se encontrava em ascensão.⁸⁶

Seja qual for o referencial, importa que o declínio do ouro provocou reflexos na economia das localidades em que tinha maior importância, como Vila Rica. Um dos reflexos possíveis para se observar o dinamismo da economia local em uma localidade era a flutuação anual das receitas de sua câmara municipal, pois ela era composta, basicamente, de contratos que incidiam sobre as principais atividades econômicas da vila. A flutuação das receitas da Câmara Municipal de Vila Rica, analisada com profundidade ao longo do capítulo 3 desta tese, reforça que a redução das receitas anuais começou a ocorrer já na década de 1740 – embora, por razões políticas, tenha sido a década mais rica para a instituição, pois foram acumulados em caixa, ao longo dos anos, mais de 10 contos de réis. A redução do ouro ocorreu de forma gradual e só foi claramente sentida pela população quando passou a afetar, intensamente e de modo irreversível, a vida urbana cotidiana, a partir da década de 1760.

Neste momento já era nítido o deslocamento do eixo econômico da capitania para a comarca do Rio das Mortes. Entre 1749 e 1767, portanto, no momento de intensificação do colapso do ouro, a população escrava na comarca do Rio das Mortes aumentou 96%, no Rio das Velhas também aumentou 52%, mas diminuiu em 1,6% na comarca de Vila Rica. Quando ocorreu a inversão fiscal e o valor tributário gerado pelas atividades agropastoris superou o da mineração, em 1821, a comarca do Rio das Mortes já era a mais populosa da capitania, com 38,7% da população livre e 46,7% da população escravizada.⁸⁷

⁸⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 75.

⁸⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 19-22, 47-49.

⁸⁶ Em 1808, o quinto somava 746 contos de réis, enquanto os dízimos aproximavam-se de 350 contos de réis. Em 1813, o quinto e os dízimos aproximaram-se dos 500 contos de réis. Cf. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 53, 64. A criação de porcos e plantação de milho, que servia de alimento aos primeiros e aos mineiros, eram exemplos do que se produzia no sul da capitania, inicialmente para abastecer a região das minas. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 36-37.

⁸⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 50-56.

Portanto, as transformações econômicas da segunda metade dos setecentos arrefeceram nas áreas centrais da capitania. O escravismo, ligado à mineração, se deslocou para a região sul de Minas Gerais, para atender à produção agropastoril, que passava a redirecionar seus frutos para o abastecimento, não mais do centro minerador, Vila Rica, mas para outro centro consumidor, o Rio de Janeiro, em um processo forçado de substituição de importações. Apesar dessa atenção ao mercado interno, logo no início do século XIX outra produção voltada ao mercado externo ganharia espaço na região, o café.⁸⁸

1.3.1 As consequências sociais

Nas minas setecentistas, a riqueza concentrou-se circunstancialmente nas mãos de alguns poucos mineradores para, em seguida, escoar para fora da colônia pelas mãos dos comerciantes e do fisco.⁸⁹ Estabeleceu-se, por isso, uma contradição: a riqueza que ali se criava, através do trabalho compulsório, circulava e não criava raízes, não era absorvida na região. Essa contradição não foi percebida pelos colonos ao longo das primeiras décadas dos setecentos, ofuscados que estavam pelo grande volume de riqueza que circulava. A tomada de consciência da população mineira em geral, e da classe dominante em específico, parece ter sido um processo diretamente proporcional ao agravamento da crise aurífera no interior da colônia.⁹⁰

A ideia, presente até hoje no senso comum, de que a sociedade mineira colonial foi muito rica e, para alguns, até mesmo democrática, não encontra correspondência na realidade.⁹¹ Parece ter sido resultado de uma construção ideológica da classe dominante da época que, como costuma ocorrer, impôs sua visão de mundo sobre as demais classes sociais. As festas coloniais, financiadas em grande medida pelas câmaras municipais, por sua vez controladas pela classe dominante ou sob sua influência, serviam para transformar determinada leitura da realidade como a única legítima ou possível. O resultado foi a consolidação desta imagem de riqueza e opulência atribuída a Minas Gerais, que espalhou-se por toda a colônia, pelo reino e restante da Europa, e predomina no senso comum até os dias atuais.⁹² Distorcida, pois não era de todo falsa,

⁸⁸ BOSCHI, Caio César. *Achegas à História de Minas Gerais...* p. 68-69. É importante observar que o escravismo, na colônia, foi uma forma peculiar de organização do trabalho que impulsionou o acúmulo de capital dentro do capitalismo comercial capitaneado pela Europa. Sobre isso, cf. NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1981. Em especial, o segundo capítulo.

⁸⁹ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 18.

⁹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 76-77.

⁹¹ Como afirmado em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral...* Volume 2. p. 313-314.

⁹² Foi essa contradição que o governador Luís Diogo Lobo da Silva explicou em carta ao Morgado de Mateus, governador de São Paulo em 1766, quando já se vivia o declínio da extração aurífera em Minas Gerais. Disse o

havia riqueza e opulência, mas estas estavam circunscritas à classe dominante; à maioria da população mineira cabia a difícil tarefa de dividir a pobreza.⁹³

Embora menos desigual se comparada à sociedade constituída em torno do açúcar, havia em Minas Gerais mais igualdade entre os debaixo, mas mais desigualdade se comparada aos poucos de cima, que acumulavam a quota da riqueza aurífera que permaneceu na terra.⁹⁴ Esta desigualdade não existia por acaso, foi legitimada e reproduzida pelo Estado antes mesmo de se ter organizado uma estrutura administrativa ostensiva na região. O *Regimento das Minas do Ouro*, de 1702, por exemplo, estabeleceu regras para distribuição de datas minerais que privilegiaram aqueles indivíduos que dispunham de maior capital relativo, isto é, mais escravos para minerar. Quem possuía 12 ou mais escravos, habilitava-se a receber uma data de 30 braças em quadra, os demais ficavam limitados a ocupar 2,5 braças em quadra por escravo que possuíam.⁹⁵ Este sistema concentrou, ao longo do tempo, mais da metade das terras minerais nas mãos de pouco menos de um terço dos proprietários de escravos.⁹⁶

O ouro extraído no início do século XVIII exigia baixíssimo emprego de capital e, também por isso, era extraído muito abaixo do seu valor de mercado.⁹⁷ Esta condição circunstancial possibilitou, a alguns dos pioneiros, entre os quais Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Nunes Viana e Francisco do Amaral Gurgel, certo acúmulo de capital. No entanto, logo o ouro de aluvião tornou-se escasso, os custos de extração começaram a aumentar e o comércio foi se consolidando como uma forma de acúmulo de riqueza mais previsível e permanente. Não por acaso as maiores fortunas construídas nas primeiras décadas de mineração, sem abandonar as lavras, edificaram-se também no comércio de carne e outros produtos.⁹⁸

governador: “O conceito, que a V. Exa. deve esta capitania a respeito da opulência, que lhe considera, é igual ao que dela fazemos na Europa, e lhe julgam todos os habitantes dos Governos da América (...). Porém logo que se conhecem a fundamento, e se entra na substancial inteligência da qualidade destas, sua substância, ramos de que dependem, e estado atual a que tem chegado, refletindo na preguiça dos seus habitantes, se vê com evidência o quanto é diferente a realidade, da opinião geral, que logra da riqueza, que não possui.” SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 57.

⁹³ Ibidem. p. 45-47.

⁹⁴ Ibidem. p. 50; CANO, Wilson. “Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII).” In: *Revista Contexto*, n° 3, jul. 1977. p. 105-106.

⁹⁵ Na legislação portuguesa, as medidas lineares eram feitas em braças, e as áreas eram expressas em braças em quadra, o que gerou grande confusão na historiografia, como alertou Cláudia Damasceno. Tomou-se como medida quadrada quando, na realidade, sempre se tratou de medida linear correspondente a um lado do quadrado. Portanto, as 30 braças em quadra dadas aos mineiros possuidores de 12 ou mais escravos, correspondiam não a 66 m², mas a 4.356 m² (66 x 66 metros). Embora muito menor que uma sesmaria, a data mineral possibilitava o cultivo de uma pequena horta de subsistência. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 448.

⁹⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 32, 45.

⁹⁷ LEVY, Maria Bárbara. *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979. p. 93.

⁹⁸ Ibidem. p. 92; SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 48.

Portanto, desde as primeiras décadas havia, entre os mais abastados, uma tendência à diversificação dos investimentos, estimulada pela imprevisibilidade da atividade mineradora. A riqueza gerada pelos escravos transitava dos mineradores que possuíam as terras minerais para os comerciantes e credores, papéis desempenhados, muitas vezes, pelos mesmos indivíduos. Pela própria natureza incerta do ouro, a economia local possuía, paradoxalmente, baixa liquidez, funcionando à base do crédito. Do minerador ao comerciante inglês, constituiu-se uma cadeia de endividamento, que envolvia comerciantes e credores locais, homens de negócio do litoral da colônia, como Rio de Janeiro e Salvador, e comerciantes em Lisboa. De modo geral, não se minerava para comprar, mas para pagar dívidas.⁹⁹

Não foram apenas as unidades produtivas espalhadas pela colônia, ou as inglesas, que se beneficiaram do ouro extraído em Minas Gerais. Os comerciantes, principalmente do Rio de Janeiro – principal porto de entrada de mercadorias e escravos para a região aurífera, e saída de ouro –, também souberam tirar proveito da mineração. A vida naquela que se tornaria a capital da colônia a partir de 1763, mudou radicalmente logo nas primeiras décadas dos setecentos. Já em 1722, um mercador residente no Rio de Janeiro queixava-se da baixa atividade comercial no lugar em alguns meses do ano, dizendo que todos aguardavam o mês de março, quando, em função das frotas, aumentava o fluxo de ouro e mercadorias na localidade.¹⁰⁰

Com o passar das décadas, o agravamento da crise aurífera fez aumentar as incertezas da exploração de ouro, o aumento do endividamento tornou o crédito e a diversificação de investimentos ainda mais importantes na sociedade mineira. Além do comércio, passou a desempenhar papel cada vez mais importante o fornecedor de crédito a juros, uma forma fácil de um indivíduo consolidar e reproduzir não apenas seu prestígio social, mas sua fortuna. Este perfil de indivíduo, que certamente compunha a classe dominante local, era minoria, mas de fácil identificação pelos inventários *post mortem*, como se demonstrará no capítulo 4.

Pode-se afirmar que o ouro permitiu, com muitas limitações, um certo acúmulo de capital e a formação de uma classe dominante endinheirada – apesar de se tratar de uma sociedade mais complexa e menos dicotômica que a do açúcar –, que não estabelecia, necessariamente, vínculos diretos com a mineração. O acúmulo também se deu, a partir do aprofundamento da crise aurífera, pela oferta de crédito, que chegou a taxas de 25% ao ano.¹⁰¹

⁹⁹ LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* p. 93; SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria...* p. 46.

¹⁰⁰ A instituição do regime de frotas contribuiu ainda mais para pautar o cotidiano da vida litorânea colonial ao fluxo das mercadorias e, com isso, fortalecer uma burguesia urbana em ascensão. A permanência das mercadorias nos portos à espera das frotas concentrava, em certas datas, o fluxo de pessoas às cidades litorâneas para liquidação de dívidas, compra e venda de gêneros, entre outros. Cf. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* p. 80, 93.

¹⁰¹ Ibidem. p. 107.

Este avanço do ágio sobre as atividades produtivas locais foi tamanho que chegou a afetar os interesses régios. Diante dos primeiros sinais de crise aguda da mineração, buscando preservar este setor da ação predatória do ágio e, com isso, assegurar os interesses do fisco, foi instituída, em 1752, a lei trintena, que limitava a execução das dívidas dos grandes mineradores, com 30 ou mais escravos, a um terço do lucro anual gerado por suas minas.¹⁰²

O Estado agia, novamente, para assegurar o fisco e, por consequência, defender a atividade mineradora de grande monta, comandada pelo setor minerador da classe dominante local. À medida em que a crise aurífera se intensifica, a partir da segunda metade do século XVIII, esses indivíduos ganhavam ainda mais importância, pois, independente das flutuações do mercado, ligadas ao comércio de produtos, ou ao ritmo de extração do ouro, a taxa de juros não oscilava, o credor mantinha sua lucratividade potencial.¹⁰³ Foi dessa forma que, em uma economia colonial peculiar como a mineira, a esfera da circulação passou a controlar a esfera da produção. Esta foi a fórmula utilizada pela classe dominante mineira para se consolidar. As instituições locais, controladas pelo setor dirigente da classe dominante local, desempenharam um papel importante nesse processo.

1.3.2 A perpetuação do caráter colonial

As transformações provocadas pelo ouro na colônia, ao longo dos setecentos, embora importantes, não foram suficientes para promover uma mudança estrutural na colônia ou no reino. Foram decisivas para se estabelecer, no interior do continente, uma sociedade nova com características únicas, essencialmente urbana e com alto poder aquisitivo, o que criou um mercado interno pujante e promoveu a integração comercial de muitas regiões da colônia, até então isoladas. No entanto, o ouro não modificou as características gerais da economia colonial, que permaneceu extrovertida, subordinada e dependente da europeia, seja lusa ou inglesa. Não houve grandes investimentos de capital na colônia, nela não ficaram retidas partes significativas do excedente produzido. Além disso, o pouco capital investido era de tipo variável, isto é, concentrava-se na aquisição de escravos, predominava a superexploração do trabalho.¹⁰⁴

¹⁰² Para se ter uma ideia, em análise amostral de inventários da segunda metade do século XVIII, das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, as dívidas ativas e bens de comércio corresponderam a aproximadamente um terço das fortunas (27,06% para o Rio das Mortes, 31,63% para Vila Rica). Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 130, 135.

¹⁰³ LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* p. 108.

¹⁰⁴ O desenvolvimento destas ideias encontra-se em CARDOSO, Ciro Flamarion S. “El modo de producción esclavista colonial en America.” In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat; CARDOSO, Ciro Flamarion S; CIAFARDINI, Horacio; GARAVAGLIA, Juan Carlos; LACLAU, Ernesto (Orgs.). *Modos de producción en*

Para se compreender a perpetuação do caráter colonial e dependente da economia e sociedade colonial, elemento que se refletirá nas instituições políticas e administrativas coloniais, e na própria composição da classe dominante colonial, é preciso retornar pontualmente ao papel do Império português na economia-mundo europeia.

Desde o processo de restauração portuguesa e o tratado assinado com Cromwell, em 1654, Portugal foi se tornando, aos poucos, uma espécie de satélite da coroa inglesa. Este quadro se consolidou com o Tratado de Methuen, assinado em 1703, em que Portugal garantiu acesso do seu vinho no mercado inglês a 2/3 da tarifa imposta aos vinhos franceses, cedendo em troca acesso privilegiado dos tecidos ingleses em seu mercado. Esta situação, somada em seguida ao ouro oriundo da América portuguesa, teria desestimulado o desenvolvimento industrial na metrópole, consolidando o papel de Portugal como intermediário comercial entre o ouro brasileiro e os produtos manufaturados ingleses.¹⁰⁵

O capital obtido através das trocas comerciais vantajosas com a colônia na América, de modo geral, não se converteram, em sua maioria, em investimentos produtivos na metrópole, mas uma parte significativa teria migrado, em parte, para o norte da Europa, primeiro para a Holanda e, mais tarde, a partir do século XVIII, para a Inglaterra.¹⁰⁶

Em Minas Gerais, a classe dominante, escravagista, utilizou os lucros da mineração e do comércio para consolidar-se e reproduzir-se. Embora a economia mineira colonial, como já se pontuou, não tenha se reduzido ao setor exportador, tendo existido, desde o início do século XVIII, um importante setor de subsistência ligado à agricultura e pecuária – como já destacaram, ao longo do século XX, Caio Prado Júnior e Fernando Novais¹⁰⁷ –, foi o setor

América Latina. 3ª edição. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1975. p. 212; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 45-47; CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 59-62. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 119. Para uma visão divergente, ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 46.

¹⁰⁵ RODRIGUES, José Honório. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 75-76; GUEDES, João Alfredo Libânio. *História administrativa...* Volume IV. p. 87.

¹⁰⁶ LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* p. 92. Este fluxo tem sido relativizado em seus potenciais, principalmente quando se leva em conta a política pombalina. Nesse sentido, ver COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.

¹⁰⁷ Há uma concepção equivocada, também vinculada ao relativismo pós-moderno, que relaciona o “sentido da colonização” – pressuposto daqueles que entendem haver um sistema colonial que se constitui ao longo do período colonial – à exclusão da produção interna, que desempenhava papel fundamental no suporte necessário à manutenção da monocultura exportadora. Para esta visão, ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 30. Não há, tanto em Caio Prado Júnior, que primeiro fala em sentido da colonização, como em Fernando Novais, que desenvolve a ideia de um Antigo Sistema Colonial, desprezo ou exclusão da produção interna. Ao contrário, há na “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, uma parte inteira dedicada à vida material, e dentro desta, capítulos que tratam destas atividades auxiliares à grande lavoura, e que

exportador, incluindo a mineração, o elemento determinante – isto é, o mais importante, mas não o único – da dinâmica do conjunto da economia colonial. Tratou-se, desde o início da colonização, de uma economia dependente, assim percebida, e de maneira inequívoca, quando se observa seu modo material de produção, isto é, as técnicas e instrumentos de trabalho. Uma economia dependente vinculada a um centro dinâmico último, o capitalismo europeu.¹⁰⁸

Esse colonialismo dependente constituiu, juntamente com o escravismo, a essência da formação brasileira e mineira. A colônia constituiu-se para fornecer pau-brasil, açúcar, tabaco, depois ouro e diamantes, e mesmo após a independência política, o novo país permaneceu dependente, com o café passando a ocupar lugar privilegiado em suas exportações.¹⁰⁹

O desenvolvimento e a diversificação da economia colonial, intensificados durante a segunda metade do século XVIII, conduziram, paradoxalmente, à chamada crise do Antigo Sistema Colonial, marcada pelo crescimento colonial e pela estagnação econômica da metrópole. Este momento da história luso-brasileira foi resumido pelo Marquês de Pombal, ministro que, na prática, comandaria Portugal e suas colônias durante quase todo o reinado de D. José I (1750-1777), da seguinte forma: “Encontrei uma monarquia esgotada de cabedais... um povo sujeito à mais grosseira superstição... um Estado governado por usos quase asiáticos – não tendo de europeu mais que o nome, de monarquia a forma, de potência a sombra.”¹¹⁰

O Antigo Sistema Colonial findou-se com a independência política brasileira, mas isto não provocou, de imediato, uma grande transformação no plano econômico. É certo que a subordinação política e econômica à antiga metrópole deixou de existir e, com ela, um conjunto de instituições que, ou deixaram de existir, ou foram profundamente modificadas, como as câmaras municipais. Todavia, a parte determinante da economia brasileira seguiu dependendo da dinâmica externa. Não se vislumbrava no horizonte a independência econômica, mas um novo sistema de dependência econômica, em que se trocava o ouro pelo café, mas se mantinham intocáveis os interesses da classe dominante local, bem como o escravismo como motor econômico. Estes elementos predominaram durante o século XIX, todo modo material de produção brasileiro seguiu dependendo, como no período colonial, essencialmente dos músculos dos escravos e da terra, como principal meio de produção, diante do parco

destacam, sem superdimensionar sua importância, como tornou-se moda, o papel da *agricultura de subsistência* e da *pecuária*, em capítulos específicos que somam pouco mais de 10% do livro. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*... p. 151-163, 181-207. Cf. NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise*... p. 1981.

¹⁰⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise*... p. 106-107. Sobre o modo material de produção, na colônia, ver CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno*... p. 20.

¹⁰⁹ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*... p. 13-19, 25.

¹¹⁰ AVELLAR, Hêlio de Alcântara. *História administrativa do Brasil. Administração pombalina*... p. 12.

investimento técnico incorporado à produção. No terreno social, permaneceram por muito mais tempo os resquícios das relações sociais, especialmente as relações predominantes entre as classes antagônicas do período colonial e imperial.¹¹¹

Pelo exposto, compreende-se que a sociedade formada em Minas Gerais, ao longo do século XVIII, não parece ter sido uma versão tropical do Antigo Regime europeu, como querem alguns, tampouco pode ser tratada como uma sociedade protocapitalista, haja vista os muitos entraves existentes, não restritos ao nível das mentalidades, mas às condições materiais de existência. Ao contrário, ocorreu, naquela região, a recriação perversa do Antigo Regime europeu, pautado por elementos estruturais concretos: não apenas a escravidão, mas o tráfico negreiro e o escravismo, inexistente no reino; e o caráter dependente e extrovertido da economia colonial. Assim, a integração da colônia ao Antigo Regime europeu ocorreu por meio do Antigo Sistema Colonial e por uma relação entre colônia e metrópole que foi se tornando cada vez mais contraditória, à medida que se centralizava mais o poder nas mãos do monarca.¹¹²

O acompanhamento do processo de dissolução desse Antigo Sistema Colonial permite observar o caráter colonial – que se desfaz – e dependente – que se mantém – da economia e sociedade brasileiras. Este sistema dissolveu-se em meio à independência política da colônia, por isso foi um processo que negou e ao mesmo tempo reivindicou a colonização. Negou, porque admitiu a existência de algo novo, que se contrapôs ao antigo; mas reivindicou, porque foi a mesma classe dominante colonial que se constituiu como classe dominante da nova nação. Em suma, mudou-se quase tudo, para poder se manter quase tudo como era.¹¹³

1.4 As câmaras municipais nesse contexto

A descrição da economia e sociedade mineira setecentistas, desde sua composição demográfica até os efeitos do ouro e de sua escassez, é fundamental, como pano de fundo, para se entender o papel das câmaras municipais na região. A ausência desta visão mais ampla tem provocado graves distorções em algumas pesquisas recentes que menosprezam, ou, como tem sido mais frequente, superdimensionam o papel destas instituições e da classe dominante que as controlava, em detrimento dos poderes, agentes e mecanismos que as limitavam.

¹¹¹ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 5-7; CARRARA, Angelo Alves. “Camponês uma controvérsia conceitual.” In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de (Orgs.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2008. p. 38.

¹¹² SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 68-69.

¹¹³ ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-41.

O setor mais rico da classe dominante local, em sua maioria ligado à mineração e ao comércio, não controlava diretamente as câmaras municipais, embora exercesse sobre elas grande influência, pois ao fim, eram nessas instituições que se tomavam decisões importantes para manutenção dos privilégios econômicos e sociais a nível local. Ocupá-las, ou exercer influência sobre aqueles que as ocupavam, era parte essencial da estratégia de consolidação e reprodução do poder deste grupo economicamente dominante.

Mas, então, quem ocupava as câmaras? Havia, dentro da classe dominante local, um setor economicamente menos prestigiado, que se dedicava a comandar a esfera política e administrativa local, algo similar ao que Poulantzas chamou de *classe reinante*, isto é, aquela que, não tendo maior poder econômico, controlava os espaços de representação política.¹¹⁴ Estes indivíduos dominavam as câmaras municipais, representando parcialmente os interesses do setor economicamente dominante.

A intenção de se estudar a Câmara Municipal de Vila Rica e, por consequência, esta fração dirigente da classe dominante local, é compreender a natureza do estado colonial, e como, em sua ação local e cotidiana, este reproduzia as relações sociais de dominação, e fazia mesclar ou compatibilizar, durante esse longo período entre revoltas em Vila Rica – isto é, 1720 a 1789 – interesses potencialmente divergentes, entre as diferentes facções da classe dominante local e os interesses do monarca, representados, até certo ponto, pelos agentes régios.

Ao se observar o cotidiano político e administrativo em determinada localidade do Império português, corre-se o risco de cair na tentação empirista, reduzindo o sistema social à somatória simples das ações individuais, dando a elas um caráter predominantemente voluntarista. O contrário, a tentação puramente teórica, de uma análise estrutural que dispensa ou se limita a poucos procedimentos empíricos, embora menos frequente nas últimas décadas, também é um risco a ser evitado.¹¹⁵ Tenta-se seguir o conselho de Pierre Birnbaum, de descer à análise do cotidiano político e administrativo mantendo o equilíbrio entre o papel dos grupos e indivíduos. Não se considera o Estado fraco ou ausente, mas também o compreende-se, mesmo no auge do absolutismo, como onipotente. O Estado dependia dos grupos que o dirigiam, que por sua vez agiam em função de seus interesses e convicções, porém, limitados por uma série de elementos externos que os contingenciavam.

¹¹⁴ HESPANHA, António Manuel. “O Estado Absoluto: problemas de interpretação histórica.” In: *Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra, 1979. p. 18.

¹¹⁵ Este alerta é feito em BIRNBAUM, Pierre. *Les sommets de l'État: essai sur l'élite du pouvoir en France*. Paris: Seuil, 1994. p. 10-11.

Ao longo do século XVIII, principalmente em Minas Gerais, recheada de riquezas e tão distante da metrópole, a elevação de um arraial em vila foi uma decisão predominantemente política, uma questão estratégica que dependia da iniciativa ou aprovação do monarca. Esse ato tinha como consequência criar, nas localidades, uma câmara municipal, que atuava como uma expressão do Estado na região, e ia além. Composta por uma fração da classe dominante local, era também responsável por administrar o cotidiano da vila ou cidade onde estava instalada. Esta emancipação era, portanto, uma medida muito bem calculada: se, por um lado, a criação desses postos dava poder às facções da classe dominante local, por outro, consolidava o domínio português sobre a região, trazendo os conflitos destes grupos locais, antes resolvidos de outras formas, para a esfera institucional, sob a lei criada pelo rei e sob a vigilância dos agentes régios.

Houve dois momentos de criação de vilas em Minas Gerais durante o século XVIII. O primeiro, entre 1711 e 1730, concentrou-se na região aurífera e fez parte da estratégia régia de consolidar seu poder sobre a região e cooptar a classe dominante local para dentro de sua esfera de ação institucional; o segundo, entre 1789 e 1814, acompanhou o deslocamento demográfico centrífugo que estava em curso na capitania, concentrando-se nas áreas ligadas à expansão agropastoril. Estes dois momentos foram respostas políticas e administrativas da monarquia a revoltas envolvendo parte da classe dominante da capitania: o primeiro deu-se em resposta a Guerra dos Emboabas e da Revolta de Vila Rica; e o segundo principalmente em função da Conjuração Mineira. Se o primeiro movimento levou em conta mais a importância econômica do centro da capitania, o segundo considerou mais o fluxo demográfico.¹¹⁶

A Câmara Municipal de Vila Rica foi criada nesse primeiro momento e desempenhou, desde o início, a mesma dupla função exercida por suas congêneres no reino e na colônia. No cotidiano, expressava os interesses e divergências da classe dominante local, mas no plano geral, quando estava em pauta a configuração do espaço econômico local, tornava-se evidente seu papel de representação dos interesses centrais, muitas vezes contrapostos aos interesses imediatos da própria classe dominante colonial. Esta dupla função perdurou até as primeiras décadas do século XIX, quando as câmaras municipais perderam uma série de suas atribuições face à criação de esferas intermediárias de representação e administração, como o governo da província e a assembleia legislativa provincial.¹¹⁷ Em suma, as câmaras eram instrumentos de defesa dos interesses da classe dominante local, mas agiam, de modo geral, dentro da lógica

¹¹⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 133, 138, 170, 370-382.

¹¹⁷ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. "O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico." In: SOUZA, Laura de Mello e Souza; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 392-393.

política e econômica metropolitana, pois estavam sujeitas a uma série de instrumentos de fiscalização e controle prévio – por vezes ignorados por pesquisas recentes – que as limitavam, como será demonstrado ao longo do quinto capítulo.

Tanto em Portugal absolutista, quanto na colônia – onde os valores do Antigo Regime europeu se chocavam com uma nova realidade –, o Estado desempenhava papel central na organização e manutenção das relações econômicas, o que é particularmente importante para o caso colonial em geral, e mineiro em específico, pois significa dizer que a classe dominante local, escravagista, dependia essencialmente do Estado. Ela utilizava as instituições, entre as quais as câmaras municipais, para assegurar a manutenção das relações políticas, econômicas e sociais que as favoreciam. O acesso a estas espaços, nos primeiros tempos da colônia, foi essencial para a própria consolidação e reprodução desta classe e seus subgrupos.¹¹⁸

Na sociedade local, pertencer à câmara municipal era uma forma de, em primeiro lugar, garantir maior poder e influência para si e seu grupo familiar ou de interesses, e em segundo lugar, unir-se a um poder que transcendia a própria colônia.¹¹⁹ Embora houvesse divergências entre os indivíduos mais ricos da região e aqueles que monopolizavam os postos políticos e administrativos das câmaras municipais, isso não diminui o caráter classista dessa instituição. Ela expressava não os interesses da sociedade local, mas os dos diferentes setores da classe dominante local. Não parece ter existido, na sociedade colonial, como na sociedade inglesa estudada por Edward Palmer Thompson, espaço para mediações e absorções das demandas dos de baixo pelas instituições controladas pelos de cima.¹²⁰

1.4.1 A historiografia sobre as câmaras municipais

A historiografia brasileira sobre o período colonial pode ser dividida em três vertentes. A primeira, oficial, marcada pelo positivismo, centrada nos fatos – a quem poderíamos associar autores como Capistrano de Abreu, Diogo de Vasconcelos e Xavier da Veiga –, ocupou de temas como a brasilidade, a mineiridade, o republicanismo, entre outros. A segunda, composta por autores como Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro e Celso Furtado, usando de fontes semelhantes à primeira, elaborou uma explicação diferente para o passado e o presente brasileiros. A este grupo poderíamos incluir Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda,

¹¹⁸ Cf. RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 23. Em Vila Rica, já demonstramos em trabalho anterior como a criação dos concelhos institucionalizou os conflitos entre potentados e agentes régios, contribuindo para que os interesses régios prevaleçam na região. Cf. REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica...* p. 31-47.

¹¹⁹ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *O município no Brasil...* p. 394.

¹²⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos...* p. 209.

embora não houvesse entre eles qualquer proximidade teórica, já que Caio Prado Júnior era marxista, enquanto Gilberto Freire, em suas obras, aproximava-se de um culturalismo antropológico e sociológico, e Sérgio Buarque de Holanda estivesse mais próximo do historicismo alemão e da sociologia weberiana.¹²¹

Essas duas primeiras vertentes, que, naturalmente, suportam dentro de si concepções divergentes sobre o período colonial, caracterizam-se por se debruçarem sobre temas comuns, problemas que, de certo modo, afligiam as respectivas gerações. A segunda nos é particularmente importante, pois ocupou-se da administração colonial e da relação entre a metrópole e a colônia. Destes temas centrais, derivaram outras preocupações, como as relações comerciais e a balança comercial, as questões agrárias, a religião, a cultura, entre outros. Esses historiadores, entre os quais podem-se adicionar Fernando Novais, José Roberto do Amaral Lapa, Paulo Sérgio Pinheiro, Jacob Gorender, entre outros, dialogaram com o marxismo, embora em perspectivas distintas. Assumiam, assim, uma preocupação sistêmica, identificando as contradições entre os interesses metropolitanos e coloniais.¹²² Esta perspectiva fez escola, parte importante dos trabalhos recentes, em alguma medida, aprofunda essa abordagem.

Contrapondo-se à tendência supracitada, ganharam espaço, nas últimas três décadas, novos historiadores, influenciados pelo pensamento pós-moderno. Hoje, esta visão que privilegia o empirismo e despreza a teoria, parece predominar entre os pesquisadores brasileiros. Em sua ala mais extrema, alguns de seus membros chegam a questionar o próprio caráter colonial do passado brasileiro.

Esta tendência é fruto do que se tem chamado de “virada pós-moderna”, e não se resumiu ao campo da História ou ao Brasil, ocorreu em todo ocidente e em diferentes áreas da ciência, embora tenha se manifestado, com mais força, entre as ciências humanas e sociais.¹²³ Na História, o fenômeno manifestou-se, por exemplo, com a mudança dos temas de pesquisa, no que passou a ser chamado de *nova nova história*. Se antes havia uma preocupação com os grandes temas, com uma visão sistêmica e total, se valorizava a teoria e se dialogava com

¹²¹ ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira...* p. 46; CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 13-16.

¹²² ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira...* p. 81-83. As obras que tiveram como objeto central as câmaras municipais serão abordadas no segundo capítulo.

¹²³ No campo da História, no que se refere à análise das sociedades de Antigo Regime, as raízes desta virada pós-moderna, marcadamente conservadora, remontam à Alemanha nazista da década de 1930 e ao autor Otto Brunner que, inspirado em Max Weber, concluiu que aquelas sociedades eram marcadas por uma lógica organizacional própria, para a qual não caberia a importação de elementos da teoria política contemporânea. Cf. HESPANHA, António Manuel. “A historiografia jurídico-institucional e a ‘morte do Estado’.” In: *Anuario de Filosofia del Derecho*. Madrid: Instituto Nacional de Estudios Juridicos, 1986. p. 219.

Althusser, Poulantzas e Samir Amin, agora passou-se a estudar as mentalidades, o amor, o medo, se trocou a objetividade e a busca pela verdade pela descrição das vontades e pelos jogos de poder de Michel Foucault. Foi, em síntese, um fenômeno social do pós-guerra, que não se originou na ciência, mas nela se refletiu. Ao geral, o particular; ao grande, o pequeno; ao macro, o micro; ao sistema, o vetor, a estratégia; à função, a forma; ao consciente, o inconsciente; ao objetivo o subjetivo; à verdade, a vontade. O caráter pretensamente teleológico de determinadas interpretações modernas da história, pela atribuição de um “caráter aleatório da evolução histórica”, para utilizar as palavras de António Manuel Hespanha.¹²⁴

1.4.2 A leitura pós-moderna da realidade colonial e seus equívocos

A ideia do novo, nas ciências humanas, tem, há tempos, provocado determinadas distorções da realidade. Francisco José de Oliveira Vianna já apontava, na primeira metade do século XX, para o perigo dos modismos nas ciências, ao denunciar a falta de compromisso dos pesquisadores em se chegar a conclusões sinceras e verdadeiras, e a necessidade que cada geração tem de inovar a todo custo, ou seja, a necessidade de, para se destacar, arranjar outra explicação, divergente da mais aceita em determinada época.¹²⁵

A vertente historiográfica pós-moderna, de modo geral, adotou como prática a desqualificação do antigo, desprezando sua contribuição, não pelo seu conteúdo, que pode e deve ser sempre alvo de questionamento, mas apenas por ser velho ou tradicional. O novo, nas palavras de Francisco Falcon, tem dado contribuições importantes, mas também tem revelado muitas pseudonovidades e modismos sem importância.¹²⁶ Tem se perdido – ou ao menos sido deixada em segundo plano – a visão de totalidade, e se reforçado o caráter descritivo, empiricista e fragmentário da pesquisa histórica, negligente e, por vezes, hostil à teorização, e comprometida com um relativismo subjetivista. Se o exagero do movimento anterior, por vezes, foi a difusão, entre alguns autores, de um certo determinismo econômico, passou-se agora a outro extremo, em que tem predominado o determinismo cultural.¹²⁷

¹²⁴ HESPANHA, António Manuel. *A historiografia jurídico-institucional...* p. 191-192, 221. A própria trajetória de António Manuel Hespanha serve de exemplo para esta virada. Percebe-se, em seus primeiros trabalhos, como *O Estado Absoluto: problemas de interpretação histórica* (1979) e *A historiografia jurídico-institucional e a “morte do Estado”* (1986), forte influência do marxismo, que o autor passa a combater a partir da década de 1990.

¹²⁵ VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Volume 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: EDUFF, 1987. p. 52.

¹²⁶ FALCON, Francisco C. “A identidade do Historiador.” In: *Estudos Históricos*, vol. 9, nº 17, 1996. p. 25.

¹²⁷ ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira...* p. 99-100.

No campo da historiografia brasileira do período colonial, o revisionismo pós-moderno, ao negligenciar a teoria e assumir uma prática empiricista e, por vezes, excessivamente descritiva, acaba se convertendo, em alguns momentos, em uma espécie de caixa de ressonância da ideologia das classes dominantes coloniais, que permeia as fontes produzidas pelo Estado. Quanto às proposições, tem como norte a negação do Estado absolutista e, no limite, do próprio paradigma estadualista. Minimiza-se – como nas obras do autor que serve como principal referência deste movimento, António Manuel Hespanha –, o poder do Estado no período moderno e, no que tange à sociedade colonial brasileira, negligencia-se o papel do escravismo. A ênfase no poder local, nas redes clientelares e na capacidade de negociação destas com a coroa parece dissolver, na análise, a estrutura da sociedade colonial e, por conseguinte, os antagonismos entre colonos e reinóis. Homogeneiza-se a sociedade colonial, encobrem-se seus antagonismos e contradições, privilegia-se o olhar europeu para tentar projetar, na América, a existência de um Antigo Regime nos trópicos.¹²⁸

Para François Furet, uma monarquia absolutista é a vitória do poder central sobre as autoridades locais que, obviamente, permanecem, mas esvaziadas de suas antigas atribuições.¹²⁹ Apesar de todos os fatores que dificultaram o controle da metrópole sobre a colônia – incluindo a distância, os custos e a comunicação –, ela se fez presente de maneira eficaz naquelas regiões que considerava estratégicas, como Minas Gerais no século XVIII. Não se nega, no âmbito deste trabalho, que a sociedade colonial era de Antigo Regime. Afirma-se, no entanto, que nela ele se configurou como uma expressão muito peculiar do Antigo Regime. Se as leis e instituições eram, a princípio, transplantadas da Europa para a América, a realidade concreta, material, e a própria forma de se organizar a produção, era muito diferente daquela que predominava no velho mundo. Mais do que a escravidão, que também existia pontualmente na metrópole, o Antigo Regime combinou-se na colônia com o escravismo, indígena e africano, e com a monocultura associada ao capitalismo comercial, o que obviamente não exclui a relevante, embora pouco volumosa, produção auxiliar de subsistência.

Como já se afirmou, no século XVIII, principalmente no interior da colônia, somou-se, ao escravismo e à monocultura, a exploração aurífera, que mudaria profundamente a configuração da colônia, gerando, pela primeira vez, um pujante mercado consumidor interno. Eis a condição colonial, negligenciada pela vertente historiográfica pós moderna e que, em

¹²⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 54, 58, 61 e 69.

¹²⁹ FURET, François. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallirnard, 1983. p. 187. Citado em SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 65-66.

muitos aspectos vai, ao longo dos setecentos, opor interesses locais aos interesses metropolitanos, principalmente no que se refere à fiscalidade e ao exclusivo comercial.¹³⁰

É, portanto, o encontro de uma superestrutura europeia, com uma estrutura nova, que faz da sociedade colonial em geral, e da mineira em específico, algo diferente, nem um Antigo Regime à luz do europeu, tampouco uma sociedade plenamente capitalista. Embora a classe dominante colonial pensasse, em grande medida, dentro dos referenciais simbólicos do Antigo Regime europeu, sua condição concreta de existência não era a mesma da sua congênere metropolitana. E neste ponto reside o risco do empiricismo, da análise que se prende à superestrutura em prejuízo da estrutura: reproduzir, involuntariamente, a percepção de mundo da classe dominante colonial, como se essa percepção fosse, de fato, reflexo exato da realidade.

A dedicação aos problemas fiscais, por parte da historiografia colonial, também ficou em segundo plano nas últimas décadas, em razão da “virada pós-moderna”. A consequência disso, para o caso português, tem sido a escassez de estudos recentes sobre a relação entre metrópole e colônia, a fiscalidade do ouro e o funcionamento da economia colonial. Tem-se negligenciado a análise sistêmica das mudanças de objetivos da coroa ao longo do período colonial e dos impactos que estas alterações, no centro do Império português, provocaram nas câmaras municipais coloniais, que ora tiveram suas prerrogativas ampliadas, ora reduzidas, ao sabor das circunstâncias.¹³¹ Estas questões, aos olhos de muitos autores, não fazem sentido, soam falsas, artificiais, pois questionam a própria existência de um sistema colonial, tampouco admitem a existência de uma relação desigual e dicotômica entre metrópole e colônia.

Há, evidentemente, exceções a esse movimento que se tornou regra. Estudos como o de Rodrigo Ricupero, Avanete Pereira Sousa, ou mesmo a vasta produção de Joaquim Romero Magalhães, entre muitos outros autores, expressaram com equilíbrio e profundidade a complexa relação colonial e a dupla função que coube às câmaras municipais e seus dirigentes na colônia, que viviam divididos entre o papel de colonos, isto é, homens que viviam em colônia, objetos da ação colonizadora e, ao mesmo tempo, colonizadores, isto é, agentes da colonização, representantes do poder régio.¹³²

¹³⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 67.

¹³¹ COSTA, André. *Sistemas fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777*. Tese de Doutorado. História Económica e Social. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2013. p. 24.

¹³² FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *O município no Brasil...* p. 389-391; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “A Câmara de São Luís e o declínio político do Maranhão no período pombalino.” In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. pp. 213, nota 2.

No âmbito específico dos estudos recentes sobre câmaras municipais, pautados pelos preceitos pós-modernos, o problema capital parece ser o de, ao fixar a análise em uma localidade, perder a dimensão do movimento maior ao qual esta dimensão micro está indefectivelmente ligada. Em outros casos, conseguindo capturar fragmentos desse movimento maior, exageram o caráter autônomo dos colonos e a ideia de negociação entre as partes, que se daria através de um pacto político alimentado pela economia do dom ou das mercês.¹³³ Entender o funcionamento do sistema colonial sem um estudo aprofundado do papel das câmaras municipais coloniais é tarefa complicada e pouco viável, e aqui concorda-se com André Costa¹³⁴. No entanto, entender o papel das câmaras municipais sem levar em conta a existência de um sistema colonial que atua ao lado e sobre elas, é impossível.

Ao se perder a dimensão sistêmica, corre-se um terceiro risco, de negligenciar os instrumentos de controle que atuavam sobre as câmaras municipais coloniais com diferentes intensidades ao longo do tempo, limitando ou ampliando suas prerrogativas. É preciso, como feito nos capítulos 2, 3 e 5, compreender: a composição das câmaras; a relação e o apoio ou a oposição por parte dos governadores e ouvidores; e, principalmente, as mudanças na política da corte, que, para o caso específico de Minas Gerais, ao longo do século XVIII, ampliaram em alguns momentos, e em outros esvaziaram o papel das câmaras municipais em questões mais amplas, que interessavam diretamente ao centro.

A sociedade mineira, como ficou claro ao longo deste capítulo, é resultado do encontro entre os valores do Antigo Regime europeu e a realidade material colonial, marcada pelo escravismo. O ouro de Minas Gerais liquefez os valores do Antigo Regime e deu a eles um ar falso, burlesco. Embora, ao final, esta riqueza não tenha sido suficiente para provocar uma transformação do papel da colônia e da metrópole na economia-mundo europeia, ele redesenhou as prioridades administrativas do reino: a capitania de Minas Gerais, desmembrada em 1720, já nasceu como a mais importante para o Império português.

Este primeiro capítulo, na verdade, um longo preâmbulo, de caráter mais geral e introdutório, foi essencial para contextualizar o que virá nos próximos capítulos, isto é, um

¹³³ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império.” In: *Penélope: revista de história e ciências sociais*. nº 23, 2000. pp. 67-88. Citado também por SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *A Câmara de São Luís e o declínio...* p. 215. Esta ideia também fundamenta a visão dessa vertente historiográfica, está presente nas obras de Nuno Gonçalo Monteiro, António Manuel Hespanha e de um número vasto de orientandos destes pesquisadores. É necessário um trabalho específico para apontar os problemas e incompatibilidades dessa ideia em relação ao mundo colonial.

¹³⁴ COSTA, André. *Sistemas fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777*. Tese de Doutorado. História Económica e Social. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2013.

mergulho no estudo do cotidiano da Câmara Municipal de Vila Rica – instituição responsável pela administração de um dos centros políticos mais importantes para o Império português, nos setecentos. E, como consequência, um estudo pormenorizado das principais lideranças políticas das quatro gerações que dirigiram a instituição ao longo de quase sete décadas que separaram a Revolta de Vila Rica, em 1720, e a desarticulação da Conjuração Mineira, em 1789, ambos acontecimentos que contaram com ampla participação de indivíduos que comandaram a Câmara Municipal de Vila Rica.

2 O COTIDIANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA

À força de temor o bom senado / Constância já não tem; afrouxa e cede. / Somente se disputa sobre o modo / De ajuntar-se o dinheiro, com que possa / Suprir tamanho gasto o grande Alberga. / Uns dizem que, da renda do senado, / Tiradas as despesas, nada sobra. / Os outros acrescentam, que se devem / Parcelas numerosas, impagáveis / Às consternadas amas dos expostos.

(Atribuído a Tomás Antônio Gonzaga) ¹³⁵

As câmaras municipais coloniais da América portuguesa apresentavam, por força da legislação vigente, uma estrutura muito parecida com suas congêneres metropolitanas e de outros espaços coloniais, na Ásia e África. Eram compostas por uma cúpula, onde atuavam os chamados oficiais camarários, normalmente dois juízes ordinários, leigos, três vereadores e um procurador, e por um número expressivo, mais ajustado às especificidades de cada localidade, de funcionários subalternos, como o escrivão, o tesoureiro, os almotacés, entre outros.¹³⁶

Ao longo deste capítulo, será analisado o funcionamento de uma dessas estruturas, a mais importante do interior da colônia, instalada em Vila Rica, em julho de 1711. Primeiramente, apresenta-se sumariamente a origem e desenvolvimento destas instituições e as especificidades daquelas implantadas na América portuguesa, tentando identificar, na historiografia de variada orientação teórica, pistas de seu papel para além de suas atribuições básicas relacionadas à organização dos espaços urbanos coloniais, ou seja, busca-se compreender, em escala ampla, a quem interessava a existência dessas instituições, a quem serviam essas estruturas. Em um segundo momento, passa-se à exposição introdutória do chamado *setor dirigente local*, isto é, determinadas famílias e grupos que se tornaram responsáveis, com o passar das gerações, pela condução da instituição. Por fim, mas igualmente importante, passa-se à análise do ganho e perda de prerrogativas da Câmara Municipal de Vila Rica, a partir do exame e sistematização das informações presentes nos acórdãos das vereações realizadas ao longo das quase oito décadas abrangidas por este estudo.

¹³⁵ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Programa de Assistência ao Estudante, 2011. p. 26.

¹³⁶ Esta composição poderia sofrer pequenas alterações. Em alguns locais havia, no lugar dos dois juízes ordinários leigos, que se alternavam mensalmente nas vereações, um juiz de fora, com formação jurídica, nomeado pelo rei para presidir a instituição. Também poderia haver um quarto vereador em algumas localidades.

2.1 Origem e organização das câmaras municipais

Havia semelhanças entre as câmaras municipais portuguesas e as instituições de representação e administração local em outros Impérios europeus, como os *cabildos* espanhóis e os *town councils* ingleses.¹³⁷ Estes traços em comum derivam da herança romana e, no limite, do próprio agrupamento familiar primitivo, um dos estágios iniciais da organização social no longo e tortuoso processo de formação do Estado.¹³⁸

Dessa forma, a origem da organização local, em abstrato, a que chamamos municípios, antecede a formação do próprio Estado, e dependeria, a princípio, da vontade e dos interesses dos grupos locais.¹³⁹ Essa afirmação pode ter feito sentido em algum momento da história europeia anterior à modernidade, mas não explica a realidade colonial brasileira. No novo mundo, nem todo aglomerado humano, ainda que complexo e numeroso, evoluiu rumo à constituição de uma organização administrativa própria. Estando já constituído o Estado Nacional, a elevação de aldeias à condição de vila ou cidade, ganhando com isso câmara municipal e pelourinho, tornou-se uma decisão política exclusiva do monarca e seus agentes.¹⁴⁰

Apesar da legislação uniformizadora, as próprias prerrogativas locais destas instituições faziam com que, na prática, elas se tornassem, nas palavras de Maria de Fátima Gouvêa, *instituições mutantes*, pois, na medida do possível, adaptavam-se rapidamente às circunstâncias das localidades que deviam administrar. Na organização administrativa portuguesa, as câmaras municipais – ou concelhos¹⁴¹, como eram chamados – eram as instituições que, de modo mais imediato e efetivo, afetavam a vida cotidiana e a organização

¹³⁷ Sobre essas semelhanças, ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural.” In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 74-75.

¹³⁸ ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 131.

¹³⁹ AVELLAR, Hélio de A. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 1970. p. 20.

¹⁴⁰ ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 21-22. No início do século XIX existiam no reino 22 cidades e mais de 500 vilas, enquanto no Brasil colonial, apesar de muito mais extenso e habitado, havia apenas 12 cidades e 225 vilas. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 29.

¹⁴¹ Optou-se por utilizar o termo usual para designar a municipalidade em Portugal, Concelho, do latim *concilium*, lugar de reunião, assembleia. O termo usual no Brasil, Conselho, também tem origem no latim, *consilium*, mas significa parecer, juízo, sugestão ou advertência. Cf. CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. pp. 203, 208. O vocábulo vila, no período colonial, tem dois significados: no nível local, designa o concelho; em escala mais ampla, corresponde a todo o território controlado por uma câmara municipal, o núcleo urbano e seu termo ou município. O rossio era uma área menor, que media entre 11 e 174 km², pertencente à câmara municipal, que o dividia em lotes ou chãos cedidos mediante pagamento anual dos foros. Eram, ao que parece, a chamada sesmaria da câmara. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 29-30.

da sociedade e, na maioria dos casos, tinham suas prerrogativas limitadas, também, à esfera exclusivamente local.¹⁴²

Transplantadas do reino para as colônias, os dois principais desafios para as câmaras municipais eram: de um lado, apesar de desenhadas para administrar pequenos termos no reino, ter que gerir, na colônia, territórios imensos, em alguns casos maiores do que Portugal; de outro lado, ter de se ajustar a uma sociedade e economia completamente distintas das do reino. Para dar conta desse novo universo, novas prerrogativas foram criadas no âmbito destas instituições, o que se reflete, no cotidiano, nas pautas das reuniões, chamadas, à época, de vereações.

Ao contrário da sua forma contemporânea, exclusivamente legislativa e local, as câmaras municipais coloniais também assumiam prerrogativas que hoje classificamos como executivas e judiciárias em primeira instância, e, na colônia, na falta de uma esfera de representação regional – como as assembleias provinciais criadas no século XIX –, as câmaras municipais ocupavam esse espaço, constituindo a esfera máxima de representação da classe dominante local colonial que, através da instituição, poderia se remeter diretamente ao rei.¹⁴³

De modo geral, as câmaras municipais tiveram papel muito mais vigoroso diante da nova realidade colonial do que suas congêneres metropolitanas ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Indo além do que previam as Ordenações Manuelinas e Filipinas, estas instituições tiveram, na colônia, papel central no estímulo à própria ocupação territorial.¹⁴⁴ Até a metade do século XVII, as câmaras municipais coloniais gozaram, de modo geral, de prerrogativas amplas. Na prática, significa dizer que a classe dominante de cada localidade e o setor dirigente que controlava diretamente essas instituições detiveram, ao longo desse período, um poder muito expressivo. Essa foi uma estratégia régia para, diante das dificuldades inerentes ao processo de colonização, estimular a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico local.¹⁴⁵

Ao longo da segunda metade do século XVII, após a restauração do reino, o projeto colonizador já se encontrava em outro patamar, que não o inicial. Desse momento em diante,

¹⁴² ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 105, 108. É curioso notar que, na colônia, toda vila possuía câmara municipal, e estas só existiam em vilas ou cidades. No reino, embora isso fosse o mais comum, havia exceções, concelhos rurais mais modestos poderiam existir em aldeias. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 28-29.

¹⁴³ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 98-99; COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder concelhio: da origem às cortes constituintes. Notas de História Social*. Coimbra: CEFA, 2008. p. 48; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820." In: *Tempo*. Niterói, vol. 7, n. 13, 2002. p. 111-115.

¹⁴⁴ ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 39-40.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 168-169.

houve, de modo geral, um longo e lento processo de redução das prerrogativas das câmaras municipais coloniais, cada vez mais restritas à administração do cotidiano local.¹⁴⁶ Essa tendência geral não ocorreu simultaneamente e com a mesma intensidade em todos os lugares do Império. A descoberta do ouro no interior do continente, no final dos seiscentos, ocorreu em meio a esse processo e, em alguma medida, contribuiu para acelerar a centralização do poder em curso, muito embora os poderes locais na região das minas tenham gozado de prerrogativas amplas ao menos até o final da década de 1710.

Na região aurífera – capitania de Minas Gerais a partir de 1720 –, as câmaras municipais cumpriam, em seu cotidiano, as mais variadas tarefas de interesse exclusivamente local, como a fiscalização em torno das posturas da vila, a regulação do comércio, a emissão de licenças e realização de exames de ofício, a arrematação das rendas do concelho e a contratação e pagamento de diversos serviços, incluindo a realização de obras públicas necessárias à localidade, como abertura e melhoramento das ruas, caminhos e calçadas, construção e reforma de pontes, paredões e chafarizes, entre muitas outras tarefas ligadas ao cotidiano da vila. Em algumas localidades mais importantes, como Vila Rica, recaíam sobre as câmaras municipais, em alguns momentos, atribuições de interesse mais amplo, como a arrecadação dos quintos e de outros subsídios impostos pelo poder central, o custeio de obras relacionadas aos quartéis, o pagamento de salários de alguns postos militares regulares, ou mesmo a remuneração de oficiais da Casa de Fundição, como ocorreu em 1721 e 1722 na capital mineira. A concentração destas prerrogativas mais amplas e relevantes nas câmaras municipais espalhadas pelo Império português oscilou muito ao longo dos séculos, em função de fatores como a importância estratégica da região para a Coroa, a distância em relação ao centro político e administrativo, a eficácia dos meios de controle e cooptação de que dispunham o rei e seus agentes, o desenvolvimento de uma consciência de classe por parte do setor dominante local e sua capacidade de articulação, luta e resistência.

2.2 Câmaras mineiras: a favor ou contra o rei?

Diante da amplitude de prerrogativas que, inerentes às câmaras municipais coloniais, ou que poderiam ser a elas atribuídas, a depender de uma série de variáveis locais e gerais, cabe perguntar: estas instituições trabalhavam a favor ou contra os interesses do rei? Poderiam ser compreendidas como agências de representação dos interesses do monarca, ou eram, na

¹⁴⁶ O ponto final desse processo foi a lei de 1º de outubro de 1828, que declarava no artigo 24: “As câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa.” Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 170-172.

verdade, centros de representação dos interesses locais? As possibilidades de resposta a esta questão dividiram tanto as autoridades da época, como os estudiosos contemporâneos.¹⁴⁷

De modo geral, as câmaras municipais cumpriam uma dupla função: ao mesmo tempo em que eram espaços de aglutinação dos interesses dos diferentes setores da classe dominante local, do ponto de vista econômico e institucional existiam para reforçar o domínio e parte dos interesses do poder central. Essas duas facetas, por vezes contraditórias, tornam complexa a resposta à pergunta inicial: de um lado, uma tendência historiográfica autointitulada escritora de uma “história compensatória”, de orientação pós-moderna, tem enfatizado os traços localistas da instituição e sua função representativa dos interesses locais, relativizando os mecanismos de controle da metrópole sobre as câmaras municipais coloniais; de outro lado, há autores que têm procurado enfatizar a relação complexa entre essas duas facetas, compreendendo estas instituições como instrumentos de aglutinação, não dos interesses locais, mas de determinados setores da classe dominante local, porém, limitados pelos meios de controle de que dispunha o poder central.¹⁴⁸ Em síntese, os autores da tendência centralista identificam a existência de uma lógica sistêmica e estrutural que teria acompanhado o processo expansionista português, ao contrário dos localistas que, se opondo, apoiam-se em argumentos predominantemente empíricos, por vezes acabam superdimensionando as tendências de curto prazo e, também por isso, tendem a relativizar a racionalidade sistêmica da colonização.¹⁴⁹

Há, dentre os trabalhos clássicos dedicados ao estudo dos poderes locais, e que influenciaram as tendências supracitadas, visões que, enfatizando de modo distinto as dimensões específicas e gerais do processo colonizador, propuseram interpretações que se tornaram paradigmas. A leitura weberiana de Raymundo Faoro, por exemplo, compreendia a

¹⁴⁷ Os governadores de Minas Gerais, em suas correspondências, caracterizavam os concelhos como obstáculos aos interesses régios, como o fez Dom Lourenço de Almeida em 1722, quando classificou os oficiais de Vila Rica como “inquietais”. A rigor, poderiam ser obstáculos, mas nem sempre foram, tudo dependia da correlação de forças entre as oligarquias locais e os agentes régios. Em Minas Gerais, foram um empecilho até 1720, e voltaram a ser no início dos anos de 1780. Durante o governo de Gomes Freire de Andrade (1735-1763), e ao menos até o fim do ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, em 1777, as relações entre representantes régios e as oligarquias locais foram relativamente amistosas. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 162.

¹⁴⁸ Para uma análise sumária dessa dupla função, ver: SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História Econômica, FFLCH-USP. São Paulo, 2003. p. 60; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município no Brasil Colonial e a configuração do poder econômico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 393-394. Sobre a perspectiva pós-moderna, ver: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 15.

¹⁴⁹ SOUSA, Avanete Pereira. “Manifestações locais da crise do Antigo Sistema Colonial? O exemplo das câmaras municipais da capitania da Bahia.” In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos...* p. 303.

administração colonial como sendo extremamente centralizada e racional, restando às câmaras municipais coloniais um papel limitado, restrito à administração local. Outra leitura, influenciada pelo marxismo, foi a de Caio Prado Jr., para quem a administração portuguesa era caótica e pouco racional, o que permitia às câmaras municipais gozarem, até o final do século XVII, de prerrogativas amplas. Edmundo Zenha e Victor Nunes Leal compartilham, em grande medida, desta mesma visão sobre os poderes locais.¹⁵⁰

Aproximando-se mais das câmaras municipais, sem perder de vista a dimensão sistêmica do processo colonizador, há as contribuições fundamentais dos brasilianistas Charles Boxer e A. J. R. Russell-Wood. O primeiro enfatizou, em seus trabalhos, as contradições existentes entre interesses locais e gerais, mostrando ter havido, em determinados contextos, resistência local às investidas dos agentes régios, por meio das câmaras municipais. O segundo, que dedicou um longo e precioso artigo à Câmara Municipal de Vila Rica, reforçou, a partir do estudo daquela localidade, muitas observações feitas por Charles Boxer, mas também apontou a existência de mecanismos de controle do centro sobre a periferia, como o que chamou de “convergências de jurisdição” entre câmaras municipais, ouvidores e governador, que acabavam favorecendo o controle régio sobre as localidades, apesar da distância.¹⁵¹

Décadas mais tarde, pautados por outras circunstâncias, novos historiadores debruçaram-se sobre as câmaras municipais coloniais. Trabalhos como os de Maria de Fátima Gouvêa, Maria Fernanda Bicalho e George Félix Cabral de Souza, mais influenciados pela tendência localista, para além das considerações gerais, tendem a ressaltar, naquelas instituições, as características que as tornam meios de integração entre as “elites locais” e o Império, deixando em segundo plano as formas de controle e cooptação destes grupos.¹⁵²

¹⁵⁰ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 45; PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 297; ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 19-20; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. p. 59-71.

¹⁵¹ BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macal, Bahia and Luanda. 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965. p. 142; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local na América portuguesa...* p. 77-78. Um balanço mais detalhado, abarcando outras especificidades que fogem aos objetivos deste estudo encontra-se em LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003. pp. 26-29.

¹⁵² Cf. BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras municipais no Império português: o exemplo do Rio de Janeiro.” In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 36. São Paulo, 1998; BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759)*. Recife: Editora UFPE, 2012. Este grupo especializou-se, nos últimos anos, em

O diálogo dos autores desta tendência localista com a historiografia portuguesa mais recente reforçou a ênfase dada ao caráter negociado das relações entre as “elites” dos dois lados do Atlântico, deixando de lado conceitos como metrópole, colônia e exploração. Nuno Gonçalo Monteiro, por exemplo, atribuiu às câmaras municipais não apenas a função de integração política entre o centro e as periferias do Império português, o que parece bastante plausível, mas condicionou a própria unidade do Império, não às forças coercitivas do centro, mas ao papel das periferias e sua comunicação quase universal com o centro.¹⁵³

O autor que exerceu mais influência, quantitativa e qualitativamente, sobre a tendência localista foi o jurista e historiador português António Manuel Hespanha, para quem não havia, quando do período colonial brasileiro, um centro onde se concentrava o poder. Ao contrário, para ele o Império português organizava-se a partir do *paradigma corporativo*, em que o poder se dispersava entre diferentes polos políticos, que perseguiam interesses particulares, mas harmônicos, compatíveis com o bem comum. Não havendo um centro concentrador de poder, não havia uma cadeia de comando efetiva, tampouco controle funcional sobre a colônia, mas uma espécie de tutela operada pela mediação dos agentes régios. Nesse modelo, cabia também às câmaras municipais esse papel mediador, preparando localmente a aplicação das políticas coloniais, preservando o bem comum e administrando os conflitos.¹⁵⁴

Para Hespanha, a sociedade moderna se via – e, na ótica do autor, portanto, funcionava – como um corpo, em que a integração das partes não comprometia a identidade e a chamada “autonomia” de cada uma delas. O Império português teria sido composto por uma “multiplicidade de órgãos com atributos políticos quase soberanos, que expropriavam o centro de uma decisiva capacidade de intervenção”. Viviam-se, nas vilas, uma situação de autogoverno,

organizar livros que reúnem trabalhos de jovens pesquisadores, reforçando a perspectiva localista. Alguns deles são: FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, António Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no Ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. GUEDES, Roberto (Org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

¹⁵³ MONTEIRO. Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos...* p. 283.

¹⁵⁴ HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Gulbenkian, 1984. p. 13; HESPANHA, Antonio Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos.” In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos...* p. 48-49; LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local...* p. 54.

e os agentes régios, e outras instituições superiores, não passavam de “débeis extensões periféricas do poder central”, que não alteravam a tendência geral ao localismo. No limite, o autor – e, por sua influência, a tendência localista – nega a própria existência e racionalidade de um sistema colonial, atrofia o papel desempenhado pelo Estado Moderno português.¹⁵⁵

Contrariando o exposto, havia, ao que parece, um hiato entre a retórica do bem comum, que inundava a documentação da época –, produzida em sua quase totalidade pelo setor dirigente local – e as condições materiais daquela sociedade, que se impunham às relações sociais. A interpretação do autor supracitado não encontra paralelo quando se estuda a realidade colonial de Minas Gerais, o que foi atestado pelo próprio quando afirmou que a capitania mineira era a “exceção que confirma a regra”.¹⁵⁶

Ao que parece, o problema é mais bem compreendido quando exposto em termos econômicos. O sistema colonial português, desde sua constituição, foi marcado por uma vulnerabilidade estrutural. Predominava o princípio da economia de meios, não havia recursos suficientes, materiais e humanos, para controlar com rigor e eficiência todas as regiões que iam sendo incorporadas ao Império português. Assim, era necessário priorizar aquelas regiões mais importantes para o desenvolvimento do Império. Isso explica, por exemplo, porque Macau poderia gozar de grande liberdade e de prerrogativas amplas, sem que isso implicasse redução do poder efetivo do centro em outras regiões coloniais.¹⁵⁷

Minas Gerais, no século XVIII, pela sua importância econômica incontornável para a metrópole, requereu um controle mais intenso, o que não significou, como será demonstrado, um cenário de esvaziamento camarário, isto porque, a um conjunto amplo de prerrogativas por parte das câmaras municipais, não correspondia, necessariamente, uma fragilização dos mecanismos de controle do centro sobre elas; em Vila Rica, aliás, a relação foi inversa. Pretende-se demonstrar, com este estudo, que nem mesmo em Minas Gerais foi possível controlar tudo, o tempo todo, e que as câmaras municipais foram, em determinados cenários, importantes instrumentos de domínio que, beneficiando o setor dirigente e outras parcelas da

¹⁵⁵ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 101-103.

¹⁵⁶ Ibidem. p. 27-30.

¹⁵⁷ Sobre a vulnerabilidade estrutural do sistema colonial português, ver ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Lisboa: Afrontamento, 1993. p. 93-94. Apud. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145. Sobre o princípio da economia de meios, ver MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002. p. 202.

classe dominante local, reforçaram os interesses régios na região, embora tenha havido, em vários momentos, contradições importantes entre estes dois vetores.

Desconsiderando-se esses excessos, bem como a noção de bem comum¹⁵⁸, que parece reproduzir a ideologia das classes dominantes do período, abundante em toda documentação, entende-se as câmaras municipais coloniais como defensoras, em parte, dos interesses régios e da classe dominante local e, a partir dessa premissa, parece válida a ideia de que estas instituições exerciam um papel auxiliar na fluidez do sistema de comunicação do Império.¹⁵⁹ Também serviram, em determinados momentos, como instrumentos de adiamento ou dissolução dos conflitos locais, a depender de outras variáveis. Em Vila Rica, por exemplo, em meados dos setecentos, o caráter de dissolução dos conflitos parece ter funcionado com mais eficiência, enquanto em outros momentos ocorreu o contrário: as câmaras municipais abrigaram articulações locais que resultaram em conflito aberto com os agentes régios, tanto em 1720, durante a Revolta de Vila Rica, quanto em 1789, durante a Conjuração Mineira.¹⁶⁰

Seguindo outras premissas, encontram-se trabalhos como os de Avanete Pereira Sousa, Rodrigo Ricupero, Maria Verônica Campos e, em alguma medida, Maria Aparecida Borrego. Em linhas gerais, esses historiadores – também influenciados pelos autores clássicos

¹⁵⁸ Parece correta a leitura de Maria Aparecida Borrego, para quem a retórica do bem comum foi utilizada pelo Estado, no reino e nas colônias, para combater os interesses dos particulares. A lei e, portanto, as instituições eram, antes de tudo, instrumentos de dominação. Assim, o uso do bem comum, pelas câmaras, escondia aquilo que o setor dirigente queria impor ao conjunto da população. Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 133-135, 158. Não se deve confundir as atividades rotineiras da Câmara Municipal – relacionadas à gestão da localidade, como a fiscalização para coibir o atravessamento de mantimentos, a manutenção dos caminhos e a organização de festas – com indícios de que a instituição atuava como “representante dos interesses locais e protetora do bem-estar público”. Ao olhar para o conjunto das pautas e, principalmente, para a forma como eram gastos os recursos da instituição, percebe-se que a prioridade não era o bem comum, como, por exemplo, sugeriu-se em GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto - Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Vária História*, n° 31, jan./jun. 2004, p. 126.

¹⁵⁹ Confirma-se, na prática, essa possibilidade de Vila Rica cuja Câmara Municipal, que apesar de meses distante do reino, mantinha intensa comunicação com o centro do Império e sustentou, durante alguns anos da primeira metade do século XVIII, procuradores da instituição em Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro. Esta foi uma prática comum, principalmente entre as câmaras municipais coloniais, muito distantes do reino. Os procuradores que eventualmente mantinham em Lisboa, normalmente algum contato próximo a algum oficial camarário, agilizavam junto ao rei o andamento de questões importantes para a instituição. Em tese, esses representantes não deveriam receber qualquer pagamento pela função, mas esta orientação não era adotada pela Câmara Municipal de Vila Rica. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 62.

¹⁶⁰ As qualidades da leitura empreendida pelos autores dessa tendência, por vezes são ofuscadas pela ênfase excessiva dada – principalmente por trabalhos de orientandos, que por vezes limitam-se à reprodução sumária e simplificada dos argumentos centrais – ao papel das chamadas “elites locais”, em detrimento dos mecanismos de coerção de que dispunha o poder metropolitano localmente representado pelo governador e ouvidores.

supracitados – concordam que as câmaras municipais, além de serem espaços institucionais de aglutinação dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes locais, traziam, em sua estrutura, mecanismos que permitiam, sob certas circunstâncias, a ampliação da ingerência do poder régio nas localidades, através da ação dos agentes régios.¹⁶¹

A historiadora Cláudia Damasceno Fonseca, em trabalho sobre a influência dos poderes locais e central na conformação do espaço urbano mineiro, constatou a forte presença do Estado, corroborando esta segunda perspectiva, demonstrando que as câmaras municipais mineiras eram, antes de tudo, espaços institucionais de cooptação régia que, em alguns momentos, concentraram também focos de insubordinação aos agentes régios.¹⁶²

Avanete Pereira Sousa, adotando uma linha semelhante ao estudar a Câmara Municipal de Salvador ao longo do século XVIII, constatou que a liberdade de que as chamadas “elites locais” dispunham era concreta, embora muito limitada. Para a historiadora, de modo geral, esses grupos usavam as prerrogativas da instituição para ajustar, tanto quanto possível, as diretrizes régias, vindas de Lisboa, aos seus interesses imediatos.¹⁶³

De modo geral, os autores mais próximos a essa segunda tendência atribuem a maior liberdade de ação da classe dominante local às distâncias e à impossibilidade do centro de exercer um controle total sobre as periferias, o que tornava imperativa a necessidade de se contemporizar. Não superestimam a capacidade do poder central de agir sobre os grupos locais, como fez Raymundo Faoro, tampouco relativizam a existência de um sistema colonial e suas consequências, superestimando os poderes locais, como a tendência localista: entendem que não havia ausência do poder régio, mas uma presença diferente, contemporizada.¹⁶⁴

Nas últimas décadas, graças à expansão e interiorização dos programas de pós-graduação em História por todo o Brasil, produziu-se um volume imenso de teses e dissertações que trataram do embate entre o poder central e os poderes locais no Império português. Grande parte desses trabalhos segue inédita e aproxima-se da perspectiva localista. A dissertação de

¹⁶¹ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693-1737*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999; RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 - c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁶² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el Rei...* p. 167- 171.

¹⁶³ SOUSA, Avanete Pereira. “Manifestações locais da crise do Antigo Sistema Colonial? Exemplo das Câmaras Municipais da Capitania da Bahia.” In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos...* p. 303.

¹⁶⁴ SOUSA, Avanete Pereira. “Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 313, 321; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 15, 31 e 51.

Fernando Júnio Santos Silva, por exemplo, foi dedicada ao estudo das práticas administrativas e os vínculos estabelecidos por Gomes Freire de Andrada em duas regiões importantes da colônia em meados do século XVIII, a região das minas e a fronteira sul, onde também atuou. A professora Mônica da Silva Ribeiro, em sua tese, também se dedicou ao estudo do governante supracitado. Ainda no campo dos governos, Victor Hugo Abril deu-nos importante contribuição com sua tese, defendida em 2015, ao estudar os governos interinos no Rio de Janeiro ao longo da primeira metade do século XVIII. Em perspectiva mais próxima à da tendência centralista, embora mais antiga, a tese de Maria Verônica Campos nos foi de grande valia, ao analisar o desenvolvimento político mineiro em suas décadas iniciais de maior efervescência, até a segunda metade da década de 1730. Ainda sobre as especificidades da administração na capitania mineira, podem-se destacar a tese de Carolina Marotta Capanema, e a tese de Cláudia Atallah, dedicada ao estudo dos ouvidores da capitania ao longo dos setecentos e seus vínculos com os levantes, em especial a Conjuração Mineira.¹⁶⁵

Em âmbito mais geral, a tese de Pablo Menezes Oliveira, embora focada no aspecto político, tem a virtude de abarcar quase todo o século XVIII.¹⁶⁶ Em abordagem mais específica, há a dissertação de Mariana Lima Barcelos, dedicada ao processo de formação da Câmara Municipal de Vila Rica, e a dissertação e a tese de Fernanda Fioravante, centradas nas redes dirigentes locais em Vila Rica, Vila do Carmo e São João del Rei, porém limitadas à primeira metade dos setecentos. Para estas outras regiões mineiras há ainda as dissertações de Michelle Brandão, sobre o setor dirigente de Vila do Carmo, durante as primeiras décadas de funcionamento da câmara municipal local, e de Livia Monteiro, em perspectiva similar, sobre

¹⁶⁵ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* 1999. SILVA, Fernando Júnio Santos. *Redes Governativas e Práticas Administrativas no Governo de Gomes Freire de Andrada (1735-1763)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012; RIBEIRO, Mônica da Silva. *“Se faz preciso misturar o agro com o doce”: a administração de Gomes Freire de Andrada. Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010; ABRIL, Victor Hugo. *Governadores interinos: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (c. 1705-1750)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015; CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013; ATALLAH, Cláudia Cristina Azevedo. *Da justiça em nome d’el Rey: Ouvidores e Inconfidência na Capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Pablo Menezes. *Cartas, pedras, tintas e coração: as casas de câmara e a prática política em Minas Gerais (1711-1798)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

os camaristas de São João del Rei, abrangendo, contudo, a agitada transição da primeira para a segunda metade do século XVIII.¹⁶⁷

Outros trabalhos que permanecem inéditos perpassaram as câmaras municipais mineiras, mas detiveram-se à dimensão judiciária das instituições ou a ofícios específicos. A contribuição de Carmem Silva Lemos foi, sem dúvida, uma das que mais nos auxiliou, pelo trabalho minucioso que teve como alvo a trajetória dos juízes ordinários mineiros durante a segunda metade do século XVIII. Também foi importante a dissertação de Wellington Júnio Guimarães da Costa, dedicada ao estudo da prática judicial na comarca de Vila Rica, cujo mérito, para além das notificações judiciais, fonte central da obra, é a amplitude do estudo, que compreende quase um século, de 1711 a 1808. Para a vizinha Vila do Carmo, e a título de comparação, foi importante a consulta à dissertação e à tese de Débora Cazelato de Souza, em que se abordou, respectivamente, a trajetória dos juízes de fora, primeiro em Vila do Carmo, depois em perspectiva comparativa com Salvador até o final da década de 1770.¹⁶⁸

Outro trabalhos inéditos, envolvendo câmaras municipais coloniais de outras regiões da América portuguesa, também nos serviram de referência, fornecendo elementos importantes de comparação, além de atestarem o aumento do interesse pelo tema ocorrido nas últimas duas décadas, embora estes novos trabalhos tenham se pautado, em sua quase totalidade, pela perspectiva localista, que tem se tornado hegemônica. É o caso da importante dissertação de

¹⁶⁷ BARCELOS, Mariana Lima. *Entre conflitos e mediações: a formação da Câmara de Vila Rica (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2014; MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008; MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 - c. 1750*. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012; BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009; MONTEIRO, Livia Nascimento. *Administrando o bem comum: os “homens bons” e a Câmara de São João del Rei, 1730-1760*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

¹⁶⁸ LEMOS, Carmem Silva. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003; COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. *As tramas do poder: as notificações e a prática da justiça nas Minas setecentistas. Comarca de Vila Rica (1711-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2011; SOUZA, Débora Cazelato de. *Administração e poder local: a Câmara de Mariana e seus juízes de fora (1730-1777)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2011; SOUZA, Débora Cazelato de. *Homens de Letras: juízes de fora em Salvador e Mariana (1696-1777)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

Fernando Lobo Lemes, que explorou as relações entre camaristas e agentes régios em outra capitania aurífera, a de Goiás, embora em período de franca decadência dessa atividade econômica, entre 1770 e 1804. E, também, do trabalho de Maria Beatriz Porto, dedicado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro na transição entre os séculos XVIII e XIX, em meio ao declínio da produção aurífera de Minas Gerais e as transformações econômicas da cidade.¹⁶⁹

O trabalho de Helidacy Corrêa, embora relacionado à São Luís seiscentista, contribuiu para a compreensão das estratégias de defesa do território colonial em momentos de crise; Adriano Comissoli, ao contrário, estudou o setor dirigente local de Porto Alegre durante a crise do Sistema Colonial, embora tenha utilizado outro referencial teórico. Também foi importante, como elemento de comparação, a contribuição de Nauk Maria de Jesus, ao tratar da realidade da fronteira oeste da colônia. Mais próximos à perspectiva centralista, foram importantes as contribuições de Fernando Ribeiro, que analisou a política de concessão e terras em São Paulo durante mais de dois séculos, e o trabalho de Thiago Alves Dias, dedicado às práticas mercantis no Rio Grande do Norte, durante a crise do Antigo Sistema Colonial.¹⁷⁰

Deixando de lado as perspectivas teóricas que orientam os diversos estudos supracitados, e enfatizando os elementos originais que eles nos trazem, ressalta-se que, nas diferentes áreas estudadas da América portuguesa setecentista, não se observou movimento que negasse o aumento da complexidade da sociedade e da administração colonial, que se opôs, no mesmo período, a uma tendência de simplificação administrativa das instituições reinóis.¹⁷¹

¹⁶⁹ LEMES, Fernando Lobo. *A oeste do império - dinâmica da Câmara Municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e Capitania de Goiás (1770-1804)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2005; PORTO, Maria Beatriz Gomes Bellens. *Nobres poderes: a atuação do Senado da Câmara fluminense na economia e os privilégios e deveres dos homens bons (1790-1807)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

¹⁷⁰ CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *“Para aumento a conquista e bom governo dos moradores”. O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011; COMISSOLI, Adriano. *Os homens bons e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006; JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006; RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar. *Poder local e patrimonialismo: a Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na vila de São Paulo (1560-1765)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010; DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

¹⁷¹ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. p.

Sem perder de vista o problema levantado nas páginas anteriores – isto é, a quem beneficiavam as câmaras municipais coloniais, se agiam contra ou a favor dos interesses régios –, a resposta mais prudente seria: nem tanto ao mar, nem tanto à terra; tudo dependia das circunstâncias. O aumento da centralização e da complexidade administrativa não parece ter gerado, na maioria das câmaras municipais coloniais, um aumento de suas prerrogativas; ao contrário, o que estava em curso, desde as últimas décadas do século XVII era uma tendência geral de esvaziamento dessas instituições, em prol de outros órgãos governamentais, como a Fazenda Real.¹⁷² Isto torna o caso da Câmara Municipal de Vila Rica ainda mais intrigante. Se é verdade que, durante as décadas de 1720 e 1730, experimentou-se a tendência geral da colônia de redução das prerrogativas, a partir de meados dos setecentos um movimento contrário ocorreu, sem que isso reduzisse os mecanismos de controle sobre a instituição.¹⁷³

2.3 Cúpula camarária e cargos

As câmaras municipais coloniais, para além da retórica do “bem comum”, na prática, não representavam o interesse da localidade, por não existir, em abstrato, um interesse local ou comum. Tampouco parece ter sido, como sugeriu Edmundo Zenha, um órgão intermediário entre o rei e o povo, outra entidade abstrata para os setecentos.¹⁷⁴ Não havia representação democrática, a composição dos membros das câmaras municipais era definida em um pleito reduzido a um seleto grupo da classe dominante local, que passava pela censura dos agentes régios. Em Vila Rica, por exemplo, os processos eleitorais regulares para cúpula camarária não envolviam mais que três dezenas de votantes.¹⁷⁵

68; SOUZA, George Felix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese de Doutorado. Programa de Doctorado: Fundamentos de la Investigación Histórica. Universidad de Salamanca. 2007. p. 613-617. Essa tendência de redução das prerrogativas das câmaras municipais ao final do século XVII foi apontada de forma quase unânime pelos historiadores portugueses e bem sintetizada em: SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. p. 6.

¹⁷² BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras municipais no Império português: o exemplo do Rio de Janeiro.” In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 36. São Paulo, 1998. p. 3-5. Charles Boxer também lembra que, a partir da segunda metade do século XVIII, as câmaras municipais e santas casas de misericórdia entraram em decadência. Cf. BOXER, Charles R. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 305.

¹⁷³ Este movimento também foi observado, de fora da instituição, por Marilda Santana da Silva, embora tenha sido entendido genericamente como uma ampliação da “autonomia” institucional. Cf. SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista...* p. 153.

¹⁷⁴ ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 168-169.

¹⁷⁵ Em dezembro de 1735, os oficiais camarários convocaram uma parte dos homens bons para votarem nas eleições para os ofícios camarários do ano seguinte, e repetiram o procedimento em dezembro de 1736,

Os escolhidos nas eleições trienais – processo que, por ser um dos instrumentos mais eficazes de controle régio sobre a instituição, será estudado no capítulo 5 – para ocupar os principais postos da instituição, com direito a voz e voto nas vereações, isto é, dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador, acabavam por formar, com o passar das décadas, um setor dirigente, isto é, um conjunto de indivíduos, pertencentes à classe dominante local que, não sendo os mais ricos, dedicavam parte de seu tempo à administração local.

Em teoria, para compor estes quadros principais das câmaras municipais, havia alguns requisitos: era preciso ser branco, pertencer às famílias tradicionais da terra, não ter os chamados “defeitos mecânicos”, isto é, não trabalhar ou possuir antepassados que trabalhassem em serviços manuais, tampouco que ganhassem a vida com o comércio. Estes princípios, que talvez fossem seguidos com rigor na metrópole, tendiam a ser flexibilizados na prática, à medida que se distanciava do reino, e se avançava no tempo. Este conflito entre o texto frio da lei e a realidade colonial em transformação gerou uma série de atritos, principalmente nas regiões de ocupação recente, como as auríferas, onde era ainda mais difícil seguir, com rigor, os preceitos dos códigos pensados para a realidade metropolitana.¹⁷⁶

No início, quando da criação das primeiras câmaras municipais na região das minas, um conjunto de indivíduos enriqueceu rapidamente, mas entre eles eram raros aqueles que possuíam alguma experiência administrativa. Nesse cenário, marcado pela ausência da tradição, a ocupação dos primeiros cargos das recém-criadas câmaras municipais acabou por forjar um

confirmando que as eleições ainda não eram trienais. Foram 18 os convocados em 1735, e 31 em 1736, quase todos patentes militares de ordenança, e já tinham integrado a cúpula camarária em outros momentos. Na lista de 1735, os cinco que integraram o segundo grupo, influente de 1721 em diante, foram: Domingos Coelho Pereira, Domingos Francisco de Oliveira, Manuel Ferreira Agrelos, Lourenço Pereira da Silva e Gregório de Matos Lobo. Os dois que integraram o grupo intermediário foram: Domingos Francisco de Oliveira e Domingos de Souza Braga. Os cinco que tinham passagens pelas funções importantes da instituição eram: Manuel Mateus Tinoco, Domingos Francisco dos Reis, Martinho Ribeiro Dias, Francisco da Silva Machado e André Álvares Rainho. Os outros seis que foram convocados eram: Antonio Ferreira Souto, João de Sá e Couto, José da Costa Rebelo, Pedro Clemente, Pedro Neves e Valentim Gomes Ribeiro. Cf. APM, CMOP 35. *Registro de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736*. fls. 61v-62. Na lista de 1736, os dois sujeitos que pertenciam ao grupo intermediário eram: Domingos Francisco de Oliveira e Francisco da Costa de Oliveira; os outros dois que pertenciam ao grupo mais influente a partir de 1721 eram: Manuel Ferreira Agrelos e Domingos Coelho Pereira. Os outros 11 com passagem pelos cargos importantes da instituição, todos após 1720, foram: Fernando da Mata, Manuel de Souza Pereira, Manuel Fernandes, Francisco Ferreira Velho, Martinho Ribeiro Dias, Domingos de Abreu Lisboa, Domingos Francisco dos Reis, João Gonçalves Batista, Estevão de Souza Sandoval, João Mota Lima e Manuel da Costa Reis. Cf. APM, CMOP 32. *Registro de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741*. fls. 71-72.

¹⁷⁶ Cf. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 294. Em Minas Gerais, quando do estudo prosopográfico no quarto capítulo, será demonstrada a inviabilidade de se seguir esses princípios, pela própria condição em que se deu a ocupação da região.

setor dirigente que, por ocupar os postos políticos e administrativos locais primeiro, tornava-se mais apto a seguir ocupando esses espaços.¹⁷⁷

Seria mais adequado entender as câmaras municipais coloniais como instituições que expressavam, ainda que por meio de um setor dirigente, não os interesses do povo ou a defesa do “bem comum”, mas os interesses da classe dominante local, escravagista, que pouco se envolvia diretamente na administração local. Havia, para além da exclusão dos interesses da camada mais pobre da população, um certo espaço entre o que os mais ricos queriam, e o que seus representantes nas câmaras, que também tinham seus próprios interesses, executavam.

Já foram indicados quais os interesses mais amplos estavam por trás do funcionamento de uma câmara municipal colonial, os do rei e seus agentes, e os da classe dominante local. Mas quem realmente ditava, no cotidiano, os rumos da instituição? Quem era este setor dirigente local em Vila Rica? Para responder a essa pergunta, deve-se, em primeiro lugar, olhar para os chamados *oficiais da câmara*, isto é, aqueles que ocupavam os principais postos da instituição, que tinham direito a voz e voto nas vereações: dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador.¹⁷⁸ Entre estes postos havia uma hierarquia rígida: o cargo mais baixo era o de procurador, ocupado por indivíduos jovens, novatos na administração local ou de pouco destaque na vila; em seguida, havia o vereador mais moço, o do meio, e o mais velho, sendo este o substituto dos juízes ordinários, revelando que a questão etária era um dos critérios centrais, embora não fosse o único nem o principal, para a definição da hierarquia local; no topo estava o juiz ordinário mais velho e, logo abaixo dele, mas acima dos vereadores, o mais moço. Estes cargos eram, no geral, ocupados por indivíduos com outras passagens pela instituição.

¹⁷⁷ Esse movimento de ocupação dos postos camarários, para consolidar a sua influência e, com isso, seguir ocupando tais postos, foi verificado de uma forma menos intensa que na região das minas para a realidade do nordeste em RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *A formação da elite colonial...* p. 23.

¹⁷⁸ A função de juiz de fora foi criada pelo rei no século XIV, com intuito de uniformizar as leis, substituindo, em localidades importantes, os juízes ordinários, leigos, pouco conhecedores das leis, e em geral muito malvistos pela população e pela administração central. O posto tardou a ser criado em Vila Rica, não por resistência dos camaristas, que, ao contrário, solicitavam sua criação desde que a vizinha, Vila do Carmo, recebeu esse magistrado, no início da década de 1730, mas por falta de interesse do monarca. Parte da remuneração desse ofício cabia à própria instituição e, ao longo do período colonial, normalmente não era implantado nas vilas onde residiam ouvidores, como Vila Rica, pois, como se demonstrará no quinto capítulo, os ouvidores atuaram, não apenas como fiscais, mas como quase chefes das instituições. Vila Rica só viria a receber este oficial em 1811, como consequência das medidas centralizadoras de D. João VI, já residente no Rio de Janeiro. Na mesma ocasião, o príncipe regente instituiu o cargo em São João del Rei, Sabará, Vila do Príncipe e Pitangui. Em 1808, já o havia feito em Santo Antônio da Sé, Magé, Angra dos Reis, Goiana de Pernambuco e Porto Alegre; e, em 1810, em Jaguaribe, Maragogipe, Santo Amaro, São Francisco, Rio das Contas, Jacobina, Bonsucesso, São Paulo e Fortaleza. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* p. 214-218, 233; ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 17; AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa...* p. 189-191.

Havia uma espécie de trajetória comum: os indivíduos, quando jovens, ingressavam em postos subalternos, ou, se dispunham de alguma influência local, assumiam logo o posto de procurador ou de vereador mais moço, para, em outros anos, retornarem como vereador ou já como juiz ordinário. Os que alcançavam o posto máximo raramente retornavam em posto inferior, e, mais raro ainda, havia aqueles que, pela grande influência local, ou pela formação acadêmica, ingressavam logo como juízes ordinários, posto mais alto da instituição.¹⁷⁹

Além desses cargos da *cúpula camarária*, havia uma série de outras funções subalternas, sem as quais a instituição não funcionava. Porteiros, almotacés, arruadores, síndicos, e ainda postos fiscais, como alcaide e meirinho. Para além desses, havia alguns outros cargos que, apesar de não terem direito a voto, tinham grande poder e influência nos destinos da administração local. O primeiro deles, o de escrivão da câmara, que se aproximava do que, modernamente, chamou-se de burocracia. Era o responsável por todos os registros escritos produzidos pela instituição, para dentro ou fora dela, incluindo os financeiros, o que dava ao ocupante desse posto uma visão ampla e em tempo real de tudo que ocorria na instituição, o que o tornava mais bem informado do que os próprios juízes ordinários. Seu poder era ainda maior porque, com frequência, seu mandato ultrapassava os três anos, o que lhe conferia a função de elo entre os mandatos anuais dos oficiais da câmara.¹⁸⁰ Pela importância do cargo e da localidade, em Vila Rica os escrivães foram indicados pelo próprio rei até 1744, quando a função passou a ser arrendada. Em geral, seus ocupantes foram indivíduos de grande capacidade técnica, muitos vinham diretamente do reino e eram cavaleiros da Ordem de Cristo.

Outra função com significativa capacidade de influenciar os destinos da administração local era a de tesoureiro. Embora não fosse o autor dos registros financeiros – que, como já se viu, cabiam ao escrivão –, era o responsável pela gestão do cofre da instituição, efetuava pagamentos e recebia as rendas. Normalmente a função era ocupada por pessoas muito ricas, embora nem sempre com experiência administrativa, e, até a década de 1730, em que os procedimentos internos ainda não estavam bem definidos, era comum que os próprios tesoureiros emprestassem quantias elevadas ao cofre municipal, acima de um conto de réis, para que fosse possível honrar os compromissos institucionais em anos de déficit. Inicialmente, os tesoureiros eram eleitos pelos próprios oficiais da câmara, logo após empossados. No entanto,

¹⁷⁹ A função de almotacé funcionou, em muitas localidades do Império português, como porta de acesso aos postos centrais das câmaras municipais. Em Salvador, durante o século XVIII, Avanete Sousa identificou que 23% dos procuradores retornavam exercendo funções mais importantes, como de vereador e juiz ordinário. Esta tendência, dos almotacés e procuradores, encontra paralelo na Câmara Municipal de Vila Rica, durante o período estudado. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 105.

¹⁸⁰ O escrivão Antônio José Velho Coelho, por exemplo, ficou 15 anos na função, de 1773 a 1788.

Quadro 1 - Ofícios e funções da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789 ¹⁸¹

1. Oficiais da câmara 1.01 - Juiz ordinário 1.02 - Vereador 1.03 - Procurador	6. Oficiais de vintena (juízes e escrivães) 6.01 - Cachoeira 6.02 - Congonhas 6.03 - Itabira 6.04 - Itatiaia 6.05 - Ouro Branco 6.06 - Casa Branca 6.07 - São Bartolomeu
2. Ofícios subalternos 2.01 - Escrivão 2.02 - Tesoureiro 2.03 - Porteiro 2.04 - Síndico (advogado) 2.05 - Avaliador da câmara 2.06 - Solicitador das causas da câmara 2.07 - Procurador das causas da câmara 2.08 - Procurador externo 2.09 - Procurador em junta 2.10 - Médico 2.11 - Cirurgião 2.12 - Capelão dos presos 2.13 - Capitão do mato 2.14 - Músico 2.15 - Contínuo 2.16 - Arruador 2.17 - Guarda-livros 2.18 - Contador do juízo 2.19 - Carregador de estandarte 2.20 - Carregador de pálio 2.21 - Avaliador de bens	7. Oficiais mecânicos (juízes e escrivães) 7.01 - Alfaiates 7.02 - Sapateiros 7.03 - Pedreiros 7.04 - Carpinteiros 7.05 - Ferreiros 7.06 - Ferradores 7.07 - Ourives
3. Juízo dos órfãos 3.01 - Juiz dos órfãos 3.02 - Tesoureiro dos órfãos 3.03 - Partidor dos órfãos	8. Oficiais da Casa de Fundição 8.01 - Indicado para fiscal trimestral 8.02 - Indicado para escrivão da conferência 8.03 - Indicado para escrivão da fundição 8.04 - Indicado para escrivão das finanças 8.05 - Indicado para escrivão da revista
4. Almotaçaria 4.01 - Almotacé 4.02 - Escrivão da almotaçaria	9. Contratadores da câmara 9.01 - Aferição 9.02 - Ver 9.03 - Carceragem 9.04 - Meias patacas 9.05 - Foros
5. Alcaidaria 5.01 - Alcaide 5.02 - Escrivão do alcaide	10. Outros cargos 10.01 - Ouvidor 10.02 - Escrivão da ouvidoria 10.03 - Sec.do Conselho Ultramarino 10.04 - Tabelião 10.05 - Meirinho 10.06 - Contraste 10.07 - Professor 10.08 - Escrivão das execuções

¹⁸¹ Há organogramas que, focados nas funções internas à instituição, ilustram sua composição durante o período colonial em: PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria. “Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargo e funções.” In: *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008. pp. 58-59; SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais...* p. 103.

a partir 1743, passaram a ser eleitos através dos pelouros e, em algumas ocasiões, pouco frequentes, para mandatos trienais, como os juizes dos órfãos.¹⁸²

Aos *oficiais camarários*, somam-se estes postos que exerceram grande influência sobre os rumos da instituição, escrivão da câmara e tesoureiro, para formar o que definimos como *cúpula camarária estendida*. São os ocupantes dessas funções um dos objetos do presente trabalho. Além destes cargos, exerciam papel fundamental na definição dos rumos da instituição o governador e o ouvidor, este citado com mais frequência nas atas, por caber a ele a fiscalização direta sobre as câmaras municipais. No entanto, por serem agentes externos, suas ações sobre a instituição serão objeto de análise no quinto capítulo.¹⁸³

Tabela 1 - Reincidência de indivíduos exercendo postos na cúpula estendida da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789

Mandatos	Indivíduos	Percentual (%)
1	172	51,5
2	79	23,6
3	27	8,1
4 ou mais	56	16,8
Total	334	100,0

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Ao longo das quase oito décadas abrangidas por este estudo, foram citados nos acórdãos pouco mais de 1.200 indivíduos que desempenharam alguma função mencionada no

¹⁸² O ocupante desse posto, após ter sido desvinculado do juiz ordinário em 1732, gozava de grande estima e poder na sociedade mineira colonial, isto porque, juntamente com os outros funcionários do juízo dos órfãos, como o partidor e o tesoureiro dos órfãos, administrava a arca dos órfãos, cofre onde se guardava todo o dinheiro pertencente aos órfãos, que, a critério desses indivíduos, poderiam ser emprestados, para si ou seus aliados, o que, em uma sociedade com baixa liquidez, lhes conferia muito poder. Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. "Homens ricos em Minas colonial". In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar...* p. 382.

¹⁸³ Os três vereadores e o procurador deviam estar presentes em toda vereação, já os dois juizes, que presidiam a instituição, revezavam-se mensalmente no exercício da função. As eleições para estes postos foram anuais até 1744, quando passaram a ser realizadas em triênios, sempre sob a coordenação do ouvidor. Pela ata de 2 de dezembro de 1744, é possível notar que a pauta da eleição foi feita em dezembro de 1743, e ainda é citado um terceiro pelouro, referente ao ano seguinte, que é mantido dentro do cofre. Cf. APM, CMOP 45, fls. 123-124.

quadro 1, onde organizam-se, em categorias, os ofícios e funções que, de alguma forma, estiveram ligados à instituição.¹⁸⁴ Levando-se em conta os objetivos deste trabalho, a análise recairá sobre aqueles indivíduos que, por ocuparem os postos centrais da instituição – juiz ordinário, vereador, procurador, escrivão e tesoureiro –, mais influenciaram seus rumos. Estes somaram, entre 1711 e 1789, 334 indivíduos.

Identificaram-se, dentro desse grupo que constitui o setor dirigente local, ao menos quatro gerações, cada qual com suas características próprias e condicionadas pelos problemas de seu tempo. O estudo pormenorizado dessas gerações será desenvolvido no capítulo 4. Por ora, descobriu-se que três em cada quatro desses indivíduos exerceram apenas um ou dois mandatos à frente da instituição. Associar a influência de um indivíduo ao número de mandatos anuais exercidos é uma tarefa imprecisa, mas, quando se consideram a peculiaridade do processo eleitoral para escolha deste grupo – que envolvia algumas poucas dezenas de indivíduos –, e o número reduzido de indivíduos que exerceram três ou mais mandatos ao longo de gerações, sugere-se a existência de oligarquias.

Este grupo, pouco presente, que exerceu apenas um ou dois mandatos, chamaremos de *setor dirigente expandido*, a quem não se dedicará muita atenção. Os outros 83 indivíduos que exerceram cargos por três anos ou mais,¹⁸⁵ chamaremos de *setor dirigente nuclear*. Será sobre estes indivíduos que recairão a análise e o estudo prosopográfico que terão lugar no capítulo 4, por se entender que foram eles que, de certo modo, estiveram por mais tempo controlando os rumos da instituição e da política local entre 1711 e 1789.

Há quem afirme que existiu, na Câmara Municipal de Vila Rica, uma alta rotatividade nos cargos centrais.¹⁸⁶ Os dados acima mostram o contrário, foram pouco mais de três centenas de indivíduos que ocuparam estes cargos durante quase todo o século XVIII, e 83 que o fizeram em três ou mais ocasiões. Com exceção dos escrivães, que ficavam por anos nas funções, houve

¹⁸⁴ As atribuições dos *oficiais camarários* já foram abordadas repetidas vezes pela historiografia especializada no tema. Não cabe, no âmbito deste trabalho, recuperar a descrição detalhada desses ofícios. Para uma análise anterior, contendo as descrições dos postos. Cf. REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo São Paulo, 2015. p. 89-120. Tampouco é viável apresentar a trajetória de todos os indivíduos que, em algum momento, passaram pelos postos da instituição. No anexo XII, junto às listas de ocupantes de cada um dos ofícios, há um breve histórico dos postos exercidos pelos indivíduos.

¹⁸⁵ Para esse efeito foram contabilizados os mandatos nos postos centrais da instituição (juiz ordinário, vereador, procurador, escrivão e tesoureiro) até o ano de 1822, usando como base, a partir de 1790, a lista elaborada por Kátia Maria Nunes Campos, e que compõe o Memorial Histórico e Político da Câmara Municipal de Ouro Preto. Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, *Memorial histórico e político da câmara municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto. Cor e cor Editorial. 2004. Dos 83 indivíduos que exerceram cargos por três anos ou mais, cinco deles o fizeram exclusivamente como escrivães.

¹⁸⁶ Sobre a alta rotatividade, ver: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas...* p. 82.

casos de indivíduos que exerceram muitos mandatos. Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, foi eleito em oito ocasiões para vereador ou juiz ordinário; Francisco de Freitas Braga exerceu funções centrais em sete ocasiões, mesmo número de José Dias Rosa Maciel, José Veloso do Carmo e Gregório de Matos Lobo, para citar alguns exemplos. Portanto, apesar de a maioria dos ocupantes dos ofícios centrais o terem feito por apenas um mandato, o poder esteve muito concentrado nas mãos de alguns indivíduos em cada uma das quatro gerações estudadas, que enfrentaram cenários muito distintos.

A primeira geração, por exemplo, composta em parte pelos vencedores da Guerra dos Emboabas, dominou os principais postos camarários até a Revolta de Vila Rica, em 1720, que, quando, derrotada, foi desarticulada pelas autoridades régias, nomeadamente o governador Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar. Esta ruptura abriu espaço para que a segunda geração, mais alinhada aos interesses régios, assumisse a frente da instituição a partir da década de 1720 e nela se prolongasse até o início da década de 1740, período de profundo esvaziamento das prerrogativas institucionais, ficando sua ação restrita, quase exclusivamente, à administração do cotidiano local.

Da década de 1740 até a metade dos anos de 1760, uma terceira geração, composta em parte por bacharéis formados em Coimbra, assumiu o controle da Câmara Municipal de Vila Rica. Esta mudança qualitativa no seio do setor dirigente local talvez possa explicar, em parte – sem anular os efeitos do processo de centralização régia e o aumento da complexidade da administração local –, o bem sucedido movimento de restauração das prerrogativas da instituição local a um padrão semelhante ao que vigorou na década de 1710.

Uma quarta geração ganhou espaço na instituição a partir da década de 1770 e, embora qualificada, já não foi capaz de evitar um novo processo de esvaziamento das prerrogativas institucionais, provavelmente em razão da decadência aurífera e das mudanças políticas que ocorreram no centro do Império português, logo após a morte do rei D. José, em 1777.

Exposta, em linhas gerais, a composição do setor dirigente local de Vila Rica e seu núcleo, se faz necessário tecer algumas considerações sobre o processo de centralização do poder em curso durante o século XVIII no âmbito do Império português, e sua relação com a oscilação das prerrogativas das câmaras municipais. Este entendimento subsidiará o estudo dos assuntos discutidos pelos camaristas em Vila Rica, entre 1711 e 1789.

2.4 A centralização do poder e o esvaziamento camarário

Desde a restauração portuguesa, em 1640, teve início um longo e contínuo processo de centralização política, intensificado durante o século XVIII. Três características centrais marcaram esse movimento, que também atingiu as colônias: a ameaça exterior de outras potências europeias; a pressão fiscal do centro sobre as localidades; e a necessidade de arregimentação militar dos súditos.¹⁸⁷

Este processo de centralização, que terminou com a consolidação do Estado Moderno centralizado e com um regime jurídico geral, que se sobrepôs, após muita resistência, ao direito consuetudinário, pode ser observado pela evolução das próprias leis gerais.¹⁸⁸ No que diz respeito às limitações centrais impostas às localidades, por exemplo, é possível perceber que, já durante a elaboração das Ordenações Afonsinas (1446), foi dado um passo importante no sentido de fortalecer a representação indireta dos camaristas, em detrimento do conjunto da classe dominante das localidades, os chamados *homens bons*, que passaram a atuar como uma espécie de conselho consultivo, chamado esporadicamente pelos camaristas para opinar a respeito de assuntos de grande relevância para a comunidade local. Também se uniformizou, nesta ocasião, a composição dos concelhos do reino, restringindo as atribuições dos juizes ordinários e direcionando os vereadores para ações de cunho mais administrativo. As Ordenações Manuelinas (1521), por sua vez, não alteraram significativamente o papel dos municípios, ao contrário das Ordenações Filipinas (1603), que reduziram o papel das câmaras municipais, reforçando suas prerrogativas administrativas e limitando suas atribuições jurídicas a ações de menor importância.¹⁸⁹

As primeiras leis gerais datavam de um período anterior ao início da colonização efetiva da América pelos portugueses¹⁹⁰, portanto, seu conteúdo não levava em conta a realidade colonial. Mesmo as Ordenações Filipinas, confeccionadas no início do século XVII, não se ajustavam às dificuldades deste novo cenário, aos efeitos provocados pela distância, que

¹⁸⁷ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 340.

¹⁸⁸ Um sinal claro dessa tendência de centralização foi a não convocação das cortes ao longo de todo o século XVIII. A última foi feita justamente ao final do século XVII, em 1698. Cf. SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais...* p. 8-10.

¹⁸⁹ ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 17-19; AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil. Volume 5. Administração pombalina*. Brasília: FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 86. No Brasil, a parte das Ordenações Filipinas relacionada às demandas cíveis continuaria valendo até a promulgação do Código Civil brasileiro em 1916. Cf. ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A reforma do Império e a Câmara da leal Cidade de Mariana”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana...* p. 159.

¹⁹⁰ A primeira câmara municipal da América portuguesa foi criada em 1532 em São Vicente, litoral paulista. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 27.

tornava mais difícil a comunicação e tendia a reduzir a efetividade do mando. Em muitos locais da colônia, mesmo durante o século XVIII, não havia nem mesmo uma cópia destas leis gerais, apesar da obrigação de que todas as câmaras municipais as possuísem.¹⁹¹

Este processo de centralização, já observado nas leis gerais, começou a ser sentido nas câmaras municipais coloniais, com muita intensidade, durante a transição do século XVII para o século XVIII. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Câmara Municipal, durante os seiscentos, além de administrar os impostos criados pela metrópole, chegou a lançar, por si, taxas sobre mercadorias que entravam na cidade pelos portos, o que indica certa tendência ao autogoverno. Em 26 de setembro de 1644, o rei chegou a conceder aos camaristas fluminenses o poder de, em caso de morte do governador, a prerrogativa de indicar sucessor provisório, a ser aprovado pelo governo-geral em Salvador. Três anos depois, o Rio de Janeiro recebeu o título de Leal cidade, tendo suas prerrogativas ainda mais ampliadas, o que permitiu aos camaristas, na ausência do governador e do alcaide-mor, nomear o capitão-mor da localidade. Com a descoberta do ouro e o aumento da importância do Rio de Janeiro, que se tornaria o principal porto de importação de mercadorias e exportação aurífera, a localidade perdeu, rapidamente, muitas prerrogativas alcançadas no século anterior.¹⁹²

Na região das minas, mais tarde capitania de Minas Gerais, o processo de centralização política e administrativa¹⁹³ deu-se de forma peculiar, em função da importância econômica e estratégica daquele espaço para o Império português. Após os anos iniciais que sucederam a descoberta aurífera, marcados pela instabilidade, o Estado criou as primeiras vilas em 1711 e, com elas, as primeiras câmaras municipais. Reproduziu-se, nesse novo cenário, em um período muito mais curto, pouco mais de uma década, o mesmo processo de redução de prerrogativas municipais observado em outras localidades da colônia ao longo de séculos. No caso mineiro, os poderes amplos perduraram até o final da década de 1710 e cumpriram a função de cooptar

¹⁹¹ Em 1587, por exemplo, a Câmara Municipal de São Paulo alegou, em vereação, não possuir as leis gerais, tampouco os meios para adquiri-las. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 44-45. Em Vila Rica, até onde foi possível verificar, não foram encontradas queixas dessa natureza, o que permite supor que a instituição possuía uma cópia das Ordenações Filipinas.

¹⁹² Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 312-315.

¹⁹³ Há quem estabeleça uma diferença entre a centralidade política e administrativa, a primeira estaria relacionada à unidade para servir à Coroa, que independeria da segunda, que não teria existido no Brasil colonial. Cf. IGLESIAS, Francisco. “Minas e a imposição do Estado.” In: *Revista de História*. nº 100, v. L, t. I, 1974. p. 268. Apud BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas...* p. 41. Ao contrário, entende-se, como Júnia Furtado, que também o modelo administrativo colonial em geral, e mineiro em específico, foi extremamente centralizador, tendo tido, como expressão limítrofe, a constituição do Distrito Diamantino. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. “O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais.” In: *LPH-Revista de História*. Ouro Preto, v. 4, 1993-1994, p. 72.

determinados setores da classe dominante local, e seus conflitos, para dentro das instituições, portanto, dentro da esfera de atuação dos agentes do Estado; em seguida, passou-se a assistir um endurecimento paulatino dos mecanismos de controle e redução das atribuições das institucionais locais nas décadas seguintes, principalmente as câmaras municipais.

Estas oscilações – amplamente retratadas na produção historiográfica recente – embora de modo não sistemático, e sob o nome de *autonomia*¹⁹⁴ – ocorreram não só pela maior ou menor capacidade de articulação, representação e negociação das classes dominantes locais – como salientam os autores localistas –, mas, principalmente, pelo estágio em que se encontrava o processo colonizador e pelos interesses da coroa. Esta era, afinal, uma expressão da contradição do Antigo Sistema Colonial, isto é: para explorar, é preciso desenvolver, e poder-se-ia complementar, dizendo que, para desenvolver, é preciso estimular, afrouxar os mecanismos de controle, para, em seguida, com o desenvolvimento em curso, ativá-los, para colher os frutos. Em outros termos, para cada um desses estágios corresponde uma estratégia do poder central, ou seja: para desenvolver, convém, pelo próprio princípio da economia de meios, ampliar as prerrogativas das classes dominantes locais; para explorar, no entanto, convém aperfeiçoar os mecanismos de controle e reduzir as prerrogativas locais. Há, como se nota, uma relação direta entre a dinâmica do Antigo Sistema Colonial e o papel das câmaras municipais ao longo do período colonial.¹⁹⁵

Esse esvaziamento das câmaras municipais, consequência parcial do processo de centralização do Estado, ocorreu em ritmos distintos nas instituições do reino e das colônias. De modo geral, as primeiras já tinham perdido parte considerável de suas prerrogativas antes do século XVIII.¹⁹⁶ As congêneres coloniais, embora também já estivessem em processo de esvaziamento quando do descobrimento do ouro, no final do século XVII, foram profundamente afetadas pelas consequências desse fato, como o salto demográfico vivenciado principalmente

¹⁹⁴ Não se trabalha aqui com o termo *autonomia*, para não incorrer em um uso abstrato e lacunar, como a nosso ver parece ocorrer em alguns estudos recentes. Ao contrário, acompanha-se o maior ou menor poder das instituições locais controladas pela classe dirigente local observando-se, objetivamente, a oscilação das prerrogativas dessas instituições, isto é, o que, ao longo do século XVIII, faziam ou deixavam de fazer em função da maior ou menor ingerência dos agentes régios.

¹⁹⁵ Durante a expansão romana, lembra Edmundo Zenha, a autonomia era concedida às regiões conquistadas não como um direito, mas como um ônus, haja vista que os diversos encargos com os quais passavam a arcar, entre eles a obrigação do serviço militar, que também vigorava no caso do Brasil colonial. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 7-10. Após a independência política brasileira e a criação de um poder regional até então inexistente – as Assembleias Provinciais –, as câmaras municipais foram ainda mais esvaziadas. A lei de 1º de outubro de 1828 retirou delas as prerrogativas judiciais, consolidando seu papel exclusivamente administrativo, colocando-as como órgãos auxiliares dos poderes do Império e agora da Província. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 32; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A reforma do Império...* p. 152.

¹⁹⁶ Essa diferença foi apontada em SOUZA, George Felix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder...* p. 613-617.

no centro-sul da colônia. Por isso houve, ao menos na colônia – em paralelo ao avanço da centralização do Estado, que tendia a retirar prerrogativas das câmaras municipais –, um processo de aumento da complexidade e da racionalidade administrativa, em função da expansão econômica e demográfica provocada pelo ouro.¹⁹⁷

Se, por um lado, o ouro brasileiro acelerou o processo de centralização do Estado português, por outro contribuiu para a expansão social e econômica da América portuguesa, e retardou, em algumas câmaras municipais, como em Vila Rica, este processo de esvaziamento das prerrogativas institucionais.¹⁹⁸ A partir dos registros administrativos da Câmara Municipal de Vila Rica é possível exemplificar como a administração local, refletindo a realidade que a cercava, tornou-se também mais complexa e racional ao longo do século XVIII. O primeiro indício é dado pelas transformações ocorridas nos registros da instituição que, em geral, eram feitos de forma mais simples nos primeiros anos e se tornaram mais complexos e detalhados com o avançar das décadas, principalmente a partir da segunda metade dos setecentos.

Houve, no entanto, momentos de inflexão, em que a qualidade dos registros caiu drasticamente, ficando perceptíveis a ausência de muitos detalhes e a abundância de erros matemáticos. Não foram raros os exemplos de falta de continuidade dos padrões de lançamento adotados, tudo dependia, em grande parte, do preparo, dedicação e rigor dos escrivães. Nomeados pelo rei ou provisoriamente pelo governador, ou ainda, a partir da década de 1740, indicados pelos arrematantes do ofício em Lisboa, os ocupantes desse cargo eram, em geral, indivíduos vindos do reino, alguns possuíam o hábito da Ordem de Cristo, e, em teoria, eram qualificados para o exercício pleno do cargo. Ainda assim, cada escrivão, mesmo tentando seguir o padrão adotado pelo antecessor, à medida que se acostumava com os lançamentos, acabava por adicionar ou subtrair detalhes que, talvez por serem de conhecimento geral, passavam despercebidos aos olhos dos camaristas. Um sobrenome omitido, um vínculo familiar que, de tão obvio à época, não se registrava, podem não ser percebidos pelo leitor atual.

O lançamento das despesas em 1738, feito pelo novo escrivão Nicolau da Mota Lobo, é um dos inúmeros exemplos dessa evolução administrativa irregular. Os dois primeiros registros foram feitos à moda antiga, em oitavas de ouro, como praticado até o início do funcionamento das Casas de Fundação, em 1725. A partir da segunda folha, corrigiu-se o

¹⁹⁷ No que tange ao aumento da racionalidade administrativa, foi fenômeno geral no Império português e consistiu no aumento da precisão das atividades-meio para maior eficiência no cumprimento das atividades-fim. Cf. AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa...* p. 89.

¹⁹⁸ Avanete identificou que esse aumento da complexidade da administração local, verificado também em Salvador ao longo dos setecentos, muito embora tenha implicado maior ingerência do poder metropolitano sobre a câmara municipal local, não reduziram sua importância. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 62.

equivoco, possivelmente após uma reprimenda dos oficiais da câmara, retomando a prática dos seus antecessores de fazerem a contabilidade em réis.¹⁹⁹

Outra amostra da irregularidade administrativa – que, como a anterior, não nega, mas, por existir, reforça o sentido da evolução da racionalidade administrativa em meio ao aumento de sua complexidade – encontra-se na disposição dos livros financeiros da Câmara Municipal de Vila Rica. De modo geral, desde ao menos 1720 – ano em que começa o primeiro livro financeiro da instituição que se conseguiu localizar –, as receitas e despesas eram lançadas no mesmo livro: na parte da frente de uma folha registravam-se as receitas e, em seu verso, as despesas, seguindo-se assim até o encerramento do exercício anual, que trazia consigo o balanço financeiro, juntamente com a revisão do ouvidor, acompanhada das devidas glosas, nos anos em que esse procedimento ocorria.²⁰⁰ O lançamento das receitas normalmente terminava antes, por apresentar menos itens, e, nesse caso, as páginas da frente ficavam em branco, respeitando a disposição do livro, e o verso das páginas continuava a registrar as despesas.

Entre 1736 e 1740, no entanto, criou-se um livro de receitas separado do livro de despesas – não foi possível localizar o primeiro, mas o segundo chegou até nós –, o que gerou grande confusão. Esse padrão foi mantido até 1741, quando as finanças voltaram a ser lançadas em um livro único. A partir dessa reunificação, o costume de se lançar em paralelo – receitas à frente, despesas ao verso – deu lugar ao lançamento das receitas em frente e verso, para só depois lançarem-se as despesas, acompanhadas de um balanço anual e de uma revisão feita pelo ouvidor. Nesse novo formato, muito mais simples, o livro não era utilizado em tempo real para o registro das despesas, lançadas, em sua maioria, durante o mês de dezembro de cada ano. Esse novo método, se, por um lado, facilitou o trabalho dos historiadores, por ter aumentado o detalhamento das despesas, por outro lado, gerou transtornos enormes aos camaristas e ouvidores, pela falta de um acompanhamento central, em tempo real, daquilo que era gasto.

Só em 1768, em meio à intensificação da crise aurífera, encolhimento geral das receitas e endividamento da instituição – como se demonstrará no terceiro capítulo –, é que se restaurou, por ordem do ouvidor José da Costa Fonseca, a prática contábil mais precisa das décadas de

¹⁹⁹ A partir de 1725 – ainda que todo o movimento financeiro continuasse a ser realizado com ouro em pó ou em barras – os registros passaram a ser feitos, em sua quase totalidade, em réis – e não em oitavas de ouro –, o que se tornou regra mesmo durante o período da capitação, quando as Casas de Fundição foram fechadas, entre 1735 e 1751. Cf. APM, CMOP 34, fl. 33.

²⁰⁰ Nas primeiras décadas de funcionamento da instituição, era muito rara a revisão das contas pelo ouvidor, que acumulava o cargo de corregedor. À medida em que foi se acentuando a centralização administrativa, a partir da década de 1740, tornou-se comum a revisão das contas e, mais tarde, a partir da década de 1750, com a piora da situação financeira da Câmara Municipal de Vila Rica, até mesmo a implantação do pedido de autorização prévio ao ouvidor para a execução de despesas mais significativas.

1720 e 1730, de se lançar em paralelo, as receitas na frente e as despesas no verso. Além disso, por ordem do mesmo ouvidor, os camaristas passaram a dedicar um livro financeiro para cada ano, para facilitar as revisões e deslocamentos dos registros dos anos anteriores entre a Câmara Municipal e a ouvidoria, sem afetar os lançamentos do ano corrente. Por fim, foi possível observar um aumento significativo na qualidade e detalhamento dos registros. Esta verdadeira revolução nos registros fiscais extinguiu-se em 1776, junto com o término do mandato do ouvidor. Voltou-se então à prática anterior, repleta de brechas que pareciam atender melhor aos interesses dos camaristas. Isto ilustra dois fatos: a capacidade que os agentes régios tinham de intervir nas câmaras municipais, impondo novas rotinas; e a resiliência por parte do setor dirigente local, que retomava padrões anteriores, tão logo fosse embora a autoridade central.²⁰¹

Os exemplos supracitados demonstram que a administração colonial local era viva, mutável, sujeita a avanços e aprimoramentos, mas também a recuos, e que, em alguma medida, estes movimentos refletiam as transformações externas, locais e gerais, derivadas do aumento geral da complexidade da sociedade colonial. Outros exemplos complementam esta afirmação, como a criação de novos postos administrativos em Vila Rica, como o de juiz dos órfãos em 1732, refletindo o aumento das demandas relacionadas às crianças que perdiam seus pais, demandas estas que acabavam se acumulando nas mãos dos juízes ordinários; ou, ainda, a expansão do controle institucional sobre os ofícios mecânicos, representada pela nomeação de juízes para uma gama cada vez maior de especialidades.²⁰²

Entre 1713 – quando foram eleitos os primeiros juízes e escrivães de ofícios mecânicos –, e a segunda metade da década de 1730, havia basicamente um juiz e um escrivão para cada uma das categorias: alfaiates, sapateiros, ferreiros e carpinteiros. A partir de então, face às transformações locais, esta representação atingiu outras categorias profissionais, como pedreiros, ferradores e ourives. O número de representantes também aumentou, refletindo o aumento destes profissionais na vila, passando a dois juízes e dois escrivães por categoria. Essa representação, na prática, convertia-se em fiscalização, já que, ao longo dos anos, aumentaram-

²⁰¹ Os livros anuais de receitas e despesas são: APM, CMOP-89 (1769); AMOP, CMOP-93 (1770); APM, CMOP-94 (1771); APM, CMOP-100 (1773); APM, CMOP-102 (1774); APM, CMOP-105 (1775); APM, CMOP-106 (1776). As citações completas se encontram na lista de referências, ao final desta tese.

²⁰² O crescimento da localidade aumentou a complexidade da administração local, o que significou, em termos práticos, a criação de novas *infraestruturas* burocráticas, aspecto identificado em Vila Rica por Russell-Wood, no final da década de 1970. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local na América portuguesa...* p. 48.

se as condições para emissão de licença dos ofícios, passando-se a se exigir, além de fiador, um exame prévio para emissão da chamada carta de habilitação.²⁰³

Todos estes exemplos pontuais ilustram como a aplicação de um conjunto de normas estranhas à realidade local e, em parte, ao próprio setor dirigente local, gerava atritos consideráveis entre os camaristas, a classe dominante local e os agentes régios. Havia, em síntese, um descompasso entre o que deveria ser – que, em certa medida, era o ponto de partida da atuação do ouvidor – e o que efetivamente era. Havia uma dificuldade, por parte dos próprios ouvidores, em determinar se as involuções e as negligências administrativas reincidentes, provocadas pela aparente inabilidade dos camaristas, eram resultado de uma limitação real dos quadros locais, ou se era uma estratégia política, uma marca da resiliência do setor dirigente local frente à ingerência dos agentes régios.²⁰⁴

A centralização, como já se afirmou, se dava, de maneira geral, em detrimento dos poderes locais.²⁰⁵ Há, todavia, contextos específicos, como o de Minas Gerais, área estratégica para o centro do Império português, que apresentaram oscilação das prerrogativas em função dos interesses políticos e econômicos da corte. Ao comparar a oscilação das pautas da Câmara Municipal de Vila Rica – que, de certo modo, refletem a oscilação das prerrogativas dessa instituição ao longo dos setecentos – com as mudanças no método de arrecadação dos quintos – ponto nevrálgico para a administração central, sentido último do controle do Estado sobre a região aurífera –, percebe-se certa simetria.

Para responder à questão colocada nas páginas anteriores, se teria o aumento da complexidade e da racionalidade administrativa sido o fator responsável pelo adiamento do esvaziamento camarário em Vila Rica, não há atalhos, é preciso descer ao cotidiano da instituição, adentrar as vereações e analisar aquilo que, efetivamente, coube à Câmara Municipal de Vila Rica resolver ao longo do século XVIII.

²⁰³ Maria Aparecida Borrego indica que o trabalho foi livre em Vila Rica até 1725, mas identificamos eleições regulares de representantes de ofícios mecânicos na Câmara Municipal local desde 1713. Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas...* p. 136.

²⁰⁴ Cf. APM, CMOP 92, fls. 26. Outros conflitos reveladores dessa dualidade serão analisados no quinto capítulo.

²⁰⁵ Como aponta ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 19-20.

2.5 Por dentro do cotidiano institucional: as vereações e os assuntos

2.5.1 As vereações

De julho de 1711, quando a Câmara Municipal de Vila Rica foi criada, até o final de 1789, ano em que foi desarticulado o planejamento da Conjuração Mineira, foram realizadas, na instituição, 5.199 vereações, e debatidos 15.638 assuntos. Os registros foram feitos em atas, ou como chamavam os camaristas, acórdãos, por serem as câmaras municipais da época instituições com atribuições jurídicas, portanto, constituírem também tribunais. Os vinte livros contendo esses registros, hoje distribuídos em quatro instituições, tiveram todo seu conteúdo extraído e sistematizado em dois bancos de dados, que servem de pilares para este e os próximos capítulos: um relativo aos assuntos debatidos; outro, ligado aos nomes e funções citadas.²⁰⁶

Embora não fosse explicitado nos registros, havia – principalmente a partir de meados da década de 1730, quando a administração local começou a tomar forma mais próxima ao que previa as Ordenações Filipinas – diferenças entre os tipos de vereações. As que ocorriam nas datas previstas pela lei geral, quartas-feiras e sábados, normalmente eram aquelas que, pelo seu teor, possuíam caráter ordinário, concentravam a maior quantidade de assuntos debatidos, em média 3,1 por reunião,²⁰⁷ e tratavam de temas que eram, em sua maioria, corriqueiros, ligados à gestão do cotidiano da localidade, como despacho de petições e requerimentos, arrematação de rendas, contratação de obras públicas, organização de festas, entre outros.

As vereações realizadas nos outros dias da semana, de modo geral – e isso vale principalmente para aquelas ocorridas a partir da segunda metade da década de 1730 – tinham caráter extraordinário, isto é, eram compostas normalmente por poucos pontos de pauta, em média 2,5 por reunião,²⁰⁸ e tratavam normalmente de assuntos específicos, despachos que, embora não detalhassem o teor, aparentavam ter caráter de urgência, ou ainda situações mais relevantes, como problemas com contratos, atritos com autoridades régias ou religiosas, e questões emergenciais ligadas à segurança pública, entre outros.

Apesar de a atividade institucional ter estado concentrada em janeiro (14,5% das vereações e 14,7% dos assuntos) e dezembro (12,1% das vereações e 15,6% dos assuntos), o debate que predominava durante esses meses tendia a ser mais específico. No início dos anos,

²⁰⁶ Espera-se que essa metodologia possa servir de referência para trabalhos semelhantes que abordem outras câmaras municipais do Império português. Pretende-se, em projeto complementar, desenvolver um sistema de consultas dos bancos de dados pela internet.

²⁰⁷ Essas reuniões ordinárias, cerca de 80% do total, concentraram pouco menos de 85% dos assuntos debatidos.

²⁰⁸ Deve-se observar que 43,8% das reuniões realizadas em outros dias que não quartas-feiras e sábados, possuíam um único ponto de pauta, o que reforça seu caráter extraordinário.

Gráfico 1 - Reuniões e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, por dias, 1711-1789

Gráfico 2 - Reuniões e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, por meses, 1711-1789

Fontes dos gráficos 1 e 2: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

predominavam os assuntos ordinários relacionados à abertura do exercício administrativo, como a posse dos oficiais eleitos, a indicação de parte importante dos oficiais subalternos e representantes dos oficiais mecânicos, além da confirmação da arrematação das rendas da instituição – feitas, em algumas ocasiões, pelos camaristas do ano anterior, e confirmadas ou revistas pelos recém-ingressos.

Ao final do ano, ao contrário, predominavam as reuniões e pautas extraordinárias, provocadas, em grande medida, pelas emergências relacionadas ao fechamento das contas e do exercício fiscal. Faziam parte desse procedimento o lançamento das dezenas de mandados de pagamento feitos pela instituição ao longo do ano e, a partir da década de 1750, também o pagamento da lista de criadoras dos chamados enjeitados, ponto muito polêmico em função da dificuldade de se fiscalizarem as condições de criação das crianças. Havia ainda os procedimentos eleitorais que tinham lugar em dezembro, normalmente em reuniões extraordinárias: a votação para composição dos pelouros ocorria a cada três anos, no dia 8 de dezembro, e a abertura dos mesmos, contendo os indicados para exercício no ano seguinte, sujeitos à aprovação do ouvidor, ocorria no dia 26 de dezembro.²⁰⁹

As vereações ordinárias, embora ligeiramente concentradas nos meses iniciais e finais (13% em janeiro e 15% em dezembro), tendiam a estar mais diluídas ao longo do ano se comparadas às vereações extraordinárias, que ocorriam, em sua maioria, nestes meses limítrofes (20,6% em janeiro e 26,3% em dezembro), e acumulavam a maioria absoluta das pautas das reuniões extraordinárias também nestes dois meses (15,5% em janeiro e, surpreendentemente, 40,5% em dezembro). Esta concentração alimenta a hipótese de que estas reuniões extraordinárias eram provocadas, não apenas por situações emergenciais, mas por um certo acúmulo de ações que ficavam pendentes ao longo do ano e precisavam ser encaminhadas, ao final, para que fossem encerrados os mandatos anuais dos camaristas.²¹⁰

Para além da distinção entre o que era ordinário e o que era extraordinário, importa destacar que uma a cada quatro reuniões e cerca de um a cada três assuntos debatidos ocorriam nos meses iniciais e finais dos mandatos dos camaristas.²¹¹ Na prática, se a disposição das reuniões ao longo dos dias da semana atendia ao preceito externo, previsto nas Ordenações

²⁰⁹ Muitas deliberações que ocorriam em dezembro eram sumárias – como os mandados de pagamentos –, faziam volume e, também por isso, em comparação a janeiro, o último mês do ano apresentava reuniões mais densas.

²¹⁰ Esses dados estão expostos, por completo, no anexo III desta tese. Em Vila Rica foram raros os momentos em que não houve assunto a ser tratado. Das 5.199 vereações feitas entre 1711 e 1789, em apenas cinco vereações não houve quórum ou assunto a ser debatido: uma em 1714, duas em 1718, uma em 1749 e uma em 1750.

²¹¹ Essa tendência apresentou oscilações mínimas, mesmo quando observadas as flutuações por quinquênios.

Filipinas, a distribuição delas ao longo do ano parece ter atendido às contingências predominantemente locais.

2.5.2 Os assuntos debatidos

Mais importante que a disposição das reuniões e assuntos ao longo dos dias e meses, foi sua concentração ao longo dos anos. Se, ao longo de um exercício anual, a oscilação das vereações e suas pautas dependia principalmente das contingências da sociedade local, a maior ou menor intensidade da atuação da instituição ao longo dos anos, e mesmo o teor do que nela era debatido, refletia mudanças que extrapolavam a localidade. Houve, como se pode observar no gráfico 3, momentos de maior e menor atividade institucional que guardam relação com o aumento ou a diminuição das prerrogativas da Câmara Municipal de Vila Rica ao longo das quase oito décadas estudadas.

Gráfico 3 - Vereações e assuntos debatidos pela Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênios, 1711-1789

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

A partir das flutuações do número de reuniões e, principalmente, dos assuntos debatidos, foi possível identificar três momentos: um de baixa atividade, que se estendeu desde a criação da instituição, em 1711, até o final da década de 1730; um de alta atividade, auge institucional, entre as décadas de 1740 e meados da década de 1770; e outro de baixa atividade, embora em patamar levemente superior ao primeiro, que se estendeu dos últimos anos da década de 1770 até o final do período pesquisado.²¹² Para compreender o que caracterizou esses momentos de crescimento e encolhimento da Câmara Municipal de Vila Rica, e definir melhor os períodos supracitados, passa-se à análise dos diferentes assuntos que tiveram espaço nas vereações. Estes dados, embora relevantes, possuem função introdutória, servem de subsídio para entender, nos próximos capítulos, o contexto em que atuaram as diferentes gerações do setor dirigente local, e o que estava em disputa quando dos atritos com os agentes régios.

Cada cenário abordado, de maior ou menor atividade administrativa, foi marcado por determinados debates. Em momentos de baixa atuação, a instituição tendeu a se restringir aos assuntos de interesse estritamente local, que eram suas atribuições exclusivas, e que pouco ou nada interessavam à metrópole. Durante os momentos de maior atividade, ao contrário, novos temas, que extrapolavam os interesses exclusivamente locais, ganharam espaço nas vereações, como o envolvimento com a arrecadação dos quintos, as nomeações periódicas para postos na Casa de Fundição, a manutenção dos quartéis e pagamento dos soldos das tropas regulares, a cobrança dos diferentes subsídios impostos à localidade pelo monarca, entre outros. São essas novas pautas que refletem, na verdade, a atribuição ou remoção de prerrogativas das câmaras municipais mineiras, em especial a de Vila Rica.

Para entender essas flutuações não há atalhos, é preciso analisar detalhadamente a oscilação dos temas tratados ao longo das 5.199 vereações e 15.638 pontos de pauta que tiveram lugar na instituição entre 1711 e 1789. O trabalho com um volume tão grande de informações exigiu a construção de um banco de dados específicos e a criação de um *Plano de classificação dos assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica*.²¹³ Embora possa parecer maçante e excessivamente detalhista, apresentar, em linhas gerais, as bases desse trabalho é essencial para compreender, em seguida, as consequências das oscilações dos assuntos e, finalmente, permitir que se definam, com rigor, os debates que marcaram cada cenário.

²¹² No anexo IV estão os gráficos e tabelas que mostram a flutuação anual das vereações e assuntos, que dificultam a identificação desses cenários, mas permitem ver, com mais precisão, momentos críticos da administração local, como os anos de maior atividade durante todo o setecentos, 1763 e 1764.

²¹³ Esse plano vem sendo constituído desde o primeiro ano de Iniciação Científica, em 2009. Uma versão mais elaborada ganhou forma e foi apresentada em nossa dissertação de mestrado, mais adequada aos anos iniciais da instituição, entre 1711 a 1736. Cf. REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica...* p. 126.

Quadro 2 - Plano de classificação dos assuntos presentes nas vereações da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789 ²¹⁴

ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL	ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL
1. Eleições <ul style="list-style-type: none"> a. Oficiais da câmara b. Subalternos c. Juízo dos Órfãos d. Almotaçaria e. Alcaidaria f. Oficiais de vintena g. Oficiais mecânicos h. Outros 	1. Quintos <ul style="list-style-type: none"> a. Quintos b. Casa de Fundação c. Outros
2. Fiscalização <ul style="list-style-type: none"> a. Comércio e afins b. Posturas e regimentos c. Construções e afins d. Ofícios mecânicos e. Correições f. Outros 	2. Segurança <ul style="list-style-type: none"> a. Quartéis e tropas b. Quilombos c. Presos e cadeia d. Outros
3. Finanças <ul style="list-style-type: none"> a. Receitas b. Despesas c. Outros 	3. Subsídios <ul style="list-style-type: none"> a. Subsídio voluntário b. Real subsídio c. Subsídio literário d. Outros
4. Despachos <ul style="list-style-type: none"> a. Petições e requerimentos b. Correspondências e afins 	4. Governo <ul style="list-style-type: none"> a. Conflitos b. Finanças c. Justiça d. Comunicações e. Sesmarias e afins
5. Outros <ul style="list-style-type: none"> a. Sem quórum b. Ilegíveis c. Outros 	5. Cerimônias <ul style="list-style-type: none"> a. Nascimentos b. Casamentos c. Falecimentos d. Outros

²¹⁴ Inicialmente, tentou-se organizar os assuntos diferenciando-se as atividades-meio das atividades-fim da instituição, tomando como referência inicial as orientações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) referentes à organização de acervos da administração pública. Cf. ARQUIVO NACIONAL, BRASIL. *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos à atividades-meio da administração pública*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001. p. 9-13. Contudo, tal divisão mostrou-se demasiado complexa e, por isso, inviável para os objetivos deste trabalho. Isso ocorreu porque uma mesma pauta, como por exemplo, a realização de um reparo em uma calçada, envolvia assuntos que poderiam ser considerados atividades-meio (como o lançamento do edital da obra, sua arrematação e seus pagamentos) e outros assuntos que são atividades-fim (relacionados com a realização da obra em si), ou seja, seriam necessárias ao menos duas categorias para um mesmo tema, geral, que seriam as obras públicas. Esse nível de detalhamento não traria qualquer mudança na pesquisa, por isso foi desconsiderado. Da forma adotada, qualquer assunto relativo às obras públicas enquadra-se como tema de interesse local, na categoria “Finanças”, subcategoria “Despesas”. Embora a apresentação do plano limite-se a três níveis, no banco de dados a divisão engloba cinco níveis de detalhamento, que serão aproveitados em trabalhos futuros.

O primeiro e mais importante nível da classificação dos assuntos os divide em dois grupos: os temas de interesse predominantemente local, como as eleições, as ações de fiscalização, os debates em torno das receitas e despesas institucionais e os despachos de petições e requerimentos, entre outros; e as pautas cujo interesse extrapolava a localidade, como os debates em torno dos quintos, a capitação, as Casas de Fundação e a derrama, a construção de quartéis e remuneração das tropas, o combate aos quilombos e as remessas de presos para o litoral e metrópole, e ainda os debates envolvendo a arrecadação dos diferentes subsídios temporários que incidiram sobre os moradores, além dos embates envolvendo camaristas e agentes régios, estudos para a implantação da terça régia, e as diferentes solenidades feitas em benefício da família real, demandas externas custeadas pelos cofres da instituição.²¹⁵

Definição dos assuntos de interesse local

- **Eleições locais:** neste grupo enquadram-se todos os assuntos relativos à escolha de indivíduos para assumir postos na instituição, as aprovações feitas pelo ouvidor, bem como os atos de posse, juramento e exoneração. Não foram enquadradas nesta categoria as nomeações e posses de ouvidores, governadores e outros agentes régios, classificadas como cerimônias de governo.
- **Fiscalização:** foram incluídos nesta categoria todos os assuntos relacionados ao controle que a Câmara Municipal fazia das práticas comerciais na vila, incluindo a elaboração, reforma e aplicação das posturas municipais, bem como a criação de regimentos e a fiscalização dos ofícios mecânicos. Também foram contempladas neste espaço as ações fiscalizadoras envolvendo a construção, reforma ou demolição de edifícios, pontes, caminhos e outras estruturas similares, assim como as ações fiscalizadoras regulares, conhecidas como revistas ou correições.
- **Finanças:** foram classificados nesta rubrica todos os assuntos relacionados aos balanços orçamentários e às receitas da instituição, como: a definição dos termos de arrematação dos contratos e o processo de escolha dos contratadores, a quitação das parcelas, chamadas de quartéis, e seus frequentes atrasos. Também foram incluídas nesta categoria as pautas relacionadas às despesas feitas pela Câmara Municipal, relacionadas à criação de enjeitados, à realização de obras públicas, aos pagamentos

²¹⁵ Cada uma das categorias do quadro 2, bem como suas quantidades de ocorrências estão detalhadamente descritas no anexo V.

de serviços diversos, à realização de festas anuais da vila, ao pagamento de salários dos oficiais subalternos e às propinas destinadas aos próprios oficiais da câmara.

- **Despachos:** receberam esta rubrica todas as pautas que, sem maiores detalhes, eram registradas como “despachos de petições e requerimentos” feitos à Câmara Municipal por terceiros, e também a leitura e a resposta de correspondências cujo teor não era identificado nos acórdãos, mas que provinham de remetentes locais. Eram ações rotineiras que normalmente abriam os trabalhos e predominaram nos períodos de menor atividade institucional.
- **Outros:** neste grupo diminuto foram incluídos os assuntos de difícil classificação, ilegíveis em função da qualidade da escrita ou da condição de preservação da fonte, ou ainda as raras ocasiões em que, nas vereações, não houve quórum.

Definição dos assuntos de interesse geral

- **Quintos:** foram classificadas nesta categoria todas as pautas relacionadas à arrecadação dos quintos, desde os debates em torno dos métodos de arrecadação, até a nomeação de cobradores e envio das remessas ao litoral. Também foram incluídos nesta rubrica os debates em torno da capitação e da derrama, e a criação, funcionamento, suspensão e recriação das Casas de Fundação, incluindo a nomeação periódica de parte de seus oficiais, indicados entre a classe dominante local pela Câmara Municipal de Vila Rica partir de 1750, com aval dos ouvidores.
- **Segurança:** incluíram-se nesta categoria todos os assuntos relacionados à segurança pública, desde a construção e manutenção dos quartéis, quando feitos com orçamento da Câmara Municipal, passando pela indicação e remuneração das tropas, nos períodos em que estas couberam à referida instituição, até os debates e ações em torno da estruturação do aparelho repressor aos quilombos, com financiamento conjunto entre o governo e as câmaras municipais da capitania. Estes assuntos interessavam à classe dominante local, mas extrapolavam as fronteiras da localidade, pois preocupavam também as autoridades régias e o monarca.
- **Subsídios:** foram classificadas nesta rubrica todas as pautas relacionadas à organização, cobrança e envio dos diferentes tipos de subsídios que incidiram sobre a localidade, normalmente arrecadados com apoio da Câmara Municipal, desde aqueles pontuais relacionados aos casamentos envolvendo a família real, até os mais

conhecidos, como o subsídio voluntário, imposto à instituição para custear a reconstrução de Lisboa – que se estendeu por décadas –, e o subsídio literário, criado para manutenção das escolas régias, após a expulsão dos jesuítas em 1759.

- **Governo:** foram incluídas nesta categoria todos as pautas gerais envolvendo a relação entre a localidade e o governo, desde os motins e conflitos de jurisdição entre o setor dirigente local e os agentes régios, passando pelas pressões financeiras sobre o cofre camarário, as ações judiciais externas, envolvendo a Relação da Bahia e, após 1763, a do Rio de Janeiro, até as comunicações envolvendo autoridades régias e o próprio monarca, e as solicitações de confirmação de sesmaria e afins, que frequentemente envolviam os agentes régios.
- **Cerimônias régias:** foram incluídos nesta categoria todos os assuntos relacionados às cerimônias locais feitas por ordem do monarca, para homenagear acontecimentos envolvendo a família real, como nascimentos, casamentos e óbitos. Também receberam esta classificação outras cerimônias de governo, como a entrada de autoridades régias na vila e as posses de ouvidores e governadores.

Embora esse critério não tenha sido determinante na definição das categorias supracitadas, foi importante levar em conta as diferenças entre as atividades-fim da instituição, isto é, a fiscalização das posturas, a execução de obras públicas, festas, entre outras, e as atividades-meio, que tornavam possível o funcionamento da instituição e permitiam que as funções centrais fossem realizadas, como o recebimento e a emissão de correspondências, a realização de eleições, os registros financeiros que envolviam obras, festas, entre outros.

A divisão entre assuntos de interesse local e geral nada tem de arbitrária ou estranha à época, pois foi inspirada em um método utilizado pelos próprios camaristas em documento elaborado em 1736 pelo então escrivão da câmara, Antônio Falcão Pereira – Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, nomeado régio que serviu entre os anos 1732 e 1736 no referido posto em Vila Rica. Tratava-se de uma defesa enviada ao monarca, feita a pedido dos camaristas, em que se tentava contrapor a investida do ouvidor para implementar a cobrança da terça-régia, demonstrando, por meio do detalhamento das contas de 1721 a 1736, que se gastou mais que a terça parte dos recursos da instituição com ações de interesse do próprio monarca.²¹⁶

²¹⁶ APM, CMOP 32. *REGISTRO de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741*. fls. 73v-80v.

A proporção média entre os assuntos de interesse local e os assuntos cuja importância extrapolava a localidade, durante todo o período estudado, foi de cerca de sete assuntos locais para cada assunto geral. Embora não se conheçam levantamentos similares para outras câmaras municipais, o resultado surpreendeu, pois discutiu-se, em média, ao menos um assunto de amplo interesse a cada semana. Na prática, no entanto, estes assuntos gerais estiveram concentrados em alguns anos, como em 1717, 1751, 1777 e 1783, representando cerca de um terço de todas as pautas da instituição. O contrário também ocorreu, como nos anos de 1725 e 1737, em que os camaristas só se ocuparam de pautas de interesse estritamente local.²¹⁷

A divisão proposta e a identificação dos momentos de maior ou menor presença dos assuntos de interesse geral nas vereações em Vila Rica são importantes porque estas pautas refletem dois movimentos maiores: os assuntos locais, em alguma medida, espelham as próprias transformações econômicas e demográficas da localidade, o que, para os objetivos deste estudo, tem importância secundária; os assuntos gerais, por outro lado, refletem a interferência ou o uso que o centro do Império português fez das câmaras municipais mineiras, para cumprimento dos seus interesses. Em resumo, houve momentos de maior interferência da Câmara Municipal de Vila Rica no cotidiano da localidade, e momentos, concomitantes ou não, em que o setor dirigente local, talvez sem perceber, esteve a serviço dos interesses metropolitanos. Os gráficos²¹⁸ 4, 5, 6 e 7 permitem compreender melhor a alternância entre esses papéis.

²¹⁷ Os dados completos por ano e categoria constam nos anexos IV e V.

²¹⁸ As fontes referentes aos gráficos 4, 5, 6 e 7 são as que seguem: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Gráfico 4 - Comparação entre a média dos debates financeiros e despachos da Câmara Municipal de Vila Rica por quinquênio, 1711-1789

Gráfico 5 - Média dos principais assuntos locais da Câmara Municipal de Vila Rica por cenários, 1711-1789

Fontes dos gráficos 4 e 5: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Gráfico 6 - Média dos assuntos gerais da Câmara Municipal de Vila Rica por quinquênio, 1711-1789

Gráfico 7 - Média dos principais assuntos gerais da Câmara Municipal de Vila Rica por cenário, 1711-1789

Fontes dos gráficos 6 e 7: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

2.5.3 Os cenários em Vila Rica

Longe de ser um indicador de menor importância, a oscilação das reuniões e, principalmente, dos assuntos debatidos é um elemento fundamental, embora introdutório, para entender a mudança dos papéis exercidos pela instituição ao longo do século XVIII. A percepção inicial de dois momentos da instituição ao longo do período estudado, um de esvaziamento, outro de intensificação das suas atividades, feita com base na oscilação quantitativa e qualitativa dos assuntos, pode dar lugar a uma percepção mais aprimorada das diferentes fases da administração local ao longo dos setecentos, quando se leva em conta o teor dos assuntos pautados. Foi possível identificar cinco cenários, que serão descritos a seguir.

Gráfico 8 - Vereações e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica por ano, 1711-1789

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Obs.: Para não induzir distorções, só foram lançados dados para os anos em que se tinham registros completos. Em 1726, só havia informações até janeiro; em 1731, só havia dados a partir de setembro; em 1754, só havia lançamentos até outubro; e em 1757, só havia registros a partir de agosto. Não foi possível encontrar os livros onde se registraram os acórdãos de fevereiro de 1726 até agosto de 1731, e de novembro de 1754 até julho de 1757.

O cenário inicial corresponde à primeira década de funcionamento da instituição e, como já se demonstrou em trabalho anterior,²¹⁹ combinou, circunstancialmente, prerrogativas amplas para a instituição e reduzida capacidade de controle dos agentes régios sobre ela. Sua duração foi efêmera, Pedro de Almeida Portugal, ao assumir o governo da região em 1717, investiu contra os camaristas, o que ajuda a explicar a Revolta de Vila Rica em meados de 1720, uma reação dos potentados locais à perda de privilégios, entre os quais: o controle sobre a cobrança dos quintos, feito até então pela classe dominante local; e a criação de uma Casa de Fundição, que provocaria, como de fato ocorreu, o esvaziamento das câmaras municipais.²²⁰

Além das pautas burocráticas, relacionadas a despachos de petições e requerimentos, terem ocupado quase um terço das pautas, este período inicial também foi marcado pela presença considerável dos assuntos de interesse geral, cerca de 20% dos temas debatidos. Metade destes assuntos gerais estiveram relacionados à cobrança dos quintos – feita pelos próprios camaristas até o início do governo do Conde de Assumar – e às Casas de Fundição.

O gráfico 8 mostra que os anos de transição entre os diferentes cenários foram marcados por exercícios atípicos, que extrapolaram a média de seus quinquênios, o que indica a presença de assuntos que romperam com a normalidade, como os conflitos. O ano de 1721 encerra esse primeiro cenário, e foi marcado pela transição entre os governos do Conde de Assumar e D. Lourenço de Almeida e pelas ações repressivas impostas pelo primeiro ao setor dirigente local, em função do fracasso da Revolta de Vila Rica, articulada por parte da classe dominante local, com envolvimento de alguns membros da cúpula camarária de 1719 e 1720. Estas medidas repressivas significaram, no âmbito das câmaras municipais, a intensificação da manipulação do processo eleitoral e o esfacelamento das contas públicas,²²¹ com imposição de gastos que consumiram, em alguns anos, mais de dois terços das rendas da instituição, o que explica a intensidade dos debates em 1721.

Durante as décadas de 1720 e 1730, viveu-se um momento de esvaziamento da Câmara Municipal de Vila Rica. Agora dominada por novos atores, alinhados aos agentes régios – alguns, inclusive, participaram ativamente da repressão à Revolta de Vila Rica –, a instituição

²¹⁹ Cf. REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica...* p. 196-214.

²²⁰ Esse contexto inicial de prerrogativas amplas e pouco controle sobre a Câmara Municipal de Vila Rica não se traduziu em números de reuniões e assuntos relevantes, quando se compara com o restante dos setecentos, por se tratar de um momento inicial, de instalação da máquina gestora local, em que havia uma baixa complexidade administrativa. Ao longo dos setecentos, observou-se um fenômeno de aumento dessa complexidade, que se traduziu, entre outros aspectos, pela criação de novos cargos e aumento no número de reuniões e assuntos (que, por si, não explica o aumento de densidade das vereações).

²²¹ Os efeitos do fracasso da Revolta de Vila Rica nas contas municipais serão analisados no terceiro capítulo.

ficou reduzida quase que exclusivamente aos assuntos de interesse estritamente local, nomeadamente os despachos de petição e requerimento, que representaram quase 50% das pautas. Os assuntos gerais – um a cada cinco no cenário anterior – corresponderam a cerca de 1 para cada 23 pautas locais. Contribuíram para esse esvaziamento, fundamentalmente, o deslocamento de algumas prerrogativas institucionais importantes para as recém-criadas Casas de Fundição, e, ainda, um alinhamento do novo setor dirigente local aos agentes régios.

Em meados da década de 1730 esse quadro começou a mudar. Com o estabelecimento da capitação e o fechamento das Casas de Fundição, as câmaras municipais mineiras passaram, aos poucos, a recuperar parte do protagonismo que tiveram durante a década de 1710, embora não tenham voltado a se envolver diretamente com a arrecadação dos quintos. Essa espécie de restauração institucional ganhou impulso com a chegada gradual de uma nova geração da classe dominante local aos principais postos da instituição, e por uma conjuntura econômica favorável, de expansão das receitas institucionais, como se demonstrará no capítulo 3. Predominaram nas pautas gerais da década de 1740 os embates pelo fim da capitação e os conflitos indiretos entre o setor dirigente local e os agentes régios, em torno da cobrança da terça régia.

Os assuntos gerais só recuperaram sua intensidade a partir da década de 1750, com o fim da capitação e restauração das Casas de Fundição, não mais em oposição, mas contando com a colaboração das câmaras, seja indicando oficiais temporários dentre os membros da própria classe dominante local, seja participando da cobrança das derramas em momentos de crise, como em 1764 e 1772. Também ganhou espaço, a partir da década de 1740, o combate aos quilombos, encarado pela classe dominante local como um problema de segurança pública.

O maior dinamismo da Câmara Municipal de Vila Rica, a partir do terceiro cenário, pode ser atestado, também, pela inversão ocorrida entre os assuntos de interesse local. Os despachos de petição e requerimentos, indicativos do esvaziamento institucional, reduziram-se gradualmente para pouco mais de um a cada quatro assuntos – a menor quantidade relativa em todo o período –, abrindo espaço para os assuntos relacionados às finanças, que chegaram a ocupar pouco mais de um terço das pautas.

Em termos práticos, significa dizer que, durante este cenário de restauração institucional, a Câmara Municipal de Vila Rica não recuperou apenas sua utilidade frente à política econômica do Império português, assumindo prerrogativas ligadas à arrecadação de impostos e subsídios, financiando quartéis e tropas e contribuindo decisivamente para o combate às ameaças internas, como eram compreendidos os movimentos de resistência negra em torno dos quilombos – ou calhambolas, como eram chamados –, mas também mudou a

forma de organizar a vida cotidiana na localidade. Os despachos de demandas enviadas à instituição cederam lugar aos debates locais relacionados às finanças, nomeadamente em torno da contratação e execução de obras públicas, como a abertura e calçamento de ruas e calçadas, a construção de pontes, chafarizes e paredões, entre outras formas ativas de intervenção.

A transição entre as décadas de 1740 e 1750 foi um período de grande agitação em todo o Império português. Entre os anos de 1750 e 1751 a Concelho de Vila Rica vivenciou o terceiro maior período de debates externos de todo o século XVIII, reflexo das consequências locais relacionadas ao falecimento de D. João V, que acabou por consumir o saldo acumulado no cofre municipal ao longo de quase 10 anos, como será demonstrado no terceiro capítulo.

A partir da década de 1750, à medida que se intensificava a crise aurífera, aumentavam também os assuntos debatidos na instituição e, ao mesmo tempo, as pautas de interesse geral também aumentavam sua participação relativa nas vereações, em relação aos tópicos locais. Esta tendência perdurou até a transição entre o terceiro e o quarto cenários ocorrida entre os anos de 1763 e 1764, o momento de maior atividade institucional em todo século XVIII. Nesta ocasião, por reflexo da crise aurífera, pela primeira vez a quota de 100 arrobas de ouro anuais dos quintos não foi alcançada, o que provocou a cobrança da derrama.

Embora o número de vereações tenha permanecido dentro da média (97 em 1763 e 87 em 1764), seu conteúdo foi muito mais denso. Só em 1763 foram discutidos 413 assuntos, número superado só pelo ano seguinte, em que se debateram 723 pautas, algo próximo ao discutido entre os anos de 1737, 1738, 1739 e 1740 (765 assuntos) e os 8 primeiros anos de funcionamento da instituição (774 assuntos entre 1711 e 1718).²²² Ainda que as pautas de interesse geral, nesses anos, tenham estado próximas dos 20%, bem acima da média – em função dos debates em torno da execução da primeira derrama, que contou com o auxílio da instituição – o que deu peso extravagante a estes anos foram as finanças, nomeadamente os debates relacionados aos gastos, que responderam por cerca de 40% das pautas.

Este contexto atípico, provocado aparentemente pelo aumento vertiginoso dos debates envolvendo os gastos, e não pela derrama, como se poderia esperar, tem a ver, na realidade, com um problema mais profundo, do qual a derrama e o aumento dos debates financeiros são apenas um sintoma ou efeito colateral: a doença, pode-se dizer, é a crise aurífera. Se a análise desce a um nível mais apurado, percebe-se que os debates em torno das despesas eram generalizados, envolviam as obras públicas (24,9%), os enjeitados (23,7%), as festas (13,7%), o pagamento de salários e propinas (12,8%) e uma série de outros pagamentos miúdos, sem

²²² As vereações de 1764 foram as mais densas do século XVIII, com uma média de 8,3 assuntos por reunião.

descrição detalhada (24,8%). O que se discutia, afinal, eram os efeitos da quebra da instituição, isto é, a redução da capacidade de arrecadação da Câmara Municipal de Vila Rica a um nível inferior aos seus gastos considerados como fundamentais, que estava provocando atrasos no pagamento dos credores externos, como executores de obras públicas, criadoras de enfeitados e prestadores de pequenos serviços.

No cenário inaugurado pela derrama, os camaristas seguiram debatendo alternativas para as finanças locais, este assunto ocupou pouco menos de um terço das pautas. Outros temas de amplo interesse surgiram, como os diferentes subsídios implementados pela coroa, que se somaram as prerrogativas já existentes relacionadas às indicações trimestrais de fiscais para a Casa de Fundição, os assuntos relacionados à segurança pública e remuneração de postos militares, como o de sargento-mor, e ainda a incumbência de organização e financiamento do combate aos quilombos, que seguiu sobre a mesa da Câmara Municipal de Vila Rica.

Os subsídios recaíram sobre a instituição desde ao menos a década de 1730, mas sempre em escala limitada, como para pagar o dote de um casamento real, por exemplo. Foi a partir do terremoto que destruiu a capital do Império português, em 1756, que se impôs às câmaras municipais coloniais um subsídio para reconstrução de Lisboa. Previsto para durar dez anos, perpetuou-se, sob o título irônico de subsídio voluntário. Somou-se a ele o subsídio literário, criado para manter as novas escolas régias que, aos poucos, ocupavam o vazio deixado pelos jesuítas. Estas novas prerrogativas, que sugerem a atribuição de novos papéis às câmaras municipais dentro da administração portuguesa, inflaram as vereações e as pautas, e ocuparam parte considerável do tempo dos camaristas, que se colocavam à serviço do rei, em detrimento do conjunto da população que, no limite, era quem pagava os subsídios.

Novos episódios de grande atividade administrativa ocorreram em 1770 e 1775, pelas mesmas instabilidades que provocaram as agitações de 1763 e 1764. No início da década de 1770, os debates em torno do endividamento aproximaram-se dos 40%. O aprofundamento e a constatação da irreversibilidade da crise aurífera, que acelerava o movimento demográfico centrífugo na capitania mineira, somou-se às transformações abruptas no centro do Império português em 1777, conhecidas como *viradeira*. Este marco inaugurou o cenário derradeiro deste estudo, quando a Câmara Municipal de Vila Rica viu-se em declínio, não apenas financeiro, mas também de prerrogativas, pois deixou de tratar de assuntos importantes que se estendiam para além da localidade, embora não tenha retornado ao nível de esvaziamento das décadas de 1720 e 1730. Quanto aos assuntos de interesse estritamente local, como era de se esperar, recrudesceram os debates financeiros e voltaram a aumentar os despachos de petições

e requerimentos. A redução do peso relativo dos assuntos de interesse geral, todavia, só passou a ser observada em meados da década de 1780, às portas da Conjuração Mineira.

Para além da capacidade de articulação e dos interesses da classe dominante local, a maior ou menor importância das câmaras municipais coloniais, em especial a de Vila Rica, ao longo do século XVIII, dependeu fundamentalmente do papel que lhe coube exercer dentro dos planos políticos e estratégicos do centro do Império português. Esta função era definida por este mesmo centro, e estava profundamente ligada à fiscalidade, que pautou a atuação do Estado na capitania de Minas Gerais ao longo do período colonial. Em síntese, o Estado existiu na referida capitania para viabilizar o afluxo de riquezas, através da tributação e do consumo, para o centro do Império português, e as câmaras municipais mineiras, para além das suas funções cotidianas e estritamente locais, ganharam ou perderam importância à medida que puderam ser utilizadas ou descartadas pelo poder central para auxiliar a máquina tributária.

A intensidade dos trabalhos da Câmara Municipal de Vila Rica acompanhou de perto as oscilações em torno dos diferentes métodos adotados para arrecadação dos quintos em Minas Gerais, ao longo do século XVIII. Até o final da década de 1710, os camaristas tiveram papel importante nesse processo, e a instituição viveu seu auge, em termos de prerrogativas; depois, com as Casas de Fundição e a Capitação, viveu duas décadas de profunda estagnação. Em meio ao movimento contra a Capitação, e após a restauração das Casas de Fundição, as câmaras municipais mineiras recuperaram parte de suas atribuições, o que se manteve até o início da década de 1780, e se estendeu ao auxílio na cobrança das derramas e dos subsídios régios.

Portanto, o maior protagonismo das câmaras municipais coloniais, para além de refletir a capacidade de articulação e negociação das classes dominantes locais, foi consequência do movimento comandado por determinados grupos políticos do centro do Império português. Esse protagonismo consiste, na prática, em um modo de economizar meios para a administração central, usando o trabalho da classe dominante colonial, e principalmente de seu setor dirigente, para atender os interesses metropolitanos. Esta cooptação poderia, até certo ponto, atender os interesses imediatos desta parcela privilegiada da sociedade colonial, mas era sustentada pela maioria da população, que pagava o alto custo da derrama e dos subsídios, e comprometia, em uma perspectiva de longo prazo, os interesses desta classe dominante local que, se sentindo nobre e portuguesa, ia se descobrindo, cada vez menos nobre e mais brasileira.

Apresentado o que era uma câmara municipal colonial, quem a comandava, o que se discutia e a quais interesses servia, é hora de colocar outras questões importantes: 1) Como oscilaram as finanças da instituição em cada um dos cenários descritos neste capítulo, sobre

quem recaíam as cobranças e a quem eram destinadas suas rendas? 2) Quais grupos controlavam seus rumos e como cada uma das gerações do setor dirigente local lidou com as dificuldades inerentes a cada um dos cenários apresentados? 3) Como se deu o controle externo sobre a instituição em cada um dos cenários e quais foram os conflitos entre agentes régios e este setor dirigente local? Essas questões fundamentais nortearão os próximos capítulos deste trabalho.

3 AS FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA

Se vós tendes rei, para que quereis outro rei? Sabeis qual é o verdadeiro rei? É o dinheiro, porque ao dinheiro obedece tudo, porque quem o dá é senhor, e quem o toma é ladrão. O rei, que faz mercês, corrobora seus vassalos; o que lhes toma dinheiro, debita seus Estados e abre caminho para perder tudo. Sabeis como é isto? E como as finças, com que agora andam para defender o reino. E erram o meio da melhor defesa, que seria espalhar dinheiro pelos pobres para terem todos que defender e vigor com que servir.
(Anônimo, século XVII).²²³

Havia uma lenda em Portugal, reproduzida no século XVII pelo autor anônimo de *A arte de furtar*, em que se dizia ter o diabo possuído um marinho setubalense em meio a uma viagem de Lisboa à Ilha da Madeira e que, em meio ao confronto entre este e o padre, alguém teria perguntado ao diabo se D. Sebastião estaria vivo, ao que respondeu o trecho acima, revelando a ascendência do dinheiro e a lógica fiscal que guiava o Império português e era sentida pelos súditos muito antes do século do ouro.

A tributação, elemento essencial para o fortalecimento de qualquer Estado, dependia da capacidade efetiva de controle do centro do Império português sobre suas periferias, ou da metrópole sobre suas colônias. As receitas que cabiam ao rei, ao longo do século XVIII, giraram em torno de 6 a 7 mil contos de réis anuais²²⁴, e poderiam ser divididas em oito rubricas: 1) dízimas, isto é, 10% dos produtos das terras, mares e animais, por ser o rei português o grão-mestre da Ordem de Cristo; 2) a décima ou subsídio militar, instituída em 1641 por ocasião da restauração, incidia sobre rendimentos de capitais, prédios, ordenados, rendas e ofícios, foi reduzida para 5,5% entre 1715 e 1762; 3) dízima das alfândegas, que incidia sobre as mercadorias comercializadas em todo o Império português; 4) dízima da chancelaria; 5) a sisa, ou décima parte das compras, vendas, permutas e arrendamentos de produtos; 6) o quinto das lavras minerais e despojos de guerra; 7) o exclusivo comercial sobre o tabaco, o pau-brasil, as cartas de jogo, a pesca da baleia e os diamantes; 8) as rendas da Bula da Cruzada, velhos e novos direitos, donativos e terças partes de ofícios e arrematantes.²²⁵

²²³ ANÔNIMO do século XVII. *A arte de furtar*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 289-290.

²²⁴ Como elemento de comparação, a média anual de receitas da Câmara Municipal de Vila Rica, entre 1720 e 1789, foi de aproximadamente 7 contos de réis, correspondente a cerca de 0,1% das receitas anuais que, em média, cabiam ao rei no mesmo período.

²²⁵ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil. Volume 5. Administração pombalina*. Brasília: FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 46.

Coube às câmaras municipais coloniais um papel importante, ora na resistência, ora no auxílio – como parece ter sido mais comum –, à efetivação de novos e velhos impostos.²²⁶ Às municipalidades mineiras, no século XVIII, coube, em algumas décadas, a arrecadação dos quintos régios, ou ainda o auxílio na escolha de funcionários temporários para as Casas de Fundição, bem como a ajuda na arrecadação da Bula da Cruzada e de uma série de donativos régios, tendo custeado, em alguns momentos, também outras medidas ligadas à segurança pública, como construção e reforma de quartéis, pagamento de funcionários da casa da moeda e de tropas regulares, entre outros.

Levando em conta essas ações que incidiram, de maneira irregular, sobre a Câmara Municipal de Vila Rica, o que a análise das finanças locais pode revelar sobre esta sociedade e, principalmente, sobre as intervenções do rei sobre a região? A análise da série documental²²⁷ que registra o fluxo de caixa da referida instituição permite observar os reflexos de três movimentos basilares que, em certa medida, moldaram a sociedade mineira colonial. Por um lado, a análise das receitas pode refletir a pujança ou crise da economia local que, em Vila Rica, foi pautada pela atividade mineradora. Por outro lado, a análise das despesas pode revelar a disputa dos setores dirigentes locais e agentes régios pelo controle do orçamento, seja para canalizar o potencial institucional de intervenção na realidade local para beneficiar alguns indivíduos e grupos, seja para atender – e este é o ponto crucial – interesses do centro político do Império português, aliviando, com o uso dos recursos fornecidos pelos próprios colonos, os gastos do centro com outras instituições, como as Casas de Fundição e a Real Fazenda.

Na Vila Rica setecentista não havia, nas instituições, espaço para as vozes daqueles que, efetivamente, realizavam o trabalho produtivo, isto é, a maioria da população formada por escravos e indivíduos livres e pobres, os desclassificados do ouro.²²⁸ Portanto, estas fontes, produzidas pelos camaristas de Vila Rica, reproduzem em suas entrelinhas, não a visão de

²²⁶ Sobre o papel das câmaras municipais na execução de novos tributos, ver ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 127.

²²⁷ Esta série é composta por 13 livros, contendo 994 registros de receitas e 3329 registros de despesas, além de revisões, pareceres, correspondências, entre outros. Os livros financeiros anteriores à Revolta de Vila Rica em 1720 não foram encontrados, tudo leva a crer que foram destruídos por ocasião do levante. As informações relacionadas às receitas e despesas da década de 1720 foram registradas juntas, no mesmo livro. Já entre 1734 e 1740, esses dados foram registrados em livros específicos, um para as receitas, outro para as despesas. A partir da década de 1740, os registros voltaram a ser feitos em um único livro, mas as oscilações nas formas de lançamento das finanças prosseguiram nas décadas seguintes; à medida que novos ouvidores e escrivães da câmara assumiam seus postos e alteravam os padrões de lançamento em vigor.

²²⁸ Uma análise introdutória sobre essa camada social foi feita no primeiro capítulo. Para mais, ver SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

mundo da população local, mas do que poderíamos chamar de “classificados do ouro”, isto é, da classe dominante local, mais especificamente do seu setor dirigente, à frente da instituição.

Levando isso em conta e considerando ainda os elementos de conexão entre a Câmara Municipal de Vila Rica e as transformações da sociedade mineira colonial, do Império português e da economia-mundo europeia em que estavam inseridos, entende-se que a análise das flutuações financeiras da instituição pode ajudar a identificar: 1) os vínculos existentes entre a Câmara Municipal e a flutuação da economia aurífera; 2) sobre quem recaía a tributação local ou geral administrada pela instituição? 3) quais foram as disputas que estiveram por trás do orçamento local e quem era beneficiado por seus gastos, o povo, o rei ou os camaristas?

3.1 O movimento geral das finanças

As finanças das câmaras municipais do Império português podem ser divididas em dois fluxos: o das receitas e o das despesas. Em Vila Rica estes registros eram feitos pelo escrivão da câmara ao longo de um ano e revisados pelo ouvidor no ano subsequente. A partir da década de 1730, quando cresceu a pressão, por parte dos agentes régios, pela implantação da terça régia, este magistrado aumentou consideravelmente o rigor da análise sobre as contas do concelho, e passou a impor, ano após ano, uma série de glosas sobre elas, isto é, anulações parciais ou totais de despesas, com ônus para os oficiais camarários que, em anos anteriores, haviam autorizado ou realizado os referidos empenhos.²²⁹

O crescimento demográfico da colônia, durante o século XVIII e, por consequência, o aumento da complexidade da administração local, se por um lado inflou as despesas das câmaras municipais, por outro lado dilatou sua composição, melhorou seus mecanismos de arrecadação e ajudou a expandir e desenvolver a localidade, gerando, indiretamente, um aumento dos tributos arrecadados pela Câmara Municipal de Vila Rica, que incidiam

²²⁹ Tanto as somas do escrivão, quanto as do ouvidor, em alguns anos específicos, apresentaram discrepâncias – em geral mínimas – entre si e com relação à nossa revisão. Nestes casos, usou-se como referência nossa revisão, fazendo os devidos destaques. As imprecisões nos registros, que nem sempre correspondem à revisão do ouvidor e nossa revisão, foram problema comum, enfrentado também por Fioravante, que utilizou os mesmos registros financeiros, porém de 1721 até 1750. Cf. MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 - c. 1750*. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. p. 69-70. Para os anos anteriores à Revolta de Vila Rica, ocorrida em 1720, não foi possível localizar os livros de receitas e despesas. Também para os anos de 1737 até 1740, não foi possível encontrar o livro das receitas, sendo a soma final destas recuperada a partir do registro no livro de despesas, portanto, sem a possibilidade de identificar o valor específico de cada uma das rendas. Por fim, há outra lacuna referente ao ano de 1772, em que não foram localizados nem o registro das receitas nem o das despesas. Embora na descrição do códice CMOP-94, do Arquivo Público Mineiro, conste o ano de 1772, ao consultar o material encontram-se informações relativas apenas ao ano de 1771.

basicamente sobre o consumo da população e a ocupação do espaço urbano. De modo geral, o aumento da capacidade de arrecadação de um concelho contribuía para aumentar seu poder e suas prerrogativas, como parece ter ocorrido em Salvador durante o século XVIII. Todavia, no mesmo período, em outras regiões importantes da colônia, como o Rio de Janeiro, ocorreu o contrário: à medida que a cidade crescia em tamanho e importância, seu concelho perdia prerrogativas, receitas e poder.²³⁰

Gráfico 9 - Média das finanças da Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Obs.: A partir do quinquênio de 1766-1770, o indicador das receitas não aparece por corresponder às despesas.

²³⁰ Ver BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 222. Para Edmundo Zenha as câmaras municipais coloniais, até o final do século XVII, eram muito pobres, por isso restritas à administração local, mesmo a de Salvador. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município...* p. 29. Avanete Sousa, ao contrário, viu nesta mesma instituição, já no século XVIII, uma capacidade de arrecadação que, mesmo pagando a terça régia, lhe conferia poder e prerrogativas para gerir a localidade. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. p. 140, 202. Luís Rodrigues, que estudou a Câmara Municipal de Caldas da Rainha, também afirmou que o poder da instituição estava vinculado à sua capacidade de arrecadação. Cf. RODRIGUES, Luís Nuno. "Um século de finanças municipais: Caldas da Rainha, 1720-1820." In: *Penélope: fazer e desfazer a História*, nº 7, 1992. p. 49.

Este poder ampliado de que dispunham certas câmaras municipais coloniais, foi sendo reduzido ao final do século XVII em algumas regiões, e, de modo tardio, ao longo do século XVIII em outras. Este movimento, no entanto, não foi linear, e não parece haver relação diretamente proporcional entre o aumento das prerrogativas de um concelho colonial e a fragilização ou relativização da condição colonial. Mais receita advinha, normalmente, de um aumento de prerrogativas e, portanto, de poder, o que, por um lado, aumentava as atribuições dos camaristas e, portanto, seu poder individual e coletivo. Por outro lado, parte destas novas demandas também consumiam uma fatia maior dos recursos locais. A cobrança dos donativos e contribuições “voluntárias”, por exemplo, além de representar um ônus ao conjunto da população, poderia vir acompanhada de outros gastos, como o fortalecimento das estruturas defensivas das localidades, bem como a quitação dos soldos das tropas e o reforço das armadas nas cidades e vilas costeiras. Estes são alguns exemplos de atribuições extravagantes, que extrapolavam os interesses locais, e que incidiram sobre muitos concelhos coloniais.²³¹

Embora já se tenha exposto, ao longo do segundo capítulo, que a Câmara Municipal de Vila Rica não perdeu prerrogativas em definitivo ao longo do século XVIII, mas passou por momentos de aumento e redução de suas atribuições, ao olhar a oscilação de suas finanças, considerando os cenários definidos no capítulo anterior, tem-se um exemplo claro de que o aumento de prerrogativas, ao invés de distanciar seus ocupantes do rei, fragilizando o domínio português na região, acabava por aumentar sua integração ao sistema colonial, através de mecanismos que serão estudados no capítulo derradeiro deste trabalho.

Com base na análise das receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica por quinquênios, entre 1721 e 1789, é possível refinar os cenários apontados no capítulo anterior, e reduzi-los a três grandes movimentos:²³²

- **Cenário 1:** Até o final da década de 1730 houve crescimento das receitas e despesas, predominou um certo desequilíbrio financeiro e uma tendência de déficit, embora receitas e despesas estivessem em expansão. Neste período as despesas parecem não ter sido limitadas, com rigor, pelas receitas.²³³

²³¹ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 305.

²³² Uma tabela com os dados relativos a cada um dos anos está presente no anexo VIII.

²³³ Ao contrário do que foi afirmado em um trabalho recente, de outra autoria, não houve grandes superávits na instituição entre 1721 e 1725. Ocorre que, nestes anos, os camaristas tinham como costume lançar, ao final de cada ano, as estimativas de receita do ano que se iniciaria e, em seguida, recuperavam os mesmos valores, retificando ou ratificando-os. O trabalho anterior parece ter considerado que os registros replicados eram, na verdade, duas

- **Cenário 2:** Ao longo das décadas de 1740 e 1750 houve uma tendência de queda da arrecadação, ocultada pela formação de um *stock*, provocado por uma redução sistemática das despesas, rompida por eventos ocorridos em 1750 e 1751.
- **Cenário 3:** A partir da década de 1760 houve uma tendência gradual de redução das receitas, com certas oscilações anuais, e a consolidação da arrecadação como elemento limitador de despesas, agora de modo rígido, o que é atestado pela inexistência, na maioria dos anos, de déficit ou superávit.

Do exposto, podem-se extrair algumas tendências gerais: 1) as receitas tendiam a limitar as despesas, e o rigor dessa regra aumentou à medida que a crise aurífera se acentuava e a administração local se tornava mais complexa, racional e melhor controlada; 2) houve uma relação direta entre a economia aurífera e a capacidade de arrecadação da instituição, já que as receitas aumentaram até o final da década de 1730, e iniciaram, a partir de então, um declínio gradual, intensificado a partir da década de 1760; 3) houve um período de anormalidade no cenário 2, onde as receitas e as despesas foram afetadas por elementos extraeconômicos.

O desequilíbrio financeiro das décadas de 1720 e 1730, quando predominou o déficit, pode ser explicado, em parte, pela baixa qualificação da administração local em seus anos iniciais, mas principalmente pela tendência geral de aumento da arrecadação da instituição. Se o futuro era promissor e a arrecadação crescia ano após ano, gastar um pouco mais do que se arrecadava não era um problema que preocupava, ao contrário do que se verificou ao longo da década de 1760, quando, mesmo endividada, a instituição gastava o mesmo que arrecadava.

No capítulo anterior foi visto que, durante as décadas de 1740 e 1750, a instituição – que passava gradualmente a ser comandada por uma nova geração, mais preparada para a administração do que a anterior –, passou a recuperar, aos poucos, uma série de prerrogativas, rompendo o esvaziamento que a marcou durante as duas décadas anteriores. Do ponto de vista fiscal, já no início dos anos 1740, teve início a redução da capacidade de arrecadação da instituição, embora ofuscada por um movimento simultâneo e ainda maior de redução das despesas, aparentemente injustificável, já que a localidade estava, em grande medida, por se construir, e havia a necessidade de obras públicas importantes, como pontes, chafarizes, etc.

parcelas de um todo, o que resultou em uma leitura duplicada da realidade, gerando receitas anuais em torno de 12 e 16 contos de réis, valores que seriam, de longe, os maiores de todo o século XVIII. Os valores em desacordo constam em: MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. p. 39-40, e em MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas...* p. 79, 99-100.

Diferente dos cenários 1 e 3 – em que, com maior ou menor rigor, o fator regulador das despesas foi estritamente econômico, isto é, a capacidade de arrecadação da instituição –, no cenário 2 o elemento constrangedor dos gastos foi político, não refletia o auge ou declínio da economia aurífera, mas os interesses metropolitanos, representados pela ação do ouvidor. Estava em jogo, desde a década de 1730, a disputa entre camaristas e agentes régios em torno da implementação da terça régia, dispositivo existente em algumas câmaras municipais que consistia no repasse, da câmara ao rei, de 1/3 de sua arrecadação anual.

Gráfico 10 - Stock no caixa da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Os primeiros sinais de redução da arrecadação, no início da década de 1740, soaram o alerta ao ouvidor, que passou a intervir com mais eloquência nas contas da instituição, limitando os gastos com propinas pagas aos próprios oficiais camarários e, em certa medida, também os gastos com obras públicas. A intenção, em linhas gerais, era economizar cerca de um terço das receitas, formando, ao longo dos anos, um saldo em caixa, ou *stock*, que evidenciasse que, sob boa administração, era viável a implementação da terça régia, sem prejuízo dos interesses dos habitantes da localidade.

De fato, a política intervencionista do ouvidor conseguiu acumular em caixa, ao final de 1750, o valor mais alto do século XVIII, pouco mais de 10 contos de réis, o equivalente a 1 ano e 5 meses de receita média do período estudado (pouco mais de 7 contos de réis), ou ainda, 2,5 vezes a receita mais baixa do período, a de 1789, pouco mais de 4,2 contos de réis. Em meados de 1750, todavia, os camaristas encontraram um atalho para consumir todo o *stock* acumulado e frustrar o intento do ouvidor. Por ocasião do falecimento de D. João V, o setor dirigente local organizou uma cerimônia local que, pelos preparativos, pode-se arriscar ter sido a maior já celebrada na localidade. Os debates em torno da organização das exéquias estenderam-se pelo segundo semestre de 1750 e primeiro semestre de 1751, e somaram-se às discussões em torno dos festejos pela ascensão de D. José I. Entre a construção de uma arca, hoje exposta na Igreja Matriz do Pilar de Ouro Preto, gastos com panos negros, contratação de músicos e cerimonialistas e a remuneração dos oficiais da câmara, sob a forma de propina, as celebrações acabaram por consumir a totalidade dos recursos acumulados no cofre da municipalidade ao longo da década de 1740. Nos anos seguintes, as condições econômicas não se mostrariam mais tão favoráveis, e jamais se formaria, novamente, outro *stock* como este na localidade. O debate em torno da terça régia só foi extinto a partir da implementação de novos subsídios, da segunda metade da década de 1750 em diante. Tais subsídios, embora fossem geridos pelos camaristas, nos moldes dos quintos durante a década de 1711, não incidiam sobre as contas da Câmara Municipal, mas diretamente sobre a população.²³⁴

Nas próximas partes deste capítulo, passa-se à análise da organização, composição e oscilação das principais receitas e despesas da instituição, com o propósito de identificar alguns elementos importantes, como os grupos sobre os quais recaía o maior peso dos tributos, e, principalmente, como eram gastos esses recursos e a quem beneficiavam ao longo do tempo.

3.2 As receitas da Câmara Municipal

As receitas podem ser entendidas, no âmbito deste trabalho, como todo valor que ingressou nos cofres da Câmara Municipal de Vila Rica proveniente de arrecadação direta.²³⁵ Entre 1725 e 1789, foram feitos 994 lançamentos de receitas nos registros financeiros, classificados, no âmbito deste trabalho, em cinco categorias, levando em consideração as principais rendas da instituição. Em ordem de importância: *Aferição e ver, meias patacas*,

²³⁴ Os detalhes dessa disputa entre a classe dominante local e os agentes régios terão lugar no quinto capítulo.

²³⁵ Portanto, os saldos que permanecem em caixa ao final de um ano e são novamente lançados como receita no início do ano seguinte, não foram contabilizados como receita, mas como *stock*.

carceragem, foros e outras (como estornos, multas, condenações, etc).²³⁶ As três primeiras rendas, *aferição, ver e meias patacas*, tinham natureza essencialmente fiscal, envolviam a conferência do padrão de pesos e medidas, as inspeções de mercado e a cobrança pelos gados abatidos na vila, enquanto a *carceragem* vinculava-se ao controle da prisão local, e os *foros* incidiam sobre a ocupação do solo urbano da localidade onde estava situada a sesmária doada pelo rei à Câmara Municipal.²³⁷ A última categoria reúne receitas diversas, eventuais ou de pouca expressão, e que não são centrais para análise do fluxo financeiro da instituição.

As maiores rendas da Câmara Municipal de Vila Rica, durante o século XVIII, normalmente eram arrendadas a cada ano, isto é, entregues a um contratante, a quem se passava o direito de cobrança do tributo, em troca do pagamento de um valor fixo pelo contrato.²³⁸ Nem sempre havia interessados locais em arrematar estas rendas, principalmente as menores, como a do ver, a da *carceragem* e os *foros*. Ainda assim, foram raros os anos em que, por falta de interessados, a arrecadação precisou ser delegada a algum oficial da própria instituição.

O processo de arrematação era complexo e, em Vila Rica, como em Salvador, parece ter acompanhado de perto o padrão adotado em todo Império português.²³⁹ Os contratos eram colocados em praça ao final de todo ano²⁴⁰ pelo porteiro da câmara municipal – que conduzia todo o procedimento –, onde “andavam em pregão” por 30 dias e, em data fixada, os lances eram apurados e o candidato que tivesse feito a maior oferta, e apresentasse fiadores, ganhava

²³⁶ Quando citamos a renda da “aferição e ver”, em verdade estamos tratando de dois contratos distintos. Até o início da década de 1740, a Câmara Municipal de Vila Rica arrendava seu maior contrato, a renda da *aferição*, separadamente de um dos seus menores contratos, a renda do ver. Até o final da década de 1730, o valor desta renda havia oscilado entre 220 e 600 mil réis; já aquela, entre 2 contos e 400 mil réis e 6 contos e 400 mil réis. Em 1742, no entanto, a renda do ver alcança seu menor valor de arrematação, 150 mil réis (1,6% das receitas), e não se registra, a partir de então, qualquer outra arrematação, a não ser uma isolada em 1777, no valor de 21 mil e 400 réis (0,4% das receitas). A partir de 1744, começam a aparecer nos livros de receitas e mesmo nos acórdãos, referências do contrato da “aferição e ver”, indicando uma fusão. Nas décadas seguintes, predominam as duas formas de citação, “aferição” e “aferição e ver”, sempre sendo relacionadas a um mesmo contratador. Este normalmente delegava a incumbência de cumprimento das prerrogativas relativas à renda do ver para um terceiro.

²³⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural.” In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 54-56.

²³⁸ Na maioria das câmaras municipais coloniais, segundo Cláudia Damasceno, as maiores rendas eram as da *aferição* e a das *meias patacas*. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 387. A arrematação de impostos era uma prática comum no Império português, utilizada inclusive em tributos régios, como o comércio de monopólios reais, como pau-brasil, tabaco, sabão, óleo de baleia e sal, ou mesmo a cobrança do dízimo real. Os quintos parecem ter sido o único tributo que não passou por arrematação, sempre foi cobrado por funcionários régios ou, entre 1711 e 1718, pelos oficiais das câmaras municipais mineiras. Cf. SOUZA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 121.

²³⁹ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 182.

²⁴⁰ Ao contrário do que trabalhos anteriores afirmaram, os contratos da Câmara Municipal de Vila Rica não foram trienais, mas eram colocados em praça anualmente. Cf. indicação divergente em MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue...* p. 37.

a disputa e ficava responsável pela execução do contrato. Neste ato o rendeiro ou contratador concordava com a conduta geral e os métodos de cobrança estipulados pelos camaristas. O pagamento do valor do contrato à Câmara Municipal normalmente era feito ao longo da execução do contrato, em quatro parcelas trimestrais, chamadas à época de *quartéis*.²⁴¹

Terceirizando suas principais rendas, as câmaras municipais coloniais retiravam de seus poucos funcionários essa tarefa. É muito difícil saber, para além dos valores dos contratos repassados às instituições, quais eram os montantes que os contratadores realmente arrecadavam, mas é evidente que angariavam uma quantia superior ao valor repassado à municipalidade, gerando um ônus para a população, que poderia pagar menos se o contrato não fosse arrendado, e para os cofres da instituição, que recebia menos do que poderia.²⁴² O prejuízo era ainda maior, pois os processos de arrematação, mesmo aqueles que envolviam rendas reais, incluíam, com frequência, acordos ilegais entre os principais arrematantes, que combinavam os lances com o propósito de reduzir, significativamente, o valor do contrato.²⁴³

Os principais contratos das câmaras municipais coloniais, parecem ter se concentrado nas mãos de um pequeno grupo, tanto em Salvador, como aponta Avanete Pereira, como em Vila Rica, onde a principal renda, a da aferição, envolveu, ao longo das quase oito décadas estudadas, pouco mais de uma dezena de contratadores. A arrematação dos contratos, para além dos lucros que possibilitavam – esse era o fator principal –, dava aos rendeiros, homens de negócio em sua maioria, o poder de intervir na vida econômica e política da localidade, muito embora não tenham, em Vila Rica e em Salvador, chegado a exercer qualquer ofício na cúpula camarária, como ocorreu no Porto e em Braga.²⁴⁴

²⁴¹ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 164; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 54. As parcelas dos contratos da Câmara Municipal de Vila Rica eram quitadas em ouro em pó, o que gerava as chamadas “quebras do ouro” e um pequeno gasto para a instituição com a reposição desses valores ao tesoureiro. Em 1755, o ouvidor Francisco Ângelo Leitão ordenou que a instituição passasse a receber estas parcelas, ou quartéis, em barras de ouro, eliminando as quebras e incorporando o ouro quintado. Cf. APM, CMOP 51, fl. 237.

²⁴² SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 157; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 55.

²⁴³ O relato de um anônimo do século XVII revela essa prática em torno do contrato dos dízimos: “Em uma praça, pois, dessas mais opulentas, se põem em lanço, cada três anos, as rendas dos dízimos a quem dá mais por elas; e andam orçadas, uns anos por outros, em cento e quarenta, até cento e cinquenta mil cruzados. Urdiu um poderoso os lanços de maneira que não subiram de sessenta mil cruzados; e neles se rematou o ramo a um prioste seu confidente, como quem ia forro e a partir; e para isso intimidou todos os lançadores e prendeu alguns que tinha por mais afoitos, para os impossibilitar naquele tempo, por lhe constar queriam lançar, no tal ramo, cento e quarenta e três mil cruzados, como no triênio antecedente tinham lançado e no seguinte lançaram, porque se lhes removeu o impedimento. Donde se colhe que não defraudaram a sua majestade mais que em oitenta e três mil cruzados, pondo em pés de verdade que lhe fizeram grande serviço, para que se não perdesse de todo a arrecadação dos dízimos, visto não haver quem desse por eles mais.” Cf. ANÔNIMO do século XVII. *A arte de furtar...* p. 82.

²⁴⁴ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 246-247, 253.

3.2.1 Rendas fiscais

3.2.1.1 Aferição e ver

Em Vila Rica, as rendas da aferição e do ver foram arrematadas separadamente durante as primeiras décadas de funcionamento da Câmara Municipal. A partir da década de 1740, com a redução sucessiva do valor da renda do ver e o pouco interesse que passou a despertar nos arrematantes, os camaristas passaram a arrematá-la em conjunto com a da aferição, que sozinha representou, em média, mais da metade das receitas da câmara municipal no período, contra menos de 3% da renda do ver. Essa unificação da arrematação dos contratos também se mostrou viável pois as duas rendas possuíam natureza similar, envolvendo a fiscalização do comércio.

Cabia ao aferidor, isto é, o contratador da aferição, assegurar, através de vistorias semestrais, que todos os mercadores, vendedores de rua e artesãos da vila fizessem uso de pesos e medidas iguais ao padrão estabelecido. Nesses exames, o aferidor marcava os pesos e medidas que, só assim, poderiam ser utilizados. Novos vendedores que se estabeleciam na vila, fixos ou ambulantes, tinham até oito dias para regularizar seus pesos e medidas. A depender do que previa o contrato, que sofria alterações ao longo dos anos, o aferidor poderia aplicar e cobrar as multas, ou ainda remeter os infratores ao concelho local, que examinaria a questão.

Em Vila Rica foi muito comum, entre os aferidores, a indicação de um “caixa” que os auxiliava na inconveniente tarefa de fiscalizar os pesos e medidas. A renda era extraída, em parte, das multas aplicadas, mas também por taxas cobradas para confeccionar novos pesos e medidas, quando necessário, e ainda, quando eram os aferidores os denunciadores, recebiam a terça parte da venda de produtos apreendidos em armazéns irregulares. Nestes termos, estando o lucro do contrato condicionado ao rigor do aferidor, não é difícil imaginar os atritos que ocorriam; são abundantes, na documentação, as reclamações e denúncias de extorsão.²⁴⁵

A renda do ver provinha do contrato de inspeção do comércio da vila. Ao responsável por sua execução, fosse arrematante ou funcionário da Câmara Municipal, cabia observar a organização e o fornecimento de água nos currais dos comerciantes, a qualidade dos produtos vendidos nas feiras, a disposição de porcos e outros animais que, com frequência, encontravam-se soltos nas ruas de Vila Rica, as condições de funcionamento dos moinhos na região e as vendas de secos e molhados nas áreas de mineração. Além disso, deveriam também combater a prática de especulação com mantimentos, operada pelos chamados atravessadores, que

²⁴⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 54-56. No período colonial, cada vila ou cidade poderia adotar um padrão de peso e medida, o que gerava confusão e dificultava o comércio entre diferentes localidades. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 242.

armazenavam produtos com o propósito de manipular os preços. Em suma, o fiscal do ver deveria zelar pelo cumprimento do código de posturas da vila, confeccionado em 1720.²⁴⁶

Pelas razões já expostas, estes contratos foram unificados na prática, ou seja, o arrematante da aferição levava junto a renda do ver, apontando os mesmos fiadores e quitando os quartéis nas mesmas datas, terminando por fundir estes valores em um só registro, tornando inviável, ao historiador, fazer a separação deles a partir da década de 1740.

Gráfico 11 - Média das rendas da aferição e ver e meias patacas em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

O contrato das rendas da aferição e ver foi, ao longo de todo o século XVIII, o maior da Câmara Municipal de Vila Rica e, a partir da segunda metade da década de 1730, respondeu por mais da metade da arrecadação.²⁴⁷ Seu auge, em termos relativos, foi alcançado durante a

²⁴⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 56.

²⁴⁷ Em São João del Rei, durante a primeira metade dos setecentos, segundo os cálculos de Fernanda Fioravante, a maior fonte de receita da instituição era o contrato das meias patacas, em média, superior a 40% das rendas, resultado de uma maior atividade pecuária na comarca do Rio das Mortes. Cf. MATHIAS, Fernanda Fioravante

década de 1750, em que, por vários anos, respondeu por 70% do que se arrecadou.²⁴⁸ Em termos absolutos, esta renda acompanhou, com algum atraso, a flutuação geral das receitas, esteve em baixa até meados da década de 1730, estabilizando-se acima dos 4 contos de réis até o final da década de 1750, quando passou a acompanhar a tendência de queda gradual da arrecadação.

Este contrato era tão relevante para as contas da Câmara Municipal de Vila Rica que qualquer instabilidade que o envolvia, ainda que circunstancial, afetava drasticamente a instituição, reduzindo a receita e gerando endividamento ou suspensão de gastos importantes, como aquele destinado às obras públicas. Foi o que ocorreu em 1763, quando as rendas locais – que já vinham apresentando queda gradual desde 1757 – despencaram de cerca de 6,2 para pouco mais de 4,6 contos de réis, movimento provocado, não pelo conjunto das rendas, que no geral mantiveram-se estáveis ou, como a dos foros, apresentaram aumento significativo (de 60%), mas pela queda do contrato da aferição, de cerca de 4,2 contos de réis no ano anterior, para pouco mais de 1,3 contos de réis. A saída encontrada pelos camaristas foi economizar os emolumentos pagos a eles próprios, mas nos anos seguintes também seriam sacrificadas as obras públicas, que só voltariam ao padrão de 1763 – acima dos 2 contos de réis – a partir da segunda metade da década de 1780.

Uma possível explicação para estas oscilações circunstanciais encontra-se no seletivo grupo de arrematantes deste contrato, que frequentemente atrasava o pagamento dos quartéis. De modo geral, as rendas da instituição, seguindo o padrão de outras localidades importantes na colônia, ficaram a cargo de poucas pessoas ao longo do século XVIII. Em Vila Rica, dentre todos os contratos, foi o da aferição aquele que mais tendeu ao monopólio. Embora tenham se identificado, entre 1721 e 1789, 12 arrematantes – que, a partir de 1745, também se responsabilizaram pelo contrato do ver –, na prática o contrato foi monopolizado por Alexandre Pinto de Miranda, até seu falecimento em 1744, e Antônio Ferreira da Costa, até meados da década de 1780, com raros anos em que outros assumiram a função, muitas vezes amparados por estes indivíduos, como em 1749, quando o ganhador da disputa foi José Antônio Martins, aliado e afiançado pelo mesmo Antônio Ferreira da Costa.²⁴⁹

Kelmer. *Os bons homens das minas...* p. 93. O contrato, no entanto, não incidia sobre a pecuária, mas sobre o abate de reses no interior da vila, não reflete a produção rural, mas a venda e consumo de carne na localidade.

²⁴⁸ Em 1749, a renda da aferição e ver respondeu por 70,1% do total arrecadado pela Câmara Municipal de Vila Rica, em 1752, 70,7%, em 1756, 71,4%, e em 1759, 74,2%. O rendimento absoluto e relativo de cada uma das rendas da instituição, por ano, encontra-se no anexo IX.

²⁴⁹ Esta era uma prática comum, o mesmo Antônio Ferreira da Costa havia arrematado o contrato das meias patacas em 1742, e em 1743, afiançou no mesmo contrato seu irmão, Manuel Ferreira da Costa. No anexo XI há uma lista com todos os rendeiros citados nos acórdãos e livros financeiros da instituição.

O fenômeno que ilustra essa concentração dos contratos nas mãos de poucos ocorreu em 1746, quando Antônio Ferreira da Costa – que já havia arrematado o contrato das meias patacas em 1742, e afiançado seu irmão, Manuel Ferreira da Costa, na mesma renda em 1743 – arrematou a renda da aferição após o falecimento de Alexandre Pinto de Miranda – que dominava o referido contrato até então – e, conseqüentemente, se responsabilizou também pela cobrança do ver. Assim, Antônio Ferreira da Costa concentrava em suas mãos os principais contratos daquele ano, o que viria a se repetir em 1751 e 1752.²⁵⁰

3.2.1.2 *Meias patacas*

A renda da meia pataca incidia sobre a entrada na vila de gados destinados ao abate. Recebeu essa alcunha por seu custo corresponder, inicialmente, a 160 réis, valor que figurava na moeda chamada meia pataca. Ao entrar na vila, os condutores de gado deveriam declarar as cabeças que traziam e pagar o valor correspondente ao contratador. Em caso de irregularidades, este aplicava uma multa, os gados eram apreendidos e vendidos, e o contratador recebia dois terços do valor da multa e das apreensões.²⁵¹

Esta que foi, em média, a segunda maior renda da instituição, raramente ultrapassou os 2 contos de réis e tendeu a acompanhar, como a renda da aferição, a tendência geral de oscilação das receitas da Câmara Municipal de Vila Rica, correspondendo, em quase todas as décadas, entre 15% e 20% do total da arrecadação.

Até ao menos a década de 1730, a arrecadação do Concelho em Vila do Carmo não alcançava a metade do angariado pela Câmara Municipal de Vila Rica – em média, respectivamente 4,4 e 9,4 contos de réis – todavia, a renda da meia pataca era similar em seu valor absoluto nas duas localidades, correspondendo a pouco menos de 2 contos de réis, o que significa que, em Vila do Carmo, ela teve maior peso relativo, ficando acima dos 35%. Em Vila Rica, ao contrário, esta renda apresentou certa estabilidade, perdendo gradualmente seu valor

²⁵⁰ APM, CMOP 51, fl. 48v. Em 1758, esse acúmulo da aferição e ver e meias patacas deu-se nas mãos de Baltazar Gomes de Azevedo, e de 1785 a 1788, coube a José Manuel de Siqueira Martins esse quase monopólio. Em 1777 o contrato da aferição não foi arrematado, não tendo sido identificada, até a presente fase da pesquisa, a razão. A câmara acabou nomeando João Alves Couto para exercer a função de “administrador do direito da aferição”. Essa era uma prática comum com os contratos menores que, pelos baixos rendimentos, dificilmente eram arrematados, o que não era o caso da aferição. Neste ano, José de Souza arrematou a renda do ver por apenas 21\$500. Ver APM, CMOP 110, fl. 3v-4v. Esta também foi cobrada de modo independente à renda da aferição nos anos de 1738 e 1742, respectivamente por 340\$000 e 150\$000, menos de 3% das receitas.

²⁵¹ O imposto só incidia sobre reses destinadas ao abate, não incluindo vacas leiteiras, bezerros ou bois de tração. Segundo Russell-Wood, o valor do tributo foi elevado, em 1795, para uma pataca, equivalente a 320 réis. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 56.

ao longo da década de 1750, até cair abaixo de um conto de réis em 1761, para nunca mais retornar, rivalizando, a partir de então, com a renda dos foros. Esse movimento refletia a retração do setor de consumo da economia local, o que era compatível com os sinais mais agudos da crise aurífera.²⁵²

Durante todo o período estudado, apesar das dificuldades em identificar os responsáveis pela arrematação das rendas, nem sempre apontados nos registros financeiros, contabilizaram-se 18 arrematantes do contrato das meias patacas. Até o final da década de 1760, os nomes mais presentes eram os de Antônio Ferreira da Costa, que aos poucos concentrou-se no arremate da aferição, por ser a renda de maior expressão, abrindo espaço para Antônio Martins Dias, Baltazar Gomes de Azevedo e Luiz de Almeida Guimarães. A partir da segunda metade da década de 1770, o contrato da meia pataca concentrou-se, primeiro nas mãos de José Marques Guimarães, de 1778 a 1783, e depois nas de José Manuel de Siqueira Martins, de 1784 a 1788. Este também controlou a aferição e ver de 1785 a 1788.

As rendas fiscais, como aferição, ver, e meias patacas, refletiam, em qualquer localidade do Império português, o dinamismo econômico regional.²⁵³ Por isso, tendiam a oscilar de acordo com a flutuação geral das receitas. Como visto acima, isto ocorreu em Vila Rica com os contratos da aferição e das meias patacas, mas não com o do ver, que acabou incorporado ao primeiro.

3.2.2 Rendas menores

3.2.2.1 Carceragem

A renda da carceragem, ao contrário das supracitadas, não incidia sobre a fiscalização das atividades comerciais da vila, era obtida através da gestão da cadeia da localidade. Seu administrador obtinha lucros a partir da coleta de taxas cobradas de indivíduos presos e deveria garantir os custos de alimentação dos escravos encarcerados, basicamente milho e feijões temperados com sal, custeados por seus proprietários. Cabia ao carcereiro, indicado pelos oficiais da câmara, ou, nos anos em que a renda foi arrendada, pelo contratador, zelar pela higiene da prisão, cuidar do fornecimento de lenha, água e candeias. Além disso, o carcereiro

²⁵² Apesar da disparidade, as rendas destas duas câmaras municipais superavam, no período, o rendimento de outras importantes sedes de comarcas na região norte de Portugal, onde as receitas anuais oscilavam em torno de 2 contos de réis. Cf. BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.p. 111-113, 119.

²⁵³ SOUSA, Avante Pereira. *Poder local...* p. 157.

deveria assegurar a segurança dos presos, cuidar para que não fosse feito comércio dentro da cadeia, e garantir que a mão de obra dos escravos presos não fosse usada por terceiros.

A tarefa do carcereiro em Vila Rica, principalmente nas primeiras décadas, não foi das mais simples. Relatos de fugas e práticas ilegais no âmbito da prisão são abundantes na documentação, bem como as reivindicações dos arrematantes pedindo melhoria das condições físicas da cadeia, para que fosse viável a execução dos termos do contrato. Além das obras, a nomeação de um cirurgião dos presos, a partir de 1734, e o fornecimento de remédios custeados pela Câmara Municipal, amenizaram, em parte, a situação vivida pelos presos.²⁵⁴

Gráfico 12 - Média das rendas da carceragem e foros em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Por toda a dificuldade e responsabilidade que envolvia esse contrato, era mais difícil, para as pessoas dispostas a arrematá-lo, encontrar fiadores, o que acabou por reduzir o padrão

²⁵⁴ As paredes da cadeia, ao longo das primeiras décadas de funcionamento, eram feitas de pau-a-pique, portanto barro e bambu, o que facilitava muito as fugas. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 56.

exigido pelos camaristas, aumentando os problemas gerados por essa renda, como atrasos nos pagamentos, prisão dos contratadores e fiadores, fuga de carcereiros, entre outros.²⁵⁵

Foi possível identificar 12 contratantes da carceragem durante o período estudado. Esse número certamente foi maior, em função das lacunas que esforços de pesquisa futuros e a consulta a outros fundos documentais deverão sanar. De todo modo, ao contrário da renda da meia pataca, e similar à renda da aferição, o contrato da carceragem, embora menor, foi praticamente dominado por apenas dois indivíduos: entre meados da década de 1740 e meados da década de 1770, ficou a cargo, em quase todos os anos, de Antônio Serqueira de Araújo; a partir de meados da década de 1770, passou a ser arrematado apenas por José Mendes Pereira.

A renda da carceragem, apesar de cumprir importante função social em Vila Rica, do ponto de vista contábil, formava, junto com a renda dos foros, o conjunto das pequenas receitas da localidade. Embora tenha chegado a ser, até meados da década de 1730, a segunda maior renda da instituição – oscilando entre 1,5 e 2,5 contos de réis, ou cerca de 25% das receitas –, a partir de 1741, todavia, não ultrapassou mais o patamar de 600 mil réis, ou 10% da arrecadação local no período, reflexo das dificuldades de gestão da cadeia. Após 1777 este contrato tornou-se inexpressivo, não chegando a alcançar 100 mil réis anuais, desaparecendo dos registros após 1786.²⁵⁶

3.2.2.2 Foros

A renda dos foros, ou aforamentos, foi uma espécie de uma versão antepassada do atual Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU, um dos poucos tributos que ainda cabem ao município. No século XVIII, era uma quantia anual paga pelos moradores que possuíam imóveis dentro da sesmaria da Câmara Municipal, doada pelo rei.

Em muitas câmaras municipais coloniais importantes, como Salvador e Rio de Janeiro, esta parece ter sido uma das receitas de maior expressão.²⁵⁷ Deveria ser, se não a mais importante, ao menos a fonte de receita mais estável, já que incidia sobre a ocupação do solo,

²⁵⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 57.

²⁵⁶ A carceragem de Vila Rica, por sua complexidade e importância, merece um estudo específico. Em alguns períodos, o contrato parece não ter correspondido ao exercício anual dos camaristas e, em outros, as complicações no cumprimento dos prazos foi flagrante. Em 1746, por exemplo, há um registro de pagamento, feito em 9 de março, em que o fiador do rendeiro da carceragem acertou 22\$500 referentes ao segundo quartel da renda, vencido em 24 de janeiro daquele ano. Ou seja, o primeiro quartel data do final de outubro de 1745, e, portanto, o contrato foi arrematado, salvo alguma eventualidade não apontada na documentação, em meados de 1745. Apenas um estudo pormenorizado dos contratos, e não só do fluxo de caixa da instituição, como o presente, elucidará essas questões. Ver detalhes do exemplo em APM, CMOP 51, fl. 46.

²⁵⁷ BICALHO, Maria F. *A cidade e o império...* p. 202-208; SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 151.

variável que tende a oscilar mais lentamente ao longo do tempo. Durante as primeiras décadas de funcionamento da Câmara Municipal, em Vila Rica, ocorreu o contrário. O rendimento dos foros foi, além de baixo – raramente ultrapassou os 400 mil réis –, instável, devido aos inúmeros conflitos entre a Câmara Municipal e os primeiros moradores da localidade, que já possuíam seus imóveis na região antes da criação da vila, da instituição e, portanto, da doação da sesmaria, em 1711. Por serem alguns desses moradores também oficiais da câmara, não se tocou na questão até meados da década de 1730, quando, à redução das receitas da carceragem, somou-se a pressão do ouvidor pela viabilização da cobrança da terça régia, e fez-se nova confirmação da doação da sesmaria da câmara pelo monarca, empreendendo-se uma ampla revisão dos aforamentos da vila e concedendo isenções àqueles que provassem residir em imóveis cuja construção era anterior à criação da vila.²⁵⁸

Tabela 2 - Gastos com o ‘tombo’ da vila, pagos pela Câmara Municipal de Vila Rica entre 1737 e 1738

Ano	Recebedores	Serviço	Valor
1737	Fernando Leite Lobo (Ouvidor)	Juiz do tombo, salários	900\$000,0
1738	Antônio Falcão Pereira (Escrivão)	Escrita do tombo	870\$043,5
1738	Belchior R. Santos e Luiz G. Magro	Assistência do tombo	864\$750,0
1738	Fernando Leite Lobo (Ouvidor)	Juiz do tombo, salários	783\$375,0
1738	Alexandre Pinto de Miranda	Salários do tombo	245\$625,0
1737	Francisco Branco de Barros	Medição no tombo	60\$000,0
1737	Alexandre Pinto de Miranda	Lavrado no tombo	60\$000,0
1738	Francisco Pedro Duarte	Contar livros do tombo	60\$000,0
Total			3:843\$793,5

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códice 34, fls. 29v-36.

Sendo assim, ao contrário do que já se afirmou, em Vila Rica, como parece ter sido o caso também de Vila do Carmo, os foros não constituíram uma renda importante para a

²⁵⁸ Até a primeira metade da década de 1730, as receitas dos foros raramente chegavam a 400 mil réis. Após a reforma dos foros, raros foram os anos que estiveram abaixo de um conto de réis. Os detalhes anuais desta e das outras receitas encontram-se no anexo IX.

instituição, em termos absolutos, até ao menos o início da década de 1740.²⁵⁹ Em termos relativos, os foros só ganharam alguma importância no final da década seguinte, mais em função do decréscimo geral das outras rendas, em especial da meia pataca, do que por um aumento próprio que, pela natureza do tributo, manteve-se estável.

Com a reforma e a estabilização da renda dos foros que, a partir de então, raramente oscilou para menos de um conto de réis, pouco a pouco foi-se desenvolvendo e aperfeiçoando um método de cobrança, acompanhada de perto pelos ouvidores. Esta renda, ao contrário das demais, raramente foi entregue a terceiros; a cobrança ficava normalmente a cargo dos próprios funcionários do Concelho, o alcaide ou seu escrivão, o que não eliminava os problemas. Em 1757 e 1778, por exemplo, o valor que entrou em caixa, correspondente a essa rubrica, ultrapassou 1,6 conto de réis em função de atrasos nas cobranças dos anos anteriores.

Esta organização dos foros, mencionada na documentação como “tombo” da vila²⁶⁰, gerou uma despesa significativa com a remuneração das autoridades envolvidas que alcançou quase 4 contos de réis, conforme tabela 2.²⁶¹ Os maiores beneficiários da feitura do tombo foram dois nomeados régios, o cavaleiro da Ordem de Cristo e escrivão da câmara Antônio Falcão Pereira, e o próprio ouvidor, Fernando Leite Lobo, que recebeu sozinho 1:683\$375, pouco menos da metade dos gastos totais com o tombo. Apesar do grande investimento, os gastos com a regularização dos foros se pagariam em pouco menos de uma década. Para os camaristas e parte da população, significou um tributo a mais. Para os agentes régios locais, antes de tudo, uma oportunidade de uma renda extra.

3.2.2.3 Outras receitas

As outras rendas, última das categorias, correspondem às demais fontes de receitas da Câmara Municipal de Vila Rica, normalmente irregulares que, de modo geral, não representaram grandes cifras. Integram essa classificação: as diversas condenações que a instituição impunha aos moradores da vila, muitas vezes pouco detalhadas nos livros de receita e despesa; o estorno das glosas impostas à instituição pelos agentes régios, principalmente o

²⁵⁹ Sobre a referida afirmação, ver BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 116. Sobre os rendimentos em Vila do Carmo, até 1736, ver BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status...* p. 114.

²⁶⁰ Tombo é o “inventário autêntico dos bens e terras de alguém, com suas confrontações, rendas, direitos, encargos e demarcações.” Cf. SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1ª edição. Volume 2. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. pp. 783.

²⁶¹ Os pagamentos eram feitos em oitavas de ouro, e os valores convertidos em réis para efeito de contabilidade.

ouvidor; os empréstimos fornecidos pelo próprio tesoureiro, para cobrir anos de déficit; entre outras²⁶². O valor médio relativo desta rubrica chegou a 5,5% do total angariado no período e, na quase totalidade dos anos, os valores arrecadados não ultrapassaram os 200 mil réis.²⁶³

Houve, no entanto, alguns anos especiais – 1728, 1741, 1744, 1745, 1757 e 1766 – em que esta rubrica alcançou valores elevados, de 18% a 25% do total, as vezes acima de 1,5 contos de réis. Estes picos não são explicados pelas condenações ou pagamentos de dívidas,²⁶⁴ tampouco pela terça parte das condenações provenientes da almotaçaria – direcionadas ao cofre da instituição –, repassadas ao tesoureiro da câmara pelos rendeiros da aferição e ver, ou pelos próprios almotacés. Tais valores, quando muito, alcançavam os 200 mil réis, eram pagos com irregularidade e com muito atraso.²⁶⁵

A origem dos valores elevados desta rubrica, em alguns anos, está nas glosas do ouvidor, isto é, mandados executivos de cobrança gerados a partir da revisão anual das contas da instituição, feita por este agente régio. Os gastos considerados indevidos eram anulados, em parte ou na íntegra, durante o exercício fiscal seguinte, e os valores repostos aos cofres como receita especial, após embates que poderiam se estender por anos. Os alvos dessas cobranças eram, quase sempre, ex-oficiais e contratadores, portanto, membros da classe dominante e do seu setor dirigente. Em muitos casos, a cobrança ocorria através da execução dos bens dos

²⁶² As fintas, isto é, cobranças eventuais que as câmaras municipais poderiam fazer, para arcar com despesas específicas, parecem ter sido usadas com frequência nas câmaras municipais do reino e da colônia. Em Vila Rica, apesar das inúmeras despesas eventuais que recaíram sobre a instituição local ao longo dos setecentos, as fintas foram raras, até onde se pode verificar, ocorreram apenas nas décadas iniciais, em três ocasiões: entre 1712 e 1713, para reforma dos caminhos para a vila, que estavam dificultando a chegada de alimentos, e outra, em 1720, pouco antes da Revolta de Vila Rica, para a “feitura do tapanhuacanga”, possivelmente a abertura de um caminho para esta região, que contou com apoio de parte da classe dominante da vila; e em 1738, para remunerar os serviços de um capitão do mato. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Manuscritos*, 19, 2, 12, livro de 1711-1715. Coleção Casa dos Contos. fls. 15v-16, 20v-21v, 44v. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte*, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. pp. 129-130. APM, CMOP 39, fls. 56-56v. A explicação desse fenômeno pode ser encontrada no argumento de Donald Ramos, corroborado por Maria Aparecida Borrego, de que essa fonte extra de recurso era coibida por agentes régios, por representar uma ameaça à efetividade do controle régio e talvez por isso não tenha se tornado uma prática em Vila Rica. Cf. RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil. 1695-1726*. The University of Florida, 1972. p. 353; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas...* p. 140; ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 124-125.

²⁶³ As rendas obtidas com as condenações e demais fontes de receitas, para além das arrematações, também representaram valores inexpressivos em Salvador, ao longo dos setecentos. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 143.

²⁶⁴ As dívidas só alcançaram algum valor expressivo em 1744, quando se arrecadou de João F. de Oliveira o valor de uma dívida, não detalhada, de 1:390\$000. Cf. APM, CMOP 51, fl. 16.

²⁶⁵ Como, por exemplo, ocorreu no lançamento das terças-partes das condenações correspondentes ao ano de 1750, no valor de 264\$328, pagas apenas em 1751. Para este e outros exemplos de atrasos, cf. APM, CMOP 51, fls. 32, 49v, 66, 120, 142 e 310v.

devedores em praça pública, como em 1741, quando os bens do capitão Estevão de Souza Sandoval, vereador em 1732, foram a leilão:

Carrego aqui em receita viva ao tesoureiro deste Senado, Domingos João Ferreira, a quantia de trinta e sete mil e trinta e um réis, que tantos recebeu do procurador atual deste Senado, Manoel Rodrigues de Almeida, por este haver cobrado por execução nova que fez ao capitão Estevão de Souza Sandoval, dos bens móveis que lhe fez arrematar em praça pela quantia de vinte e sete oitavas de ouro, que abatidas destas a sobredita quantia, ficam ter mil e quatrocentos e sessenta e nove réis, que se fizeram de outras, a qual execução foi feita ao dito Sandoval, como procurador da câmara do ano de mil e setecentos e trinta e cinco, por ter sido glosado no dito ano pelo doutor corregedor que no dito ano tomou as contas da câmara. E de como recebeu o dito tesoureiro a dita quantia, assinou aqui comigo, Manoel Pinto de Queiroz, escrivão da câmara que escrevi e assinei.²⁶⁶

Foram, ao todo, 143 glosas encontradas entre 1721 e 1789, 109 delas envolvendo valores inferiores aos 100 mil réis, embora o montante tenha somado pouco mais de 13 contos de réis. Não por acaso estiveram concentradas entre as décadas de 1740 e 1750, período em que os ouvidores tentaram aumentar as receitas e, principalmente, coibir as despesas, para gerar um acúmulo em caixa que viabilizasse a implementação da terça régia.²⁶⁷ Para compreender os pormenores da disputa pelo orçamento local, é necessário passar à análise das despesas.

3.3 As despesas da Câmara Municipal

As despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, ou seja, tudo aquilo que era extraído dos cofres da instituição, em condição regular ou extraordinária, com o propósito de resolver uma demanda local ou para atender interesses que extrapolavam as fronteiras da vila e seu termo, seguiam um procedimento burocrático. Primeiro, os gastos tinham de ser apreciados em vereação – salvo os chamados gastos miúdos, feitos pelo procurador, reembolsados pela instituição no final do ano, que, ao todo, não somavam mais que 200 mil réis – e, se aprovados,

²⁶⁶ APM, CMOP 34, fl. 56.

²⁶⁷ Outras receitas expressivas compuseram, pontualmente, essa categoria: em 1737 e 1738, por exemplo, os rendimentos do legado de Henrique Lopes de Araújo, deixado à Câmara Municipal, renderam respectivamente 940\$384 e 1:198\$979; em 1748, Manuel Gonçalves Ferreira, que havia servido como procurador em 1744, e sido fiador da carceragem em 1746, foi executado em 500\$000; em 1760, o procurador da Câmara Municipal de Mariana reembolsou a de Vila Rica em 299\$570, pelas despesas feitas na condução de presos daquela cidade, que se encontraram em Vila Rica, até o Rio de Janeiro; e ainda uma receita pouco clara, relativa a repartição de águas de chafarizes, em 1775, no valor de 303\$600. Cf. APM, CMOP 51, fls. 32 e 39; APM, CMOP 51, fl. 79v; APM, CMOP 73, fl. 45; APM, CMOP 105, fl. 11v.

os camaristas passavam mandado de pagamento ao tesoureiro, a quem cabia efetuar a transação.²⁶⁸ O registro dessa operação, no entanto, era atribuição do escrivão da câmara.

Esses mandados de pagamento eram reunidos ao final de cada ano e lançados pelo escrivão em uma parte do livro financeiro da instituição. Cada um dos 3.329 lançamentos feitos entre 1721 e 1789 foram lidos, tiveram nomes, cargos e valores extraídos e revisados, e tudo isso foi sistematizado em um banco de dados que serve de base para o que se passa a expor.²⁶⁹

Era rara, em todo o Império português, a existência de câmaras municipais superavitárias, a regra parece ter sido o déficit.²⁷⁰ Em Vila Rica, as finanças oscilaram de acordo com a economia aurífera: correram soltas até a década de 1740, quando o ouro era abundante e a capacidade de arrecadação da instituição crescia ano após ano, tendendo ao déficit mais pelo descontrole nos gastos do que pelos limites de arrecadação; equilibraram-se no segundo cenário, entre as décadas de 1740 e 1760, quando, por razões políticas externas, gerou-se um *stock* em caixa de 1,4 vez a arrecadação anual; e, da década de 1760 em diante, em um cenário de crise da mineração, houve uma redução geral das receitas e despesas e um aumento do endividamento da instituição e do controle rigoroso das contas, que passaram a fechar, na quase totalidade dos anos, sem qualquer déficit ou superávit.

Se considerarmos apenas os 60 anos para os quais há dados completos de receitas e despesas, arrecadaram-se pouco mais de 442 contos de réis, e gastaram-se cerca de 444 contos de réis, um déficit insignificante, de cerca de 0,5%. Em geral, a regra perseguida foi, principalmente a partir da crise de 1763, gastar rigorosamente o que se arrecadou, nem mais, para não tornar necessários os empréstimos, nem menos, por já haver, nesse período, listas de credores, por serviços prestados e não quitados.²⁷¹

Se a Câmara Municipal de Vila Rica apresentou finanças que oscilaram, mas tenderam ao equilíbrio, com o que gastaram mais? Quem se beneficiou destes gastos? Qual o papel do rei

²⁶⁸ A partir da década de 1740, alguns gastos mais importantes precisavam, também, da autorização prévia do ouvidor, que residia em Vila Rica e passou a acompanhar, de perto, a movimentação da Câmara Municipal.

²⁶⁹ Ao longo da revisão das despesas, muito mais complexa e detalhada que as receitas, foi comum encontrar pequenas divergências entre a soma do escrivão da câmara, a soma do ouvidor e a soma da nossa revisão. Na quase totalidade dos casos, os valores eram inexpressivos, meio real ou um pouco mais, e provinham, ou de quebras, ou da falta de revisão das partes envolvidas. Nenhuma das divergências mostrou-se relevante a ponto de afetar a essência da análise e as conclusões deste trabalho.

²⁷⁰ BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965. p. 142. BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 297.

²⁷¹ As somas precisas foram, de arrecadação, descontado o ano de 1724, para o qual não se sabe a despesa, 442\$601\$487,7, e de despesa, 444:835\$475,7. Também não foram considerados, por falta de dados completos, os anos de 1711 a 1720, 1730 a 1733 e 1772. Constata-se um déficit mínimo de 2:233\$998. Os balanços, por ano, são apresentados no anexo VIII.

e seus agentes, da classe dominante local e do povo na definição das prioridades da instituição? Para responder a essas perguntas, é preciso apresentar as principais despesas e suas transformações ao longo do século XVIII.

As despesas foram classificadas em cinco categorias que, por ordem de importância eram: 1) propinas, salários ou *emolumentos*, pagos aos oficiais da câmara e funcionários subalternos; 2) as *obras públicas*, em sua maioria caminhos, calçadas, pontes, paredões e chafarizes; 3) as *festas*, incluindo todos os gastos com enfeites, vestimentas e iluminação para os eventos públicos regulares e extravagantes, em homenagem a membros da família real ou outros eventos de grande importância; 4) os *enjeitados*, remuneração paga normalmente às mulheres que criavam as crianças abandonadas na vila; 5) os *serviços* diversos, categoria ampla que abarcou, desde demandas solicitadas a terceiros pela instituição, como pintura de varas de juízes e almotacés, até a aquisição e reforma de utensílios, pagamentos de esmolas, gastos com condução de presos, aquisição de correntes, entre outros. Passa-se, agora, a uma descrição mais precisa de cada uma das categorias de despesas da Câmara Municipal de Vila Rica.

3.3.1 *Emolumentos*

Nesta categoria foram incluídos todos os gastos feitos com a remuneração dos oficiais camarários e ocupantes de ofícios subalternos ligados à Câmara Municipal, bem como as remunerações pagas pela instituição aos ouvidores e ao secretário do Conselho Ultramarino, mencionadas, vez ou outra nos documentos, como “salários”, “propinas”, ou, de forma mais genérica e imprecisa, “emolumentos”.

A rigor, os oficiais camarários – juízes ordinários, vereadores e procurador – não recebiam salários, mas auferiam as chamadas “propinas” pela participação nas festas anuais da vila, ordinárias – como a de Corpus Christi, a de São Sebastião e a do Anjo Custódio – ou extraordinárias – no caso de nascimento, casamento, ascensão ou óbito de algum membro da família real. Deixando em segundo plano, por um momento, o efeito simbólico dessas cerimônias, e analisando seus efeitos estritamente econômicos, eram razão de grande dispêndio. Nem tanto pelos gastos com a organização das celebrações em si – que, embora não fossem desprezíveis, eram compatíveis com o orçamento local –, mas pelos gastos que desencadeavam, principalmente, com estas “propinas” pagas aos camaristas, que responderam por 4 de cada 10 réis gastos pela instituição durante todo o período abrangido por este estudo.²⁷²

²⁷² Apesar da conotação pejorativa que o termo “propina” ganhou no Brasil atual, seu uso contemporâneo em Portugal, e nos países vizinhos da América Latina manteve-se próximo ao do período colonial, que era um

Há, entre os autores que já se dedicaram ao tema, a afirmação precipitada de que as festas seriam as responsáveis pelos principais gastos das câmaras municipais coloniais. Trata-se de uma confusão que se origina na leitura da aparência do gasto, em detrimento de sua essência ou finalidade. Estes emolumentos eram despendidos, em grande medida, com a participação dos camaristas nas cerimônias públicas locais, o que leva os autores a associarem esse gasto à festa, embora esse tipo de remuneração distancie-se, com clareza, da natureza dos outros gastos ligados à preparação das cerimônias, como a construção de estruturas em madeira e outros materiais, a limpeza e os enfeites, bem como o gasto com ceras. Essa confusão acaba por ocultar um elemento fundamental: o remanejamento de parte expressiva da riqueza municipal para uma classe social em detrimento das demais, que custeiam a instituição através das rendas. Portanto, os gastos ligados estritamente à organização das festas e outras cerimônias locais não estão entre os principais da Câmara Municipal de Vila Rica.

A identificação da origem exata das propinas, se oriundas da atuação dos camaristas nas cerimônias reais, ou se proveniente das festividades regulares da vila, como a de Corpus Christi ou do Anjo Custódio, é uma tarefa complicada. Quando o recebedor era o ouvidor, ou os funcionários subalternos da câmara, que também recebiam salários, a separação era praticamente impossível, porque, em muitas ocasiões, pela semelhança que havia nessas remunerações, o escrivão as registrava em um só pagamento, como um valor único, inviabilizando a identificação precisa de sua composição.²⁷³

Esta dificuldade provinha de uma prática administrativa que reforça o argumento de que salários, propinas e outras remunerações, na prática, eram tratados como gastos semelhantes. Um documento avulso ilustra essa prática, trata-se de uma lista de propinas do ano de 1766, na qual os camaristas incluíram, lado a lado, salários de funcionários subalternos

“presente ou dom em dinheiro, pano ou peça, que se dá a alguns oficiais, ministros e lentes por assistência ou trabalho.” Cf. SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza...* p. 515.

²⁷³ Camila Santiago, que estudou as festas na localidade, e Marilda Silva, que estudou a Câmara Municipal de Vila Rica, também encontraram a mesma dificuldade. Cf. SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais...* p. 97-101; SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. “Os gastos do senado da câmara de Vila Rica com festas: destaque para Corpus Christi (1720-1750).” In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Volume 2. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2001. pp. 491-492. Essa confusão entre gastos com festas e propinas gerou entendimentos equivocados, que associam a redução dos gastos com festas com o aumento dos gastos em obras públicas em circunstâncias específicas, como em 1744-45. É o contingenciamento das propinas que abre margem para o aumento das obras públicas. Cf. O equívoco consta em MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas...* p. 112-113. Uma análise mais aprofundada sobre as festividades na primeira metade dos setecentos em Vila Rica é feita em: SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A vila em ricas festas: celebrações promovidas pela câmara de Vila Rica (1711-1744)*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

e propinas pagas aos camaristas pela participação em festas, sem mencionar outros gastos relacionados à organização destas cerimônias.²⁷⁴

Gráfico 13 - Despesas com emolumentos e obras públicas em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

O gasto com os emolumentos, além de ter sido o mais alto da instituição, manteve certa regularidade ao longo do período, oscilando entre 3 e 4 contos de réis até meados da década de 1750 e, a partir da redução das receitas e consequente contração das despesas, acompanhou esta tendência, mantendo-se, no entanto, como principal gasto da instituição. Em toda a colônia os gastos dessa natureza parecem ter sido altos, conforme observou Avanete Sousa para a Salvador setecentista.²⁷⁵ Na vizinha Vila do Carmo a situação não foi diferente, entre 1711 e 1736, segundo Michele Brandão, os emolumentos consumiram 36% dos recursos

²⁷⁴ APM, CC, rolo 520, Cx. 64, not. 30633, Item 2. *Folha de propinas dos juizes e mais oficiais da Câmara do ano de 1766*. 30 de dezembro de 1766.

²⁷⁵ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 188-189.

da instituição, similares aos 37,7% do mesmo período em Vila Rica, e pouco abaixo da média geral de 40,4% para o período na mesma vila.²⁷⁶

É verdade que os valores não foram suficientes para enriquecer os indivíduos que compunham o setor dirigente local, até porque os mandatos anuais obrigavam um rodízio dos cargos. Todavia, não eram valores desprezíveis e, para alguns cargos, como os de escrivão, tesoureiro, ou mesmo para o ouvidor, poderiam, ao longo dos anos, gerar uma renda extra considerável.²⁷⁷ Para além disso, não resta dúvida de que, para a instituição, esses gastos representaram, mais que um peso, um obstáculo intransponível ao exercício do tão mencionado e pouco praticado bem comum.

Pelo volume e dano que causavam, esses gastos estiveram na mira dos agentes régios, principalmente dos ouvidores em Vila Rica. Como parte da estratégia de redução dos gastos para viabilizar a implementação da terça régia, a ordem do rei, datada de 26 de maio de 1744, regulou o pagamento de propinas aos oficiais camarários – incluindo o escrivão da câmara – que deveriam receber, cada um, 130 mil réis anuais.²⁷⁸ Esforços como estes marcaram o século XVIII em Vila Rica, mas não foram suficientes para reduzir o peso que essa rubrica representava para a instituição. Durante os primeiros anos da década de 1770, em meio à crise aurífera, a instituição, já endividada, recorreu ao monarca e seus agentes, em vão, para tentar solucionar o problema. Recebeu como resposta um diagnóstico, que vinculava, como era óbvio, o endividamento da instituição não apenas à crise aurífera, mas às altas propinas pagas aos próprios oficiais.²⁷⁹ Em suma, em Vila Rica, como em Salvador e Vila do Carmo, havia uma hierarquia entre os gastos locais, e a preferência foi para os pagamentos de salários, propinas e emolumentos²⁸⁰. O bem comum, como se observa, parece ter sido prioritário principalmente na retórica dos camaristas.²⁸¹

²⁷⁶ BRANDÃO, Michele. *Forjando status...* p. 127-130.

²⁷⁷ Cf. MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue...* p. 56. Sobre esse assunto, ver também BRANDÃO, Michele. *Forjando status...* p. 131.

²⁷⁸ VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p. 96-98; LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003. p. 62.

²⁷⁹ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais...* 97-101.

²⁸⁰ Parece-nos que os elevados gastos com propinas, destinadas pelos camaristas aos seus próprios bolsos, negam, na prática, qualquer sentido de bem comum. Oposto, em consonância com a retórica da classe dominante local, encontra-se em MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas...* p. 105.

²⁸¹ SOUSA, Avante Pereira. *Poder local...* p. 190.

3.3.2 Obras públicas

Os gastos com obras públicas compreenderam todo dispêndio feito com a edificação de prédios, calçadas, caminhos, pontes, chafarizes, ou mesmo reformas na cadeia, nos quartéis e na própria casa da câmara. Poder-se-ia dizer que era o elemento que comprovaria o zelo das câmaras municipais pelo chamado “bem comum”, porque, ao contrário dos emolumentos, as obras traziam certo retorno ao conjunto da população. Todavia, o argumento principal para criação das câmaras municipais, como lembra Edmundo Zenha, não era a necessidade de realização de obras e organização do espaço e da vida urbana, mas o barateamento dos custos de acesso à justiça, necessidade de quem possuía grandes cabedais e envolvia-se, com mais frequência em disputas desta natureza.²⁸²

Em Vila Rica, como em Salvador setecentista²⁸³, as obras públicas foram o segundo maior gasto do Concelho, consumindo, em média, 30% de seu orçamento. Em Vila do Carmo, os gastos com essa rubrica, ao longo do século XVIII, alcançaram quase o mesmo patamar, cerca de 25%.²⁸⁴ Dado o seu caráter elástico e, em geral, pouco emergencial, sua flutuação refletiu, de maneira inversa, o movimento do gasto principal, os emolumentos. O gráfico 13 mostra que, nos quinquênios em que se gastou mais com salários e propinas, investiu-se menos em obras públicas, e vice-versa. De modo geral, as obras maiores só costumavam sair do papel em casos emergenciais, ou quando intervinham ouvidores ou governadores. O maior exemplo disso foram aquelas obras que envolveram a própria Casa de Câmara e Cadeia.

As primeiras reuniões realizadas em Vila Rica, em 1711, foram improvisadas nas casas dos próprios camaristas. Em 1714, segundo Maria Aparecida Borrego, a instituição já contava com um prédio próprio, embora inadequado por não possuir cadeia.²⁸⁵ Em dezembro de 1718 a construção de uma nova Casa de Câmara e Cadeia foi colocada em praça e, após três meses, arrematada por Matias Henrique e Domingos Rodrigues, por 8.800 oitavas de ouro (13:200\$000), pouco menos que a proposta de João Ferreira Diniz, de 9 mil oitavas de ouro (13:500\$000). No entanto, o perdedor, que à época era o carcereiro, acabou ficando com a obra por desistência dos vencedores que alegaram não possuir fiadores e meios para realizá-la.²⁸⁶

²⁸² Sobre a premência da justiça sobre as obras públicas, ver ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 31.

²⁸³ SOUSA, Avanete Pereira. *O poder local...* p. 191.

²⁸⁴ Segundo EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013. p. 43.

²⁸⁵ BORREGO, Maria Aparecida. *Códigos e práticas...* p. 159-160.

²⁸⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. pp. 102.

Após pouco mais de um mês, em 20 de maio, no entanto, o contrato foi novamente colocado em praça e arrematado ao mesmo João Ferreira Diniz, desta vez por 11.300 oitavas de ouro (16:950\$000), ao que tudo indica, com apoio do então juiz ordinário Pascoal da Silva Guimarães, líder da Revolta de Vila Rica que tomaria as ruas da localidade em pouco mais de um ano. No início de 1720 a instituição passou ao comando do juiz ordinário João da Silva Guimarães, filho do referido Pascoal. Nesta ocasião foi ordenado que, para cobrir os custos da obra, os contratadores das receitas do Concelho efetuassem o pagamento de seus quartéis diretamente ao arrematante da empreitada da Casa da Câmara e Cadeia, João Ferreira Diniz, que, em 1720, seguia administrando o contrato da carceragem.²⁸⁷

O valor final da arrematação era demasiado alto, na cidade de Mariana, na década de 1760, orçou-se a construção de uma nova Casa de Câmara e Cadeia em 12:000\$000, e levou-se a cabo, duas décadas depois, por 14:800\$000.²⁸⁸ Isto, somado aos avanços e recuos que envolveram a arrematação, sugere a existência de uma fraude. O fato é que, no final de julho de 1720, logo após o fracasso do levante, o contrato da obra foi suspenso por ordem do Conde de Assumar, por não ter sido iniciada a obra, o contratador fugiu da localidade e seus fiadores, Ernesto Lamberto e Antônio Antunes Franquilha, tiveram de devolver as 4.535 oitavas de ouro que a Câmara Municipal já havia pago ao contratante.²⁸⁹

Poucos anos depois, em 1724, foi construído um novo prédio para a Câmara Municipal de Vila Rica, no morro de Santa Quitéria, atual praça Tiradentes, mas que também não contava com uma cadeia segura. Ao longo das décadas seguintes, a necessidade de construir um prédio mais adequado à instituição e à cadeia aparecia com frequência nas vereações. O problema só começou a ser resolvido durante a década de 1780 quando, por iniciativa do governador Luís da Cunha Meneses (1783-1788), foi projetada e executada a construção de um prédio de Câmara e Cadeia definitivo, que hoje abriga o Museu da Inconfidência.²⁹⁰

Outras obras importantes e caras como essa foram realizadas pela instituição, mas, ao contrário dos emolumentos pagos aos próprios camaristas, que mantiveram-se uniformemente

²⁸⁷ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. pp. 107-108, 123-124.

²⁸⁸ EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas...* p. 45.

²⁸⁹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. pp. 134-135.

²⁹⁰ Por iniciativa do governador, lançou-se, com apoio da Câmara Municipal, uma loteria para arrecadação de recursos para a obra. Os gastos elevados, já em contexto de intensa crise aurífera, e a superexploração da mão de obra escrava, serviram de argumento para que o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga atacasse, em versos das *Cartas Chilenas*, o referido governante, apelidado de “Fanfarrão Minésio”. Cf. GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Programa de Assistência ao Estudante, 2011. p. 14-15.

altos em todo o período, os gastos com obras caras concentraram-se em determinadas décadas. Dos 736 pagamentos relacionados às obras públicas, que somaram pouco mais de 138 contos de réis, apenas 58 (7,8%) superaram a quantia de 500 mil réis, e responderam por quase 40% de todo o gasto com esta rubrica, pouco mais de 52 contos de réis.

Gráfico 14 - Gastos com grandes obras feitos pela Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Essas grandes obras, com valor superior a 500 mil réis, foram um indicador dos momentos em que a instituição pode incidir mais sobre a vida cotidiana da vila, e coincidem, em parte, com os momentos de maior arrecadação, reflexo da condição da economia local. Ao longo da década de 1720, pesou sobre a Câmara municipal de Vila Rica a imposição de gastos com o aluguel de casas temporárias para as tropas regulares, pouco menos de 2,5 contos de réis, e depois, em 1728, mais 1,2 conto de réis para término da construção do quartel²⁹¹ na rua das

²⁹¹ Tem sido frequente a inversão da realidade para não a contrapor aos preceitos de determinada interpretação pós-moderna. Um exemplo disso ocorre com a explicação dada para o fato de os camaristas de Vila Rica terem agido no sentido de retardar a construção do quartel na vila, durante a década de 1720. Há quem tenha visto nesta

flores, e ainda pouco menos de 1 conto de réis foi destinado à construção da Casa de Fundição. Além disso, as obras do prédio da antiga Casa da Câmara e Cadeia, primeira no morro de Santa Quitéria, atual praça Tiradentes, consumiram, incluindo o desaterro da praça, feito por João Domingues Veiga, pouco menos de 9,5 contos de réis.²⁹²

Entre 1736 e 1745, o Concelho local destinou boa parte de seus recursos a obras de utilidade pública, que melhoraram a vida de parte significativa da população. Dos quase 35 contos de réis investidos em obras, pouco menos de 16 contos de réis (45%) foram empregados na construção ou reforma de pontes e caminhos, outros 5,3 contos de réis (15%) foram destinados à construção ou reforma de fontes e encanamentos. Gastou-se, ainda, pouco menos de 3 contos de réis com reformas no quartel.²⁹³

Durante a década de 1750, em meio aos primeiros sinais mais agudos da crise aurífera, ainda foram gastos mais de 33 contos de réis com obras públicas. Pontes, caminhos e calçadas somaram 22,6 contos de réis (quase 70%) de toda a rubrica. Foram gastos com a manutenção do quartel, pouco mais de 3,6 contos de réis, bem mais que os 2,2 contos destinados à conservação do prédio do Concelho e Cadeia.²⁹⁴

Entre as décadas de 1760 e meados da década de 1785 quase não houve grandes gastos com obras, apenas pequenos custos, em sua quase totalidade, ligados à manutenção de ruas, calçadas, entre outros, reflexo da crise que se abateu sobre a localidade. Apenas no final do período estudado, em função da construção da nova Casa de Câmara e Cadeia, é que foram retomados gastos significativos com essa rubrica.²⁹⁵

Apesar das cifras significativas nestes momentos, os gastos com emolumentos foram ainda maiores e, na maior parte do tempo, comprometeram, não apenas a viabilidade de se implementar a terça régia – projeto abandonado a partir da década de 1750, diante da intensificação da crise aurífera – mas também o gasto com obras públicas, que era, de todos, o mais flexível da instituição. Essa situação afetava os agentes régios, e foi um ponto de conflito

posição um ato de zelo pelo bem comum. Em todos os sentidos, e por todos os ângulos que se encare o problema, esta interpretação parece-nos descolar da realidade. Tratou-se, ao contrário, de uma posição assumida para preservar os interesses da classe dominante local e seu setor dirigente, que buscou frear, como pode, a consolidação das tropas regulares na localidade, o que ocorreu após a finalização da edificação do quartel. Cf. esta visão divergente em MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas...* p. 112.

²⁹² APM, CMOP 12 e 21.

²⁹³ APM, CMOP 34 e 51.

²⁹⁴ APM, CMOP 51 e 73.

²⁹⁵ A Câmara Municipal de Vila Rica gastou, entre 1784 e 1788, com os preparativos da arrematação da obra da nova Casa de Câmara e Cadeia, e pagamento de parcelas da obra, 6:085\$893,7. Cf. APM, CMOP 110, fls. 89, 91, 100, 108, 121 e 132.

durante quase todo o século XVIII. Em 1759, por exemplo, pouco antes do declínio geral das finanças, o ouvidor Francisco Ângelo Leitão, em sua revisão anual das contas, elaborou um parecer severo, exigindo que os camaristas priorizassem as obras públicas, alegando ser para isso que a instituição dispunha das prerrogativas de cobrança de determinados tributos, e não para remunerar os próprios oficiais, como ocorria há tempos.²⁹⁶

As obras raramente eram executadas pela própria instituição. Em Vila Rica, assim como na vizinha Vila do Carmo, esses contratos eram arrendados a quem os executasse por menor valor. Não cabe desenvolver, neste trabalho, uma análise aprofundada desses arrematantes, apenas apontar que, assim como no caso das receitas, os contratos de obras estiveram concentrados nas mãos de poucos indivíduos, tendência encontrada em outras vilas e cidades importantes.²⁹⁷ Como lembra Avanete Sousa para Salvador, estes contratos nem sempre eram a forma mais vantajosa para os cofres da localidade, pois abriam margem à execução de serviços de baixa qualidade.²⁹⁸ Os problemas com obras eram uma pauta muito frequente nas vereações em Vila Rica, ao ponto de se instituir, entre 1740 e 1770, o cargo de avaliador do Concelho, responsável pela fiscalização das obras em andamento, função exercida, em muitas ocasiões, pelo mesmo indivíduo que desempenhava as funções de arruador.

3.3.3 Festas

Os gastos com festas compreendem todas as despesas materiais realizadas com a organização de cerimônias locais, como a compra de ceras, a armação das igrejas, a aquisição de vestimentas, e até mesmo o custeio das músicas, sermões e missas, parte essencial desses rituais. É ponto pacífico na historiografia que, pela importância que eventos tinham nas sociedades de Antigo Regime, esta rubrica teria representado o principal gastos das câmaras municipais no Império português. Charles Boxer, em seu estudo clássico sobre os Concelhos de Goa, Macau, Salvador e Luanda, consolidou esse argumento, reforçado para a região mineira em trabalhos mais recentes. Trata-se de uma informação imprecisa, como já foi explicado, em linhas gerais, quando da descrição dos emolumentos. Confunde-se aquilo que é efetivamente gasto com a organização das cerimônias – que representou, em média, cerca de 10% dos gastos totais do Concelho de Vila Rica –, com as propinas que, justificadas retoricamente como parte destes rituais, serviam, na prática, para remunerar os oficiais da câmara, e por sua natureza,

²⁹⁶ O parecer, no entanto, não surtiu efeito. Cf. APM, CMOP 73, fls. 25v-26, 28-29.

²⁹⁷ Em Vila do Carmo, durante todo o século XVIII, apenas nove indivíduos arremataram 37,5% das obras (ou 134 das 357 obras). Cf. EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas...* p. 53, 74, 79-82.

²⁹⁸ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 191.

confundiam-se com os próprios salários destinados a funcionários subalternos da instituição, sendo pagos, muitas vezes, em um mesmo lançamento. Estes gastos, muito mais elevados, comprometeram, em média, cerca de 40% das receitas da Câmara Municipal de Vila Rica.²⁹⁹

Portanto, embora fossem gastos de natureza distinta, o principal, mais oneroso e questionável, era justificado, ano após ano, pelo gasto menor, efetivamente realizado com os preparativos necessários à realização das festas, que cumpriam uma importante função para manutenção e reforço da ordem social vigente. Na descrição do Áureo Trono Episcopal, cerimônia realizada em 1748 para comemorar a criação do bispado de Mariana, na antiga Vila do Carmo, o cronista descreveu uma postura curiosa assumida pelo novo bispo, Dom Frei Manuel da Cruz, que optou por não avisar os moradores locais de sua chegada à região, se não na véspera, para evitar que fossem feitas preparações longas e, conseqüentemente, custosas, incompatíveis com a decadência econômica que começava a ser sentida no lugar.³⁰⁰

Mais tarde, em 1786, parte dos camaristas de Vila Rica adotariam postura semelhante, reagindo às pressões do governador para que as festas anuais fossem realizadas.³⁰¹ De fato, os gastos com essa rubrica no referido ano, bem como no seguinte, superaram um conto de réis, consumindo 25% das receitas, muito mais que os 10% correspondentes à média histórica. A consequência do aumento circunstancial destes gastos gerou resistência por parte de quase todos os camaristas, porque sua consequência seria, como acabou sendo, o contingenciamento das propinas pagas aos camaristas. Este gasto, que nos anos anteriores oscilou em torno dos 2 contos de réis, foi reduzido a pouco menos de 500 mil réis em 1786, consumindo apenas 12% das receitas, menor valor em todo período estudado.³⁰²

²⁹⁹ BOXER, Charles R. *Portuguese society...* p. 143; BRANDÃO, Michele. *Forjando status...* p. 132. SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *Os gastos do senado da câmara...* p. 494-496.

³⁰⁰ ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. Vol. 2. p. 390.

³⁰¹ ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. Vol. 1. p. 35.

³⁰² Uma referência a essa disputa é feita nas *Cartas chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga, então ouvidor na comarca de Vila Rica. Dá-se a entender que as festas quebrariam a instituição, quando, na verdade, dinheiro havia, como teria dito o juiz ordinário “Alberga”, por pagarem, desde sempre, cerca de 40% aos próprios bolsos dos camaristas. “À força de temor o bom senado / Constância já não tem; afrouxa e cede. / Somente se disputa sobre o modo / De ajuntar-se o dinheiro, com que possa / Suprir tamanho gasto o grande Alberga. / Uns dizem que, da renda do senado, / Tiradas as despesas, nada sobra. / Os outros acrescentam, que se devem / Parcelas numerosas, impagáveis / Às consternadas amas dos expostos. / Uns ralam, outros ralam, mas que importa? / Todos os arbítrios dão, nenhum acerta. / Então o grande Alberga, que preside, / Vendo esta confusão, na mesa bate / E, levantando a voz, pausada e forte, / A importante questão assim decide: / ‘Há dinheiro, senhores, há dinheiro; / Vendam-se os castiçais, tinteiro e bancos, / Venda-se o próprio pano e a mesa valha, / Quando isto não baste, há bom remédio, / As fazendas se tomem, não se paguem / E, para autorizardes esta indústria, / Eu vos dou, cidadãos, o meu exemplo’.

Assim, ajustadas as imprecisões, as despesas destinadas estritamente a estas cerimônias foram as mais estáveis da Câmara Municipal de Vila Rica e sofreram pouco impacto face à redução da capacidade de arrecadação da instituição. Em parte, isso se explica porque, em sua maioria, estes gastos ocorriam com as festas anuais, ordinárias e, por isso, previsíveis. As principais eram Corpus Christi, Santa Isabel, Anjo Custódio e Nossa Senhora do Pilar, mas havia outras, como São Francisco de Borja, São Sebastião e o Te Deum Laudamus.³⁰³ O que causava aumentos pontuais nesses gastos eram as cerimônias extraordinárias, realizadas quando ocorriam nascimentos, núpcias, falecimentos ou coroações envolvendo a família real.

Nessas ocasiões extraordinárias, o montante despendido parece ter sido proporcional à importância do acontecimento e à condição financeira da instituição. O falecimento de um infante, por exemplo, gerava gastos mais modestos; a morte de um rei, por outro lado, resultava em uma despesa mais vultosa. Entre 1750 e 1751, por exemplo, registraram-se os gastos mais elevados de todo o período, alavancados pelas propinas pagas aos oficiais da câmara – superiores a 6 contos de réis –, que por sua vez, aproveitaram-se do *stock* em caixa, superior aos 10 contos de réis, consumido pelas longas e custosas exéquias de D. João V. Apenas com a preparação dos locais, aquisição de tecidos apropriados para o luto, remuneração dos músicos³⁰⁴ e confecção da urna funerária – que encontra-se em exposição na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto –, foram gastos mais de 4,5 contos de réis.

Seguiram-se ao luto as homenagens em torno da ascensão de D. José, que, apesar de mais modestas, contribuíram para acabar com as últimas economias locais. As obras públicas

/ Intentam replicar-lhe os camaristas / A tão baixos calotes nunca afeitos. / Mas ele, que não sofre mais instâncias, / As grossas sobrelhas arqueando, / Desta sorte prossegue, em tom azedo: / ‘Se os meus santos conselhos se desprezam, / Depressa vou dar parte ao nosso chefe. / Ah! pobres cidadãos, se assim o faço! / Já se me representa que vos sinto / Gemer, debaixo dos pesados ferros.’ / Só tu, maroto Alberga [trata-se do Dr. Gregório Pereira Soares de Albergaria, juiz ordinário em 1786], só tu podes / Desta sorte falar aos teus colegas! / Que importa que os acuses e que importa / Que os prenda, com grilhões, o duro chefe? / São ferros estes, ferros muito honrados, / Que a honra só consiste na inocência. / Apenas, Doroteu, o vil Alberga / Fala em queixa fazer ao nosso chefe, / De susto os camaristas nem respiram, / Quais chorosos meninos, que emudecem / Quando as amas lhe dizem: cala, cala, / Que la vem o tatu que papa a gente. / Mandam-se apregoar as grandes festas, / Acompanha ao pregão luzida tropa / De velhos senadores. Estes trajam, / Ao modo cortesão, chapéus de plumas, / Capas com bandas de vistosas sedas.” [...] “Ardem, pois, nas janelas de palácio / Duas tochas de pau, e sobre a frente / Da casa do Senado se levanta / Uma extensa armação, a quem enfeitam / Quatro mil tigelinhas. Meu Alberga / Aqui o prêmio tens, do teu trabalho. / Tu farás, de torcidas e de azeite, / Aos tristes camaristas, contas largas; / E as arrobas de sebo, que não arde / Desfeitas em sabão, mui bem te podem / Toda a roupa lavar por muitos anos.” GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*... p. 33.

³⁰³ APM, CMOP 73, fls. 25v-26, 28-29. Te Deum Laudamus, ou “A ti, Deus, louvamos”, são as primeiras palavras de um hino católico, cantado em ação de graças. Cf. ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas*... Vol. 2, p. 624.

³⁰⁴ Descontadas as propinas, os gastos que mais pesavam nas festividades ordinárias eram, como afirma Laura de Mello e Souza, a remuneração dos músicos, que frequentemente eram religiosos, como o padre Antônio de Sousa Lobo. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 30.

em 1751, convém notar, foram contingenciadas por estes gastos extraordinários, não chegando a somar 3 contos de réis. Curiosamente, quando o rei D. José faleceu, em 1777, não se registrou qualquer gasto que se aproximasse do observado em meados dos setecentos, o que corrobora a ideia de que, para além da importância do monarca, dois fatores contribuíram para o gasto exacerbado entre 1750 e 1751: primeiro, a existência, no cofre municipal, de um *stock* equivalente a 1 ano e 5 meses de arrecadação, fruto de um acumulo de uma década, provocado pelos ouvidores para viabilizar a implementação da terça régia; segundo, o argumento incontestável para a realização do evento – que foi, possivelmente, o mais caro realizado nas Minas setecentistas – foi o luto pelo monarca que, reinando de 1707 a 1750, comandou a estruturação do Estado em Minas Gerais. A consequência para os camaristas, no entanto, foi o recebimento de mais de 6 contos de réis relacionados às propinas pela participação na cerimônia, o que leva a crer que, por de trás das aparências, o tamanho do luto foi proporcional à resistência da classe dominante local à terça régia e ao apetite pelas propinas do Concelho.

3.3.4 Enjeitados

O gasto com a criação das crianças de até 7 anos, abandonadas pelos pais, chamadas à época de expostos ou enjeitados, coube à Câmara Municipal de Vila Rica, e era direcionado àquelas pessoas que, autorizadas pela instituição, responsabilizavam-se pela criação destes jovens. A tarefa recaía, normalmente, sobre as mulheres, inclusive a algumas escravizadas.

Em Vila Rica, as primeiras despesas dessa natureza foram registradas, de maneira isolada, durante a década de 1720.³⁰⁵ Só apareceram de modo recorrente nas contas do Concelho a partir de 1751, crescendo ano após ano até se tornarem, durante a década de 1770, a terceira maior despesa da instituição, atrás apenas dos emolumentos e das obras públicas.

O aumento das despesas da Câmara Municipal de Vila Rica relacionadas à assistência social, como esta relacionada à criação dos enjeitados, ocorreu em um momento de declínio da arrecadação, em meio aos primeiros sinais mais agudos da crise econômica provocada pela escassez aurífera na região. Na prática, como era de se esperar, os gastos com essa rubrica aumentavam à medida em que diminuía a produção aurífera e, portanto, a arrecadação do Concelho. Estes gastos chegaram ao seu auge entre 1766 e 1782, quando somaram em torno de um conto de réis anuais, o que representou um valor relativo crescente que alcançou, ao final

³⁰⁵ Foram registrados nos livros de despesas dois gastos isolados com enjeitados nos anos de 1723 e 1726, com os respectivos valores de 24\$000 e 200\$700. Cf. APM, CMOP 12 e 21.

do referido período, 30% dos gastos anuais da instituição. No último quinquênio abrangido por este estudo, mesmo estes gastos foram contraídos ao patamar que tinham na década de 1750.

O crescimento dos valores despendidos por esta rubrica, tardio em Vila Rica por ser atribuição conferida às câmaras municipais pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas, em locais que não dispunham de casa ou roda de expostos³⁰⁶, deu-se em prejuízo das obras públicas e dos serviços, que sofreram maior retração ao longo da segunda metade do século XVIII, não afetando os gastos com festas, de menor expressão e necessários à manutenção e reprodução da ordem social, e as despesas com emolumentos, que interessavam diretamente aos camaristas.

3.3.5 Serviços

Os gastos classificados como serviços foram aqueles destinados a remunerar terceiros por atividades prestadas à Câmara Municipal de Vila Rica. Trata-se de uma categoria ampla, que, por refletir a interação entre a instituição e a economia local, acompanhou de perto a flutuação do orçamento do Concelho, sendo duramente afetado pela crise aurífera a partir da década de 1760. São exemplos de gastos enquadrados nessa rubrica aqueles feitos com processos, diligências, condução de presos ao Rio de Janeiro ou outras localidades, realização de expedições militares contra quilombos ou execuções isoladas de escravos nos chamados “atos de resistência”, os serviços de organização do tombo da vila, entre muitos outros.

Estes dispêndios somaram cerca de 66 contos de réis, distribuídos em pouco mais de 900 ordens de pagamentos que apresentaram valor médio relativamente baixo, inferior a 80 mil réis. Por outro lado, assim como as obras públicas, refletindo as condições econômicas locais, foram significativos até o início da década de 1760, respondendo, em média, por quase 20% dos gastos do Concelho. A partir de então, deflagrada a crise, dentro e fora da instituição, os gastos com essas atividades caíram para, em média, cerca de 5% do total.

Os anos de ouro desta rubrica, por assim dizer, foram os de 1737 e 1738, quando, por iniciativa do ouvidor Fernando Leite Lobo, fez-se o tombo da vila, isto é, a revisão da concessão do uso das terras pertencentes à sesmaria da instituição a terceiros, provocando um aumento significativo no valor arrecadado pela renda dos foros. Foi justamente a remuneração dos envolvidos nesse procedimento que elevou os gastos com “serviços”, que oscilaram entre 4 e 4,8 contos de réis, destinados principalmente ao ouvidor e ao escrivão da câmara.

³⁰⁶ Sobre a natureza dessas atribuições, ver FERREIRA, Luciana Viana. *A criação de enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2011. p. 43.

Gráfico 15 - Despesas com serviços e criação de enjeitados em Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Pode-se observar que, a partir da segunda metade do século XVIII, os gastos com a criação de enjeitados e aqueles destinados à remuneração dos serviços foram inversamente proporcionais, ou seja, este parece ter, em alguma medida, contribuído para contingenciar o outro. A divisão dos gastos da instituição em categorias, tendo como base a natureza destes dispêndios, permitiu a identificação das prioridades da instituição, que parecem ter estado longe do ideal do bem comum. Mas essa divisão não elucidou todos os elementos contidos nessas despesas. Em meio a estas categorias, foram realizados gastos que tiveram, em comum, uma característica importante: extrapolaram os interesses locais.

3.4 A parte do rei

Dentre os assuntos debatidos pelos camaristas de Vila Rica, durante os setecentos, e os gastos que couberam à Câmara Municipal no mesmo período, havia aqueles de interesse meramente local, e outros que, pelo seu teor, extrapolavam a dimensão local, e, talvez pela importância econômica que Vila Rica e a capitania de Minas Gerais tinham no âmbito do

Império português, atendiam a interesses do próprio centro. Assim, gastos com a melhoria das calçadas da vila, o abastecimento de água ou a organização da festa de Corpus Christi, por exemplo, eram prerrogativas que geravam despesas que pouco ou nada interessavam ao rei. Por outro lado, prerrogativas como a arrecadação dos quintos e dos donativos régios, a realização de cerimônias reais, o combate aos quilombos, as ajudas de custo destinadas à reforma e à manutenção do quartel e da Casa de Fundição interessavam tanto ou mais à administração geral da capitania e do Império português, do que aos habitantes locais.

Gráfico 16 - Despesas locais e régias feitas pela Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Essa divisão segue o mesmo princípio que sustentou a divisão dos assuntos, explicada no segundo capítulo. Ancora-se na metodologia utilizada pelo escrivão Antônio Falcão Pereira, em 1736, que, contrário à implementação da terça régia na localidade, esquadrinhou todos os gastos da instituição, de 1721 até aquele ano, separando as despesas locais, que caberiam naturalmente à instituição, daquelas despendidas em nome do rei, chegando à conclusão de que os camaristas gastaram, com causas de interesse régio, cerca de um terço de seu orçamento, ou

seja, o equivalente à terça régia. Ou seja, demonstrou-se que, embora oficialmente não existisse, na prática o Concelho em Vila Rica já destinava ao rei um terço de sua arrecadação.³⁰⁷

Seguindo este método à risca, concluiu-se que, para todo o período estudado, em média, ao menos 1 a cada 9 réis gastos pela Câmara Municipal de Vila Rica destinou-se às causas régias, o que não parece muito. Este gasto, no entanto, oscilou muito ao longo do tempo, em função das mudanças políticas e econômicas ocorridas na região aurífera e no centro do Império português. De longe, os anos que sucederam a fracassada Revolta de Vila Rica foram de paralisia da instituição, face à imposição sobre a câmara do custeio do salário dos oficiais da casa da moeda, gasto de interesse régio que consumiu mais de 60% das receitas da instituição em 1721 e 1722, e pouco menos de 40% em 1723. Os dois primeiros anos foram os únicos, em todo o período, em que os gastos régios superaram as despesas com a localidade.

Entre 1727 e 1729, estas despesas voltaram a alcançar um patamar significativo, consumindo, em média, pouco menos de 25% das receitas, valor um pouco menor do que a terça parte que, pela lei, caberia ao rei. Em 1739, as despesas com o rei superaram os 28%. Nestes anos de alta, que nem se comparam ao cenário posterior à Revolta de Vila Rica, coube à instituição o custeio de aluguéis de casas para os soldados regulares e a ajuda de custo, dividida com a câmara vizinha de Vila do Carmo³⁰⁸, destinada à construção do quartel na rua das flores.³⁰⁹ Gastaram-se, ao longo de todo o período, entre construção e reparos no quartel, pouco menos de 13,7 contos de réis, dos quais 11,6 (ou 84%) antes da crise de 1763.

As despesas com as causas régias cresceram pela última vez em 1751, alcançando pouco mais de um terço dos gastos. A explicação, claro, foram as exéquias de D. João V. Não foram considerados gastos com o rei as propinas que, nesta ocasião, ultrapassaram os 6 contos de réis, por não terem sido consideradas despesas diretamente vinculadas às cerimônias. Contudo, se assim o fossem, os gastos com as causas régias teriam se aproximado do patamar paralisante dos anos iniciais da década de 1720, contraditoriamente não mais por uma imposição feita pelos agentes régios, mas por iniciativa do próprio setor dirigente local.

³⁰⁷ De acordo com nossos cálculos, foram gastos, no período abrangido por este estudo, pouco menos de 25% com causas de interesse régio. Isto posto e, não tendo sido encontrados os registros dos anos de 1724, e de 1730 a 1733, parece verossímil a argumentação do escrivão.

³⁰⁸ O Concelho de Vila do Carmo contribuiu com 1:800\$000 para obras no quartel. Cf. AHU, MG, cx. 16, doc. 79.

³⁰⁹ Em 1727, o peso dos gastos com a manutenção das tropas dos dragões, que, desde ao menos o início da década, estavam recaindo sobre o cofre da instituição, foram motivo de queixa dos camaristas ao monarca, que argumentavam, claro, que os gastos faltavam para investimentos em obras. As propinas, principal gasto da instituição, não foram mencionadas. Cf. AHU, cx. 10, Doc. 54, citado também por MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue...* p. 48.

A partir de 1752, os gastos com causas régias reduziram-se sensivelmente. Se, em média, até o ano anterior, consumiram 1 de cada 6 réis gastos pela Câmara Municipal, a partir de então passaram a consumir não mais que 1 a cada 12 réis, o que se explica não apenas pela crise da mineração, que reduziu a capacidade de arrecadação da instituição, mas também pelo deslocamento das receitas régias, que, com apoio das câmaras municipais, assumiram a forma de subsídios, como o régio e o voluntário. Ainda assim, os gastos com o rei não desapareceram: em 1769, Francisco Antônio Rebelo foi nomeado em um novo posto, o de sargento-mor do Regimento de Cavalaria Ligeira Auxiliar do termo de Vila Rica. Os camaristas louvaram a iniciativa, mas contestaram o fato de recair sobre o cofre da instituição o pagamento dos soldos deste militar.³¹⁰ Apesar dos protestos, o pagamento de 540 mil réis passou a ser quitado, em 4 parcelas anuais de 135 mil réis, e assim o foi até o final de 1784.³¹¹

Embora estes gastos com o rei tenham, em média, permanecido abaixo da terça parte das receitas que cabiam, por lei, ao monarca, e apesar de não ter sido implementada a sua cobrança, estes gastos régios, quando necessários, foram a prioridade da instituição. De modo geral, é verdade, foram pontuais, mas quando impostos à instituição, eram colocados à frente, inclusive, dos interesses financeiros imediatos do setor dirigente local, como nos anos iniciais da década de 1720, ou ao longo das décadas seguintes em gastos pontuais. O caminho escolhido para entender para que e a quem servia a Câmara Municipal de Vila Rica, para além da ideologia da classe dominante colonial – que, mais do que nunca, parece ressoar nas páginas de muitas teses e dissertações –, foi se debruçar, neste e no capítulo anterior, sobre o cotidiano camarário, as prerrogativas que a instituição ganhou e perdeu ao longo do século XVIII, a oscilação das suas receitas e, principalmente, com o que se gastou e que se beneficiou com seus gastos.

As prerrogativas, vimos, parecem ter oscilado mais por influência dos fatores externos do que, propriamente, pelas flutuações da economia aurífera, e refletiram mais os usos políticos que o centro do Império português fez das instituições e do setor dirigente local, do que a capacidade de mobilização e resistência destes. O exame das rendas mostrou que a maior parte da arrecadação foi intermediada por poucos contratantes, pertencentes a um estrato superior da classe dominante local, que não se envolvia diretamente com a administração, não integrava o

³¹⁰ SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais...* p. 186.

³¹¹ O pagamento do soldo das tropas, apesar dos protestos dos camaristas em Vila Rica, fazia parte da rotina de outras câmaras municipais importantes na colônia, durante o século XVII, como Salvador e Rio de Janeiro. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 126. Após as invasões francesas ao Rio de Janeiro, em 1710 e 1711, a câmara municipal local perdeu para a Real Fazenda, além de uma parcela de suas receitas, também uma parte importante de suas atribuições defensivas para com a região. Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império...* p. 315.

setor dirigente local, e que recaía, fundamentalmente, sobre o consumo, seja onerando o comerciante por meio da fiscalização, seja recaindo sobre o abate de reses, o que, de um jeito ou de outro, acabava sendo repassado ao conjunto da população, que consumia.

A análise das despesas mostrou-se muito mais reveladora do que a das receitas. Houve uma prioridade nos gastos feitos pelos oficiais camarários, que praticamente não oscilou ao longo dos cenários vistos. Em primeiro lugar, gastava-se com as causas régias, depois com a remuneração dos próprios oficiais e, por fim, cobertos gastos menores, porém pouco elásticos, como aqueles destinados às festas e à criação dos enjeitados e destinava-se o restante à construção e manutenção das obras públicas.

Os gastos com as causas régias eram impostos, de cima para baixo, pelos agentes régios. Eram demandas implacáveis, inadiáveis e, em grande medida, indiscutíveis. Em alguns anos, chegaram a consumir quase dois terços de toda a arrecadação – como em 1721 e 1722 –, provocando a paralisia da instituição. Apesar disso, como não se viabilizou, em Vila Rica, a cobrança da terça régia, estes gastos oscilaram muito, na maioria dos anos não chegaram a comprometer mais que 10% do orçamento. Oneraram mais a instituição até o final do reinado de D. João V, em meados do século XVIII, e voltaram a ter algum peso na primeira metade da década de 1780. Nesse intervalo, surgiram alternativas para que se aumentassem as receitas régias, que incidiram sobre a rotina institucional – portanto, sobre os assuntos discutidos –, como os subsídios voluntário e literário, cuja arrecadação, embora contasse com a participação dos camaristas, não era, assim como os quintos, contabilizada como receita.

Atendidas às demandas com as causas régias, pesadas, porém distribuídas irregularmente pelo tempo, passava-se à despesa mais volumosa e regular de todo o período, os emolumentos, que incluíam as propinas pagas e recebidas pelos oficiais camarários. Em termos puramente econômicos, esta foi a prioridade institucional; com exceção das demandas régias, todas as outras foram colocadas em segundo plano para beneficiar os camaristas. Por isso, e apesar das reclamações e protestos dos agentes régios, os gastos com essa rubrica perpetuaram-se e não perderam seu valor relativo, seguiram, mesmo nos momentos economicamente mais delicados para a localidade, consumindo cerca de 40% do orçamento.

Em terceiro lugar, tinham espaço os gastos menores, porém pouco flexíveis, destinados a suprir demandas locais básicas e inadiáveis, como a manutenção alimentar dos enjeitados ou a realização das festas anuais que, em uma sociedade de Antigo Regime, serviam para consolidar a ordem vigente e reproduzir a ideologia da classe dominante.

Por fim, o restante era despendido com as obras públicas, de longe a segunda rubrica mais expressiva da instituição, talvez a mais importante para a população, mas que, em definitivo, não foi priorizada pelo setor dirigente local. Por envolverem empreendimentos que demandavam, além de recursos consideráveis, determinado tempo e muitas fases, não foi muito frequente a quitação de uma obra em uma só parcela, ao longo de um só ano, e foram constantes os atrasos, tanto na execução das etapas, quanto na liberação dos pagamentos

Salvo condições emergenciais ou de interesse específico, as obras públicas eram demandas relativamente flexíveis, moldavam-se com menos trauma às contingências do orçamento. Os enfeitados, ao contrário, além de custarem pouco, pereciam sem os recursos; as festas, embora flexíveis, eram financeiramente pouco expressivas, causavam pouco impacto; os emolumentos e as propinas, que consumiam 40% do orçamento, embora totalmente flexíveis, eram pagos aos próprios camaristas, por isso raramente eram alvo de contingenciamento.

Portanto, a Câmara Municipal de Vila Rica, na prática, parece ter funcionado para atender às demandas régias, desde que estas não sufocassem, por longos períodos, necessariamente nessa ordem, os interesses do setor dirigente e da classe dominante local. Aqueles gastos que poderiam reforçar o zelo da instituição pelo “bem comum” parecem ter sido executados, salvo pressões externas, com as sobras dos orçamentos anuais, quando estas existiam. Para além da retórica dos camaristas, em termos concretos, atender ao “bem comum” não foi o sentido perseguido pela instituição.

4 O SETOR DIRIGENTE EM VILA RICA

Infeliz, Doroteu, de quem habita / Conquistas do seu dono tão remotas! / Aqui o povo geme e os seus gemidos / Não podem, Doroteu, chegar ao trono. / E se chegam, sucede quase sempre / O mesmo que sucede nas tormentas, / Aonde o leve barco se sossobra / Aonde a grande nau resiste ao vento.

(Atribuído a Tomás Antônio Gonzaga) ³¹²

O lamento atribuído ao ouvidor e poeta Tomás Antônio Gonzaga, direcionado a seu amigo e interlocutor, Cláudio Manuel da Costa – indivíduo que exerceu mais mandatos no concelho de Vila Rica ao longo do século XVIII, portanto, legítimo representante do setor dirigente local –, revela o quanto a distância do centro político do Império poderia ser prejudicial àqueles que dependiam do Estado para ascender politicamente.

Entre 1720 e 1770, ao que parece, a possibilidade de crescimento político local dependeu, quase que exclusivamente, da aproximação com o Estado. Tamanho era o controle sobre as esferas da administração local, incluindo os concelhos, que participar das instituições era colocar-se à serviço do projeto régio, o que, evidentemente, não elimina as vantagens e ganhos pessoais, como o acesso às propinas, informações privilegiadas, entre outros.

Os versos em epígrafe foram escritos em Vila Rica durante a segunda metade da década de 1780, às vésperas da Conjuração Mineira, quando o arranjo entre os interesses de alguns setores da classe dominante local e os régios, que havia predominado nas décadas anteriores, já havia dado lugar a um novo cenário. Viviam-se na colônia, àquela altura, os efeitos políticos das transformações ocorridas na metrópole por ocasião da ascensão de D. Maria I ao trono português. Na prática, fechou-se a máquina administrativa colonial aos filhos da terra, mesmo aqueles que estudaram na metrópole. Se nas circunstâncias anteriores, em que se buscava localmente a aproximação com o Estado português para se prosperar, e então a distância era uma inimiga dos habitantes da colônia, a partir dessas transformações a perspectiva passa a ser outra, de ruptura, e a distância se torna uma importante aliada.

Essas mudanças de perspectiva refletem, não apenas uma variação dos cenários, mas também uma transformação qualitativa e geracional dentro do setor dirigente local. Se ao tempo do pai, não havia alternativas, a não ser servir ao concelho, controlado pelo rei, e com isso reforçar, não apenas seus interesses, mas também o projeto colonial, ao filho abrem-se novas

³¹² GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Programa de Assistência ao Estudante, 2011. p. 26.

possibilidades, embora arriscadas. O objetivo desse capítulo é entender estas mudanças ocorridas no âmago do setor dirigente local, por meio de um estudo prosopográfico.

Em primeiro lugar, define-se historicamente o método prosopográfico, sua origem, seus objetivos, suas limitações e os detalhes de sua aplicação para o caso do setor dirigente de Vila Rica. Em seguida, decompõe-se este grupo em gerações, mostrando sua heterogeneidade, os interesses contraditórios por ele representados, e a transformação de sua composição ao longo das décadas, que esteve relacionada às diferentes gerações e cenários. Até então, procurou-se mostrar os aspectos gerais do funcionamento da Câmara Municipal de Vila Rica. Tudo isso, agora, passa a compor o pano de fundo, abrindo espaço para a análise pormenorizada do setor dirigente, isto é, daqueles indivíduos e grupos que controlaram o concelho local ao longo do auge e declínio do ouro no centro político de Minas Gerais.

A análise é pautada pelas premissas do método prosopográfico. Os indivíduos não são o foco, o estudo de suas trajetórias não são um fim em si, mas um meio de se compreender melhor uma determinada época. Por isso, não é só inviável estudar com profundidade a trajetória dos 334 indivíduos que exerceram cargos na *cúpula camarária estendida* do Concelho de Vila Rica, como desnecessário. Peter Burke, ao utilizar o método prosopográfico para estudar as elites de Veneza e Amsterdã, ao longo do século XVII, adotou estratégia semelhante, concentrou-se nos *procuratori de S. Marco* e em 25 doges. O argumento utilizado pelo autor, para sustentar este recorte, e que também se aplica a esta tese, é o de que não é necessário conhecer todas as estrelas da Via Láctea para compreender seu funcionamento, apenas as maiores, que exercem influência significativa sobre o sistema.³¹³

Partindo dessa estratégia, o grupo amplo será analisado de maneira breve e introdutória. Uma análise mais aprofundada será feita com o grupo considerado mais influente, isto é, que ocupou postos na instituição em mais ocasiões. Antes, no entanto, cabe apresentar um breve histórico do método prosopográfico.

4.1 Breve histórico do método prosopográfico

O termo prosopografia, do ponto de vista etimológico, designa a descrição das características externas de um corpo. Nas Ciências Humanas, é o nome dado a um método de

³¹³ BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 28.

pesquisa que consiste em levantar as características comuns de um grupo através do estudo coletivo da vida de seus integrantes, uma espécie de biografia coletiva.³¹⁴

O primeiro pesquisador a utilizar o método prosopográfico, ainda que de forma embrionária e sem nomeá-lo como tal, foi Émile Belot (1829-1886), francês, professor da Universidade de Lyon, em seu livro dedicado à história dos cavaleiros romanos. O termo foi empregado pela primeira vez para designar o método em 1897, na obra do historiador alemão Theodor Mommsen, intitulada *Prosopographia Imperii Romani*. A partir dessa obra, a palavra e o método difundem-se pela Europa, a princípio entre estudiosos ligados à História Antiga.³¹⁵

Originalmente, a prosopografia surgiu como uma estratégia para contornar a esterilidade das fontes documentais,³¹⁶ para pesquisar grupos facilmente identificáveis, porém pouco documentados, para os quais se tinha dificuldade em se obter análises mais profundas. Baseava-se no acúmulo de informações extraídas de fontes seriais, era utilizado como uma ferramenta para a história política. Com o advento da informática e o aumento vertiginoso da capacidade de processamento de dados, o método sofreu transformações profundas, admitindo também pesquisas massivas, a ponto de se achar, hoje, erroneamente, que ele se restringe ao estudo de grupos fartamente documentados.³¹⁷

A prosopografia vem sendo utilizada no âmbito da história social, com mais frequência, para se alcançar três propósitos: identificar as raízes da ação política encoberta pela retórica dos indivíduos; captar o funcionamento da máquina política a partir da reconstituição dos vínculos sociais e econômicos que a alimentava; e responder a questões sobre a natureza e estrutura do Estado.³¹⁸ Michel Bertrand, por exemplo, ao estudar o perfil dos ocupantes dos cargos financeiros da Nova Espanha ao longo dos séculos XVII e XVIII, acompanhou a

³¹⁴ Lawrence Stone define o método como uma “investigação retrospectiva das características comuns a um grupo de protagonistas históricos, mediante um estudo coletivo de suas vidas”. Cf. STONE, Lawrence. “Prosopografia.” In: STONE, Lawrence. *El pasado y el presente*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 61; ROY, Fernande; SAINT-PIERRE, Jocelyn. “A alta redação dos jornais de Quebec, 1850-1920”. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 204-205.

³¹⁵ BELOT, Émile. *Histoire des chevaliers romains*. Paris: A Durand, 1866; MOMMSEN, Theodor. *Prosopographia Imperii Romani*. Berlin, 1897; LALOUETTE, J. “Do exemplo à série: história da prosopografia.” In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 63.

³¹⁶ Fernande Roy afirma o contrário, diz que a prosopografia só pode ser feita a partir de grupos bem documentados, pois o método, hoje, seria limitado pela quantidade e qualidade das informações sobre o grupo alvo. Pondera ainda o problema com as amostras, haja vista a dificuldade de se definir se o perfil apontado por elas corresponde, de fato, ao perfil do grupo todo, ou se corresponde a uma seleção privilegiada. Cf. ROY, Fernande; SAINT-PIERRE, Jocelyn. *A alta redação dos jornais...* p. 205.

³¹⁷ BERTRAND, Michel. *Grandeur et misère de l'office. Les officiers de finances de Nouvelle-Espagne XVII-XVIII siècles*. Paris Sorbonne, 1999. p. 1.

³¹⁸ STONE, Lawrence. *Prosopografia...* p. 61-62, 69; ROY, Fernande; SAINT-PIERRE, Jocelyn. *A alta redação dos jornais...* p. 204-205; BERTRAND, Michel. *Grandeur et misère de l'office...* p. 2-3.

trajetória dos indivíduos com o propósito mais amplo de: 1) entender o funcionamento real da administração colonial, reconstruindo as hierarquias, o exercício do poder e a mecânica do aparelho administrativo colonial a partir do mergulho no cotidiano político e administrativo; 2) recolocar o grupo estudado em seu ambiente social, destacando as estratégias familiares, amizades, laços de dependência e proteção e a capacidade de conexão dos indivíduos no universo colonial.³¹⁹ Portanto, sejam quais forem os objetivos, o método pode contribuir com aqueles que trabalham com instituições, por partir da premissa de que uma ampliação da compreensão dos grupos que compõem determinado órgão faz progredir o entendimento sobre seu funcionamento e seus objetivos reais, que subsistem abaixo da retórica dos indivíduos.

Depois dos primeiros trabalhos, o método difundiu-se por toda a Europa nas primeiras décadas do século XX, em especial durante o período entre guerras, devido às múltiplas tendências que convergiam na vida intelectual daquele período.³²⁰ Em 1913, um estudo deste tipo foi desenvolvido por Charles Beard, tendo como alvo os pais fundadores e a constituição dos Estados Unidos. No ano seguinte, Arthur Percival Newton publicou um livro dedicado aos puritanos ingleses, utilizando o método prosopográfico. Ambos foram trabalhos pioneiros, mas as três grandes obras que projetaram a prosopografia foram: 1) *Structure of politics at the accession of George III*, de Lewis Namier, publicado em 1929 em Londres; 2) *Science, Technology and Puritanism in Seventeenth Century*, de Robert Merton, artigo publicado em 1938 no quarto volume da revista *Osiris*, da Universidade de Chicago; 3) *Roman Revolution*, de Ronald Syme, publicado em 1939 em Oxford.³²¹

Lawrence Stone, em estudo clássico, dividiu os trabalhos prosopográficos em duas tendências ou escolas: a elitista e a de massas. Os autores da primeira normalmente pesquisam grupos reduzidos, ligados ao poder político ou econômico e, por isso, quase sempre mais bem documentados. Preocupam-se em mapear as interações dos indivíduos, os vínculos familiares, o matrimônio, as relações econômicas e de poder. Lançam mão da genealogia, mapeiam as atividades comerciais e políticas, e costumam ater-se a estudos de casos e apoiar-se, de forma

³¹⁹ BERTRAND, Michel. *Grandeur et misère de l'office...* p. 8-9.

³²⁰ STONE, Lawrence. *Prosopografia...* p. 74.

³²¹ BEARD, Charles A. *An Economic Interpretation of the Constitution of the United States*. New York, 1913; NEWTON, Arthur Percival. *The colonizing activities of the English Puritans: the last phase of the Elizabethan struggle with Spain*. New Haven, Yale University Press, 1914; NAMIER, Lewis. *Structure of politics at the accession of George III*. London, 1929; MERTON, Robert. "Science, Technology and Puritanism in Seventeenth Century". In: *Osiris*. Vol. IV. Chicago: University of Chicago, 1938. pp. 360-632; SYME, Ronald. *Roman Revolution*. Oxford: The Clarendon Press, 1938. Cf. BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã...* p. 9. Os trabalhos se difundiram na Inglaterra graças à obra de Namier, e seus seguidores ficaram conhecidos como Coração Namier.

secundária, em dados estatísticos. O objetivo desses autores é, quase sempre, demonstrar o poder, a influência e as estratégias de reprodução do grupo estudado.³²²

Já os autores da segunda tendência, fortalecida graças aos avanços tecnológicos das últimas décadas do século XX, estudam os movimentos populares, preocupam-se mais com aspectos sociais do que políticos (ao contrário dos autores do primeiro grupo) e, por lidarem geralmente com grupos pouco documentados, costumam fazer perguntas mais amplas e superficiais.³²³ Estas tendências, apesar das diferenças, têm em comum o interesse maior pelo grupo, mais do que pelo indivíduo ou instituição. Peter Burke, em seu estudo sobre as elites de Veneza e Amsterdã ao longo do século XVII, reconheceu a maior eficiência do método quando aplicado à primeira tendência, isto é, à história das elites. Por outro lado, salientou o risco de estes estudos reforçarem uma visão de história vista do alto³²⁴, convertendo a análise em uma espécie de caixa de ressonância da ideologia dos grupos dominantes estudados, como se observa, com frequência, em parte da produção historiográfica recente.

A partir da década de 1950, houve uma nova onda de estudos prosopográficos, marcada por outros debates e preocupações.³²⁵ O principal embate deste período envolveu autores que utilizavam o conceito de *classes sociais* e outros que pretendiam contrapô-lo, defendendo a utilização do termo *elites*.³²⁶ Para Roland Musnier, adepto do segundo grupo, o correto, no caso da prosopografia, era identificar os grupos a partir dos critérios jurídico-institucionais da sociedade estudada, admitindo-se, para o Antigo Regime, apenas os termos *ordem* e *corpo*; Ernest Labrousse, no entanto, entendia esses critérios como construções ideológicas que escondiam as verdadeiras forças da sociedade, representadas pelas *classes sociais*.³²⁷ Há quem compreenda ser a prosopografia um método que não anula as paixões e ideias, mas neutraliza, retrospectivamente, a luta entre as classes.³²⁸ Há, de fato, esse risco, a depender do uso que o pesquisador faz dessa ferramenta.

³²² STONE, Lawrence. *Prosopografia...* p. 74.

³²³ Ibidem. p. 62-63.

³²⁴ BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã...* p. 9-10.

³²⁵ Como salienta Jacqueline Lalouette, a partir dessa segunda onda o método alcança a França e não se restringe mais à História Antiga, e é possível encontrar trabalhos que utilizam essa abordagem em todos os outros períodos históricos. Cf. LALOUETTE, Jacqueline. *Do exemplo à série...* p. 66-67.

³²⁶ CHARLE, Christophe. “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea.” In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 20-22.

³²⁷ BERTRAND, Michel. “La élite colonial en la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento en términos de rede sociales.” In: BÜSCHGES, Christian; SCHRÖTER, Bernd (Coords.). *Beneméritos, aristocratas y empresarios: identidades y estructuras sociales de las capas altas urbanas en América hispánica*. Madrid: Iberoamericana, 1999. p. 35.

³²⁸ STONE, Lawrence. *Prosopografia...* p. 73.

Se, por um lado, o conceito de *classes sociais* remete-se à relação entre indivíduos e grupos e à disposição dos meios de produção em determinada sociedade, a definição de *elites*, reintroduzida por sociólogos estadunidenses para contrapor o conceito de *classes sociais*, compreende a formação de determinado grupo como produto de uma seleção social ou intelectual, sem necessariamente se ater a uma base econômica. A preocupação dos adeptos das *elites* não está, portanto, na natureza econômica, mas na identificação dos espaços, mecanismos e princípios de acesso e reprodução das posições dominantes em diferentes tipos de sociedade. Esta tendência historiográfica, que rechaça as noções de *classes sociais* e *estratos sociais*, costuma colocar em seu lugar a noção de *redes*, que valorizaria a ação, as estratégias, alianças e solidariedades dos indivíduos enquanto atores sociais.³²⁹

O uso da noção de *elites* e *redes*, quando em oposição à concepção de *classes sociais*, pode conduzir a uma leitura voluntarista, supervalorizando o papel dos indivíduos, suas trajetórias e relações, em detrimento das forças sociais que restringiam suas ações. O risco é negligenciar o fato de que, mesmo os aspectos destacados pelos adeptos das *redes* – como as relações interpessoais, os vínculos de parentesco, amizade e clientela –, não ocorriam à margem do sistema produtivo de determinada sociedade, e que os indivíduos ocupavam posições, conscientes ou não, em relação à disposição dos meios de produção. Esse tipo de leitura ganhou novo fôlego, dentro e fora do método prosopográfico, em meio aos efeitos das mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas a partir da década de 1980.

Foi neste contexto, e movida pelas mesmas necessidades, que surgiu a micro-história italiana, abrindo novas possibilidades para o estudo das trajetórias individuais. Alguns autores, inspirados por essa nova perspectiva, têm desenvolvido uma espécie de prosopografia generalizada, entendendo-a como a soma de micro biografias, o que tem levado, com frequência, a leituras voluntaristas, dando centralidade aos indivíduos como protagonistas históricos, em detrimento dos grupos e classes sociais.³³⁰

³²⁹ SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*. Recife: Editora UFPE, 2012. p. 20-21. Definem-se redes como um conjunto específico de conexões entre um grupo definido de pessoas com a propriedade adicional das relações, consideradas como uma globalidade, podem ser utilizadas para interpretar o comportamento social das pessoas. Cf. BERTRAND, Michel. *La élite colonial em la Nueva España...* p. 42.

³³⁰ Nestes casos, o foco passa a ser, não o coletivo, mas o conjunto específico de conexões entre os indivíduos que integram as redes, utilizadas como forma de “superar o paradigma estruturalista”, superar as contradições entre “ordens” e “classes sociais”, concentrando a análise no que se define como “dinâmicas sociais”. Cf. BERTRAND, Michel. *La élite colonial em la Nueva España...* p. 51. São exemplos desta perspectiva os estudos recentes sobre as elites mineiras: BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo, 1711-1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de

Do ponto de vista político, essa prosopografia voluntarista, sob influência da micro-história, ganhou força nos anos de 1980 em meio à crise soviética, às mudanças da ordem econômica e social, e a uma certa leitura vulgar e simplificadora do marxismo. Na origem, seu surgimento foi alimentado pela necessidade de recuperar a complexidade da análise, renunciando a esquemas e generalizações grosseiras da realidade. Pretendiam-se resgatar as experiências individuais e coletivas frente às explicações oriundas das grandes sínteses, buscava-se, em tese, compreender a totalidade resultante da ação individual a partir da percepção de suas trajetórias, e entendia-se que os grupos eram entidades complexas e que não poderiam ser reduzidos a fatores econômicos ou políticos. Tudo seria social, e o foco da análise deveria estar nas diferenças, nos conflitos e, sobretudo, nas escolhas individuais.³³¹

De modo geral, parece-nos que os dilemas surgem porque, quando se reduz a escala, notam-se elementos antes invisíveis, ao passo que se perde de vista a dimensão de outros movimentos maiores, mais bem observados à distância. As abordagens influenciadas pela micro-história tendem a destacar os aspectos cotidianos e o papel dos indivíduos, e a enfatizar, em alguns casos de modo excessivo, os mecanismos de negociação e circulação, e a capacidade dos indivíduos de interferir amplamente nos sistemas aos quais estiveram submetidos. Havia limites para tanto, nem sempre perceptíveis nas microanálises, essa alteração no foco pode provocar distorções que reduzem a relevância e obliteram os mecanismos que atuavam sobre indivíduos e grupos no sentido de condicionar suas ações e possibilidades.³³²

É necessário diferenciar as análises profundas das superficiais, mesmo no campo do marxismo. Há, sem dúvida, contribuições vulgares que, de fato, simplificam a análise, não penetram nas estruturas por trás das aparências e limitam-se à sua descrição. A micro-história, enquanto resposta a essa simplificação, produz, de certa forma, uma análise profunda, mas pontual e, por isso, limitada pela redução de sua amplitude, pela ênfase no individual, no episódico, e pela sua dificuldade em alimentar modelos que não necessariamente cometam o mesmo erro de simplificar a análise, falsificando a realidade. Tais aspectos do método da micro-

Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009; MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 – c. 1750*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Em oposição, há autores que entendem que o método prosopográfico, por definição, deve ignorar o qualitativo, o individual e o excepcional. Cf. ROY, Fernando; SAINT-PIERRE, Jocelyn. *A alta redação dos jornais...* p. 205.

³³¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 8-11.

³³² REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 23; SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras...* p. 27-29.

história, se levados às últimas consequências, anulam a necessidade ou mesmo a utilidade da composição de modelos ou de generalizações no âmbito da análise histórica, destituindo, em última instância, o conhecimento histórico de qualquer sentido de utilidade social, para além da curiosidade, do pitoresco. O sentido da ciência histórica não é divertir ou ilustrar, mas o de revelar o funcionamento real das estruturas sociais, as origens e os fatores que contribuíram e seguem contribuindo para a manutenção das desigualdades nas mais variadas sociedades.

O método prosopográfico, quando absorve de maneira ponderada as influências do método da micro-história, tem o potencial de reunir o estudo do indivíduo e sua coletividade à análise do quadro mais amplo. Não despreza o papel do indivíduo, mas também não supervaloriza suas ações; não fabrica super-heróis ou grandes homens, mas também não apaga o indivíduo da história. Há quem veja a microanálise como um momento complementar e subalterno a um trabalho de síntese, que é necessário.³³³ Giovanni Levi, referência da micro-história, sustenta que não há incompatibilidade entre generalizações e História, desde que o historiador limite-se a generalizar as perguntas, não as respostas, que são singulares.³³⁴ Mas se todas as respostas são únicas e, se não cabem generalizações, qual o espaço para a teoria?

As generalizações são necessárias, mas devem ser feitas com equilíbrio e ponderação. Não é factível, por exemplo, associar indivíduos, em uma sociedade, unicamente por sua posição econômica. Embora este seja um ponto de partida importante, que não pode ser negligenciado, isto só não basta, porque não implica, necessariamente, no compartilhamento das mesmas opiniões e interesses.³³⁵ O que o indivíduo pensa, a princípio, não altera a realidade, mas pode influenciar suas opiniões, ações e os vínculos que estabelece com outros indivíduos.

Portanto, este trabalho é pautado pela compreensão de que os estudos prosopográficos não devem ignorar os indivíduos, mas se preocupar, prioritariamente, em compreender os processos, usando as trajetórias individuais como meio, não como fim em si.³³⁶ Concorde-se com Christophe Charle, quando recomenda o uso pragmático do termo elites, em complemento

³³³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro...* p. 19.

³³⁴ Ibidem. p. 16.

³³⁵ BERTRAND, Michel. *La élite colonial en la Nueva España...* p. 36. Em outras palavras, o problema parece estar na diferença que há entre a classe em si e a classe para si, ou seja, entre a existência e pertencimento potencial a uma classe social, com determinado posicionamento em relação à disposição dos meios de produção e a consciência da existência dessa classe por parte do indivíduo e o seu pertencimento a ela.

³³⁶ BULST, Neithard. "Objet et méthode de la prosopographie." In: GENET, Jean-Philippe; LOTTER, Gunther (Eds.). *L'État moderne et les élites, XIII, XVIII siècles: apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Sorbonne, 1996. p. 473; BORREGO, Maria Aparecida e Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 29.

à concepção de classes sociais.³³⁷ Ao que parece, há uma falsa dicotomia entre a concepção de elites e classes sociais, como há entre grupos, classes sociais e redes. O importante, segundo Michel Bertrand, é seguir o princípio básico da prosopografia: manter o interesse pelo grupo, mais do que pelo indivíduo ou instituição, pois o coletivo é a matéria prima da prosopografia.³³⁸

4.2 Detalhes da aplicação do método

Havia, dentro classe dominante local em Vila Rica, escravista, diferentes setores, com interesses distintos. A análise prosopográfica desenvolvida neste capítulo tem como grupo alvo o setor dirigente daquela localidade, ou o que se poderia chamar de “elite política”. Era o setor que, não sendo necessariamente o mais abastado, destacava-se por representar, com imprecisões, parte dos interesses da classe dominante na esfera política e administrativa local, ou seja, era o conjunto de indivíduos que esteve à frente da Câmara Municipal de Vila Rica.

Não era comum que os indivíduos mais abastados da região fossem eleitos para exercer funções no Concelho de Vila Rica. Isso ocorreu com mais frequência em momentos de crise, como o que antecedeu a Revolta de Vila Rica, talvez por esses indivíduos sentirem-se pouco representados nessas ocasiões, e apelarem à representação direta de seus próprios interesses. No geral, dedicavam seu tempo aos seus negócios, deixando a aliados menores a tarefa de defesa dos seus interesses junto à administração local. Havia, portanto, uma hierarquia entre o setor dirigente local e os indivíduos mais abastados da vila. Mas essa subordinação não era automática, pois estes dirigentes locais tinham interesses próprios – nem sempre coincidentes com os potentados locais –, e a própria composição deste grupo, em termos qualitativos, passou por profundas transformações ao longo do século XVIII.

A classe dominante mineira, durante o período colonial, guardava alguma semelhança com sua congênere, reinol, mas também apresentava diferenças importantes, pois estava no topo de uma sociedade profundamente distinta, marcada pelo ouro e pelo escravismo. Eram semelhantes por exercerem postos próximos aos agentes régios e integrarem uma sociedade patrimonialista, estamental e burocrática; também por disporem de uma vasta mão de obra subvalorizada; ou ainda por viverem no luxo e ostentação, e disporem do monopólio da propriedade da terra; por encaminharem filhas ao convento e darem aos filhos mais velhos o

³³⁷ CHARLE, Christophe. *Como anda a história social das elites...* p. 20-22.

³³⁸ BERTRAND, Michel. *Grandeur et misère de l'office...* p. 15.

poder, encaminhando os mais jovens, por vezes, à carreira eclesiástica; e também por perderem o poder financeiro e manterem a aparência.³³⁹

Já as diferenças, que são mais importantes para este estudo, foram principalmente: a distância em relação ao rei, e a pouca dependência direta do mesmo, haja vista que a classe dominante mineira era tributada e mantinha o fausto da corte; a nobreza portuguesa constituía-se por linhagem hereditária ou togada e a colonial adquiria a nobreza – com todas as ressalvas ao uso do termo em função de se tratar de uma falsa nobreza – através da riqueza e títulos nobiliárquicos; a portuguesa imitava a francesa, e a mineira tentava se espelhar na portuguesa, mas as realidades eram profundamente distintas, talvez por isso, a imitação soava falso.³⁴⁰

Estas diferenciações foram, claro, desenvolvendo-se gradualmente, na medida em que a sociedade mineira colonial se constituía. Se a primeira geração, que protagonizou a Guerra dos Emboabas, apresentava muitas características que a distinguia da classe dominante do reino, em outros aspectos, poderia se aproximar muito mais destas do que, por exemplo, a quarta geração local, que protagonizou a Conjuração Mineira, no final do século XVIII.

Portanto, tudo estava em movimento, inclusive os grupos. Para efeito de análise, o setor dirigente de Vila Rica, durante o período estudado, pode ser dividido em quatro gerações. Por não ser possível identificar com precisão o ano de nascimento da quase totalidade dos indivíduos, a definição destas gerações ganhou uma marca mais impositiva e, ao mesmo tempo, de aproximação. Haverá, certamente, imprecisões que só o tempo e o avançar das pesquisas e consulta a novas fontes poderão corrigir. Para um enquadramento aproximado das trajetórias individuais em cada uma das quatro gerações que marcaram o primeiro século da sociedade mineira, tomou-se como referência a vida política e administrativa destes indivíduos na localidade, ou seja, a época em que exerceram os cargos, principalmente na Câmara Municipal de Vila Rica. A partir da análise de algumas trajetórias mais bem documentadas, foi possível estabelecer, para cada uma das gerações, uma espécie de trajetória ideal. Após isso, por contraste, foram classificados os demais indivíduos.

De modo geral, o indivíduo aproximava-se do Concelho entre 25 e 35 anos, ocupando postos secundários ou, a depender de sua formação e recomendações, poderia até alçar, de início, as funções mais centrais, como de procurador ou vereador. Raramente era escolhido, de primeira, para o posto máximo de juiz ordinário. Nos anos seguintes, quando bem avaliado pelos seus pares e pelo ouvidor, retornava desempenhando posto igual ou hierarquicamente

³³⁹ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004. p. 274-275.

³⁴⁰ Ibidem. p. 274-275.

superior, até alcançar o cargo de juiz ordinário, quase sempre tendo acima de 40 anos. Não havia um limite rígido de idade para exercer os cargos centrais do Concelho, tudo dependia da condição de saúde do indivíduo, seus interesses e o reconhecimento que tinha de seus pares.

Algumas trajetórias mais bem documentadas servem de referência – não como modelo, mas como elemento de comparação –, como a de Antônio Ramos dos Reis, da segunda geração, Cláudio Manuel da Costa, da terceira geração, e José Dias Rosa Maciel, da quarta geração. O primeiro, por exemplo, só exerceu uma função de grande importância na Câmara Municipal de Vila Rica em 1720, quando foi vereador, mas sua aproximação, ainda que isolada, deu-se anos antes, em 1713, como almotacé. Retornaria muitas vezes nas décadas seguintes, e rejeitaria os cargos em outras ocasiões, até sua última eleição para juiz ordinário em 1757, e o derradeiro exercício do posto de almotacé no ano seguinte, como era o costume.

O segundo, Cláudio Manuel da Costa, possui a trajetória mais bem documentada dentre os mais influentes da terceira geração. Formado em Coimbra, retornou para a região e, primeiramente, exerceu o posto de almotacé em Mariana, em 1754³⁴¹. Depois, em 1758, já residindo em Vila Rica, exerceu a mesma função. Ausentou-se do Concelho local durante as décadas de 1760 e 1770 para exercer postos maiores junto ao governo da capitania, mas retornou à instituição no início década de 1780, e acabou sendo eleito novamente para o posto máximo de juiz ordinário em 1789, pouco antes de falecer, não assumindo o cargo, provavelmente em função das articulações para a Conjuração Mineira, já em curso.

A transição entre estas gerações não ocorria, de modo geral, através de solavancos. Foi comum que indivíduos de uma geração, comandando a instituição, fossem agregando gradualmente as lideranças mais novas, da geração seguinte. Não houve, portanto, uma linha rígida que dividiu estes indivíduos, mas tendências, aproximações. A exceção a esta regra ocorreu quando da transição da primeira para a segunda geração, em função de um acontecimento político: a Revolta de Vila Rica em 1720, gestada entre aqueles que controlavam direta e indiretamente os postos centrais da Câmara Municipal de Vila Rica. O fracasso do movimento e a repressão aos seus principais articuladores teria criado um vácuo na política local, ocupado por uma nova geração que, em parte, contribuiu para a repressão, e assumiu as principais cadeiras da instituição, auxiliada por manobras feitas pelos agentes régios. Ou seja, a quase totalidade dos indivíduos associados à primeira geração encerrou abruptamente sua participação na vida política da localidade em 1720. De modo mais flexível, a maioria daqueles que integraram a segunda geração, participou da Câmara Municipal de Vila Rica entre 1720 e

³⁴¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 81-83.

1750. Da mesma forma, quase todos os indivíduos pertencentes à terceira geração, aproximaram-se da instituição a partir da década de 1740, e nela permaneceram até a década de 1770. Por fim, a maioria dos integrantes da quarta geração assumiram postos a partir da década de 1760 e, ao que parece, tiveram sua vida política encurtada, como a primeira geração, em função do fracasso da trama insurrecionista que teve lugar em Vila Rica, em 1789.

Tabela 3 - Trajetória dos indivíduos que ocuparam postos centrais na Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789

Tempo no cargo	Indivíduos	%	Trajetória média (anos)
1 ano	172	51,5	6,7
2 anos	79	23,6	10,7
3 anos	27	8,1	22,8
4 ou mais	56	16,8	23,3
Total	334	100,0	-

Fontes: Cf. Anexos XII e XIII.

Obs.: A extensão da trajetória na câmara municipal de Vila Rica (média) é calculada a partir do ano da primeira ocupação de função na instituição, até o ano da última ocupação. Leva-se em conta, para tanto, postos secundários, como almotacé, cobrador dos quintos, fiança em contratos, entre outros. Ou seja, em média, aqueles que atuaram 4 anos ou mais em postos centrais da instituição, foram citados nas atas ao longo de pouco mais de 23 anos.

Tabela 4 - Gerações e indivíduos mais influentes da classe dirigente de Vila Rica

Tempo no cargo	Indivíduos	%	Trajetória média (anos)
1ª geração	10	12,0	6,8
2ª geração	28	33,7	21,8
3ª geração	28	33,7	28,2
4ª geração	17	20,6	27,3
Total	334	100,0	-

Fontes: Cf. Anexos XII e XIII.

Obs.: A extensão da trajetória na câmara municipal de Vila Rica (média) é o cálculo feito a partir do ano da primeira ocupação de posto na instituição, até o ano da última ocupação. Leva-se em conta, para este efeito, postos secundários, como almotacé, cobrador dos quintos, fiança em contratos, entre outros.

Através da leitura e sistematização de todas as informações presentes nos acórdãos e livros de receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, entre 1711 e 1789 – procedimento que deu origem aos dois bancos de dados que serviram de base para a elaboração do segundo e terceiro capítulos desta tese –, listaram-se 334 indivíduos que exerceram funções

centrais na instituição.³⁴² A maioria destes, evidentemente, o fizeram por apenas um (51,5%) ou dois (23,6%) mandatos, exercendo, portanto, influência muito limitada ao longo do tempo.

A minoria – 83 indivíduos, ou 24,9% – que exerceu funções centrais por três ou mais anos no Concelho de Vila Rica, também foi aquela que, em média, estendeu sua influência por um período maior, superior a duas décadas. Se se quer entender as razões para eclosão de revoltas gestadas no seio do setor dirigente local, em uma perspectiva ampla, que leve em conta a formação deste setor, deve-se centrar a análise sobre estes 83 indivíduos.

Delimitado o grupo politicamente mais influente em Vila Rica, ao longo do século XVIII, o próximo passo é definir quem exerceu mais influência em qual período ou, em outros termos, a qual geração pertenciam estes indivíduos mais atuantes. Há certa semelhança entre a segunda, terceira e quarta gerações, tanto em relação ao seu tamanho, quanto à extensão de sua influência. Ao contrário, a trajetória dos indivíduos da primeira geração foi peculiar, tanto por já estarem estabelecidos na região quando da criação do Concelho, portanto já possuírem vínculos e estratégias costuradas em um momento anterior à consolidação do Estado na localidade, quanto pela ruptura gerada pelo fracasso da Revolta de Vila Rica, em 1720, e a repressão desencadeada pelo governador, que, entre outras medidas, removeu das instituições locais a quase totalidade dos indivíduos influentes da primeira geração. Este fenômeno foi estudado em um trabalho anterior, por isso, passa-se à análise das gerações seguintes.³⁴³

4.3 A composição do setor dirigente

O século XVIII foi marcado, no cenário europeu, pela disputa anglo-francesa em torno da hegemonia continental. Uma série de conflitos militares – Guerra de Sucessão da Espanha (1701- 1714) e Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748) – separados por um longo período de trégua, opuseram as duas potências durante a primeira metade da centúria, até que, ao final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), os ingleses, vitoriosos, conseguiram consolidar o domínio que já vinha exercendo sobre a Europa e a América do Norte. Portugal, diante dos conflitos, e apesar de haver estabelecido acordos com os ingleses desde meados do século XVII – trocando benefícios comerciais por apoio político e militar – tentou, a todo custo, manter-se neutro, para preservar o território europeu frente à ameaça francesa e as colônias, que poderiam

³⁴² Como funções centrais entendem-se: juiz ordinário; vereador, procurador; escrivão e tesoureiro.

³⁴³ REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ser ameaçadas pelo domínio naval inglês. Nas situações limítrofes, em que a neutralidade não era possível, priorizou-se a preservação da colônia americana, pendendo para o lado inglês.

Do outro lado do Atlântico, nas colônias, outras mudanças profundas estiveram em curso. A revolução nas colônias britânicas do norte e a constituição dos Estados Unidos da América, em 1776, anunciavam o abalo do colonialismo moderno e o enfraquecimento do sistema colonial. Refletiam o amadurecimento do longo e tortuoso processo de tomada de consciência das classes dominantes coloniais, e a compreensão da oposição crescente entre seus interesses e aqueles que predominavam nas metrópoles europeias, contradição que, não demoraria, seria sentida e denunciada pelas ruas, casarões e tabernas de Vila Rica.³⁴⁴

O Império português, acompanhando as transformações europeias, passou por muitas mudanças, ao longo do século XVIII, que atingiram a capitania mineira. Em 1750 um novo monarca, D. José I, assumiu o trono português e, com ele, seu principal ministro de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), responsável por conduzir uma série de mudanças na administração lusa, com o propósito de modernizá-la. Muitas alterações causaram impacto positivo na sociedade colonial e mineira: além da racionalização da máquina tributária e da criação das companhias monopolistas de comércio, mudou-se a relação com a classe dominante local, que passou a acessar, com mais facilidade, postos mais elevados na máquina administrativa colonial, até então exercidos, em grande parte, pela nobreza reinol. Adotou-se uma nova conduta administrativa; aos agentes régios no ultramar passou-se a recomendar “prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar”.³⁴⁵

Houve, a partir de então, uma inflexão: a classe dominante colonial, até então afastada da alta administração local, passou a ser absorvida por ela, para além das câmaras municipais, sem, contudo, alcançar os postos máximos, como os de governador e ouvidor. Embora os moradores das colônias seguissem, em meio a uma realidade distinta, buscando as mesmas

³⁴⁴ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 3-4, 142-143.

³⁴⁵ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. “O Pensamento da metrópole em relação ao Brasil. Pombal a Luiz Pinto de Souza Coutinho.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 227, 1962. p. 56-61. Parte da racionalização tributária incluiu a criação da Real Fazenda, em Lisboa em 1761, e de uma Junta da Fazenda a ela subordinada, em Minas Gerais, no ano de 1765. Cf. VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais, (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 40; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 35.

formas de distinção praticadas no velho mundo, esta mudança política ocorrida em meados do século XVIII parece não ter aumentado as concessões de mercês para eles.³⁴⁶

De todo modo, esta nova política acabou por consolidar um pacto que vinha sendo costurado, em Minas Gerais, desde a década de 1720, envolvendo os agentes régios e uma parcela da classe dominante local. Na prática, reduziram-se os atritos entre estas partes, acomodando-se os interesses dos grupos locais, com os metropolitanos, apesar das contradições existentes. Este alinhamento de interesses, frágil, manteve-se com relativo sucesso até o final dos anos de 1770, apesar da intensificação da crise aurífera durante a década anterior.

Após o início do reinado de D. Maria I, em 1777, e a consequente atuação do ministro Martinho de Melo e Castro, promoveu-se uma reorientação da política lusitana, atingindo os interesses da classe dominante colonial. Em Minas Gerais, os governadores D. Antônio de Noronha (1775-1780) e D. Rodrigo José de Meneses (1780-1783), adeptos do reformismo pombalino, entraram em choque com a nova orientação administrativa, ampliando o fosso entre a realidade colonial e a percepção metropolitana. Os atritos entre o setor dirigente local, os agentes régios e a metrópole tornaram-se mais intensos ao longo da década de 1780, desfez-se o pacto preexistente, as insatisfações aumentaram e o desfecho foi a Conjuração Mineira.³⁴⁷

A classe dominante mineira, em especial a de Vila Rica, que se consolidou a partir da década de 1730, o fez em movimento convergente com os interesses régios na região. Seus membros eram, em sua maioria, de origem humilde, reinóis atraídos pela atividade mineradora, enriquecidos por ela e pelo comércio, e que ostentavam, em sua maioria, patentes militares de ordenança, que não era muito, mas o suficiente para promover alguma distinção no local. No decorrer do século XVIII, ocorreu uma transformação gradativa na composição da cúpula camarária em Vila Rica, houve, até a crise da década de 1760, uma redução da participação dos detentores de patentes militares, e um aumento dos bacharéis e licenciados formados em

³⁴⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

p. 280; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII.” In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 113; STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p. 217, 222, 230.

³⁴⁷ A relação entre elites locais e agentes régios mudou tanto que, em 1783, o governador Rodrigo José de Meneses e Castro mandou prender toda a cúpula camarária por não terem aprovado a fatura da construção de uma estrada pública que ligaria Mariana a Vila Rica. Cf. AHU, MG, caixa. 120, doc. 8.

Cânones ou Leis na Universidade de Coimbra, apontados, vulgarmente na documentação, como “doutores”, e que exerciam, na localidade, a função de advogados.³⁴⁸

A Universidade de Coimbra cumpria um papel importante na formação dos quadros dirigentes do Império português. Virgínia Maria Trindade Valadares defende que os estudantes, em Coimbra, eram formados para reproduzir o *status quo*, e que, de volta à colônia, tendiam a trabalhar alinhados aos agentes régios. Há quem discorde e sustente que esses estudantes, ao retornarem à América, nem sempre reproduziam as diretrizes apreendidas em Coimbra. Apesar da censura, as ideias revolucionárias que circulavam a Europa no final do século XVIII eventualmente os atingiam em Coimbra e, mesmo formados para compor parte da máquina administrativa lusitana, poderiam assumir, mesmo que de forma pontual, posições concorrentes ao interesse do monarca, sem que isso resultasse em conflito. Estes advogados eram tolerados, até certo ponto, porque o conjunto de suas ações causava mais benefício que dano ao rei.³⁴⁹

Portanto, houve, nas Minas Gerais setecentistas, uma segunda geração de dirigentes enquadrada ao modelo administrativo lusitano ao longo das décadas de 1710, 1720 e 1730. Uma terceira geração de camaristas que surgiu e se consolidou ao longo das décadas de 1740, 1750 e 1760, e que, além dos detentores de patentes militares de ordenança, era composta, em grande número, por advogados formados no reino que agiam, se não de acordo com os interesses régios, ao menos conhecendo bem os meandros da administração lusitana, e compreendendo os limites de sua atuação. A quarta geração, que viveu seu auge entre as décadas de 1760 e 1780, foi ainda mais influenciada pelas ideias que circulavam em Coimbra e pelas reformas pombalinas, mas também a que sentiu, de modo mais intenso, os efeitos da crise aurífera.

Nessa sociedade peculiar, era comum se deparar com situações que contrariavam os códigos sociais reinóis. Embora existissem os critérios da “pureza de sangue” e dos “defeitos mecânicos”, a realidade local, movida a ouro, relativizava estas características. Assim, o acesso às câmaras municipais da região parece não ter estado de todo fechado a mulatos ou indivíduos com passado próximo ligado a trabalhos manuais, principalmente nas primeiras décadas, em que a ausência de tradição era mais perceptível.³⁵⁰

³⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609- 1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 179; BOSCHI, Caio C. “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 4, n. 7. Rio de Janeiro, 1991. p. 107.

³⁴⁹ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume/PPGH/UFGM, 2004. p. 66-70, 192-193; Cf. VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas...* p. 285.

³⁵⁰ Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 372-373.

Integrar a cúpula camarária era importante para estes indivíduos, não apenas pelo poder instantâneo que passavam a ter, controlando as prerrogativas da instituição, dominando o cotidiano local, a arrecadação de tributos e, durante alguns anos, até mesmo os quintos régios. Também utilizavam estas passagens nos cargos do Concelho como pontos positivos em suas solicitações de mercês ao rei, e garantiam acesso às juntas convocadas pelos governadores, ondem eram encaminhadas as principais mudanças econômicas implementadas na capitania.³⁵¹

Em linhas gerais, a dinâmica social no Império português funcionava como um espiral ascendente. Servir à coroa e pedir recompensa era um meio de vida, uma estratégia de sobrevivência e de promoção. Para os grupos mais baixos, o desafio era conseguir as condições financeiras mínimas necessárias para servir ao rei. A lógica era simples: servir e obter recompensas que permitissem novos empreendimentos que, por sua vez, permitiriam recompensas maiores. Esta era uma estratégia que, se exitosa, aumentava a riqueza e o status do indivíduo. A diferença estava no ponto de partida: quem começava com uma baixa servidão, poderia ascender até certo ponto; quem começava em níveis mais altos, poderia ir mais longe.³⁵²

Dentre as funções passíveis de recompensa, as militares eram as mais importantes, e o meio mais rápido de acesso às mercês. A atuação em conflitos, ao lado dos interesses régios, eram exemplos de contribuições que abriam espaço para os pedidos de retribuição. Estas solicitações seguiam certo padrão: primeiro, eram destacados os feitos em momentos singulares, conflitos, guerras, entre outros; depois, reuniam-se os serviços prestados ao longo de vários anos, em diferentes esferas da administração, incluindo as câmaras municipais.³⁵³

Ao retribuir, em proporção inferior ao volume de serviços prestados, o rei conservava o Império português e mantinha sob controle uma parcela de seus vassalos. Mais do que uma economia do dom ou da mercê, tratava-se de um sistema de retribuição desigual, em que se restituíam, com recursos do Estado, as iniciativas particulares, em número sempre menor do que os serviços prestados.³⁵⁴

Isto posto, passa-se à análise do perfil dos 83 indivíduos que, distribuídos ao longo de quatro gerações, concentraram os principais postos da Câmara Municipal de Vila Rica, desde sua fundação, em 1711, até a repressão à Conjuração Mineira, em 1789. Esta definição ampara-

³⁵¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 35.

³⁵² RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 42.

³⁵³ Ibidem. p. 71-75.

³⁵⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 345-345, 349, 391 e 401.

se na historiografia e, principalmente, em um número expressivo de fontes primárias que alimentaram as fichas prosopográficas anexas a este trabalho, contendo informações sobre a origem dos indivíduos, suas famílias, atividades econômicas, formação, títulos, patentes, ligações com ordens religiosas, entre outros.³⁵⁵

O primeiro ponto a se observar, na definição do perfil dos membros da classe dirigente de Vila Rica, diz respeito à origem e à procedência dos indivíduos mais influentes, isto é, o local onde nasceram e os caminhos que percorreram antes de chegarem à região aurífera. Como é comum em estudos dessa natureza, não foi possível encontrar informações sobre parte significativa dos indivíduos. Ainda assim, parte considerável deles, até a terceira geração, nasceu na metrópole, a maioria no norte de Portugal, próximo às cidades do Porto e Braga. Um número menor veio das redondezas de Lisboa, acompanhando a tendência apontada por Carla Almeida para a vizinha Vila do Carmo.³⁵⁶

Tabela 5 - Origem dos camaristas mais influentes de Vila Rica, 1711-1789

Origem	1ª ger.	%	2ª ger.	%	3ª ger.	%	4ª ger.	%	Total	%
Reino	2	20,0	13	46,4	12	42,9	1	5,9	28	33,7
Colônia	0	0,0	1	3,6	5	17,9	1	5,9	7	8,5
Indefinida	8	80,0	14	50,0	11	39,2	15	88,2	48	57,8
Total	10	100,0	28	100,0	28	100,0	17	100,0	83	

Fontes: Cf. Anexo XII.

Entre os indivíduos nascidos na colônia, apenas José Corrêa Lima, da segunda geração, não era natural de Minas Gerais, mas de Olinda, Pernambuco. Todos os demais eram de Vila Rica ou Vila do Carmo. Apesar das indefinições, que inviabilizam qualquer indicação mais precisa que encerre a questão, principalmente em relação à primeira e à quarta gerações, algumas certezas podem ser estabelecidas: a) até ao menos a década de 1760, quando estourava a crise aurífera, o Concelho local era controlado por uma parcela considerável, provavelmente

³⁵⁵ Estes dados foram compilados a partir da análise das informações contidas nos acórdãos, correspondências e livros de receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, nas diligências de habilitação para a Ordem de Cristo e Santo Ofício, nos Registros Gerais de Mercês, Livros de Matrículas da Universidade de Coimbra e uma série de outros documentos avulsos disponíveis na Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino, juntamente com dados contidos em inventários e testamentos de alguns dos indivíduos.

³⁵⁶ Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 170-171, 179.

a maioria, de indivíduos nascidos no reino; b) a partir desse momento, cresceu a participação dos nascidos na terra entre os camaristas, que já eram, no mínimo, algo em torno de 20%.

Outro dado analisado para compor o perfil dos membros mais influentes da classe dirigente local foram os laços familiares e de parentesco, que se constituíam como a primeira identidade coletiva do indivíduo. Tanto na América portuguesa, quanto na espanhola, as famílias foram a base da organização social e política, sendo comum a formação de oligarquias em torno das câmaras municipais em diferentes partes do Império português.³⁵⁷ Segundo Charles Boxer, um número reduzido de famílias costumava se revezar em torno dos principais cargos dos concelhos, o que garantia a perpetuação de seus poderes.³⁵⁸ Em Salvador, por exemplo, havia seis famílias que concentravam parte do poder camarário, e usavam a instituição para manter e reproduzir seus privilégios e regalias.³⁵⁹

No entanto, isso nem sempre significou maior resistência ao poder central. Ao contrário, a formação das oligarquias era consentida e, ao que tudo indica, estimulada pelos agentes régios locais, por se tratarem de grupos que, frequentemente, procuravam associar a luta pela manutenção de seus privilégios, incluindo o acesso ao concelho e o controle de suas rendas, com o atendimento dos principais interesses régios, até o limite em que estas demandas, potencialmente contraditórias, fossem conciliáveis.³⁶⁰ Apesar das características fluidas e pouco arraigadas da sociedade de Vila Rica, e da ausência de tradição, foram se formando, aos poucos, certas tendências oligárquicas que, embora não desprezíveis, parecem não ter se enraizado tanto quanto as das sociedades litorâneas ligadas ao açúcar.

Um exemplo dessa articulação familiar, em Vila Rica, envolveu os Dias Rosa. Lourenço Dias Rosa pertenceu à segunda geração local, embora não tenha sido dos mais influentes, chegou a exercer, por duas vezes, o posto de vereador no Concelho, em 1738 e 1750. Graças ao ouro, seus filhos puderam estudar na Universidade de Coimbra e figuraram entre os quadros mais influentes da Câmara Municipal de Vila Rica nas décadas seguintes. José Dias Rosa Maciel ingressou na administração local como vereador, em 1761, e voltou como juiz

³⁵⁷ SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras...* p. 111-113.

³⁵⁸ BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 308-310.

³⁵⁹ Em Salvador, havia uma tendência de formação de oligarquias que tinham como base econômica a produção rural. Cf. SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. p. 111; SOUSA, Avanete Pereira. "Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII)". BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 317.

³⁶⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 371.

ordinário em outras seis ocasiões (1778, 1782, 1787, 1792, 1796 e 1799). Seu irmão, Antônio Dias Rosa Maciel, serviu como vereador em seis ocasiões (1779, 1797, 1801, 1803 e 1808).

Em certa medida, o exemplo dessa família ilustra as mudanças geracionais assistidas em Vila Rica. Os indivíduos da primeira e segunda gerações tinham em comum a origem reinol e, em geral, humilde. A análise das diligências de habilitação para a Ordem de Cristo de alguns revelam recusas associadas, principalmente, ao envolvimento de familiares com ofícios mecânicos. Por isso, os setores dirigentes coloniais, em Minas Gerais principalmente, em função das peculiaridades da sua ocupação, não podem ser considerados, em sua designação precisa, nobres ou fidalgos. As noções de “nobreza da terra” ou “fidalguia da terra” eram construções ideológicas da própria classe dominante colonial, funcionavam bem para distinguir os grupos mais poderosos na colônia, mas não tinham qualquer efeito jurídico efetivo e não significavam nada para além dos espaços locais. A atuação desta “nobreza” local também tendia a ficar restrita à baixa administração, mais especificamente aos concelhos locais.³⁶¹

A partir da década de 1720, ou da segunda geração em Vila Rica, cresceram as pressões pelo rigor em relação aos princípios de “limpeza de sangue” e “defeitos mecânicos”, e o caso de Antônio Martins Lessa ilustra bem os atritos dessa natureza na localidade. Nascido em Matosinhos, próximo ao Porto, não conseguiu o hábito da Ordem de Cristo por ter exercido, como seu pai, o ofício de sapateiro no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o que, em tese, não o deveria habilitar nem para o exercício de cargos nos concelhos locais. Contudo, não só o fez em Vila Rica, como foi um dos indivíduos mais influentes da primeira geração. Aproximou-se da Câmara Municipal em 1713, como almotacé e procurador em uma junta, função que voltaria a exercer no ano seguinte, quando também foi eleito procurador do Concelho, cargo que voltaria a exercer em 1717 e 1718. Em 1715, participou da cobrança dos quintos, a princípio com êxito, porque voltou a exercer a tarefa em 1717, 1718 e 1719. Representou novamente a instituição em duas juntas realizadas em 1717 e 1720, e encerraria suas contribuições em 1722, presidindo o Concelho como juiz ordinário.³⁶²

Mesmo indivíduos nomeados pelo monarca, enfrentaram problema similar, como Antônio Falcão Pereira, escrivão da câmara em Vila Rica entre 1732 e 1737. Natural de Lisboa, também teve a habilitação para a Ordem de Cristo recusada por ter tido avô materno alfaiate na metrópole, mas acabou conseguindo contornar a limitação e obteve o hábito.³⁶³ Situação similar ocorreu com outro nomeado régio, José da Silveira Miranda, escrivão da câmara em Vila Rica

³⁶¹ STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro...* p. 100-101, 171.

³⁶² ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 51, n.º 15.

³⁶³ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 49, n.º 1.

entre 1721 e 1727. Nascido em Santarém, no reino, também não conseguiu, em sua primeira tentativa, o hábito da Ordem de Cristo, por ter tido, além do avô paterno alfaiate, a avó materna como “mulher de segunda condição”.³⁶⁴

4.3.1 Advogados e ordenanças

A partir da terceira geração, duas novas características começaram a se destacar: a presença de naturais da terra no Concelho local, e a presença de “doutores”, como mencionados nas atas, isto é, indivíduos formados em Coimbra, normalmente em Cânones e Leis, e que atuavam como advogados na vila. Foram os casos de Cláudio Manuel da Costa, Manuel Manso da Costa Reis, Paulo José de Lana Costa Dantas, Pedro Teixeira da Silva Mursa e dos irmãos José e Antônio Dias Rosa Maciel. Em geral, eram os filhos do ouro. Seus pais ou tios, com baixa formação, fizeram fortuna com a mineração e, diante das possibilidades limitadas de estudo na colônia, acabavam enviando os filhos e sobrinhos para estudarem na Europa, frequentemente na Universidade de Coimbra.

A formação básica, no entanto, existia na colônia. Os filhos da classe dominante local tinham, à sua disposição, colégios jesuítas que preparavam os quadros religiosos, mas também os civis, judiciários e burocrático-administrativos. A primeira destas instituições, na colônia, foi criada em 1550, na Bahia. Quando os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses, em 1759, havia 17 destes colégios em funcionamento na América portuguesa. Além dos cursos propedêuticos, em algumas destas instituições eram oferecidos cursos de Artes (Filosofia) e Teologia, com duração de três e quatro anos.

Portanto, embora não se possa falar em universidades no Brasil colonial, como havia na América espanhola, e apesar do número limitado de alunos atendidos, o ensino superior, nos principais centros da colônia, era uma realidade muito limitada, mas existente para parte da classe dominante local. Apesar disso, só no final do século XVII o Estado conferiu estatuto civil a estes colégios, equiparando-os, portanto, às instituições congêneres do reino.³⁶⁵

O que se ensinava nesses colégios, tanto na colônia quanto na metrópole, era uma cultura clássica e formal, marcada pelo dogmatismo escolástico. Só na segunda metade do século XVIII, com a expulsão dos inicianos, ocorreu uma mudança de mentalidade e abriu-se

³⁶⁴ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra J, mç. 7, nº 22.

³⁶⁵ Até então, os alunos graduados em Artes em Évora, por exemplo, poderiam ingressar diretamente nos cursos de medicina, cânones e teologia em Coimbra. Se optassem pelo direito, bastava um ano de lógica, e não todo o curso de artes. Mas os graduados em Artes na Bahia eram obrigados a refazer o curso em Coimbra ou Évora, ou a passar por exames de equivalência. Cf. BOSCHI, Caio César. *Achegas à História de Minas Gerais (séc. XVIII)*. Porto: Universidade Portucalense, 1994. p. 12-14.

espaço às ciências físicas e naturais. Nesta ocasião, extinguiu-se quase toda a organização do ensino no Império português, as escolas dos jesuítas foram fechadas, e os bens e prédios desta ordem foram confiscados pelo Estado. No lugar criaram-se, com alguma dificuldade inicial, as chamadas aulas régias. Os cursos superiores ressurgiram com os franciscanos: em 1776, no Rio de Janeiro, no Convento de Santo Antônio, incorporando muitos leigos interessados; e em Olinda, no final do século XVIII, voltado especificamente à formação dos quadros religiosos.

Esta existência residual de ensino superior na colônia direcionava os filhos da classe dominante local, em sua quase totalidade, à formação superior na Universidade de Coimbra, onde eram formados os principais quadros da administração do Império português. Este quase monopólio da formação superior na metrópole, que contrastava com a realidade da América espanhola, não era uma contingência gerada ao acaso, mas parte de um projeto que pretendia reforçar a dependência colonial.³⁶⁶

Na sociedade mineira, marcada pela colonização tardia e efervescente e pela ausência de ordens religiosas, a precariedade das instituições educacionais foi ainda maior. Em 1721, o rei D. João V instituiu um mestre em cada vila, para ensinar os filhos homens a ler, escrever, contar e o latim. Pela resposta do então governador, Dom Lourenço de Almeida, que não acreditava ser viável educar “filhos de negras”, depreende-se que tratava-se de educar os filhos das classes trabalhadoras, dos escravizados ou homens livres pobres. Em Vila Rica não coube à municipalidade qualquer papel relevante no zelo pela educação, a análise das despesas da Câmara Municipal revela o caráter absolutamente eventual, descontinuado e insignificante destas ações. Na prática, os custos educacionais ficavam a cargo das famílias e das escolas domésticas, ou seja, restritos, na prática, à classe dominante e, quando muito, a um extrato médio, mais denso em Minas Gerais em comparação com o restante da colônia.

Em 1750 criou-se na recém-elevada cidade de Mariana, agora sede do Bispado, o Seminário da Boa Morte, atendendo aos interesses do papa, do rei e da classe dominante local, que passava a ter acesso mais cômodo ao ensino superior, ou mesmo uma preparação mais adequada aos filhos da terra que pretendiam seguir para Coimbra. Estes espaços, no entanto, não foram suficientes para frear a demanda dos mineiros por Coimbra, que só fez aumentar durante o século XVIII. Ao longo da década de 1750, os filhos de mineiros foram, dentre todas as regiões da colônia, os que mais vagas ocuparam na Universidade de Coimbra.³⁶⁷

³⁶⁶ Este argumento é mais bem elaborado em SANCHES, Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922. p. 137; BOSCHI, Caio César. *Achegas à História...* p. 17.

³⁶⁷ BOSCHI, Caio César. *Achegas à História...* p. 19-23.

Caio Boschi, usando como base o levantamento de brasileiros que passaram pela Universidade de Coimbra, feito por Francisco Moraes, apontou a matrícula, ao longo do século XVIII, de 1752 brasileiros. Destes, o grupo mais numeroso era o de baianos, 572, seguido pelo de fluminenses, 445, e mineiros, 347.³⁶⁸ Embora muito importante, esta análise tem limitações importantes, já que não inclui aqueles que, residentes na colônia, não eram nascidos nela. Em Minas Gerais, área de ocupação recente, a situação não era incomum.

Descontadas algumas ocorrências espaçadas durante as décadas de 1700 e 1720, um fluxo regular de mineiros em Coimbra se estabeleceu a partir da década de 1730, com aumento significativo na década seguinte, tornando-se, ao longo das décadas de 1750 e início da de 1760, o principal grupo da América portuguesa em Coimbra. Os números caíram significativamente a partir de então, embora o fluxo de brasileiros, principalmente do Rio de Janeiro e da Bahia, tivesse continuado alto. Se inserido um pequeno descompasso, não superior a cinco anos, tal flutuação parece acompanhar a oscilação da própria economia aurífera. No auge do ouro, em 1740, o número de mineiros matriculados em Coimbra subiu; na década de 1750, os primeiros sinais de estagnação foram sentidos, e refletiram bem a redução da capacidade de arrecadação da Câmara Municipal de Vila Rica, justamente quando o número de mineiros alcançou seu auge em Coimbra; por fim, o declínio aurífero, simbolicamente representado pela instauração da primeira derrama em 1764, coincidiu com a queda drástica e irreversível das matrículas de mineiros na Universidade reinol.

A maior parte destes mineiros passaram por Coimbra e encontraram uma instituição ainda sob efeito da escolástica, tiveram uma formação oficial essencialmente humanista. Após a reforma pombalina de 1772, mudou-se o foco para os estudos científicos. Em resumo, a terceira geração de Vila Rica, que frequentou Coimbra, fora influenciada pela escolástica, esteve mais vinculada às artes, literatura e poesia, como foi o caso de Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão e Inácio José da Alvarenga; a quarta geração, filha da reforma, pela sua nova formação, deve ter visto com mais facilidade e clareza os potenciais econômicos, hídricos e minerais da colônia, como foi o caso de José Vieira Couto e José Álvares Maciel.³⁶⁹

Os estudantes em Coimbra eram instruídos na mentalidade da obediência, obviamente a intelectualidade mineira não havia sido oficialmente forjada para se rebelar contra o rei, mas para servi-lo e legitimá-lo. Aqueles que retornavam para Minas Gerais, viam-se diante de uma contradição crescente: apesar da formação eclesiástica, tinham algum contato com as ideias que

³⁶⁸ MORAIS, Francisco. “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil.” In: *Brasília*. Suplemento ao volume IV. Coimbra, Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Brasileiros, 1949.

³⁶⁹ BOSCHI, Caio César. *Achegas à História...* p. 25-27.

circulavam com mais liberdade para além das fronteiras católicas europeias, eram, em alguma medida, ilustrados, defendiam as luzes, porém, por força da formação oficial e das circunstâncias, não rompiam com o absolutismo. Pretendiam-se modernos, mas preservando o arcaico. Queriam liberdade, sem renunciar ao escravismo, do qual se nutriam. Estas contradições latentes vieram à tona e mostraram-se insustentáveis durante a década de 1780.³⁷⁰

O diploma abria portas, dava acesso a privilégios no reino e nas colônias. Os letrados eram vistos em Portugal e nas colônias como representantes qualificados dos interesses régios. Entre eles, predominavam os advogados, vistos como uma casta, ocupando a maioria dos cargos administrativos do governo e as funções judiciais. Os médicos também eram influentes. A burocracia da magistratura tornou-se o bastião da autoridade real, fortalecendo-se desde finais do seiscentos. Os letrados serviam em tribunais como escrivães e secretários; como notários nos ministérios da coroa; no reino ou no ultramar, serviam como corregedores e ouvidores, e até como intendentes das minas de ouro, além, claro, das câmaras municipais.³⁷¹ Assim, estudantes reinóis e ultramarinos misturavam-se em Coimbra, recebiam a mesma formação. Forjava-se, ali, uma burocracia luso-brasileira modernizadora e ilustrada, à serviço de um novo projeto político, que se desarticulou em definitivo após a morte de D. José I e o fim do ministério pombalino, em 1777.³⁷²

Tabela 6 - Titulação dos indivíduos mais influentes do setor dirigente de Vila Rica, por geração, 1711-1789

Títulos	1ª ger.	%	2ª ger.	%	3ª ger.	%	4ª ger.	%	Total
Militares **	6	60,0	16	57,1	17	57,1	14	77,6	52
Doutores **	0	0,0	0	0,0	11	35,8	2	11,2	12
Sem títulos	8	80,0	14	50,0	11	39,2	15	88,2	48
Total	10	100,0	28	100,0	30 *	100,0	18 *	100,0	86 *

Fontes: Cf. Anexo XII.

(*) Dois indivíduos da terceira geração, e um da quarta geração foram citados nos acórdãos, ora como detentores de patentes militares, ora como doutores, bacharéis ou licenciados. Por isso, o total ultrapassa 83 indivíduos.

(**) Os indivíduos classificados como detentores de patentes militares eram, em sua quase totalidade, aqueles que integraram não as tropas regulares, mas as ordenanças. Os chamados doutores, para utilizar a terminologia presente nos acórdãos, eram bacharéis e licenciados na Universidade de Coimbra ou em outras europeias.

³⁷⁰ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas...* p. 66-70.

³⁷¹ Ibidem. p. 255.

³⁷² Ibidem. p. 263-264.

Embora não houvesse uma oposição clara entre detentores de patentes militares e indivíduos com formação em Coimbra, em Vila Rica estes casos foram muito raros, só encontramos três em todo o período estudado: o de Manuel Manso da Costa Reis, que frequentou a Universidade de Coimbra entre os anos de 1737 a 1742 com matrícula em Cânones e que, em 1770 ocupou o posto de sargento-mor da Ordenanças de Vila Rica; o de Inácio Mendes de Vasconcelos, citado nos documentos do Concelho como licenciado, além de também ocupar o posto de sargento-mor; e Jorge Duarte Pacheco que, nos acórdãos, foi citado como licenciado e também obteve as patentes de tenente, capitão e, por fim, tenente-coronel. Os dois primeiros indivíduos eram da terceira geração, e este, da quarta geração.

Os detentores de patentes militares foram maioria entre aqueles indivíduos mais influentes da instituição, ao longo de todas as gerações. Tiveram sua hegemonia ameaçada durante a terceira geração, composta por 11 indivíduos que passaram pelos bancos da Universidade de Coimbra, dentre os 28 mais influentes que a compunham, e que chegaram a ser maioria nos últimos anos da década de 1750, mas parecem ter perdido espaço novamente para os militares com a intensificação da crise aurífera nos primeiros anos da década seguinte. Ao longo da quarta geração, apenas dois indivíduos tiveram passagem por Coimbra.³⁷³

4.3.2 Mineradores, agricultores e comerciantes

O perfil econômico do setor dirigente local de Vila Rica não oscilou muito ao longo do século XVIII. Durante as primeiras décadas, os interesses dos mineradores estiveram mais bem representados no Concelho local. Com o declínio dessa atividade, a partir da segunda metade da centúria, comerciantes, fazendeiros e rentistas ganharam espaço.³⁷⁴

Identificar essa mudança com precisão não foi tarefa simples, pois entre a classe dominante mineira predominou a diversificação de investimentos, que se tornou mais intensa à medida em que se aprofundava a crise aurífera. Em Vila Rica era difícil encontrar potentados que ganhavam a vida exclusivamente com a mineração ou a agricultura. Aquele que explorava uma data aurífera, com seus muitos escravos, normalmente possuía uma produção agrícola

³⁷³ As ordenanças, conforma aponta Maria Fernanda Bicalho, eram espaços importantes para os poderes locais. Postos não eram remunerados, mas tinham poder militar localmente, controlando o recrutamento militar de todos os maiores de 16 anos, exceto velhos e privilegiados. Era comum, em algumas regiões da colônia, como o Rio de Janeiro, que o governador nomeasse comerciantes para essas funções. Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 376; VALARARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas...* p. 246-248.

³⁷⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 169; RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural." In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 39.

complementar, em parte para alimentá-los, mas também para comercializar o excedente. Com a escassez aurífera, alguns migraram em definitivo para a agricultura, requerendo sesmarias em outras regiões da capitania, outros, mais ricos, intensificaram os lucros com o ágio.

Tabela 7 - Atividades econômicas desenvolvidas pelos indivíduos mais influentes de cada geração do setor dirigente de Vila Rica, 1711-1789

Títulos	1ª ger.	%	2ª ger.	%	3ª ger.	%	4ª ger.	%	Total	%
Mineradores	0	0,0	7	25,0	4	14,3	0	0,0	11	13,2
Comerciantes	0	0,0	2	7,1	1	3,6	1	5,9	4	4,9
Outros	2	20,0	2	7,1	4	14,3	1	5,9	9	10,9
Indefinida	8	80,0	17	60,8	19	67,8	15	88,2	59	71,0
Total	10	100,0	28	100,0	28	100,0	17	100,0	83	100,0

Fontes: Cf. Anexo XII.

Em decorrência do terremoto que atingiu Lisboa em 1º de novembro de 1755, fez-se, ao longo do ano seguinte, uma lista dos homens ricos da capitania de Minas Gerais, para se estudar a viabilidade de um imposto temporário para financiar a reconstrução da capital do Império português. Esta lista, amplamente explorada pela historiografia recente, contém, além do nome de mais de 1000 indivíduos, uma identificação profissional, que apontava se eles ganhavam a vida como mineradores, comerciantes, agricultores, ou outras atividades.

Estes homens ricos eram, em sua maioria, reinóis oriundos do norte da metrópole, possuíam terras e escravos, eram casados, tinham filhos, frequentemente tinham algum vínculo com os primeiros povoadores da região e ostentavam patentes militares, em grande parte de ordenança. Em toda a capitania, 49,9% dos homens ricos foram identificados como mineradores, e 25,6% como comerciantes ou homens de negócio. Em Vila Rica, aproximadamente 2 em cada 3 homens ricos foram identificados como mineradores, a maior concentração de toda a capitania, enquanto menos de 1 em cada 5 eram comerciantes, a menor concentração relativa.³⁷⁵ Por isso, não surpreende o número elevado de mineradores encontrados no Concelho local, até ao menos o início da década de 1770.

Embora a atividade mineradora, do ponto de vista da organização social da produção, não chegasse a envolver, mesmo em seu auge, a maioria da população da capitania, que

³⁷⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. "Homens ricos em Minas colonial". In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 364, 384.

permanecia ocupada com as atividades agropastoris, tanto extensiva, onde predominava a mão de obra escrava, quanto a de subsistência.³⁷⁶ Essa atividade rural, inclusive, contribuiu mais para promover o estabelecimento de arraiais e a ocupação da capitania do que a mineração, concentrada em poucos pontos.³⁷⁷ Em função da tendência à diversificação de investimentos, a maior parte das unidades produtivas mineiras era, ao mesmo tempo, agrícola e mineradora. Mesmo que nem todos os envolvidos com atividades agrícolas fossem proprietários de lavras auríferas, a maior parte dos mineradores possuía sesmarias voltadas à produção agrícola. Talvez o mais adequado fosse mencioná-los como mineradores-fazendeiros.³⁷⁸

Esta tendência de diversificação de investimentos também atingia os comerciantes da região. Quando chegavam em Minas Gerais, em sua maioria, estes homens de negócio eram solteiros e abasteciam a capitania principalmente com escravos e fazendas secas. Ao enriquecerem, tendiam a ampliar seus investimentos, aumentando seu plantel de escravos e aventurando-se no ramo da mineração, incerto, mas potencialmente mais lucrativo.³⁷⁹

Se em meados do século XVIII Vila Rica concentrou a maior quantidade de mineradores bem sucedidos da capitania, foi justamente na localidade que os efeitos da crise aurífera seriam sentidos, pouco tempo depois, de maneira mais aguda. A partir da década de 1780, a situação era muito crítica, o empobrecimento em Vila Rica parecia ser generalizado, a vida dos pobres se tornava miserável, e os pequenos proprietários perdiam sua pouca economia,

³⁷⁶ Uma estimativa generosa, de Sérgio Buarque de Holanda, projetou em um terço a taxa de ocupação com a extração do ouro, no auge da produção. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume 2. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 321. Para o início do século XIX, Angelo Alves Carrara calculou que a extração aurífera não envolvia mais que 5% da população da capitania, considerando-se ainda que, durante todo o período predominava, como hoje, a tendência à diversificação de investimentos. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p. 38.

³⁷⁷ Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 69. A agricultura de subsistência, fornecia excedentes aos centros urbanos mineiros, e por isso difundiu-se principalmente nas suas proximidades. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 152-154. Para Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, que analisaram mais de uma milhar de cartas de sesmaria relativas à primeira metade do século XIX, a agricultura mineira não surgiu com a decadência da mineração, mas foi condição essencial para viabilidade da extração aurífera permanente, ambas as atividades desenvolvem-se em articulação, já que a alimentação básica do mineiro era milho e feijão, dificilmente importáveis de localidades distantes. Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". In: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, UFMG, vol. 1, n. 2, pp. 7-39. Jun, 1986; CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno...* p. 32.

³⁷⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei...* p. 446; Sobre essa tendência de diversificação de investimentos, ver também ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 159-160.

³⁷⁹ RODRIGUES, Aldair Carlos. "Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras, Câmaras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais, século XVIII)." In: *Anais do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: 18 a 21 de maio de 2011. p. 2.

enquanto o grupo dos mais ricos, embora se tornasse numericamente menor, conseguia aproveitar a crise para aumentar seu patrimônio, migrando para outras áreas, como o ágio. Nesta mesma época, no Rio das Mortes, onde predominavam as atividades agrícolas, chegou a haver um aumento mínimo da riqueza dos pequenos proprietários, mas como em Vila Rica, o momento foi melhor para os grandes proprietários, que intensificaram o acúmulo de riqueza.³⁸⁰

4.3.3 Atuação político-administrativa

A atuação dos indivíduos mais influentes do setor dirigente de Vila Rica não se restringiu à Câmara Municipal local. No caso das duas primeiras gerações, não era incomum que os indivíduos, provenientes de outras regiões do Império português, trouxessem de seus locais de origem alguma experiência institucional.³⁸¹ A partir da terceira geração, com o aumento da participação dos indivíduos naturais da terra no Concelho local, esta tendência se inverteu.³⁸² De ponto de chegada as câmaras municipais tornaram-se, para alguns mais aptos à administração, a porta de entrada para outras instituições. Esta porta se fechou com a viradeira, em 1777, o que explica o retorno, na década seguinte, de personagens importantes e experientes às câmaras municipais, como Cláudio Manuel da Costa.

A experiência nas câmaras municipais também foi importante, em uma sociedade movediça, como a mineira dos setecentos, para consolidar o poder das famílias na localidade. A partir da prestação deste, que apesar de tudo, era um serviço ao rei, as possibilidades de obtenção de mercê, em teoria, aumentavam. Geralmente as trajetórias começavam, em Minas Gerais, pelas Ordens Terceiras; depois, vinham os postos nas Ordenanças, mais comuns entre aqueles que não tinham formação superior; a familiatura facilitava o caminho até os postos centrais da Câmara Municipal, que, por sua vez, ajudava a pleitear os hábitos das ordens militares. Esta trajetória ideal nem sempre era feita nesta ordem, e nem todos a percorriam.³⁸³

³⁸⁰ Em Vila Rica, os pequenos proprietários passaram de 50,7% para 73,9%, os médios caíram de 40,3% para 20,4% e os grandes de 9% para 5,7%, ao mesmo tempo em que o valor do monte médio só registrou crescimento na última faixa de fortuna, que de 6.918,463 passou para 11.391,469 libras. Para a autora, “Na comarca do Rio das Mortes a dinamização da economia agropecuária definiu uma possibilidade de enriquecimento para setores mais amplos da sociedade.” Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 146-149.

³⁸¹ Foi o caso de Manuel de Matos Fragoso, da 1ª geração, que foi proprietário do ofício de escrivão dos órfãos da Vila de Penela, comarca de Montemor-o-Velho, em 1700, ou seja, antes de chegar a Vila Rica, onde exerceu os cargos de vereador, em 1717 e 1718, e juiz ordinário, em 1718.

³⁸² A Câmara Municipal de Vila Rica, em 1762, se opôs à candidatura de pessoas da colônia, uma tendência inversa às outras localidades coloniais que defendiam a primazia dos naturais da terra em relação aos reinóis. Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 372.

³⁸³ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Viver à lei da nobreza...* p. 18-20.

Na capitania de Minas Gerais, durante a primeira metade do século XVIII, vários comerciantes estavam inseridos nos quadros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, destinada, por princípio, aos indivíduos brancos e proprietários. Era a familiatura que abria a porta para os ofícios das instituições locais. A participação nas câmaras municipais, nas Companhias de Ordenanças e em outros órgãos locais era um dos principais argumentos para obter hábitos de ordens militares, mais relevantes que os cargos nas câmaras.³⁸⁴ Estes davam prestígio apenas no âmbito local, enquanto aqueles eram valorizados em todo o Império português. Eram raras as oportunidades que a classe dominante colonial tinha de se aproximar da administração central, os cargos municipais, embora temporários, eram uma possibilidade de comunicação direta com o rei.³⁸⁵

Tabela 8 - Ordens religiosas dos indivíduos mais influentes de cada geração do setor dirigente de Vila Rica, 1711-1789

Ordens	1ª ger.	%	2ª ger.	%	3ª ger.	%	4ª ger.	%	Total	%
Or. de Cristo	1	10,0	6	21,4	5	17,8	1	5,9	13	15,7
Santo Ofício	0	0,0	4	14,3	4	14,3	0	0,0	8	9,6
Nenhuma	9	90,0	18	64,3	19	67,8	16	94,1	62	74,7
Total	10	100,0	28	100,0	28	100,0	17	100,0	83	100,0

Fontes: Cf. Anexo XII.

Conforme representado na tabela acima, não foi desprezível a quantidade de membros mais influentes do setor dirigente local que conseguiu acesso às ordens religiosas, pouco mais de 1 em cada 4. Também é possível perceber que a maior concentração de indivíduos com ingresso nas ordens religiosas ocorreu durante a segunda e terceira gerações, justamente durante o auge e início do declínio da mineração. O acesso a estas ordens pareceu representar, para os homens que comandavam o Concelho local, uma retribuição pelos anos de serviços prestados, pois solicitavam essas mercês após vários mandatos à frente da cúpula camarária.

Cada uma das gerações estudadas lidou com um cenário específico, marcado pela abundância ou escassez de ouro, pelo aumento ou diminuição das prerrogativas do Concelho

³⁸⁴ BORREGO, Maria Aparecida e Menezes. *A teia mercantil...* p. 157, 178-184.

³⁸⁵ BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 29.

local, pela maior ou menor pressão por parte dos agentes régios. Assim, levando em conta estes cenários, e as trajetórias destes indivíduos, chega-se a duas tendências de trajetórias:

- 1) A primeira trajetória comum, mais comum entre os indivíduos das duas primeiras gerações, foi a do português, de origem humilde, que migrou para a região das minas em busca de riqueza, e envolveu-se, cedo, com a mineração. Normalmente, acessava o Concelho pela primeira vez através de funções secundárias, como a de almotacé, retornando como procurador ou vereador para, depois, chegar ao posto mais alto, de juiz ordinário. Ao mesmo tempo, acessava as ordenanças e, em alguns casos mais raros, conseguia tornar-se familiar do Santo Ofício ou, em outros casos, conseguiam, ainda, obter o hábito da Ordem de Cristo.
- 2) A segunda trajetória comum, mais frequente a partir da terceira geração, foi a do mineiro – filho de mineradores bem-sucedidos, mas sem formação – que, financiado pelos pais ou familiares, pode estudar na Universidade de Coimbra, e retornar com a formação normalmente em Leis ou Cânones. Exercia a função de advogado, tendia a se afastar das ordenanças e, além de conseguir acessar diretamente os postos mais altos do Concelho local, durante o período pombalino, pode ainda assumir cargos mais importantes na administração da capitania, o que facilitava o acesso à familiatura do Santo Ofício ou ao hábito da Ordem de Cristo.

Antônio Martins Lessa foi um bom exemplo da primeira trajetória típica. Filho de Antônio Martins, nasceu em Matosinhos, próximo à cidade do Porto, no norte de Portugal. Migrou para a região aurífera, como muitos, e assistiu à chegada tardia do Estado e suas instituições. Incorporou-se à Câmara Municipal de Vila Rica, criada em 1711, já no primeiro triênio, tendo exercido a função temporária de almotacé em 1713, e atuado como procurador em uma junta no mesmo ano. Nos anos seguintes seria eleito procurador (1714, 1717 e 1718), representaria a instituição em outras juntas (1714, 1715 e 1719) e participaria da cobrança dos quintos (1715, 1717, 1718 e 1719). Em 1722, após tanta experiência, finalmente alcançou o posto máximo da instituição, sendo eleito juiz ordinário.

Paralela à sua atuação como camarista, Antônio Martins Lessa, já em 1711, recebeu meia légua de terra na freguesia de São Bartolomeu, região onde, um ano antes, já mantinha uma “roça” que pretendia transformar em fazenda, de onde tirava recursos para pagar a dízima. Em 1713, recebeu patente militar de capitão das ordenanças de Vila Rica, quando também atuou em junta na referida vila, em que foi acertado o pagamento de 30 arrobas anuais de ouro ao rei,

pelos quintos. No ano seguinte participou de outra junta em que foram definidos os limites das comarcas, para operacionalizar a cobrança das 30 arrobas de ouro dos quintos. Também auxiliou, ao longo desta década, o combate aos quilombos.³⁸⁶ Aliado dos agentes régios, foi quem comandou a prisão de Antônio de Oliveira Leitão, cobrador dos quintos acusado de cometer diversos excessos, pelos quais foi condenado e acabou enforcado em 1721.³⁸⁷ Atuou também, entre janeiro de 1717 a agosto de 1724 como capitão dos auxiliares e depois como sargento-mor das ordenanças. Foi apenas depois de concluir todos estes serviços que entrou com a solicitação do hábito da Ordem de Cristo, prontamente recusada por ter exercido o ofício manual de sapateiro no Rio de Janeiro e depois em Minas Gerais, profissão que herdou de seu pai. Após uma longa jornada de recursos ao monarca, conseguiu ser incorporado à referida ordem. Em seguida, conforme consta em sua diligência de habilitação, datada de 1729, tornou-se familiar do Santo Ofício.³⁸⁸

Antônio Ramos dos Reis, da segunda geração, foi um dos raros personagens que, estando entre os mais ricos da capitania, encontrou tempo para atuar diretamente na vida política e administrativa da localidade. Como Antônio Martins Lessa, chegou à região aurífera com poucos recursos, atraído pela promessa de riqueza fácil. Filho de Maria Gonçalves com um outro Antônio Martins, veio ao mundo na Vila de Nossa Senhora de Campanha, cidade de Santa Maria da Entrega, bispado do Porto, chegando ao Brasil com apenas nove anos. Casou-se jovem, com Vitória dos Reis, no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais fez fortuna como minerador, integrou a cúpula camarária em Vila Rica pela primeira vez já como vereador, em 1719, ano em que a instituição foi presidida pelo juiz ordinário Pascoal da Silva Guimarães, principal articulador da Revolta de Vila Rica, deflagrada em meados do ano seguinte. Antes, disso havia ocupado funções secundárias na instituição, como almotacé em 1713, e cobrador dos quintos em 1715 e 1717. Retornou ao posto temporário de almotacé em 1724, foi eleito juiz ordinário no ano seguinte, mas não assumiu o posto, voltando à instituição apenas no triênio de 1732-1734 para assumir o posto recém-criado de juiz dos órfãos, função importante por controlar o cofre dos órfãos, um mecanismo de liquidez naquela sociedade.³⁸⁹

³⁸⁶ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. p. 62.

³⁸⁷ MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas...* p. 255-256.

³⁸⁸ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 51, n.º 15; ANTT. Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Antônio, mç. 68, doc. 1362.

³⁸⁹ ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês de D. João V, liv. 17, f.162.

Manteve sua influência sobre a instituição, exercendo outros postos nas décadas seguintes, como o de vereador em 1739, almotacé em 1740, vereador novamente em 1745 e 1757, e por fim, almotacé em 1758. Gozava de muito prestígio, tanto que foi um dos poucos indicados, pela instituição, para emitir um parecer circunstanciado sobre a conveniência de se instalar, novamente, Casas de Fundição em Minas Gerais, em 1751. No ano seguinte também foi indicado, pelos camaristas, para atuar como fiscal trimestral na mesma Casa de Fundição, função que aceitou e exerceu.

Paralelo à sua atuação na Câmara Municipal de Vila Rica, recebeu as patentes de capitão, mestre-de-campo e, por fim, a de capitão-mor. No entanto, sua influência não esteve circunscrita à localidade. Em 1732, quando eleito para o recém-criado e cobiçado cargo de juiz dos órfãos, solicitou dispensa alegando estar muito ocupado com suas lavras auríferas³⁹⁰, mas acabou exercendo o posto pelos três anos previstos. Em 1741 recebeu do monarca a confirmação de uma sesmária no distrito de Iguaçu, na capitania do Rio de Janeiro.³⁹¹ No mesmo ano, devido ao fato de sua posição e cargo terem sido desrespeitados em festa realizada em virtude de nascimento da infanta, solicitou ao rei D. João V, que mandasse fazer uma declaração a respeito das honras que lhe cabiam.³⁹²

Proprietário de lavras de ouro, possuidor de um número considerável de escravos, Antônio Ramos dos Reis figurava como um dos homens mais ricos da região. Sua atuação política sempre procurou manter a governabilidade em defesa do projeto régio. Em 1720, atuou ao lado do Conde de Assumar, contribuiu, arriscando suas riquezas, escravos e fazendas, para colocar um fim à revolta de Vila Rica.³⁹³

Antônio Ramos dos Reis não estudou, mas encaminhou os filhos, André Ramos dos Reis e Manuel Ramos dos Reis, para a Universidade de Coimbra, onde cursaram Cânones.³⁹⁴ Em seguida, Manuel tornou-se religioso da Ordem dos Carmelitas Descalços, enquanto André, depois de formado, também recebeu, como o pai, o hábito da Ordem de Cristo. O patriarca também teve uma filha, Maria, que foi direcionada ao convento de Odivelas, em Lisboa. Em seu testamento, feito em 1762, pouco antes de sua morte, teve como testamenteiros José Veloso do Carmo, Manuel Rodrigues Abrantes, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Ordem

³⁹⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 197-198.

³⁹¹ AHU, MG, cx. 41, doc. 84.

³⁹² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* p. 197-198.

³⁹³ MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. p. 120-124.

³⁹⁴ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 41, n.º 11.

Terceira de Nossa Senhora do Carmo, declarou ser cavaleiro professo da Ordem de Cristo e pedia para que fosse enterrado com o corpo envolto em mortalha da referida Ordem, informação que também consta na ficha de matrícula de um de seus filhos, André Ramos dos Reis.³⁹⁵

Manuel Fernandes de Carvalho, da terceira geração, foi outro exemplo de trajetória que ilustra o primeiro percurso. Natural de Santo André de Barcelinhos, termo de Barcelos, norte de Portugal, era filho de Manuel Fernandes e Maria Gomes.³⁹⁶ Homem de negócios, residia em Vila Rica, onde era capitão de ordenanças.³⁹⁷ No Concelho local, atuou como procurador em 1768 e 1775; vereador em 1785; almotacé em 1764 e 1769; fiscal trimestral da Casa de Fundição em 1770 e, em 1769, e também foi procurador da instituição no Rio de Janeiro, para onde viajava com frequência, já que, anos depois, em 1776, quando eleito para o posto de almotacé, não assumiu por estar novamente naquela cidade. Em 1788 foi indicado para o posto de tesoureiro dos órfãos. Era familiar do Santo Ofício e solicitou ao rei, em 1769 e 1772, a concessão do hábito da Ordem de Cristo, como compensação pelo ouro que fez entrar na Casa de Fundição de Vila Rica, mais de 8 arrobas em um só ano.³⁹⁸

José Veloso do Carmo, da quarta geração, também veio ao mundo no norte de Portugal, em Braga. Filho de Pedro Francisco e Josefa Velosa, ganhou a vida como homem de negócios em Vila Rica, onde chegou com apenas 26 anos.³⁹⁹ Na localidade, exerceu as funções de capitão, tenente-coronel e coronel.⁴⁰⁰ Solicitou o hábito da Ordem de Cristo em 1766, tendo-o conseguido apenas em 1773, após ter feito entrar em um único ano, na Casa de Fundição de Vila Rica, mais de 11 arrobas de ouro.⁴⁰¹ Antes disso havia atuado no Concelho local apenas em 1766, como vereador. Retornou ao posto em 1776 e 1781, e novamente em 1784, como juiz ordinário, função para a qual foi eleito em 1789, junto com Cláudio Manuel da Costa, mas, assim como o conjurado, não a exerceu. No ano seguinte e em 1809, assumiu novamente o mesmo cargo. Em 1801, acompanhando o movimento centrífugo impulsionado pela crise

³⁹⁵ Apesar da intensa busca virtual e presencial nos inventários da Torre do Tombo, disponíveis aos consulentes, não foi possível encontrar este processo. No entanto, a informação condiz com a importância social do indivíduo.

³⁹⁶ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra M, mç. 24, n.º 16.

³⁹⁷ AHU, MG, cx. 95, doc. 66; ANTT. Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 26, f. 304v; ANTT. Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 22, f. 493v; ANTT. Registo Geral de Mercês. Mercês de D. Maria I, liv. 18, f. 124.

³⁹⁸ AHU, MG, cx. 96, doc. 11; AHU, MG, cx. 101, doc. 73; ANTT. Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Manuel, mç. 169, doc. 1786.

³⁹⁹ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letras I e J, mç. 40, n.º 4.

⁴⁰⁰ ANTT. Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 22, f. 301.

⁴⁰¹ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letras I e J, mç. 40, n.º 4; AHU, MG, cx. 87, doc. 32.

aurífera, conseguiu licença para estabelecer dois engenhos de cana nas fazendas Melo e São Lourenço, que possuía na promissora comarca do Rio das Mortes.⁴⁰²

O primeiro indivíduo que ilustra o seguindo tipo de trajetória comum, indicado nas páginas anteriores, foi Paulo José de Lana Costa Dantas. Natural de Vila Rica, cursou Leis na Universidade de Coimbra entre 1754 e 1759. Formado, retornou à colônia, onde exerceu cargos na Câmara Municipal de Vila Rica, primeiro como almotacé, em 1762, depois como vereador em 1770, almotacé em 1771, vereador em 1775, almotacé em 1779, e vereador novamente em 1784 e 1786. Durante a posse do governador Luís da Cunha Meneses, atuou como carregador do pátio; foi juiz dos órfãos em 1787 e ficou encarregado de carregar o estandarte do concelho nas cerimônias oficiais realizadas em 1788. Finalmente, após a Conjuração Mineira, assumiu o posto máximo do Concelho, juiz ordinário, em 1790 e 1794. Paralelo a isto, também chegou a atuar como fiscal trienal da Casa de Fundição de Vila Rica em 1780 e 1783.⁴⁰³

Outra trajetória similar foi a de José Dias Rosa Maciel. Nascido em Vila Rica, filho de Lourenço Dias Rosa – vereador em Vila Rica em 1738 e 1750 –, estudou Leis na Universidade de Coimbra entre 1747 e 1754.⁴⁰⁴ Formado, retornou a Vila Rica, servindo ao Concelho da localidade primeiro como vereador, em 1761, depois como juiz ordinário em 1778, 1782, 1787, 1792, 1796 e 1799. Foi, junto com Cláudio Manuel da Costa, o indivíduo que presidiu a instituição por mais vezes ao longo do século XVIII, sem contar o ano de 1773, quando também foi eleito juiz ordinário, mas recusou-se a servir. Entre o posto de vereador, em 1761, e o primeiro mandato como juiz ordinário, em 1778, exerceu, a partir de 1768, o posto de procurador da Coroa e Fazenda Real de Minas Gerais, o que talvez explique a recusa em assumir, em 1773, a presidência da Câmara Municipal.⁴⁰⁵ Também exerceu funções menores, como a de fiscal trimestral da Casa de Fundição, em 1763 e 1766, e a de carregador do pátio na cerimônia de posse do governador Luís da Cunha Meneses, em 1783. Seu irmão, Antônio Dias Rosa Maciel, também formado em Coimbra, exerceu funções no Concelho em Vila Rica.⁴⁰⁶

O terceiro e último exemplo é o de Cláudio Manuel da Costa. Natural de Vila do Carmo, filho de João Gonçalves da Costa e Tereza Ribeira de Alvarenga,⁴⁰⁷ cursou Cânones na

⁴⁰² AHU, MG, cx. 159, doc. 16.

⁴⁰³ AUC. Livros de matrículas. 1754-1759.

⁴⁰⁴ AUC. Livros de matrículas. 1747-1752; ANTT. Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 18, f. 376.

⁴⁰⁵ AHU, MG, cx. 92, doc. 24.

⁴⁰⁶ ANTT. Feitos Findos. Documentação Diversa. Documentos referentes ao Brasil, mç. 11, n.º 74; ANTT. Feitos Findos. Correição Cível da Corte, mç. 36, n.º 9, cx. 36.

⁴⁰⁷ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra C, mç. 7, n.º 3.

Universidade de Coimbra entre 1749 e 1752.⁴⁰⁸ Formado, regressou à terra natal, exercendo o posto de vereador em Mariana em 1754⁴⁰⁹. No final da década de 1750, mudou-se para Vila Rica onde, em 1758, exerceu o cargo de vereador. No ano seguinte tornou-se sócio da Academia Brasílica⁴¹⁰. Retornou ao Concelho de Vila Rica em 1762, na condição de juiz ordinário, posto que exerceria novamente em 1771, 1773, 1781, 1783 e 1786. Como trabalhava como advogado, também prestou serviços à instituição, na condição de assessor, chamado à época de síndico, em 1778. Foi indicado para juiz de sesmaria em 1769, e para carregar o pálio na posse do governador Luís da Cunha Meneses em 1783, tarefa que não executou. Recusado na Ordem de Cristo por ter avô paterno vendedor de azeite e avó paterna mulher de segunda condição, conseguiu reverter a situação e recebeu a habilitação em 1769.⁴¹¹ No mesmo ano solicitou, sem êxito, a propriedade vitalícia do ofício de provedor da Coroa e Fazenda Real.⁴¹² Vinte anos depois, eleito juiz ordinário, não tomou posse no cargo, sendo preso, poucos meses depois, pelo envolvimento no planejamento da Conjuração Mineira. Faleceu, na noite de sua prisão, em circunstâncias suspeitas, em uma cela do atual prédio da Casa dos Contos, em Ouro Preto.⁴¹³

4.4 Síntese dos cenários e gerações

Após a exposição detalhada de algumas características mais gerais, extraídas das fichas prosopográficas, é possível traçar um quadro geral das gerações que formaram o setor dirigente de Vila Rica durante a quase totalidade do século XVIII. Nas primeiras décadas de ocupação efetiva da região pelo elemento europeu, isto é, da última década do século XVII até o fim da década de 1710, uma primeira geração ocupou os postos político-administrativos que foram sendo estabelecidos. De modo geral, esta geração era arredia aos agentes régios; formada em sua maioria por homens pobres, de baixa instrução, que migraram em busca de uma riqueza pretensamente fácil, esta geração foi composta por indivíduos que protagonizaram uma série de atritos entre eles mesmos (como na Guerra dos Emboabas), e entre eles e os poucos agentes régios presentes na região.

Essa primeira geração foi, pouco a pouco, sendo dividida e conquistada pelos ouvidores e governadores. Alguns de seus maiores expoentes, como Manuel Nunes Viana e

⁴⁰⁸ AUC. Livros de matrículas. 1749-1752.

⁴⁰⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa...* p. 81-83.

⁴¹⁰ AHU, MG, cx.74, doc. 34.

⁴¹¹ ANTT. Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 23, f. 106.

⁴¹² AHU, MG, cx. 96, doc. 47.

⁴¹³ AHU, MG, cx. 132, doc. 11. Para mais detalhes sobre a trajetória de Cláudio Manuel da Costa, ver a biografia: SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Pascoal da Silva Guimarães, foram sendo, quando possível, cooptados pelos mecanismos de atuação do Estado em consolidação, e quando não mais possível, isolados dos Concelhos recém-criados, que passaram a monopolizar a administração das localidades.

Após a Guerra dos Emboabas, por exemplo, Manuel Nunes Viana – que havia sido aclamado governador pelos emboabas, em meio à expulsão dos paulistas do centro da região aurífera – entregou o poder a Antônio de Albuquerque, representante régio, e com isso foi afastado das instituições de poder. Pascoal da Silva Guimarães, também protagonista daquele conflito, ficou fora da recém-criada Câmara Municipal de Vila Rica – embora ainda exercesse alguma influência sobre ela – até 1719, quando foi eleito juiz ordinário por seus pares, já em um contexto de crise marcado pela oposição aberta entre uma parcela da classe dominante local e o governador Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar. Não por acaso, na eleição camarária para o ano de 1720, um dos juizes ordinários desistiu da posse, tendo sido eleito, como juiz de barrete, João da Silva Guimarães, filho de Pascoal. Ambos protagonizaram a Revolta de Vila Rica, em meados de 1720. O pai terminou preso e enviado ao reino, onde faleceu. O filho perdeu seu mandato na instituição, para a qual nunca mais retornou.

Esta resistência aberta, que caracterizou alguns indivíduos desta primeira geração, acabou sendo desarticulada. A criação das câmaras municipais na região, a partir de 1711, dividiu os potentados locais, os mais radicais foram excluídos deste novo espaço, outros, cooptáveis, foram incorporados e, nos anos iniciais, aumentaram seu poder sobre a região, assumindo responsabilidades importantes, como o controle direto sobre a cobrança dos quintos. Mas, em seguida, estas instituições foram sendo esvaziadas e submetidas a um controle mais rigoroso dos ouvidores, através de mecanismos que serão analisados no quinto capítulo. Dito de outra forma, parte da classe dominante local assistiu à implantação de um espaço institucional que lhes era estranho, mas que lhes possibilitou, de imediato, o controle de uma série de prerrogativas no âmbito local. Em seguida, os agentes régios trataram de esvaziar parte importante das prerrogativas destes concelhos e, com isso, retiraram parte do poder dos próprios potentados locais; foi assim que o Estado se consolidou na região. A reação de parte desse grupo ocorreu, em quase todas as vilas da capitania, a partir de 1718, e terminou com o fracasso do levante de 1720, em Vila Rica, o que acelerou e, de certo modo, marcou o fim da influência dessa geração sobre o poder no centro da região aurífera.⁴¹⁴

⁴¹⁴ Convém lembrar que Manuel Nunes Viana seguiu atuando nos sertões, e seus descendentes tiveram participação ativa nos motins ocorridos nessa região em 1736.

Deste momento em diante, ganhou espaço na recém-inaugurada capitania de Minas Gerais uma segunda geração do setor dirigente local. Contemporânea do Triunfo Eucarístico, exerceu grande influência entre as décadas de 1720 e 1740. Seus filhos formariam o que Virginia Trindade definiu como a primeira geração de intelectuais mineiros, muitos foram estudar no além-mar, mas poucos regressaram à capitania de Minas Gerais.⁴¹⁵

Este grupo, como o primeiro, também não apresentava qualquer homogeneidade em suas posições em relação aos agentes régios, no entanto, aqueles que resistiam o faziam de forma passiva. Esta geração controlou as câmaras municipais nas diferentes vilas mineiras em um momento de esvaziamento de suas prerrogativas, já não exerciam qualquer influência sobre a arrecadação dos quintos, e estiveram cada vez mais submetidos ao controle do ouvidor. Domingos de Abreu Lisboa foi, provavelmente, o integrante dessa geração que mais abertamente contrariou os interesses régios na capitania. Eleito juiz ordinário em 1735, em Vila Rica, articulou a resistência à capitação, ganhando uma votação em uma junta, naquele ano, contra o governador. Nas semanas seguintes, foi afastado do Concelho, para o qual nunca mais foi eleito, embora tenha residido e participado das eleições locais até ao menos o início da década de 1750. Uma nova junta foi realizada e a capitação aprovada, como queria o rei.

Com trajetória bem diferente, outro nome importante dessa geração foi o já citado Antônio Ramos dos Reis, vereador em 1719, juiz ordinário em diversas ocasiões, e primeiro juiz dos órfãos de Vila Rica, entre 1732 e 1734. Ao contrário de Domingos de Abreu Lisboa, parece ter sido homem de grande confiança dos agentes régios.

A segunda geração de intelectuais mineiros, filha do Triunfo Eucarístico, retornou a Minas Gerais para se confundir com a terceira geração da classe dominante local. Foi a partir desta geração que se notou, com maior clareza, a mudança qualitativa na composição do setor dirigente local, um dos movimentos básicos para compreensão das transformações da sociedade mineira ao longo dos setecentos. O retorno destes indivíduos formados no reino, à capitania de Minas Gerais, e sua influência que perdurou até ao menos o final da década de 1780, foi decisivo para esta mudança. Em meio à crise aurífera, foram recuperadas prerrogativas importantes das câmaras municipais, como a participação indireta na arrecadação dos quintos, quando do lançamento das derramas, bem como a participação na arrecadação de outros impostos, como os subsídios literário e voluntário. É certo que essas alterações não foram provocadas apenas pela capacidade técnica, intelectual e de mobilização desta nova geração, mas pelas transformações políticas ocorridas no reino, que modificaram a relação estabelecida com a

⁴¹⁵ VALADARES, Virginia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas...* p. 393-394.

classe dominante colonial. Mas, a disponibilidade de um setor dirigente tecnicamente mais bem preparado, no interior da colônia, viabilizou a mudança política do centro em relação à colônia.

A abertura dos espaços políticos e administrativos coloniais, para esta parcela ilustrada que foi se formando no seio da classe dominante colonial, intensificou-se com o ministério pombalino. Tudo isso cessou com a ascensão de D. Maria I, em 1777, e a demissão de Pombal. Uma reviravolta toma lugar em Lisboa, a viradeira. Os efeitos tardaram, mas atingiram os domínios coloniais. A quarta geração do setor dirigente local foi filha desse divórcio, entre a política pombalina, promissora aos olhos da classe dominante colonial, e o retrocesso de D. Maria I. Repentinamente, fecharam-se as portas da administração colonial à terceira e quarta gerações, restando apenas, como antes, as câmaras municipais, que voltaram a ser ocupadas.

Se o acúmulo do ouro possibilitou uma mudança qualitativa na composição da classe dominante mineira e, conseqüentemente, de seu setor dirigente, o potencial dessa transformação permaneceu difuso até o final da década de 1770, porque estes indivíduos estavam bem acomodados e sendo bem aproveitados na alta administração colonial. A reorientação do governo mineiro, comandada por Luís da Cunha Meneses, que passou a atacar os privilégios da classe dominante mineira,⁴¹⁶ somava-se a um cenário econômico irremediavelmente decadente em Vila Rica, muito embora a economia colonial, como um todo, estivesse em franca expansão. Quebrava-se, com isto, aquela acomodação de interesses entre a classe dominante local e os agentes régios, costurada com muito cuidado ao longo do século XVIII. Não demorou para que essa parcela ilustrada do setor dirigente local, agora sem lugar no interior da colônia, começasse a vislumbrar um futuro mais promissor, que não incluía a metrópole.

Percebe-se que a chamada “tomada de consciência” da classe dominante mineira, ou seja, a percepção clara de que seus reais interesses divergiam dos interesses metropolitanos, não surgiu na década de 1780. Ao contrário, o movimento desarticulado pelo governo mineiro em 1789 foi resultado de um longo processo de transformação, que teve como base determinante as condições materiais, isto é, só se tornou possível porque houve, apesar dos aspectos ilusórios que o ouro deu àquela sociedade, uma capacidade de acumulação de capital no interior da colônia que, se não serviu para mudá-la do ponto de vista estrutural, permitiu que nela surgisse uma classe dominante que, a certa altura, pudesse conscientemente almejar e se preparar para conduzir um novo Estado.

⁴¹⁶ As Cartas Chilenas, atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga, foram produzidas nesse contexto de ataque aos interesses imediatos do setor dirigente local. Além de ácidas, foram, sobretudo, uma resposta corporativa aos efeitos locais da reorientação ocorrida, anos antes, no reino.

5 OS MECANISMOS DE CONTROLE RÉGIO SOBRE O PODER LOCAL

Todo mundo sabe que as colónias ultramarinas sendo sempre estabelecidas com preciso objeto da utilidade da Metrópole; ou da cidade capital do Reino, ou Estado a que são pertencentes, resultaram desta essencial certeza máxima tão infalíveis, e tão universalmente observadas na prática de todas as nações.

(Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meados do século XVIII).⁴¹⁷

Em tempos marcados pelo relativismo e revisionismo histórico, a mensagem acima vem bem a calhar. Trata-se de um fragmento da resposta dada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado aos britânicos, quando do questionamento das restrições impostas pelos portugueses aos navios comerciais ingleses que, por emergência, ancoravam nos portos da América portuguesa. O administrador revela o que parte da historiografia brasileira vem ressaltando há tempos: o sentido que guiou o sistema colonial estabelecido.

As relações entre os agentes régios e a classe dominante em Minas Gerais foi das mais conflituosas durante o século XVIII, seja pelas riquezas da região, pela forma com que se deu sua ocupação, ou mesmo pela distância em relação à metrópole. Como se procurou demonstrar nos capítulos anteriores, esses elementos serviram para que parte da historiografia, principalmente nas últimas décadas, descrevesse a sociedade mineira e suas câmaras municipais como portadoras de uma grande “autonomia”, portanto, capazes de resistir ao poder do rei, representado na capitania, em parte, pelo governador e ouvidores.

Longe de negar a resistência de diferentes setores da classe dominante local, perceptíveis em momentos de conflito aberto, como a Revolta de Vila Rica em 1720, os motins no sertão do rio São Francisco em 1736, ou de conspiração, como a Conjuração Mineira, desarticulada em 1789, tenta-se, neste derradeiro capítulo, a partir da observação cotidiana da administração local, e em diálogo com a historiografia, revelar alguns dos mecanismos de controle do centro sobre os concelhos locais. Procura-se compensar a tendência exagerada que descreve os grupos locais como detentores de tamanha “autonomia”, a ponto de fragmentarem

⁴¹⁷ Irmão do Marquês de Pombal, governador do Grão-Pará e Maranhão entre 1751 e 1759 e secretário de Estado da Marinha e do Ultramar entre 1760 e 1769. Cf. MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Presença, 2001. p. 150.

a soberania régia na região, restaurando, sob um novo olhar, o entendimento de que a sociedade mineira setecentista, embora peculiar, não perdeu seu caráter dependente e colonial.⁴¹⁸

A oscilação das prerrogativas das câmaras municipais coloniais, como a de Vila Rica, refletia o aumento ou redução do poder gozado pelos seus setores dirigentes. Estas mudanças, como já se observou, eram resultado direto da correlação de forças entre os interesses régios – localmente representados, com alguma distorção, pelo governador e ouvidores –, e os interesses não homogêneos da classe dominante local e seu setor dirigente, à frente dos concelhos. O elemento fundamental dessa equação, desde ao menos a consolidação do poder régio nas áreas urbanas de Minas Gerais, que ocorreu após o fracasso da Revolta de Vila Rica, em 1720, parece ter sido os interesses metropolitanos e sua capacidade de controle sobre a região.

Os interesses do monarca eram garantidos, no cotidiano, por meio de um conjunto de mecanismos que agiam sobre as câmaras municipais e eram operados pelos agentes régios. A própria criação das câmaras municipais nas regiões auríferas, a partir de 1711, foi um primeiro passo para garantir a posse da região em um contexto de ameaça estrangeira⁴¹⁹ e, ao mesmo tempo, trazer para o raio de ação do Estado os conflitos que antes ocorriam no terreno dos potentados, onde era mais difícil para os agentes régios atuarem. Com isso, a classe dominante local foi enquadrada em uma nova estrutura institucional direcionada a atender, no que havia de essencial, os interesses metropolitanos.

Estes mecanismos de controle têm sido, no mínimo, negligenciados por parcelas importantes da historiografia recente que, ao privilegiar o olhar sobre o indivíduo, por vezes desenvolvem uma análise voluntarista, e perdem de vista algumas transformações profundas ocorridas no interior dos grupos e instituições coloniais. Esta análise ampla – que não pretende excluir o indivíduo, mas tomá-lo como meio de se perceber as transformações sociais mais amplas, pretende elucidar alguns dos mecanismos de controle sobre as câmaras municipais. Antes, no entanto, é necessário realizar um balanço do papel desempenhado pelos governadores e ouvidores, vastamente estudado pela historiografia recente, enfatizando as principais formas de interação entre eles, a classe dominante local e seu setor dirigente.

⁴¹⁸ Sobre a hipótese de ter existido em Minas Gerais, durante o século XVIII, um contexto de “soberania fragmentada”, ver ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. 2ª edição. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

⁴¹⁹ A elevação dos três primeiros arraiais em vilas, e a consequente criação das câmaras municipais, em território que mais tarde seria a capitania de Minas Gerais, ocorreu em abril (Vila do Carmo) e julho de 1711 (Vila Rica e Sabará), entre a primeira invasão francesa ao Rio de Janeiro, em agosto de 1710, que fracassou, e a segunda, em 12 de setembro de 1711, que logrou êxito. Os Concelhos mineiros enviaram apoio militar nesta última ocasião.

5.1 Agentes régios e governos em Minas Gerais

Ao contrário da metrópole, o território colonial português na América era amplo, por isso houve a necessidade de se criarem governadores, que atuavam como agentes do rei em cada capitania, intermediando a relação entre o poder central e o local. Era uma figura híbrida, administrador, representante do monarca e, sobretudo, chefe militar da capitania.⁴²⁰ Tinha prerrogativas amplas, mas, por não haver, na organização administrativa portuguesa, uma hierarquia rígida, estes governadores não estavam plenamente submetidos ao governo-geral em Salvador, remetiam-se, também, diretamente ao rei. Seguindo essa mesma lógica, as câmaras municipais, embora estivessem sob a esfera de influência dos governadores e ouvidores, comunicavam-se diretamente com o monarca, o que acabava por acirrar o localismo e o conflito entre os colonos, dificultando o surgimento de um sentimento de unidade na colônia.⁴²¹

Em meio a esse quadro que fazia convergir as jurisdições dos diferentes agentes régios e dos poderes locais, dois efeitos eram provocados. Em primeiro lugar, aumentava o nível de desconfiança e rivalidade entre o setor dirigente local, os governadores e os ouvidores, dividindo os agentes locais e fortalecendo, mesmo à distância, o poder do rei, a quem recorriam todas as partes. Em segundo lugar, o setor dirigente local acabava se transformando, em alguns momentos, em mais um agente implementador da política da coroa.⁴²² Estes atritos foram mais frequentes durante as primeiras décadas dos setecentos, em que se viveu, em todo o Império português, a chamada *conjuntura crítica*.⁴²³ Há quem tenha atribuído as dificuldades vividas

⁴²⁰ O governador era chamado, na documentação, de capitão-general. Cf. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 207. Os governadores eram, em suas capitanias, o lugar-tenente de El-rei. SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 186.

⁴²¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 98-99. Embora, no cotidiano camarário, as intervenções do ouvidor sejam as mais frequentes, vistoriando eleições, aprovando ou não as posses através das cartas de usança, autorizando gastos importantes e revisando as contas anuais, entre outras tarefas importantes, o governador também intervinha. Dependia dele, por exemplo, a nomeação de determinados postos, que variavam de região para região. Em Vila Rica, na falta de indicação régia, era ele que indicava o escrivão da câmara, a quem os oficiais davam juramento e posse. Cf. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 315-316.

⁴²² RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural." In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 67; BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965. p. 144-145.

⁴²³ Sobre a conjuntura crítica, ver, em especial, o capítulo 2 de SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* 2006, e FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. "O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português, séculos XVII e XVIII." In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 197-254.

neste momento à baixa qualificação dos agentes régios na América portuguesa, o que não procede para o caso mineiro que, desde o início, dispôs dos melhores quadros disponíveis no Império português.⁴²⁴ Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, governador da região aurífera quando eclodiu a Revolta de Vila Rica, em 1720, atribuiu a conjuntura conturbada ao pouco poder delegado aos governadores na América portuguesa.⁴²⁵

O próprio Conde de Assumar, apesar da repercussão negativa que a repressão à Revolta de Vila Rica teve no reino, acabou se tornando vice-rei da Índia, um posto muito importante, embora menos prestigiado no século XVIII do que no anterior. André de Melo e Castro, conde das Galveias, governou Minas Gerais de setembro de 1732 a março de 1735, antes havia sido representante português no Vaticano e, após deixar o posto máximo da região aurífera, tornou-se vice-rei do Brasil. Outro exemplo notável foi Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, que coordenou o governo de toda porção centro-sul da colônia e, entre idas e vindas, governou Minas Gerais de março de 1735 até sua morte, em 1º de janeiro de 1763.⁴²⁶

Assim como os governadores, a capitania mineira dispôs de ouvidores da melhor qualidade. Na região, além de cumprirem suas funções judiciárias convencionais, acumulavam as prerrogativas que, no reino, cabiam aos corregedores e provedores dos defuntos e ausentes e da fazenda. Portanto, administravam a justiça e fiscalizavam todas as ações das câmaras municipais, inclusive seus balanços financeiros.⁴²⁷ Eram, como os governadores, um poder intermediário, verdadeiros cães de guarda do rei e, na maior parte do tempo, atuaram como um contraponto aos camaristas, enquadrando-os dentro dos interesses régios.⁴²⁸

Em Vila Rica, tinham atuação ampla sobre a Câmara Municipal. Além do controle eleitoral, detalhado mais à frente, faziam correição anual na instituição, reviam as receitas e despesas, eram consultados antes que se realizassem gastos vultosos, fiscalizavam a cadeia e o cumprimento das leis gerais. De acordo com o regimento do cargo, nem os governadores tampouco as câmaras municipais poderiam retirá-lo do posto ou prendê-lo, exceto em caso de

⁴²⁴ Sobre o argumento de pouco preparo dos governadores, ver GUEDES, João Alfredo Libânio. *História Administrativa do Brasil. Da Restauração a D. João V.* Volume IV. São Paulo: DASP, 1962. p. 109-110.

⁴²⁵ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação...* p. 177.

⁴²⁶ Ibidem. p. 50.

⁴²⁷ SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2000. p. 39.

⁴²⁸ Ibidem. p. 35; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local na América portuguesa...* p. 69; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto – Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Varia História*. n. 31, Jan. 2004. p. 128.

um delito flagrante.⁴²⁹ Na prática, os atritos em Vila Rica com governadores e, principalmente, com os camaristas, foram constantes, e ocorreram interferências e prisões de parte a parte.

Nas sedes de comarca, onde residiam os ouvidores, era pouco comum que o rei nomeasse juizes de fora, talvez por entender que já havia, nesses locais, um agente régio supervisionando o Concelho, muito embora a função do juiz de fora não fosse a de fiscalizar os camaristas, mas presidir a instituição local no lugar dos juizes ordinários leigos. Na comarca de Vila Rica, este assunto veio à tona em 1726, levantado pelo governador D. Lourenço de Almeida, que solicitava ao rei ações no sentido de melhorar a ação das câmaras municipais. O monarca nomeou, em 1730, um juiz de fora para Vila do Carmo, mas entendeu não ser o caso para Vila Rica – onde residia o ouvidor –, que só viria a receber um juiz de fora em 1808. Curiosamente, o setor dirigente local passou a reivindicar do rei a indicação de um juiz externo para fazer frente ao ouvidor e para que Vila Rica não ficasse atrás da vizinha Vila do Carmo; se tal medida tivesse sido implementada, provavelmente teria provocado a redução das prerrogativas dos camaristas e, possivelmente, de suas propinas e emolumentos.⁴³⁰

Mesmo em localidades em que havia juiz de fora e residia o ouvidor, como Salvador, era este que intervinha na Câmara Municipal, já que as atribuições do juiz de fora eram as de comandar, e não fiscalizar a instituição local.⁴³¹ Em Vila Rica, coube também ao ouvidor a

⁴²⁹ Durante o período estudado, houve dois regimentos de ouvidores, um em 1721, outro em 1754. Houve queda de sua remuneração entre o primeiro e o segundo, reflexo provável da crise aurífera. Cf. SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e...* p. 59-61, p. 71. A fiscalização anual das câmaras municipais, feita pelo ouvidor, cumprindo suas atribuições acumuladas de corregedor, consistia em uma visita e a realização de uma série de perguntas, como: A quem serviam? Como eram feitas as eleições? Que poderosos causavam dano à República? E se havia qualquer outro problema, ao que passava a tratar das questões específicas da localidade. Cf. SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e...* p. 84, nota 124.

⁴³⁰ Curioso notar que, se em Vila Rica houve pedidos para criação de um juiz de fora, em Vila do Carmo houve queixas e posicionamento contrário à medida, que acabou sendo implementada em 1732. Este episódio é descrito em MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 – c. 1750*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. p. 245-246. Ao contrário do que Fernanda Bicalho mencionou para o Rio de Janeiro, em Vila Rica as intromissões dos ouvidores sobre as câmaras municipais foram razões de muitos conflitos. Onde havia juiz de fora, sua atuação parece ter freado esses desmandos, embora retirassem dos oficiais da câmara prerrogativas e emolumentos. Seria importante um estudo comparativo entre duas câmaras municipais com e sem este magistrado, para verificar se, naquela onde havia, os gastos com propinas aos próprios camaristas eram também elevados. Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 350; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 284-285; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local na América portuguesa...* p. 50-51.

⁴³¹ SOUSA, Avante Pereira. “Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias*

interferência na instituição local; os conflitos entre o setor dirigente local e este agente régio foram se intensificando ao longo dos setecentos, seja no processo eleitoral, na revisão anual dos gastos, ou mesmo em casos mais graves, que, como em 1720, 1735, 1757 e 1784, resultaram no afastamento de oficiais em meio aos mandatos, com auxílio do governador.⁴³²

A criação do bispado de Mariana, em 1748, e do Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, em 1751, apesar dos impactos gerados na estrutura administrativa, religiosa e judicial no centro-sul da colônia, não parecem ter reduzido o papel dos ouvidores em Minas Gerais.⁴³³ Ao contrário, do início ao fim do século XVIII, estes agentes régios aumentaram o rigor de sua atuação sobre as câmaras municipais, e desempenharam um papel político central na localidade, envolvendo-se com frequência nas principais revoltas da capitania, seja como articuladores, seja como provocadores. Em 1713, em Vila do Carmo, a atuação do primeiro ouvidor, Manuel da Costa Amorim, resultou em um motim; em 1718, um novo movimento em Catas Altas foi punido com excesso pelo ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa que, afastado do cargo, acabou integrando o grupo que se levantou em 1720, em Vila Rica, e que tinha como alvo, além do governador Conde de Assumar, seu sucessor na ouvidoria, Martinho Vieira.⁴³⁴

Os planos revolucionários da Conjuração Mineira, desarticulada em 1789, também contaram com o apoio de um ex-ouvidor, Tomás Antônio Gonzaga (no cargo de dezembro de 1782 a dezembro de 1786), crítico severo do governador Luís da Cunha Menezes (à frente da capitania mineira de outubro de 1783 a julho de 1888). As devassas que investigaram o movimento foram também conduzidas por ouvidores, o de Vila Rica, Pedro José de Araújo Saldanha, auxiliado pelo de Sabará, José Caetano César Manitti, que atuou como escrivão.⁴³⁵

Como se nota, a posição dos ouvidores oscilava. Como regra, cumpriam as atribuições para as quais eram indicados pelo monarca, representando, aparentemente, seus interesses na região. Na prática, em algumas ocasiões, embora pouco comuns, foi flagrante o estabelecimento de vínculos com a classe dominante local, como nos episódios de 1720 e 1789, o que justifica

e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. p. 314.; BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 350-351.

⁴³² O argumento reforça a tendência de aumento dos conflitos já indicada em SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 243.

⁴³³ Para uma visão divergente, ver SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e...* p. 10.

⁴³⁴ Ibidem. p. 80, 116, 128-131.

⁴³⁵ MAXWELL, Kenneth. *O livro de Tiradentes. Transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 8. Outros atritos envolvendo ouvidores, governadores e o setor dirigente local foram listados em um documento de 1732, cf. APM, SC, 18, fl. 47-49.

a permanência de alguns deles na região após o encerramento de seus mandatos.⁴³⁶ Havia, entre os agentes régios, não uma “autonomia da burocracia”, como já foi sugerido, mas uma contradição inerente aos problemas de agência, trabalhavam pressionados pelas expectativas régias e as circunstâncias locais, seus interesses e conveniências, que limitavam suas ações.⁴³⁷

Nessas circunstâncias o poder metropolitano dependia, em parte, do apoio de determinadas parcelas da classe dominante local, por isso os mecanismos de cooptação dos potentados, com cargos, mercês e prerrogativas amplas nas recém-criadas câmaras municipais. A dependência reduziu-se, drasticamente, a partir da década de 1720, quando o poder régio se consolidou nas áreas urbanas da capitania mineira, trazendo consigo uma unidade dos dragões.⁴³⁸ Isto não significa que o poder régio foi frágil na região, ao contrário, implica em afirmar que a capitania mineira foi estrategicamente tão importante para o Império português e, ao mesmo tempo, uma experiência tão peculiar, que exigiu do Estado uma estratégia mais complexa para se fazer presente. O ouro e o fisco, os interesses dos potentados, o grande número de escravos e desclassificados, a vastidão do território e as ameaças externas eram os principais elementos que dificultavam a administração local.⁴³⁹

Neste contexto as câmaras municipais não foram meros executores dos interesses régios em suas localidades, também atuaram como catalizadores dos interesses difusos dos diferentes setores da classe dominante local, já que era naquele espaço institucional que tomavam forma os interesses, por vezes divergentes, dos maiores mineradores, comerciantes e fazendeiros da região. Para além dessa dimensão, sob o ponto de vista administrativo, estas instituições, ao mesmo tempo em que davam voz oficial aos interesses dos grupos dominantes locais, também limitavam, por meio dos mecanismos que serão analisados a seguir, controlados pelos agentes régios, as prerrogativas da instituição e o poder efetivo desses grupos.⁴⁴⁰

Esta segunda dimensão parece ter preponderado, principalmente nas localidades mais importantes para o Império português, como Vila Rica, onde, apesar das resistências que

⁴³⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 123, 141, 145-147.

⁴³⁷ Para uma posição divergente, que afirma a “autonomia burocrática”, ver ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes...* p. 29-30.

⁴³⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 175-178.

⁴³⁹ SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação...* p. 77.

⁴⁴⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. “As câmaras municipais e o poder local: Vila Rica – um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa.” In: *Tempo*. Vol. 14, Num. 27. Niterói, jul-dez. de 2009. p. 30-31; SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. p. 182.

eclodiram durante a primeira década de funcionamento, os mecanismos de cooptação e controle do centro, sobre os grupos dominantes locais, atuaram com êxito. No limite, o setor dirigente local passou a agir para suavizar as diretrizes régias, ajustando-as, tanto quanto possível, aos interesses dos diferentes setores da classe dominante local.⁴⁴¹ À medida em que se intensificava a crise aurífera e as contradições do sistema colonial tornavam-se mais nítidas, esse alinhamento de interesses foi se mostrando cada vez mais contraditório e inviável.

Por parte da classe dominante mineira e seu setor dirigente, à frente das câmaras municipais, as resistências e enfrentamentos abertos foram mais comuns durante as primeiras décadas de funcionamento da instituição, quando o Estado ainda não havia se consolidado nas terras auríferas. Em 1722, por exemplo, o governador Dom Lourenço de Almeida enxergava as câmaras municipais como locais que abrigavam oficiais inquietos, pouco convidativos aos indivíduos mais bem situados na sociedade. No início da década de 1730, o governador interino Martinho de Mendonça de Pina e Proença denunciou, ao secretário de estado Antônio Guedes Pereira, as falas de Domingos de Abreu Lisboa que, enquanto presidente da Câmara Municipal de Vila Rica, em 1735, agitava o povo contra o governo e a capitação, dizendo “que as Minas foram descobertas, conquistadas e povoadas pelo povo, sem socorro nem despesa da Majestade”.⁴⁴² Este indivíduo, que acabou representando a localidade, naquele ano, em uma junta para implementação da capitação, terminou afastado da cúpula camarária pelos agentes régios, entrando para o grupo dos moradores locais que, permanecendo na localidade e sendo mencionado, de tempos em tempos, na documentação, jamais voltou a assumir qualquer posto no Concelho. Os interesses régios prevaleceram, e a capitação foi implementada.

De fato, durante certo tempo a Câmara Municipal de Vila Rica não se submeteu facilmente às pressões e imposições dos agentes régios, confirmando a análise de Charles Boxer.⁴⁴³ Foi preciso reprimir uma grande revolta em 1720, tramada por pai e filho, presidentes da instituição em 1719 e 1720,⁴⁴⁴ e ainda tolher, nas décadas seguintes, resistências de menor expressão como a de Domingos de Abreu Lisboa. De fato, os potentados dos primeiros tempos na região das minas, não tinham interesse em ver solidificada a máquina administrativa na localidade, pois ela trazia consigo o peso do fisco.⁴⁴⁵ Desarticuladas as resistências, ao menos no meio urbano, o acesso aos concelhos ficou restrito, na prática, aos representantes dos grupos

⁴⁴¹ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local e autonomia camarária...* p. 320.

⁴⁴² SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 162.

⁴⁴³ BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics...* p. 142.

⁴⁴⁴ Trata-se, em 1719, de Pascoal da Silva Guimarães, e em 1720, de João da Silva Guimarães.

⁴⁴⁵ GUEDES, João Alfredo Libânio. *História Administrativa do Brasil...* p. 68.

locais que não se opunham abertamente aos interesses régios na região, ou que o faziam dentro das vias institucionais. Este procedimento, de agir pelos meandros da administração colonial, ganhou força a partir da terceira geração local, que contava com indivíduos como Cláudio Manuel da Costa, forjados nos bancos da Universidade de Coimbra.

Portanto, os atritos mais significativos entre agentes régios e os diferentes setores da classe dominante local concentraram-se nos momentos de crise, como nas décadas de 1710 – em meio ao avanço do Estado e ocaso da era dos potentados – e 1780 – graças aos efeitos, na colônia, da viradeira e da crise aurífera. Entre estes dois períodos, o que mais se observou foram resistências brandas, passivas ou indiretas, comuns em outros espaços, como a que Edmundo Zenha identificou em São Paulo, em 1651, quando os camaristas usaram de um sofisma, alegando “obedecer” a uma provisão do governador, sem, contudo, lhe dar “cumprimento”, enviando, em seguida, recursos ao rei argumentando contra a ordem recebida.⁴⁴⁶

Estratégias parecidas, de resistência passiva, também foram identificadas por António Manuel Hespanha, como a “chicana burocrática”, que provocava travamentos administrativos por tempo indefinido.⁴⁴⁷ Esta estratégia, observada por André Cunha sob a ótica das transformações metropolitanas, tendia a favorecer os setores dirigentes coloniais em um primeiro momento para, em seguida, atender a diretriz dada pelo centro.⁴⁴⁸

Em Vila Rica esta manobra ocorria com certa frequência, às vezes com êxito para os camaristas, outras vezes nem tanto. De modo geral, diante destes impasses, a coroa parecia recuar para, em seguida, avançar e acabar fazendo prevalecer seus interesses: implementou as Casas de Fundição, esvaziando as câmaras municipais; implementou a capitação e, depois, pôs fim a ela, voltando com as Casas de Fundição e restaurando as prerrogativas das câmaras municipais. É verdade que, no caso da terça régia, os interesses do monarca não prevaleceram, mas ao que parece, muito mais por uma contingência irremediável, isto é, a falta de receitas no Concelho de Vila Rica a partir da década de 1750, do que por uma fragilidade dos agentes régios. As mudanças, em Minas Gerais, embora não ignorassem as articulações locais, parecem ter sido pautadas, fundamentalmente, pelas mudanças ocorridas no centro político e administrativo do Império português.

A preocupação dos administradores coloniais, no início do século XVIII, era que se concretizasse uma eventual aliança entre os inimigos externos de Portugal – outras nações

⁴⁴⁶ ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. p. 114.

⁴⁴⁷ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 50.

⁴⁴⁸ COSTA, André. *Sistemas fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777*. Tese de Doutorado. História Económica e Social. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2013. p. 72.

européias – e os inimigos internos na América portuguesa – parcelas indesejáveis da população, mas necessárias, como escravos, homens livres e pobres e determinados setores da classe dominante colonial. À época esta hipótese ganhou corpo, principalmente, em uma espécie de consulta testamentária deixada pelo conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa.⁴⁴⁹

Esta aliança nunca tomou forma, mas o temor se agravou com a eclosão da Guerra dos Emboabas (1707-1709) – conflito civil que eclodiu no centro da região aurífera, que contava com uma parca presença do Estado – e, logo em seguida, com a fracassada invasão francesa ao Rio de Janeiro, em 1710. Apesar do atraso inicial, o Estado foi rapidamente implementado na região do ouro. Quando do retorno dos franceses ao Rio de Janeiro, no final de 1711, já havia, nas áreas de mineração, três câmaras municipais – Vila do Carmo, Vila Rica e Sabará – que enviaram um corpo militar para expulsar os franceses, em um conflito que não chegou a ocorrer, por ter sido feito um acordo com os invasores.

A consolidação do Estado e do poder régio na região não se confunde, todavia, com a criação das câmaras municipais, sendo um processo muito mais lento e que gerou diferentes interpretações. Para Charles Boxer e Donald Ramos, a consolidação ocorreu após o fracasso da Revolta de Vila Rica e a criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1720. No entendimento de Laura de Mello e Souza, o poder régio só se consolidou na região durante o governo de Gomes Freire de Andrade e a desarticulação dos motins no sertão do Rio São Francisco, em 1736. Para Maria Aparecida Borrego, a consolidação só teria ocorrido em 1748, quando inaugurou-se o palácio dos governadores no morro de Santa Quitéria, atual praça Tiradentes.⁴⁵⁰ Parece razoável entender que, nas áreas urbanas, o Estado já havia se tornado a principal força política após o fracasso da Revolta de Vila Rica, em 1720, mas que só se consolidou, na capitania como um todo, quando desarticulou as últimas resistências nos sertões do rio São Francisco em 1736.

⁴⁴⁹ O documento foi estudado por Laura de Mello e Souza, cf. SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação...* p. 49; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra...* p. 92-93.

⁴⁵⁰ A consolidação do Estado em Minas Gerais não significa dizer que não havia oposição e, eventualmente, revoltas. Portanto, o fato de ter ocorrido movimentos em Pitangui em 1726 e 1744, não parece contestar o movimento geral de solidificação do poder régio, como é sugerido em ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes...* p. 24. Ver também: SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e...* p. 112-113, nota 191. STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p. 69; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 22-23; RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil. 1695-1726*. The University of Florida, 1972. p. 362.

Apesar da rapidez com que se consolidou, o atraso inicial do Estado em se fazer presente na região e as características específicas da sociedade que ali se formava deram àquela população um ar de insubmissão, constatado, no início do século XIX, pelo viajante Saint-Hilaire. Essa resistência foi sentida com maior nitidez, pelos agentes régios, nos momentos de maior agitação, como as décadas de 1710 e 1780. Em 1715, por exemplo, o governador D. Brás Baltasar da Silveira escreveu ao rei alegando não poder cumprir suas ordens em função da “liberdade” em que viviam os mineiros, solicitando substituto para o cargo.

No discurso em defesa da repressão ao levante da Revolta de 1720, atribuído ao governador Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, descrevia-se a região de modo semelhante.⁴⁵¹ Às vésperas da Conjuração Mineira, nas instruções dadas pelo ministro Martinho de Melo e Castro ao novo governador, Visconde de Barbacena, percebe-se que o tempo não apagou esses traços de insubmissão, pois recomendava-se zelo na região, por terem sido os mineiros aqueles vassalos que mais tempo levaram para obedecer ao rei.⁴⁵²

Essas resistências, quando envolviam a classe dominante e seus diferentes setores, eram preferencialmente desarticuladas com manobras institucionais, fosse pela utilização dos mecanismos descritos mais à frente, ou pela cooptação de integrantes destes grupos. A violência foi utilizada apenas em situações limítrofes, pelo custo político elevado, principalmente para os agentes régios envolvidos, como ocorreu com o Conde de Assumar quando da desmedida repressão à Revolta de Vila Rica, em meados de 1720. Quando, ao contrário, se tratava de negros nos quilombos – que, como as favelas contemporâneas, cercavam as entradas dos centros urbanos da época – ou mesmo a população livre e pobre, a relação se inverte, e a resposta preferencial parece ter sido a violência.

Esse traço da administração local não se inverteria ao longo dos setecentos, embora tenha mudado de foco e intensidade à medida que se agravava a crise aurífera. Entre 1721 e 1752, os governadores Dom Lourenço de Almeida, André de Melo e Castro e Gomes Freire de Andrade, e os interinos Martinho de Mendonça de Pina e Proença e José Antônio Freire de Andrade, ocuparam-se da organização da exploração dos diamantes e instauração do distrito diamantino, e da organização militar da capitania, tanto para apoiar os conflitos externos no sul

⁴⁵¹ A citação completa de Assumar sobre a região das minas é: “[...] os dias nunca amanhecem serenos: o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre [...] a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza ainda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.” Cf. SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico e político sobre a sublevação...* p. 59.

⁴⁵² STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro...* p. 61-63.

da colônia, como para combater a ameaça interna representada pelos quilombos que se espalharam por toda capitania.

Os governos seguintes, a partir de 1763, ao que parece, foram menos violentos, pois tiveram de lidar com o ônus social crescente provocado pela crise aurífera, representado pelo crescimento dos desclassificados do ouro, o que se refletiu, inclusive, nas prerrogativas e nas contas do Concelho de Vila Rica como já foi demonstrado nos capítulos anteriores. Durante a década de 1780 o governo de Luís da Cunha Menezes provocou uma reviravolta na capitania, representou uma espécie de viradeira tardia na localidade. Imortalizado como o “Fanfarrão Minésio” nas Cartas Chilenas atribuídas ao então ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, o governador teve uma reputação local tão ruim quanto à gozada pelo Conde de Assumar, não por ter reprimido os povos com a intensidade deste, mas por atacar, ao seu modo, os interesses da classe dominante local, sobrepondo aos arranjos locais os interesses régios.⁴⁵³

Portanto, a violência foi um recurso utilizado contra a classe dominante local, pelos governadores e ouvidores, apenas em situações limítrofes. Foram pouco comuns os conflitos que chegaram às vias de fato, ou mesmo as prisões envolvendo camaristas e ouvidores. Isso porque havia um conjunto de mecanismos, no cotidiano da administração local, que permitiam um controle mais suave e efetivo sobre os Concelhos, por parte dos agentes régios.

5.2 O controle sobre o processo eleitoral: manipulações e atritos

A primeira das formas de controle não violentas – descontada a criação das próprias câmaras municipais, que já era, em si, uma tentativa de controlar diferentes setores da classe dominante local – envolvia a filtragem e, em alguns casos, a manipulação do processo eleitoral para os postos centrais dos concelhos locais. Essa interferência era feita pelo ouvidor e, em alguns momentos mais delicados, pelo próprio governador. No ato de criação desta instituição em Vila Rica, por exemplo, o governador Antônio de Albuquerque tomou o cuidado de estabelecer um equilíbrio entre paulistas e emboabas, quebrado no decorrer dos anos em favor dos segundos. Os potentados da região só eram tolerados quando absorvidos pela estrutura administrativa do Estado, os mais resistentes, como Manuel Nunes Viana, Domingos Rodrigues do Prado e Francisco do Amaral Gurgel, não tiveram espaço nas novas instituições, embora não

⁴⁵³ Para este e os parágrafos anteriores, cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro...* p. 191.

lhes tenham cabido as penas máximas e violentas reservadas aos negros, pobres e indígenas. Mantiveram suas posses, mas não o mesmo poder.⁴⁵⁴

O processo eleitoral para escolha da cúpula camarária, isto é, dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador, oscilou significativamente em Vila Rica ao longo das décadas estudadas. Em todos esses momentos, no entanto, não apresentou qualquer face democrática, ao contrário do que sugeriu Edmundo Zenha. O funcionamento cotidiano da instituição esteve ainda mais distante desse ideal, ela não era acessível à maior parte da população, não respondia a seus anseios, e não parece ter priorizado a satisfação do bem comum.⁴⁵⁵

A maior parte da população, no período colonial, desenvolveu-se alheia ao Estado; mais do que desencorajada, foi excluída da vida política e eleitoral, ao passo que a classe dominante, ao menos no âmbito local, acostumou-se, desde a fundação das primeiras vilas e cidades coloniais, a tratar o Estado como sua propriedade.⁴⁵⁶ O sufrágio não era universal, nem ao menos incluía os homens livres pobres ou os setores médios da sociedade, restringia-se aos chamados “homens bons”, isto é, algumas dezenas de membros da classe dominante local que integrava uma lista de eleitores, confeccionada pelos seus pares, sob a filtragem do ouvidor.

O acesso a estas listas de eleitores, em diferentes câmaras municipais do Império português, não é tarefa fácil, pois não era comum que fossem compartilhadas ou integrassem

⁴⁵⁴ A primeira eleição em Vila Rica foi coordenada pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho, em 8 de junho de 1711. Convocou-se o líder de cada um dos arraiais que passariam a compor o termo da nova vila, para que indicassem o conselho eleitoral que seria composto por seis indivíduos, três paulistas e três emboabas, para que, por sua vez, indicassem dois juízes, três vereadores e um procurador para guiar a instituição até o final daquele ano. A posse e o estabelecimento do pelourinho foram feitos no dia seguinte, mas a primeira vereação só ocorreria em 21 de julho daquele mesmo ano. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local...* p. 37; SOUZA, Laura de Mello e (Estudo Crítico). *Discurso histórico...* p. 52.

⁴⁵⁵ Para uma visão divergente, ver ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil...* p. 73-74. As câmaras municipais coloniais, não destoam da organização institucional histórica do Brasil, eram forjadas em favor das oligarquias locais e contra o povo. Ver PAIM, Antônio. “Oliveira Vianna e o pensamento autoritário no Brasil”. In: VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Volume 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: EDUFF, 1987. p. 179.

⁴⁵⁶ Oliveira Vianna definiu bem as câmaras municipais coloniais: “estas organizações, no período colonial, não eram, nem nunca foram, organizações de tipo democrático; eram corporações de tipo oligárquico e aristocrático, não tendo o povo – como elemento de expressão da massa – nenhuma participação nelas.” Mesmo o procurador do povo, eleito em momentos de crise, embora falasse pelas massas, era homem da classe dominante. Cf. VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Volume 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: EDUFF, 1987. p. 108-110, 114-118. Embora verdadeira, essa observação serviu de base para Oliveira Vianna desenvolver o que Antônio Paim chamou de “autoritarismo instrumental”, que amparou, em parte, o movimento cívico-militar que suprimiu a democracia e as eleições diretas para presidente, no Brasil, entre 1964 e 1989. Em síntese, Vianna entendia que, por ser a maioria do povo despreparada para a participação democrática, dever-se-ia abolir o sufrágio universal, e restringir o direito a voto aos trabalhadores sindicalizados e demais setores politicamente esclarecidos da sociedade. Cf. VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Volume 2... p. 142-145, 180.

cartas, também não parecem ter formado séries documentais. Em Vila Rica, foi possível obter a lista de eleitores em alguns anos, de maneira indireta. Em dezembro de 1735, os oficiais camarários convocaram os moradores para votar nas eleições para compor a cúpula do ano seguinte e, em dezembro de 1736, repetiram o ato, pois as eleições, a este tempo, não eram trienais.⁴⁵⁷ Nas duas ocasiões, os oficiais da câmara ordenaram ao escrivão Antônio Falcão Pereira que encaminhasse uma carta convocando os eleitores para votação no dia 8 de dezembro. Por sorte o escrivão registrou nas atas os nomes dos destinatários, nas duas ocasiões.

Foram convocados 17 indivíduos em dezembro de 1735, e 31 indivíduos em dezembro de 1736. A maioria, a esta altura, possuía patentes militares de ordenança, e já havia integrado a cúpula camarária em outras ocasiões. A diferença no número de convocados de um ano para o outro é estranha, talvez a primeira lista estivesse incompleta, ou se tenha ampliado o número de votantes em função dos atritos protagonizados em 1735 pelo juiz ordinário Domingos de Abreu Lisboa, contrário à capitação. Curioso notar que, de todos os indivíduos convocados a votar, nenhum havia servido antes da Revolta de Vila Rica, em 1720, o que reforça a ideia de ruptura geracional, provocada por este conflito, e indica que a interferência no processo eleitoral tinha início na própria confecção da lista de eleitores.⁴⁵⁸

Também foi possível obter a lista de eleitores para uma eleição de barrete realizada em 3 de março de 1750, para a escolha de um juiz ordinário em substituição ao eleito nos pelouros, que não pôde assumir. Ao contrário do que já se afirmou em trabalho recente,⁴⁵⁹ estes processos eleitorais para substituto não ficavam a cargo dos oficiais da câmara, mas dos mesmos indivíduos que votavam nas eleições gerais, ou seja, o seleto grupo de “homens bons” formado por algumas dezenas de indivíduos.⁴⁶⁰ Ao que parece, os próprios camaristas não tinham interesse em ampliar o número de eleitores, tanto que, em outra eleição de barrete, para escolher

⁴⁵⁷ Até onde foi possível apurar, as eleições em Vila Rica foram trienais durante a década de 1710; passaram a ser anuais, por iniciativa do Conde de Assumar, logo após a Revolta de Vila Rica, em 1720; e retornaram ao padrão trienal a partir de dezembro de 1747.

⁴⁵⁸ APM, CMOP 35. fls. 61v-62; APM, CMOP 32. fls. 71-72.

⁴⁵⁹ Cf. MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. p. 117.

⁴⁶⁰ APM, CMOP 56, 26-27v. Destaca-se que o sargento-mor Domingos de Abreu Lisboa afastado da cúpula camarária em meados da década de 1730, por se posicionar contrário à capitação, continuava residindo na vila, gozando de patente militar de ordenança, e votando nas eleições locais, mas nunca mais voltou a exercer qualquer cargo no concelho. Os números de eleitores não sofreram grande alteração até ao menos a metade do século XVIII. Em 1740, por exemplo, foram convocados apenas 35 eleitores para a confecção do pelouro, à época ainda anual. Em 1750, quando as eleições já eram trienais, foram convocados 38 eleitores para uma votação de barrete. Cf. APM, CMOP 43, fl. 13v; APM, CMOP 55, fls. 15v-16.

um substituto para o vereador eleito para o ano de 1774, doutor Francisco Barbosa de Miranda Saldanha, os camaristas recorreram ao ouvidor José da Costa Fonseca, solicitando que o agente régio limitasse a lista de eleitores a aqueles que já haviam servido à cúpula camarária em outras ocasiões, ou ao menos que tivessem exercido o posto de almotacé ou tesoureiro.⁴⁶¹

As eleições poderiam ser anuais em localidades com poucas pessoas aptas a serem eleitas, ou trienais, quando o número de possíveis eleitos já era maior. Os mandatos, no entanto, sempre foram anuais. Isto ocorria porque, pelas Ordenações Filipinas, não se poderia eleger o mesmo indivíduo para dois cargos em uma mesma eleição, e ao final do mandato, o indivíduo deveria ficar ao menos três anos sem exercer um novo posto no concelho. Em locais onde não havia muitos aptos, as eleições ocorriam anualmente, bastando o indivíduo ficar um ano sem servir para poder ser eleito novamente. Essa regra nem sempre foi seguida em Vila Rica, embora tenha predominado o revezamento dos camaristas.⁴⁶²

O pleito era composto por etapas. No dia 8 de dezembro de cada ano, ou ao final de cada triênio, nos locais onde vigorava o sistema trienal, o seletor grupo apto a votar comparecia ao concelho para eleger, entre si, por maioria simples, seis eleitores, que formavam três duplas. Cada par de eleitores confeccionava uma lista contendo três nomes para cada função, que em seguida eram “apuradas” ou “limpas” pelo presidente do processo, o ouvidor, ou em sua falta, o juiz mais velho em exercício.⁴⁶³ Ao final desse ajuste, formavam-se três listas com os nomes eleitos, cada qual inserida em um pelouro, isto é, uma bola de cera. No dia 26 de dezembro de cada ano, em reunião extraordinária, o cofre dos pelouros era aberto e um menino de sete anos, representando a pureza e inocência, sorteava um deles, contendo os nomes dos que serviriam no ano seguinte. Ao final do triênio, esgotados os pelouros, era realizado um novo pleito.

Após a eleição, dava-se ciência aos eleitos, e encaminhava-se ao ouvidor a solicitação da carta de usança, isto é, a autorização para que fosse dada a posse aos eleitos, a ser realizada

⁴⁶¹ APM, CMOP 103, fls. 10v-11.

⁴⁶² Cf. BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009. p. 89. Segundo Edmundo Zenha, apesar das regras que impediam a permanência dos mesmos indivíduos por mais de um ano na cúpula camarária, havia, em toda colônia, uma tendência ao “entrincheiramento”, provocado por algum atrito local provocado para impedir a realização das eleições. Foi justamente o que quase ocorreu em 1671, em São Paulo, e o que ocorreu em dezembro de 1716 em Vila Rica, quando os oficiais que estavam terminando seu mandato, em função de um atrito com o ouvidor, prolongaram-se no poder até 1718. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 87.

⁴⁶³ Edmundo Zenha equivocou-se ao afirmar que o sufrágio colonial era universal, e definiu a atuação do ouvidor, no ato de “apurar” ou “limpar” a pauta, isto é, a lista dos eleitos, como sendo para impedir que parentes servissem juntos em um mesmo ano. É provável que, no cotidiano das eleições, a interferência do ouvidor não se limitasse a esse zelo. Cf. ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 79, 84.

nos primeiros dias de janeiro. Era comum que ocorressem imprevistos. O eleito, a princípio, era obrigado a servir, mas poderia solicitar ao ouvidor a “deixação” do cargo, devidamente justificada, que, em Vila Rica, era frequentemente aceita pelo agente régio. Em outros casos, menos frequentes, o ouvidor não fornecia a carta de usança, por entender que o eleito não estava apto a servir, inviabilizando a posse.⁴⁶⁴

Em se tratando de uma localidade há pouco ocupada, de uma câmara municipal recém-criada e de uma sociedade onde o peso do passado e da tradição era bem menor, a ocupação inicial dos postos camarários foi importante, inclusive, para delimitar o grupo dos chamados “homens bons”. Inicialmente, eram considerados aptos aqueles que possuíam algum destaque social. Com o passar do tempo, passaram a ser aptos aqueles que já haviam ocupado postos no governo local ou que pertenciam a famílias que já o tinham realizado.⁴⁶⁵ Aos poucos, o próprio espaço institucional e o controle do ouvidor sobre o processo eleitoral foram forjando as novas gerações de “homens bons”, o que ajuda a explicar, em parte, o maior alinhamento da segunda e terceira gerações aos interesses régios, em comparação à primeira geração.

A oligarquia que se formou à frente das câmaras municipais mineiras, aos poucos, e sob os moldes dos agentes régios, não se restringiu à ocupação dos postos camarários. Coube a esta instituição e, portanto, à oligarquia que a controlava, indicar, nos anos iniciais, os cobradores dos quintos, e depois da perda dessa atribuição, mantiveram outras, como a indicação da lista tríplice em caso de vacância em postos das milícias locais, cuja escolha final recaía sobre o governador, e ganharam outras atribuições, como, a partir de 1750, a indicação de fiscais trimestrais das Casas de Fundação e dos cobradores das derramas e dos subsídios voluntário e literário. Estes postos recaíam, sempre que as listas tríplices eram seguidas, nas mãos da própria oligarquia local, que aumentava seu poder e, ao mesmo tempo, reforçava sua aproximação com os agentes régios e com o Estado.⁴⁶⁶

Em outras localidades importantes, a eleição foi ainda mais controlada pelos agentes régios. Na Câmara Municipal de Macau, usada por muitos autores como exemplo máximo da

⁴⁶⁴ Ao contrário do que afirmou Carmem Lemos, as cartas de usança emitidas pelo ouvidor parecem não ter se restringido aos ofícios judiciais, também abrangeram vereadores e procuradores. Cf. LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003. p. 40; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os concelhos e as comunidades.” In: *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 282. Sobre o processo eleitoral, ver: PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...* p. 312-314; BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics...* p. 5-7.

⁴⁶⁵ LIRA, Augusto Tavares de. *Organização política e administrativa do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1941. p. 32-33; ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil...* p. 92.

⁴⁶⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *O governo local na América portuguesa...* p. 64-65.

“autonomia” local, os pelouros trienais foram encerrados em 1687 e, no ano seguinte, a lista dos indicados pelos seis eleitores passou a ser submetida diretamente ao vice-rei da Índia. Pouco depois, Salvador também trocou os pelouros pela indicação dos juizes do Tribunal da Relação da Bahia, que confeccionavam as listas e as submetiam ao vice-rei, a quem cabia a escolha.⁴⁶⁷ Em Vila Rica a intervenção não chegava a tanto, era mais sutil e, apesar de apresentar algumas brechas, havia um controle considerável.

Como se observa, o processo eleitoral no período colonial, mesmo envolvendo poucos indivíduos, parece ter sido fonte de atritos em diversas regiões do Império português, justo por ser desenhado para permitir ao ouvidor agir de maneira preventiva, evitando, tanto quanto possível, a entrada na cúpula camarária de indivíduos não alinhados aos interesses régios. No Rio de Janeiro, por exemplo, as queixas dos camaristas contra as manipulações eleitorais do ouvidor são fartas. Em 1764, acusavam o agente régio de interferir com o propósito de eleger, para a cúpula da instituição, pessoas de “baixa sorte”, que não eram “homens fidalgos”, e que, por isso, prejudicavam o serviço ao rei e ao “bem comum”. Argumento semelhante foi utilizado, na mesma localidade, no final do século XVII, para denunciar que o então ouvidor, Manuel de Souza Lobo, agia para beneficiar “pessoas hebreias” nos pleitos eleitorais.⁴⁶⁸

Em 1729, quando a câmara fluminense já possuía juiz de fora, este agente régio, associado aos demais camaristas, contrapôs o governador Luiz Vahia Monteiro, que tentava impor à instituição a eleição de um vereador de barrete, não desejado por seus oficiais. Este episódio, somado à anulação das eleições em 1730, levou os camaristas a acionarem o rei, queixando-se das constantes interferências dos agentes régios, principalmente dos ouvidores, que historicamente contribuíam para o ingresso de “hebreus”, com “defeitos mecânicos e de sangue”. O embate, também aqui, parece ter ocorrido entre um setor proprietário de terras, que tradicionalmente ocupava os espaços de representação local e que, inclusive, alegava ter pago mais de 600 mil cruzados para resgatar a cidade dos franceses, em 1711, contra um outro setor, mais novo, vinculado ao comércio de abastecimento de Minas Gerais.⁴⁶⁹

Também em Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello identificou, em sua obra, não só a disputa entre diferentes setores da classe dominante local, mas a manipulação desses conflitos,

⁴⁶⁷ BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 196-197.

⁴⁶⁸ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império...* p. 375-375.

⁴⁶⁹ BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras municipais no Império português: o exemplo do Rio de Janeiro.” In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 36. São Paulo, 1998. p. 6-7.

que tinham lugar, também, durante os pleitos eleitorais, a favor dos interesses régios, tomando partido, vez ou outra, de determinadas facções.⁴⁷⁰

Portanto, os conflitos e manipulações eleitorais não foram exclusividade de Minas Gerais, ao contrário, foram fenômeno generalizado em toda a colônia. Na capitania mineira, porém, tanto pela condição tardia em que se deu a presença inicial do Estado, quanto pela importância econômica que a região ganhou para o Império português, estes episódios assumiram uma outra proporção. O controle eleitoral foi feito, inicialmente, pelo próprio governador Antônio de Albuquerque, quando da criação das primeiras vilas e câmaras municipais, em 1711. Nesta primeira eleição, em 1711, a escolha dos camaristas foi feita seguindo as indicações do governador que, para pacificar a região, equilibrou as forças eleitas: três vinculados ao partido emboaba, outros três aos remanescentes paulistas. Nos anos seguintes, no entanto, este equilíbrio artificial se desfez. Em 1712 e 1713 não parece ter havido eleição, tudo que se registrou foi o envio, em 1º de janeiro, de um único pelouro, do ouvidor Manuel da Costa Amorim, aos camaristas.⁴⁷¹ Em dezembro de 1713, o Concelho local já contava com um cofre de três chaves para abrigar os pelouros, e estava apto a realizar sua primeira eleição trienal, realizada em 28 de novembro de 1713, sem a presença do ouvidor.⁴⁷²

Ao final de 1716, era necessária a realização de uma nova eleição trienal. Nos últimos dias de dezembro, o Concelho se tornou palco de um grave conflito. O novo ouvidor, Manuel Mosqueira da Rosa, pretendia coordenar a confecção dos pelouros trienais, e encaminhou, por meio do escrivão da câmara, uma orientação, para que os oficiais que se encontravam em exercício não comparecessem ao ato de votação, o que gerou grande indignação entre os camaristas. Não se chegou a um acordo, e os camaristas daquele ano seguiram exercendo suas funções até que a questão fosse julgada no Tribunal da Relação da Bahia.⁴⁷³

⁴⁷⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco (1666-1715)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 161-162.

⁴⁷¹ Consta na ata: “[...] para efeito de abrir o pelouro o qual abriram que estava fechado e lacrado e cozido com cinco pingos e lacre na forma que o remeteu a este Senado o corregedor da comarca o Doutor Desembargador Manoel da Costa de Amorim, e aberto se acharam.”. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715*. Coleção Casa dos Contos. fls. 6-7.

⁴⁷² Neste primeiro momento as chaves ficavam com um juiz ordinário, o vereador mais velho e o procurador. Nas décadas seguintes, uma das chaves passaria a ficar com o ouvidor. Tem-se a certeza de que a eleição realizada em dezembro foi trienal, porque, ao final de 1714, foi necessário chamar um menino de seis ou sete anos para realizar o sorteio dos pelouros restantes, o que foi dispensado em dezembro de 1715, por só restar um pelouro. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715*. Coleção Casa dos Contos. fls. 6-7.

⁴⁷³ ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte*, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p. 24-26.

Ao longo dos dois anos seguintes, pouco a pouco estes oficiais foram sendo afastados de suas funções, por meio de várias eleições de barrete. Os votantes, nessa primeira década, parecem ter sido ainda menos numerosos. Em 25 de janeiro de 1717, por exemplo, estando ausente o vereador capitão Domingos de Araújo Dantas, foi eleito para o cargo, com apenas nove votos, o capitão Manuel de Matos Fragoso.⁴⁷⁴

Uma nova eleição trienal em Vila Rica só ocorreria em 28 de dezembro de 1718, durante o governo de Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar.⁴⁷⁵ Embora, aparentemente, o retorno à eleição trienal possa sugerir uma volta à normalidade, o ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa, que havia protagonizado o conflito com os camaristas em dezembro de 1716, em torno da eleição trienal, acabou não comparecendo a este novo pleito. O resultado não poderia ter sido mais desastroso para o governador, Pascoal da Silva Guimarães, que, até então, nunca havia assumido qualquer posto na cúpula camarária, foi eleito juiz ordinário e presidiu a instituição em 1719. No ano seguinte, seu filho, João da Silva Guimarães, também seria eleito, desta vez por barrete, para a mesma função.

Desenhava-se, não pelo controle, mas nesse momento inicial, pela ausência dele por parte dos agentes régios sobre o Concelho local, o prenúncio da Revolta de Vila Rica. Nota-se, portanto, que foi por conta da falha deste mecanismo de controle – a manipulação e filtragem do acesso de determinados grupos locais à câmara municipal – que foi necessário, em meados de 1720, quando estourou o levante, que se recorresse à repressão física.⁴⁷⁶ Nos meses finais desse ano, a localidade vivenciou as consequências do fracasso do movimento. O governador soube punir o Concelho. Além da imposição de gastos, que consumiria, nos anos seguintes, mais de 60% da arrecadação da instituição, passou a exercer um controle severo das eleições para a cúpula camarária. O ouvidor Martinho Vieira parece ter escolhido, sem consulta, os camaristas que serviriam no ano seguinte:

[...] Logo neste dia mês e ano deu entrada o Doutor Corregedor desta Comarca, Martinho Vieira, deu entrada nesta Casa da Câmara a prover os livros e tudo o mais pertencente a este Conselho, fazendo audiência geral a todos, atendendo a requerimentos. E assim mesmo, fez eleição dos oficiais que hão de servir o ano que vem de 1721 e feita a pauta e pelouro, mandou meter no cofre de quatro chaves, repartindo-as pelas pessoas seguintes: ao sargento Manuel Gomes da Silva, uma, ao juiz ordinário João Domingos de Carvalho, outra, ao sargento-mor Antônio Martins

⁴⁷⁴ ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica, 1716-1721... p. 28-29.

⁴⁷⁵ ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica, 1716-1721... p. 89-90.

⁴⁷⁶ Convém salientar que o ouvidor ausente na eleição de dezembro de 1718 participou do levante em 1720, ao lado do beneficiário daquele processo eleitoral, Pascoal da Silva Guimarães.

Lessa, outra, ao capitão Antônio da Costa de Gouvêa, outra, de que fiz este termo que assinaram [...] ⁴⁷⁷

Em 14 de janeiro de 1721, o governador Conde de Assumar, que poucos meses depois deixaria o cargo e retornaria a Lisboa, escrevia ao rei narrando a intervenção feita na Câmara Municipal de Vila Rica, descartando o último dos pelouros trienais:

[...] o que bem se mostrou na antecipada diligência com que em todas as vilas se procurou neste ano [1720] estabelecer nas câmaras as pessoas mais desafetas ao serviço de Vossa Majestade, sendo este um grande fundamento das esperanças destes povos para poderem iludir a execução das reais ordens que, suspeitam, virão este ano na frota, porque como tem visto que encostando-se as câmaras as opiniões dos povos, acham nelas um grande apoio, entraram nesse ano aprovar para servir nelas todas aquelas pessoas que entendiam lhe podiam servir para o futuro, rejeitando aqueles que suspeitaram se poderiam unir aos interesses reais, se é que há nesse país alguma de quem isto se possa crer. Nessa comarca pude preveni-lo [Vila Rica], porque antecipadamente lhe apliquei o remédio conveniente, e assim ficam servindo nas duas câmaras, desta Vila [do Carmo] e Vila Rica, pessoas que se pode esperar mais fidelidade, ou que sejam menos infieis. Nas do Rio das Mortes não foi necessário prevenção, porque como os pelouros já estavam feitos havia três anos, saíram eleitos os que naturalmente estavam nomeados sem preocupação antecedentes. ⁴⁷⁸

A partir destas intervenções os pelouros passaram a ser anuais, como era facultado a pequenas localidades, onde havia poucos indivíduos aptos a servir. Na prática, retirava-se o fator sorte do processo, ampliando o controle exercido pelo ouvidor. Apesar da dificuldade em se mapear o formato destas eleições ao longo das décadas de 1720 e 1730, nem sempre bem detalhadas nas atas, o processo manteve-se anual até dezembro de 1747, quando restauraram-se as eleições trienais com mandatos anuais. Nesta ocasião, as eleições dos juizes dos órfãos, que já eram feitas a cada três anos, passaram, por ordem régia, a ser realizadas sempre juntas com a confecção trienal dos pelouros para os postos da cúpula camarária. ⁴⁷⁹

Os pleitos eleitorais também provocavam embates internos. Em 1742, por exemplo, as eleições ainda eram anuais, mas os pelouros, a cada três anos, traziam o eleito para juiz dos órfãos. Naquela ocasião, o escolhido foi o doutor Manuel Teixeira de Carvalho, empossado em 10 de janeiro. ⁴⁸⁰ Os oficiais, como de costume, tomaram posse no dia primeiro de janeiro e, logo em seguida, durante a mesma vereação, deu-se o embate em torno da idade de dois dos

⁴⁷⁷ ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica, 1716-1721... p. 157-158.

⁴⁷⁸ APM, SC 4, fls. 906-909.

⁴⁷⁹ APM, CMOP 52, fls. 128v-129; APM, CMOP 79, fls. 110v-111v. Durante a posse dos oficiais do ano de 1744, apareceu, pela primeira vez, o nome do tesoureiro entre aqueles eleitos nos pelouros, sendo escolhido Pantaleão da Costa Dantas. Cf. APM, CMOP 112A, fls. 67-67v.

⁴⁸⁰ APM, CMOP 42, fls. 68-68v.

três vereadores eleitos, o que revela a importância da hierarquia interna dentro da cúpula camarária, definida, entre juízes e vereadores, pelo critério da idade.

A princípio, o vereador mais velho era o sargento-mor Tomás de Aquino Gomes, e assim procedeu-se a posse. Todavia, João Lopes Ferreira, empossado segundo vereador, protestou, alegando ser o mais velho e apresentando certidão. Apesar de Tomás de Aquino Gomes não apresentar qualquer comprovação de idade, os oficiais concluíram que o militar era mais velho, por alegar ter 53 anos, e assim aparentar.⁴⁸¹ Ser o vereador mais velho era importante por permitir, ao ocupante, responder pela instituição na falta dos juízes ordinários.

Outro conflito interno entre os oficiais foi registrado em 26 de dezembro de 1742, quando da abertura do pelouro com os nomes dos oficiais eleitos para o ano seguinte. Ao final da reunião os oficiais que encerravam seus mandatos colocaram em pauta uma contestação a uma provisão do ouvidor, feita em correição, para que se cumprisse o costume de os oficiais de um ano servirem como almotacés por dois meses durante o primeiro semestre do ano seguinte. A contestação partiu dos juízes ordinários, que deveriam servir, em dupla, nos meses de janeiro e fevereiro. O juiz mais moço, o guarda-mor Francisco Ferreira Velho, alegava não ter condição de servir por padecer de moléstia e necessitar de cuidados médicos, apresentando certidão. Diante do exposto, o juiz mais velho disse que, se seu companheiro não exerceria o posto, ele também não o faria, sem indicar motivo. O exemplo foi seguido pelos demais oficiais, que se recusaram a exercer a função. Em seguida, elegeram almotacés para os dois meses iniciais de 1743, o alferes Manuel Camelo e o licenciado Inácio Mendes de Vasconcelos.⁴⁸² Essa situação demonstra que a ocupação do posto de almotacé era um verdadeiro peso para indivíduos com maior destaque na localidade. Essa situação parece ter mudado a partir de meados da década de 1750, quando a Câmara Municipal passou a gerenciar a cobrança do subsídio voluntário, tarefa delegada aos almotacés.⁴⁸³

Não resta dúvida de que, em Vila Rica, forjou-se às pressas uma oligarquia, e que a Câmara Municipal, implantada no calor do processo de pacificação da guerra dos emboabas, foi a fôrma utilizada para moldar esta oligarquia. Mas também não há dúvida de que as mãos que a moldaram (e nem sempre de forma pacífica), por controlar o acesso e a permanência dos indivíduos nestes espaços, foram as mãos dos governadores e, principalmente, dos ouvidores.

Nas últimas décadas do século XVIII, esta oligarquia já estava perfeitamente inserida na estrutura administrativa colonial, para além das câmaras municipais, milícias locais, santas

⁴⁸¹ APM, CMOP 42, fls. 64v-66v.

⁴⁸² APM, CMOP 42, fls. 17v-18v.

⁴⁸³ APM, CMOP 69, fls. 283-283v.

casas e casas de fundição. No início do governo de Luís da Cunha Menezes, em outubro de 1783, que marcou o início dos efeitos da viradeira em Minas Gerais, Tomás Antônio Gonzaga era ouvidor em Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa já era o indivíduo que por mais vezes havia ocupado os postos centrais do Concelho, e já havia servido, durante a primeira metade da década de 1760, como secretário de governo de Luís Diogo Lobo da Silva. Além destes, outros inconfidentes, pertencentes à classe dominante local, mas não necessariamente ao seu setor dirigente, estavam em aparente harmonia com o governo. Alvarenga Peixoto, Álvares Maciel e um dos mais ricos, o contratador João Rodrigues de Macedo, e parte significativa dos potentados da região que, ao longo do século XVIII, fortaleceram sua autoridade e seu poder, junto, e não em oposição ao fortalecimento do Estado na região, passaram, repentinamente, a discordar e a combater este mesmo Estado – embora não o fizessem de modo aberto e declarado –, quando, sob o novo governo de Luís da Cunha Menezes, este passou a limitar os privilégios históricos concedidos a estes grupos durante o reinado de D. João V e, principalmente, o período pombalino. Entre essas medidas estava a tributação, que se tornou ainda mais odiosa, em função da crise aurífera. Os tempos eram outros, o sistema colonial dava sinais derradeiros de crise nas terras mineiras, o caminho para a Conjuração Mineira começava a ser trilhado.⁴⁸⁴

As câmaras municipais coloniais, além de não serem democráticas, em nenhuma hipótese podem ser associadas a espaços de defesa do interesse coletivo, não foram pensadas e não funcionavam com esse objetivo. Estas instituições não foram uma necessidade da classe dominante local, mas uma imposição régia; representavam, aos olhos do monarca, estabilidade e continuidade, mas tinham como efeito colateral o favorecimento de uma parcela cooptável dos potentados locais.⁴⁸⁵ A criação dessas instituições deu aos setores que a puderam ocupar, poderes mais amplos, embora, ao longo das décadas, os tenham tornado mais dependentes do Estado e, portanto, do rei. Tornaram-se, com o tempo, “soberanozinhos da aldeia”, para usar o termo de Oliveira Vianna, submetidos apenas e cada vez mais ao monarca. Transplantou-se para o novo mundo um formato institucional, mas o espírito público, o zelo e a consciência do bem comum, se chegou a existir no reino naqueles tempos, certamente não cruzou o Atlântico, na colônia fez-se presente apenas na retórica dos camaristas.⁴⁸⁶

⁴⁸⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 197-200.

⁴⁸⁵ BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics...* p. 145.

⁴⁸⁶ VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Volume 1... p. 128-130, 135.

5.3 A terça régia e o controle orçamentário

A terça régia foi um imposto instituído pela Fazenda Real sobre algumas câmaras municipais, equivalente a um terço das rendas anuais destas instituições. Destinava-se a cobrir os gastos com a defesa da localidade, como construção de quartéis, muros e fortalezas. Sua origem remonta a *anúduva*, obrigação feudal aplicada aos peões, que deveriam dedicar parte de seu trabalho à construção e reparo das estruturas defendidas dos locais onde habitavam. A reforma tributária de 1272, durante o reinado de D. Afonso III, transformou essa obrigação em um tributo pago com dinheiro. Com o passar dos séculos, a cobrança passou a incidir, não mais sobre os trabalhadores, mas diretamente sobre as rendas dos concelhos.⁴⁸⁷

O momento de maior difusão desse tributo parece ter ocorrido durante a União Ibérica (1580-1640), para compensar, em parte, a perda orçamentária provocada pela série de conflitos contra os inimigos da Espanha, para os quais Portugal foi arrastado. Os concelhos com rendas menores eram isentos do tributo, por isso, antes de a coroa o impor, era necessário verificar sua viabilidade através da análise das receitas da localidade. Em Vila Rica essa verificação ocorreu, principalmente, durante as décadas de 1730 e 1740, em meio a uma pressão crescente dos ouvidores sobre as finanças locais, o que provocou a compressão das despesas e a formação de um *stock* considerável no caixa da instituição.⁴⁸⁸

Estas pressões ocorriam, principalmente, através das correições⁴⁸⁹ anuais feitas sobre os concelhos pelos corregedores, ou, em Minas Gerais, pelos ouvidores. O procedimento incluía, entre outras ações, a revisão das receitas e despesas feitas pela cúpula camarária no ano anterior. Em Salvador, a terça régia foi paga com regularidade durante todo o século XVIII, embora as correições não ocorressem todos os anos, e fossem marcadas, não por conflitos, mas por um tom amistoso e pelo elogio mútuo entre camaristas e o corregedor.⁴⁹⁰ Em Vila Rica, a realidade era outra. As correições, ou mais precisamente os autos de conta feitos pelo ouvidor, não chegaram a incluir a terça régia, nunca cobrada na localidade, mas a partir da década de 1730, passaram a incluir glosas com valores muito elevados que incidiam, principalmente,

⁴⁸⁷ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* p. 184.

⁴⁸⁸ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil. Volume 5. Administração pombalina*. Brasília: FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 112-113; ANÔNIMO do século XVII. *A arte de furtar*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 134-136; SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local...* São Paulo, 2003. p. 184.

⁴⁸⁹ A correição feita sobre os concelhos foi criada no reinado de D. Afonso III (1248-1279). Trata-se de uma medida centralizadora feita, no início, pelos meirinhos nomeados pelo rei. Durante o reinado seguinte, de D. Dinis (1279-1325), o procedimento tomou forma semelhante ao praticado no século XVIII, a cargo dos corregedores ou, como em Minas Gerais, pelos agentes régios que acumulam as atribuições destes, os ouvidores. Cf. AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 1970. p. 29.

⁴⁹⁰ SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local e autonomia...* p. 315-316.

sobre o pagamento de propinas direcionadas aos próprios camaristas. Embora os estornos resultantes não fossem convertidos diretamente em receita para a Real Fazenda, acumulavam-se nos cofres do concelho, formando um *stock* ao longo dos anos que atestava, em definitivo, que a capacidade de arrecadação da instituição superava, em ao menos um terço, seus gastos médios, comprovando a viabilidade de se implementar a terça régia sem ônus à localidade.

O acúmulo forçado desse *stock*, promovido pelos ouvidores, ocorreu quando a arrecadação anual do concelho, crescente desde ao menos o início da década de 1720, começou a dar os primeiros sinais de retração, só perceptíveis quando se decompõem as receitas, porque, na contabilidade do escrivão, o saldo em caixa remanescente de um ano, era lançado, junto com as rendas da instituição, como receita no ano seguinte, dando a impressão, à primeira vista, de que a instituição vivia seu melhor momento fiscal. A arrecadação efetiva, durante a formação do *stock* ao longo da década de 1740, já começava a apresentar os primeiros sinais de declínio.

O controle orçamentário sobre a Câmara Municipal de Vila Rica, por parte do ouvidor, existiu desde o surgimento da instituição, mesmo a historiografia relativista concorda que a região esteve sob vigilância severa dos agentes régios.⁴⁹¹ Essas intervenções, que provocavam os estornos que, somados à contenção forçada das despesas, possibilitaram a formação do *stock*, incidiram principalmente sobre um gasto específico: as propinas pagas aos camaristas. Contudo, o setor dirigente local, em 1740, dominado por uma geração qualitativamente distinta daquela que, em 1710, revoltou-se abertamente contra os agentes régios, encontrou meios de resistir a essas incursões e, agindo na hora certa, e com os argumentos adequados, consumir o *stock* e inviabilizar, em definitivo, a criação da terça régia na localidade.

5.3.1 As investidas em torno da terça régia

Até o final da década de 1730, como demonstrado no terceiro capítulo, havia certo desarranjo orçamentário na Câmara Municipal de Vila Rica, provocado pela desorganização administrativa, pelo excesso de gastos com causas régias nos anos seguintes à Revolta de Vila Rica, e pela espoliação sistemática do cofre da instituição pelos camaristas, por meio das propinas, problema que persistiu durante todo o século XVIII. As despesas, pouco superiores às receitas, não foram fator de grande preocupação nesse momento, porque a tendência da localidade e, conseqüentemente, da arrecadação da instituição, era de crescimento; o horizonte parecia promissor, e o equilíbrio das contas parecia questão de tempo. O oposto começou a ocorrer a partir da década de 1750. Crescendo os sinais de uma crise aurífera, aumentando a

⁴⁹¹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Dos poderes de Vila Rica...* p. 129.

percepção de que era um processo irreversível, a economia local foi, pouco a pouco, se desaquecendo, o que provocou uma redução da capacidade de arrecadação do concelho.

Na transição entre estes dois cenários estava a década de 1740, em que se realizou a formação do *stock* e as ofensivas mais agudas dos ouvidores sobre a Câmara Municipal de Vila Rica, com o propósito de viabilizar o pagamento regular da terça régia. As primeiras sondagens com esse objetivo, no entanto, começaram a ocorrer em meados da década anterior, período marcado por transformações administrativas importantes. Em 26 março de 1735, assumiu o governo da capitania Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, que, entre idas e vindas, governou-a até seu falecimento, em 1º de janeiro de 1763.⁴⁹² Na comarca de Vila Rica, em março de 1734, assumia o posto de ouvidor Fernando Leite Lobo, que o exerceu por pouco mais de seis anos, até maio de 1740; o mandato de ouvidor mais longo na região, até então. Em meados da década, implementou-se, sem grande resistência das câmaras municipais, a capitação. Internamente, a década foi marcada pela regularização dos foros, elevando a renda para aproximadamente um conto de réis, consolidando-a como a terceira maior da instituição.

Já foi apresentado, no segundo e terceiro capítulos, um documento produzido em dezembro de 1736 pelo escrivão da câmara, nomeado pelo rei e cavaleiro da Ordem de Cristo, Antônio Falcão Pereira. Feito, a pedido dos camaristas, para rebater as pretensões do ouvidor Fernando Leite Lobo (1734-1740) de implementar a terça régia. No referido documento, o escrivão recuperou todos as despesas do Concelho desde a Revolta de Vila Rica, dividindo-as entre gastos com a localidade e com as causas régias (quartéis, soldos, casa de fundição, etc) para provar que, mesmo não se pagando a terça régia, dispendia-se, na prática, cerca de um terço da arrecadação com assuntos de interesse do monarca.⁴⁹³ Esta argumentação foi encaminhada ao rei, e marcou, em Vila Rica, o início dos atritos envolvendo o referido tributo.

Nos anos que sucederam a produção deste documento chave, o ouvidor aumentou o rigor de suas revisões anuais, embora as glosas, isto é, as correções que tenha ordenado, tivessem gerado estornos financeiramente insignificantes.⁴⁹⁴ Isto não gerou qualquer efeito

⁴⁹² Entre 15 de maio de 1736 e 26 de dezembro de 1737, diante da ausência de Gomes Freire de Andrade, Martinho de Mendonça de Pina e Proença exerceu interinamente o posto de governador.

⁴⁹³ APM, CMOP 32. fls. 73v-80v.

⁴⁹⁴ Em 1737, por exemplo, o ouvidor limitou-se a anular dois gastos com o legado de Henrique Lopes de Araújo, totalizando 192\$216, sem, no entanto, discriminá-los. Este valor corresponde a menos de 2% das despesas. Nos registros, foram encontradas apenas duas menções a gastos relacionados com o dito legado: a) o papel corrente nº 14, de 12\$216 pagos ao próprio ouvidor por tomar conta do legado administrado pela Câmara Municipal; b) o papel corrente nº 54, de 192\$000 pagos ao capelão de Santa Rita, Matias Gonçalves Neves, por missas rezadas pela alma de Henrique Lopes de Araújo. Parece que o ouvidor retirou das contas o gasto com as missas, mas manteve o pagamento a si próprio, arredondando-o, retirando 216 réis. Cf. APM, CMOP 34, fl. 32, 45-46.

significativo de redução das despesas, embora já fosse possível perceber, nos anos finais da década de 1730, a tendência de se limitarem os gastos pela capacidade de arrecadação da instituição, provocando, em alguns momentos, o adiamento da quitação de dívidas com alguns credores, através da emissão de bilhetes. Essa prática disseminou-se na vila à medida em que se foi intensificando a crise aurífera, e sendo mais constrangidas as rendas do Concelho.

5.3.2 A formação do *stock*

A pouca expressividade das glosas aplicadas por Fernando Leite Lobo, nestes anos finais da década de 1730, e ausência de queixas mais contundentes envolvendo os gastos excessivos dos camaristas com propinas, que comprometiam bem mais que um terço das receitas, sugere certo alinhamento entre este agente régio e o setor dirigente local após 1736, quando a lista de gastos feita pelos camaristas de Vila Rica foi encaminhada ao rei. A suspeita aumenta quando, ao lançar luz sobre a revisão dos foros da vila – ou tombo da vila –, percebe-se que, dos pouco mais de 3,8 contos de réis gastos com a remuneração dos agentes envolvidos no procedimento, pagos durante os anos de 1737 e 1738, mais de 1,6 contos de réis foram parar no bolso do referido ouvidor. Seu mandato e este provável alinhamento tiveram fim com a chegada, em maio de 1740, de um novo ouvidor, Caetano Furtado de Mendonça.

No início da década de 1740 teve início a formação do *stock* na Câmara Municipal de Vila Rica, que, ao final da década, somaria cerca de 10 contos de réis. Esse feito foi causado, à primeira vista, por uma contração das despesas – já esperada por estarem as receitas em movimento decrescente –, mas muito mais intenso, devido à pressão externa do novo ouvidor. As glosas que ele aplicou, e que entraram como receita em 1741, incidiram não apenas sobre o ano anterior, mas retomaram pendências dos anos de 1732 e 1735, ultrapassando os 2 contos de réis que incidiram, principalmente, sobre as propinas pagas aos camaristas destes anos.

A revisão que gerou estas glosas foi acompanhada de um documento elaborado pelo ouvidor, uma espécie de parecer em que questionava a capacidade administrativa do setor dirigente local, não entendendo como, dispondo eles de um orçamento considerável, não era o suficiente “para lhes satisfazer os seus apetites”. O alvo das críticas era claro: as propinas que consumiam cerca de 40% do orçamento. Ordenou, na sequência, uma melhoria geral na forma de registro das finanças, e o retorno dos lançamentos de receitas e despesas em um único livro, para permitir um controle mais rigoroso e efetivo.⁴⁹⁵

⁴⁹⁵ APM, CMOP 34, fl. 50-50v. Quando se diz “ordena-se”, por parte do ouvidor, trata-se rigorosamente de uma ordem. Não se tem aqui, margem para negociação, não se trata de um acordo feito entre ouvidor e camaristas, mas

Tabela 9 - Glosas recebidas em 1741 referentes aos anos de 1732, 1735 e 1740

Ano	Nome	Título	Função	Valor (réis)
1740	Todos os oficiais de 1740			765\$482,0
1735	Tomé Ferreira da Cruz	Capitão		403\$375,0
1732	Manoel Moreira de Meireles		Vereador	224\$960,0
1732	Antônio Dias da Costa		Vereador	224\$960,0
1735	Domingos de Abreu Lisboa	Sargento-mor	Juiz ordinário	187\$050,0
1735	Estevão de Souza Sandoval	Capitão	Procurador	133\$986,0
1732	João Francisco do Couto		Procurador	119\$960,0
Total				2:059\$773,0

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códice 34, fls. 55-58.

No mesmo documento, Caetano Furtado de Mendonça lançou os dois princípios que deveriam orientar a administração local: 1) não se deveria gastar mais do que se arrecada; 2) os gastos deveriam priorizar as obras que atendessem o “bem comum”. O agente régio lembrava ainda aos camaristas que a instituição não lhes pertencia, tampouco eram deles o cofre dela, eles eram simples administradores, que não estavam a “administrar, mas destruir”. Fica claro que parte das glosas cobradas em 1741, referentes ao exercício fiscal de 1735, tinham sido elaboradas, em um primeiro momento, pelo seu antecessor, Fernando Leite Lobo, mas que depois, em um segundo momento, foram ignoradas não só pelos camaristas, mas também pelo antigo ouvidor, que não tomou as providências que lhe caberiam.⁴⁹⁶

Estas glosas deram ao concelho, em 1741, um saldo de quase um conto de réis, inaugurando a formação do *stock* no cofre da instituição. Sua cobrança foi registrada em detalhes pelo novo escrivão, Manuel Pinto de Queiroz. Tratou-se de um processo difícil, que, por atingir em cheio os interesses de uma parcela expressiva do setor dirigente local, enfrentou forte resistência, mas foi realizado com êxito. O rigor de Caetano Furtado de Mendonça persistiu na análise das contas dos anos seguintes. A revisão dos gastos de 1741 foi finalizada

de uma ordem expressa dada aos oficiais da câmara, um “cumpra-se”. É evidente que, na prática, há adiamentos, reincidências e outras estratégias utilizadas pelos camaristas para resistir à imposição de um novo padrão administrativo, rigoroso, que limitava a livre condução da instituição e do seu cofre pelos oficiais camarários. Mas há, a partir da década de 1740, um contexto muito distinto do vivenciado nas primeiras décadas dos setecentos. Em 1718, por exemplo, seria inimaginável qualquer postura semelhante de um ouvidor. No início da década de 1740, no entanto, não se vê resistência ofensiva que ameasse o poder dos agentes régios, mas uma resiliência, empreendida dentro da lógica administrativa. Acata-se a ordem do ouvidor, mas à maneira dos oficiais camarários.

⁴⁹⁶ APM, CMOP 34, fl. 53.

em 15 de abril de 1742, o foco dessa vez foi a implementação de novas rotinas contábeis para acabar com o que o ouvidor chamou de “rendeiros da câmara”. Em síntese, os novos procedimentos eram: 1) a introdução das arrecadações por lembrança, isto é, o registro, ao final de cada ano, daquelas receitas que ficaram pendentes, envolvendo as rendas, foros e glosas passadas por ele ou seus sucessores; 2) o registro detalhado de cada despesa, incluindo referências ao contrato de arrematação, o preço total, o recebedor e a parcela quitada, juntamente com anexos detalhando o exame das obras, sob o risco de serem glosadas. Segundo o ouvidor, “só assim se hão de acabar estes rendeiros da câmara, que vejo receberam nas rendas destas todos os anos, sem constar do que se lhe deve nem do que se resta”.⁴⁹⁷

O método das receitas por lembrança foi posto em prática no ano seguinte. Houve, em 1742, um atraso no pagamento do último quartel da principal renda da instituição, a aferição, no valor de 1:300\$030,5, o que explicou a queda da arrecadação naquele ano. O valor já havia sido pago quando, em 13 de maio de 1743, o ouvidor fez a revisão das contas. Os atrasos em alguns pagamentos, associados à pressão do ouvidor, levaram o tesoureiro a arcar com o déficit circunstancial, de pouco menos de 300 mil réis, tornando-se credor temporário do Concelho.⁴⁹⁸

Apesar da resiliência do setor dirigente local – que, diante das medidas impostas pelo ouvidor, concordava, mas não as executava, ou as fazia parcialmente –, pouco a pouco os procedimentos foram sendo transformados. O fechamento das contas, em 24 de dezembro de 1742, veio acompanhado de um termo detalhado do balanço anual, elaborado pelo escrivão e assinado pelos oficiais da câmara, com o propósito de orientar a revisão do ouvidor. O lançamento foi feito de acordo com as novas exigências, as receitas passaram a apresentar data de entrada e a ser depositadas em quartéis, a partir do mês de abril. As despesas, no entanto, permaneceram em desacordo, exigiu-se novamente do escrivão, em 1743, que fosse declarada, em cada registro de despesa, “a quantia que se dispende, com quem e por que razão”.⁴⁹⁹

A implementação das receitas por lembrança, e o rigor das revisões, se, por um lado, fez aumentar a formação do *stock* em caixa, que ao final do ano somava aproximadamente 2,5 contos de réis, por outro, criou um balanço real, efetivo, e outro potencial que, por recordação,

⁴⁹⁷ APM, CMOP 34, fl. 64-66v.

⁴⁹⁸ APM, CMOP 34, fl. 85-86v. Esse procedimento do tesoureiro, muito comum nas primeiras décadas de funcionamento da instituição, não seria repetido com frequência a partir da década de 1740. Esse repasse do ouvidor, também chamado de “resíduo”, era proporcional à soma das receitas da instituição. O método para calcular seu valor era relativamente complexo: 1) retirava-se do valor total das receitas 260\$000, por ser o equivalente a aproximadamente 50 vezes o marco de prata, que valia, à época, 5\$200; 2) do valor que restava das receitas, extraía-se 1%; 3) somava-se, a esse 1%, o valor do marco de prata, 5\$200, alcançando o valor do resíduo, lançado como despesa corrente no ano seguinte.

⁴⁹⁹ APM, CMOP 34, fl. fls. 83v-84.

deveria ter sido efetuado, e ficava por realizar. O detalhe é que, ao ouvidor, cabia um repasse anual pela revisão das contas, proporcional ao valor delas. Assim, quanto maior a arrecadação, maior era o repasse, e Caetano Furtado de Mendonça, evidentemente, calculou seu repasse considerando a arrecadação potencial, não a real.⁵⁰⁰

Os alvos principais das glosas dos ouvidores foram as propinas pagas aos camaristas, que representavam, em média, 40% das despesas da instituição. Esta situação, que dragava para o bolso do setor dirigente local uma enorme parcela do orçamento do Concelho, provocou a provisão régia de 24 de maio de 1744, que tinha como propósito colocar fim às décadas de desentendimentos entre agentes régios e os oficiais camarários. Estabeleceu-se um parâmetro para atuação dos ouvidores, e os recebedores das propinas passaram a ter que assinar um termo, quando do recebimento, comprometendo-se a devolvê-las à instituição se o ouvidor as julgasse excessivas ou em desacordo com a referida provisão. Curioso é que os próprios ouvidores, que também se beneficiavam de uma parcela das propinas, passaram a assinar o documento:

Mandado corrente da quantia de cento e quarenta e um mil, novecentos e sessenta [réis], que se pagaram ao doutor Caetano Furtado de Mendonça [ouvidor], o qual assinou termo de fiança, que se acha anexo ao dito mandado, de repor a dita quantia, caso que não seja levada em conta pelo doutor corregedor e provedor da comarca.⁵⁰¹

Caetano Furtado de Mendonça, apesar da aparente combatividade, teve seu mandato abreviado em agosto de 1744, preso em cumprimento a uma ordem régia. José Pereira de Moura, juiz de fora de Vila do Carmo, ocupou interinamente o posto, até que chegasse, em 5 de outubro do mesmo ano, o novo ouvidor José Antônio de Oliveira Machado.⁵⁰²

Em 1744 e 1745, houve uma reação às ordens do antecessor, os gastos com obras públicas aumentaram, representando pouco mais de 35% das despesas. Foram gastos com essa rubrica, durante estes dois anos, quase 11 contos de réis, dos quais a quase totalidade foi destinada a grandes obras feitas por apenas sete indivíduos.

Ao final de 1744, o *stock* em caixa já ultrapassava os 3 contos de réis e, contabilizado como receita, somado aos valores por lembrança, que deveriam, mas não foram arrecadados, pelos cálculos do ouvidor, chegou-se a uma receita fictícia de mais de 15,5 contos de réis, inflada para ser usada como base para o cálculo do resíduo a ser pago ao ouvidor. Esta prática prolongou-se nos anos seguintes. No final de 1745, a contração das despesas que incidia,

⁵⁰⁰ APM, CMOP 51, fls. 13-13v.

⁵⁰¹ APM, CMOP 51, fl. 41v.

⁵⁰² APM, CMOP 45, fls. 99v-100v, 109v-110.

principalmente, sobre as propinas, chegou a um conto de réis, elevando o *stock* a aproximadamente 4 contos de réis. Na estimativa fictícia do ouvidor, a receita deveria ultrapassar os 17 contos de réis, valor considerado como base de cálculo para seus resíduos.⁵⁰³

Tabela 10 - Maiores obras pagas pela Câmara Municipal de Vila Rica em 1744 e 1745

Pessoa	Obras	Valor
João Domingues Veiga	Chafarizes na vila	3:320\$429,0
Diogo Alves de Araújo Crespo	Calçadas da vila e quartéis	2:577\$332,0
Antônio Leite Esquerdo	Ponte em São José	1:645\$333,0
João da Silva Ferreira	Ponte em Antônio Dias	600\$000,0
Francisco da Costa Barbosa	Encanamento, chafariz da vila	565\$009,5
Henrique Gomes de Brito	Paredão de capela	352\$440,0
José Fernandes Pinto	Risco da nova cadeia	246\$000,0
Total		9:359\$043,5

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de Receitas e despesas, códice 51, fls. 20-43.

Obs.: por fugir aos propósitos da tabela, não foram incluídos gastos pequenos oriundos de pequenas reformas ou contratos não identificados, inferiores a 100 mil réis.

Os ouvidores, ao ocuparem o posto, contrapunham um ideal administrativo a uma prática diversa, em curso na localidade. A falta de clareza e detalhamento dos registros era um problema recorrente, às vezes atendia às necessidades dos oficiais do concelho, mas não às dos ouvidores que, vindos de fora, tentavam ajustar a realidade ao rigor da lei.

A falta de clareza nos registros dos gastos com obras públicas, em especial as que envolviam os maiores arrematantes da vila, por vezes atendiam aos interesses inconfessáveis deste grupo, que traçava estratégias para se beneficiar dos contratos da instituição. Durante a vereação de 22 de fevereiro de 1745, por exemplo, os oficiais da câmara relataram ter tido notícia de que um indivíduo havia inibido os lances nas obras das calçadas da vila, que estavam em praça, a mando de um terceiro. Como a obra não recebeu nenhuma oferta, os principais construtores da cidade foram convocados em vereação, para prestarem depoimento. Vieram: o

⁵⁰³ José Antônio de Oliveira Machado apegou-se às pequenas glosas. Em 1744, por exemplo, anulou um gasto de 6\$650 pago pela confecção de 12 varas para os almotacés, encomendadas a Gaspar Vicente Pinto, alegando que, embora fossem eleitos 12 almotacés ao longo de um ano, eles serviam aos pares, de dois em dois meses, por isso eram necessárias apenas duas varas. Glosou-se, também, a pintura das 12 varas, encomendadas a Inácio Pereira do Amaral por 53\$250. Cf. APM, CMOP 51, fls. 20v-21.

capitão Manuel Alves de Azevedo, Antônio Leite Esquerdo, Manuel de Oliveira Batista e João Martins da Costa. Com exceção deste, todos os outros declararam saber que o sargento-mor Manuel da Costa Guimarães não queria que fossem feitos lances, para que a viúva de outro construtor, recém-falecido, Dio Alves de Araújo Crespo, pudesse efetuar a arrematação da obra. Todavia, todos garantiram que não deixaram de fazer lances por esse motivo, e solicitavam que não fosse aplicada pena ao dito sargento-mor.

Diante do exposto, o procurador da câmara, alferes Antônio Ferreira da Silva, solicitou ao juiz presidente, o capitão Luiz Pereira da Cunha, que fosse aplicada uma punição a Manuel da Costa Guimarães pelos prejuízos causados ao tentar manipular a arrematação de uma obra pública. Os três vereadores presentes discordaram, afirmando que as partes interessadas o inocentaram e apontaram outros motivos para não disputarem o pregão, o que foi acatado pelo juiz ordinário.⁵⁰⁴ Três dias depois houve uma reviravolta, o mesmo juiz mudou sua posição, anulou a veração anterior e condenou Manuel da Costa Guimarães a oito dias de prisão.⁵⁰⁵

A formação do *stock* sofreu um revés durante o ano de 1746, provocado por um atraso generalizado no pagamento dos foros, que ocasionou um déficit de quase 2 contos de réis nas contas do Concelho, reduzindo o saldo acumulado em caixa para pouco menos de 1,5 conto de réis. Ajudou nessa contração, além das obras públicas, o retorno das propinas ao patamar padrão, próximo aos 3 contos de réis, em função de uma celebração extraordinária por ocasião do nascimento da infanta D. Maria Bárbara que, além das propinas, gerou um gasto extra de mais de 1:760\$000. Este ano foi um ensaio geral para o que ocorreria no início da década seguinte, quando do falecimento de D. João V e da coroação de D. José I. As cerimônias régias eram, do ponto de vista estritamente financeiro, uma oportunidade para os camaristas alargarem seus ganhos sobre o caixa do Concelho (inchado pelo *stock*), sem serem repreendidos pelas autoridades régias, já que o gasto era feito em uma causa régia, e acabava por reforçar, além dos bolsos dos oficiais da câmara, o poder do Estado sobre a localidade.⁵⁰⁶

Embora a arrecadação tenha continuado a cair, para compensar a retração do *stock*, as despesas em 1747 foram radicalmente contingenciadas, caíram de 11,5 para pouco mais de 5 contos de réis, o que elevou novamente o *stock* ao patamar anterior, superior a 4,2 contos de réis. Nesta ocasião não houve grandes protestos por parte dos camaristas, porque a contração dos gastos incidiu principalmente sobre obras públicas e serviços, não afetando as propinas.

⁵⁰⁴ APM, CMOP 51, fls. 87-89.

⁵⁰⁵ APM, CMOP 51, fls. 43, 89-90.

⁵⁰⁶ Diante desse resultado negativo, o ouvidor devolveu parte do seu resíduo, calculado com base em uma estimativa que não se concretizou. Cf. APM, CMOP 51, fls. 47v, 49, 62.

Em linhas gerais, o ouvidor José Antônio de Oliveira Machado ampliou o controle rigoroso sobre as contas do Concelho, procedimento inaugurado por Caetano Furtado de Mendonça. Adotou medidas contundentes, que impulsionaram a formação do *stock* e, não fosse o revés ocorrido entre 1750-1751, provavelmente teria conseguido vencer as resistências locais e implementado o pagamento da terça régia. Ao final da década de 1740 a viabilidade era tão nítida que, durante a vereação do dia 21 de agosto de 1748, o próprio procurador do concelho, o alferes Manuel de Abreu Guimarães, estreante na instituição, questionou as razões do não pagamento da terça régia, lembrando aos seus colegas que o objetivo da contribuição era o de se investir na conservação dos quartéis da vila, e que, até onde sabia, não estava sendo aplicado na proporção recomendada. Solicitou, de imediato, que no ano corrente de 1748 os oficiais não autorizassem gastos acima dos dois terços da arrecadação, para assegurarem, a partir daquele ano, o atendimento daquele tributo. Os vereadores decidiram adiar a deliberação sobre o requerimento para a vereação seguinte, quando foi novamente adiado.⁵⁰⁷

O assunto voltou à pauta na vereação de 4 de setembro de 1748, quando os oficiais, pegos de surpresa na primeira ocasião, passaram à ofensiva, exigindo que o procurador revisasse todas as finanças da instituição, desde suas origens, e discriminasse o que era gasto com a localidade, e o que era gasto com as causas do rei:

Acordaram em que o mesmo procurador fizesse copiar o ouro que se tem recebido e despesas que dele se tem feito para assim acordarmos na resposta que lhe havemos de dar, pois não é justo fiquemos sujeitos a satisfazer as terças partes de Sua Majestade, que Deus guarde, quando estas se despendem em seu serviço, não tendo a câmara desta vila obrigação de concorrer com as ditas despesas, reservando as terças partes a vista na dita conta, responderemos ao requerimento do dito procurador que mais parece intempestivo que necessário.⁵⁰⁸

Três dias depois, em 7 de setembro de 1748, os camaristas avançaram mais, estabelecendo um prazo de três vereações (cerca de 10 dias) para que o procurador definisse alguns pontos nebulosos, como os gastos feitos com a condução de presos ao litoral, que não se sabia se era gasto em benefício do Concelho ou do rei, e ainda concluísse, no mesmo prazo, a classificação dos gastos do ano em curso.⁵⁰⁹ Pouco mais de um mês do requerimento do procurador, na vereação de 25 de setembro de 1748, os camaristas recuaram, consideraram justa a solicitação do procurador e a aprovaram, mas em seguida avançaram, reforçando que todo

⁵⁰⁷ APM, CMOP 52, fls. 187-189v. Manuel de Abreu Guimarães seria eleito tesoureiro em 1762, mas não chegaria a exercer a função, por encontrar-se em Portugal.

⁵⁰⁸ APM, CMOP 52, fls. 194v-195.

⁵⁰⁹ APM, CMOP 52, fls. 195-195v.

trabalho de análise deveria ser feito pelo requerente e que, não se procedendo dessa forma, deveria arcar com seus bens o prejuízo que essa medida causasse, conforme se descreve:

Acordaram em aceitar o requerimento feito pelo procurador deste Senado na vereação de vinte e um de agosto do dito ano, por lhe parecer justo para o que fará o dito procurador a conta desde o princípio deste Senado, do que se tem gasto dos bens pelo como que pertence a Sua Majestade que Deus Guarde, e o rendimento que tem havia neste Senado para se saber se se deve ou não a terça parte que nem consta nem os bens do Concelho fiquem prejudicados com protesto que não o fazendo assim o dito procurador se dever a sua pessoa e bens o prejuízo que houver de uma ou outra parte que esta é a conta que se lhe pediu e não a que apresenta.⁵¹⁰

Ao constranger o procurador – homem rico, pois eleito tesoureiro em 1762, portanto menos dependente das propinas que outros camaristas –, seus colegas tentavam inviabilizar uma ação que, se exitosa, concluiria o que demonstrou-se no terceiro capítulo: que, desde ao menos a década de 1730, os gastos com as causas régias eram bem menores que um terço das rendas do concelho. Isto forçaria uma redução dos principais gastos da instituição, e afetaria em cheio a maior das despesas, o pagamento das propinas anuais aos próprios camaristas.

Na longa vereação de 23 de outubro de 1748, observou-se que, a cada investida dos camaristas, correspondeu um retorno do procurador, cumprimento as tarefas hercúleas a ele atribuídas, com exceção da derradeira, que consistia em revisar as contas da instituição desde sua origem, por não ter o escrivão atendido a seus requerimentos, e fornecido os livros e demais registros em sua posse. Diante da alegação e de um novo requerimento, os camaristas, sem saída, autorizaram o repasse dos documentos, às custas do próprio procurador, recorrendo, de maneira confusa, sobre a inviabilidade de se efetuar o pagamento da terça régia:

[...] costumando este o mesmo Senado gastar todo o seu rendimento no bem público por serem terras que se estão ainda criando, carecerem de contínuas obras públicas para o bem dos povos, e até o presente desde a criação deste Senado, nunca se pagarem terças para a Sua Majestade, conforme diz a sua ordenação, de que Sua Majestade é ciente, pois tem gasto o mesmo Senado com obras nos quartéis até o presente na retificação deles e outras despesas, como consta dos mesmos livros desta câmara, como o dito senhor estar a mesma câmara desde sua criação como as demais destas minas sem haver separação das ditas terças, inovando o procurador contra a sua obrigação este novo tributo ao senado, por ser fora do costume e estar o mesmo Senado de posse de despender o acima referido nas despesas para o bem público e pela mínima quantidade de ouro que este mesmo Senado tem despendido com Sua Majestade se não sabe se o dito senhor separadas a suas terças deverá ao mesmo Senado ou seu Senado deverá as terças da Sua Majestade e para que não fiquem [seus] os bens do concelho ou as terças requeridas pelo procurador, visto dar causa por este requerimento a serem precisas, estas contas tirem-se as certidões que requer sem

⁵¹⁰ APM, CMOP 52, fls. 197-198.

prejuízo algum dos bens deste concelho a que dará cumprimento, pena de que o não fazendo se haver por sua pessoa e bens o que direito for.⁵¹¹

A argumentação parece ter sido feita no calor do debate, pois seus dois pilares são contraditórios: afirmavam que o pagamento da terça régia não era viável por se tratar de uma área de ocupação recente, e por se dispender boa parte das receitas com obras públicas; em seguida, recuperavam o argumento utilizado em 1736, em que se dizia já gastarem, na prática, um terço das rendas do Concelho com causas régias. Em nenhum momento o principal gasto da instituição, com as propinas, foi mencionado.

Por fim, tanto o procurador quanto os demais camaristas recorreram ao ouvidor. O primeiro, alegando as razões expostas nas vereações; os segundos, acusando o procurador de não agir em prol dos interesses da instituição. Na vereação seguinte surgiu, oportunamente, uma emergência dispendiosa, arduamente defendida por dois vereadores muito influentes, o licenciado Isidoro Coelho de Siqueira e o médico Matias Francisco de Melo e Albuquerque, um dos maiores credores do Concelho: a necessidade de se eleger um capitão-do-mato e mais 15 ou 20 soldados, remunerados, para frear os insultos, roubos e mortes praticados por quilombolas nos arredores da vila, que, além de ameaçarem os povos e estarem provocando escassez de alimento na vila, colocavam em risco os quintos do rei. Ao fim, os dois vereadores requereram ao ouvidor a providência de se nomear o dito capitão-do-mato, e de se atribuir todo o prejuízo pela não nomeação ao procurador e seus bens.⁵¹²

A escalada de atritos internos ao Concelho local estendeu-se por todo segundo semestre de 1748, e revelou o esforço feito pela oligarquia enraizada na instituição, para se evitar, usando a retórica do bem comum, o pagamento da terça régia que reduziria o orçamento destinado às propinas. Embora a resistência negra nos quilombos tenha sido uma constante ao longo do período estudado, é no mínimo suspeito que esta pauta, de segurança pública, que comove uma parcela maior da população, tenha sido levantada na vereação seguinte ao embate mais duro entre camaristas e procurador.

Antes de tocar em um dos pontos nevrálgicos do setor dirigente local de Vila Rica, o procurador estreante havia, ainda em junho de 1748, levantado outro questionamento que havia despertado a antipatia por parte de seus pares: a necessidade de se efetuar uma revisão da concessão dos foros da vila, o que atingia em cheio os interesses dos proprietários de imóveis da localidade, bem representados na Câmara Municipal.

⁵¹¹ APM, CMOP 52, fls. 204-206v.

⁵¹² APM, CMOP 52, fls. 206v-208v.

Na vereação de 26 de junho de 1748, o procurador levantou a questão argumentando que o Concelho local aforava grandes pedaços de terras a algumas pessoas por preços muito baixos, e que estas acabavam aforando-as a terceiros por preços maiores, lucrando às custas do cofre municipal. A solução proposta pelo procurador era que os terrenos fossem arrematados em praça, a quem mais desse, como procediam com as demais rendas da Câmara Municipal, declarando a localização, as medidas em braça e outros detalhes dos terrenos. A solicitação não foi acatada pelos camaristas, que deliberaram pela observação do “estilo praticado nesta câmara desde seu nascimento”.⁵¹³ A proposta, muito mais racional, seria recuperada durante a década de 1760, em outro contexto, onde a preocupação já não era viabilizar a terça régia, mas evitar a quebra da instituição e assegurar a manutenção dos valores das propinas, sendo necessário, para tanto, o aumento das receitas.

Enquanto a cúpula camarária se dividia, o ouvidor agia, aumentando seu domínio sobre a instituição e alcançando um *stock*, ao final de 1748, superior a 6 contos de réis, o maior desde a criação do Concelho. Na última vereação daquele ano, em 31 de dezembro, os oficiais registraram em ata que o saldo ficava à disposição do monarca, para que, pretendendo-se proceder à cobrança da terça parte, pudesse dispor dele. Todavia, fizeram questão de salientar que o procurador Manuel de Abreu Guimarães deixava o posto, junto com eles, sem concluir a tarefa de averiguar o peso histórico dos gastos feitos com o rei.⁵¹⁴ A postura do procurador estreante lhe rendeu o ostracismo, não voltando a ocupar postos centrais na instituição.

O saldo em caixa refletia o avanço do ouvidor sobre o orçamento local. Passou-se a adotar, neste ano, um controle prévio dos gastos. Em 15 de maio de 1748 os camaristas pediram autorização ao ouvidor para que fosse feita a pintura do novo pelourinho e se procedesse uma reforma em uma fonte de água no Caquende. As obras foram autorizadas três dias depois, quando, então, puderam ser colocadas em praça. Este novo procedimento não incidia apenas sobre obras e gastos maiores, nesse mesmo ano até mesmo a compra de uma toalha para cobrir a mesa do Concelho durante as vereações, foi alvo de exame prévio do ouvidor.⁵¹⁵ Esta medida passou a integrar o cotidiano da instituição, contrastando com a realidade da década de 1710, em que o ouvidor não conseguia, sequer, acompanhar as eleições para o Concelho.

⁵¹³ APM, CMOP 52, fls. 169-174.

⁵¹⁴ APM, CMOP 52, fls. 227v-229.

⁵¹⁵ APM, CMOP 52, fls. 157-158v, 186-187. O novo pelourinho é citado como pronto em vereação de 20 de abril de 1748, quando se delibera a destruição do antigo. A referida fonte foi arrematada a Antônio Fernandes de Barros por 300 mil réis. Cf. APM, CMOP 52, fls. 152-153.

Em fevereiro de 1749 chegou a Vila Rica, para substituir José Antônio de Oliveira Machado, o novo ouvidor, Caetano da Costa Matoso, que como, Caetano Furtado de Mendonça (1740-1744), acabou tendo seu mandato abreviado, em maio de 1752, por uma ordem de prisão, desta vez emitida pelo Tribunal da Relação da Bahia.⁵¹⁶

A nova postura inaugurada por José Antônio de Oliveira Machado, de exigir autorização prévia para realização de gastos, da Câmara Municipal de Vila Rica, foi mantida pelo novo ouvidor, o que acabou por reduzir, significativamente, as glosas impostas à instituição quando da correição, já que a maioria das despesas já haviam passado por análise anterior à sua execução. As únicas glosas relevantes ocorreram na revisão de 1749, nem tanto pelo seu valor, pouco superior a 500 mil réis, mas pelos problemas apontados e pelos novos procedimentos impostos ao concelho: 1) julgou-se improcedente o gasto de 300 mil réis com meias custas da residência feita sobre o antigo ouvidor, Caetano Furtado de Mendonça, por não ser costume da instituição arcar com estas despesas; 2) questionou-se o gasto crescente e mal detalhado com as ceras destinadas à iluminação das festas, pagas pelo Concelho. Exigiu-se que os novos registros indicassem de quem e por quanto foram compradas e a quem foram destinadas, e que a distribuição levasse em conta o tamanho dos templos e a magnitude das cerimônias, para evitar desperdícios. Após o controle mais rígido sobre as propinas pagas aos oficiais, estes parecem ter visto nas ceras, gasto até então pouco detalhado, uma brecha para obter uma renda extra, o que gerou a reprimenda do ouvidor, conforme fragmento a seguir:

[...] daqui em diante se não distribua mais cera alguma com pessoa nenhuma, como até agora indevidamente se praticava, nem aos mesmos vereadores assistentes a qualquer festividade lhe será dada, porque lhe vejo carregada em despesa uma grande parcela de propinas de ceras, além do que naqueles atos se lhe costumava dar, e só lhe poderá ser facultada no caso que se manda observar a provisão, por se pretender tirar estas propinas, e se acha embargada por nesse caso poderá ser dada aos oficiais vereadores assistentes a vela da assistência as poderão requerer no seu tempo ao ouvidor que presidir [...] se observará de hoje em diante não só na festividade do Corpo de Deus, mas em outra qualquer do Senado, assim se intimará logo aos vereadores presentes e aos que depois a estes vierem.⁵¹⁷

⁵¹⁶ Em 28 de março de 1752 os camaristas receberam do rei um documento informando os procedimentos a serem adotados em ausência do ouvidor. Deveriam empossar, interinamente, o intendente ou juiz de fora mais próximo. A orientação seria útil em 28 de abril, quando o juiz ordinário, capitão Manuel Rodrigues de Almeida, recebeu a ordem do Tribunal da Relação da Bahia para efetuar a prisão do ouvidor Caetano da Costa Matoso. O juiz, temeroso, compartilhou a matéria com os demais oficiais do concelho, que solicitaram um tempo para pensar e acabaram decidindo, em 2 de maio, consultar o governador. No dia 6 de maio, receberam a resposta favorável e procederam a prisão, empossando, em cumprimento à ordem régia, o juiz de fora da antiga Vila do Carmo, agora cidade de Mariana, Silvério Teixeira, até a chegada do novo ouvidor, nomeado pelo rei, Francisco Ângelo Leitão, em 25 de agosto de 1752. Cf. APM, CMOP 52, fls. 70v, 82-83.

⁵¹⁷ APM, CMOP 51, fl. 103v.

Por fim: 3) questionou os gastos com esmolas destinadas a lugares externos à vila, recomendando que tais dispêndios fossem feitos, prioritariamente, com os pobres da própria localidade. Lembrou, como o fez Caetano Furtado de Mendonça, que os oficiais não eram senhores dos bens do Concelho, mas meros administradores.⁵¹⁸

Portanto, se nos anos iniciais da década de 1740, a formação do *stock* começou a ser feita, principalmente, a partir do controle dos gastos com propinas pagas aos camaristas, motivo de grande desconforto e resistência passiva do setor dirigente local para com as ações do ouvidor Caetano Furtado de Mendonça, nos mandatos seguintes, de José Antônio de Oliveira Machado e, principalmente, de Caetano da Costa Matoso, o *stock* seguiu em crescimento, porém incidiu mais sobre as obras públicas do que sobre as propinas, tentando com isso viabilizar a terça régia sem ferir, diretamente, os privilégios do setor dirigente local.⁵¹⁹

5.3.3 A dissolução do *stock*

A transição entre as décadas de 1740 e 1750 foi, em todo Império português, um momento de desarticulação. A notícia do falecimento do rei D. João V, em 31 de julho de 1750, só alcançou Vila Rica no início de dezembro daquele ano, e contribuiu para fragilizar, temporariamente, os mecanismos de controle que agiam sobre o Concelho local, representado externamente pelo ouvidor e, internamente, pelo escrivão da câmara. A prisão do ouvidor Caetano da Costa Matoso, em 6 de maio de 1752 – momento em que deveriam ser revistos os gastos excessivos que consumiram todo o *stock* acumulado durante a década anterior – somou-se, uma semana depois, à chegada de um novo escrivão, André Joaquim Lobato.⁵²⁰

Em meio a este cenário de instabilidade, coube ao novo ouvidor, Francisco Ângelo Leitão, empossado em agosto de 1752, rever as finanças de 1751, que consumiram os mais de 10 contos de réis existentes em caixa, além de toda a arrecadação daquele ano. Era, também, o primeiro ano do novo escrivão, André Joaquim Lobato, nomeado régio que desconhecia e, obviamente, não respondia por aqueles registros e gastos. Todas as mudanças, internas e

⁵¹⁸ Tal documento exigiu, entre outras coisas, que o escrivão de 1749, Manoel Rodrigues Franco, o lesse aos oficiais que seriam empossados em 1750, com o propósito de garantir a ciência dos mesmos sobre o assunto, o que foi feito em 24 de janeiro de 1750. Cf. APM, CMOP 51, fls. 103v-104. A partir deste ano, o lançamento das receitas passou a incluir a reprodução sumária do rol dos foros, com todos os nomes e valores dos que pagaram.

⁵¹⁹ Foram gastos 5,5 contos de réis com obras em 1745, 4,1 em 1746, 1,5 em 1747, 1,9 em 1748 e apenas 333\$332 em 1749, referentes a duas parcelas das obras das calçadas pagas a Antônio Leite Esquerdo. Após esse ano de nova redução das despesas, a poupança da instituição recebeu pouco mais de 3 contos de réis, e encerrou o ano com quase 9,2 contos de réis, valor já superior a um ano inteiro de arrecadação. Cf. APM, CMOP 51, fl. 118.

⁵²⁰ O mandato do escrivão Manuel Rodrigues Franco foi encerrado em 31 de julho de 1751. Alberto Caetano da Costa assumiu interinamente até a chegada do novo escrivão, André Joaquim Lobato, em 13 de maio de 1752.

externas, criaram localmente um momento de fragilidade que alterou, momentaneamente, a correlação de forças entre o setor dirigente local e agentes régios e possibilitou, diante do falecimento do monarca, que fosse consumido todo o *stock* formado pela instituição.

O rei D. João V havia ascendido ao trono em 1707, há muito vinha apresentando problemas de saúde, e acabou falecendo, em Lisboa, em 31 de julho de 1750. A notícia ecoou por todos os domínios portugueses, exéquias foram organizadas em toda parte, e Vila Rica, principal localidade da capitania que era, naquele momento, potencialmente a mais rica de todo o Império, fez uma cerimônia fúnebre compatível com a importância do monarca. O luto e a preparação dos atos cerimoniais estenderam-se durante o segundo semestre de 1750 e primeira metade do ano seguinte, por isso, grande parte das despesas – que consumiram todo o *stock* acumulado na última década e quase quebraram a instituição – só foi lançada no balanço feito ao final de 1751, que também incluiu os gastos menores despendidos com a festa de aclamação do novo rei, D. José I. As duas cerimônias, como de costume, serviram como justificativas incontestáveis, porque feitas em nome do rei, para gastos extraordinários com propinas aos camaristas, que alcançaram, nesse período, um valor superior a 6 contos de réis.⁵²¹

A notícia do falecimento alterou, por completo, o cotidiano em Vila Rica, dentro e fora da Câmara Municipal. Os preparativos para as exéquias provocaram um aumento vertiginoso nos assuntos debatidos durante as vereações. Pelas circunstâncias, e apesar de outras cerimônias pomposas terem ocorrido na região, como o Triunfo Eucarístico em 1733, e a criação do Bispado em Vila do Carmo, em 1748, arrisca-se a dizer, com base nos valores envolvidos, que as manifestações das exéquias de D. João V foram a maior cerimônia realizada na capitania de Minas Gerais durante todo o século XVIII. Os gastos gerais com o cerimonial, somados às propinas e demais despesas correntes da instituição consumiram, ao final de 1751, mais de 15 contos de réis, e todo o *stock* acumulado durante a década de 1740.

É certo que parte da comoção se explica pela importância que o rei D. João V teve para a capitania de Minas Gerais. Seu longo reinado correspondeu a quase toda a primeira metade do século XVIII. Nascido em 22 de outubro de 1689, foi coroado jovem, com apenas 17 anos, em 1º de janeiro de 1707, e governou até seu falecimento, em 31 de julho de 1750. Foi ao longo de seu governo que a região das minas floresceu e que a metrópole tomou consciência da

⁵²¹ A partir de 1750, as receitas por lembrança declinaram, não chegando a 500 mil réis e tenderam a desaparecer nos anos seguintes, à medida que os lançamentos fiscais foram se aperfeiçoando. Também nesse ano mudou-se o método de cálculo do resíduo do ouvidor, que passou a incidir apenas sobre o lucro da instituição, não mais sobre o total das receitas, o que leva, nos anos seguintes, à extinção desse pagamento.

potencialidade dos descobrimentos auríferos feitos no interior da América portuguesa, e da importância que, nos anos seguintes, a região teria para o Império português.

A notícia do falecimento do monarca chegou aos camaristas de Vila Rica mais de quatro meses após o fato, por carta passada pelo governador em 7 de dezembro de 1750. Junto com o anúncio veio o comunicado da coroação do novo rei, Dom José I, e a ordem para que se fizessem todas as solenidades fúnebres, luto de seis meses e uma festa de aclamação do novo monarca.⁵²² Os preparativos em si tomaram quase todo o espaço das vereações de dezembro 1750 e dos primeiros meses do ano seguinte.

No dia seguinte à notícia, os oficiais tomaram as primeiras medidas relacionadas ao luto. Mandaram fechar as janelas da Câmara Municipal e passaram editais pela vila, arraiais e freguesias, ordenando o luto geral por seis meses, a começar dentro de oito dias, com pena de 40 oitavas de ouro e 30 dias de cadeia a quem o descumprisse. Todos deveriam portar trajes pretos, e um novo edital foi passado aos mercadores e mascates, proibindo o aumento do preço dos panos pretos e qualquer outro artigo que pudesse simbolizar o luto, sob pena de serem condenados a pagar três vezes o valor da peça, mais 30 dias de cadeia. Além disso, suspenderam os despachos da instituição e as atividades cartoriais por três dias.

Em seguida, os camaristas passaram à organização da quebra dos escudos, convocando todos aqueles que costumeiramente serviam à instituição, para que comparecessem ao paço do Concelho, vestidos de luto e com capa comprida, às 8 horas do dia 27 de dezembro de 1750, para carregarem varas pretas e acompanharem a referida cerimônia.⁵²³

Outra providência importante, que demandou muito tempo e recursos, foi o projeto e execução de uma urna para exposição na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, representando o funeral do monarca.⁵²⁴ Pela urgência, entregaram o serviço a João de Souza Costa e Francisco Xavier de Brito, pela reconhecida inteligência e capacidade de ambos, e mandaram o procurador da câmara, capitão José Corrêa Maia, providenciar tudo que fosse necessário para a realização do serviço, como madeiras, pregos, baetas, entre outros materiais, e também providenciar a contratação dos sermões e músicas para o funeral. Os gastos gerados por esses procedimentos foram sendo pagos pelo Concelho ao longo das vereações de 1751.

⁵²² APM, CMOP 56, fls. 85v-86.

⁵²³ APM, CMOP 56, fls. 86-89. A quebra de escudos era, em síntese, uma cerimônia realizada após o falecimento de um rei ou rainha, e consistia na destruição dos escudos que enfeitavam prédios e outros monumentos, que levavam as marcas do monarca anterior, para em seguida serem substituídos por artefatos do novo rei.

⁵²⁴ Esta urna, atualmente, encontra-se em exposição na Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.

Os oficiais do Concelho ordenaram aos vigários que mandassem celebrar missas no dia 30 de dezembro de 1750 em homenagem a D. João V em todas as igrejas das freguesias, tudo pago pelo Concelho, ao custo de uma oitava de ouro por celebração.⁵²⁵ O funeral, marcado para este mesmo dia, acabou sendo adiado e a nova data foi deixada em aberto, para que a nova gestão da instituição decidisse. O mesmo ocorreu com o início do luto, adiado para o dia 15 de janeiro de 1751, em função da falta de panos pretos na localidade. Por fim, reduziu-se a exigência das vestimentas pretas, abrindo-se a possibilidade, aos mais pobres, que utilizassem apenas uma insígnia nessa cor, em seus chapéus ou capotes.⁵²⁶

A cerimônia fúnebre ocorreu entre as vereações de sábado, dia 9 de janeiro de 1751, e quarta-feira, 13 de janeiro do mesmo ano. O mais provável é que tenha ocorrido no domingo, dia 10.⁵²⁷ Concluída a cerimônia, surgiu outro problema: o que fazer com os materiais adquiridos pelo concelho? A partir do dia 16 de janeiro, começaram os atritos entre os camaristas e os comerciantes locais, que se recusavam a aceitar, de volta, veludos, tecidos e outros materiais utilizados no funeral. Talvez em função dessas indefinições, o início do luto foi novamente adiado para 24 de janeiro de 1751. As reuniões seguintes, até o final de março, foram dominadas, quase por completo, por assuntos envolvendo o pagamento de fornecedores e o recebimento das propinas pagas aos oficiais camarários e ao próprio ouvidor.⁵²⁸

A aclamação de D. José I foi marcada para 18 de abril de 1751, um domingo de páscoa. A cerimônia começou a ser preparada em março e, embora bem menos custosa que o funeral, foi também vultosa; contou com noite de luminárias, missas, músicas, ópera e tourada, com toureiros vindos do Rio das Mortes. Chegou-se a edificar um tablado na praça central da vila. Tudo isso, além de aumentar os custos e gerar novas propinas, atrasou a aclamação, que só foi efetivamente realizada em 1º de maio de 1751, 11 meses após o falecimento de D. João V.⁵²⁹

As cifras extraordinárias despendidas com estas cerimônias, embora não tenham sido contestadas pelo ouvidor, por serem gastos feitos em homenagem aos monarcas, repercutiram a ponto dos camaristas, ao final de 1751, antes de deixarem os cargos, terem se precavido e

⁵²⁵ APM, CMOP 56, fls. 89-91.

⁵²⁶ APM, CMOP 56, fls. 91-92, 94v-96.

⁵²⁷ APM, CMOP 56, fls. 102v-106.

⁵²⁸ APM, CMOP 56, fls. 112-123, 126v-127v.

⁵²⁹ Durante a vereação de 29 de março de 1751, o procurador Manuel da Costa Coelho se opôs à realização da tourada e dos demais gastos, que julgou excessivos. O ouvidor Caetano da Costa Matoso, recebendo a queixa, afastou o procurador por desobediência à Câmara Municipal, e ir contra as festas reais. Fez-se uma eleição de barrete, em 14 de abril, tendo sido eleito, em seu lugar, o procurador do ano anterior, José Corrêa Maia, que havia iniciado os preparativos para o funeral local de D. João V. Cf. APM, CMOP 56, fls. 134v-138, 140v-145. O procurador afastado não voltou a exercer qualquer cargo na instituição.

encaminhado ao novo rei um balanço do que havia sido gasto nas duas cerimônias.⁵³⁰ Nesse meio tempo, em março de 1751, portanto entre o funeral de D. João V e a aclamação de D. José I na localidade, os camaristas, orientados pelo governador, enviaram uma carta ao novo rei, comprometendo-se em contribuir com 4 mil réis para a criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, talvez para compensar a repercussão negativa provocada pelo consumo de todo o *stock* acumulado no cofre municipal ao longo de uma década.⁵³¹

Estes acontecimentos, se, por um lado, abalaram o Império português e serviam, do ponto de vista simbólico, para reforçar do domínio português sobre as regiões mais distantes da metrópole, para o setor dirigente local foram, antes de tudo, uma oportunidade de, reforçando os vínculos com o poder central, aumentarem seus ganhos financeiros imediatos. Além das propinas anuais, que recebiam pela participação nas festividades rotineiras, a realização destas cerimônias extraordinárias permitiu o pagamento de novas propinas. Esses valores, apesar de não serem o bastante para enriquecer os indivíduos, provocavam, em seu conjunto, grande dano ao Concelho, representavam cerca de 40% das despesas totais, ou pouco mais de 6 contos de réis, valor superior ao total gasto pela instituição, por exemplo, nos anos de 1743, 1747 e 1749.

Embora durante as cerimônias o ouvidor à frente da comarca de Vila Rica fosse Caetano da Costa Matoso, coube ao seu sucessor, Francisco Ângelo Leitão, a revisão das contas de 1751, o que foi feito no dia 20 de junho de 1752, em sua residência. Em sua primeira intervenção junto aos camaristas, levantou uma série de problemas, o maior deles ligado ao grande dispêndio feito com as cerimônias fúnebres e de aclamação; deixou claro, porém, que, mesmo demasiados, os gastos eram justificáveis por se tratarem de despesa com os reis e, portanto, estarem “acima da ponderação entre o necessário ou supérfluo”.⁵³²

Na impossibilidade de intervir sobre o que realmente consumiu o caixa da instituição, o novo ouvidor limitou-se a questionar outros gastos pontuais. O principal deles foi a falta de critérios na realização da venda das mobílias adquiridas para a realização do funeral, feita sem pregão adequado. O ponto mais polêmico envolveu, justamente, a venda da urna funerária:

[...] E como sou informado que não só se procedeu com pouco zelo na saída daquele móvel que se vendeu sem arrematação, mas também que houve tão pouca vigilância, que mais se furtou do que se recolheu do despojo, é sem dúvida que desse prejuízo

⁵³⁰ CC, rolo 1, fls. 30v-31.

⁵³¹ APM, CMOP 51, fls. 125-127v, 130v-133. O regimento do novo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi recebido pela Câmara Municipal de Vila Rica na vereação de 9 de agosto de 1752. Cf. CC, rolo 001, fls. 68v-69.

⁵³² APM, CMOP 51, fl. 163v.

ficarão responsáveis os oficiais da câmara passada, por não darem providência necessária para evitarem tanto descaminho.⁵³³

Os gastos diretos com as cerimônias não foram questionados, mas as propinas destinadas aos oficiais camarários foram alvo de desaprovação do agente régio que, à época, solicitou uma resolução sobre o assunto ao novo rei que, anos depois, perdoou os gastos. De todo modo, a diferenciação feita pelo ouvidor reforça o entendimento de que as propinas pagas aos oficiais pela participação em festas e celebrações locais não devem ser confundidas com os gastos ligados à organização de tais cerimônias.⁵³⁴ Apesar do esforço do agente régio em reverter o verdadeiro fluxo financeiro que esvaziou, de uma vez e por completo, todo o *stock* acumulado por seus antecessores, nem o apelo ao novo rei foi suficiente. Novas glosas significativas só teriam lugar em Vila Rica, anos mais tarde, e cumpririam outro objetivo, não mais formar um saldo em caixa, mas reduzir as filas de credores da instituição.

O novo ouvidor terminou o auto de contas e termo de correição tentando ajustar outras despesas menores, buscando reduzir os danos sobre as finanças do Concelho. Apontou a falta de cautela nos gastos realizados, pela primeira vez, com a criação dos enjeitados da vila. Questionou a pouca precisão dos registros, que dificultavam a identificação das crianças. Ordenou que aqueles que apresentassem expostos, declarassem se sabiam quem era a mãe, e que só recebessem mediante a emissão de certidão do pároco que garantisse que a criança apresentada era a mesma que havia sido registrada para a criação. Este nível de preocupação sugere que as fraudes envolvendo este tipo de gasto também eram frequentes.⁵³⁵

De certo modo, Caetano da Costa Matoso havia retomado repreensões administrativas intensificadas por Caetano Furtado de Mendonça, e combatido, através do controle prévio dos gastos, as ações resilientes dos camaristas, que acordavam, mas não cumpriam, ou o faziam parcialmente, e aos poucos buscavam maneiras de retomar os costumes administrativos locais, que lhes eram economicamente favoráveis.

5.4 A contenção dos gastos e a crise aurífera

A partir do esgotamento do *stock*, nos anos iniciais da década de 1750, a Câmara Municipal de Vila Rica, refletindo a realidade econômica local, viu declinar, ano após ano, sua capacidade de arrecadação, o que levou a uma retração cada vez maior de suas despesas. Essa

⁵³³ APM, CMOP 51, fl. 160.

⁵³⁴ APM, CMOP 51, fl. 160.

⁵³⁵ APM, CMOP 51, fls. 160-160v.

tendência eliminou, por completo, qualquer possibilidade de implementação da terça régia. Esta contenção não ocorreu de maneira uniforme, ou seja, não incidiu sobre todas as rubricas com a mesma intensidade. De modo geral, as propinas foram as menos afetadas, e as obras públicas e serviços, as categorias mais atingidas. O controle exercido pelos ouvidores sobre o Concelho local continuou rigoroso, trocou-se apenas o objetivo final destas ações: antes, a viabilização da terça régia; depois, a tentativa de evitar o colapso das contas da instituição.

Na prática, o controle externo sobre as finanças impedia os camaristas de contrair empréstimos, como nas primeiras décadas do século XVIII. Só se podia gastar dentro dos limites do que se arrecadava. O resultado foi o aumento da emissão de bilhetes de dívida aos credores que, efetuando os serviços, não encontraram recursos no cofre da instituição. Esta foi a saída encontrada pelos camaristas para não reduzir o pagamento das propinas, que lhes interessava, e não fechar as contas em déficit. Na falta de receita em um ano, emitiam bilhetes para serem quitados com a expectativa de receita dos anos seguintes. Com o tempo e a tendência de redução da arrecadação, os bilhetes se tornaram uma espécie de título na praça local, e começaram a ser revendidos pelos seus detentores. O médico Matias Francisco de Melo e Albuquerque, por exemplo, foi o maior credor da instituição ao longo do século XVIII, por ter trabalhado anos sem remuneração, cuidando dos presos. Beneficiou-se de uma vitória judicial contra o Concelho, no entanto, quando isto ocorreu, a instituição já não tinha recursos em caixa para quitar a dívida. O médico faleceu no início de abril de 1773 e os bilhetes de dívida ficaram com a viúva Mariana Micaela de Almeida, que os negociou com outros membros da classe dominante local, amigos do falecido. A dívida fragmentou-se nas mãos de muitos, tendo sido comum, ao longo das décadas seguintes, a quitação junto ao Concelho, de pequenos valores, por terceiros detentores dos títulos do falecido médico, como cessionários.⁵³⁶

⁵³⁶ Há registros de pagamentos aos cessionários do referido médico até 1782. Cf. APM, CMOP 100, fl. 3. Matias Albuquerque também integrou o setor dirigente local, tendo sido um dos indivíduos mais influentes durante as décadas de 1750 e 1760. Atuou como vereador em 1748, e como juiz ordinário em 1754, 1759, 1765, 1766 e 1770. Em todos estes anos, acumulou a função com a de médico contratado pelo concelho, exceto na última ocasião, em que só pode assumir o posto de juiz ordinário, em 18 de janeiro de 1770, após exonerar do posto de médico, assumindo em seu lugar o doutor Tomás de Aquino Belo. Ao final do mandato na cúpula camarária, voltou ao posto de médico. Cf. APM, CMOP 90, fls. 80-85; APM, CMOP 99, fls. 26v-27. Os atrasos nos pagamentos, de modo geral, não afetaram as propinas dos oficiais da câmara. Contudo, o rendimento anual que todos os concelhos deviam ao secretário do Conselho Ultramarino, sempre algum membro da família Lopes de Lavre, no valor de 102\$400, em Vila Rica deixou de ser pago por 21 anos, de janeiro de 1759 a dezembro de 1779. Na última vereação deste ano, em 31 de dezembro, os pagamentos acumulados, no valor de 2:150\$400 foram encaminhados ao secretário Joaquim Miguel Lopes de Lavre. Cf. APM, CMOP 110, fls. 249-249v. Vale destacar que a quantia normalmente era paga ao procurador do secretário do Conselho Ultramarino, quase sempre o ouvidor da comarca.

Diante desse quadro, novas investidas foram feitas pelos ouvidores, ao longo das décadas seguintes, para melhorar a qualidade do serviço feito na instituição, e salvar ou ao menos amenizar o quadro de endividamento crescente. Em linhas gerais, eram feitos dois movimentos: por um lado, tentavam-se aumentar os rendimentos da instituição, melhorando a eficiência e organização dos foros; por outro, buscavam-se reduzir os gastos com propinas, para que houvesse uma margem maior de recursos para quitar e financiar novas obras públicas, necessárias para as condições de vida da população local. Estes gastos com obras, contingenciados durante a segunda metade da década anterior, representaram, entre 1752 e a crise de 1763, pouco menos de 38% das despesas, embora isso não tenha provocado, no mesmo período, um encolhimento das propinas e emolumentos, que mantiveram-se no mesmo patamar, representando em torno de 40% dos gastos.

Dentre as obras públicas mais caras e importantes desse período, destacou-se a construção de chafarizes e pontes de pedra, como as feitas sobre os córregos do Ouro Preto e de Henrique Lopes.⁵³⁷ Os gastos com a conservação das calçadas, feitos inicialmente de forma avulsa, transformaram-se, com o passar dos anos, em um contrato anual, arrematado por valor pré-fixado, e foram alvo das glosas do ouvidor durante os anos de 1752 e 1753.⁵³⁸ Com o passar dos anos, a deterioração das calçadas foi tamanha que o valor desse contrato de manutenção começou a rivalizar com o preço da edificação de novas, como explicou o ouvidor:

Vejo a considerável despesa que se faz pela conservação das calçadas, que serve mais de prejuízo do que de utilidade ao Senado; pois mostra a experiência que tão pouco se consertam que antes as deixam chegar ao estado que comumente necessita reformarem-se de todo, por meio de outra despesa, porque são arrematadas, e ao mesmo tempo, custando por inteiro os 800\$000 da conservação.⁵³⁹

A intervenção do ouvidor surtiu efeito e alterou a dinâmica do contrato. A partir de então, ele passou a ser arrematado por demanda, isto é, pelo menor preço por braça. Assim, os almotacés, que circulavam por toda a vila, passaram a apontar as calçadas que precisavam de reparos e os contratadores passaram a receber, semestralmente, apenas a quantia relativa ao tamanho das calçadas que, efetivamente, haviam reformado.⁵⁴⁰

⁵³⁷ APM, CMOP 51, fls. 318-318v, 324v. Além desses grandes gastos, merece destaque um pequeno, de apenas 14\$400 despendido com o pai de Aleijadinho, Manoel Francisco Lisboa, pela confecção do risco, isto é, o desenho do projeto do chafariz de Padre Faria e da ponte de Itabira.

⁵³⁸ APM, CMOP 51, fl. 207.

⁵³⁹ APM, CMOP 51, fl. 207v.

⁵⁴⁰ APM, CMOP 51, fl. 207v.

Ao longo da revisão das contas de 1755, feitas pelo ouvidor no final do ano seguinte, foram retomadas as revisões feitas pelos seus antecessores, em especial a referente aos gastos de 1750, reforçando as reprimendas aos dispêndios elevados com propinas pagas aos próprios oficiais, pela participação nas cerimônias extraordinárias. O procedimento demonstra que o ouvidor se inteirava dos assuntos das câmaras sob sua responsabilidade, ainda que pretéritos à sua gestão, tendo consciência dos problemas e providências tomadas pelos seus antecessores. A retomada do assunto ocorreu porque o problema persistia, os gastos com propinas e ceras continuaram altos. Após destacar a reincidência do problema, o ouvidor ordenou, novamente, que os gastos fossem feitos de acordo com a provisão régia de 1744 que os regulou, na qual não se previam gastos com ceras destinados aos camaristas e que, por isso, glosava retroativamente os oficiais desde o ano de 1754:

[...] sem embargo de eu as não glosar as contas anteriores, agora mais bem advertido, declaro indevidamente levadas as tais propinas de cera dos anos de 1754, 1755 e do presente ano de 1756, e mando que se carreguem em receita por lembrança o procurador [...] ⁵⁴¹

O exercício fiscal seguinte, de 1756, fora completamente atípico, mesmo para o período de atuação do ouvidor Francisco Ângelo Leitão, que já destoava da série histórica. As contas desse ano reforçam que as despesas eram contingenciadas pelas receitas e que estas refletiam, em certa medida, a conjuntura econômica observada na vila. O contingenciamento dos gastos pode ser comprovado pelo último lançamento das despesas, que compreendeu o pagamento parcial a Jerônimo da Costa Cunha, pela realização de várias obras na vila, no valor de 447\$468, em que se deixa claro que, por falta de recursos, ainda havia parcelas pendentes.⁵⁴²

Talvez a década de 1750 tenha sido aquela em que a população de Vila Rica tenha mais sentido a presença da Câmara Municipal, pois foi o período em que o gasto com obras públicas esteve mais elevado. Paradoxalmente, a capacidade de arrecadação da instituição não parava de cair e as propinas, embora pressionadas circunstancialmente pelos gastos com as obras, não apresentavam flexibilidade suficiente que permitisse o pagamento, em dia, das despesas do Concelho. A solução encontrada pelo ouvidor foi empreender outra grande

⁵⁴¹ APM, CMOP 51, fl. 260-261v.

⁵⁴² Contribuíram para a alta dos gastos com serviços em 1756 a construção de um pátio para o Concelho, por Bento de Souza Guimarães, que custou 508\$950, e as custas de processos no valor de 329\$674, pagas ao escrivão das execuções, João Pinto Pereira Osório, e ainda os gastos feitos com a condução de uma leva de presos ao Rio de Janeiro, repassados aos oficiais de justiça, João Antônio de Barros e Caetano de Seixas e Inácio Caetano, no valor de 230\$400. Cf. APM, CMOP 51, fl. 279v-282v.

intervenção em 1757, quando novas glosas incidiram sobre as propinas despendidas desde 1753, e geraram um estorno superior a 1,6 contos de réis.

Tabela 11 - Glosas recebidas em 1757 referentes aos anos de 1753, 1754, 1755 e 1756

Ano	Nome do glosado	Função	Valor (réis)
1753, 1754 e 1755	Francisco Ângelo Leitão	Ouvidor	210\$000,0
1753, 1755 e 1756	José A. Ribeiro Guimarães	Escrivão	126\$536,0
1754 e 1755	Felipe de Oliveira Santos	Guarda-livros	107\$300,0
1754	João da Mota Lima		76\$877,0
1756	Custódio de Sá Ferreira	Juiz ordinário	74\$440,0
1755	Manoel Ferreira Neto		74\$410,0
1754	Tomé Moreira de Araújo	Vereador	74\$380,0
1755	João de Souza Lisboa		74\$368,0
1756	Bernardo Joaquim	Vereador	73\$386,0
1754	José da Silva Araújo		73\$362,0
1755 e 1756	Frutuoso Lopes de Araújo		73\$152,0
1756	Francisco da Rocha Brandão	Juiz ordinário	72\$700,0
1755	Luiz da Silva	Juiz ordinário	70\$000,0
1754	Mateus F.de Neto Albuquerque	Juiz ordinário	70\$000,0
1754	Nuno José Pinto Pereira	Vereador	70\$000,0
1755	Sebastião Francisco Bandeira	Procurador	70\$000,0
1755	Manoel Pereira de Magalhães	Tesoureiro	44\$737,0
1756	Antônio Rabelo da Silva		41\$500,0
1755	Pedro da Fonseca Neves	Juiz ordinário	38\$587,0
1754	Alexandre Rodrigues Pombeiro		32\$250,0
1756	Venceslau Rodrigues	Alcaide	25\$576,0
1756	Francisco Xavier de Souza	Tesoureiro	16\$500,0
1755	Manoel José de Faria	Alcaide	13\$840,0
Total			1:603\$901,0

Fontes: APM, CMOP 51, fls. 288v-311.

Graças às glosas, as receitas de 1757 voltaram a subir e ultrapassaram, pela última vez durante o século XVIII, os 10 contos de réis. Os gastos, atrasados nos dois anos anteriores, puderam ser liquidados em sua quase totalidade, fechando-se o exercício fiscal com superávit

de pouco mais de 100 mil réis. O que recompôs as contas da instituição não foram as rendas, mas a receita extraordinária, oriunda das glosas passadas pelo ouvidor no ano anterior.

Em 1759, foi realizada uma nova intervenção de peso sobre as contas e procedimentos administrativos da instituição. Desta vez, não se tratou de uma correição feita pelo ouvidor, mas de uma sindicância, feita pelo desembargador Manuel da Fonseca Brandão, vindo do Rio de Janeiro, como parte do processo de residência do ouvidor Francisco Ângelo Leitão, em abril daquele ano. Este procedimento resultou em outro nível de ingerência sobre o Concelho. O magistrado fez uma revisão de gastos que retroagiu ao início da década de 1740. Só as contas de 1758 foram reformadas em pouco mais de um conto de réis, incidindo os ajustes, em sua quase totalidade, sobre as propinas pagas aos camaristas e ao próprio ouvidor.

A intervenção do desembargador destacou, já nas primeiras linhas, a total desordem na gestão dos bens do Concelho, em “notória e manifesta contravenção e inobservância do regimento dado por Vossa Majestade”.⁵⁴³ Tratava-se, na realidade, da provisão régia de 24 de maio de 1744, que normatizou, entre outras coisas, o pagamento das propinas aos camaristas. O magistrado ressaltou que os oficiais camarários receberam ordens que corroboraram a referida provisão em ao menos duas ocasiões – 6 de dezembro de 1750 e 15 de junho de 1752 – e que, portanto, não poderiam alegar ignorância. A estratégia do setor dirigente local era, frente às tentativas sucessivas de impor sobre a realidade local outro padrão administrativo, a resiliência – o “concordar, mas não cumprir” – inviabilizada que estava, naquele momento, a de resistência armada que havia sido comum nas primeiras décadas do século XVIII.

O sindicante identificou essa postura resiliente e certa omissão por parte de alguns ouvidores, acusando-os de faltar com rigor no combate às contravenções do regimento, alegando que eles deveriam dar o “primeiro exemplo aos ditos oficiais, abstendo-se da indevida arrecadação e cobrança das propinas, e restituindo o que levaram contra a dita ordem os oficiais da câmara”. Ressaltou, ainda, que as rendas da instituição deveriam ser gastas com obras públicas para utilidade do povo, porque, mesmo as fontes e chafarizes, em muitos casos, eram feitas “somente por utilidade de alguns dos ditos oficiais”, deixando de se aplicar o rendimento do Concelho em “outras muito mais precisas e necessárias ao bem público, por se não faltar ao particular”.⁵⁴⁴ O problema, portanto, ia além do gasto excessivo com propinas:

Não é somente o excesso o que de mais levaram os oficiais da câmara, do que lhes era devido das propinas repassadas na dita provisão, mas também é excesso o que dispenderam sem ordem do dito mandado, contra o disposto na lei, porque em nada

⁵⁴³ APM, CMOP 51 fls. 327v-328v.

⁵⁴⁴ APM, CMOP 51 fls. 327v-328v.

podiam exceder ao que esta determina, sem terem provisão que lhes permita, de sorte que a faculdade para a despesa não é arbitrária, é limitada e restrita, e não a podem ampliar, ainda a causas e ações justas, não sendo as compreendidas e expressas na lei e provisões.⁵⁴⁵

O desembargador ainda advertiu que a provisão régia de 10 de janeiro de 1755 – através da qual foram perdoadas as propinas despendidas por ocasião das exéquias de D. João V – não autorizava o recebimento desses valores pelos ouvidores, e terminou a primeira parte de sua intervenção alertando os futuros ouvidores para que trabalhassem com zelo, a tal ponto que suas recomendações se tornassem algo supérfluo, haja vista que a sindicância que fazia só estava ocorrendo devido ao histórico de negligência do ouvidor Francisco Ângelo Leitão.⁵⁴⁶

O restante das propinas, direcionadas aos camaristas e alguns funcionários subalternos, também não estava em conformidade com a provisão régia de 1744, de acordo com o que foi indicado pelo magistrado, que reforçou a percepção de que os oficiais da câmara agiam como proprietários, e não como administradores dos bens do Concelho.⁵⁴⁷ O problema estava na interpretação conveniente que os camaristas vinham fazendo do referido documento. Os dois juízes, três vereadores e o procurador vinham recebendo, cada um, 180\$000 anuais pela participação nas principais festas ordinárias (Corpus Christi, Santa Isabel, Anjo Custódio e Nossa Senhora do Pilar), e festas menores (São Francisco de Borja, Patrocínio de Nossa Senhora, três Ladainhas de Maio, Publicação da Bula e Te Deum Laudamus), ou seja, 20\$000 por participação. O correto seria 20\$000 pelo comparecimento nas principais e 10\$000 nas menores, totalizando 130\$000. Coube a cada camarista a devolução de 50 mil réis anuais. Não

⁵⁴⁵ APM, CMOP 51, fls. 327v-328v. Feita pelo desembargador Manoel da Fonseca Brandão, sindicante do ouvidor Francisco Ângelo Leitão, em 2 de junho de 1759.

⁵⁴⁶ APM, CMOP 51, fls. 327v-328v.

⁵⁴⁷ APM, CMOP 73, fls. 25v-26, 28-29. As glosas incidiram sobre vários gastos: 1) em relação às festas, glosou-se o gasto com cera para o Te Deum Laudamus (59\$925 e 68\$400), por não estar prescrito no regimento; anularam-se dois gastos com o sermão na festa de São Sebastião (30\$000 e 74\$400), por não haver provisão que autorizasse tal gasto; anulou-se gasto (38\$000) feito com o pároco, nas missas de posse dos oficiais da câmara e do Corpo de Deus, 2) anularam-se pagamentos extras ao escrivão da câmara, por elaborar foros (36\$000) e outros documentos (116\$674 e 20\$700), entendendo-se que já recebia salário para tanto; 3) anularam-se gastos com varas dos oficiais de justiça e almotacés referentes ao ano de 1757 (46\$322), por necessitarem de apenas duas varas de almotacés e duas de juízes; anulou-se a remuneração (60\$000) do síndico da câmara, por não haver provisão para tanto e, não se entender necessária a função;⁵⁴⁷ anulou-se também a remuneração dada ao alcaide (21\$600) por auxiliar na arrecadação dos foros, por se entender que caberia aos próprios foreiros custearem o gasto; 4) e por fim, estornaram-se uma esmola (7\$200) e outros gastos miúdos feitos pelo procurador da câmara (33\$348).

foram questionadas as propinas pagas aos chamados “oficiais subalternos”, que receberam, em conformidade com as provisões vigentes, a metade das propinas que caberiam aos camaristas.⁵⁴⁸

As revisões feitas pelos ouvidores, aparentemente rigorosas, e as inúmeras glosas passadas, que afetaram momentaneamente os interesses do setor dirigente local, não foram suficientes para resolver o desequilíbrio financeiro da instituição, até porque, como ficou claro a partir da intervenção do desembargador Manuel da Fonseca Brandão, os ouvidores também se beneficiavam desses desajustes. A discriminação da natureza e dos valores pagos especificamente aos ouvidores não é tarefa simples, porque, muitas vezes, eram lançados em uma só despesa, junto com as propinas pagas aos oficiais da câmara e outros serviços agregados. Contudo, a intervenção do referido magistrado, em 1759, parece ter causado uma sensível redução dos valores repassados aos ouvidores.

As propinas por participação em festas passaram a ser destinadas exclusivamente aos oficiais do Concelho e alguns funcionários mais próximos, como tesoureiro e escrivão. Em 1760, no entanto, por ocasião da festa extraordinária em comemoração ao casamento do infante Dom Pedro com a princesa do Brasil, realizada em 17 de dezembro, o alcaide Manuel José de Faria requereu, com base na provisão régia de 26 de maio de 1744, o pagamento de suas propinas, alegando ser, também, um funcionário do Concelho. Após um longo debate entre os camaristas, e um empate, o juiz ordinário deliberou em favor do requerente, por entender que o alcaide poderia ser considerado um oficial subalterno e, portanto, tinha direito às propinas.⁵⁴⁹

Após a intervenção do desembargador Manuel da Fonseca Brandão, um novo ouvidor assumiu a comarca de Vila Rica, José Pio Ferreira Souto, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e nela permaneceu até a crise de 1764. Coube a ele fiscalizar as atividades da Câmara Municipal de Vila Rica relativas aos anos de 1759 até 1763, e pelas contingências, reforçou a ordem, em 17 de julho de 1760, para que não fosse feita nenhuma nova arrematação de obra pública sem sua prévia autorização.⁵⁵⁰ Tentava, assim, reduzir os gastos da instituição que, nos últimos anos, haviam sido feitos, em sua maioria – e de forma atípica –, com obras públicas

⁵⁴⁸ APM, CMOP 73, fls. 29-29v. O desembargador destacou ainda que não deveriam ser autorizadas, daquele ano em diante, propinas relacionadas ao *Te Deum Laudamus*, por ter sido introduzido após a provisão de dezembro de 1752, o que se aplicava também aos 20 mil réis pagos pelas festas de São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora, anteriores à provisão de 12 de janeiro de 1759 que as autorizava. Houve ainda uma reclamação do desembargador em relação à desordem encontrada no livro, que inviabilizou a revisão dos gastos e aplicação das glosas, que deveria ser feita à margem das próprias contas originais, sem necessidade de novos termos.

⁵⁴⁹ APM, CMOP 73, fls. 233-236v, 243v-245. Aberta essa oportunidade, em 29 de dezembro de 1774, o contínuo também passou a receber, e o mesmo alcaide, Manuel José de Faria, cobrou do concelho propinas dos anos anteriores que somaram pouco mais de 1,1 conto de réis.

⁵⁵⁰ APM, CMOP 73, fls. 45-45v.

(57,9% em 1756; 31,2% em 1757; 46,5% em 1758 e 45,7% em 1759). A ideia era garantir, com esse controle prévio, que só seriam financiadas obras de interesse realmente coletivo:

[...] ordenando aos vereadores atuais e os que servirem no ano seguinte, não arrematem obra alguma sem me representarem primeiro o terem úteis e necessárias ao público na forma da lei devem praticar, evitando-se assim a câmara concorrer para obras que mais redundam em utilidade particular do que do público, como a experiência tem mostrado, e fazendo-se o contrário, satisfarão os vereadores as obras que tem as ditas circunstâncias e faculdades arrematarem pelos seus bens [...] ⁵⁵¹

Ao longo da década de 1760 a situação já era tão crítica que todo o excedente que eventualmente permanecia em caixa ao final de um ano, era direcionado à lista de credores. Ou seja, a partir desse momento as despesas passaram a refletir, com precisão, a arrecadação efetiva da instituição, que já não ultrapassava os 7 contos de réis. A composição das receitas refletia a tendência da série histórica, com participação majoritária da renda da aferição e ver que seguiu responsável, em média, por mais de 50% de toda a arrecadação da instituição.

Apesar da intervenção feita pelo desembargador, em 1759, muitos problemas persistiram nos anos seguintes, e outros, já sanados, reapareceram. Os registros financeiros de 1762 foram tão desastrosos que provocariam uma intervenção ainda maior, a mais expressiva, em valor, de todo o século XVIII, feita pelo novo ouvidor, José Pio Ferreira Souto (1759-1765). Os gastos comuns, destinados a propinas e emolumentos, foram anotados com precisão razoável, mas os demais, envolvendo festas, obras públicas e serviços, foram feitos de modo tão genérico, que não permitiam a identificação do recebedor e, muitas vezes, da própria natureza do dispêndio. Essa baixa qualidade do registro foi observada pelos camaristas e provocou a reação do vereador José Inácio de Castro, que fez constar no livro financeiro que não estava de acordo e, por isso, não se responsabilizava pela imprecisão dos registros.⁵⁵²

Em uma correição e auto de contas que ocupou 17 páginas, o ouvidor José Pio Ferreira Souto (1759-1765) identificou essas e outras irregularidades na gestão das finanças feitas pelo escrivão José Antônio Ribeiro Guimarães que, apesar de tudo, era experiente e ocupava a função desde 1755. A primeira parte de sua intervenção, além de apontar as imprecisões supracitadas, realizou uma espécie de “pente fino” nas glosas levantadas pelo desembargador, em 1759, que ainda não haviam sido arrecadadas.⁵⁵³ A segunda parte, dedicada à revisão do

⁵⁵¹ APM, CMOP 73, fls. 45-45v.

⁵⁵² Para que se tenha ideia da gravidade das imprecisões contidas nos registros de despesa neste ano, o lançamento nº 26, destinado ao procurador, o doutor Antônio José Pimenta da Cunha, no valor de 3:425\$100, mais da metade da arrecadação daquele ano, não apresentou qualquer indicação da natureza do gasto. Cf. APM, CMOP 73, fl. 85v.

⁵⁵³ APM, CMOP 73, fls. 102-111.

exercício fiscal de 1762, foi um capítulo à parte, porque terminou com glosas que somavam cerca de 4 contos de réis, equivalentes a quase 70% do total de gastos feitos naquele ano, e incidiam principalmente sobre o pagamento de propinas e outros repasses autorizados pelo procurador da câmara. A esta quantia somaram-se as glosas pendentes de 1758 (849\$596), de 1759 (673\$358), de 1760 (1:328\$215) e de 1761 (433\$714), gerando uma expectativa de receita complementar a ser arrecadada em 1764 – já que a revisão foi feita no final de 1763 – superior a 7 contos de réis, valor mais alto que a receita dos quatro anos anteriores.⁵⁵⁴

Após esse processo, um novo escrivão assumiu o posto em Vila Rica, Jorge Duarte Pacheco, que passou a registrar, no próprio livro financeiro, o repasse de todas as ordens de cobrança aos oficiais da câmara. Contudo, só o fez em 15 de setembro de 1764, alegando ter recebido as informações do ouvidor no final de agosto. Em resumo, a correção de 1762, que incluía quantias não cobradas relativas ao exercício fiscal de 1758, só ocorreu no final de 1763, e as cobranças só foram repassadas aos camaristas em setembro de 1764.

Estes problemas só seriam efetivamente ajustados a partir de julho de 1765, quando se processou a substituição de José Pio Ferreira Souto pelo novo ouvidor, José da Costa Fonseca. Este foi quem ocupou por mais tempo a função na comarca de Vila Rica, 12 anos, até agosto de 1776. Neste longo período promoveu uma modificação profunda na forma dos registros financeiros e, em alguns temas, como a criação de enjeitados, chegou a alterar a própria lógica de pagamentos e fiscalização. Melhorou ainda a arrecadação dos foros, reorganizou os registros dos credores da instituição e, em alguns momentos, chegou a questionar a própria capacidade administrativa do procurador e do escrivão da instituição. Parte importante das melhorias promovidas pelo magistrado na administração local não resistiram ao fim de seu mandato à frente da ouvidoria da comarca de Vila Rica. Pode-se questionar se alguns agentes régios, principalmente os que permaneciam muitos anos no cargo, não acabavam cooptados pela classe dominante local. Não parece ter sido o caso de José da Costa Fonseca.

Logo no início de seu mandato, o novo ouvidor fez grandes glosas em sua primeira intervenção junto à Câmara Municipal de Vila Rica. Na realidade, deu execução aos problemas levantados no mandato de seu antecessor, o que possibilitou, para o ano de 1766, o estorno de pouco mais de 1,3 contos de réis provenientes de propinas pagas indevidamente nos anos anteriores. Esse suplemento de receita desafogou momentaneamente as contas da instituição e

⁵⁵⁴ APM, CMOP 73, fls. 102-111. O ouvidor calculou o seu resíduo, por realizar tal revisão, em 72\$742, quantia resultante da soma de pequenos valores referentes a cada um dos anos revisados.

evitou que o arrocho fiscal se tornasse ainda maior. Essa intervenção teve como alvo as contas do ano de 1764, ocorreu em 1765 e gerou estornos ao longo de 1766.

Tabela 12 - Glosas recebidas em 1766 referentes a 1757, 1759, 1762, 1764 e 1765

Ano	Nome	Título	Função	Valor (réis)
1762	Antônio Varela Santiago		Vereador	1:057\$789,0
1764	Tomé Damião Vieira de Brito	Sargento-mor	Juiz ordinário	40\$000,0
1764	Francisco C. de M. e Albuquerque		Vereador	40\$000,0
1764	Gregório de Matos Lobo	Tenente-coronel	Vereador	40\$000,0
1759	Tomás Soares de Aguiar	Doutor	Vereador	40\$000,0
1764	Jorge Duarte Pacheco		Escrivão	40\$000,0
1757	Antônio Ramos dos Reis		Juiz ordinário	40\$000,0
1765	Domingos Tomé da Costa		Tesoureiro	9\$825,0
Total				1:307\$614,0

Fontes: APM, CMOP 73, fls. 141-144.

A percepção de que o maior problema da instituição eram os gastos com propinas não era nenhum segredo, a dificuldade para se promover uma mudança efetiva, para além das pressões dos ouvidores e governadores, é que ela dependia da ação dos próprios recebedores das propinas. Por mais incrível que possa parecer, esse ato de desprendimento e preocupação coletiva quase se concretizou em 1767. A cúpula camarária eleita para este ano foi a mais atípica de todo o período estudado, todos os seis oficiais eram estreantes e apenas o procurador voltou a exercer outros cargos centrais na instituição.

Os dois juizes ordinários, o doutor Caetano José Viegas e Manuel Rodrigues Abrantes, apresentaram na vereação de 10 de fevereiro uma solução para os problemas financeiros do Concelho. A proposta era eliminar o pagamento de todas as propinas por participação em festas daquele ano em diante. Todos concordavam que a Câmara Municipal encontrava-se em um estado de “total decadência”, apesar disso, apenas o vereador mais velho, Felipe Gonçalves Santiago votou junto com os juizes. O procurador Manuel Fernandes de Carvalho – que, em tese, deveria ser o mais preocupado em zelar pela instituição – foi que liderou a resistência à proposta, argumentando não haver semelhante costume no Concelho, tese referendada pelos vereadores Manuel Moreira Crespo e o alferes Teodósio Pires de Azevedo. Diante do empate,

nada foi decidido, as propinas continuaram a ser pagas, e os camaristas favoráveis à proposta fizeram registrar que não se responsabilizavam em caso de futuras glosas.⁵⁵⁵

Diante da dificuldade de se reduzir as propinas e de se reerguer as finanças da instituição, o ouvidor ordenou, em 1769, a suspensão de novas obras públicas, exceto em casos emergenciais – como paredões para sustentação de fontes, pontes ou ruas em eminente ruína – limitadas a meia libra de ouro. A medida surtiu efeitos, a partir da década de 1770 os gastos com essa rubrica sofreram uma redução drástica, só alcançaram 1,5 conto de réis em 1780.

Nos anos seguintes, o cerco sobre os excessos de gastos com propinas foi se fechando, e as pressões, internas como a supracitada, e externas, dos ouvidores, foram aumentando ainda mais. Logo após a posse do novo governador, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, em 22 de maio de 1773, passou-se a inserir nas atas, a cada mês, por exigência do ouvidor, um termo assinado pelos camaristas comprometendo-se a observar as determinações de arrecadação das glosas e limitação dos gastos, realizadas nos anos anteriores.⁵⁵⁶

A compreensão sobre a persistência dos problemas oscilava. Era comum encontrar, nas revisões dos ouvidores, mesmo nas décadas finais do período estudado, alguns destes agentes régios atribuindo os problemas das finanças ao pouco cuidado e preparo dos camaristas para o exercício de suas funções. Contudo, há exemplos que demonstram o contrário. Ao final de 1775, por exemplo, após a revisão do ouvidor a respeito dos procedimentos e gastos do ano anterior, o segundo e terceiro vereadores, Manuel Rodrigues Pacheco e João de Souza, contestaram as contas, apontando uma série de irregularidades – principalmente com a criação de enjeitados e gastos com ceras em festividades, que iam de encontro aos provimentos.⁵⁵⁷ Essa situação demonstra que o regimento era conhecido pelos oficiais, e que os erros eram debatidos e apontados, sugerindo que os equívocos persistentes não ocorriam, como às vezes alegavam os próprios ouvidores, pelo baixo preparo ou “pouca inteligência” dos camaristas, mas poderiam ser uma ação consciente e deliberada, marca da resiliência ou resistência passiva do setor dirigente local aos novos métodos administrativos que, por serem mais eficientes e não possibilitarem grande margem para ajustes e manobras, não os interessavam. O ouvidor acatou

⁵⁵⁵ APM, CMOP 81, fls. 311v-312v.

⁵⁵⁶ A pressão sobre a instituição e sobre a necessidade de serem arrecadadas as glosas devidas por oficiais antigos, fez com que os camaristas registrassem, mês a mês, de junho de 1773 até janeiro de 1778, um termo de compromisso em que afirmavam que as diretrizes encaminhadas pelo ouvidor José da Costa Fonseca, nas correções de 1767, 1768 e 1770, estavam sendo respeitadas. A última determinação foi registrada na vereação de 10 de janeiro de 1778. Cf. APM, CMOP 107, fls. 163-164v.

⁵⁵⁷ APM, CMOP 102, fls. 23v-24.

sumariamente o protesto dos vereadores, refez as glosas e culpou todos os demais oficiais camarários, em especial o procurador, por negligência.⁵⁵⁸

Após 12 anos no cargo, em agosto de 1776, José da Costa Fonseca deixou o posto de ouvidor para dar lugar a Manuel Joaquim Pedroso que, logo em dezembro, fez sua primeira intervenção na Câmara Municipal de Vila Rica. O diagnóstico foi similar ao de seus antecessores, constatou ser “exorbitante e excessiva a despesa do concelho”, e identificou ser causada por “abuso e relaxação” dos oficiais camarários. O remédio foi o mesmo: glosas e reembolsos. Os erros foram similares aos praticados nas décadas anteriores. A propina recebida pela cerimônia em comemoração ao nascimento da infanta D. Maria Clementina, que pela provisão régia de 1744, deveria ser de 20 mil réis por camarista, chegou a 40 mil réis. Mudança mesmo só no argumento utilizado pelos oficiais da câmara como justificativa, desta vez mais criativo: receberam em dobro porque tiveram de ir à igreja duas vezes no mesmo dia.⁵⁵⁹

Com o falecimento do rei D. José I, encerrou-se abruptamente a política pombalina. Ocorreu, na metrópole, um reordenamento da política da coroa, a chamada viradeira. O olhar para com a colônia e a relação com a classe dominante colonial mudariam drasticamente. Em Minas Gerais, os efeitos mais contundentes dessa transformação passariam a ser sentidos, com maior vigor, após o fim do governo de Rodrigo José de Meneses e Castro e a posse de Luís da Cunha Meneses, em 10 de outubro de 1783.

Do ponto de vista dos camaristas, os anos seguintes ao falecimento de D. José I seriam de grande agitação. Em vereação de 4 de fevereiro de 1777, receberam carta do governador informando que o monarca estava com a saúde debilitada. Ordenaram que os vigários rezassem missas públicas pela vida do soberano. O rei viria a falecer vinte dias depois, mas o Concelho só tomaria ciência do fato quase quatro meses depois, em 17 de junho de 1777. A mesma organização das solenidades fúnebres que ocorreu em 1750 e 1751, por ocasião do falecimento de D. João V, seriam novamente realizadas. Contudo, a situação financeira nem de longe lembrava a daquela época, e as cerimônias foram bem mais simples. Para que se tenha ideia, gastou-se mais com as exéquias locais de D. João V, em 1751, do que o equivalente a toda a arrecadação do Concelho em 1777. Como em 1751, foi decretado luto oficial de um ano (seis meses rigorosos e seis meses aliviados), que teria início em 19 de junho de 1777, proibiu-se o aumento do valor das fazendas pretas, utilizadas no luto e marcaram-se as cerimônias de quebra dos escudos para a manhã do dia 19 de julho de 1777 e o funeral para dois dias depois.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ APM, CMOP 102, fls. 24-24v.

⁵⁵⁹ APM, CMOP 105, fl. 19; APM, CMOP 106, fl. 18-18v.

⁵⁶⁰ APM, CMOP 107, fls. 99-99v, 116v-118, 120v-125, 135v-137, 145v-146v.

Outro acontecimento envolvendo a família real ocorreu três dias antes do falecimento do monarca, o casamento de uma de suas filhas, a infanta dona Maria Francisca Benedita. Como de costume, esse acontecimento exigia festejos em todas as vilas e cidades sob o domínio português. Em Vila Rica, a festa foi marcada inicialmente para o dia 5 de julho de 1777, mas em 1º de julho, por ordem do governador, a festa foi remarçada para o dia 25 de julho, portanto, após a solenidade do enterro do rei, que teve lugar no dia 21 do mesmo mês. Assim, o luto foi interrompido nos dias 23, 24 e 25 de julho para a realização da referida celebração.⁵⁶¹ Estas cerimônias, como esperado, provocaram uma alta nos gastos com festas e propinas, que somadas, ultrapassaram os 3,5 contos de réis, significativas para a conjuntura de crise, mas muito inferiores se comparadas às realizadas quando da morte de D. João V.⁵⁶²

Embora os efeitos da chamada “viradeira”, no reino, não tenham provocado uma mudança estrutural no Império português, seus impactos na relação entre agentes régios e a classe dominante colonial, em geral, e seu setor dirigente, em específico, foram significativos. Encerravam-se as portas da alta administração colonial aos naturais da terra que, graças ao ouro, puderam estudar na Universidade de Coimbra, onde eram formados os quadros que administravam a máquina burocrática portuguesa ao redor do mundo. Restava, a estes quadros, retornar às câmaras municipais. Em 1779, os efeitos desse retorno já foram sentidos em Vila Rica, quando, pela primeira vez em muitas décadas, um ouvidor elogiou o cuidado com que os camaristas do ano anterior haviam gerido as finanças da instituição:

É digno de louvor o zelo com que serviram na câmara no ano de 1778 os oficiais dela, assinados em fronte e grande fidelidade e acerto com que administraram as rendas públicas; empregando-as utilmente em muitas obras proveitosas e necessárias; pagando dívidas pretéritas; e satisfazendo completamente as provisões e encargos anuais; e para suprirem a todas estas despesas, promovendo com atividade e ardor a cobrança das dívidas passivas, com o que fizeram crescer a receita consideravelmente. Será muito conveniente que este louvável procedimento sirva de molde às câmaras futuras no exercício da administração pública.⁵⁶³

Neste ano a cúpula camarária foi formada por indivíduos de grande influência, um doutor formado em Coimbra, José Dias Rosa Maciel, esteve à frente da instituição, acompanhado por outros cinco detentores de patentes militares de ordenança: o tenente-coronel Feliciano José da Câmara, também como juiz ordinário; os capitães Jorge Duarte Pacheco, João

⁵⁶¹ Contratarem o mesmo músico para o funeral e o casamento, Manuel de Magalhães, que em 15 de outubro recebeu 132 oitavas pelos seus serviços. Cf. APM, CMOP 107, fls. 116v.-118, 127v.-129v, 136-137, 145-146v.

⁵⁶² APM, CMOP 110, fl. 3.

⁵⁶³ APM, CMOP 110, fl. 26.

Pinto de Souza e Pedro Luiz Pacheco, como vereadores; e o capitão José Pinto de Madureira, como procurador. Estes indivíduos foram eleitos em pelouro trienal no final de 1777 e, portanto, é plausível imaginar que as incertezas vividas no centro do Império, ao longo desse ano, tenham influenciado uma escolha experiente e conservadora, por parte da classe dominante local. De todo modo, o fato é que, aos olhos dos agentes régios, o Concelho passou de pessoas “de pouca inteligência”, como se referiu José da Costa Fonseca, para outras de “louvável procedimento”, que serviam “de molde às câmaras futuras no exercício da administração pública”.⁵⁶⁴

Nos anos seguintes, o ouvidor Manuel Joaquim Pedroso limitar-se-ia a interferências pontuais e à elaboração de glosas de menor importância. De certo modo, ele parece ter complementado e colhido os frutos das intervenções anteriores. Em dezembro de 1782, transmitiu o cargo ao novo ouvidor, Tomás Antônio Gonzaga, que exerceu quase todo seu mandato durante o governo de Luís da Cunha Meneses, de outubro de 1783 a julho de 1788.

Ao final da década de 1780, o novo ouvidor estaria envolvido, junto com outros membros da classe dominante local, na trama insurrecionista conhecida como Conjuração Mineira. Não era a primeira vez que um ex-ouvidor se envolvia em planos dessa natureza. Em 1720, o ex-ouvidor da comarca de Vila Rica, Manuel Mosqueira Rosa, que seguiu na região após deixar o cargo – assim como estava fazendo, em 1789, Tomás Antônio Gonzaga que, mesmo após ter sido nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, prolongava sua estada na capitania de Minas Gerais –, esteve envolvido na Revolta de Vila Rica.

O período em que Tomás Antônio Gonzaga atuou fiscalizando os concelhos da comarca de Vila Rica foi, do ponto de vista fiscal, ainda mais crítico que os anteriores. As receitas e, conseqüentemente, as despesas, já não ultrapassaram mais os 5 contos de réis. A instituição começava a mergulhar em um cenário de esvaziamento de prerrogativas, semelhante ao vivido nas décadas de 1720 e 1730, mas agora, ao que tudo indicava, irreversível.

As interferências do ouvidor foram, de maneira geral, superficiais, causaram pouco impacto, limitaram-se a confirmar as somas do escrivão da câmara, Antônio José Velho Coelho, e a questionar a falta de informações na lista dos foros, onde se podia ler apenas o nome dos moradores e imóveis, sem qualquer discriminação quanto aos pagamentos feitos ou dívidas dos anos anteriores. Isso pode ser explicado pela proximidade entre uma parcela dos camaristas e o ouvidor, também pela qualidade dos quadros que retornavam ao Concelho, ou mesmo pela falta de meios disponíveis para se consertar as contas da instituição.⁵⁶⁵

⁵⁶⁴ APM, CMOP 110, fl. 36.

⁵⁶⁵ APM, CMOP 110, fls. 65v-66, 75-76, 81.

O segundo semestre de 1783 foi um dos mais agitados da Câmara Municipal de Vila Rica e, de certo modo, pareceu prenunciar os atritos que levariam, ao final da década, à Conjuração Mineira, até mesmo por envolver nomes que a protagonizariam. Em 14 de junho do referido ano, os oficiais da câmara receberam a notícia de que um novo governador estava a caminho, Luís da Cunha Menezes. Naquele mesmo dia, os camaristas elegeram seis sujeitos que teriam a honra de carregar o pátio na cerimônia de posse do governador. Um primeiro sinal de desajuste ocorreu mesmo antes de o governador chegar a Vila Rica. Dos seis indivíduos escolhidos dentre os mais influentes da localidade, metade rejeitou a tarefa.⁵⁶⁶

Entre o anúncio da chegada do novo governador, em meados de junho, até a sua posse, realizada às 15 horas do dia 10 de outubro de 1783, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, houve uma reviravolta na cúpula camarária em Vila Rica, provocada pelo ouvidor Tomás Antônio Gonzaga e o governador Rodrigo José de Meneses e Castro. Em 7 de agosto daquele ano, o ouvidor enviou uma carta aos oficiais da câmara, acompanhada de outra do governador, mandando que fossem eleitas três pessoas idôneas para exercerem o posto de juiz ordinário, segundo vereador e procurador até o final do ano para, respectivamente, ocuparem os lugares do coronel Feliciano José da Câmara, do capitão Manuel Fernandes Pinto e de Frutuoso José Corrêa, por impedimento imposto pelo governador, que tomava essa decisão prestes a deixar o cargo e a capitania de Minas Gerais.⁵⁶⁷

Sem maiores detalhes, a eleição de barrete foi registrada na vereação seguinte, em 9 de agosto. Dos três que seguiam servindo na instituição, apenas dois compareceram à eleição: o juiz ordinário Sebastião Francisco Bandeira e o vereador Antônio Ferreira da Silva. O outro vereador, Antônio da Silva Pereira, justificou sua ausência por estar doente e, em seu lugar, assumiu emergencialmente o tenente-coronel José Pereira Lima de Velasco. Para o lugar do procurador afastado, foi convocado, emergencialmente, o capitão José Ribeiro de Melo, que havia exercido o posto em 1779. Saíram eleitos: para juiz, o doutor Cláudio Manuel da Costa, amigo do ouvidor; para vereador, o capitão Francisco de Freitas Braga; e para procurador, o capitão Domingos José Ferreira. Todos com grande experiência administrativa.⁵⁶⁸

⁵⁶⁶ Foram escolhidos, em 14 de junho de 1783: o coronel Ventura Fernandes de Oliveira, os doutores Cláudio Manuel da Costa, José Dias Rosa Maciel e Manuel Caetano Pinto, e os capitães Manuel Rodrigues de Almeida e José da Mota Araújo. E, para carregar o estandarte da câmara, Diogo José da Silva Saldanha. Uma semana depois, em 21 de junho, rejeitaram a função, sem maiores explicações: o sargento-mor Diogo José da Silva Saldanha, o doutor José Dias Rosa Maciel e o capitão Manuel Rodrigues de Almeida, sendo substituídos pelo tenente coronel José Pereira de Lima, o doutor Manuel Manso da Costa Reis e o doutor Paulo José de Lana Costa Dantas. Cf. APM, CMOP 110, fls. 31v-33v.

⁵⁶⁷ APM, CMOP 110, fls. 47v-48; APM, CMOP 112, fls. 38-38v.

⁵⁶⁸ APM, CMOP 112, fls. 39-39v.

A justificativa oficial para o afastamento foi citada na vereação de 17 de setembro de 1783. Nela, os oficiais debateram a aprovação de quatro requerimentos de pagamento a Pedro José da Silva, Manuel Rodrigues Rosa, João Lopes da Cruz e Eusébio da Costa Ataíde, relativos a despesas feitas em melhorias nos caminhos das lajes e serras. O governador esclarecia, por carta, que os oficiais afastados, liderados pelo então procurador Frutuoso José Corrêa, questionaram os pagamentos, e que, pela repugnância com que o fizeram, perderam seus cargos e encontravam-se presos até a presente data. O governador informava que não cabia aos camaristas questionarem suas ordens, amparando-se em uma ordem régia de 5 de setembro de 1704, em que o rei recomendava aos concelhos obediência aos governadores. Lembrava aos oficiais da câmara que as obras referentes aos pagamentos solicitados tiveram grande utilidade aos moradores da vila, e que foram realizadas sem onerar o Concelho, e que por isso pedia uma pequena contribuição, aprovada de pronto pelos novos camaristas.⁵⁶⁹

O episódio ilustra a correlação de forças existentes entre camaristas e agentes régios em Vila Rica. Em um ato, o governador, com apoio do ouvidor, prendeu metade da cúpula camarária, entre os quais um tenente-coronel, que havia presidido a instituição em 1779, e um capitão, que havia sido vereador em 1776. Até onde foi possível apurar, essa foi a maior intervenção feita pelos agentes régios na instituição em todo o século XVIII, e de longe a mais explícita, direta e, talvez, desproporcional. Parece claro que o questionamento a uma ordem de pagamento não foi o único motivo das prisões, e que o governador, prestes a deixar o cargo, e o ouvidor, empossado há pouco, partilhavam de uma mesma estratégia. Os substitutos eleitos, a começar por Cláudio Manuel da Costa, eram aliados do ouvidor, e passariam a se opor às ofensivas do novo governador, alinhado à política de D. Maria I, que chegou à região disposto a combater os privilégios cedidos à classe dominante local no período pombalino.

Um dia após a posse do novo governador, Luís da Cunha Meneses – já estando a cúpula camarária reformulada pela intervenção dos agentes régios, agora presidida pelo advogado Cláudio Manuel da Costa, amigo pessoal do ouvidor –, chegou aos camaristas uma proposta de João Rodrigues de Macedo, que há pouco havia trocado algumas terras que possuía na vila por outras, onde hoje se encontra a Casa dos Contos.⁵⁷⁰ Na vereação do dia 11 de outubro, apresentava aos novos camaristas uma oferta, prontamente aprovada. O suplicante se obrigava a conservar o encanamento que conduzia água para o chafariz do largo, a troco de:

⁵⁶⁹ APM, CMOP 112, fls. 43-44.

⁵⁷⁰ O terreno onde hoje se encontra a Casa dos Contos pertencia a Teodósio Bernardo da Fonseca, e foi trocado com João Rodrigues de Macedo em 1776, com autorização da Câmara Municipal de Vila Rica. Cf. APM, CMOP 107, fls. 65v-66.

[...] todas as terras que se achassem de fora, não só da tapagem do quintal das casas que foram de Bernardo de Araújo Franco, das chácaras do Alferes Antônio Rodrigues Braga, do capitão Pedro José da Silva, que vertiam para o córrego, tendo [ilegível] de foros do capitão-mor José Alves Maciel, e as que se achavam por aforar no [ilegível] barranco por baixo da ponte, fazendo frente as do dito Franco; mas também oito braças na rua das flores, na paragem aonde ele encanasse tudo sem prejuízo do público, e de terceiro [...] ⁵⁷¹

O acordo foi feito naquele mesmo dia. As terras, ao que parece, seriam no entorno da atual Casa dos Contos, prédio que, naquele momento, erguia-se às custas do suplicante. Parece-nos curioso o momento em que tal acordo foi proposto e prontamente aprovado, logo após a prisão dos oficiais e um dia após a posse do novo governador, estando a presidência do Concelho nas mãos do influente doutor Cláudio Manuel da Costa.

Nos primeiros meses de seu governo, Luís da Cunha Menezes – o “fanfarrão minésio” das Cartas Chilenas, atribuídas ao ouvidor Tomás Antônio Gonzaga – avançou sobre as contas da Câmara Municipal de Vila Rica, assumindo uma postura normalmente desempenhada pelos ouvidores. Em carta de 11 de novembro de 1783, exigiu que os camaristas colocassem em sua presença “uma conta exata dos rendimentos desta câmara, suas cobranças, empenhos, apelações”. Os oficiais responderam prontamente, solicitaram alguns dias para prepararem o material e enviaram a remessa em 24 de novembro de 1783.⁵⁷² Deste ponto em diante, a relação entre o Concelho local e seu setor dirigente, e os agentes régios locais, em especial o governador, entraria em uma espiral decrescente, rumo à mais completa instabilidade.

Considerando todo o período estudado, as interferências externas sobre a Câmara Municipal de Vila Rica, embora tenham se concentrado em aspectos fiscais e ocorrido em meio às correições feitas pelos ouvidores, em situações limítrofes, como a que teve lugar em 1783, atingiram a própria composição interna do Concelho. Nestes momentos críticos – como em 1720, durante a repressão à Revolta de Vila Rica, em que um dos juízes ordinários, João da Silva Guimarães, envolvido no conflito, foi desligado da cúpula camarária, ou em 1735, quando outro juiz ordinário, Domingos de Abreu Lisboa, perdeu o posto na instituição por assumir uma postura abertamente contrária a capitação – ficam claros os limites das negociações envolvendo a classe dominante colonial e seus diferentes setores e os agentes régios. Estas formas diretas e desgastantes de intervenção foram raras ao longo do período estudado porque havia outros mecanismos de controle e prevenção, menos invasivos e traumáticos, como o controle e a

⁵⁷¹ APM, CMOP 112, fls. 48-48v.

⁵⁷² APM, CMOP 110, fls. 50v, 52.

manipulação das eleições, que, com alguma imprecisão, permitiam afastar dos Concelhos aqueles indivíduos que, sabidamente, se opunham aos interesses régios.

Até onde foi possível observar, as atuações mais contundentes, ou seja, aquelas que conseguiram moldar mais a prática administrativa local às necessidades impostas pelo centro, foram feitas pelos ouvidores Caetano Furtado de Mendonça (1740-1744), Francisco Ângelo Leitão (1752-1758) e José da Costa Fonseca (1765-1776). Embora tenham operado em períodos muito distintos – o primeiro empreendeu a formação do *stock*, o segundo viu o mesmo ser extinto, e o terceiro teve de lidar com receitas que raramente superavam os 6 contos de réis – todos eles ousaram atacar o que foi, ao longo de todo o século XVIII, o fator de maior desequilíbrio das finanças locais: as propinas pagas pelos oficiais camarários aos mesmos oficiais camarários. Essa rubrica consumiu, em média, quase 40% do orçamento da instituição, e era o ponto mais delicado de qualquer mudança pretendida pelos ouvidores, pelos próprios interesses envolvidos. Os três agentes régios supracitados foram os únicos que, em suas intervenções, empreenderam glosas significativas que tiveram como alvo essas propinas, contrariando os interesses da classe dirigente local e gerando, aos cofres da instituição, estornos que, juntos, somaram quase 5 contos de réis.

A partir de meados da década de 1760, ou propriamente a partir da atuação do ouvidor José da Costa Fonseca (1765-1776), houve um aumento no ritmo e profundidade dos ajustes administrativos locais diminuiu-se a resiliência por parte do setor dirigente local frente às imposições dos ouvidores. Não nos parece plausível que o simples agravamento da crise econômica que se abatia sobre Vila Rica – causada, em última instância, pela redução da extração aurífera – tenha sido suficiente para provocar uma comoção entre os camaristas.

A redução da resiliência deste setor dirigente local – se bem que nunca chegou a provocar, em caráter permanente, a redução dos gastos relativos com propinas –, frente às transformações administrativas paulatinamente impostas pelos agentes régios pode ser explicada, ao que parece, por dois movimentos. O primeiro, fundamental, foi o avanço das forças metropolitanas sobre a localidade, eliminando resistências, cooptando e moldando outros indivíduos, forçando a dinâmica de poder a girar em torno do rei, como acabou ocorrendo durante as últimas décadas do reinado de D. João V, no auge da mineração, e durante todo o reinado de D. José I e o ministério pombalino, apesar do agravamento da crise aurífera na localidade. O segundo, complementar, parece ter sido a mudança qualitativa que ocorreu, mais do que no seio da classe dominante local, fundamentalmente em seu setor dirigente, envolvendo aqueles indivíduos que estiveram à frente do poder político e administrativo local, e que

puderam, apoiados nos ombros e nos bolsos das gerações anteriores, enriquecidas pelo ouro, enxergar, com maior clareza, os melhores caminhos nos meandros da administração colonial portuguesa. Estes quadros experimentados e, em grande medida, aproveitados como servidores de apoio na alta esfera administrativa colonial, viram-se de volta aos postos camarários.

Todo o arranjo costurado durante os três primeiros quartéis do século XVIII rompeu-se, abruptamente, no final da década de 1770, diante dos efeitos da viradeira, que alcançaram, com certo atraso, a colônia. Os setores locais, que ajudaram a construir o sistema colonial, em poucos anos viram-se espoliados por ele, de sócios que achavam que eram, descobriram-se alvo daquele modelo que, pelo seu próprio desenvolvimento contraditório, alcançava seus limites. Nos anos finais deste estudo, já sem as mesmas possibilidades de seu período inicial, a Câmara Municipal de Vila Rica converteu-se novamente em um centro de resistência aos governos locais que, a esta altura, seguiam de perto as novas diretrizes adotadas pela metrópole.

CONCLUSÃO

A intenção, ao se analisar sistematicamente o cotidiano e as finanças da Câmara Municipal de Vila Rica, seu setor dirigente e alguns dos mecanismos de controle que sobre ela atuavam, foi a de tentar compreender, por outra escala, a natureza da administração colonial, a partir de outro ponto de vista, e tentar identificar como, em sua ação local e cotidiana, foram reproduzidas as relações sociais de dominação e se compatibilizavam, temporariamente, interesses contraditórios entre agentes régios e uma parcela da classe dominante local.

O avanço do Estado na região aurífera, mais tarde capitania de Minas Gerais, mesclou violência e cooptação. A criação das primeiras câmaras municipais, em 1711, prerrogativa exclusiva do rei e de seus agentes, foi uma estratégia encontrada pela metrópole para tentar pacificar a região, e consolidar nela, o poder do Estado, o que só viria a ocorrer, nas áreas urbanas durante a década de 1720, após o fracasso da Revolta de Vila Rica.

Este movimento foi articulado por um setor da classe dominante local, o mesmo que, anos antes, havia protagonizado a Guerra dos Emboabas (1707-1709) e ocupado, ao longo da década de 1710, as primeiras câmaras municipais da região, apoderando-se de suas prerrogativas amplas, que envolviam, inicialmente, até mesmo a cobrança dos quintos. À medida que o Estado avançava, estes potentados locais entrincheiraram-se nestes concelhos, que acabaram esvaziados de suas atribuições pelos agentes régios, provocando a reação direta deste grupo, o que levaria à eclosão de alguns movimentos de resistência, cujo maior expoente foi a Revolta de Vila Rica, em 1720. Nas duas décadas que se seguiram, a Câmara Municipal de Vila Rica foi esvaziada de suas atribuições mais importantes, embora estes tenham sido os anos em que teve a maior capacidade de arrecadação em todo o século XVIII. Consolidado o poder do Estado em Minas Gerais, os interesses do centro passaram a prevalecer, não mais em oposição às câmaras municipais, usurpando-lhes prerrogativas, mas usando-as a seu favor.

Há consenso, na historiografia, a respeito da tendência de esvaziamento do poder das câmaras municipais em todo o Império português; o momento em que isso teria ocorrido, no entanto, ainda é um ponto polêmico. Para alguns, esse movimento começou a ser sentido, na América portuguesa, durante a transição dos séculos XVII e XVIII, ou mesmo um pouco antes. Em Vila Rica, a perda das prerrogativas do concelho não foi um movimento linear, como parece ter sido o caso de outros concelhos coloniais, mas oscilou em função de outras variáveis, e não acompanhou a situação financeira da instituição.

A partir da década de 1740, observou-se um aumento das pressões dos ouvidores sobre o Concelho local, principalmente sobre suas finanças, com o objetivo de formar um *stock* em caixa, a partir do aumento da arrecadação e contingenciamento das despesas, para viabilizar a implantação da terça régia. Após o fracasso dessa política, deixada de lado, em definitivo, por conta da intensificação da crise aurífera que teria lugar a partir da década de 1760, o controle sobre as finanças da instituição persistiu, agora com o objetivo de evitar o colapso do Concelho.

Contudo, a permanência desse controle rígido dos agentes régios sobre a instituição, até ao menos o final da década de 1770, não foi acompanhado de uma redução de suas prerrogativas, ao contrário, a partir de 1751, o Concelho local passou a indicar os fiscais da Casa de Fundição e, nos anos seguintes, esteve diretamente envolvido na arrecadação das derramas (1764 e 1772) e dos subsídios voluntário e literário, o que refletiu em suas atividades cotidianas, já que, deste momento até o final da década de 1770, esteve concentrada a maior quantidade de vereações e assuntos discutidos em todo o período estudado.

Com exceção do aumento da complexidade da administração local, que foi uma tendência ao longo do século XVIII, todo o restante parece ter oscilado. No que diz respeito às finanças, a câmara municipal acompanhou, de perto, o movimento econômico geral da vila. Como não poderia deixar de ser, durante o auge da mineração até a década de 1740, a arrecadação foi significativamente alta e, a partir da década de 1760, com as receitas em baixa, a instituição passou a não conseguir pagar em dia seus credores.

Quanto às prerrogativas, não acompanharam, como se esperava, a capacidade de arrecadação do concelho. A instituição teve poderes mais alargados em sua primeira década, antes da Revolta de Vila Rica, e entre as décadas de 1740 e 1770. No primeiro caso, havia recursos e pouco controle dos agentes régios sobre o setor dirigente local; no segundo caso, havia menos recursos, e um rigoroso controle por parte dos agentes régios.

Se, durante a gênese da sociedade mineira, o rei dependeu, em alguma medida, da classe dominante local que se formava em torno dos descobrimentos auríferos, esta relação se inverteu quando o Estado se tornou a força hegemônica nas áreas urbanas da nova capitania de Minas Gerais, durante a década de 1720. Gradualmente, para ter poder, manter e reproduzir seus privilégios, os diferentes setores da classe dominante local passaram a depender cada vez mais do Estado e do controle dos espaços institucionais por ele criados. Ao mesmo tempo, o acesso a estas instituições passou, gradativamente, a ser controlado pelos agentes régios, que dispunham de mecanismos de intervenção, preventiva e corretiva, razoavelmente eficientes, como a limpeza das pautas eleitorais e o controle prévio e posterior dos gastos, além, claro, das

intervenções incisivas sobre a instituição, em que se afastavam indivíduos durante seus mandatos, usando-se, frequentemente, de subterfúgios jurídicos e falsas acusações.

O fator decisivo da oscilação das prerrogativas e, portanto, do poder das câmaras municipais mineiras, em especial a de Vila Rica, não parece ter sido a capacidade política do setor dirigente local, tampouco a mudança na qualidade dos indivíduos que a compuseram, embora estes elementos tenham contribuído de alguma forma. O aspecto fundamental foi a racionalização da política tributária da coroa, que ganhou espaço no governo de D. José I, graças ao papel desempenhado por Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal. Era a questão tributária que, no final das contas, definia o tom dos governos em Minas Gerais, já que foi, sobretudo para tributar, que o Estado se estabeleceu no interior da América portuguesa.

O ponto de partida dessa alteração, no entanto, não partiu de Vila Rica, mas de Lisboa. Não parece ter sido a classe dominante mineira que restaurou as prerrogativas das câmaras municipais da capitania, mas a corte e o rei – que, considerando a presença, na região aurífera, de uma nova geração formada nos bancos da Universidade de Coimbra, apta a contribuir com a administração do Estado, e o controle mais efetivo que se poderia ter sobre ela e as câmaras municipais –, passou a utilizar este setor dirigente local para executar seu projeto.

Os interesses do setor dirigente local, como a manutenção das propinas que, em todo o período, consumiram em torno de 40% do orçamento local, apesar da retórica e das investidas dos agentes régios, nunca foram, por princípio, alvo de combate sistemático por parte deles, exceto quando entravam em choque com os interesses régios para a região. O esforço dos ouvidores, ao longo do século XVIII, parece ter sido o de manter as propinas dentro de uma margem que, não sendo a ideal, garantia o atendimento e a preservação dos interesses régios na região, e não criava uma crise não administrável com o setor dirigente de Vila Rica.

Não se retira da oligarquia que comandou a Câmara Municipal de Vila Rica, durante quase todo o século XVIII, seu protagonismo e sua capacidade de estabelecer estratégias e ações para defender seus interesses. Contudo, não se colocam em segundo plano os elementos limitadores das ações destes indivíduos. Entre 1720 e 1789 foram raros os momentos em que algum indivíduo se colocou abertamente contra os interesses régios na região, o que não significa que não houvesse resistências dentro dos próprios Concelhos. Mas estas, ao contrário do que ocorreu em 1720, de modo geral, foram passivas. Predominou, entre os grupos que controlavam a política local, a estratégia da resiliência, um “concordar, mas não cumprir”, e a recorrência nos erros como estratégia para cansar os agentes régios e desgastar os mecanismos de controle. Travavam uma luta fria, contra um rival que, sabiam, não tinham como vencer.

A análise das finanças revelou, com clareza, e para além da retórica dos camaristas e dos agentes régios, a que interesses servia o Concelho de Vila Rica. Primeiro, os recursos financeiros da instituição eram direcionados às causas régias. Embora não fosse a rubrica que mais pesou sobre a instituição, exceto durante os primeiros anos da década de 1720, eram demandas impostas e, apesar dos protestos, sempre foram prontamente atendidas. Em alguns momentos, como no caso das festas e cerimônias extraordinárias, também interessavam aos oficiais da câmara, porque eram uma oportunidade de os próprios receberem propinas, rubrica que representou, em média, 40% do total gasto pela instituição, durante todo o período estudado. O restante era dividido entre o pagamento de serviços prestados por terceiros, com a contratação de obras públicas, criação de enjeitados e outros gastos menores. As preocupações com o chamado “bem comum” só eram prioridade na retórica dos oficiais da câmara; no orçamento, que espelhava a prática, não foram nem o segundo maior gasto da instituição.

A conciliação instável entre os interesses contraditórios de uma classe dominante colonial, e seus diferentes setores, e as pretensões metropolitanas, representadas em parte pelo rei e seus agentes locais, foi costurada com muita cautela durante os três primeiros quartéis do século XVIII em Minas Gerais. As dificuldades crescentes, a escassez aurífera e a fragilidade portuguesa cada vez maior no cenário europeu, tornaram cada vez mais difícil a manutenção deste arranjo. As alterações da política colonial provocadas pelo fim do ministério pombalino, com a ascensão de D. Maria I e as consequências da viradeira, precipitaram, na região aurífera, a ruptura política entre os agentes régios e a classe dominante mineira.

Procurou-se demonstrar que o estudo do poder local, a partir da análise sistemática do funcionamento cotidiano de sua principal instituição, a câmara municipal, e das relações estabelecidas entre seus dirigentes e outras instâncias de poder, durante quase todo o século XVIII, não se contrapõe à dinâmica do Antigo Sistema Colonial. Ao contrário, a eficácia dos mecanismos de controle que agiam sobre os concelhos, mais bem compreendidos quando analisados de perto, revelou-se fundamental para a manutenção da própria condição colonial. Não por acaso, os primeiros sinais de crise desse sistema refletiram-se, também, no cotidiano dos concelhos e nas relações estabelecidas entre seus dirigentes e os agentes régios locais.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

AUC. *Livro de registros de matrículas*. 1747-1752.

AUC. *Livro de registros de matrículas*. 1749-1753.

AUC. *Livro de registros de matrículas*. 1754-1759.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU. *Aviso do Visconde de Barbacena para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado, informando da morte na prisão de Cláudio Manuel da Costa*. 1789. Minas Gerais. Caixa 132, doc. 11.

AHU. *Carta de Cláudio Manuel da Costa para fr. Inácio de Sá e Nazaré, agradecendo o diploma do “caráter de sócio entre os senhores acadêmicos da Academia Brasilica”*. 1759. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 74, doc. 34.

AHU. *Carta de Dom Lourenço de Almeida, governador de Minas, para o rei, informando sobre o decorrer das obras de construção de quartéis das Companhias dos Dragões e da recusa da nova câmara de Vila Rica em custear as despesas*. 1730. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 16, doc. 79.

AHU. *Carta do Conde de Valadares, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando o seu parecer sobre o requerimento do bacharel Cláudio Manuel da Costa, onde pede a propriedade vitalícia do ofício de provedor da Coroa e Fazenda Real da Capitania das Minas, com o ordenado de 2 mil cruzados*. Minas Gerais. Avulsos Caixa 96, doc. 47.

AHU. *Representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica, sobre a falta de quartel para os Soldados de Dragões, pedindo a isenção das despesas do aquartelamento dos Dragões*. 1727. Minas Gerais. Avulsos. Caixa. 10, doc. 54.

AHU. *Requerimento de Antônio Ramos dos Reis, capitão-mor de Vila Rica solicitando confirmação da carta de sesmaria de uma légua de terra em quadra, no distrito de Aguaçu, capitania do Rio de Janeiro*. 1741. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 41, doc. 84.

AHU. *Requerimento de José Dias Rosa Maciel, morador em Vila Rica, bacharel formado pela Universidade de Coimbra, pedindo para ser nomeado na ocupação de procurador da Coroa e Fazenda da Capitania das Minas e confirmar-lhe a provisão com ilimitação de serventia, passada por Luís Diogo Lobo da Silva*. 1768. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 92, doc. 24.

AHU. *Requerimento de Manuel Fernandes de Carvalho, capitão, solicitando ao Rei a mercê de lhe conceder o Hábito de Cristo, com a respectiva tença, como recompensa pelo ouro que introduzira na Casa de Fundição.* 1771 Minas Gerais. Avulsos. Caixa 101, doc. 73.

AHU. *Requerimento de Manuel Fernandes de Carvalho, pedindo carta patente do posto de capitão da Companhia de Ordenança de Pé, do distrito de Padre Faria e seus arrabaldes, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica.* 1769. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 95, doc. 66.

AHU. *Requerimento de Manuel Fernandes de Carvalho, pedindo a mercê do Hábito da Ordem de Cristo com tença, por ter feito entrar na Real Casa de Fundição de Vila Rica, num ano, mais de 8 arrobas de ouro.* 1769. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 96, doc. 11.

AHU. *Requerimento do capitão José Veloso Carmo, pedindo mercê do Hábito da Ordem de Cristo e tença, por ter feito entrar na Real Casa de Fundição, durante um não, mais de 11 arrobas de ouro.* 1766. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 87, doc. 32.

AHU. *Requerimento do coronel José Veloso Carmo, morador em Vila Rica, pedindo licença para estabelecer engenho de cana nas suas duas fazendas, denominadas Melo e São Lourenço, sitas na Comarca do Rio das Mortes.* 1801. Minas Gerais. Avulsos. Caixa 159, doc. 16.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Feitos Findos. Correição Cível da Corte, mç. 36, n.º 9, cx. 36.

Feitos Findos. Documentação Diversa. Documentos referentes ao Brasil, mç. 11, n.º 74.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 51, n.º 15.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 49, n.º 1.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra J, mç. 7, n.º 22.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 51, n.º 15.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 41, n.º 11.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra M, mç. 24, n.º 16.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letras I e J, mç. 40, n.º 4.

Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra C, mç. 7, n.º 3.

Registo Geral de Mercês. Mercês de D. João V, liv. 17, fl. 162.

Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 18, fl. 376.

Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 22, fl. 301.

Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 22, fl. 493v.

Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 23, fl. 106.

Registo Geral de Mercês. Mercês de D. José I, liv. 26, fl. 304v.

Registo Geral de Mercês. Mercês de D. Maria I, liv. 18, fl. 124.

Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. António, mç. 68, doc. 1362.

Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Manuel, mç. 169, doc. 1786.

Arquivo Público Mineiro (APM)

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1774-1776.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 102.

APM. *Folha de propinas dos juízes e mais oficiais da Câmara do ano de 1766.* 30 de dezembro de 1766. Coleção Casa dos Contos. Rolo 520, cx. 64, not. 30633. Item 2.

APM. *Livro de despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1734-1742.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 34.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1724.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 12.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1725-1733.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 21.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1743-1759.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 51.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1758-1769.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 73.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1769-1770.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 89.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1770-1771.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 93.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1771-1772.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 94.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1773-1776.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 100.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1775-1777.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 105.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1776-1777.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 106.

APM. *Livro de receitas e despesas do Senado da Câmara Municipal de Vila Rica, 1777-1803.* Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. Códice 110.

APM. *Registro de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos governadores ao rei, 1709-1722.* Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). Códice 4.

APM. *Registro de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1733-1741.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 32, Rolo 20.

APM. *Registro de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1740-1742.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 43.

APM. *Registro de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1762.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 79.

APM. *Registro de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1774-1784.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 103.

APM. *Registro de cartas do Senado para o governador e diversas autoridades, ordens, editais, provisão, petição e despachos, 1783-1789.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 112A.

APM. *Registro de editais, cartas, provisões e informações do Senado de petições e despachos, 1735-1736.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 35. Rolo 21.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1726.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 13, Rolo 17.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1731-1735.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 28, Rolo 19.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1735-1737.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 36, Rolo 21.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1737-1740.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 39, Rolo 22.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1740-1742.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 42, Rolo 23.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1742-1745.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 45, Rolo 25.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1745-1748.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 52, Rolo 26.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1749-1751.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 56, Rolo 27.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1757-1763.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 69, Rolo 30-31.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1763-1769.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 81, Rolo 37.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1769-1772.* Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 90, Rolo 37.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1772-1776*. Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 99, Rolo 39-40.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1776-1782*. Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 107, Rolo 41-42.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1782-1784*. Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 112, Rolo 43.

APM. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1788-1792*. Fundo Câmara Municipal de Vila Rica, Códice 114, Rolo 44.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP)

APMOP. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1784-1788*. Livro 0124.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

BNRJ. *Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715*. Coleção Casa dos Contos.

Casa dos Contos (CC)

CASA DOS CONTOS. *Termos de acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1751-1754*. Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Rolo 001.

Fontes primárias impressas:

ANÔNIMO do século XVII. *A arte de furtar*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 49, 1927.

ATAS da Câmara Municipal de Vila Rica, 1716-1721. In *Anais da Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Vol. 25, Fasc. 1, Julho de 1937.

ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. Volume 1.

_____. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. Volume 2.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, *Memorial histórico e político da câmara municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto. Cor e cor Editorial. 2004.

COUTO, José Vieira. Memórias sobre as minas da Capitania de Minas Gerais [1801]. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1842. *RAPM*, col. 10.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Programa de Assistência ao Estudante, 2011.

PORTUGAL. *Ordenações Filipinas. Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I*. Ed. fac-similar da 14ª edição, segundo a primeira de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821, por Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, 2004.

Obras de referência:

ARQUIVO NACIONAL, BRASIL. *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos à atividades-meio da administração pública*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1ª edição. Volume 2. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

Bibliografia:

ABRIL, Victor Hugo. *Governadores interinos: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (c. 1705-1750)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Lisboa: Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Homens ricos em Minas colonial”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. 2ª edição. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A reforma do Império e a Câmara da leal Cidade de Mariana”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume/PPGH/UFMG, 2004.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Os portugueses no Brasil: imigração espontânea, imigração compulsória e colonização.” In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Izilda; ARRUD, José Jobson de Andrade; SARGES, Nazaré; FERLINI, Vera Lucia Amaral (Coords.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto, CEPESE, 2014.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

ATALLAH, Cláudia Cristina Azevedo. *Da justiça em nome d’el Rey: Ouvidores e Inconfidência na Capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1777)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil. Volume 5. Administração pombalina*. Brasília: FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983.

_____. *História administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fename, 1970.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura brasileira: introdução à cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARCELOS, Mariana Lima. *Entre conflitos e mediações: a formação da Câmara de Vila Rica (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

BEARD, Charles A. *An Economic Interpretation of the Constitution of the United States*. New York, 1913.

BELOT, Émile. *Histoire des chevaliers romains*. Paris: A Durand, 1866.

BERTRAND, Michel. “La élite colonial em la Nueva España del siglo XVIII: um planteamiento em términos de rede sociales.” In: BÜSCHGES, Christian; SCHRÖTER, Bernd (Coords.). *Beneméritos, aristocratas y empresarios: identidades y estructuras sociales de las capas altas urbanas em América hispánica*. Madrid: Iberoamericana, 1999.

_____. *Grandeur et misere de l’office. Les officiers de finances de Nouvelle-Espagne XVII-XVIII siècles*. Paris: Sorbonne, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras municipais no Império português: o exemplo do Rio de Janeiro.” In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

_____. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

BIRNBAUM, Pierre. *Les sommets de l’État: essai sur l’élite du pouvoir em France*. Paris: Seuil, 1994.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004.

_____. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

BOSCHI, Caio C. “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 4, n. 7. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Achegas à História de Minas Gerais (séc. XVIII)*. Porto: Universidade Portucalense, 1994.

BOXER, Charles R. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969.

_____. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Portuguese Society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macal, Bahia and Luanda. 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.

_____. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

BULST, Neithard. “Objet et méthode de la prosopographie.” In: GENET, Jean-Philippe; LOTTER, Gunther (Eds.). *L'État moderne et les élites, XIII, XVIII siècles: apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Sorbonne, 1996.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CABRAL, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1977.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693-1737*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

CANO, Wilson. “Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII).” In: *Revista Contexto*, nº 3, jul. 1977. p. 91-109.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A crise do colonialismo luso na América portuguesa, 1750-1822.” In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. “El modo de producción esclavista colonial en America.” In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat; CARDOSO, Ciro Flamarion S; CIAFARDINI, Horacio; GARAVAGLIA, Juan Carlos; LACLAU, Ernesto (Orgs.). *Modos de producción en America Latina*. 3ª edição. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1975. pp. 193-242.

CARRARA, Angelo Alves. “Camponês uma controvérsia conceitual.” In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de (Orgs.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2008. pp. 17-40.

_____. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CHARLE, Christophe. “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea.” In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. “Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social?” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, nº 71, out. 2009. pp. 143-153.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder concelhio: da origem às cortes constituintes. Notas de História Social*. Coimbra: CEFA, 2008.

COMISSOLI, Adriano. *Os homens bons e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumento a conquista e bom governo dos moradores”. *O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

COSTA, André. *Sistemas fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777*. Tese de Doutorado. História Económica e Social. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2013.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.

COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. *As tramas do poder: as notificações e a prática da justiça nas Minas setecentistas. Comarca de Vila Rica (1711-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2011.

CURTO, Diogo Ramada. “A historiografia do Império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções.” In: *História da historiografia*, nº 10. pp. 111-123.

DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

ENGELS, Friedrich. “Carta a Franz Mehring, 14 de julho de 1893.” In: BARATA-MOURA, José; CHITAS, Eduardo; MELO, Francisco; PINA, Álvaro (Orgs.). *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. Tomo III. Lisboa: Edições Avante, 2006. pp. 556-561.

EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas em Vila do Carmo e cidade de Mariana (1711-1808)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013.

FALCON, Francisco C. “A identidade do Historiador.” In: *Estudos Históricos*, vol. 9, nº 17, 1996. pp. 7-30.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “O município no Brasil colonial e a configuração do poder econômico.” In: SOUZA, Laura de Mello e Souza; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. pp. 389-399.

FERREIRA, Luciana Viana. *A criação de enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português, séculos XVII e XVIII.” In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei. Espaço urbano e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no Ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro de; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO; João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império.” In: *Penélope: revista de história e ciências sociais*. nº 23, 2000. pp. 67-88.

FURET, François. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1983.

FURTADO, Júnia Ferreira. “As câmaras municipais e o poder local: Vila Rica – um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa.” In: *Tempo*. Vol. 14, Num. 27. Niterói, julho-dezembro de 2009.

_____. “O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais.” In: *LPH-Revista de História*. Ouro Preto, v. 4, 1993-1994.

_____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto - Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Varia História*. n. 31, jan. 2004. pp. 120-140.

_____. “Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820.” In: *Tempo*. Niterói, vol. 7, n. 13, 2002.

GUEDES, João Alfredo Libânio. *História administrativa do Brasil. Da Restauração a D. João V*. Volume IV. São Paulo: DASP, 1962.

GUEDES, Roberto (Org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750).” In: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, UFMG, vol. 1, n. 2, pp. 7-39. Jun. 1986.

HESPANHA, António Manuel. “A historiografia jurídico-institucional e a ‘morte do Estado’.” In: *Anuario de Filosofia del Derecho*. Madrid: Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1986. pp. 191-227.

_____. “O Estado Absoluto: problemas de interpretação histórica.” In: *Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra, 1979.

_____. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos.” In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Gulbenkian, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume 2. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IGLESIAS, Francisco. “Minas e a imposição do Estado.” In: *Revista de História*. nº 100, v. L, t. I, 1974.

JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

LALOUETTE, Jacqueline. “Do exemplo à série: história da prosopografia.” In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEMES, Fernando Lobo. *A oeste do império - dinâmica da Câmara Municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e Capitania de Goiás (1770-1804)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2005.

LEMOES, Carmem Silvia. *A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

LEVY, Maria Bárbara. *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.

LIRA, Augusto Tavares de. *Organização política e administrativa do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 2009.

MAGNO, Carlos. *Quilombos: classes, política e cotidiano (Minas Gerais no século XVIII)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

MARQUES, João Pedro. *Portugal e a escravidão dos africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Jogos de interesses e estratégias de ação na revolta mineira de Vila Rica (c. 1709 – c. 1736)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. *Às custas do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c. 1711 – c. 1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Os bons homens das minas: os oficiais das câmaras mineiras no processo de implantação do poder régio nas terras do ouro, c. 1711 - c. 1750*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica.” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 141-162.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O livro de Tiradentes. Transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Presença, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco (1666-1715)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. “O Pensamento da metrópole em relação ao Brasil. Pombal a Luiz Pinto de Souza Coutinho.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 227, 1962.

MERTON, Robert. “Science, Technology and Puritanism in Seventeenth Century”. In: *Osiris*. Vol. IV. Chicago: University of Chicago, 1938. pp. 360-632.

MOMMSEN, Theodor. *Prosopographia Imperii Romani*. Berlin, 1897.

MONTEIRO, Livia Nascimento. *Administrando o bem comum: os “homens bons” e a Câmara de São João del Rei, 1730-1760*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII.” In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. “Os concelhos e as comunidades.” In: *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002.

MORAIS, Francisco. “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil.” In: *Brasília*. Suplemento ao volume IV. Coimbra, Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Brasileiros, 1949.

NAMIER, Lewis. *Structure of politics at the accession of George III*. London, 1929.

NEWTON, Arthur Percival. *The colonizing activities of the English Puritans: the last phase of the Elizabethan struggle with Spain*. New Haven, Yale University Press, 1914.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

OLIVEIRA, Pablo Menezes. *Cartas, pedras, tintas e coração: as casas de câmara e a prática política em Minas Gerais (1711-1798)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

PAIM, Antônio. “Oliveira Vianna e o pensamento autoritário no Brasil”. In: VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Volume 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: EDUFF, 1987.

PAIVA, Eduardo França. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial.” In: *Revista de História*. São Paulo, nº 133, jul-dez. 1995.

PIRES, Maria do Carmo. “O termo de vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII.” In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria (Orgs.). *Casa de Verença de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria. “Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargo e funções.” In: *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008.

PORTO, Maria Beatriz Gomes Bellens. *Nobres poderes: a atuação do Senado da Câmara fluminense na economia e os privilégios e deveres dos homens bons (1790-1807)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Volume 2. Paris: Maspero, 1971.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil. 1695-1726*. The University of Florida, 1972.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. *A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar. *Poder local e patrimonialismo: a Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na vila de São Paulo (1560-1765)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “Se faz preciso misturar o agro com o doce”: a administração de Gomes Freire de Andrada. *Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763)*.

Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. *A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, Aldair Carlos. “Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras, Câmaras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais, século XVIII).” In: *Anais do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: 18 a 21 de maio de 2011.

RODRIGUES, José Honório. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

RODRIGUES, Luís Nuno. “Um século de finanças municipais: Caldas da Rainha, 1720-1820.” In: *Penélope: fazer e desfazer a História*, nº 7, 1992.

ROY, Fernande; SAINT-PIERRE, Jocelyn. “A alta redação dos jornais de Quebec, 1850-1920”. In: HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural.” In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977.

SAINTE CROIX, Geoffrey. E. M. de. *The class struggle in the Ancient Greek World. From the Archaic Age to the Arab Conquests*. London: Duckworth, 1981.

SANCHES, Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. “Os gastos do senado da câmara de Vila Rica com festas: destaque para Corpus Christi (1720-1750).” In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Volume 2. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2001.

_____. *A vila em ricas festas: celebrações promovidas pela câmara de Vila Rica (1711-1744)*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “A Câmara de São Luís e o declínio político do Maranhão no período pombalino.” In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. pp. 213-234.

SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609- 1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Fernando Júnio Santos. *Redes Governativas e Práticas Administrativas no Governo de Gomes Freire de Andrada (1735-1763)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUSA, Avanete Pereira. “Manifestações locais da crise do Antigo Sistema Colonial? O exemplo das câmaras municipais da capitania da Bahia.” In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. “Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII).” In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SOUZA, Débora Cazelato de. *Administração e poder local: a Câmara de Mariana e seus juizes de fora (1730-1777)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2011.

_____. *Homens de Letras: juizes de fora em Salvador e Mariana (1696-1777)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759)*. Recife: Editora UFPE, 2012.

_____. *Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese de Doutorado. Programa de Doctorado: Fundamentos de la Investigación Histórica. Universidad de Salamanca. 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *Norma e conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (Estudo Crítico) *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda. *1680-1720. O Império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2000.

STONE, Lawrence. “Prosopografia.” In: STONE, Lawrence. *El pasado y el presente*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas minas setecentistas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

SYME, Ronald. *Roman Revolution*. Oxford: The Clarendon Press, 1938.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais, (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004.

VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Volume 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: EDUFF, 1987.

ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

ANEXOS

Anexo I - Governadores de Minas Gerais, 1711-1789

Nome	Período em que ocupou o cargo
Antônio Coelho de Carvalho	Junho de 1709 a agosto de 1713.
Brás Baltasar da Silveira	Agosto de 1713 a setembro de 1717.
Pedro Miguel de Almeida Portugal (Conde de Assumar)	Setembro de 1717 a julho de 1721.
Dom Lourenço de Almeida	Julho de 1721 a setembro de 1732.
André de Melo e Castro (Conde das Gaveias)	Setembro de 1732 a março de 1735.
Gomes Freire de Andrade (1º Conde de Bobadela)	Março de 1735 a maio de 1736; dezembro de 1737 a fevereiro de 1752; abril de 1758 a janeiro de 1763.
Martinho de Mendonça de Pina e Proença	Maio de 1736 a dezembro de 1737. Interino.
José Antônio Freire de Andrade (2º Conde de Bobadela)	Fevereiro de 1752 a abril de 1758. Interino.
Antônio Álvares da Cunha	Outubro de 1763 a dezembro de 1763. Interino.
Luís Diogo Lobo da Silva	Dezembro de 1763 a julho de 1768.
José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches (Conde de Valadares)	Julho de 1768 a maio de 1773.
Antônio Carlos Furtado de Mendonça	Maio de 1773 a janeiro de 1775.
Pedro Antônio da Gama Freitas	Janeiro de 1775 a maio de 1775.
Antônio de Noronha	Maio de 1775 a fevereiro de 1780.
Rodrigo José de Meneses e Castro (Conde de Cavaleiros)	Fevereiro de 1780 a outubro de 1783.
Luís da Cunha Meneses (Conde de Lumiares)	Outubro de 1783 a julho de 1788.
Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (Visconde de Barbacena)	Julho de 1788 a agosto de 1797.
Total	15 indivíduos

Anexo II - Ouvidores da comarca de Vila Rica, 1711-1789

Nome	Período em que ocupou o cargo
Manuel da Costa Amorim	1711 a 1716.
Manuel Mosqueira da Rosa	1716 a julho de 1718.
Martinho Vieira	Julho de 1718 a julho de 1720.
João Domingues de Carvalho (substituto)	Julho de 1720 a agosto de 1721.
João Lopes Loureiro	Agosto de 1721 a outubro de 1724.
João Pacheco Pereira	Outubro de 1724 a 1728.
João de Azevedo Barros	1728 a 1731.
Sebastião de Paiva Machado	1731 a março de 1734.
Fernando Leite Lobo	Março de 1734 até maio de 1740.
Caetano Furtado de Mendonça (preso em agosto de 1744)	Maio de 1740 a agosto de 1744.
José Pereira de Moura (juiz de fora de Vila do Carmo)	Agosto de 1744 a outubro de 1744. Interino.
José Antônio de Oliveira Machado	Outubro de 1744 a fevereiro de 1749.
Caetano da Costa Matoso (preso em maio de 1752)	Fevereiro de 1749 a maio de 1752.
Silvério Teixeira (juiz de fora de Mariana)	Maio de 1752 a agosto de 1752. Interino.
Francisco Ângelo Leitão	Agosto de 1752 a abril de 1759.
José Pio Ferreira Souto	Maio de 1759 a julho de 1765.
José da Costa Fonseca	Julho de 1765 a agosto de 1776.
Manuel Joaquim Pedroso	Agosto de 1776 a dezembro de 1782.
Tomás Antônio Gonzaga	Dezembro de 1782 a dezembro de 1786
Pedro José Araújo Saldanha	Dezembro de 1786 em diante.
Total	18 indivíduos

**Anexo III - Vereações e assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica por dias e meses,
1711-1789**

Dia	Reuniões	%	Assuntos	%
Domingo	133	2,6	290	1,9
Segunda-feira	250	4,8	637	4,1
Terça-feira	219	4,2	506	3,2
Quarta-feira	2000	38,5	6269	40,1
Quinta-feira	212	4,1	636	4,1
Sexta-feira	212	4,1	506	3,2
Sábado	2166	41,7	6778	43,3
Indefinido	7	0,1	16	0,1
Total	5199	100,0	15638	100,0

Mês	Reuniões	%	Assuntos	%
Janeiro	753	14,5	2301	14,7
Fevereiro	400	7,7	1203	7,7
Março	389	7,5	1039	6,6
Abril	302	5,8	846	5,4
Maiο	396	7,6	1112	7,1
Junho	356	6,8	1242	7,9
Julho	456	8,8	1263	8,1
Agosto	384	7,4	1079	6,9
Setembro	377	7,3	930	5,9
Outubro	369	7,1	981	6,3
Novembro	390	7,5	1196	7,6
Dezembro	627	12,1	2446	15,6
Total	5199	100,0	15638	100,0

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Anexo IV - Vereações a assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789

Ano	Vereações	Assuntos	Assuntos Locais	Assuntos Gerais	Participação dos Assuntos Gerais (%)
1711	11	14	13	1	7,1
1712	44	75	72	3	4,0
1713	35	73	65	8	11,0
1714	78	170	133	37	21,8
1715	49	79	69	10	12,7
1716	34	66	58	8	12,1
1717	60	124	93	31	25,0
1718	61	173	146	27	15,6
1719	57	148	138	10	6,8
1720	59	152	120	32	21,1
1721	78	222	177	45	20,3
1722	63	119	115	4	3,4
1723	42	68	67	1	1,5
1724	64	100	92	8	8,0
1725	51	91	91	0	0,0
1726	7	14	14	0	0,0
1727					
1728					
1729					
1730					
1731	21	41	37	4	9,8
1732	67	149	133	16	10,7
1733	55	117	110	7	6,0
1734	54	105	98	7	6,7
1735	61	118	108	10	8,5
1736	69	113	112	1	0,9
1737	62	86	86	0	0,0
1738	99	167	166	1	0,6
1739	76	149	142	7	4,7
1740	74	148	141	7	4,7
1741	89	215	210	5	2,3
1742	84	315	282	33	10,5
1743	77	179	166	13	7,3

1744	92	233	221	12	5,2
1745	93	222	207	15	6,8
1746	66	210	194	16	7,6
1747	83	284	273	11	3,9
1748	98	345	297	48	13,9
1749	78	183	177	6	3,3
1750	97	327	292	35	10,7
1751	100	339	243	96	28,3
1752	85	213	186	27	12,7
1753	93	235	211	24	10,2
1754	74	213	196	17	8,0
1755					
1756					
1757	25	139	132	7	5,0
1758	66	316	281	35	11,1
1759	59	259	229	30	11,6
1760	72	275	224	51	18,5
1761	65	295	274	21	7,1
1762	61	270	240	30	11,1
1763	97	413	365	48	11,6
1764	87	723	584	139	19,2
1765	68	179	153	26	14,5
1766	70	127	102	25	19,7
1767	79	226	200	26	11,5
1768	83	315	272	43	13,7
1769	95	403	332	71	17,6
1770	78	446	366	80	17,9
1771	70	404	350	54	13,4
1772	79	395	318	77	19,5
1773	88	313	241	72	23,0
1774	108	428	353	75	17,5
1775	124	489	384	105	21,5
1776	106	348	296	52	14,9
1777	86	217	162	55	25,3
1778	74	170	146	24	14,1
1779	59	156	134	22	14,1
1780	75	210	184	26	12,4

1781	74	156	131	25	16,0
1782	64	136	121	15	11,0
1783	63	185	138	47	25,4
1784	86	180	142	38	21,1
1785	77	198	178	20	10,1
1786	61	156	133	23	14,7
1787	92	259	220	39	15,1
1788	86	236	215	21	8,9
1789	82	222	202	20	9,0
Total	5199	15638	13553	2085	11,7

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Obs.: Para não induzir distorções, os anos cujos dados estão incompletos foram lançados em itálico. Em 1726, só havia informações até janeiro; em 1731, só havia dados a partir de setembro; em 1754, só havia lançamentos até outubro; e em 1757, só havia registros a partir de agosto. Não foi possível encontrar os livros onde se registraram os acórdãos de fevereiro de 1726 até agosto de 1731, e de novembro de 1754 até julho de 1757.

**Anexo V - Plano de classificação dos assuntos da Câmara Municipal de Vila Rica e
média do período, 1711-1789**

Assuntos de interesse local	Total	%	Assuntos de interesse geral	Total	%
1. Eleições	2609	16,7	1. Quintos	480	3,1
a. Oficiais da câmara	384	2,5	a. Quintos	138	0,9
b. Subalternos	406	2,6	b. Casa de Fundação	290	1,9
c. Juízo dos Órfãos	63	0,4	c. Outros	52	0,3
d. Almotaçaria	688	4,4	2. Segurança	454	2,9
e. Alcaidaria	57	0,4	a. Quartéis e tropas	264	1,7
f. Oficiais de vintena	606	3,9	b. Quilombos	64	0,4
g. Oficiais mecânicos	223	1,4	c. Presos e cadeia	64	0,4
h. Outros	182	1,2	d. Outros	62	0,4
2. Fiscalização	1527	9,8	3. Subsídios	471	3,0
a. Comércio e afins	253	1,6	a. Subsídio voluntário	306	2,0
b. Posturas e regimentos	509	3,3	b. Real subsídio	58	0,4
c. Construções e afins	430	2,7	c. Subsídio literário	47	0,3
d. Correições e revistas	174	1,1	d. Outros	60	0,4
e. Outros	161	1,0	4. Governo	386	2,5
3. Finanças	5329	34,1	a. Conflitos e afins	17	0,1
a. Receitas	1128	7,2	b. Finanças	69	0,4
b. Despesas	4166	26,6	c. Justiça	12	0,1
c. Outros	220	1,4	d. Comunicações	185	1,2
4. Despachos	3855	24,7	e. Sesmarias e afins	103	0,7
a. Petições e requerimentos	3713	23,7	5. Cerimônias	294	1,9
b. Correspondências e afins	142	0,9	a. Nascimentos	43	0,3
5. Outros	233	1,5	b. Casamentos	23	0,1
a. Sem quórum	5	0,0	c. Falecimentos	107	0,7
b. Ilegíveis	95	0,6	d. Outros	121	0,8
c. Outros	133	0,9			
Total	13553	86,7	Total	2085	13,3

Anexo VI - Assuntos de interesse local da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Ano	Eleições	%	Fiscalização	%	Finanças	%	Despachos	%	Outros	%	Total	%
1711	4	30,8	6	46,2	0	0,0	3	23,1	0	0,0	13	100,0
1712	21	29,2	17	23,6	24	33,3	10	13,9	0	0,0	72	100,0
1713	22	33,8	13	20,0	18	27,7	12	18,5	0	0,0	65	100,0
1714	34	25,6	23	17,3	40	30,1	35	26,3	1	0,8	133	100,0
1715	19	27,5	10	14,5	13	18,8	27	39,1	0	0,0	69	100,0
1716	13	22,4	9	15,5	12	20,7	24	41,4	0	0,0	58	100,0
1717	18	19,4	4	4,3	18	19,4	53	57,0	0	0,0	93	100,0
1718	23	15,8	25	17,1	45	30,8	51	34,9	2	1,4	146	100,0
1719	27	19,6	29	21,0	30	21,7	52	37,7	0	0,0	138	100,0
1720	26	21,7	19	15,8	32	26,7	43	35,8	0	0,0	120	100,0
1721	25	14,1	16	9,0	29	16,4	68	38,4	39	22,0	177	100,0
1722	19	16,5	5	4,3	13	11,3	66	57,4	12	10,4	115	100,0
1723	14	20,9	4	6,0	3	4,5	36	53,7	10	14,9	67	100,0
1724	21	22,8	5	5,4	9	9,8	53	57,6	4	4,3	92	100,0
1725	22	24,2	5	5,5	19	20,9	44	48,4	1	1,1	91	100,0
1726	4	28,6	3	21,4	0	0,0	6	42,9	1	7,1	14	100,0
1727												
1728												
1729												
1730												
1731	5	13,5	5	13,5	4	10,8	19	51,4	4	10,8	37	100,0
1732	29	21,8	24	18,0	25	18,8	54	40,6	1	0,8	133	100,0

1733	19	17,3	16	14,5	24	21,8	49	44,5	2	1,8	110	100,0
1734	23	23,5	17	17,3	13	13,3	45	45,9	0	0,0	98	100,0
1735	21	19,4	18	16,7	15	13,9	54	50,0	0	0,0	108	100,0
1736	27	24,1	6	5,4	17	15,2	62	55,4	0	0,0	112	100,0
1737	23	26,7	4	4,7	4	4,7	55	64,0	0	0,0	86	100,0
1738	32	19,3	18	10,8	34	20,5	82	49,4	0	0,0	166	100,0
1739	28	19,7	23	16,2	20	14,1	71	50,0	0	0,0	142	100,0
1740	22	15,6	11	7,8	40	28,4	63	44,7	5	3,5	141	100,0
1741	34	16,2	29	13,8	54	25,7	88	41,9	5	2,4	210	100,0
1742	41	14,5	51	18,1	96	34,0	82	29,1	12	4,3	282	100,0
1743	31	18,7	19	11,4	42	25,3	74	44,6	0	0,0	166	100,0
1744	34	15,4	46	20,8	47	21,3	90	40,7	4	1,8	221	100,0
1745	30	14,5	36	17,4	59	28,5	80	38,6	2	1,0	207	100,0
1746	28	14,4	36	18,6	66	34,0	58	29,9	6	3,1	194	100,0
1747	32	11,7	62	22,7	93	34,1	80	29,3	6	2,2	273	100,0
1748	44	14,8	54	18,2	92	31,0	102	34,3	5	1,7	297	100,0
1749	24	13,6	23	13,0	51	28,8	72	40,7	7	4,0	177	100,0
1750	43	14,7	36	12,3	110	37,7	89	30,5	14	4,8	292	100,0
1751	38	15,6	32	13,2	94	38,7	69	28,4	10	4,1	243	100,0
1752	27	14,5	19	10,2	57	30,6	81	43,5	2	1,1	186	100,0
1753	33	15,6	24	11,4	71	33,6	83	39,3	0	0,0	211	100,0
1754	27	13,8	11	5,6	87	44,4	71	36,2	0	0,0	196	100,0
1755												
1756												

1757	17	12,9	7	5,3	79	59,8	29	22,0	0	0,0	132	100,0
1758	70	24,9	18	6,4	118	42,0	71	25,3	4	1,4	281	100,0
1759	50	21,8	14	6,1	99	43,2	65	28,4	1	0,4	229	100,0
1760	39	17,4	11	4,9	102	45,5	71	31,7	1	0,4	224	100,0
1761	57	20,8	15	5,5	142	51,8	60	21,9	0	0,0	274	100,0
1762	33	13,8	9	3,8	131	54,6	64	26,7	3	1,3	240	100,0
1763	54	14,8	26	7,1	179	49,0	97	26,6	9	2,5	365	100,0
1764	80	13,7	93	15,9	303	51,9	86	14,7	22	3,8	584	100,0
1765	37	24,2	29	19,0	55	35,9	28	18,3	4	2,6	153	100,0
1766	26	25,5	17	16,7	20	19,6	39	38,2	0	0,0	102	100,0
1767	41	20,5	23	11,5	89	44,5	42	21,0	5	2,5	200	100,0
1768	63	23,2	37	13,6	135	49,6	37	13,6	0	0,0	272	100,0
1769	54	16,3	22	6,6	181	54,5	67	20,2	8	2,4	332	100,0
1770	66	18,0	33	9,0	198	54,1	63	17,2	6	1,6	366	100,0
1771	43	12,3	34	9,7	222	63,4	47	13,4	4	1,1	350	100,0
1772	61	19,2	22	6,9	168	52,8	66	20,8	1	0,3	318	100,0
1773	53	22,0	24	10,0	117	48,5	44	18,3	3	1,2	241	100,0
1774	59	16,7	48	13,6	224	63,5	19	5,4	3	0,8	353	100,0
1775	64	16,7	46	12,0	203	52,9	69	18,0	2	0,5	384	100,0
1776	55	18,6	34	11,5	177	59,8	29	9,8	1	0,3	296	100,0
1777	46	28,4	5	3,1	92	56,8	19	11,7	0	0,0	162	100,0
1778	41	28,1	8	5,5	52	35,6	45	30,8	0	0,0	146	100,0
1779	45	33,6	3	2,2	63	47,0	23	17,2	0	0,0	134	100,0
1780	37	20,1	14	7,6	88	47,8	44	23,9	1	0,5	184	100,0

1781	52	39,7	11	8,4	52	39,7	16	12,2	0	0,0	131	100,0
1782	46	38,0	10	8,3	48	39,7	17	14,0	0	0,0	121	100,0
1783	34	24,6	12	8,7	67	48,6	25	18,1	0	0,0	138	100,0
1784	35	24,6	15	10,6	51	35,9	41	28,9	0	0,0	142	100,0
1785	50	28,1	13	7,3	72	40,4	43	24,2	0	0,0	178	100,0
1786	28	21,1	14	10,5	48	36,1	43	32,3	0	0,0	133	100,0
1787	67	30,5	8	3,6	78	35,5	67	30,5	0	0,0	220	100,0
1788	54	25,1	22	10,2	77	35,8	62	28,8	0	0,0	215	100,0
1789	45	22,3	17	8,4	79	39,1	61	30,2	0	0,0	202	100,0
Total	2609	19,3	1527	11,3	5329	39,3	3855	28,4	233	1,7	13553	100,0

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Obs.: Para não induzir distorções, os anos cujos dados estão incompletos foram lançados em *itálico*. Em 1726, só havia informações até janeiro; em 1731, só havia dados a partir de setembro; em 1754, só havia lançamentos até outubro; e em 1757, só havia registros a partir de agosto. Não foi possível encontrar os livros onde se registraram os acórdãos de fevereiro de 1726 até agosto de 1731, e de novembro de 1754 até julho de 1757.

Anexo VII - Assuntos de interesse geral da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Ano	Quintos	%	Segurança	%	Subsídios	%	Governo	%	Cerimônias	%	Total	%
1711	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
1712	0	0,0	1	33,3	0	0,0	2	66,7	0	0,0	3	100,0
1713	0	0,0	4	50,0	0	0,0	3	37,5	1	12,5	8	100,0
1714	28	75,7	3	8,1	0	0,0	5	13,5	1	2,7	37	100,0
1715	4	40,0	1	10,0	0	0,0	5	50,0	0	0,0	10	100,0
1716	4	50,0	3	37,5	0	0,0	1	12,5	0	0,0	8	100,0
1717	22	71,0	2	6,5	0	0,0	5	16,1	2	6,5	31	100,0
1718	13	48,1	1	3,7	0	0,0	10	37,0	3	11,1	27	100,0
1719	5	50,0	0	0,0	0	0,0	5	50,0	0	0,0	10	100,0
1720	10	31,3	16	50,0	2	6,3	3	9,4	1	3,1	32	100,0
1721	39	86,7	2	4,4	0	0,0	1	2,2	3	6,7	45	100,0
1722	4	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0
1723	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
1724	7	87,5	0	0,0	0	0,0	1	12,5	0	0,0	8	100,0
1725	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1726	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1727												
1728												
1729												
1730												
1731	0	0,0	2	50,0	2	50,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0
1732	0	0,0	3	18,8	9	56,3	3	18,8	1	6,3	16	100,0

1733	0	0,0	4	57,1	3	42,9	0	0,0	0	0,0	7	100,0
1734	3	42,9	1	14,3	0	0,0	3	42,9	0	0,0	7	100,0
1735	3	30,0	3	30,0	0	0,0	2	20,0	2	20,0	10	100,0
1736	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
1737	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1738	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
1739	0	0,0	7	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	100,0
1740	0	0,0	3	42,9	0	0,0	4	57,1	0	0,0	7	100,0
1741	0	0,0	2	40,0	1	20,0	2	40,0	0	0,0	5	100,0
1742	1	3,0	17	51,5	0	0,0	5	15,2	10	30,3	33	100,0
1743	0	0,0	4	30,8	5	38,5	4	30,8	0	0,0	13	100,0
1744	2	16,7	1	8,3	1	8,3	8	66,7	0	0,0	12	100,0
1745	0	0,0	7	46,7	0	0,0	8	53,3	0	0,0	15	100,0
1746	1	6,3	4	25,0	2	12,5	4	25,0	5	31,3	16	100,0
1747	0	0,0	5	45,5	3	27,3	2	18,2	1	9,1	11	100,0
1748	0	0,0	17	35,4	11	22,9	11	22,9	9	18,8	48	100,0
1749	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	100,0	0	0,0	6	100,0
1750	0	0,0	1	2,9	1	2,9	10	28,6	23	65,7	35	100,0
1751	16	16,7	4	4,2	2	2,1	14	14,6	60	62,5	96	100,0
1752	9	33,3	1	3,7	0	0,0	17	63,0	0	0,0	27	100,0
1753	5	20,8	9	37,5	3	12,5	7	29,2	0	0,0	24	100,0
1754	4	23,5	7	41,2	1	5,9	5	29,4	0	0,0	17	100,0
1755												
1756												

1757	<i>1</i>	<i>14,3</i>	<i>3</i>	<i>42,9</i>	<i>1</i>	<i>14,3</i>	<i>2</i>	<i>28,6</i>	<i>0</i>	<i>0,0</i>	<i>7</i>	<i>100,0</i>
1758	3	8,6	16	45,7	6	17,1	10	28,6	0	0,0	35	100,0
1759	3	10,0	13	43,3	3	10,0	11	36,7	0	0,0	30	100,0
1760	8	15,7	32	62,7	2	3,9	6	11,8	3	5,9	51	100,0
1761	5	23,8	12	57,1	3	14,3	1	4,8	0	0,0	21	100,0
1762	5	16,7	11	36,7	0	0,0	5	16,7	9	30,0	30	100,0
1763	8	16,7	20	41,7	3	6,3	10	20,8	7	14,6	48	100,0
1764	24	17,3	23	16,5	34	24,5	56	40,3	2	1,4	139	100,0
1765	8	30,8	4	15,4	2	7,7	12	46,2	0	0,0	26	100,0
1766	5	20,0	3	12,0	4	16,0	13	52,0	0	0,0	25	100,0
1767	6	23,1	7	26,9	0	0,0	5	19,2	8	30,8	26	100,0
1768	6	14,0	19	44,2	5	11,6	8	18,6	5	11,6	43	100,0
1769	7	9,9	22	31,0	12	16,9	25	35,2	5	7,0	71	100,0
1770	7	8,8	10	12,5	44	55,0	19	23,8	0	0,0	80	100,0
1771	3	5,6	11	20,4	30	55,6	8	14,8	2	3,7	54	100,0
1772	14	18,2	6	7,8	51	66,2	6	7,8	0	0,0	77	100,0
1773	22	30,6	5	6,9	28	38,9	8	11,1	9	12,5	72	100,0
1774	20	26,7	11	14,7	42	56,0	2	2,7	0	0,0	75	100,0
1775	16	15,2	25	23,8	38	36,2	3	2,9	23	21,9	105	100,0
1776	9	17,3	9	17,3	34	65,4	0	0,0	0	0,0	52	100,0
1777	8	14,5	3	5,5	16	29,1	3	5,5	25	45,5	55	100,0
1778	9	37,5	1	4,2	13	54,2	1	4,2	0	0,0	24	100,0
1779	8	36,4	5	22,7	7	31,8	0	0,0	2	9,1	22	100,0
1780	10	38,5	6	23,1	4	15,4	1	3,8	5	19,2	26	100,0

1781	12	48,0	4	16,0	4	16,0	2	8,0	3	12,0	25	100,0
1782	9	60,0	4	26,7	2	13,3	0	0,0	0	0,0	15	100,0
1783	13	27,7	5	10,6	10	21,3	9	19,1	10	21,3	47	100,0
1784	13	34,2	18	47,4	6	15,8	1	2,6	0	0,0	38	100,0
1785	8	40,0	3	15,0	9	45,0	0	0,0	0	0,0	20	100,0
1786	8	34,8	2	8,7	2	8,7	0	0,0	11	47,8	23	100,0
1787	9	23,1	1	2,6	8	20,5	0	0,0	21	53,8	39	100,0
1788	9	42,9	0	0,0	1	4,8	1	4,8	10	47,6	21	100,0
1789	3	15,0	2	10,0	1	5,0	2	10,0	12	60,0	20	100,0
Total	480	23,0	454	21,8	471	22,6	386	18,5	294	14,1	2085	100,0

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788.

Obs.: Para não induzir distorções, os anos cujos dados estão incompletos foram lançados em itálico. Em 1726, só havia informações até janeiro; em 1731, só havia dados a partir de setembro; em 1754, só havia lançamentos até outubro; e em 1757, só havia registros a partir de agosto. Não foi possível encontrar os livros onde se registraram os acórdãos de fevereiro de 1726 até agosto de 1731, e de novembro de 1754 até julho de 1757.

Anexo VIII - Balanços financeiros da instituição

Ano	Receita + Stock *	Arrecadação	Despesa	Saldo
1721	7:653\$188,0	7:653\$188,0	5:979\$562,5	1:673\$625,5
1722	7:162\$125,0	7:162\$125,0	7:179\$000,0	-16\$875,0
1723	6:973\$125,0	6:973\$125,0	7:479\$750,0	-506\$625,0
1724	8:377\$875,0	8:377\$875,0		
1725	9:340\$635,0	9:340\$635,0	10:499\$275,0	-1:158\$640,0
1726	8:105\$150,0	8:105\$150,0	8:472\$739,0	-367\$589,0
1727	6:157\$200,0	6:157\$200,0	8:972\$889,0	-2:815\$689,0
1728	7:995\$825,0	7:995\$825,0	7:568\$050,0	427\$775,0
1729	5:613\$305,0	5:613\$305,0	5:468\$760,0	144\$545,0
1730				
1731				
1732				
1733				
1734	8:273\$050,0	8:273\$050,0	8:350\$427,0	-77\$377,0
1735	9:431\$850,0	9:431\$850,0	10:397\$525,0	-965\$675,0
1736	11:564\$825,0	11:382\$370,0	10:221\$261,0	1:161\$109,0
1737	12:217\$698,0	10:874\$134,0	12:392\$792,0	-1:518\$658,0
1738	11:924\$321,0	11:924\$321,0	11:924\$321,5	-0,5
1739	8:627\$745,0	8:627\$745,0	8:627\$745,0	
1740	9:521\$336,0	9:521\$336,0	10:290\$006,0	-768\$670,0
1741	10:822\$048,0	10:822\$048,0	9:872\$327,5	949\$720,5
1742	9:225\$560,0	8:275\$839,5	8:565\$905,0	-290\$065,5
1743	7:733\$823,5	7:074\$168,5	5:271\$979,0	1:802\$189,5
1744	12:360\$310,0	10:320\$310,0	9:192\$264,5	1:128\$045,5
1745	13:774\$404,5	10:606\$359,0	10:045\$612,5	560\$746,5
1746	12:935\$140,0	9:206\$347,5	11:577\$373,5	-2:371\$026,0
1747	9:542\$053,5	8:184\$287,0	5:298\$262,5	2:886\$024,5
1748	13:398\$742,5	9:154\$951,5	7:273\$145,5	1:881\$806,0
1749	13:488\$428,5	7:362\$831,5	4:297\$059,5	3:065\$772,0
1750	17:575\$980,0	8:384\$611,0	7:445\$992,5	938\$618,5
1751	17:963\$790,5	7:833\$803,0	15:209\$610,5	-7:375\$807,5

1752	10:122\$995,0	7:459\$025,0	7:459\$426,0	-401,0
1753	10:113\$694,5	7:450\$125,5	9:622\$990,0	-2:172\$864,5
1754	8:266\$812,0	7:789\$901,5	7:143\$593,7	646\$307,8
1755	8:614\$200,0	7:490\$979,0	8:614\$201,0	-1:123\$222,0
1756	6:469\$409,0	6:469\$409,5	6:469\$409,0	0,5
1757	10:524\$001,5	10:524\$001,5	10:418\$392,0	105\$609,5
1758	7:334\$233,0	7:228\$624,0	7:323\$581,0	-94\$957,0
1759	6:834\$442,5	6:823\$790,5	6:816\$021,0	7\$769,5
1760	6:685\$971,0	6:667\$550,0	6:677\$952,0	-10\$402,0
1761	6:749\$519,0	6:749\$519,0	4:755\$326,0	1:994\$193,0
1762	6:230\$522,5	6:230\$522,5	6:292\$472,0	-61\$949,5
1763	4:638\$653,0	4:638\$653,0	4:638\$593,0	60,0
1764	5:473\$310,0	5:473\$310,0	5:473\$914,0	-604,0
1765	5:015\$311,2	5:015\$311,2	4:955\$050,0	60\$261,2
1766	7:064\$096,0	7:064\$096,0	7:064\$096,0	
1767	5:090\$081,0	5:090\$081,0	5:090\$081,0	
1768	5:899\$000,0	5:899\$000,0	5:899\$000,0	
1769	6:751\$320,5	6:591\$308,0	6:751\$320,5	-160\$012,5
1770	5:708\$224,0	5:708\$224,0	5:438\$211,0	270\$013,0
1771	6:173\$959,0	5:884\$759,0	6:178\$225,0	-293\$466,0
1772				
1773	6:000\$000,0	6:000\$000,0	6:000\$000,0	
1774	5:649\$021,0	5:649\$021,0	5:736\$424,0	-87\$403,0
1775	6:090\$593,0	6:090\$593,0	6:090\$593,0	
1776	5:273\$837,5	5:273\$837,5	4:763\$836,5	510\$001,0
1777	5:354\$011,0	4:844\$010,0	5:354\$011,0	-510\$001,0
1778	5:950\$536,0	5:950\$536,0	5:950\$736,5	-200,5
1779	4:570\$176,0	4:570\$176,0	4:060\$176,0	510\$000,0
1780	5:186\$608,0	4:676\$608,0	5:186\$608,0	-510\$000,0
1781	4:695\$817,0	4:695\$817,0	4:695\$817,0	
1782	4:658\$342,0	4:658\$342,0	4:658\$342,0	
1783	4:766\$556,5	4:766\$556,5	4:766\$556,5	
1784	4:551\$605,0	4:551\$605,0	4:551\$605,0	

1785	4:669\$975,0	4:669\$975,0	4:669\$975,0	
1786	4:297\$300,0	4:297\$300,0	3:997\$300,0	300\$000,0
1787	4:660\$893,0	4:660\$893,0	4:660\$893,0	
1788	4:462\$237,0	4:462\$237,0	4:462\$237,0	
1789	4:274\$875,0	4:274\$875,0	4:274\$875,5	-0,5
Total	502:631\$671,7	450:979\$362,7	444:835\$475,7	-3:384\$113,5

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códigos 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

* Na coluna arrecadação foi lançado o total recebido no ano específico, proveniente dos contratos e demais cobranças. Na coluna receita + stock, vê-se a arrecadação anual acrescida do valor em caixa, informação importante para se entender os ajustes ocorridos durante a década de 1740.

Anexo IX - Detalhamento das receitas da instituição

Ano	Total	Aferição e ver	%	Meia pataca	%	Carceragem	%	Foros	%	Outras	%
1721	7:653\$188,0	1:477\$875,0	19,3	1:140\$000,0	14,9	2:253\$000,0	29,4	390\$000,0	5,1	2:392\$313,0	31,3
1722	7:162\$125,0	2:340\$375,0	32,7	1:215\$000,0	17,0	1:965\$000,0	27,4	501\$750,0	7,0	1:140\$000,0	15,9
1723	6:973\$125,0	2:385\$000,0	34,2	1:410\$000,0	20,2	2:266\$500,0	32,5	718\$500,0	10,3	193\$125,0	2,8
1724	8:377\$875,0	3:105\$000,0	37,1	1:515\$000,0	18,1	2:550\$000,0	30,4	91\$500,0	1,1	1:116\$375,0	13,3
1725	9:340\$635,0	4:409\$280,0	47,2	1:700\$000,0	18,2	2:550\$000,0	27,3	526\$950,0	5,6	154\$405,0	1,7
1726	8:105\$150,0	3:457\$500,0	42,7	1:700\$000,0	21,0	2:550\$000,0	31,5	397\$650,0	4,9	0,0	0,0
1727	6:157\$200,0	2:766\$000,0	44,9	1:336\$000,0	21,7	1:700\$000,0	27,6	337\$200,0	5,5	18\$000,0	0,3
1728	7:995\$825,0	3:134\$825,0	39,2	1:570\$000,0	19,6	1:445\$000,0	18,1	246\$000,0	3,1	1:600\$000,0	20,0
1729	5:613\$305,0	2:703\$905,0	48,2	1:037\$000,0	18,5	1:510\$000,0	26,9	338\$400,0	6,0	24\$000,0	0,4
1730	3:018\$700,0			313\$750,0						2:704\$950,0	
1731											
1732											
1733											
1734	8:273\$050,0							370\$650,0		277\$400,0	
1735	9:431\$850,0	5:400\$000,0	57,3	1:600\$000,0	17,0	1:795\$000,0	19,0	364\$850,0	3,9	272\$000,0	2,9
1736	11:382\$370,0	5:670\$000,0	49,8	1:770\$000,0	15,6	2:010\$000,0	17,7	908\$343,0	8,0	1:024\$027,0	9,0
1737	10:874\$134,0	6:005\$000,0	55,2	1:835\$000,0	16,9	1:200\$000,0	11,0	757\$500,0	7,0	1:076\$634,0	9,9
1738	11:924\$321,0	6:740\$000,0	56,5	1:850\$000,0	15,5	1:200\$000,0	10,1	825\$608,5	6,9	1:308\$712,5	11,0
1739	8:627\$745,0	4:671\$000,0	54,1	1:860\$000,0	21,6	600\$000,0	7,0	1:211\$812,0	14,0	284\$933,0	3,3

1740	9:521\$336,0	5:065\$000,0	53,2	2:050\$000,0	21,5	910\$000,0	9,6	1:447\$827,0	15,2	48\$509,0	0,5
1741	10:822\$048,0	4:972\$000,0	45,9	2:060\$000,0	19,0	300\$000,0	2,8	1:216\$072,0	11,2	2:273\$976,0	21,0
1742	8:275\$839,5	4:050\$091,5	48,9	2:150\$060,0	26,0	355\$000,0	4,3	1:287\$026,5	15,6	433\$661,5	5,2
1743	7:074\$168,5	3:893\$780,5	55,0	1:930\$000,0	27,3	0,0	0,0	1:233\$232,5	17,4	17\$155,5	0,2
1744	10:320\$310,0	6:281\$311,0	60,9	1:545\$000,0	15,0	105\$000,0	1,0	998\$999,0	9,7	1:390\$000,0	13,5
1745	10:606\$359,0	4:610\$000,0	43,5	2:515\$000,0	23,7	127\$500,0	1,2	1:056\$844,0	10,0	2:297\$015,0	21,7
1746	9:206\$347,5	4:800\$000,0	52,1	1:800\$000,0	19,6	117\$500,0	1,3	1:475\$202,5	16,0	1:013\$645,0	11,0
1747	8:184\$287,0	4:225\$500,0	51,6	1:800\$000,0	22,0	150\$000,0	1,8	1:202\$011,5	14,7	806\$775,5	9,9
1748	9:154\$951,5	5:399\$500,0	59,0	1:755\$000,0	19,2	284\$500,0	3,1	1:125\$600,5	12,3	590\$351,0	6,4
1749	7:362\$831,5	5:158\$666,5	70,1	:900\$000,0	12,2	304\$000,0	4,1	829\$612,0	11,3	170\$553,0	2,3
1750	8:384\$611,0	4:527\$500,0	54,0	1:732\$500,0	20,7	325\$000,0	3,9	1:215\$420,5	14,5	584\$190,5	7,0
1751	7:833\$803,0	4:057\$144,0	51,8	1:750\$000,0	22,3	330\$000,0	4,2	1:137\$645,0	14,5	559\$014,0	7,1
1752	7:459\$025,0	5:272\$544,0	70,7	:996\$994,0	13,4	175\$200,0	2,3	880\$012,0	11,8	134\$275,0	1,8
1753	7:450\$125,5	4:444\$064,0	59,7	1:713\$902,0	23,0	405\$800,0	5,4	812\$662,5	10,9	73\$697,0	1,0
1754	7:789\$901,5	5:242\$885,0	67,3	1:189\$104,0	15,3	252\$000,0	3,2	1:074\$525,0	13,8	31\$387,5	0,4
1755	7:490\$979,0	4:848\$842,0	64,7	1:055\$000,0	14,1	300\$000,0	4,0	1:095\$022,0	14,6	192\$115,0	2,6
1756	6:469\$409,5	4:625\$083,0	71,5	:448\$973,0	6,9	155\$290,0	2,4	1:023\$506,5	15,8	216\$557,0	3,3
1757	10:524\$001,5	5:306\$085,5	50,4	1:423\$527,0	13,5	216\$900,0	2,1	1:608\$138,0	15,3	1:969\$351,0	18,7
1758	7:228\$624,0	4:000\$000,0	55,3	1:367\$500,0	18,9	482\$855,0	6,7	1:147\$884,0	15,9	230\$385,0	3,2
1759	6:823\$790,5	5:061\$429,5	74,2		0,0	580\$526,0	8,5	1:040\$550,0	15,2	141\$285,0	2,1
1760	6:667\$550,0	3:362\$924,0	50,4	1:115\$000,0	16,7	441\$006,0	6,6	1:089\$221,0	16,3	659\$399,0	9,9

1761	6:749\$519,0	4:079\$937,0	60,4	1:113\$602,0	16,5	304\$673,0	4,5	1:048\$797,0	15,5	202\$510,0	3,0
1762	6:230\$522,5	4:216\$337,0	67,7	961\$000,0	15,4	218\$361,0	3,5	777\$037,5	12,5	57\$787,0	0,9
1763	4:638\$653,0	1:375\$917,0	29,7	902\$000,0	19,4	202\$000,0	4,4	1:243\$412,0	26,8	915\$324,0	19,7
1764	5:473\$310,0	3:611\$450,0	66,0	903\$000,0	16,5	0,0	0,0	815\$512,0	14,9	143\$348,0	2,6
1765	5:015\$311,2	2:789\$550,5	55,6	766\$000,0	15,3	373\$000,0	7,4	902\$539,0	18,0	184\$221,7	3,7
1766	7:064\$096,0	3:202\$000,0	45,3	950\$000,0	13,4	171\$000,0	2,4	975\$487,0	13,8	1:765\$609,0	25,0
1767	5:090\$081,0	3:000\$000,0	58,9	871\$000,0	17,1	201\$000,0	3,9	864\$400,0	17,0	153\$681,0	3,0
1768	5:899\$000,0	3:650\$000,0	61,9	951\$000,0	16,1	175\$000,0	3,0	1:083\$000,0	18,4	40\$000,0	0,7
1769	6:591\$308,0	4:115\$500,0	62,4	955\$500,0	14,5	200\$500,0	3,0	786\$525,0	11,9	533\$283,0	8,1
1770	5:708\$224,0	3:600\$000,0	63,1	900\$000,0	15,8	200\$500,0	3,5	824\$624,0	14,4	183\$100,0	3,2
1771	5:884\$759,0	3:600\$000,0	61,2	821\$000,0	14,0	200\$500,0	3,4	983\$032,0	16,7	280\$227,0	4,8
1772											
1773	6:000\$000,0	3:450\$000,0	57,5	900\$000,0	15,0	153\$000,0	2,6	1:219\$787,0	20,3	277\$213,0	4,6
1774	5:649\$021,0	3:560\$621,0	63,0	961\$000,0	17,0	201\$300,0	3,6	926\$100,0	16,4	0,0	0,0
1775	6:090\$593,0	3:589\$379,0	58,9	900\$000,0	14,8	201\$800,0	3,3	911\$282,0	15,0	488\$132,0	8,0
1776	5:273\$837,5	3:000\$225,0	56,9	900\$000,0	17,1	160\$000,0	3,0	1:141\$912,5	21,7	71\$700,0	1,4
1777	4:844\$010,0	2:933\$675,0	60,6	850\$000,0	17,5	110\$000,0	2,3	891\$487,5	18,4	58\$847,5	1,2
1778	5:950\$536,0	2:860\$000,0	48,1	800\$000,0	13,4	60\$600,0	1,0	1:683\$465,0	28,3	546\$471,0	9,2
1779	4:570\$176,0	2:900\$000,0	63,5	851\$000,0	18,6	55\$000,0	1,2	644\$775,0	14,1	119\$401,0	2,6
1780	4:676\$608,0	2:850\$000,0	60,9	750\$000,0	16,0	30\$000,0	0,6	769\$425,0	16,5	277\$183,0	5,9
1781	4:695\$817,0	2:850\$000,0	60,7	771\$000,0	16,4	30\$500,0	0,6	984\$562,0	21,0	59\$755,0	1,3
1782	4:658\$342,0	2:750\$000,0	59,0	750\$000,0	16,1	25\$000,0	0,5	1:002\$412,0	21,5	130\$930,0	2,8

1783	4:766\$556,5	2:700\$000,0	56,6	801\$000,0	16,8	9\$525,0	0,2	1:163\$568,5	24,4	92\$463,0	1,9
1784	4:551\$605,0	2:750\$000,0	60,4	884\$000,0	19,4	25\$000,0	0,5	842\$605,0	18,5	50\$000,0	1,1
1785	4:669\$975,0	2:500\$000,0	53,5	900\$000,0	19,3	18\$000,0	0,4	1:241\$175,0	26,6	10\$800,0	0,2
1786	4:297\$300,0	2:500\$600,0	58,2	900\$600,0	21,0	0,0	0,0	807\$000,0	18,8	89\$100,0	2,1
1787	4:660\$893,0	2:501\$000,0	53,7	901\$000,0	19,3	0,0	0,0	1:258\$893,0	27,0	0,0	0,0
1788	4:462\$237,0	2:501\$000,0	56,0	901\$000,0	20,2	0,0	0,0	1:060\$237,0	23,8	0,0	0,0
1789	4:274\$875,0	2:560\$000,0	59,9	918\$000,0	21,5	0,0	0,0	717\$675,0	16,8	79\$200,0	1,9
Total	450:979,362,7	230:159\$052,0	56,4	72:288\$262,0	17,4	26:204\$336,0	5,7	57:852\$704,5	15,0	26:683\$695,2	5,5

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códigos 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Obs.: Até ao menos 1736, a renda do ver foi arrematada separadamente da aferição, embora na tabela acima, tenha sido lançada em conjunto. Seu valor foi: 1721, 412\$875; 1722, 594\$375; 1723, 433\$500; 1724, 105\$000; 1725, 298\$950; 1726, 247\$500; 1727, 366\$000; 1728, 324\$825; 1729, 301\$905; 1735, 600\$000; 1736, 220\$000.

Gráfico 3 - Renda da aferição e ver em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Gráfico 4 - Renda da meias pataca em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Fontes dos gráficos 3 e 4: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Obs.: Até ao menos 1736, a renda do ver foi arrematada separadamente da aferição, embora na tabela acima, tenha sido lançada em conjunto. Seu valor foi: 1721, 412\$875; 1722, 594\$375; 1723, 433\$500; 1724, 105\$000; 1725, 298\$950; 1726, 247\$500; 1727, 366\$000; 1728, 324\$825; 1729, 301\$905; 1735, 600\$000; 1736, 220\$000.

Gráfico 5 - Renda da carceragem em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Gráfico 6 - Renda dos foros em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Fontes dos gráficos 5 e 6: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Anexo X - Detalhamento das despesas da instituição

Ano	Total	Emolumentos	%	Obras	%	Festas	%	Enjeitados	%	Serviços	%	Geral *	%
1721	5:979\$562,5	4:066\$500,0	68,0	144\$562,5	2,4	595\$500,0	10,0	0,0	0,0	1:173\$000,0	19,6	3:747\$000,0	62,7
1722	7:179\$000,0	4:346\$250,0	60,5	1:180\$500,0	16,4	415\$125,0	5,8	0,0	0,0	1:237\$125,0	17,2	4:586\$250,0	63,9
1723	7:479\$750,0	1:278\$000,0	17,1	4:426\$125,0	59,2	748\$500,0	10,0	24\$000,0	0,3	1:003\$125,0	13,4	2:919\$750,0	39,0
1724													
1725	10:499\$275,0	999\$000,0	9,5	6:372\$425,0	60,7	957\$250,0	9,1	0,0	0,0	2:170\$600,0	20,7	668\$050,0	6,4
1726	8:472\$739,0	3:577\$000,0	42,2	2:545\$364,0	30,0	382\$200,0	4,5	200\$700,0	2,4	1:767\$475,0	20,9	0,0	0,0
1727	8:972\$889,0	2:460\$400,0	27,4	3:572\$239,0	39,8	776\$275,0	8,7	0,0	0,0	2:163\$975,0	24,1	1:889\$475,0	21,1
1728	7:568\$050,0	2:575\$600,0	34,0	2:515\$150,0	33,2	487\$600,0	6,4	0,0	0,0	1:989\$700,0	26,3	2:109\$600,0	27,9
1729	5:468\$760,0	1:728\$600,0	31,6	876\$775,0	16,0	512\$700,0	9,4	0,0	0,0	2:350\$685,0	43,0	1097\$100,0	20,1
1730													
1731													
1732													
1733													
1734	8:350\$427,0	3:808\$610,0	45,6	2:959\$640,0	35,4	541\$700,0	6,5	0,0	0,0	1:040\$477,0	12,5	247\$725,0	3,0
1735	10:397\$525,0	4:094\$730,0	39,4	2:187\$935,0	21,0	1:125\$328,0	10,8	0,0	0,0	2:989\$532,0	28,8	1856\$213,0	17,9
1736	10:221\$261,0	3:976\$045,0	38,9	3:738\$842,0	36,6	941\$662,0	9,2	0,0	0,0	1:564\$712,0	15,3	408\$637,0	4,0
1737	12:392\$792,0	4:115\$740,0	33,2	2:679\$495,0	21,6	1:523\$605,0	12,3	0,0	0,0	4:073\$952,0	32,9	947\$168,0	7,6
1738	11:924\$321,5	3:134\$258,0	26,3	3:079\$224,0	25,8	891\$358,0	7,5	0,0	0,0	4:819\$481,5	40,4	243\$375,0	2,0
1739	8:627\$745,0	2:577\$683,0	29,9	2:598\$825,0	30,1	244\$500,0	2,8	0,0	0,0	3:206\$737,0	37,2	2:438\$530,0	28,3

1740	10:290\$006,0	4:833\$111,0	47,0	2:516\$968,0	24,5	1:090\$086,0	10,6	0,0	0,0	1:849\$841,0	18,0	1418\$586,0	13,8
1741	9:872\$327,5	2:636\$254,5	26,7	5:459\$032,0	55,3	598\$874,0	6,1	0,0	0,0	1:178\$167,0	11,9	352874,0	3,6
1742	8:565\$905,0	2:526\$208,0	29,5	2:236\$187,5	26,1	616\$568,5	7,2	0,0	0,0	3:186\$941,0	37,2	907\$444,5	10,6
1743	5:271\$979,0	2:338\$112,5	44,3	1:527\$687,0	29,0	380\$905,5	7,2	0,0	0,0	1:025\$274,0	19,4	116\$459,0	2,2
1744	9:192\$264,5	2:910\$147,0	31,7	5:430\$897,5	59,1	405\$092,5	4,4	0,0	0,0	446\$127,5	4,9	22\$632,0	0,2
1745	10:045\$612,5	2:845\$237,0	28,3	5:507\$470,5	54,8	522\$139,0	5,2	0,0	0,0	1:170\$766,0	11,7	671\$512,0	6,7
1746	11:577\$373,5	4:621\$434,5	39,9	4:178\$706,5	36,1	937\$781,0	8,1	0,0	0,0	1:839\$451,5	15,9	1:695\$327,5	14,6
1747	5:298\$262,5	2:560\$315,0	48,3	1:537\$833,0	29,0	522\$140,0	9,9	0,0	0,0	677\$974,5	12,8	370\$600,0	7,0
1748	7:273\$145,5	3:400\$395,0	46,8	1:935\$758,5	26,6	820\$023,0	11,3	0,0	0,0	1:116\$969,0	15,4	1:308\$513,5	18,0
1749	4:297\$059,5	2:761\$009,0	64,3	333\$332,0	7,8	765\$654,5	17,8	0,0	0,0	437\$064,0	10,2	166\$666,0	3,9
1750	7:445\$992,5	2:954\$204,0	39,7	2:392\$540,5	32,1	957\$636,5	12,9	0,0	0,0	1:141\$611,5	15,3	810\$535,0	10,9
1751	15:209\$610,5	6:260\$712,0	41,2	2:965\$765,0	19,5	4:654\$892,5	30,6	265\$087,0	1,7	1:063\$154,0	7,0	5247\$049,0	34,5
1752	7:459\$426,0	3:312\$977,0	44,4	2:730\$000,0	36,6	501\$901,0	6,7	558\$603,0	7,5	355\$945,0	4,8	593\$550,0	8,0
1753	9:622\$990,0	3:178\$701,0	33,0	4:048\$816,0	42,1	518\$687,0	5,4	502\$980,0	5,2	1:373\$806,0	14,3	1:398\$531,0	14,5
1754	7:143\$593,7	3:150\$979,0	44,1	2:733\$069,7	38,3	510\$637,5	7,1	28\$425,0	0,4	720\$482,5	10,1	518\$337,0	7,3
1755	8:614\$201,0	2:236\$844,0	26,0	4:984\$224,0	57,9	590\$775,0	6,9	76\$837,0	0,9	725\$521,0	8,4	214\$200,0	2,5
1756	6:469\$409,0	2:297\$979,0	35,5	2:015\$362,0	31,2	1:027\$575,0	15,9	0,0	0,0	1:128\$493,0	17,4	584\$400,0	9,0
1757	10:418\$392,0	2:811\$762,0	27,0	4:844\$573,0	46,5	412\$387,5	4,0	43\$200,0	0,4	2:306\$469,5	22,1	196\$560,5	1,9
1758	7:323\$581,0	2:204\$457,0	30,1	3:365\$740,0	46,0	805\$725,0	11,0	148\$950,0	2,0	798\$709,0	10,9	588\$632,0	8,0
1759	6:816\$021,0	1:677\$016,5	24,6	2:611\$727,0	38,3	690\$731,0	10,1	180\$525,0	2,6	1:656\$021,5	24,3	731\$269,0	10,7
1760	6:677\$952,0	2:626\$728,0	39,3	3:007\$562,0	45,0	123\$975,0	1,9	377\$400,0	5,7	542\$287,0	8,1	840\$847,0	12,6

1761	4:755\$326,0	1:322\$200,0	27,8	1:303\$552,0	27,4	192\$000,0	4,0	0,0	0,0	1:937\$574,0	40,7	0,0	0,0
1762	6:292\$472,0	5:560\$502,0	88,4	0,0	0,0	36\$000,0	0,6	95\$400,0	1,5	600\$570,0	9,5	0,0	0,0
1763	4:638\$593,0	1:505\$277,0	32,5	2:166\$707,0	46,7	284\$850,0	6,1	223\$200,0	4,8	458\$559,0	9,9	283\$450,0	6,1
1764	5:473\$914,0	2:156\$952,0	39,4	977\$062,0	17,8	1:311\$050,0	24,0	550\$350,0	10,1	478\$500,0	8,7	48\$000,0	0,9
1765	4:955\$050,0	2:198\$188,0	44,4	1:341\$800,0	27,1	729\$112,0	14,7	429\$425,0	8,7	256\$525,0	5,2	162\$800,0	3,3
1766	7:064\$096,0	2:955\$254,0	41,8	1:764\$186,0	25,0	554\$475,0	7,8	1:095\$085,0	15,5	695\$096,0	9,8	178\$800,0	2,5
1767	5:090\$081,0	2:304\$405,0	45,3	632\$529,0	12,4	1:029\$637,0	20,2	809\$800,0	15,9	313\$710,0	6,2	0,0	0,0
1768	5:899\$000,0	1:939\$453,0	32,9	1:448\$387,0	24,6	802\$350,0	13,6	1:061\$948,0	18,0	646\$862,0	11,0	497\$300,0	8,4
1769	6:751\$320,5	3:226\$872,5	47,8	:699\$775,0	10,4	874\$128,0	12,9	1:141\$695,5	16,9	808\$849,5	12,0	1:506\$074,5	22,3
1770	5:438\$211,0	2:161\$162,0	39,7	1:541\$674,0	28,3	540\$337,0	9,9	721\$928,0	13,3	473\$110,0	8,7	596\$386,0	11,0
1771	6:178\$225,0	3:030\$603,0	49,1	1:039\$750,0	16,8	538\$712,0	8,7	1:164\$538,0	18,8	404\$622,0	6,5	810\$000,0	13,1
1772													
1773	6:000\$000,0	3:089\$876,0	51,5	992\$712,0	16,5	616\$700,0	10,3	1:134\$272,0	18,9	166\$440,0	2,8	588\$000,0	9,8
1774	5:736\$424,0	2:368\$706,5	41,3	1:422\$299,5	24,8	565\$125,0	9,9	1:204\$655,5	21,0	175\$637,5	3,1	0,0	0,0
1775	6:090\$593,0	3:026\$551,0	49,7	1:131\$212,0	18,6	1:029\$975,0	16,9	758\$268,0	12,4	144\$587,0	2,4	475\$800,0	7,8
1776	4:763\$836,5	2:604\$112,5	54,7	920\$550,0	19,3	437\$350,0	9,2	527\$150,0	11,1	274\$674,0	5,8	0,0	0,0
1777	5:354\$011,0	3:321\$136,0	62,0	416\$625,0	7,8	1:201\$650,0	22,4	0,0	0,0	414\$600,0	7,7	668\$400,0	12,5
1778	5:950\$736,5	2:943\$243,0	49,5	908\$112,5	15,3	381\$000,0	6,4	1:225\$055,0	20,6	493\$326,0	8,3	510\$000,0	8,6
1779	4:060\$176,0	1:974\$767,0	48,6	662\$608,0	16,3	364\$275,0	9,0	997\$695,0	24,6	60\$831,0	1,5	0,0	0,0
1780	5:186\$608,0	1:679\$540,0	32,4	1:976\$824,5	38,1	560\$325,0	10,8	614\$343,5	11,8	355\$575,0	6,9	60000,0	1,2
1781	4:695\$817,0	2:380\$761,0	50,7	738\$063,0	15,7	395\$550,0	8,4	982\$443,0	20,9	199\$000,0	4,2	30\$675,0	0,7

1782	4:658\$342,0	1:909\$738,0	41,0	945\$387,0	20,3	395\$362,0	8,5	1:361\$474,0	29,2	46\$381,0	1,0	18\$750,0	0,4
1783	4:766\$556,5	2:409\$413,0	50,5	1:077\$600,0	22,6	665\$287,5	14,0	526\$388,0	11,0	87\$868,0	1,8	764\$400,0	16,0
1784	4:551\$605,0	2:589\$205,0	56,9	1:045\$762,0	23,0	414\$750,0	9,1	444\$750,0	9,8	57\$138,0	1,3	700\$027,0	15,4
1785	4:669\$975,0	1:715\$354,0	36,7	2:319\$899,0	49,7	419\$550,0	9,0	168\$072,0	3,6	47\$100,0	1,0	783\$599,0	16,8
1786	3:997\$300,0	499\$126,0	12,5	2:178\$824,5	54,5	1:026\$400,0	25,7	44\$887,0	1,1	248\$062,5	6,2	751\$975,0	18,8
1787	4:660\$893,0	1:528\$912,0	32,8	1:529\$643,5	32,8	1:381\$462,5	29,6	111\$862,5	2,4	109\$012,5	2,3	1:000\$218,5	21,5
1788	4:462\$237,0	1:975\$825,0	44,3	1:298\$319,0	29,1	663\$974,0	14,9	435\$394,0	9,8	88\$725,0	2,0	142\$200,0	3,2
1789	4:274\$875,5	2:032\$942,0	47,6	1:016\$137,5	23,8	652\$281,0	15,3	210\$750,0	4,9	362\$765,0	8,5	587\$250,0	13,7
Total	444:835\$475,7	173:293\$075,5	40,4	138:736\$354,2	29,8	45:661\$158,0	10,6	20:447\$536,0	5,8	66:697\$352,0	13,4	53:077\$503,0	11,4

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códigos 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

* Valor dos gastos de interesse geral, que também foram incluídos nas demais categorias.

Tabela 1 - Detalhamento dos gastos de interesse do rei feitos pela Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênio, 1721-1789

Períodos	Emolumentos	Festas	Obras	Serviços	Total
1721-25	6.887.250,0	302.800,0	2.479.500,0	2.251.500,0	11.921.050,0
1726-30	0,0	841.575,0	2.166.600,0	2.088.000,0	5.096.175,0
1731-35	15.000,0	1.034.128,0	749.250,0	305.560,0	2.103.938,0
1736-40	0,0	2.195.954,0	2.033.812,0	1.226.530,0	5.456.296,0
1741-45	0,0	431.318,5	719.281,0	920.322,0	2.070.921,5
1746-50	300.000,0	956.147,5	846.666,0	2.248.828,5	4.351.642,0
1751-55	0,0	4.309.236,0	2.159.337,0	1.503.094,0	7.971.667,0
1756-60	0,0	434.531,0	1.483.855,0	1.023.322,5	2.941.708,5
1761-65	0,0	124.650,0	116.800,0	252.800,0	494.250,0
1766-70	930.000,0	772.462,0	283.574,0	792.524,5	2.778.560,5
1771-75	1.605.000,0	268.800,0	0,0	0,0	1.873.800,0
1776-80	1.020.000,0	218.400,0	0,0	0,0	1.238.400,0
1781-85	1.210.027,0	64.800,0	1.022.624,0	0,0	2.297.451,0
1786-89	0,0	1.770.550,0	711.093,5	0,0	2.481.643,5
Total	11:967\$277,0	13:725\$352,0	14:772\$392,5	12:612\$481,5	53:077\$503,0

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Gráfico 7 - Despesas locais e gerais da Câmara Municipal de Vila Rica, por quinquênios, 1721-1789

Gráfico 8 - Despesas com emolumentos em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Fontes dos gráficos 7 e 8: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Gráfico 9 - Despesas com obras públicas em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Gráfico 10 - Despesas com festas em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Fontes dos gráficos 9 e 10: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Gráfico 11 - Despesas com enjeitados em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Gráfico 12 - Despesas com serviços em Vila Rica, por ano, 1721-1789

Fontes dos gráficos 11 e 12: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Anexo XI - Contratadores da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1789

Ano	Aferição e ver	Meias patacas	Carceragem	Foros
1721				
1722				
1723				
1724				
1725	Alexandre Pinto de Miranda	Manuel Ribeiro Figueira	Antonio José Rodrigues	José Martins Delgado (4)
1726	Alexandre Pinto de Miranda	Manuel Antunes Ferreira e Guerra	Manuel Rodrigues Lisboa	José Martins Delgado (4)
1727	Alexandre Pinto de Miranda	Manuel Corrêa		José Martins Delgado (4)
1728	Alexandre Pinto de Miranda	Manuel Ribeiro Figueira	Antonio de Magalhães Miranda	José Martins Delgado (4)
1729	Alexandre Pinto de Miranda	Antonio Martins	Manuel Pinto	José Martins Delgado (4)
1730		Antonio Martins		
1731				
1732				
1733				
1734				
1735				
1736				Manuel de Brito
1737				
1738				
1739				
1740				

1741	Alexandre Pinto de Miranda		João Monteiro da Silva	
1742	Alexandre Pinto de Miranda	Antonio Ferreira da Costa	José Alves Freire	
1743	Alexandre Pinto de Miranda	Manuel Ferreira da Costa (2)		Bernardo Ventura de Amorim (5)
1744	Alexandre Pinto de Miranda	Manuel da Costa Neto	Santos de Araújo Carneiro	Manuel Gonçalves Ferreira (5)
1745	Antonio Ferreira da Costa	Manuel da Costa Neto	Santos de Araújo Carneiro	
1746	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Ferreira da Costa	Custódio Francisco da Costa	
1747	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Fernandes Porto (3)	Antonio Serqueira de Araújo	
1748	José Soares Guimarães	Manuel de Souza Soares da Fonseca	Antonio Serqueira de Araújo	
1749	José Antonio Martins (1)	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Serqueira de Araújo	
1750	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias	Antonio Serqueira de Araújo	
1751	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Serqueira de Araújo	José Corrêa Maia (5)
1752	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Ferreira da Costa		
1753	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias	Antonio Serqueira de Araújo	
1754	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias	Antonio Serqueira de Araújo	Alexandre Rodrigues Pombeiro (6)
1755	Manuel Fagundes de Melo	Antonio Martins Dias	Antonio Serqueira de Araújo	
1756	Antonio Ferreira da Costa	Baltazar Gomes de Azevedo	Antonio Soares Fernandes	
1757	João Batista de Queiroz	Baltazar Gomes de Azevedo	Antonio Soares Fernandes	
1758	Baltazar Gomes de Azevedo	Baltazar Gomes de Azevedo	Antonio Soares Fernandes	
1759	Baltazar Gomes de Azevedo		Antonio Soares Fernandes	
1760	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias	Antonio Serqueira de Araújo	
1761	Antonio Ferreira da Costa	Baltazar Gomes de Azevedo	Antonio Serqueira de Araújo	
1762	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias	Antonio Serqueira de Araújo	
1763	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias		
1764	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias		

1765	Antonio Ferreira da Costa	Luiz de Almeida Guimarães	Antonio de Serqueira Araújo
1766	Antonio Ferreira da Costa	Luiz de Almeida Guimarães	Antonio de Serqueira Araújo
1767	Antonio Ferreira da Costa	Luiz de Almeida Guimarães	Antonio de Serqueira Araújo
1768		Luiz de Almeida Guimarães	Antonio de Serqueira Araújo
1769	Custódio Francisco Pequeno	Luiz de Almeida Guimarães	Antonio de Serqueira Araújo
1770	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias	Antonio de Serqueira Araújo
1771	Antonio Ferreira da Costa	Antonio Martins Dias	Antonio de Serqueira Araújo
1772	Antonio Ferreira da Costa		Antonio de Serqueira Araújo
1773	Antonio Ferreira da Costa	José Martins Chaves	Antonio de Serqueira Araújo
1774	Antonio Ferreira da Costa	Manuel José Coelho	Antonio de Serqueira Araújo
1775	Antonio Ferreira da Costa	Marcelino da Costa Gonçalves	Antonio de Serqueira Araújo
1776	João Alves Couto	Marcelino da Costa Gonçalves	Antonio de Serqueira Araújo
1777	João Alves Couto	Manuel Pereira de Avila	José Mendes Pereira
1778	Antonio Ferreira da Costa	José Marques Guimarães	José Mendes Pereira
1779	Antonio Ferreira da Costa	José Marques Guimarães	José Mendes Pereira
1780	Antonio Ferreira da Costa	José Marques Guimarães	José Mendes Pereira
1781	Antonio Ferreira da Costa	José Marques Guimarães	José Mendes Pereira
1782	Antonio Ferreira da Costa	José Marques Guimarães	José Mendes Pereira
1783	Antonio Ferreira da Costa	José Marques Guimarães	José Mendes Pereira
1784	Marco José Rebelo	José Manuel de Siqueira Martins	José Mendes Pereira
1785	José Manuel de Siqueira Martins	José Manuel de Siqueira Martins	José Mendes Pereira
1786	José Manuel de Siqueira Martins	José Manuel de Siqueira Martins	
1787	José Manuel de Siqueira Martins	José Manuel de Siqueira Martins	
1788	José Manuel de Siqueira Martins	José Manuel de Siqueira Martins	

1789	Manuel Joaquim Vasco	Manuel Joaquim Vasco		
Total	53	52	45	10

Fontes: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.

Obs.: (1) O fiador foi Antonio Ferreira da Costa; (2) Afiançado por Antonio Ferreira da Costa; (3) Representado por Antonio Ferreira da Costa; (4) Escrivão do alcaide; (5) Procurador; (6) Alcaide. Até 1744 a renda do ver foi arrematada independente da renda da aferição. Em outros anos, foi cobrada pelo rendeiro da aferição ou por funcionários da própria Câmara Municipal de Vila Rica. Foi possível identificar os seguintes cobradores: em 1726, Tomás Silveira; em 1727 e 1728, João Rodrigues de Souza; em 1729, Antonio Coelho de Barros; em 1742, Domingos de Araújo Barbosa, e em 1777, José de Souza.

Anexo XII - Formulários prosopográficos sobre núcleo do setor dirigente local de Vila Rica, 1711-1789

Advertência metodológica

Este anexo constitui um instrumento fundamental para o método prosopográfico. Para sua elaboração foram utilizados todos os documentos citados ao longo desta tese, sobretudo os bancos de dados criados a partir das informações presentes nos livros de acórdãos e de receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1789). Também foram consultados documentos avulsos do fundo “Câmara Municipal de Ouro Preto”, no Arquivo Público Mineiro, bem como os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, além de fontes consultadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Os dados referentes aos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia foram extraídos do ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. IV. Ouro Preto, 1955-1957. Ministério da Educação e Cultura, 1957. pp. 97-112. Os dados referentes às remessas de ouro foram extraídos da base de dados disponibilizada pelo projeto “O Ouro do Brasil: Remessas e Agentes, 1720-1807”, coordenado pelas professoras doutoras Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa, da Universidade de Lisboa, mais especificamente da tabela IV, intitulada “Gold Stock and Money Supply (1720-1807).”¹ Cf. COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil, 1700-1807*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2013.

¹ Disponível em: <https://aquila.iseg.ulisboa.pt/aquila/investigacao/ghes/investigacao/bases-de-dados>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

1ª GERAÇÃO

Antônio Martins Lessa

Resumo da trajetória: Filho de Antônio Martins, natural de Matosinhos, termo da cidade do Porto. Serviu na capitania das Minas como Capitão dos Auxiliares e Sargento-mor das Ordenanças, por um período de dez anos, seis meses e 26 dias, de 14 de janeiro de 1717 a 10 de agosto de 1724. Em 1726, solicitou entrada na Ordem de Cristo, sendo recusado por haver sido, “em seus princípios” sapateiro no Rio de Janeiro e nas Minas, assim como seu pai.² Foi familiar do Santo Ofício, conforme consta em sua diligência de habilitação, de 1729.³ Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu cargos por dez anos: foi almotacé em 1713; procurador em 1714, 1717 e 1718; procurador em Junta em 1713, 1714, 1715, 1719; provedor dos quintos em 1715, 1717, 1718, 1719; juiz ordinário em 1722.

Origem	Nascimento (data e local): Leça de Matosinhos, região de São Miguel da Palmeira, do Bispado do Porto.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Antônio Martins (pai); Domingas Antônia (mãe); Joana A. Antônia de Souza (esposa).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1714, 1717 e 1718); Juiz ordinário (1722); Almotacé (1713); Procurador em junta (1713, 1714, 1715 e 1719); Provedor dos quintos (1715, 1717, 1718 e 1719).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão; Sargento-mor.
	Ordens religiosas e mercês régias: Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares: Recusado na Ordem de Cristo ter exercido, “em seus princípios”, ofício de sapateiro.

² ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra A, mç. 51, n.º 15.

³ ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 68, doc. 1362.

Francisco da Costa de Oliveira

Resumo da trajetória: Sobre Francisco da Costa de Oliveira, não há muitas informações sobre suas origens e trajetória fora da Câmara Municipal de Vila Rica. Foi encontrada, na Torre do Tombo, uma diligência de habilitação para o Santo Ofício do ano de 1700, mas parece se referir a um outro Francisco da Costa de Oliveira, natural da freguesia de Nossa de Oliveira da Vila de Guimarães.⁴ Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu cargos por 16 anos (1711-1726): foi vereador em 1715, 1718 e 1723; juiz ordinário em 1726; almotacé em 1711 e 1722; procurador em Junta em 1714, 1715, 1716. É citado, nas atas da Câmara como alferes (1711) e capitão (1714).

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1715, 1718 e 1723); Juiz ordinário (1726); Almotacé (1711 e 1722); Procurador em junta (1714, 1715 e 1716).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Alferes (1711); Capitão (1714).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Há uma diligência de habilitação para o Santo Ofício do ano de 1700, mas parece se referir a um outro Francisco da Costa de Oliveira, natural da freguesia de Nossa de Oliveira da Vila de Guimarães.

⁴ ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1679.

Francisco Viegas Barbosa

Resumo da trajetória: Sobre Francisco Viegas Barbosa, não foram encontradas muitas informações, somente mesmo aquelas constantes nas Atas da Câmara Municipal de Vila Rica, onde o mesmo exerceu cargos por oito anos (1711-1718): foi vereador em 1715; juiz ordinário em 1716 (substituto), 1717 e 1718; procurador em Junta em 1715 e 1716. Aparece citado na Atas da Câmara como sargento-mor em 1716.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1715); Juiz ordinário (1716 substituto, 1717 e 1718); Procurador em junta (1715 e 1716).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1716).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

João Pinto da Silva

Resumo da trajetória: Exerceu cargos na Câmara Municipal de Vila Rica por sete anos (1712-1718). Foi almotacé no ano de 1712 e vereador nos anos de 1716, 1717, 1718. Ocupou posto de tenente-coronel, conforme consta nas Atas da Câmara.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1716, 1717 e 1718); Almotacé (1712).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Tenente-coronel (1716).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

João Sales de Carvalho

Resumo da trajetória: Não há muitas informações sobre ele. O que se sabe, segundo consta nas Atas da Câmara, é que exerceu o cargo de tesoureiro da Câmara Municipal de Vila Rica por quatro anos (1716-1719).

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1716, 1717, 1718 e 1719).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Jorge da Fonseca Freire

Resumo da trajetória: Sobre Jorge da Fonseca Freire também há poucas informações. O que se sabe é que exerceu o cargo de escrivão da câmara de Vila Rica nos anos de 1711, 1712, 1713.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1711, 1712 e 1713).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Manuel de Matos Fragoso

Resumo da trajetória: Sobre Manuel de Matos Fragoso, sabe-se que residia em Portugal antes de chegar às Minas, tendo obtido, em 1700, propriedade do ofício de escrivão dos órfãos da Vila de Penela, comarca de Montemor-o-Velho.⁵ Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu os cargos de vereador em 1717 (substituto), 1718; juiz ordinário em 1718 (substituto); provedor dos quintos em 1715, 1717; procurador em junta em 1715.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Maria de Matos Fragoso (filha) casada com Veríssimo de Souza de Brito (genro); Florência de Matos da Silva (filha) casada com Antônio de Abreu Nogueira (genro); João de Matos Fragoso (filho).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza: 600 oitavas em bens imóveis (uma roça e uma morada de casas); 37 escravos avaliados em 4769 oitavas; 675\$000 em créditos (devidos por José Pires Monteiro e Manuel de Freitas Corrêa). Dentre seus bens – joias, prata e um cavalo, constam também 44 escravos, os quais sozinhos perfaziam 5:628\$480. No inventário também constam duas dívidas ativas, que juntas somam 3:750\$000. O monte-mor de Manoel de Matos atinge no total 9:634\$350.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1717 substituto, 1718; Juiz ordinário (1718 substituto); Provedor dos quintos (1715 e 1717); Procurador em junta (1715).
	Histórico em outras instituições: Escrivão dos órfãos na Vila Penela (1700).
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias: Propriedade do ofício de Escrivão dos órfãos da Vila de Penela, em virtude da renúncia de João Quaresma de Matos.
	Universidade:
	Informações complementares:

⁵ ANTT, Registro Geral de Mercês de D. Pedro II, liv. 13, fl. 445v.

Manuel Dias de Menezes

Resumo da trajetória: Manuel Dias de Menezes, além de ter atuado na Câmara Municipal de Vila Rica como almotacé em 1714; procurador em junta em 1714, 1715, 1716, 1717, 1718; vereador em 1715; juiz ordinário em 1716 (substituto), 1717, 1718, atuou também como coronel de Infantaria da ordenança da Vila de Angra dos Reis, patente que recebeu em 1722. No mesmo ano, recebeu carta patente de coronel da capitania de São Paulo, posto que deixa no ano seguinte. Em 1738, pede confirmação patente de coronel da Cavalaria de Ordenança da Comarca do Rio das Mortes, posto que só passa a ocupar em 1745, quando deixa o posto de coronel das Ordenanças de Angra dos Reis e se muda para Minas Gerais.⁶

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Luiz Manuel de Menezes (filho).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1715); Juiz ordinário (1716 substituto, 1717 e 1718); Almotacé (1714); Procurador em junta (1714, 1715, 1716, 1717 e 1718).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Soldado, Cabo e Alferes; Sargento-mor (1715); Coronel.
	Ordens religiosas e mercês régias: Sesmaria na vila de Cabo Frio.
	Universidade: Aparece citado na ficha do filho, Universidade de Coimbra.
	Informações complementares:

⁶ AHU, CU, RJ, cx. 18, doc. 3882 e 3883; AHU, CU, RJ, cx. 23, doc. 5091 e 5092; AHU, CU, SP, cx.3, doc. 239; AHU, CU, SP, cx. 3, doc. 218; AHU, CU, RJ, cx. 23, doc. 5091 e 5092; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, fl. 225 e 225v; AHU. CU, MG, pasta 35, doc. 71; AHU. CU, RJ, cx. 71, doc. 16.466 (anexo ao documento nº 16.465); AHU, ACL, CU 003, cx. 11, doc. 966.

Resumo da trajetória: Em alguns casos, como o de Manuel Gomes da Silva, encontra-se uma série de registros que, na realidade, correspondem a vários indivíduos. A título de exemplo, deparamo-nos com alguns homônimos: 1) um Manuel Gomes da Silva, natural do Porto, residente em Pernambuco, que solicitou com sucesso, nos anos finais do século XVII, um hábito da Ordem de Cristo, apesar do passado mecânico no reino, quando trabalhou como alfaiate;⁷ 2) outro, também natural do Porto, homem de negócio na Bahia, que se tornou familiar do Santo Ofício no final da década de 1740;⁸ 3) no reino, houve outro que serviu entre 1705 e 1714 como auxiliar do porteiro e guarda-livros da Junta de Comércio;⁹ 4) e mais um que, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e familiar do Santo Ofício obteve, em 1764, o hábito da Ordem de Cristo.¹⁰ O Manuel Gomes da Silva que viveu nos primórdios das Minas Gerais, contemporâneo dos supracitados, gozou de trajetória mais simplória, mas também próxima ao poder. O que se pode afirmar sobre ele, com toda certeza, é que foi um dos indivíduos mais influentes em Vila Rica na década de 1710, participou do entrincheiramento na Câmara entre 1716 e 1718, mas a ela não retornou depois disso. Todavia, não foi opositor aos agentes régios, ao contrário, desempenhou papel importante na repressão ao levante de 1720, apoiando o governador Conde de Assumar. Um dos cabeças do movimento foi o Mestre de Campo do terço de Vila Rica, Pascoal da Silva Guimarães, que terminou preso, enviado à corte e morto. Manuel Gomes da Silva foi nomeado pelo governador para o lugar do dito, e confirmado no posto pelo monarca em abril de 1722, portanto já durante o governo de D. Lourenço de Almeida. Manuel Gomes da Silva já havia servido como capitão dos auxiliares e depois como Sargento-mor da cavalaria da ordenança de Vila Rica, nomeado em ambos os postos por Brás Baltazar da Silveira.¹¹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Manuel Gomes da Silva (pai); Lucrecia Teixeira de Moraes (mãe); José Gomes da Silva (irmão); Joaquina Maria de Menezes (esposa); Ana Maria (filha).

⁷ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 42, n.º 51.

⁸ ANTT. Santo Ofício, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 4177.

⁹ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 6, fl. 246v.

¹⁰ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, maço 14, n.º 8.

¹¹ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, fl. 430.

Riqueza	Atividades econômicas: Comércio de toucinhos e rapaduras
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1714, 1716 substituto, 1717 e 1718); Juiz ordinário (1718 substituto e 1721); Almotacé (1713); Procurador em junta (1713, 1714, 1716 e 1718); Provedor dos quintos (1715).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1717).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Mestre de Campo do terço de Vila Rica (1722).

Miguel de Andrade Ferreira

Resumo da trajetória: Sobre Miguel de Andrade Ferreira, o que se sabe é que exerceu, na Câmara Municipal de Vila Rica, as funções de Escrivão em 1715, 1716, 1717, 1718; e de Almotacé em 1718.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1715, 1716, 1717 e 1718); Almotacé (1718).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

2ª GERAÇÃO

Antônio Falcão Pereira

Resumo da trajetória: Antônio Falcão Pereira, filho de Teodoro Lopes Falcão Pereira e natural de Lisboa, foi escrivão da câmara de Vila Rica nos anos de 1732 a 1737. Em 1728, solicitou o hábito da Ordem de Cristo, sendo inicialmente recusado pelo fato de seu avô materno ter exercido o ofício de alfaiate na Vila de Vestiária e depois mercador com loja aberta na Corte. Recorrendo ao rei, acaba recebendo o hábito da dita ordem também em 1728. Em 1731, recebe do rei o foro de Escudeiro Fidalgo. Em 1744, por meio de solicitação própria, foi nomeado pelo rei como Secretário de Governo das Minas, contra a vontade do governador Gomes Freire de Andrade que o considerava inadequado para o cargo e solicitava que, em seu lugar, fosse nomeado o irmão, Diogo Liberato Falcão Pereira.¹²

Origem	Nascimento (data e local): Lisboa.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Teodoro Lopes Falcão Pereira (pai); Diogo Liberato Falcão Pereira (irmão).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1732, 1733, 1734, 1735, 1736 e 1737).
	Histórico em outras instituições: Secretário do Governo das Minas.
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias: Ordem de Cristo (1728); Escudeiro fidalgo (1731).
	Universidade:

¹² ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra A, mç. 49, n.º 1; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 19, f. 361; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 20, f.365; AHU, MG, cx. 29, doc. 66; AHU, MG, cx. 44, doc. 6.

	Informações complementares: Recusado inicialmente na Ordem de Cristo por ter avô materno alfaiate e mercador na Corte; Camaristas em Vila Rica acusaram-no de ser pouco idôneo em sua função.
--	---

Antônio Ramos dos Reis

Resumo da trajetória: filho de Antônio Martins e Maria Gonçalves, nasceu na vila de Nossa Senhora de Campanhã, no bispado do Porto, e casou-se com Vitória dos Reis. Minerador, exerceu no Concelho de Vila Rica os cargos de: vereador em 1719, 1739, 1745 e 1757; almotacé em 1713, 1724, 1740 e 1758; fiscal da Casa de Fundição em 1752; provedor dos quintos em 1715 e 1717; e juiz dos órfãos em 1732, 1733 e 1734. Deu parecer sobre as Casas de Fundição em 1751. Ocupou os postos de Capitão, Mestre-de-Campo e Capitão-mor. Em 1741 recebeu do rei uma sesmaria no distrito de Aguasu, na capitania do Rio de Janeiro. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Deu dois filhos (Manuel Ramos dos Reis e André Ramos dos Reis) cursaram Cânones na Universidade de Coimbra.¹³

Origem	Nascimento (data e local): Nossa Senhora de Campanhã, bispado do Porto.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local): 1762.
	Parentescos, ascendência e descendência: Antônio Martins (pai) e Maria Gonçalves (mãe); Vitória dos Reis (esposa); Manuel Ramos dos Reis (filho); André Ramos dos Reis (filho); Maria (filha).
Riqueza	Atividades econômicas: Mineiro.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1719, 1º em 1739, 1º em 1745 e 1º em 1757); Almotacé (1713 1724, 1740 e 1758; Fiscal da Casa de Fundição (1752); Provedor dos quintos (1715 e 1717); Juiz dos órfãos (1732, 1733 e 1734). Emitiu parecer sobre as Casas de Fundição em 1751. Eleito juiz ordinário em 1725, não exerceu a função.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1719); Mestre de campo (1739); Capitão-mor (1745).
	Ordens religiosas e mercês régias: Sesmaria no distrito de Aguasu na capitania do Rio de Janeiro. Ordem de Cristo (citado na diligência de seu filho André Ramos dos Reis).

¹³ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 17, f. 162; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Let. A, mç. 41, n. 11; AHU, MG, cx. 41, doc. 84; AHU, MG, cx. 31, doc. 1.

	Universidade:
	Informações complementares: Em 1736 solicita licença para ir ao reino a fim de se tratar.

Domingos Francisco de Oliveira

Resumo da trajetória: Natural da Vila da Chamusca, filho de Domingos Francisco de Oliveira e de Marta Simoa, casou-se com Ignácia de Souza e pai de Manuel de Souza de Oliveira. Minerador, capitão, exerceu em Vila Rica os cargos de vereador em 1714 e 1718; juiz ordinário em 1725, 1725 e 1734; almotacé em 1712 e 1724; procurador em junta em 1714 e 1734; e provedor dos quintos em 1718. Enviou e recebeu remessas de ouro para Lisboa em 1731 e 1741, também trocou correspondências com Francisco Ferreira da Silva, na Corte.¹⁴

Origem	Nascimento (data e local): Vila da [Chamusca].
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Domingos Francisco de Oliveira (pai) e Marta Simoa (mãe); Ignácia de Souza (esposa); Manuel de Souza de Oliveira (filho).
Riqueza	Atividades econômicas: Minerador (em 1744, pediu anulação de ordem que o proibia de minerar suas terras).
	Riqueza: Em 1731, emitiu e recebeu remessa de ouro do Rio de Janeiro para Lisboa, 97 moedas dobras de 12\$800, valor 1:241\$600, procurador: Custódio da Silva Vieira. Em 1741, recebedor de duas remessas de ouro do Rio de Janeiro para Lisboa, emissor foi José Simões, a primeira com 8,859 gramas/barras, valor 850\$464, a segunda com 1200 moedas de réis no valor 1\$200, procurador: Gabriel dos Santos e Antônio F. de Sousa.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1714 e 1718); Juiz ordinário (1723, 1725 e 1734); Almotacé (1712 e 1724); Procurador em junta (1714 e 1734); Provedor dos quintos (1718).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1718).
	Ordens religiosas e mercês régias:

¹⁴ ANTT. 1741. Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, n.º 16, cx. 1; ANTT. 1742. Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, n.º 19, cx. 1; ANTT. 1747. Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, n.º 20, cx. 1; ANTT. 1749. Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, n.º 18, cx. 1; ANTT. 1750. Feitos Findos, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos, mç. 1, n.º 17, cx. 1; ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1326.

	Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares: Correspondia-se com Francisco Ferreira da Silva (na corte).

Domingos João Ferreira

Resumo da trajetória: Domingos João Ferreira era natural de Santo Antônio de Vilar da Veiga, arcebispado de Braga, filho de Domingos João e de Maria João e casado com Ignácia Rodrigues da Ressurreição. Morador em Vila Rica, exerceu, na câmara da mesma vila, as funções de Tesoureiro em 1738, 1740, 1741, 1742 e 1743 e de Almotacé em 1739. Foi eleito tesoureiro também em 1739, mas não assumiu o cargo. Foi cobrador dos foros em 1741 e, 1743, atuou como Esmoleiro da Trindade. Em 1721, aparece enviando uma remessa de ouro da Bahia para Lisboa. Embora tenha solicitado entrada como familiar do Santo Ofício, sua diligência de habilitação está incompleta, o que indica que ele não foi aceito na referida ordem.¹⁵

Origem	Nascimento (data e local): Freguesia de Santo Antônio de Vilar da Veiga, Concelho da Ribeira de Soares, comarca de Guimarães, arcebispado de Braga.
	Procedência:
	Residência: Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Domingos João (pai) e Maria João (mãe); Ignácia Rodrigues da Ressurreição (esposa).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza: Em 1721, emissor de remessa de ouro da Bahia para Lisboa; recebedor é Manuel Diogo Silva); 76 moedas de 4800 réis no valor de 364\$800; procurador: inexistente.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1738, 1740, 1741, 1742 e 1743); Almotacé (1739); Eleito tesoureiro em 1739, não assume. Cobrador dos foros em 1741.
	Histórico em outras instituições: Esmoleiro da Trindade em Ouro Preto em 1743.
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:

¹⁵ ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1349.

	Informações complementares: Citado na lista de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica: em 1793, falecido.
--	--

Resumo da trajetória: O que se sabe sobre Domingos Moreira Fernandes é que era minerador, morador na freguesia de Ouro Branco. Segundo registrado nas Atas da Câmara, em 1715, ocupava o posto de Alferes. Em 1737, foi nomeado capitão-mor das Ordenanças das freguesias de Ouro Branco e Lavras Novas. N Câmara Municipal de Vila Rica exerceu as funções de juiz ordinário em 1729 e 1746; vereador em 1721; provedor dos quintos em 1715 e 1718; almotacé em 1717 e 1722. Em 1746, ausentou-se do cargo de juiz ordinário logo após ter tomado posse.¹⁶

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Capitão, mineiro, Ouro Branco, Vila Rica.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Juiz ordinário (1º em 1729, 2º em 1746, empossado, ausentou-se em seguida); Vereador (1º em 1721); Provedor dos quintos (1715 e 1718); Almotacé (1717 e 1722).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Alferes (1715); Capitão-mor (1729).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Capitão-mor das Ordenanças dos distritos de Ouro Branco e Lavras Novas, posto que vagou pelo falecimento do capitão-mor Francisco Ribeiro de Souza Matos.

¹⁶ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 28, f.405; AHU, MG, cx. 33, doc. 27.

Domingos da Rocha Ferreira

Resumo da trajetória: Natural da freguesia de São Cosme de Barreiros, comarca da cidade do Porto, Domingos da Rocha Ferreira era filho de Manuel Bernardo Duarte. Minerador, era morador em Antônio Dias e capitão-mor das ordenanças de São Bartolomeu. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1725; juiz ordinário em 1730, 1733, 1739, 1744; almotacé em 1740; fiscal da Casa de Fundição em 1752; provedor dos quintos em 1724 e procurador em junta em 1735.¹⁷

Origem	Nascimento (data e local): Freguesia de São Cosme de Barreiros, comarca da cidade do Porto.
	Procedência:
	Residência: Antônio Dias.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Manuel Bernardo Duarte (pai).
Riqueza	Atividades econômicas: Capitão-mor, mineiro, Antônio Dias – morro, Vila Rica.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1725); Juiz ordinário (1730, 1733, 2º em 1739 e 1º em 1744); Almotacé (1740); Fiscal da Casa de Fundição (1752); Provedor dos quintos (1724); Procurador em junta (1735).
	Histórico em outras instituições: Citado como irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica, vivo em 1793, filho ou homônimo.
	Títulos, patentes: Capitão-mor das Ordenanças no distrito de São Bartolomeu (1725).
	Ordens religiosas e mercês régias: Carta de Padrão. Tença de 8\$000.
	Universidade:
	Informações complementares: Cobrador dos quintos em São Bartolomeu; Citado na lista de devassas cíveis como Domingos da Rocha Pereira: solicitador, Vila Rica, 40 anos.

¹⁷ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 27, f.477 e 477v; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 36, f.475; AHU, MG, cx. 31, doc. 87.

Domingos de Souza Braga

Resumo da trajetória: Sobre Domingos de Souza Braga, só o que sabemos é que ocupou o posto de capitão e que, na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1720; juiz ordinário em 1724 e 1728; almotacé 1719 e 1721; procurador em junta em 1720; provedor dos quintos 1724.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1720); Juiz ordinário (1724 e 1728); Almotacé (1719 e 1721); Procurador em junta (1720); Provedor dos quintos (1724).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão (1720).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Francisco da Silva Neto

Resumo da trajetória: Francisco da Silva Neto ocupou o posto de capitão e, na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de procurador em 1736; vereador em 1737, 1743 e 1749; almotacé em 1713, 1714, 1722 e 1744; avaliador da câmara em 1745, 1757, 1758, 1759 e 1760); carregador de estandarte em 1746 e 1750; partidor dos órfãos em 1757, 1758, 1759 e 1761; tabelião em 1713. Em 1742, foi fiador para o contratador da aferição Alexandre Pinto de Miranda.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Fiador do contratador da aferição em 1742, Alexandre Pinto de Miranda.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1736); Vereador (1º em 1737, 2º em 1743 e 1º em 1749); Almotacé (1713, 1714, 1722 e 1744); Avaliador da câmara (1745, 1757, 1758, 1759 e 1760); Carregador de estandarte (1746 e 1750); Partidor dos órfãos (1757, 1758, 1759 e 1761); Tabelião (1713 e 1714).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1736).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Gregório de Matos Lobo

Resumo da trajetória: Gregório de Matos Lobo era minerador, morador em Ouro Preto. Ocupou os postos de Sargento-mor, Sargento-mor da Cavalaria das Ordenanças de Ouro Preto, Capitão da Cavalaria das Ordenanças e Tenente-coronel. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de Vereador em 1733, 1746, 1752 e 1764; Tesoureiro em 1732 e 1735; Juiz ordinário em 1770; almotacé em 1732 e 1747; carregador de estandarte em 1753; fiscal da Casa de Fundição em 1753, 1763, 1767. Em 1748, solicita ao rei mercê de se deslocar ao reino com toda sua família, ao que parece ter sido atendido, uma vez que, em 1751, aparece citado como recebedor de uma remessa de ouro em Lisboa. Também aparece citado como Gregório Lobo de Matos na ficha de matrícula de João Lobo de Matos, possivelmente um filho, na Universidade de Coimbra.¹⁸

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: João Lobo de Matos (filho).
Riqueza	Atividades econômicas: Mineiro.
	Riqueza: Em 1751, recebedor de ouro do Rio de Janeiro para Lisboa, emissor foi Paulo Pereira, 2,391 marcos de ouro em pó, valor 229\$536. Procurador: Cristóvão Mendes Lobato.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1733, 1º em 1746, 1º em 1752 e 1º em 1764); Tesoureiro (1732 e 1735); Juiz ordinário (1º em 1770); Almotacé (1732 e 1747); Carregador de estandarte (1753); Fiscal da Casa de Fundição (1753, 1763 e 1767).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1752); Tenente-coronel (1763); Capitão da Cavalaria de Ordenanças de Ouro Preto (1743); Sargento-mor a Cavalaria de Ordenanças de Ouro Preto (1748).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Aparece na ficha de João Lobo de Matos (provável filho), na Universidade de Coimbra. Nome aparece como Gregório Lobo de Matos.
	Informações complementares: Em 1748, solicitou ao rei mercê de se deslocar ao reino com toda sua família.

¹⁸ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 33, f.422; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 38, f.200v; AHU, ACL, CU 003, cx. 11, doc. 965.

Jerônimo de Castro de Souza

Resumo da trajetória: Filho de Antônio de Castro e Souza e natural da Vila de Melgaço, província do Minho, Jerônimo de Castro e Souza foi escrivão da câmara de Vila Rica no ano de 1721, tendo exercido também na referida instituição o cargo de vereador em 1747, 1753, 1756, 1760 e 1767. Ainda no âmbito da câmara exerceu as funções de carregador de estandarte em 1748, 1757 e 1761; almotacé em 1722 e 1748; fiscal da Casa de Fundição em 1766 e 1770; escrivão da Casa de Fundição em 1754 e 1759.¹⁹

Origem	Nascimento (data e local): Vila de Melgaço, província do Minho.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Antônio de Castro e Souza (pai).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1721); Vereador (3º em 1747, 2º em 1753, 1º em 1756, 1º em 1760 e 3º em 1767); Carregador de estandarte (1748, 1757 e 1761); Almotacé (1722 e 1748); Fiscal da Casa de Fundição (1766 e 1770); Escrivão da Fundição (1754 e 1759).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Citado na lista de devassas cíveis: branco, 18 anos, vive sob o pátrio poder de seu pai.

¹⁹ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 11, f.276v; AHU, MG, cx. 2, doc. 46.

João da Mota Lima

Resumo da trajetória: Sobre João da Mota Lima, as informações encontradas indicam que ele era negociante em Ouro Preto e que cobrou a renda do ver em 1732. Além disso, exerceu, na Câmara Municipal de Vila Rica, as funções de tesoureiro em 1735, 1736 e 1737; procurador em 1754; carregador de pálio em 1752; almotacé em 1732. Em 1760, foi indicado para oficial da Casa de Fundição. Entre 1746 e 1748, encontrava-se preso na cadeia de Vila Rica e pedia ao rei a mercê de lhe conceder a soltura para que pudesse melhor preparar a sua defesa.²⁰

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Negociante em Vila Rica.
	Riqueza: Cobrou a renda do ver em 1735.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1735, 1736 e 1737); Procurador (1754); Carregador de pálio (1752); Almotacé (1732); Indicado para oficial da Casa de Fundição (1760).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Entre 1746 e 1748, encontrava-se preso na cadeia de Vila Rica e pedia ao rei a mercê de lhe conceder a soltura para que pudesse preparar melhor a sua defesa.

²⁰ AHU, MG, cx. 46, doc. 93; AHU, MG, cx. 47, doc. 13; AHU, MG, cx. 52, doc. 73; AH, MG, cx. 52, doc. 75.

José de Almeida Machado

Resumo da trajetória: Sobre José de Almeida Machado, o que se sabe é que atuou como procurador da Casa da Moeda das Minas e como tesoureiro da Real Fazenda de Minas. Além disso, no âmbito da Câmara de Vila, atuou como procurador em 1724; vereador em 1745; juiz ordinário em 1748; almotacé em 1723, 1725 e 1749; fiscal da Casa de Fundição em 1752; provedor dos quintos em 1724. Foi escrivão da conferência dos quintos em 1739 e indicado para tesoureiro da Casa de Fundição em 1735.²¹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1724); Vereador (2º em 1745); Juiz ordinário (1º em 1748); Almotacé (1723, 1725 e 1749); Fiscal da Casa de Fundição (1752); Provedor dos quintos (1724); Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição (1735); Escrivão da conferência dos quintos (1739).
	Histórico em outras instituições: Procurador da Casa da Moeda; Tesoureiro da Real Fazenda de Minas. (até 1744).
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

²¹ AHU, ACL, CU, cx. 31, doc. 3325; AHU, MG, cx. 20, doc. 38; AHU, MG, cx. 38, doc. 32.

José de Araújo Corrêa

Resumo da trajetória: Sobre José de Araújo Corrêa é que ocupou os postos de Sargento-mor de Itabira e Tenente-coronel. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1739, 1754; juiz ordinário em 1741, 1746 e 1750; almotacé em 1732 e 1751.²²

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1739, 1º em 1754); Juiz ordinário (2º em 1741, 2º em 1746 e 2º em 1750); Almotacé (1732 e 1751).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1741); Tenente-coronel (1754).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

²² ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 27, f.359.

Resumo da trajetória: Natural da Sé de Olinda, bispado de Pernambuco, José Corrêa Lima era filho Bento Gonçalves Lima e de Floriana de Jesus Maria e viúvo de Ignácia Joaquina da Conceição. Ocupou o posto de capitão, era senhor de dois engenhos e familiar do Santo Ofício. Na Câmara Municipal de Vila Rica, ocupou as funções de procurador em 1742, 1750 e 1751; vereador em 1747; almotacé em 1736, 1743 e 1748; carregador de estandarte em 1748. Em 1736, cobrou a contribuição do capitão-do-mato.²³

Origem	Nascimento (data e local): Sé de Olinda, bispado de Pernambuco.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Bento Gonçalves Lima (pai); Floriana de Jesus Maria (mãe); Ignácia Joaquina da Conceição (esposa).
Riqueza	Atividades econômicas: Cobrou contribuição do capitão do mato em 1736.
	Riqueza: Dois engenhos.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1742, 1750 e 1751); Vereador (1º em 1747); Almotacé (1736, 1743 e 1748); Carregador de estandarte (1748).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão (1747).
	Ordens religiosas e mercês régias: Familiar do Santo Ofício (1787).
	Universidade:
	Informações complementares:

²³ ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, mç. 159, doc. 3070.

Resumo da trajetória: Natural da Cala, termo da cidade de Santarém, era filho de Jacinto da Silveira Miranda e Antônia Maria de Brito. Exerceu o cargo de escrivão da câmara de Vila Rica entre 1721 e 1727. Também exerceu os postos de Tabelião de Vila Real, comarca do Rio das Velhas (1727); Tabelião do Público Judicial e Notas da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, entre 1729 e 1732; Meirinho do Campo de Vila Nova da Rainha (1733); Tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da almotaçaria de Vila do Bom Sucesso, comarca do Serro do Frio (1734). Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, título que conseguiu recorrendo ao rei após ter sido recusado por ser o avô paterno alfaiate e a avó materna mulher de segunda condição.²⁴

Origem	Nascimento (data e local): Cala, termo da cidade de Santarém.
	Procedência:
	Residência: Lisboa (1752).
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Jacinto da Silveira Miranda (pai) Antônia Maria de Brito (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza: Em 1731, recebeu de José Veloso Carmo uma remessa de ouro do Rio de Janeiro para destino não especificado; no valor de 1:081\$600.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão da câmara (1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726 e 1727).
	Histórico em outras instituições: Tabelião de Vila Real, comarca do Rio das Velhas (1727); Tabelião do Público Judicial e Notas da vila de São José, comarca do Rio das Mortes (1729, 1730 e 1732); Meirinho do Campo de Vila Nova da Rainha. (1733); Tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da almotaçaria de Vila do Bom Sucesso, comarca do Serro do Frio. (1734).
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

²⁴ AHU, MG, cx. 10, doc. 6; AHU, MG, cx. 14, doc. 32; AHU, MG, cx. 17, doc. 41; AHU, MG, cx. 20, doc. 4; AHU, MG, cx. 25, doc. 47; AHU, MG, cx. 28, doc. 56; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Hábito da Ordem de Cristo, Letra J, Maço 7, nº 22.

	Recusado inicialmente na Ordem de Cristo por ter avô paterno alfaiate e a avó materna mulher de segunda condição.
--	---

Lourenço Pereira da Silva

Resumo da trajetória: Sobre Lourenço Pereira da Silva, o que sabe é que exerceu na Câmara Municipal de Vila Rica as funções de vereador em 1724 e 1729 (substituto); juiz ordinário em 1729 (substituto) e 1736. Foi também Tesoureiro da Real Fazenda de Minas Gerais. Ocupou os postos Sargento-mor e Capitão dos granadeiros (capitania de Pernambuco). ²⁵

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1724 e 1º em 1729, como substituto); Juiz ordinário (2º em 1729 como substituto e 1º em 1736).
	Histórico em outras instituições: Tesoureiro da Real Fazenda de Minas Gerais.
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1729); Capitão dos Granadeiros da capitania de Pernambuco (1742).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

²⁵ AHU, MG, cx. 3, doc. 18; AHU, MG, cx. 4, doc. 4; AHU, MG, cx. 14, doc. 62; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 33, f.229v.

Manuel Coelho Neto

Resumo da trajetória: Não há muitas informações sobre Manuel Coelho Neto, o que se sabe é que, na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como procurador em 1720; vereador em 1726; juiz ordinário em 1746; procurador em junta em 1720. Possuía patente de capitão.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Marcos Coelho Neto (músico em 1783 e 1784).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1720); Vereador (1726); Juiz ordinário (1º em 1746); Procurador em junta (1720).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1726).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Manuel Ferreira Agrelos

Resumo da trajetória: Para Manuel Ferreira Agrelos também não há muitas informações. O que se sabe é que exerceu em Vila Rica as funções de vereador em 1722; juiz ordinário em 1727, 1730, 1732 e 1738 (eleito em 1753, mas chegou a exercer); procurador em junta em 1751; fiscal da Casa de Fundição em 1752; almotacé em 1719. Tinha a patente de coronel e, em 1753, dá parecer sobre fundição em 1751, junto com Antonio Ramos dos Reis, Manuel Dias da Costa, Antonio Francisco França, Domingos de Abreu Lisboa e Alexandre da Cunha Matos.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1722); Juiz ordinário (1727; 1730, 1732 e 2º em 1738, foi eleito em 1753, mas não exerceu); Procurador em junta (1751); Fiscal da Casa de Fundição (1752); Almotacé (1719); Emitiu parecer sobre a Casa de Fundição em 1751.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Coronel (1732).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Manuel Ferreira de Macedo

Resumo da trajetória: Natural de Lisboa, filho de Antônio Ferreira de Macedo e neto de Francisco Ferreira de Macedo, ambos cavaleiros fidalgos, Manuel Ferreira de Macedo atuou na Câmara Municipal de Vila Rica como tesoureiro em 1726, 1727, 1728, 1729 e 1730; procurador em 1765; carregador de palio em 1753; almotacé em 1753 e 1766. Em 1748, pediu renúncia do cargo de contador do Mestrado de São Bento de Aviz.²⁶

Origem	Nascimento (data e local): Lisboa.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Antônio Ferreira de Macedo (pai); Francisco Ferreira de Macedo (avô).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza: Em 1751, envia remessa de ouro do Rio de Janeiro para destino não especificado, recebedor é Francisco Ferreira de Sá; 15,828 marcos de ouro em pó no valor 1:519\$488.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1726, 1727, 1728, 1729 e 1730); Procurador (1765); Carregador de pálio (1753); Almotacé (1753 e 1766).
	Histórico em outras instituições: Contador do Mestrado de São Bento de Aviz (1748).
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias: Cavaleiro fidalgo da Casa.
	Universidade:
	Informações complementares: Trocou cartas com Francisco Ferreira da Silva, Luiz Nogueira de Abreu e Manuel Francisco de Oliveira.

²⁶ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 38, f. 476.

Manuel Pinto de Queiroz

Resumo da trajetória: Natural da Vila de Amarante, Manuel Pinto de Queiroz era filho de Gonçalo Pinto de Queiroz e habilitado na Ordem de Cristo por mercê régia de 1722. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou com escrivão nos anos de 1740 a 1747 e como almotacé nos anos de 1743, 1744 e 1748. Ocupou postos de soldado, alferes, tenente e capitão. De início foi impedido pela Ordem de Cristo porque sua mãe e avó materna serviam de criadas na casa de seu avô paterno.²⁷

Origem	Nascimento (data e local): Vila de Amarante.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Gonçalo Pinto de Queiroz (pai).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746 e 1747; Almotacé (1743, 1744 e 1748). Em 1741 foi nomeado escrivão da câmara de Vila Rica por três anos, à serventia de José de Paiva; em 1744, foi nomeado novamente para a mesma função, por mais três anos, à serventia de Domingos de Andrade Azevedo.
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão (1743); Soldado, Alferes e Tenente.
	Ordens religiosas e mercês régias: Ordem de Cristo (1722).
	Universidade:
	Informações complementares: Inicialmente recusado na Ordem de Cristo porque sua mãe e avó materna eram criadas na casa de seu avô paterno.

²⁷ ANTT. Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 45, n.º 6; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, f.240; AHU, MG, cx. 41, doc. 91; AHU, MG, cx. 48, doc. 19.

Resumo da trajetória: Natural de Alvarães, termo de Braga, foi filho de Domingos Manso Monteiro e Páscoa Rodrigues, casado com Maria de Jesus Sobreira. Morador de Ouro Preto, era roceiro e homem de negócios. No Concelho de Vila Rica, foi vereador em 1719, 1720 e 1721; procurador em 1721; juiz ordinário em 1731 e 1733; almotacé em 1722. Em 1721, atuou como provedor do Real Donativo e, em 1722, foi indicado para tesoureiro da Real Fazenda. Em 1761, recebeu por mercê régia, uma sesmaria na freguesia da Cachoeira do Campo.²⁸

Origem	Nascimento (data e local): Alvarães, termo de Braga.
	Procedência:
	Residência: Ouro Preto.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Domingos Manso Monteiro (pai); Páscoa Rodrigues (mãe); Maria de Jesus Sobreira (esposa).
Riqueza	Atividades econômicas: Roceiro em Antônio Pereira; Homem de negócios em Vila Rica.
	Riqueza: Sesmaria na freguesia da Cachoeira do Campo.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1719, 1720 e 1721); Procurador (1721); Juiz ordinário (1731 e 1733); Almotacé (1722). Indicado para tesoureiro da Real Fazenda (1722); Provedor do Real Donativo em 1721.
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias: Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares: As pastas de Maranhão e Paraíba do AHU contém dois prováveis homônimos; A leitura de bacharel também parece ser de um homônimo, pois é datada de 1733, ano que o indivíduo servia como juiz ordinário em Vila Rica.

²⁸ AHU, MG, cx. 78, doc 10; ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 99, doc. 1842.

Manuel Rodrigues Franco

Resumo da trajetória: Poucas informações foram encontradas sobre Manuel Rodrigues Franco. Sabe-se que ele foi casado com Maria de Jesus, e atuou como assistente do escrivão da ouvidoria do Rio de Janeiro, Antônio Vieira de Brito, em 1756. No Concelho de Vila Rica, atuou como escrivão nos anos de 1744 a 1751 e como escrivão da almotaçaria em 1744.²⁹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Maria de Jesus (esposa).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão da câmara (1744, 1745, 1746, 1749, 1750 e 1751); Escrivão da almotaçaria (1744).
	Histórico em outras instituições: Assistente do escrivão da ouvidoria do Rio de Janeiro, Antônio Vieira de Brito (1756).
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: A diligência de habilitação para o Santo Ofício parece ser de um homônimo, um padre, bacharel formado em Cânones na Universidade de Coimbra e natural da mesma cidade.

²⁹ AHU, RJ, cx. 37, docs. 8.701 a 8.704; AHU, RJ, cx. 83, docs. 19.360 e 19.366.

Manuel de Souza Pereira

Resumo da trajetória: Manuel de Souza Pereira, morador em Antônio Dias, ocupou os postos sargento-mor e tenente-coronel. Era minerador, aparece em diversas ocasiões citado como emissor ou receptor de remessas de ouro. Recusado na Ordem de Cristo em 1732 por haver sido, na origem minerador de bateias e dono de uma venda onde se vendia água ardente e outros gêneros, passando depois a minerar através de seus escravos. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1735; juiz ordinário em 1742 e 1747.³⁰

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência: Antônio Dias.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Mineiro de bateias; possuía comércio de aguardentes e outros gêneros.
	Riqueza: Em 1741 envia remessa de ouro do Rio de Janeiro para destino não especificado, quem recebe é Manuel Gonçalves de Oliveira; moedas no valor 8:000\$000 réis; procurador: João da Costa Carneiro, Manuel Nunes. Em 1741, recebe remessa de ouro do Rio de Janeiro para Minas enviada por Francisco Ferreira da Silva; moedas no valor de 2:300\$000; procurador: Manuel da Costa Pereira. Em 1751 envia remessa de ouro de Lisboa para o Porto para 'várias pessoas'; moedas no valor de 4:736\$000, procurador: José Carneiro de Sampaio. Em 1761, recebe remessa de ouro do Rio de Janeiro para destino não especificado, enviada por Vicente Soares; moedas no valor de 2:655\$740.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1735); Juiz ordinário (2º em 1742 e 2º em 1747).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1742); Tenente-coronel (1747).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

³⁰ ANTT. Hábito da Ordem de Cristo. Letra M, maço 46, nº 33, 1732.

Resumo da trajetória: Nicolau Carvalho de Azevedo esteve no Concelho de Vila Rica nas funções de vereador em 1728; juiz ordinário em 1729 e 1736; provedor dos quintos em 1717 e 1718; almotacé em 1724. Também atuou como representante da vintena de Congonhas em 1747. Em 1725, recebeu por mercê régia uma sesmaria em Santo Antônio do Campo e outra em Paracatu, em 1742. Foi alvo de reclamações de moradores, acusado de praticar delitos.³¹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência: Congonhas.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1728); Juiz ordinário (2º em 1729 e 1736); Provedor dos quintos (1717 e 1718); Almotacé (1724); Representante da vintena de Congonhas (1747).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1729); Capitão-mor (1736).
	Ordens religiosas e mercês régias: Sesmaria em Santo Antônio do Campo; Sesmaria em Paracatu (1742).
	Universidade:
	Informações complementares: Francisco da Silva, morador do Rio de Janeiro, pediu ao rei a mercê de devassar Nicolau Carvalho de Azevedo, capitão-mor da Vila de São João do Rio das Mortes, pelos inúmeros crimes praticados. O mesmo pedido foi feito por Antônio de Almeida Vieira.

³¹ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f.424; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 32, f.537; AHU, MG, cx. 6, doc. 19; AHU, MG, cx. 17, doc. 46; AHU, MG, cx. 26, doc. 1.

Nicolau de Freitas Pacheco

Resumo da trajetória: Sabe-se pouco sobre a trajetória de Nicolau de Freitas Pacheco, apenas que, em Vila Rica, atuou junto à Câmara Municipal como procurador em 1722, vereador em 1727 e 1731, e juiz ordinário em 1734.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1722); Vereador (1727 e 1731); Juiz ordinário (1734).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Salvador de Seixas Serqueira

Resumo da trajetória: Natural de Vila da Batalha e filho de João de Seixas Serqueira, Salvador de Seixas Serqueira era escudeiro fidalgo e proprietário do ofício de tabelião de judicial, notas e privilegiados de Vila da Batalha, que havia pertencido a seu pai. Atuou como escrivão da câmara de Vila Rica nos de 1726, 1727, 1728 e 1729.³²

Origem	Nascimento (data e local): Vila da Batalha.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: João de Seixas Serqueira (pai).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza: Proprietário do ofício de escrivão do judicial, notas e privilegiados de Vila da Batalha, antes pertencente a seu pai, João de Seixas Serqueira.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão da câmara (1726, 1727, 1728 e 1729).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias: Escudeiro fidalgo (1719).
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1727 os camaristas de Vila Rica abriram representação solicitando a prorrogação do indivíduo no posto de escrivão da câmara, pela falta de prática dos juízes eleitos.

³² AHU. MG. Caixa 11, doc. 7; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, f.388v; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, f. 144.

Tomás Gomes de Figueiredo

Resumo da trajetória: Tomás Gomes de Figueiredo era natural da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da cidade de Lisboa, filho de Manuel Gomes e Maria Rodrigues. Morador em Antônio Dias, era minerador e familiar do Santo Ofício. Em 1737 foi nomeado para o posto de sargento-mor das ordenanças do Ouro Branco que vagou por ausência de Damásio Ferreira Campos. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como vereador em 1748; juiz ordinário em 1750 e 1767; almotacé em 1735 e 1751; carregador de estandarte em 1749, quando também é eleito almotacé, mas não assume por estar doente.³³

Origem	Nascimento (data e local): Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, cidade de Lisboa.
	Procedência:
	Residência: Antônio Dias.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Manuel Gomes (pai); Maria Rodrigues (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas: Mineiro em Antônio Dias, no morro.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1º em 1748); Juiz ordinário (1º em 1750 e 1º em 1767); Almotacé (1735 e 1751); Carregador de estandarte (1749); Eleito almotacé em 1749, não assumiu por apresentar moléstia.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Sargento-mor das ordenanças do Ouro Branco (1737).
	Ordens religiosas e mercês régias: Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares:

³³ ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 28, f. 351; ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Tomás mç. 4, doc. 58.

Resumo da trajetória: Valentim Nunes de Souza era natural da Sé Oriental, na cidade de Lisboa, seus pais eram Manuel Nunes Serra e Ana Maria Marcelina. Era cavaleiro fidalgo da casa de Sua Majestade e habilitado na Ordem de Cristo. Foi soldado dragão da guarnição das Minas e sargento-mor das ordenanças de Itabira, além de ter atuado como fiscal de Intendência de Vila do Carmo em 1735. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como escrivão nos anos de 1729, 1730, 1731 e 1732.³⁴

Origem	Nascimento (data e local): Freguesia da Sé Oriental, cidade de Lisboa.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Manuel Nunes Serra (pai); Ana Maria Marcelina (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão da câmara (1729, 1730, 1731 e 1732).
	Histórico em outras instituições: Fiscal da intendência de Vila do Carmo (1735).
	Títulos, patentes: Soldado dragão da guarnição das Minas; Sargento-mor das ordenanças de Itabira.
	Ordens religiosas e mercês régias: Cavaleiro Ordem de Cristo.
	Universidade:
	Informações complementares:

³⁴ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra V, mç. 5, n.º 6.

3ª GERAÇÃO

Antônio Ferreira da Silva

Resumo da trajetória: Filho de João de Azevedo e Araújo, Antônio Ferreira da Silva foi minerador e homem de negócios. No Rio de Janeiro, foi solicitador de resíduos e capelas, solicitador e partidor. Na Câmara Municipal de Vila Rica, foi procurador em 1747; vereador em 1750 e 1783; tesoureiro em 1751 e 1759; almotacé em 1748, 1751, 1779 e 1780. Foi indicado para escrivão da Casa de Fundição em 1751, 1753 e 1759 e para fiscal 1765. Foi indicado tesoureiro dos órfãos em 1788. É citado em gastos com obras e como fornecedor de varas de galão para as exéquias de D. José em 1789. Em 1764, solicitou reforma como capitão de Infantaria do Terço dos Auxiliares da praça do Rio de Janeiro alegando ter servido por 35 anos como militar, tendo acumulado com o cargo de procurador dos resíduos e capelas, mencionando os ataques de gota que dificultavam os movimentos.³⁵

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: João de Azevedo e Araújo (pai).
Riqueza	Atividades econômicas: Mineiro em Santa Bárbara, Rio das Velhas; Negociante em Santa Luzia, Rio das Velhas; fiador do contratador da carceragem, João Monteiro da Silva, durante o ano de 1741, em Vila Rica.
	Riqueza: Em 1731, enviou e recebeu remessa de ouro pelo porto do Rio de Janeiro, 26 dobras de 12\$800 no valor 332\$800, tendo como procuradores: Antônio Rodrigues Frois e Francisco Fernandes dos Reis. Em 1761, enviou e recebeu remessas de ouro do Rio de Janeiro para um destino não especificado; foram moedas no valor de 512\$000, sob procuração de Inácio de Sá e Félix Rodrigues.

³⁵ ANTT. Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 6, n.º 35; ANTT. Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 6, n.º 36; Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 13, n.º 5; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 32, f.444v; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 6, f. 51; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 19, f. 527; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.18, f. 350v; AHU, ACL, CU, cx. 30, doc. 3186; AHU, ACL, CU, cx. 46, doc. 4661; AHU, ACL, CU, cx. 73, doc. 6645; AHU, MG, cx. 40, doc. 16.

Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1747); Vereador (3º em 1750 e 2º em 1783); Tesoureiro (1751 e 1759); Almotacé (1748, 1751, 1779 e 1780). Indicado para escrivão da Casa de Fundição (1751, 1753 e 1759). Indicado para fiscal da Casa de Fundição (1765), não assumiu. Indicado para tesoureiro dos órfãos (1788). Forneceu varas para exéquias de D. José I em 1777.
	Histórico em outras instituições: Solicitador dos resíduos e capelas do Rio de Janeiro (1738); Solicitador e partidor do Rio de Janeiro (1753); Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Alferes (1747); Capitão (1779).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1764, pediu reforma como capitão de Infantaria do Terço dos Auxiliares da praça do Rio de Janeiro alegando ter servido por 35 anos como militar, tendo acumulado com o cargo de procurador dos resíduos e capelas. Justificou o pedido mencionando os ataques de gota que dificultavam os movimentos. Em 1740, solicitou licença para ir ao reino com sua família.

Antônio José Pimenta da Cunha e Vasconcelos

Resumo da trajetória: Natural de Póvoa do Castelo, Antônio José Pimenta da Cunha e Vasconcelos era filho de Francisco Pimenta da Cunha, conforme consta em sua documentação de matrícula da Universidade de Coimbra entre os anos de 1743 e 1751, com matrícula em Leis, de onde se formou bacharel no ano de 1751. Na Câmara Municipal de Vila Rica, foi escrivão em 1754 e 1755; vereador em 1758; procurador em 1762; procurador em junta em 1764; fiscal da Casa de Fundação em 1764. Na documentação da câmara, é citado como doutor.

Origem	Nascimento (data e local): Póvoa do Castelo (Lanhoso).
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Francisco Pimenta da Cunha (pai).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1754 e 1755); Vereador (2º em 1758); Procurador (1762); Procurador em junta (1764); Fiscal da Casa de Fundação (1764).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Doutor (1758).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Matrícula em Leis na Universidade de Coimbra nos anos de 1745 a 1750. Instituta em 1743. Exame de Bacharel em 1751. Seu pai, Francisco Pimenta: matrícula em Leis na Universidade de Coimbra nos anos de 177 a 1723. Instituta em 1716. Exame de Bacharel em 1723. Bento da Cunha, provavelmente seu avô: Instituta em 1692, também na Universidade de Coimbra.
	Informações complementares:

Antônio Luiz da Rocha

Resumo da trajetória: O que se sabe sobre Antônio Luiz da Rocha é que era alferes e atuou na Câmara Municipal de Vila Rica como vereador em 1749, 1757 e 1761; almotacé em 1747, 1750, 1758 e 1767. Em 1751, foi indicado para escrivão da Casa de Fundição.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1749, 2º em 1757 e 3º em 1761); Almotacé (1747, 1750, 1758 e 1767). Indicado para escrivão da Casa de Fundição (1751).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Alferes (1757).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Antônio de Souza Mesquita

Resumo da trajetória: Filho de José de Souza de Mesquita e Mariana da Costa e Carvalho, Antônio de Souza Mesquita era natural da freguesia de São Sebastião, vila e Guimarães, arcebispado de Braga. Morador em Vila Rica, foi alferes e capitão. No Concelho de Vila Rica, exerceu as funções de escrivão em 1748, procurador em 1757; tesoureiro em 1757; juiz ordinário em 1769 e 1777; fiscal da Casa de Fundição em 1762. Foi indicado em lista tríplice para fiscal da Casa de Fundição em 1759 e para tesoureiro da mesma instituição em 1766. Inicialmente recusado na Ordem de Cristo por haver sido, em seus princípios, dono de loja no Rio de Janeiro que vendia a miúdo, por seu pai ter sido auxiliar de torneiro e a mãe “alfaiata”.³⁶

Origem	Nascimento (data e local): Freguesia de São Sebastião, vila de Guimarães, arcebispado de Braga.
	Procedência:
	Residência: Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: José de Souza de Mesquita (pai); Mariana da Costa e Carvalho (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1748); Procurador (1757); Tesoureiro (1757); Juiz ordinário (2º em 1769, 1º em 1777); Fiscal da Casa de Fundição (1762). Indicado para escrivão da Casa de Fundição (1759). Indicado para tesoureiro da Casa de Fundição (1766).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Alferes (1762); Capitão (1769).
	Ordens religiosas e mercês régias: Cavaleiro da Ordem de Cristo.
	Universidade:
	Informações complementares: Recusado inicialmente na Ordem de Cristo por haver sido dono de loja no Rio de Janeiro que vendia a miúdo, por seu pai ter sido auxiliar de torneiro e sua mãe alfaiate.

³⁶ ANTT. Hábito da Ordem de Cristo. Letra A. Maço 16. N° 10.

Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos

Resumo da trajetória: Morador em Itatiaia, Bernardo Joaquim Pessoa de Lemos era minerador e ocupou os postos militares de alferes, tenente e capitão. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1756, 1769 e 1785; almotacé em 1739 e 1779 (apenas eleito, não assume). Em 1743, também atuou como esmoleiro da Trindade em Itatiaia. Em 1750, solicita ao rei licença para ir ao reino com sua família, ao que foi atendido.³⁷

Origem	Nascimento (data e local): Figueira, comarca de Coimbra.
	Procedência:
	Residência: Morador em Itatiaia em 1739.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Mineiro em Itatiaia, Vila Rica.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1756, 1º em 1769 e 2º em 1785); Almotacé (1739, não assumiu).
	Histórico em outras instituições: Esmoleiro da trindade em Itatiaia (1743).
	Títulos, patentes: Alferes (1739); Tenente (1743); Capitão de cavalaria da ordenança de Itatiaia (1764).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1750, solicitou permissão para ir ao reino com sua família e foi atendido.

³⁷ AHU, MG, cx. 84, doc. 26; AHU, ACL, CU, cx. 12, doc. 1041; AHU, MG, cx. 58, doc. 88.

Resumo da trajetória: Caetano Francisco da Costa era natural da Ilha do Pico, uma das ilhas dos Açores. Foi alferes e ajudante também atuou como síndico dos religiosos da Terra Santa. Exerceu, na Câmara Municipal de Vila Rica, as funções de tesoureiro em 1771, 1772 e 1773; solicitador das causas da câmara em 1757, 1766, 1772, 1773, 1774, 1779, 1780, 1781, 1782 e 1785; procurador das causas da câmara e 1758; almotacé em 1763; síndico em 1786.³⁸

Origem	Nascimento (data e local): Ilha do Pico, Ilhas dos Açores.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1771, 1772 e 1773); Solicitador das causas da Câmara (1757, 1766, 1772, 1773, 1774, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783 e 1785); Procurador das causas da Câmara (1758); Almotacé (1763); Síndico (1786).
	Histórico em outras instituições: Síndico dos religiosos da Terra Santa (1787); Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Alferes (1757); Ajudante (1763).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1787, ingressou com uma ação contra a viúva do alferes João Alves Portela para cobrança de uma dívida.

³⁸ AHU, MG, cx. 127, doc. 4; AHU, MG, cx. 9, doc. 29; AHU, MG, cx. 75, doc. 26; AHU, MG, cx. 64, doc. 45; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 14, f. 295.

Resumo da trajetória: Cláudio Manuel da Costa era natural de Mariana e filho de João Gonçalves da Costa e Tereza Ribeira de Alvarenga. Era bacharel formado pela Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado em Cânones nos anos 1749 a 1752. Foi provedor da Coroa e Fazenda Real e Sócio da Academia Brasília. No Concelho de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1758; juiz ordinário em 1762, 1771, 1773, 1781, 1783 e 1786; síndico em 1778; carregou pálio em 1783. Em 1769, foi indicado para juiz de sesmaria e, em 1789, foi eleito juiz ordinário, mas não tomou posse no cargo. Inicialmente recusado na Ordem de Cristo por seu avô paterno ter sido vendedor de azeite e a avó paterna mulher de segunda condição, foi habilitado na referida ordem por mercê régia de 1769. Em 1789, foi preso por seu envolvimento nos eventos da Inconfidência Mineira e acabou morrendo na prisão no mesmo ano, quando se enforcou ‘com as ligas das meias em uma prateleira que havia num pequeno vão’.³⁹

Origem	Nascimento (data e local): Mariana.
	Procedência:
	Residência: Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local): 1789.
	Parentescos, ascendência e descendência: João Gonçalves da Costa (pai); Tereza Ribeira de Alvarenga (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1758); Juiz ordinário (2º em 1762, 2º em 1771, 2º em 1773, 1º em 1781, 1º em 1783 e 1º em 1786); Síndico (1778); Carregador de pálio (1783). Indicado para juiz de sesmarias (1769). Eleito juiz ordinário (1789, não assumiu).
	Histórico em outras instituições: Sócio da Academia Brasília (1759); Provedor da Coroa e Fazenda Real; Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Doutor (1758); Bacharel (1769).
	Ordens religiosas e mercês régias: Ordem de Cristo.
	Universidade: Matricula em Cânones nos anos de 1749 a 1752, na Universidade de Coimbra. Instituta em 1749.
	Informações complementares: Recusado inicialmente na Ordem de Cristo porque seu avô paterno vendia azeite a miúdo e sua avó paterna era mulher de segunda condição.

³⁹ AHU, MG, cx. 132, doc. 11; AHU, MG, cx. 74, doc. 34; AHU, MG, cx. 96, doc. 47; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 23, f. 106; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra C, mç. 7, n.º 3.

Francisco Manuel da Silva

Resumo da trajetória: Francisco Manuel da Silva era filho de Tomás Gomes da Silva e ocupou os postos de alferes, tenente, sargento-mor e ajudante-supra. No Concelho de Vila Rica, atuou como procurador em 1766, 1767 e 1772; juiz ordinário em 1776; almotacé em 1767 e 1773.⁴⁰

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Tomás Gomes da Silva (pai).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1766, 1767 e 1772); Juiz ordinário (1º em 1776); Almotacé (1767 e 1773).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Alferes (1766); Tenente (1772); Sargento-mor (1776).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: As diligências de habilitação parecem se referir a um homônimo, bem como os avulsos do AHU da Bahia e Maranhão.

⁴⁰ AHU, CU, cx. 55, doc. 12.877; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 32, f.413.

Francisco Xavier de Souza

Resumo da trajetória: Sobre Francisco Xavier de Souza, o que se sabe é que esteve na Câmara Municipal de Vila Rica atuando como tesoureiro em 1756; procurador em 1758; vereador em 1766, 1770 e 1773; almotacé em 1754, 1759, 1761, 1767 e 1774; fiscal da Casa de Fundição em 1769 e 1771; carregador de estandarte em 1759. Em 1754 foi eleito tesoureiro dos órfãos, mas não assumiu. Em 1769, foi eleito para tesoureiro da Intendência para um período de três anos e, em 1772, foi indicado para o mesmo posto. Possuía as patentes de tenente e capitão.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Forneceu ceras para festas em 1759 e 1762.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1756); Procurador (1758); Vereador (2º em 1766, 2º em 1770 e 3º em 1773); Almotacé (1754, 1759, 1761, 1767 e 1774); Carregador de estandarte (1759); Fiscal da Casa de Fundição (1769 e 1771). Eleito tesoureiro dos órfãos em 1754, mas não assumiu.
	Histórico em outras instituições: Eleito para tesoureiro da Intendência em 1769, e indicado novamente em 1772.
	Títulos, patentes: Tenente (1766); Capitão (1770).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Inácio Mendes de Vasconcelos

Resumo da trajetória: Residente em Antônio Dias, Inácio Mendes de Vasconcelos era boticário e licenciado, além de ocupar o posto de sargento-mor. Na Câmara Municipal de Vila Rica, foi vereador em 1744, 1763 e 1767; e almotacé em 1745. Em 1749, foi fiador de Luiz Inácio de Figueiredo, tesoureiro dos defuntos e ausentes na mesma localidade.⁴¹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Boticário em Antônio Dias, Vila Rica.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (2º em 1744, 2º em 1763 e 1º em 1767); Almotacé (1745).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Licenciado (1745); Sargento-mor (1763).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Fiador de Luiz Inácio de Figueiredo, tesoureiro dos defuntos e ausentes de Vila Rica em 1749.

⁴¹ AHU, MG, cx. 54, doc. 30

João Pita Loureiro

Resumo da trajetória: Natural de Couto de Cabaços, João Pita Loureiro era filho de Luiz Pita Loureiro e bacharel formado em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado nos anos 1737 a 1743. Doutor, exercia advocacia nos auditórios de Vila Rica e, em 1768, foi nomeado para exercer o cargo de Procurador da Coroa e Real Fazenda de Minas. Na Câmara Municipal de Vila Rica, foi vereador em 1751; juiz ordinário em 1759 e 1779; almotacé em 1752; juiz dos órfãos em 1772; carregador de estandarte em 1752; indicado para juiz de sesmarias em 1767.⁴²

Origem	Nascimento (data e local): Couto de Cabaços.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Luís Pita Loureiro.
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1751); Juiz ordinário (2º em 1759 e 1º em 1779); Carregador de estandarte (1752); Almotacé (1752); Juiz dos órfãos (1772). Indicado para juiz de sesmarias em 1767.
	Histórico em outras instituições: Procurador da Coroa e Real Fazenda (1768); Advogado nos auditórios de Vila Rica; Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Doutor (1751).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Matricula em Cânones durante os anos de 1738 a 1742 na Universidade de Coimbra. Instituta em 1737. Exame de Bacharel em 1742. Formatura em 1743.
	Informações complementares:

⁴² AHU, MG, cx. 92, doc. 23.

José Antônio Ribeiro Guimarães

Resumo da trajetória: José Antônio Ribeiro Guimarães era alferes e esteve na Câmara Municipal de Vila Rica atuando como escrivão nos anos de 1755 a 1763; almotacé em 1751 e 1760 (não assume); escrivão da almotacaria em 1764. Também atuou como oficial da câmara de Santos em 1768.⁴³

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão (1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762 e 1763); Almotacé (1751); Escrivão da almotacaria (1764). Também eleito almotacé para os meses de setembro e outubro de 1760, não assumiu.
	Histórico em outras instituições: Oficial da câmara de Santos.
	Títulos, patentes: Alferes (1758).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Citado na lista de devassas civis: Vila Rica, 40 anos, escrivão.

⁴³ AHU, CU, SP, cx. 25, doc. 2415.

Resumo da trajetória: Natural de Vila Rica e filho de Lourenço Dias Rosa, José Dias Rosa Maciel era doutor formado na Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado em Leis pelo período de 1747 a 1754. Foi procurador da Coroa e Fazenda de Minas Gerais em 1768. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como vereador em 1761, juiz ordinário em 1778, 1782, 1787, 1792, 1796 e 1799; fiscal da Casa de Fundição em 1763 e 1766; carregador de pálio em 1783. Em 1773, foi eleito juiz ordinário, mas não tomou posse no cargo. Seus irmãos, Antônio Dias Rosa Maciel também ocupou cargos na câmara.⁴⁴

Origem	Nascimento (data e local): Vila Rica.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Antônio Dias Rosa Maciel (irmão) e Lourenço Dias Rosa (pai).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (2º em 1761); Juiz ordinário (1º em 1778, 1º em 1782, 1º em 1787, 1º em 1792, 1º em 1796 e 1º em 1799); Fiscal da Casa de Fundição (1763 e 1766). Eleito juiz ordinário em 1773, não assumiu. Carregador de pálio (1783).
	Histórico em outras instituições: Procurador da Coroa e Fazenda de Minas Gerais (1768); Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Doutor (1761).
	Ordens religiosas e mercês régias: Terras em Vila Rica, concedidas a ele e ao irmão, Antônio Dias Rosa Maciel.
	Universidade: Matrícula em Leis entre os anos 1748 a 1753, na Universidade de Coimbra. Instituta em 1747. Exame de Bacharel em 1753. Formatura em 1754.
	Informações complementares:

⁴⁴ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 18, f. 376; ANTT. Feitos Findos, Documentação Diversa (Documentos referentes ao Brasil), mç. 11, n.º 74; ANTT. Feitos Findos, Correição Cível da Corte, Mç. 36, n.º 9, cx. 36; AHU, MG, cx. 92, doc. 24.

José da Mota Araújo

Resumo da trajetória: José da Mota Araújo era filho de João da Mota Araújo e Mariana Vieira e natural da freguesia de Eira Vedra, arcebispado de Braga. Minerador, era residente em Antônio Dias e obteve as patentes militares de tenente e capitão. Era também familiar do Santo Ofício. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como procurador em 1761; vereador em 1771; juiz ordinário em 1776, 1782 e 1794; almotacé em 1759; fiscal da Casa de Fundição em 1770. Carregou pálio na posse do governador em 1783. Em 1760 e 1794, foi indicado para tesoureiro da Casa de Fundição.⁴⁵

Origem	Nascimento (data e local): Freguesia de Eira Vedra, arcebispado de Braga.
	Procedência:
	Residência: Antônio Dias.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: João da Mota Araújo (pai); Mariana Vieira (mãe).
	Atividades econômicas: Mineiro em Antônio Dias, Vila Rica.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1761); Vereador (1771); Juiz ordinário (2º em 1776, 2º em 1782 e 1º em 1794); Almotacé (1759); Fiscal da Casa de Fundição (1770); Carregador de pálio (1783). Indicado para tesoureiro da Fundição (1760 e 1784)
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Tenente (1761); Capitão (1770); Capitão da Cavalaria Auxiliar (1769).
	Ordens religiosas e mercês régias: Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares:

⁴⁵ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 22, f. 489v; ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, mç. 79, doc. 1181; AHU, MG, cx. 95, doc. 54.

Manuel Caetano Pinto

Resumo da trajetória: Sobre Manuel Caetano Pinto, o que se sabe é que esteve na Câmara Municipal de Vila Rica atuando como vereador em 1753; juiz ordinário em 1764, 1775, 1780 e 1785; fiscal da Casa de Fundição em 1762, 1772, 1780 e 1786; síndico em 1786. Carregou pátio em 1783 na posse do governador e foi indicado para juiz de sesmarias em 1770. Esteve matriculado em Cânones na Universidade de Coimbra no período de 1737 a 1743. Seus filhos, José Caetano Pinto e Lourenço Caetano Pinto, também frequentaram a mesma universidade, ambos com matrícula em Direito. Habilitado na Ordem de Cristo por decreto real (que o dispensou de provas de origem) de 8 de janeiro de 1802.⁴⁶

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1753); Juiz ordinário (2º em 1764, 1º em 1775, 1º em 1780, 1º em 1785); Fiscal da Casa de Fundição (1762, 1772, 1780, 1786); Juiz dos órfãos (1781); Carregador de pátio (1783); Síndico (1786). Indicado para juiz de sesmarias (1770).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Natural de Santa Cruz do Douro (norte de Portugal), Matrícula na Universidade de Coimbra em Cânones, nos anos de 1738 a 1743. Instituta em 1737. Lourenço Caetano Pinto, matrícula na Universidade de Coimbra em Direito no ano de 1823. Exame Nemine Discrepante em 1826. Exame de Bacharel em 1827. José Caetano Pinto, matrícula na Universidade de Coimbra em Direito nos anos de 1824 a 1826. Formatura em 1827.
	Informações complementares:

⁴⁶ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 28, n.º 19.

Manuel da Costa Silva

Resumo da trajetória: Sobre Manuel da Costa Silva, o que se sabe é que esteve atuando na Câmara Municipal de Vila Rica como tesoureiro em 1767 e 1770; vereador em 1773 e 1802; fiscal da Casa de Fundação em 1769 e 1776; almotacé em 1772, 1774, 1778 e 1781. Em 1765 foi eleito almotacé, mas não assumiu o cargo. Foi alferes e capitão das Ordenanças de Antônio Dias e capitão do Regimento dos Auxiliares na Bahia.⁴⁷

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1767 e 1770); Vereador (1º em 1773 e 1º em 1802); Fiscal da Casa de Fundação (1769 e 1776); Almotacé (1772, 1774, 1778 e 1781). Eleito almotacé em 1765, não assumiu.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Alferes (1765); Capitão (1769); Capitão de Regimento dos Auxiliares da Bahia (1783).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

⁴⁷ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 22, f. 478; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.25, f. 29.

Manuel Fernandes de Carvalho

Resumo da trajetória: Manuel Fernandes de Carvalho era natural de Santo André de Barcelinhos, termo de Barcelos e filho de Manuel Fernandes e Maria Gomes. Homem de negócios, era residente em Vila Rica, onde era capitão. Na Câmara Municipal de Vila Rica, foi procurador em 1768 e 1775; vereador em 1785; almotacé em 1764 e 1769; fiscal da Casa de Fundição em 1770; procurador no Rio de Janeiro em 1769. Eleito almotacé em 1776, não assumiu o cargo por estar no Rio de Janeiro. Em 1788, foi indicado para tesoureiro dos órfãos. Em 1769 e 1772 solicitou ao rei que lhe concedesse a mercê do Hábito da Ordem de Cristo como compensação por todo o ouro que fez entrar na Casa de Fundição de Vila Rica (mais de 8 mil arrobas em um ano). Era também familiar do Santo Ofício.⁴⁸

Origem	Nascimento (data e local): Santo André de Barcelinhos, termo de Barcelos.
	Procedência:
	Residência: Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Manuel Fernandes (pai); Maria Gomes (mãe); Antônio Fernandes de Carvalho (irmão, sacerdote da Ordem de São Pedro).
Riqueza	Atividades econômicas: Homem de negócio.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1768 e 1775); Vereador (1º em 1785); Almotacé (1764 e 1769); Fiscal da Casa de Fundição (1770); Procurador no Rio de Janeiro (1769). Eleito almotacé em 1776, não assumiu por estar no Rio de Janeiro. Indicado para tesoureiro dos órfãos (1788).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa e Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1768); Capitão da quarta Companhia de Jacareí - SP (1795).
	Ordens religiosas e mercês régias: Cavaleiro da Ordem de Cristo; Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1769 e 1772, solicitou ao rei a mercê do Hábito da Ordem de Cristo como compensação por todo o ouro que fez entrar na Casa de Fundição de Vila Rica (mais de 8 mil arrobas em um ano).

⁴⁸ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 24, n.º 16; ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 169, doc. 1786; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 26, f. 304v; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 22, f. 493v; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 18, f. 124; AHU, MG, cx. 96, doc. 11; AHU, MG, cx. 101, doc. 73.

Manuel Manso da Costa Reis

Resumo da trajetória: Natural de Vila Rica e filho Manuel da Costa Reis e de sua mulher Bernarda Vasconcelos e Cunha, Manuel Manso da Costa Reis era doutor formado na Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado em Cânones no período de 1737 a 1742. Em 1770, ocupou o posto de Sargento-mor das Ordenanças de Vila Rica, vago pelo falecimento de Manuel Rodrigues Abrantes. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de juiz ordinário em 1753, 1758 e 1772; síndico em 1748; fiscal da Casa de Fundição em 1753; almotacé em 1759; juiz dos órfãos em 1766, 1767 e 1768. Carregou pátio em 1783 na posse do governador. Era casado com Clara Maria de Castro e pai de Valeriano Manso da Costa Cunha e Castro.⁴⁹

Origem	Nascimento (data e local): Vila Rica.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Manuel da Costa Reis (pai); Bernarda de Vasconcelos e Cunha (mãe); Clara Maria de Castro (esposa); Valeriano Manso da Costa Cunha e Castro (filho); José Maria Manso da Costa Reis (filho).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Juiz ordinário (1º em 1737, 1º em 1753, 1º em 1758 e 2º em 1772); Síndico (1748); Fiscal da Casa de Fundição (1753); Almotacé (1759); Juiz dos órfãos (1766, 1767 e 1768); Carregador de pátio (1783).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Doutor (1737); Sargento-mor (1770).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Matriculou-se em Cânones na Universidade de Coimbra entre os anos de 1738 e 1741. Instituta em 1737. Exame e grau de Licenciado conferidos em 1742.
	Informações complementares:

⁴⁹ ANTT. Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra M, mç. 61, n.º 135; AHU, MG, cx. 99, doc. 24; AHU, MG, cx. 94, doc. 43.

Manuel Rodrigues de Almeida

Resumo da trajetória: Natural de São Romão da Neiva, termo de Barcelos, Manuel Rodrigues de Almeida era filho de Bento Rodrigues e Justa de Meira e casado com Maria Ribeira Corso. Minerador e homem de negócios em Vila Rica, era capitão e familiar do Santo Ofício. Esteve na Câmara Municipal de Vila Rica atuando como procurador em 1741 e 1746; vereador em 1749, 1750 e 1752; almotacé em 1740, 1745, 1747, 1751 e 1760; juiz dos órfãos em 1763 e 1778; fiscal da Casa de Fundição em 1752 e 1788; carregador de estandarte em 1743 e 1751.⁵⁰

Origem	Nascimento (data e local): São Romão de Neiva, termo de Barcelos.
	Procedência:
	Residência: Ribeirão das Pedras, Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Bento Rodrigues (pai); Justa de Meira (mãe); Maria Ribeira Corso (esposa).
Riqueza	Atividades econômicas: Mineiro no morro, em Antônio Dias, Vila Rica; Homem de negócio.
	Riqueza: Em 1751, enviou remessa de ouro do Rio de Janeiro para um destino não especificado, foram 1,156 marcos de ouro em pó no valor de 110\$976, tendo como procurador Manuel José de Beyrelongues.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1741 em 1746); Vereador (2º em 1749, 2º em 1750, 2º em 1752); Almotacé (1740, 1745, 1747, 1751 em 1760); Carregador de estandarte (1743 em 1751); Juiz dos órfãos (1763, 1778); Fiscal da Casa de Fundição (1788). Fiscal da Casa de Fundição (1752).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão (1749).
	Ordens religiosas e mercês régias: Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares:

⁵⁰ ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 131, doc. 2288; AHU, MG, cx. 60, doc. 54.

Manuel Rodrigues da Costa

Resumo da trajetória: Pouco se sabe sobre Manuel Rodrigues da Costa, apenas que serviu como capitão e tenente-coronel e que, na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como tesoureiro em 1765, 1766 e 1767; almotacé em 1760; e que foi indicado para fiscal da Casa de Fundição em 1752.⁵¹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1765, 1766 e 1767); Almotacé (1760). Indicado para escrivão da Casa de Fundição (1752).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão de Ordenança de Cavalos de Nossa Senhora do Ibitipoca (1752); Capitão de Dragões Auxiliares (1765); Tenente-coronel (1777).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

⁵¹ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 24, f. 313; AHU, MG, cx. 111, doc. 65; AHU, MG, cx. 65, doc. 3; AHU, MG, cx. 78, doc. 83; AHU, MG, cx. 86, doc. 5; AHU, MG, cx. 101, doc. 4.

Resumo da trajetória: Natural de Vila Rica, Manuel de Souza e Oliveira era doutor formado em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado pelo período de 1738 a 1745. Atuou na Câmara Municipal de Vila Rica como juiz ordinário em 1762, 1784 e 1788; síndico em 1766, 1767, 1768, 1772, 1775, 1776, 1777, 1787 e 1789; solicitador das causas da câmara em 1768; juiz dos órfãos em 1769, 1770 e 1775.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Juiz ordinário (1º em 1762, 1º em 1784 e 1º em 1788); Síndico (1766, 1767, 1768, 1772, 1775, 1776, 1777, 1787 e 1789); Solicitador das causas (1768); Juiz dos órfãos (1769, 1770 e 1775).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Doutor (1762).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Cursou Cânones na Universidade de Coimbra entre 1739 e 1745. Instituta em 1738.
	Informações complementares:

Matias Francisco de Melo e Albuquerque

Resumo da trajetória: Natural da ilha do Faial, uma das ilhas de Açores, e filho de Domingos Cardoso Machado, Matias Francisco de Melo e Albuquerque era médico formado na Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado em Medicina pelo período de 1730 a 1735. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como vereador em 1748; juiz ordinário em 1754, 1759, 1765, 1766 e 1770; médico em 1760, 1768, 1769 e 1771. Seu salário de médico foi alvo de discussões em diversos momentos em que recorreu ao rei solicitando aumentos ou reclamando de falta de pagamento. Quando faleceu, na década de 1770, era credor da câmara.⁵²

Origem	Nascimento (data e local): Ilha do Faial, Açores.
	Procedência:
	Residência:
	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Domingos Cardoso Machado (pai); Francisco Corrêa de Melo e Albuquerque.
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1748); Juiz ordinário (2º em 1754, 1º em 1759, 2º em 1765, 2º em 1766 e 2º em 1770); Médico (1760, 1768, 1769 e 1771).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Cursou Medicina na Universidade de Coimbra entre 1730 e 1735.
	Informações complementares:

⁵² AHU, MG, cx. 6, doc. 2; AHU, MG, cx. 51, doc. 23; AHU, MG, cx. 65, doc. 28; AHU, MG, cx. 65, doc. 36; AHU, MG, cx. 70, doc. 21; AHU, MG, cx. 80, doc. 51; AHU, MG, cx. 85, doc. 26.

Pantaleão da Costa Dantas

Resumo da trajetória: Não há muitas informações sobre Pantaleão da Costa Dantas. O que se sabe é que foi sargento-mor e esteve na Câmara Municipal de Vila Rica atuando como tesoureiro em 1744, 1745, 1748, 1752 e 1753 e carregou pálio em 1752 e 1753.⁵³

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Paulo José de Lana Costa Dantas [Molina].
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1744, 1745, 1748, 1752 e 1753); Carregador de pálio (1752 e 1753).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1753).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Citado na lista de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica: em 1793, falecido.

⁵³ AHU, MG, cx. 24, doc. 10; ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 32, f.70.

Paulo José de Lana Costa Dantas

Resumo da trajetória: Natural de Vila Rica, Paulo José de Lana Costa Dantas era doutor formado na Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado em Leis pelo período de 1754 a 1759. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1770, 1775, 1784 e 1786; juiz ordinário em 1790 e 1794; almotacé em 1762, 1771 e 1779; fiscal da Casa de Fundição em 1780 e 1783; juiz dos órfãos em 1787; carregador de pálio em 1783; carregador de estandarte em 1788. Provavelmente tinha algum parentesco com Pantaleão da Costa Dantas.

Origem	Nascimento (data e local): Vila Rica.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Pantaleão da Costa Dantas.
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1770, 1º em 1775, 2º em 1784 e 3º em 1786); Juiz ordinário (2º em 1790 e 2º em 1794); Almotacé (1762, 1771 e 1779); Carregador de pálio (1783); Fiscal da Casa de Fundição (1780 e 1783); Juiz dos órfãos (1787); Carregador de estandarte (1788).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Doutor (1762).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Cursou Leis na Universidade de Coimbra entre 1757 e 1759. Instituta em 1754.
	Informações complementares:

Resumo da trajetória: Paulo Pereira de Souza era natural da vila de Guimarães e filho de Francisco Menezes e Margarida Pereira. Morador em Mariana, ocupava o posto de capitão e era minerador, negociante de contratos, homem de negócios. Era também familiar do Santo Ofício e, em 1772, recebeu, em sociedade com José da Silva Guimarães e Manuel Martins de Carvalho, uma sesmaria em Minas Gerais. Na Câmara Municipal de Vila Rica, foi vereador em 1757; juiz ordinário em 1765 e 1774; almotacé em 1758; fiscal da Casa de Fundição em 1764; e carregou estandarte em 1758.⁵⁴

Origem	Nascimento (data e local): São Miguel de [Freixomil], vila de Guimarães.
	Procedência:
	Residência: Mariana.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Francisco Menezes (pai); Margarida Pereira (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas: Minerador e homem de negócio em Vila Rica.
	Riqueza: Dono de uma sesmaria em Minas Gerais em 1772, em sociedade com José da Silva Guimarães e Manuel Martins de Carvalho.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1º em 1757); Juiz ordinário (1º em 1765 e 1º em 1774); Carregador de estandarte (1758); Almotacé (1758); Fiscal da Casa de Fundição (1764).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1757).
	Ordens religiosas e mercês régias: Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares:

⁵⁴ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 11, f. 472; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 25, f. 138; ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Paulo, mç. 8, doc. 114.

Pedro Teixeira da Silva Mursa

Resumo da trajetória: Natural de Minas Gerais, Pedro Teixeira da Silva Mursa ocupava o posto de capitão e era formado na Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado em Cânones entre 1738 e 1744 e entre 1749 e 1750. Na Câmara Municipal de Vila Rica, foi tesoureiro em 1785; procurador em 1793 e 1802; almotacé em 1766; fiscal da Casa de Fundição em 1788; carregador de estandarte em 1785 e 1787. Foi eleito procurador em 1786, mas não tomou posse no cargo. Participou das exéquias do rei em 1777. Dois possíveis familiares também estiveram na câmara: Manuel Teixeira Mursa foi vereador em 1804 e Luiz José Teixeira Mursa foi vereador em 1811 e 1814.

Origem	Nascimento (data e local): Minas Gerais.
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Manuel Teixeira Mursa (vereador em 1804); Luiz José Teixeira Mursa (vereador em 1811 e 1814).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1785); Procurador (1793 e 1802); Almotacé (1766); Fiscal da Casa de Fundição (1784); Carregador de estandarte (1785 e 1787). Eleito procurador em 1786, não assumiu. Participou de exéquias do rei em 1777.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1787).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Cursou Cânones na Universidade de Coimbra entre 1740 e 1744, e depois em 1749. Instituta em 1738. Exame de Bacharel e formatura em 1750.
	Informações complementares:

Sebastião Francisco Bandeira

Resumo da trajetória: Natural de Viana do Minho, Sebastião Francisco Bandeira era filho de João Francisco e Luiza Fernandes. Residente em Vila Rica, ocupava o posto de capitão. Esteve na Câmara Municipal de Vila Rica exercendo as funções de procurador em 1755; vereador em 1772, 1777 e 1792; juiz ordinário em 1780 e 1783; tesoureiro dos órfãos em 1752; tabelião em 1764, 1774 e 1776; fiscal da Casa de Fundação em 1787. Em 1766, recebeu a mercê régia de uma sesmaria em Vila Rica e, em 1768, foi habilitado na Ordem de Cristo.⁵⁵

Origem	Nascimento (data e local): Viana do Minho, em 2 de maio de 1723.
	Procedência:
	Residência: Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: João Francisco (pai); Luiza Fernandes (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza: Possuía uma sesmaria na região do córrego de Pirapitinga em Vila Rica, em 1766.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1755); Vereador (2º em 1772, 1º em 1777 e 3º em 1792); Juiz ordinário (2º em 1780 e 2º em 1783); Tesoureiro dos órfãos (1752); Tabelião (1764, 1774 e 1776); Almotacé (1763); Fiscal da Casa de Fundação (1787).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1764).
	Ordens religiosas e mercês régias: Cavaleiro da Ordem de Cristo (mercê régia de 1768, por haver feito entrar, na Casa de Fundação de Vila Rica, 8 arrobas, 35 marcos, 4 onças e 36 grãos de ouro em um ano).
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1749 e 1750, solicitou licença para se deslocar ao reino com toda sua família.

⁵⁵ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra S, mç. 4, n.º 10; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 21, f. 328; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 21, f. 44; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 22, f. 5; AHU, MG, cx. 87, doc. 29; AHU, MG, cx. 53, doc. 82; AHU, MG, cx. 56, doc. 50.

Ventura Fernandes de Oliveira

Resumo da trajetória: Natural de São Miguel do Paraíso, vila de Guimarães, e filho de Bernardo Fernandes Soares e Rosária Vieira, Ventura Fernandes de Oliveira era morador em Vila Rica. Ocupou os postos de sargento-mor, tenente-coronel e coronel, era habilitado na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Entre os anos de 1759 e 1762, atuou como caixa dos Dízimos de Minas Gerais. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de juiz ordinário em 1766 e 1781; vereador em 1792; almotacé em 1757, deixando o cargo antecipadamente por estar no Serro do Frio. Carregou pália na posse do governador em 1783.⁵⁶

Origem	Nascimento (data e local): São Miguel do Paraíso, vila de Guimarães.
	Procedência:
	Residência: Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Bernardo Fernandes Soares (pai) e Rosária Vieira (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Juiz ordinário (1º em 1766 e 2º em 1781); Vereador (2º em 1792); Almotacé (1757); Carregador de pália (1783).
	Histórico em outras instituições: Caixa do contrato dos Dízimos de Minas Gerais (1759 a 1762); Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Sargento-mor (1766); Tenente-coronel (1781); Coronel (1783).
	Ordens religiosas e mercês régias: Cavaleiro da Ordem de Cristo; Familiar do Santo Ofício.
	Universidade:
	Informações complementares:

⁵⁶ AHU, MG, cx. 95, doc. 18; ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra V, mç. 4, n.º 15; ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Ventura mç. 2, doc. 12.

4ª GERAÇÃO

Antônio Dias Rosa Maciel

Resumo da trajetória: Antônio Dias Rosa Maciel era filho Lourenço Dias Rosa e irmão de José Dias Rosa Maciel (que também esteve atuando na câmara). Ocupava o posto de capitão e, na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1779, 1797, 1801, 1803 e 1808; fiscal da Casa de Fundição em 1778.⁵⁷

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Lourenço Dias Rosa (pai); José Dias Rosa Maciel (irmão).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (2º em 1779, 1º em 1797, 1º em 1801, 2º em 1803 e 1º em 1808); Fiscal da Casa de Fundição (1778).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1778).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Há, em 1805, uma queixa de José Coelho de Almeida por danos causados à sua propriedade em frente à Igreja Matriz pelo tenente Luiz da Silva Vale e pelo capitão Antônio Dias Rosa Maciel.

⁵⁷ ANTT. Feitos Findos, Correição Cível da Corte, Mç. 36, n.º 9, cx. 36.

Antônio José Velho Coelho

Resumo da trajetória: Não há muitas informações sobre Antônio José Velho Coelho, o que se sabe apenas é que exerceu a função de escrivão da câmara de Vila Rica por 16 anos, no período de 1773 a 1788.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Escrivão da câmara (1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1786, 1787 e 1788).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Resumo da trajetória: Diogo José da Silva Saldanha ocupou os postos de capitão, sargento-mor e capitão-mor. Em 1795, solicitou à rainha mercê de se reformar no posto de capitão-mor. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1769, 1775 e 1781; juiz ordinário em 1795 e 1801; procurador substituto em 1802; almotacé em 1767, 1770 e 1770; avaliador de bens em 1777; carregador de estandarte em 1783; fiscal da Casa de Fundição em 1773 e 1780. Eleito vereador em 1787, mas não assumiu, pois foi preso por ordem do ouvidor. Eleito tesoureiro dos órfãos em 1788, mas também não assumiu. Participou da venda de bilhetes de loteria em 1784 e 1785 e participou das exéquias do rei em 1777.⁵⁸

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (2º em 1769, 3º em 1775 e 1º em 1781); Juiz ordinário (1º em 1795 e 1º em 1801); Procurador (1802, substituto); Almotacé (1767, 1770 e 1777); Avaliador de bens (1777); Carregador de estandarte (1783); Fiscal da Casa de Fundição (1773 e 1780). Eleito vereador em 1787, não assumiu, foi preso por ordem do Ouvidor. Eleito tesoureiro dos órfãos em 1788, também não assumiu. Vende bilhetes de loteria em 1784 e 1785. Participa das exéquias do rei em 1777.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1770); Sargento-mor (1781); Capitão-mor (1795).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1795, pediu para se reformar no posto de capitão-mor. Em 1802, agravou o alferes Francisco Teobaldo Sanches Brandão por insulto ao procurador da Câmara Municipal, Antônio Dias Botelho.

⁵⁸ AHU, MG, cx. 141, doc. 20; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.11, f. 75.

Domingos José Ferreira

Resumo da trajetória: Domingos José Ferreira foi capitão de ordenanças em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Esteve na Câmara Municipal de Vila Rica atuando como procurador em 1781 e 1783; vereador em 178, 1791, 1800 e 1801; almotacé em 1780 e 1784; fiscal da Casa de Fundição em 1783. Em 1804, mudou-se para a Bahia com sua esposa, Ana Margarida.⁵⁹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Ana Margarida (esposa).
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1781 e 1783); Vereador (2º em 1782, 3º em 1791, 1º em 1800 e 3º em 1801); Almotacé (1780 e 1784); Fiscal da Casa de Fundição (1783).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1783); Capitão dos auxiliares do Rio de Janeiro (1789).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1804, mudou-se para a Bahia com sua esposa.

⁵⁹ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.24, f. 116v; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.18, f. 294; AHU, ACL, CU, cx. 134, doc. 10642; AHU, ACL, CU, cx. 232, doc. 16048.

Francisco Caetano Ribeiro

Resumo da trajetória: Ocupando o posto de capitão, Francisco Caetano Ribeiro esteve na Câmara Municipal de Vila Rica exercendo as funções de tesoureiro em 1786; vereador em 1799; juiz ordinário em 1809 e 1810. Forneceu ceras para festas da câmara em 1774, 1776, 1779 e 1784. Em 1792, solicitou à rainha autorização para montar um engenho de pé em sua fazenda de canas, chamada Fazenda Piedade, no termo da cidade de Mariana.⁶⁰

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas: Forneceu cera para festas locais em 1774, 1776, 1779 e 1784. Em 1792, solicitou autorização para montar um engenho de pé em sua fazenda de canas, no termo de Mariana.
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1786); Vereador (1º em 1799); Juiz ordinário (2º em 1809 e 1º em 1810).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão (1786).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

⁶⁰ AHU, MG, cx. 137, doc. 45; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.17, f. 268; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.20, f. 49.

Francisco Dias Novais

Resumo da trajetória: O que se sabe sobre Francisco Dias Novais é que ocupou o posto de capitão e que foi vereador da Câmara Municipal de Vila Rica nos anos 1780, 1788, 1795 e 1803. Também participou das exéquias do rei em 1777.⁶¹

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1780, 1º em 1788, 2º em 1795 e 1º em 1803).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão (1777).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

⁶¹ ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.8, f. 274; AHU. MG. Caixa 111, doc. 11.

Francisco de Freitas Braga

Resumo da trajetória: Sobre Francisco de Freitas Braga, o que se sabe é que ocupava o posto de capitão e esteve na Câmara Municipal de Vila Rica exercendo as funções de tesoureiro em 1771; vereador em 1777, 1781, 1783 e 1791; procurador em 1785, 1786 e 1787; avaliador de bens em 1778; almotacé em 1778 e 1784; fiscal da Casa de Fundição em 1775, 1781, 1782, 1787 e 1788.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1771); Vereador (3º em 1777, 2º em 1781, 1º em 1783 e 2º em 1791); Procurador (1785, 1786 e 1787). Avaliador de bens (1778); Almotacé (1778 e 1784); Fiscal da Casa de Fundição (1775, 1781, 1782, 1787 e 1788).
	Histórico em outras instituições:
	Títulos, patentes: Capitão (1770).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

João da Silva de Oliveira

Resumo da trajetória: João da Silva de Oliveira ocupou os postos de alferes e capitão e esteve na Câmara Municipal de Vila Rica exercendo as funções de vereador em 1782, 1786 e 1793; fiscal da Casa de Fundição em 1772 e 1783. Também atuou na Caixa e Administração da Real Extração dos Diamantes em 1789.⁶²

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1782, 1º em 1786 e 1º em 1793); Fiscal da Casa de Fundição (1772 e 1783).
	Histórico em outras instituições: Em 1789 atuou na Caixa e Administração da Real Extração dos Diamantes.
	Títulos, patentes: Alferes (1772); Capitão (1782).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

⁶² AHU, MG, cx. 131, doc. 14.

Jorge Duarte Pacheco

Resumo da trajetória: Também não há muitas informações sobre Jorge Duarte Pacheco. O que se sabe é que ele era licenciado e ocupou os postos de tenente, capitão e tenente-coronel. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como vereador em 1763, 1777, 1778, 1790 e 1795; escrivão entre 1764 e 1773.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1º em 1763, 2º em 1777, 1º em 1778, 1º em 1790 e 1º em 1795); Escrivão da câmara (1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772 e 1773).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Licenciado (1763); Tenente (1770); Capitão (1778); Tenente-coronel (1790).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

José Pereira Lima de Velasco Molina

Resumo da trajetória: Tendo ocupado os postos de ajudante, sargento e coronel, José Pereira Lima de Velasco Molina esteve na Câmara Municipal de Vila Rica exercendo as funções de vereador em 1774; juiz ordinário em 1787, 1788 (substituto), 1789 (substituto), 1793, 1806 e 1808; almotacé em 1775; fiscal da Casa de Fundição em 1779.⁶³

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Francisco Pereira Lima de Velasco.
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1774); Juiz ordinário (2º em 1787, 2º em 1788, substituto, 1º em 1789, substituto, 1º em 1793, 1º em 1806 e 1º em 1808); Almotacé (1775); Fiscal da Casa de Fundição (1779).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Ajudante (1774); Sargento (1770); Coronel (1787).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1789, há requerimento de Francisco Antônio Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva e de seus irmãos, solicitando à Rainha a mercê de lhes passar provisão para poderem citar e demandar o coronel José Pereira Lima de Velasco, juiz ordinário, por dívidas contraídas na arrematação de uma fazenda executada a seu pai, Francisco Ferreira da Silva, ex-contratador das Entradas de Minas Gerais.

⁶³ AHU, MG, cx. 132, doc. 31.

José Pinto de Madureira

Resumo da trajetória: José Pinto de Madureira ocupou os postos de capitão e tenente-coronel. Na Câmara Municipal de Vila Rica, atuou como procurador em 1778, 1800 e 1806; almotacé em 1771. Também foi eleito almotacé em 1779, mas não assumiu o cargo.⁶⁴

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Procurador (1778); Juiz ordinário (1º em 1800 e 1º em 1806); Almotacé (1771). Eleito almotacé em 1779, não assumiu.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1778 e 1783); Tenente-coronel (1800).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

⁶⁴ AHU, MG, cx. 112, doc. 13; AHU, MG, cx. 119, doc. 9; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.14, f. 79.

José Veloso do Carmo

Resumo da trajetória: Natural de Braga e filho de Pedro Francisco e Josefa Velosa, José Veloso Carmo era homem de negócios em Vila Rica. Ocupou os postos de capitão, tenente-coronel e coronel e era professo na Ordem de Cristo. Esteve na Câmara Municipal de Vila Rica atuando como vereador em 1766, 1776 e 1781; juiz ordinário em 1784, 1790 e 1809. Também foi eleito juiz ordinário em 1789, mas não tomou posse no cargo. Em 1801, conseguiu licença para estabelecer um engenho de cana nas suas duas fazendas, denominadas Melo e São Lourenço, na comarca do Rio das Mortes.⁶⁵

Origem	Nascimento (data e local): Braga.
	Procedência:
	Residência: Vila Rica.
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência: Pedro Francisco (pai); Josefa Velosa (mãe).
Riqueza	Atividades econômicas: Homem de negócio. Solicitou em 1801 uma licença para estabelecer um engenho de cana em duas fazendas, chamadas Melo e São Lourenço, na comarca do Rio das Mortes.
	Riqueza: Há um homônimo que enviou uma remessa de ouro em 1731: do Rio de Janeiro para destino não especificado, cujo recebedor foi José da Silveira Miranda; moedas no valor de 1:081\$600, tendo como procurador Antônio de Pontes.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1766, 1º em 1776 e 3º em 1781); Juiz ordinário (2º em 1784, 1º em 1790 e 1º em 1809). Eleito juiz ordinário em 1789, não assumiu.
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1776); Tenente-coronel (1789); Coronel (1790).
	Ordens religiosas e mercês régias: Cavaleiro da Ordem de Cristo (mercê conseguida por ter feito entrar na Casa de Fundação mais de 11 arrobas de ouro em um ano).
	Universidade:
	Informações complementares: Foi para as Minas com idade de 26 anos.

⁶⁵ ANTT. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 40, n.º 4; ANTT. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 22, f. 301; AHU, MG, cx. 159, doc. 16; AHU, MG, cx. 87, doc. 32.

José Veríssimo da Fonseca

Resumo da trajetória: José Veríssimo da Fonseca foi, no Concelho de Vila Rica, tesoureiro em 1784, 1789 e 1808 e tabelião em 1772, 1774 e 1776. Em 1778, solicitou licença para ir ao reino com sua família. Em 1796, aparece atuando como escrivão da ouvidoria de Vila Rica.⁶⁶

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1784, 1789 e 1808); Tabelião (1772, 1774 e 1776).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica; Escrivão da ouvidoria de Vila Rica (1796).
	Títulos, patentes:
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares: Em 1778, pediu licença para ir ao reino com toda sua família.

⁶⁶ AHU, MG, cx. 42, doc. 13; AHU, MG, cx. 113, doc. 62.

Luiz Alves Esteves

Resumo da trajetória: Sobre Luiz Alves Esteves, o que se sabe é que ocupou os postos de ajudante e capitão e, na Câmara Municipal de Vila Rica atuou exercendo as funções de tesoureiro em 1775, 1776 e 1777 e almotacé em 1771.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Tesoureiro (1775, 1776 e 1777); Almotacé (1771).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Ajudante (1771); Capitão (1776).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Manuel Rodrigues Pacheco [de Moraes]

Resumo da trajetória: Natural de Mariana, Manuel Rodrigues Pacheco era doutor formado na Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado no período de 1759 a 1761. Na Câmara Municipal de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1774, 1793 e 1798; juiz ordinário em 1803, 1807 e 1808; síndico em 1773; procurador das causas da câmara em 1773; almotacé em 1773, 1775, 1776 e 1779; fiscal da Casa de Fundição em 1777.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza: Em 1761 recebeu de Gabriel Prynne e Antônio Lopes da Costa uma remessa de ouro do Rio de Janeiro para destino não especificado; moedas no valor de 204\$800.
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (1º em 1774, 2º em 1793 e 1º em 1798); Juiz ordinário (2º em 1803, 1º em 1807 e 2º em 1808); Síndico (1773); Procurador das causas da câmara (1773); Almotacé (1773, 1775, 1776 e 1779); Fiscal da Casa de Fundição (1777).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica, atuou como conselheiro em 1806 e 1806.
	Títulos, patentes: Doutor (1793).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade: Cursou Cânones na Universidade de Coimbra entre 1760 e 1761. Instituta em 1759.
	Informações complementares:

Manuel Teixeira de Queiroga

Resumo da trajetória: Filho de João Teixeira, Manuel Teixeira de Queiroga ocupou os postos de capitão, tenente-coronel e coronel. Na Câmara Municipal de Vila Rica atuou como vereador em 1787; juiz ordinário em 1795 e 1796; almotacé em 1782. Também atuou como Secretário da Mesa de Administração dos bens do Vínculo de Jaguará em 1805. Em 1779, recebeu mercê de escudeiro e cavaleiro fidalgo.⁶⁷

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (2º em 1787); Juiz ordinário (2º em 1795 e 2º em 1796); Almotacé (1782).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica; Secretário da mesa de administração dos bens do vínculo de Jaguará (1805).
	Títulos, patentes: Capitão (1787); Coronel (1795); Tenente-coronel (1803).
	Ordens religiosas e mercês régias: Escudeiro da Casa Real (1779).
	Universidade:
	Informações complementares:

⁶⁷ AHU, MG, ex. 178, doc. 32; ANTT. Condes de Linhares, mç. 19, doc. 10; ANTT. Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 28, f. 14.

Pedro Luiz Pacheco da Cunha

Resumo da trajetória: Não há muitas informações sobre Pedro Luiz Pacheco da Cunha. O que se sabe é que ele ocupou os postos de capitão e sargento-mor e, no Concelho de Vila Rica, exerceu as funções de vereador em 1778 e 1782; juiz ordinário em 1785; almotacé em 1774.

Origem	Nascimento (data e local):
	Procedência:
	Residência:
Família	Casamento (data e local):
	Falecimento (data e local):
	Parentescos, ascendência e descendência:
Riqueza	Atividades econômicas:
	Riqueza:
Formação e Cargos	Histórico na CMOP: Vereador (3º em 1778 e 1º em 1782); Juiz ordinário (2º em 1785); Almotacé (1774).
	Histórico em outras instituições: Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica.
	Títulos, patentes: Capitão (1778); Sargento-mor (1785).
	Ordens religiosas e mercês régias:
	Universidade:
	Informações complementares:

Anexo XIII - Detalhamento do setor dirigente local que exerceu um ou dois mandatos em postos centrais na Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1789

Obs.: como postos centrais entende-se as funções de: juiz ordinário, vereador, procurador, escrivão ou tesoureiro.

Nome	Títulos	Cargos centrais	Cargos secundários
Afonso Dias Pereira	Capitão (1763)	Juiz ordinário (2º em 1763) (1º em 1771)	Almotacé (1752) (1764); Fiscal da Casa de Fundição (1767)
Agostinho Monteiro de Barros	Doutor (1761)	Vereador (3º em 1757)	Síndico (1761)
Alberto Caetano da Costa	-	Escrivão (1751) (1752)	-
Alexandre da Cunha Matos	Guarda-mor (1757)	Juiz ordinário (2º em 1757)	Almotacé (1741) (1758)
Alexandre Pereira de Souza	Alferes (1754)	Vereador (2º em 1760)	Almotacé (1754); Carregador de estandarte (1761)
Ambrósio Rodrigues da Cunha	Doutor (1775)	Tesoureiro (1779) (1780)	Síndico (1775); Avaliador da câmara (1777)
André Álvares Rainho	Capitão (1737)	Vereador em (1736); Juiz Ordinário (2º em 1737)	-
André de Seixas Lobato	-	Vereador (2º em 1764)	Tabelião (1759); Fiscal da Casa de Fundição (1767) (1769) (1770) (1772) (1773) (1774) (1775) (1776)
André Joaquim Lobato	-	Escrivão (1752) (1753)	-
Antônio Alves de Magalhães	Guarda-mor (1716)	Vereador (1716)	Procurador em junta (1713) (1714)
Antônio Borges de Souza	Tenente-coronel (1754)	Vereador (3º em 1763)	Fiscal da Casa de Fundição (1754) (1760) (1765); Almotacé (1764)
Antônio da Costa Gouvêa	Capitão (1719)	Procurador (1719)	Provedor dos quintos (1715) (1718)
Antônio da Silva Pereira	Capitão (1783)	Vereador (3º em 1783)	-
Antônio da Silva Porto	-	Vereador (1734)	-
Antônio de Araújo Guimarães	-	Vereador (3º em 1727)	-
Antônio de Faria Pimentel	-	Vereador (1711)	-

Antônio Dias da Costa	Alferes (1738); Tenente (1743)	Vereador (1732); Juiz ordinário (2º em 1743)	Almotacé (1738)
Antônio Ferreira Neves	Capitão (1771)	Vereador (2º em 1771)	Almotacé (1759) (1766) (1772) (1777)
Antônio Francisco de Carvalho	-	Tesoureiro (1783)	Tabelião (1784)
Antônio Gomes de Souza	-	Vereador (3º em 1742)	Almotacé (1739)
Antônio José Carneiro	-	Vereador (2º em 1759); Tesoureiro (1760)	Almotacé (1749); Carregador de estandarte (1760)
Antônio José Coelho de Oliveira		Vereador (2º em 1767)	-
Antônio José de Lima Costa		Vereador (1º em 1753)	-
Antônio José Freire de Souza	-	Vereador (3º em 1738) (3º em 1746)	Escrivão da ouvidoria (1737) (1738)
Antônio Labidrene	Licenciado (1739)	Procurador (1739); Vereador (3º em 1745)	Cirurgião (1737) (1739) (1740); Almotacé (1738) (1740) (1746); Carregador de estandarte (1747)
Antônio Pimenta da Costa	Capitão (1728)	Vereador (1728)	-
Antônio Rabelo da Silva	-	Tesoureiro (1749) (1754)	Almotacé (1742) (1752); Carregador de pálio (1752) (1753)
Antônio Varela Santiago	Capitão (1762)	Vereador (1º em 1762)	Almotacé (1744) (1763); Carregador de estandarte (1763)
Baltazar Fernandes Sarzedas	-	Vereador (1722)	Provedor dos quintos (1715); Almotacé (1719) (1721)
Belchior dos Reis de Melo	Sargento-mor (1721)	Juiz Ordinário (1721)	Provedor dos quintos (1717) (1718); Almotacé (1718); Procurador em junta (1720)
Bento Cabral de Sá	-	Escrivão (1714)	Procurador em junta (1715)
Bento Felix da Cunha	Sargento-mor (1719)	Escrivão (1719)	Almotacé (1715)
Bernardo de Almeida e Silva	Capitão (1737)	Vereador (3º em 1737)	Almotacé (1719)
Bernardo Ventura de Amorim	-	Procurador (1743)	Almotacé (1737) (1745)
Brás Gomes de Oliveira	-	Tesoureiro (1746) (1747)	-

Brás Valentim de Oliveira	Capitão (1770)	Vereador (3º em 1769); Juiz ordinário (2º em 1777)	Almotacé (1770)
Caetano Alves de Araújo	Capitão (1727); Coronel (1728)	Vereador (1727); Juiz ordinário (1728)	Almotacé (1717); Provedor dos quintos (1717) (1718) (1721) (1724)
Caetano Alves Rodrigues	Coronel (1745)	Juiz ordinário (2º em 1745)	-
Caetano da Rocha	-	Procurador (1725)	Almotacé (1724)
Caetano José Viegas	Doutor (1768); Sargento-mor (1777)	Juiz ordinário (1º em 1768)	Fiscal da Casa de Fundição (1777) (1778) (1783)
Caetano Rodrigues Seixas	-	Procurador (1740)	-
Carlos de Abreu	-	Tesoureiro (1725)	Tabelião (1727)
Constantino da Costa Leite	Capitão (1766)	Vereador (3º em 1760)	-
Cosme Damião Vieira [da Silva e Andrade]	Capitão (1761); Sargento-mor (1765)	Juiz ordinário (1º em 1764) (2º em 1774)	Almotacé (1761) (1765); Fiscal da Casa de Fundição (1763)
Custódio de Sá Ferreira	Capitão (1741)	Vereador (1º em 1751); Juiz ordinário (1º em 1756)	Almotacé (1741) (1752)
Custódio Machado de Lima	-	Vereador (1728)	-
Domingos Coelho Pereira	-	Vereador (1724) (1733)	Almotacé (1719) (1725); Juiz dos órfãos (1735) (1736)
Domingos Corrêa Gomes	Capitão (1741)	Vereador (1º em 1744); Juiz ordinário (2º em 1749)	Almotacé (1741) (1745)
Domingos da Rocha Pereira	Alferes (1769)	Tesoureiro (1769)	Procurador das causas da câmara (1763); Solicitador das causas da câmara (1764)
Domingos de Abreu Lisboa	Alferes (1723); Sargento-mor (1735)	Procurador (1723); Juiz ordinário (1735)	Carregador de estandarte (1752); Carregador de pódio (1752); Procurador de junta (1720) (1734); Provedor dos quintos (1721) (1724); Almotacé (1721)
Domingos de Araújo Dantas	Capitão (1716)	Vereador (1716) (1717)	Almotacé (1713)

Domingos de Sá Rodrigues	Alferes (1752)	Vereador (2º em 1747)	Almotacé (1743) (1748) (1753); Carregador de estandarte (1749); Carregador de pálio (1752)
Domingos Fernandes Souto	-	Tesoureiro (1758)	Fiscal da Casa de Fundação (1765)
Domingos Francisco dos Reis	-	Vereador (1734)	Almotacé (1733)
Domingos José Gomes	Sargento-mor (1780)	Vereador (2º em 1780)	Almotacé (1777)
Domingos Rodrigues Raposo	Capitão (1712)	Vereador (1712)	-
Domingos Tomé da Costa	-	Tesoureiro (1764) (1765)	Almotacé (1737); Tabelião (1750)
Domingos Vaz de Carvalho	Alferes (1759); Tenente (1765)	Procurador (1759); Vereador (2º em 1765)	-
Duarte Lopes Ulhôa	Doutor (1752)	Juiz ordinário (1º em 1752)	Juiz dos órfãos (1754) (1755) (1756)
Estevão de Almeida	-	Procurador (1713)	Almotacé (1714)
Estevão de Souza Sandoval	Capitão (1736)	Procurador (1735); Vereador (3º em 1737)	Escrivão dos órfãos (1734); Almotacé (1736)
Feliciano José da Câmara	Tenente-coronel (1778)	Juiz ordinário (2º em 1778) (1º em 1783)	-
Felipe Gonçalves Santiago	Sargento-mor (1768)	Vereador (2º em 1768)	Almotacé (1738)
Felix de Gusmão Mendonça Bueno	-	Vereador (1711)	-
Fernando da Fonseca e Sá	-	Juiz ordinário (1711)	-
Fernando da Mota	Capitão (1735); Sargento-mor (1743)	Juiz ordinário (1735) (1º em 1743)	Almotacé (1733)
Floriano Gonçalves da Silva	Alferes (1784)	Procurador (1788); Vereador (1º em 1789, substituto)	Almotacé (1784) (1785) (1786); Carregador de estandarte (1787)
Francisco Alves Corrêa	Capitão (1713)	Vereador (1713)	-
Francisco Antônio Rabelo	-	Vereador (1º em 1761)	-
Francisco Barreiros de Carvalho	-	Escrivão (1753) (1754)	-

Francisco Corrêa Antunes	Capitão (1784)	Vereador (3º em 1784)	-
Francisco Corrêa de Melo e Albuquerque	-	Vereador (3º em 1764)	-
Francisco Corrêa Fortuna	Alferes (1773); Capitão (1782)	Procurador (1782) (1784)	Almotacé (1765) (1773) (1780)
Francisco da Costa Rios	-	Tesoureiro (1712) (1714)	Almotacé (1714)
Francisco da Rocha Brandão	Capitão (1756)	Juiz ordinário (2º em 1756)	-
Francisco da Silva Machado	Capitão (1726)	Vereador (1726)	Almotacé (1717); Provedor dos quintos (1718)
Francisco de Almeida Brito	-	Tesoureiro (1715); Vereador (1726)	Tesoureiro dos quintos (1714); Tesoureiro dos órfãos (1718); Almotacé (1723)
Francisco de Souza	Doutor (1743)	Vereador (1º em 1743)	-
Francisco Ferreira Velho	Alferes (1742)	Procurador (1733); Juiz ordinário (2º em 1742)	Procurador em junta (1735)
Francisco Leme da Silva	Capitão (1713)	Juiz ordinário (1713)	-
Francisco Maciel da Costa	Capitão (1714)	Vereador (1714)	Procurador em junta (1714); Almotacé (1715)
Francisco Marques da Silva Rabelo	Capitão (1738)	Vereador (1733); Juiz ordinário (1º em 1738)	-
Francisco Paes de Oliveira Leite	Doutor (1761)	Juiz ordinário (2º em 1761)	-
Francisco Peixoto Pinto	Capitão (1718)	Vereador (1720)	Procurador em junta (1715) (1720); Almotacé (1718)
Francisco Pereira Duarte [da Fonseca]	Capitão (1768)	Tesoureiro (1768)	Almotacé (1765)
Francisco Rodrigues da Fonseca	Doutor (1721)	Vereador (1724)	Síndico (1721) (1722)
Francisco Rodrigues Gondim	-	Procurador (1728)	-
Frutuoso Barbosa Barreiros	Capitão (1724)	Procurador (1726)	Escrivão da almotaçaria (1715) (1716); Almotacé (1724)
Frutuoso José Corrêa	-	Procurador (1783)	Almotacé (1780)

Frutuoso Lopes de Araújo	-	Vereador (2º em 1756)	Carregador de estandarte (1757)
Gaspar Gonçalves Ribeiro	Capitão (1720)	Vereador (1720); Juiz ordinário (1º em 1740)	-
Geraldo Fernandes da Silva	Doutor (1750)	Vereador (2º em 1752)	Síndico (1750) (1751)
Gregório Pereira Soares Albergaria	Doutor (1786)	Juiz ordinário (2º em 1786) (1º em 1803)	-
Guilherme Teixeira	Alferes (1773)	Tesoureiro (1781)	Solicitador das causas da câmara (1773); Almotacé (1775)
Hilário Antônio de Araújo	-	Escrivão (1719) (1720)	-
Inácio Gonçalves Pereira	Capitão (1777)	Vereador (3º em 1744)	Almotacé (1743); Avaliador de bens (1777)
Isidoro Coelho Figueiredo	Licenciado (1747)	Vereador (2º em 1748)	Almotacé (1747); Almotacé (1749)
Jacinto Coelho da Silva	Tenente (1776)	Vereador (3º em 1776)	Almotacé (1753) (1760)
João Anastácio Rodrigues de Souza	Doutor (1774)	Vereador (2º em 1774)	Almotacé (1775)
João Antunes Colaço	Coronel (1719)	Juiz ordinário (1719)	Provedor dos quintos (1718); Almotacé (1718)
João Antunes Pereira	-	Vereador (1735)	-
João Carvalho da Silva	Sargento-mor (1716)	Juiz ordinário (1716)	-
João Corrêa de Macedo	Doutor (1737)	Vereador (2º em 1737)	Síndico (1737)
João da Silva Almeida	Doutor (1741)	Vereador (3º em 1741)	-
João da Silva Guimarães	-	Juiz ordinário (1720)	Almotacé (1716)
João de Melo Fernandes	-	Vereador (1740)	Fiscal da Casa de Fundição (1753)
João de Melo Fernandes	-	Vereador (1º em 1740)	Fiscal da Casa de Fundição (1753)
João de Siqueira [Lima]	Alferes (1744); Tenente (1751)	Juiz ordinário (2º em 1751)	Almotacé (1733) (1738) (1744) (1746); Carregador de pátio (1753)
João de Souza Lobo	Capitão (1727)	Vereador (1722); Juiz ordinário (1727)	Almotacé (1717); Provedor dos quintos (1724)

João de Souza Silva	-	Procurador (1749)	Almotacé (1735) (1750)
João Dias Pereira	-	Vereador (1º em 1766) (1º em 1779)	Almotacé (1753) (1767); Carregador de estandarte (1767)
João Domingues de Carvalho	-	Juiz ordinário (1720)	-
João Ferreira da Silva	-	Tesoureiro (1778) (1782)	Almotacé (1781)
João Francisco do Couto	-	Procurador (1732)	-
João Gonçalves Batista	-	Vereador (1721); Juiz ordinário (1726)	Almotacé (1720) (1722)
João Lobo Leite Pereira	Coronel (1754)	Juiz ordinário (2º em 1753) (1º em 1754)	-
João Lopes Ferreira	-	Vereador (2º em 1742)	Almotacé (1734)
João Lourenço de Magalhães	-	Vereador (1º em 1758)	-
João Monteiro Santiago	-	Juiz ordinário (1722)	Provedor dos quintos (1715) (1717); Almotacé (1721)
João Pereira de Azevedo	Furriel-mor (1743)	Vereador (3º em 1743)	Almotacé (1742) (1744)
João Pinto Bastos	Alferes (1766); Capitão (1786)	Vereador (2º em 1786)	Almotacé (1766)
João Pinto de Souza	Capitão (1773)	Procurador (1773); Vereador (2º em 1778)	Almotacé (1771) (1776)
João Teixeira da Silva	Capitão (1736)	Vereador (1736)	Almotacé (1725)
João Teixeira de Souza	-	Vereador (1725)	Almotacé (1720)
João Veloso de Carvalho	-	Tesoureiro (1713) (1718)	Tesoureiro dos órfãos (1715); Tesoureiro dos quintos (1715); Provedor dos quintos (1718)
Joaquim Antônio Pereira da Serra	Capitão (1784)	Vereador (3º em 1784) (1º em 1787)	Fiscal da Casa de Fundação (1776) (1787)
José Barbosa da Cunha	Doutor (1761)	Vereador (2º em 1762)	Fiscal da Casa de Fundação (1761)
José Corrêa Lima	-	Escrivão (1718) (1720)	-

José da Rocha Ferreira	Tenente (1772); Tenente-coronel (1780)	Vereador (3º em 1771) (1º em 1780)	Almotacé (1757) (1772) (1777); Avaliador de bens (1777)
José da Silva Araújo	Tenente-coronel (1736); Coronel (1761)	Vereador (1730) (1736)	-
José de Almeida Cardoso	-	Vereador (1725)	-
José de Lemos e Moraes	Capitão (1712)	Juiz ordinário (1712)	-
José de Souza [Lisboa]	-	Vereador (2º em 1755)	-
José dos Reis de Abreu	Alferes (1761)	Procurador (1760)	Almotacé (1750) (1761); Fiscal da Casa de Fundição (1765)
José Furtado	-	Vereador (3º em 1755)	-
José Gomes da Rocha	Capitão (1753)	Procurador (1752); Vereador (1º em 1759)	Procurador na Bahia (1748); Almotacé (1753)
José Gomes de Melo	Coronel (1711)	Juiz ordinário (1711)	-
José Inácio de Castro	Doutor (1762)	Vereador (3º em 1762)	-
José Luiz Sol	Sargento-mor (1716)	Procurador (1716) (1717)	Almotacé (1712); Procurador em junta (1716) (1717)
José Madeira Belo	Doutor (1751)	Juiz ordinário (1º em 1751)	-
José Martins Condé	Tenente (1770)	Procurador (1769)	Almotacé (1770)
José Mota Araújo	Capitão (1771)	Vereador (1º em 1771)	-
José Pereira de Araújo	Licenciado (1774)	Procurador (1774)	Almotacé (1775)
José Pereira dos Santos	Licenciado (1767)	Procurador (1771)	Cirurgião (1760) (1764) (1765) (1767) (1768) (1769) (1770) (1771) (1772) (1773) (1774) (1775) (1776) (1777) (1778); Almotacé (1772); Fiscal da Casa de Fundição (1773)
José Pereira Marques [Coelho]	Capitão (1780)	Procurador (1780); Vereador (3º em 1785)	Almotacé (1777); [Fiscal da Casa de Fundição (1782)]
José Ribeiro de Melo	Alferes (1773)	Procurador (1779)	Almotacé (1773) (1778) (1779) (1780) (1781)

José Ribeiro Guimarães	-	Tesoureiro (1739)	-
José Vieira Reis	-	Tesoureiro (1766)	Almotacé (1758)
Lázaro Barroso Pereira	Doutor (1760)	Juiz ordinário (2º em 1760)	-
Lázaro Moreira Landeiro Camarão	Doutor (1772)	Vereador (3º em 1772); Juiz ordinário (1º em 1773, substituto)	Síndico (1773) (1779)
Leonel da Gama	Capitão (1716)	Juiz ordinário (1716)	Procurador em junta (1713)
Lourenço Dias Rosa	Capitão (1738)	Vereador (1º em 1738) (1º em 1750)	-
Luiz Antônio Ribeiro	Tenente (1782); Capitão (1787)	Vereador (3º em 1787) (3º em 1789)	Almotacé (1782)
Luiz da Silva	Guarda-mor (1750)	Juiz ordinário (2º em 1755)	Almotacé (1750)
Luiz de Figueiredo Leitão	Capitão (1744)	Juiz ordinário (1731) (2º em 1744)	-
Luiz de Souza Castro	Tenente (1754)	Vereador (1735)	Fiscal da Casa de Fundição (1754) (1760)
Luiz de Souza Galvês Valença	Doutor (1761)	Juiz ordinário (1º em 1761) (2º em 1775)	-
Luiz Domingues de Freitas	Doutor (1740)	Vereador (3º em 1740)	-
Luiz Henrique de Freitas	Doutor (1749)	Juiz ordinário (1º em 1749) (1º em 1760)	Juiz dos órfãos (1745) (1746) (1747) (1751) (1752) (1753); Síndico em (1732) (1735) (1747) (1754) (1755) (1756) (1757) (1758) (1759); Procurador das causas da câmara (1754) (1758)
Luiz José Ferreira de Gouvêa	Coronel (1732)	Vereador (1731)	Tabelião (1732)
Luiz Lobo Leite Pereira	Capitão (1775)	Vereador (2º em 1775)	Almotacé (1753) (1776)
Luiz Pereira da Cunha	Capitão (1747)	Juiz ordinário (2º em 1747)	-
Luiz Pinto da Fonseca [Pinheiro]	Alferes (1786); Tenente (1788)	Procurador (1789)	Almotacé (1786)
Luiz Soares de Meireles	-	Vereador (1729)	Almotacé (1717); Procurador em junta (1717); Provedor dos quintos (1718)

Manuel Antônio Dias	Tenente (1776)	Procurador (1777)	Almotacé (1772) (1773); Fiscal da Casa de Fundição (1776)
Manuel Antônio Martins Pereira	Doutor (1773)	Vereador (2º em 1773) (3º em 1779)	Síndico (1775) (1780); Fiscal da Casa de Fundição (1775)
Manuel Antunes de Azevedo	Capitão-mor (1716)	Juiz ordinário (1714)	Procurador em junta (1713) (1714) (1715); Almotacé (1715); Provedor dos quintos (1718)
Manuel Borges de Brito	-	Procurador (1737); Vereador (2º em 1738)	-
Manuel Caetano de Souza	Doutor (1769)	Juiz ordinário (1º em 1769)	-
Manuel Cardoso [de Almeida]	-	Tesoureiro (1763)	Almotacé (1751); Tesoureiro dos órfãos (1757) (1758) (1759, substituto por 4 meses)
Manuel Corrêa Pereira	Capitão (1713)	Vereador (1713) (1714, substituto)	Almotacé (1712) (1714)
Manuel da Costa Coelho	-	Procurador (1751)	-
Manuel da Costa Guimarães	Sargento-mor (1741)	Procurador (1745)	Almotacé (1732) (1741) (1746) (1772); Carregador de pálio (1752); Tabelião (1776) (1777)
Manuel da Costa Reis	-	Juiz ordinário (1720)	Procurador em junta (1720) (1721); Síndico (1722) (1726) (1727)
Manuel da Cunha Souto Maior	Capitão (1750)	Tesoureiro (1761) (1762)	Almotacé (1750)
Manuel da Rocha Braga	Sargento-mor (1729)	Vereador (3º em 1729)	-
Manuel da Silva Couto	-	Vereador (2º em 1741)	Almotacé (1734) (1752)
Manuel da Silva Fonseca	Capitão (1721)	Vereador (1721)	Almotacé (1722); Provedor dos quintos (1724)
Manuel de Abreu Guimarães	Alferes (1747)	Procurador (1748)	Almotacé (1747) (1749) (1752); Carregador de pálio (1753)
Manuel de Alcebias	Licenciado (1770)	Procurador (1770)	Almotacé (1764) (1779)
Manuel de Almeida Costa	Capitão (1711)	Procurador (1711); Vereador (1712)	-
Manuel de Andrade	-	Juiz ordinário (1723)	-

Manuel de Figueiredo Mascarenhas	Capitão (1712)	Vereador (1711); Juiz ordinário (1712)	-
Manuel de Freitas Ferreira	Sargento-mor (1732)	Procurador (1730); Juiz ordinário (1732)	Avaliador da câmara (1751); Partidor dos órfãos (1753)
Manuel de Melo e Horta	-	Tesoureiro (1712); Vereador (1723)	Almotacé (1712); Provedor dos quintos (1717) (1718)
Manuel de Souza Serqueira	Sargento-mor (1719)	Vereador (1719)	Almotacé (1715); Provedor dos quintos (1715) (1717) (1718)
Manuel Dias Corrêa	-	Tesoureiro (1733)	-
Manuel Fernandes Carneiro	Alferes (1757); Capitão (1774)	Tesoureiro (1774)	Almotacé (1757)
Manuel Fernandes de Araújo	Capitão (1748)	Juiz ordinário (2º em 1748)	Almotacé (1749)
Manuel Fernandes de Azevedo	-	Vereador (1712)	Almotacé (1711)
Manuel Fernandes Pinto	Capitão (1776)	Vereador (2º em 1776) (1º em 1783)	Almotacé (1769)
Manuel Francisco de Andrade	Capitão (1786)	Vereador (2º em 1788)	Almotacé (1786); Tesoureiro dos órfãos (1788)
Manuel Gonçalves de Oliveira	-	Vereador (2º em 1751)	Almotacé (1746) (1752); Carregador de estandarte (1752)
Manuel Gonçalves Ferreira	-	Procurador (1744)	Almotacé (1737) (1741) (1745)
Manuel Gonçalves Leite	-	Tesoureiro (1772)	Almotacé (1763) (1766)
Manuel Joaquim Marreiro	Doutor (1789)	Juiz ordinário (2º em 1789, substituto)	-
Manuel José Costa Mourão	-	Tesoureiro (1788)	-
Manuel José Veloso	Capitão (1770)	Procurador (1764); Vereador (1º em 1770)	Almotacé (1760); Fiscal da Casa de Fundação (1768)
Manuel Leitão da Silva	-	Vereador (2º em 1740)	-
Manuel Martins Lopes	Capitão (1715)	Procurador (1715)	-

Manuel Mateus Tinoco	-	Procurador (1729); Juiz ordinário (1º em 1741)	Procurador em junta (1735)
Manuel Moreira Crespo	-	Vereador (3º em 1768)	Almotacé (1759)
Manuel Moreira de Meireles	-	Vereador (1732)	-
Manuel Neto Ferreira	Alferes (1744)	Vereador (1º em 1755)	Almotacé (1744); Fiscal da Casa de Fundição (1760)
Manuel Pereira Alvim	Capitão-mor (1789); Guarda-mor (1792)	Vereador (1º em 1789); Juiz ordinário (2º em 1792)	-
Manuel Pereira de Magalhães	-	Tesoureiro (1755)	Fiscal da Casa de Fundição (1766)
Manuel Ribeiro Alcanedo	-	Vereador (3º em 1765)	Almotacé (1760) (1766)
Manuel Rodrigues Abrantes	-	Juiz ordinário (2º em 1768)	-
Manuel Rodrigues de Oliveira	-	Tesoureiro (1750)	Almotacé (1746)
Manuel Teixeira de Matos	-	Vereador (1º em 1745)	-
Manuel Tomé de Souza Coutinho	Capitão (1789)	Vereador (3º em 1788)	Almotacé (1789)
Manuel Velho de Castro	Capitão (1752)	Vereador (1º em 1765)	Almotacé (1752)
Marcos Mendes de Almeida	-	Procurador (1753)	Almotacé (1740) (1748); Carregador de pálio (1752); Carregador de estandarte (1754)
Martinho Ribeiro Dias	Capitão (1734)	Vereador (1734)	Almotacé (1733)
Mateus Alberto de Souza Oliveira	-	Vereador (2º em 1789)	-
Mateus Pereira Lima	-	Procurador (1731)	-
Matias Gonçalves Moreira	-	Procurador (1763)	Almotacé (1759) (1764); Fiscal da Casa de Fundição (1768)
Miguel Dias de Souza	-	Vereador (1730)	-
Nazário Carvalho de Azevedo	-	Procurador (1727)	-
Nicolau da Mota Lobato	-	Escrivão (1738) (1739)	-
Nicolau de Siqueira Lapa	-	Procurador (1734)	-

Nuno da Cunha Serrão	-	Vereador (1º em 1739)	Almotacé (1740); Carregador de estandarte (1742) (1744)
Nuno José Pinto Ferreira	Doutor (1754)	Vereador (3º em 1754); Juiz ordinário (2º em 1758)	Almotacé (1759)
Pascoal da Silva Guimarães	Mestre de campo (1719)	Juiz ordinário (1719)	Procurador em junta (1719)
Paulo Martins da Gama	Capitão (1715)	Juiz ordinário (1713) (1715)	Almotacé (1712) (1714); Procurador em junta (1714) (1715) (1717) (1718)
Paulo Pereira de Magalhães	-	Procurador (1776)	Almotacé (1772) (1774)
Pedro da Fonseca Neves	Mestre de campo (1753)	Juiz ordinário (1º em 1755)	Fiscal da Casa de Fundição (1753) (1754)
Pedro da Rocha Abreu	-	Vereador (1723); Juiz ordinário (1724)	-
Pedro da Rocha Gandavo	-	Vereador (1713); Juiz ordinário (1715)	Almotacé (1714); Procurador em junta (1715) (1716); Provedor dos quintos (1718)
Pedro de Oliveira Lopes	Alferes (1787)	Tesoureiro (1787)	-
Pedro Gomes de Lima	Ajudante (1741)	Vereador (1º em 1741)	Almotacé (1738) (1747) (1754); Carregador de pátio em 1753.
Pedro José [Mixia]	Sargento-mor (1740)	Vereador (2º em 1739); Juiz ordinário (1º em 1740)	-
Pedro José da Silva	Capitão (1772)	Vereador (1º em 1772)	Almotacé (1773); Fiscal da Casa de Fundição (1786) (1787)
Santos Martins	-	Juiz ordinário (1720, não assumiu)	Almotacé (1712)
Sebastião Barbosa Prado	Capitão (1725)	Juiz ordinário (1725, substituto)	Almotacé (1711); Provedor dos quintos (1718)
Sebastião da Cunha da Fonseca	-	Escrivão (1739) (1740)	-
Silvestre da Silva Araújo	Capitão (1765)	Juiz ordinário (2º em 1779)	Almotacé (1765)
Silvestre Fernandes dos Reis	Sargento-mor (1750)	Juiz ordinário (2º em 1767) (1º em 1772)	Almotacé (1750) (1760) (1773)
Simão da Rocha Corrêa	Alferes (1752)	Vereador (3º em 1752)	-

Simão da Rocha Pereira	Capitão (1762)	Juiz ordinário (1º em 1763)	Almotacé (1745) (1749) (1753); Carregador de estandarte (1753); Fiscal da Casa de Fundação (1766)
Teodósio Pires de Azevedo	Alferes (1744)	Vereador (1º em 1768)	Almotacé (1741) (1744)
Tomás de Aquino Gomes	Sargento-mor (1738)	Procurador (1738); Vereador (1º em 1742)	Almotacé (1739)
Tomás Soares de Aguiar	Doutor (1752)	Vereador (3º em 1759)	Procurador das causas da câmara (1752) (1753); Síndico (1754) (1755); Fiscal da Casa de Fundação (1767)
Tomé Ferreira Cruz	-	Vereador (1731) (1732)	Partidor dos órfãos (1720); Escrivão dos órfãos (1732); Almotacé (1735)
Tomé Moreira de Araújo	Sargento-mor (1754)	Vereador (2º em 1754)	Almotacé (1733); Tesoureiro dos órfãos (1757)
Valério Simões de Matos	-	Procurador (1756)	-
Ventura Bora Velho	-	Tesoureiro (1721)	-
Ventura Ferreira Vivaz	Capitão (1714)	Procurador (1712); Juiz ordinário (1714)	Almotacé (1711) (1715); Procurador em junta (1713) (1715)
Veríssimo da Costa Pereira	Alferes (1767); Tenente (1770)	Procurador (1767) (1784)	Almotacé (1768) (1770) (1777); Fiscal da Casa de Fundação (1784) (1785)
Vicente Teixeira de Morais	-	Tesoureiro (1773)	Almotacé (1767) (1772)
Vitoriano Gomes Pimenta	-	Tesoureiro (1734) (1735)	-

Total

251

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Manuscritos, 19, 2, 12, livro de 1711-1715, Coleção Casa dos Contos. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, códices 4, 13, 28, 36, 39, 42, 50, 52, 56, 69, 81, 90, 99, 107, 112 e 114. CASA DOS CONTOS, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Acórdãos, 1751-1754, rolo 001. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, Livro 124, 1785-1788. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, Livros de receitas e despesas, códices 12, 21, 34, 51, 73, 89, 93, 94, 100, 102, 105, 106 e 110.